



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

WILFRED MOACYR SAMPAIO DE FIGUEIREDO

LUANDA, DISCURSOS E PRÁTICAS NA DISTOPIA.

DA MUTAMBA AO MARÇAL: DA LEITURA DO TERRITÓRIO
MODERNO AO PROJETO CONTEMPORÂNEO.

Tese no âmbito do Doutoramento em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor José Fernando Gonçalves
e apresentada ao departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2024

Agradecimentos

A Tese que agora se apresenta pretende ser, a partir da leitura do seu território moderno, o mote para o desenvolvimento de pensamento crítico e consequente produção relevante de projetos de arquitetura na contemporaneidade Kaluanda. Este “*pensar futuro*” de Luanda, apresenta-se, a partida, como um tema de limites indeterminados e por isso de fácil dispersão. Por isso procurou-se balizar o âmbito e área de trabalho numa análise aprofundada sobre o arquétipo de edificação moderno de Luanda e propor, ainda que de forma preliminar, hipóteses e estratégias de salvaguarda deste património, aqui assumido como base projetual indispensável na contemporaneidade. Ao meu orientador devo a oportuna delimitação, o ponto de vista do tema, mas também o apoio prestado durante a elaboração deste trabalho de investigação.

Todavia, este percurso reflete o que fui desenvolvendo profissionalmente desde 2010. Quero, por isso, desta forma, agradecer a concretização deste trabalho, este percurso de encontros, acontecimentos e conhecimentos:

Em Luanda, ao Sr. Rui de Castro, pessoa chave para o início deste projeto, que sempre me recebeu com um sorriso estimulante e a toda a sua equipe Orion que com perseverança colaborou comigo na recolha em formato vídeo de conversas e digressões por Luanda dentro do *projeto Nguimbi*. Pela relevância e credibilidade do trabalho que têm desenvolvido sobre Luanda ao Dr. Arq. Hélder José; ao Crítico de Arte Adriano Mixinge; ao Historiador ICOMOS Eleutério Freire; ao Dr. Arq. António Gameiro; ao Escritor e Editor Jacques dos Santos; ao Músico e Compositor Dionísio Rocha; ao Eng. Manuel Resende de Oliveira; ao Arq. Filomeno Fialho da Costa; ao Arq. Mangueira; ao Arq. Costa Lopes (também em Lisboa); ao Eng. e Arq. Frazão Caseiro; ao Dr. Arq. António Goma; à Dra. Arq^a Isabel Martins; à Arq^a Maria João Teles Grilo; à Arq^a Ângela Mingas; à sempre presente e incansável Dra Arq^a Maria Alice Correia, pela sua disponibilidade e apoio prestado também no “vínculo” aos arquivos do IPGUL e do GPL; ao professor Troufa Real (também em Lisboa), à sua Fundação UKUMA e ao seu companheiro de sempre Sebastião Soares da Silva.

Em Portugal, em Lisboa, aos professores Gonçalo Byrne; Simões de Carvalho; José Manuel Fernandes; Maria Manuela Fonte e Ana Vaz Milheiro; em Coimbra aos professores António Bandeirinha e Maria Paula de Menezes; no Porto, aos professores Domingos Tavares e Sérgio Fernández e, em Guimarães, aos pro-

fessores Vincenzo Riso; Elisiário Miranda e André Fontes, pela disponibilidade e conversas sobre as novas abordagens para a Arquitetura Moderna, de um modo mais amplo, mas também de Luanda.

No Brasil, em São Paulo, aos professores Álvaro Puntoni; Mônica Junqueira; Joana Mello; Marta Boguea; Helena Ayoub Silva, pela disponibilidade e interesse pelo tema, mostrando um entendimento diferente sobre a identidade e a modernidade com convergência a Luanda, mas principalmente ao professor Hugo Segawa, pela necessária abordagem prévia de “ressignificação para retomar o conceito” e posterior “reusar” o património moderno edificado, no caso o de Luanda.

Já em tempo de resguardo social, em tempo de pandemia, novas conexões foram se proporcionando e originando novos estágios de aprendizagem. Virtualmente, estabeleceu-se contacto com os professores José Quintão, Carlos Faggin e Gianni Accasto sobre as singularidades projetuais modernas, durante o “Seminário sobre a Obra de Vasco Vieira da Costa” (desenvolvimento relacionado com a “Biblioteca de Detalhes” de Margarida Quintã) realizada pelo *projeto Nguimbi* e presencialmente com os professores Carlos Dias Coelho (FormaUrbi. Lab) e Miguel Amado (Geotpu.Lab) dentro da abordagem do *Laboratório Urbano Angola*.

À Fernanda Carou pela paciente correção do texto e a todos os que comigo colaboram, quer no *projeto Nguimbi*, quer no *Laboratório Urbano de Angola* ou ainda nos trabalhos que tenho desenvolvido (de investigação, de mapeamento colaborativo, de salvaguarda e identidade de produção) sobre a arquitetura moderna angolana. Na impossibilidade prática, óbvia, de me dirigir em particular à forma como cada um contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho, aqui vai o meu sincero agradecimento.

*Aos meus familiares
que foram e não voltaram
que ainda hoje vão e voltam
e que de cá e lá nunca saíram*

Aos meus pais
À Vanessa

Resumo

A Tese apresenta (com uso de metodologia de trabalho qualitativa e estudo de casos) análise crítica acerca das consequências formais da prática moderna - urbana e arquitetónica - de Luanda na cidade contemporânea. São analisados os cinquenta anos imediatamente seguintes ao período moderno Kaluanda (entre 1970 e 2020) a partir do eixo moderno Mutamba - Marçal, anos estes que representam a maior expansão urbana deste território com marcas significativas de produção moderna, onde também se observaram profundas mudanças sociopolíticas, nomeadamente, da passagem de capital de colónia a capital de um novo país, hoje, a República de Angola.

Como último refúgio da mais longa guerra civil africana, Luanda, já no seu período independente (no seu período depois do moderno), teve que aprender a gerir a relação direta das problemáticas resultantes (principalmente das realizações modernas) do seu desenvolvimento urbano, numa soma de tempos que absorveu as diferentes culturas Bantu, as circunstâncias da descolonização ocidental bem como a atual abertura à globalização.

Apesar de ser um tema comum de análise em diversas disciplinas, em arquitetura, a abordagem sobre a concretização moderna Kaluanda é quase sempre feita, fora-de-portas, focada no objeto, ou seja, na leitura da realidade construída, por, sobretudo, falta de tempo de perceção da construção dessa modernidade, da sua vivência e, principalmente das gentes da terra. Por outro lado, internamente, a temática é muito pouco relacionada com a relevância dos seus aspetos técnicos e naturalmente relativizada, de forma simplista e até mesmo depreciativa, com o sistema colonial e o seu contexto sociopolítico ou ideológico.

“Luanda, discursos e práticas na distopia” objetiva, portanto, a partir da leitura de uma realidade concreta “Da Mutamba ao Marçal” (eixo urbano moderno), um novo pensar cidade como um todo, relacionando diretamente o seu lastro operativo de desenvolvimento urbano moderno (estudo cronológico e programático) com a sua vivência urbana depois do moderno.

A Tese apresenta ainda algumas propostas como estratégias de desenvolvimento urbano e arquitetónico do território com suporte no que nos dias de hoje ainda se apresenta como de maior significado urbano cosmopolita, ou seja, propõe alternativas ao crescimento urbano distópico que vai construindo a imagem da

Luanda contemporânea. São hipóteses preliminares de trabalho para a salvaguarda, reabilitação e novas formas de integração do seu património moderno edificado.

Palavras chave: Luanda, modernidade Kaluanda, estratégias projetuais modernas na contemporaneidade, salvaguarda do património urbano e arquitetónico moderno Kaluanda, distopia.

Abstract

The Thesis presents (using qualitative work methodology and case studies) a critical analysis of the formal consequences of modern practice - urban and architectural - in Luanda in the contemporary city. The fifty years immediately following the modern Kaluanda period (between 1970 and 2020) are analyzed from the modern axis Mutamba - Marçal, years that represent the greatest urban expansion of this territory with significant marks of modern production, where profound sociopolitical changes were also observed, namely, the transformation from colony capital to capital of a new country, today, the Republic of Angola.

As the last refuge of the longest African civil war, Luanda, already in its independent period (in its post-modern period), had to learn to manage the direct relation of the problems resulting (mainly from modern achievements) of its urban development, in a sum of times that absorbed different Bantu cultures, the circumstances of Western decolonization as well as the current opening to globalization.

Despite being a common theme of analysis in several disciplines, in architecture, the approach to modern Kaluanda implementation is almost always done, out-of-doors, focused on the object, that is, on the reading of the constructed reality, by, above all, lack of time to perceive the construction of this modernity, its experience and, especially, that of the people of the land. On the other hand, internally, the theme is very little related to the relevance of its technical aspects and is naturally relativized, in a simplistic and even derogatory way, with the colonial system and its sociopolitical or ideological context.

“Luanda, discourses and practices in dystopia” aims, therefore, from the reading of a concrete reality “From Mutamba to Marçal” (modern urban axis), a new way of thinking about the city as a whole, directly relating its operational basis of urban development modern (chronological and programmatic study) with its urban experience after the modern.

The Thesis also presents some proposals as strategies for the urban and architectural development of the territory based on what today still presents itself as having greater cosmopolitan urban significance, that is, it proposes alternatives to the dystopian urban growth that is building the image of contemporary Luanda. These are preliminary working hypotheses for the safeguarding, rehabilitation and new forms of integration of its modern built heritage.

Keywords: Luanda, Kaluanda modernity, modern design strategies in contemporary times, safeguarding Kaluanda's modern urban and architectural heritage, dystopia.

Notas Prévias

Durante este processo de investigação nem sempre foi possível ter acesso aos textos originais ou a documentação/informação que de forma segura conseguisse dar respostas concretas sobre os temas que se pretendeu abordar. Neste contexto importa referir que houve a necessidade de criar entidades credíveis para a recolha e tratamento de informação. Neste sentido, a concretização desta investigação teve, portanto, para além das pesquisas necessárias aos arquivos, quer em Luanda (IPGUL, GPL e o Arquivo Nacional), quer em Lisboa (Histórico Ultramarino, Sociedade de Geografia, Histórico da Marinha e o Nacional da Torre do Tombo), outras duas bases fundamentais de desenvolvimento de pesquisa – *projeto Nguimbi* e o *Laboratório Urbano de Angola*, cujo autor faz parte das respetivas coordenações. O *projeto Nguimbi*, desde 2007, tem registado os diversos pontos de vista de Luanda nas suas diferentes etapas de desenvolvimento urbano e arquitetónico. É um registo que recorre principalmente ao conceito iniciático tradicional africano de passagem de conhecimento (oralidade), tem o apoio institucional do Ministério da Cultura de Angola, do Governo da Província de Luanda e da Comissão Administrativa de Luanda. Desde 2020, com o devido reconhecimento da entidade gestora e de planeamento urbano de Luanda IPGUL, a associação de natureza científica sem fins lucrativos Laboratório Urbano de Angola, a partir da recolha de informação por meio de inquéritos, criou bases de dados que auxiliaram o desenvolvimento desta Tese mais concretamente nas matérias abordadas sobre o Bairro do Marçal. Estas matérias foram também apresentadas ao órgão de administração local (do Rangel) para auxílio na possível tomada de decisões com base nos dados interpretados.

A redação desta Tese respeita o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (de 1990) em vigor em Portugal desde 13 de maio de 2009. Em Angola, de acordo com a Comissão Multissetorial para a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, poderá acontecer a partir de 2024.

As Referências Bibliográficas, tendo em conta a tipologia de documento consultado, seguem o estilo bibliográfico APA 7th Ed., em uso no Darq FCT - UC. As referências à fonte de imagens encontram-se no índice de imagens, estão diretamente relacionadas com uma edição desenvolvida a partir dos respetivos arquivos de imagens. As citações escolhidas estão enquadradas no argumento, referenciadas, devidamente assinaladas e interpretadas.

Njila ia dikanga. Longa jornada.

Música e letra de Paulo Flores e Yuri da Cunha. InDependência, 2021.

Kiki ia tundo monami – mamã me disse, meu filho
Ndé ua kuijia ó mundo mona ndenge – viaja para conhecer o mundo, meu miúdo
Mas kujimbe ó kumatundo – mas não te esqueças de onde saíste
Kujimbe o jinjila kietu – não te esqueças das nossas origens
Ndé mu njila Nzambi uanda kuku judala – nessa viagem a Proteção Divina vai te ajudar
Kujimbe ó djina dietu kujimbe kuvutuka – mas não te esqueças da tua raiz, não te esqueças de voltar
No giro do mundo tudo é a mesma poeira
Só não te esqueças da dor da Terra
Só não te esqueças de voltar
Quando eu voltei
No beco do meu Rocha onde a malta pausava
O frio do Cacimbo que furava a camisola já rasgada
Quando eu voltei
Os kambas lá da vila de mim ninguém se lembrava
Muitos mudaram de vida
Mudaram até os sonhos que a malta sonhava
Quando eu voltei
Casa já não é casa
Lelu já não é massa
Riqueza já não é café
Marido pode ser mulher
Conterra já não é conterra
Chão já não é Terra
Fome já não é guerra
Quando eu voltei
Kamba já não te avisa
O carro agora é o biva
Miséria já paga IVA
Quando eu voltei
Na sombra da Mulemba vavô já não estava
Nem o campo do trumuno da bola de trapo que a gente jogava
Mas eu voltei
A kongá e a dikanza no Semba já não se usava
Só ficou o desgosto, sal no rosto do riso que chorava
A Terra de Tetalandó (Ai a Terra)
Da gente que viu cantando (Nossa Terra)
Da gente que chora que sabe e sente (Ai a Terra)
Que sente, que chora, que chora a gente (A Terra que chora)
Eu te amo tanto meu irmão (A Terra que aguarda o amor)
Mas eu voltei...

*“Em vez de demolir,
remover ou substituir,
acrescentar,
transformar e reutilizar.”*

Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal
Prémio Pritzker 2021

Índice

Introdução	19
Objetivos, hipóteses e finalidades.....	23
Ponto de vista.....	25
Planificação e sua correspondência Metodológica.....	27
Critérios de seleção de casos de estudo.....	31
Vínculo e motivação.....	35
Parte 1	
1. Estado da arte	39
Parte 2	
2. O território e a sua caracterização moderna	53
O território Kaluanda.....	59
Antes da modernidade Kaluanda (até 1940).....	71
Durante a modernidade Kaluanda (entre 1940 e 1975).....	83
Depois da modernidade Kaluanda (entre 1975 e 2020).....	125
Síntese.....	155
Parte 3	
3. O eixo moderno Mutamba - Marçal	157
Origem e o seu contexto contemporâneo.....	159
A rua moderna Kaluanda.....	179
O quarteirão moderno Kaluanda.....	185
A praça (<i>moderna</i>) Kaluanda.....	189
Síntese.....	191

Parte 4

4. Da leitura do território moderno ao projeto

de <i>Ressignificação</i> urbana contemporâneo.....	193
O moderno na contemporaneidade.....	195
Ressignificação e Reuso da arquitetura moderna Kaluanda.....	199
Plano Teórico.....	204
Plano Prático.....	214
Exemplos para o Plano Prático Direto Formal.....	220
Exemplos para o Plano Prático Indireto Informal.....	234
Focos de análise.....	237
1º Momento: O Largo da Mutamba (o centro da cidade).....	243
2º Momento: A rua da Missão (Metodista): (tramo) entre o Largo da Mutamba e o Largo do Kinaxixi.....	253
Estratégia preliminar de <i>Ressignificação</i> e Reuso na contemporaneidade.....	261
3º Momento: Kinaxixe - Avenida Cmdt. Valódia (ex Combatentes da Grande Guerra) (tramo) entre o Largo do Kinaxixi e a Alameda (transv.) Manuel Vandunem.....	267
Marginal de Luanda - Av. 4 de Fevereiro.....	284
Estratégia preliminar de <i>Ressignificação</i> e Reuso na contemporaneidade.....	287
4º Momento: O Bairro do Marçal (Unidade de Vizinhança nº 7).....	291
Estratégia preliminar de <i>Ressignificação</i> e Reuso na contemporaneidade.....	303
Ressignificação e Reuso da arquitetura moderna Kaluanda na agenda da inteligência artificial.....	319
Síntese.....	327

Conclusão	329
Referências Bibliográficas	345
Referências de Imagens	361
Apêndices	377
Discursos e práticas da distopia.....	379
Adriano Mixinge.....	387
Allan Cain.....	389
Filomeno Fialho.....	391
Rezende de Oliveira.....	393
António Gameiro.....	395
Isabel Martins.....	399
M ^a João Teles Grilo.....	401
Ângela Mingas.....	403
Dinonísio Rocha.....	411
Troufa Real.....	419
Eleutério Freire.....	425
Jacques dos Santos.....	427
Jorge António.....	431
Simões de Carvalho.....	435
Fernando Batalha.....	441
Vasco Vieira da Costa.....	445
Hélder José.....	453

Lista de siglas

São aqui apresentadas apenas as siglas usadas com maior frequência. As restantes palavras ou expressões (usadas pontualmente) são apresentadas depois da correspondente designação por extenso.

CE - Cadernos de Encargos

(processo de Resignificação e Reuso do património moderno angolano)

CML Câmara Municipal de Luanda

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

GPL - Governo Provincial de Luanda

GU - Gabinete de Urbanização

GUC - Gabinete de Urbanização Colonial

IPGUL - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda

MMA - Movimento Moderno em Arquitetura

MMAI - Movimento Moderno em Arquitetura internacional

MMAA - Movimento Moderno em Arquitetura angolano

ODAM Organização dos Arquitectos Modernos

PDM - Plano Diretor Municipal

PGU - Planos Gerais de Urbanização

PDGML - Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda

RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas

UIA - União Internacional dos Arquitetos

Introdução

Esta Tese que visa a obtenção do grau de Doutor em Arquitetura pelo Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, tem como título “*Luanda, discursos e práticas na distopia. Da Mutamba ao Marçal: Da leitura do território moderno ao projeto contemporâneo.*”.

O tema reflete o objetivo e o contexto da abordagem escolhida para o estudo, análise, seleção, recolha e, em muitos casos, reconstituição gráfica interpretativa do território urbano moderno de Luanda na contemporaneidade.

Este trabalho foi desenvolvido, de forma continuada como sequência natural da apresentação, pelo mesmo autor, da Prova Final “Oito 48.13 Treze.”, em 2008. Nela se tratou “A habitação coletiva como substrato de urbanização 1950-1970.”, a partir da análise da diversidade morfológica existente no tecido urbano moderno, consolidado e ainda hoje legível de Luanda, enquanto Capital de Angola e Distrito Administrativo integrante da Província de Luanda.

A *Distopia*, aqui referenciada, deve ser entendida como conceito que fomenta abordagens acerca da problemática da realidade Kaluanda, é, portanto, aqui analisada como peça-chave que admite revelar contradições, bem como apresentar novas possibilidades de desenvolvimento. Quanto maior a *Utopia Social*, maior será a *Distopia Real* (concreta) na cidade contemporânea, lugar privilegiado de diálogos discordantes.

Além de constituir o corpo teórico-prático e metodológico de crítica à cidade de Luanda contemporânea, com a apresentação de propostas alternativas de desenvolvimento urbano e arquitetónico esta Tese aborda conscientemente novos caminhos, no sentido operativo, para o espaço público legível de matriz moderna. Espaço (moderno) este que se apresenta, na contemporaneidade angolana, mais especificamente na de Luanda, com um conjunto de problemas por resolver principalmente no que diz respeito ao seu significado, uso, enquadramento e gestão administrativa do território.

Objetivos, hipóteses e finalidades

Com esta Tese procurou-se interpretar o reflexo do desenvolvimento urbano e arquitetónico de matriz moderna na caracterização das questões processuais de projeto e de ordem urbana de Luanda entre 1970 e 2020; pretende-se com isso alcançar os seguintes objetivos: abordar os novos desafios científicos ou técnicos à luz dos melhores resultados e/ou exemplos modernos de Luanda que sirvam para o avanço disciplinar nesta área de conhecimento; estudar modos de produção espacial ou processos de concretização urbana que envolvam técnicas de construção dos espaços urbanos públicos com maior enfoque nas questões sociais de Luanda; contribuir para a salvaguarda e valorização do património urbano e arquitetónico de Luanda, nomeadamente o moderno, até a data pouco ou nada reconhecido e distinguido.

Através do estímulo e do reconhecimento da importância do método de produção e intervenção moderna procura-se ainda identificar estratégias (num planeamento pontual ou faseado) para o reposicionamento da responsabilidade do arquiteto na sociedade contemporânea angolana, com a apresentação de soluções/ferramentas, formas alternativas de atuação ou ainda novos caminhos exequíveis – para um campo mais amplo de interpretações e críticas sobre a produção urbana e arquitetónica de Luanda na contemporaneidade.

Nesse sentido, o “desenho urbano e do edificado que o compõe” enquanto hipótese privilegiada na investigação científica em arquitetura é explorado e tomado como objetivo prioritário de investigação. Importa aqui analisar o eixo Mutamba - Marçal como “projeto de arquitetura no âmbito científico” compreendendo que se distancia de “projeto de arquitetura no âmbito profissional” essencialmente por estar num lugar intermédio, não representando necessariamente o veículo entre o imaterial da ideia e o material da obra construída ou ainda entre a teoria e a prática - o lugar privilegiado da experimentação; o lugar ideal da dúvida ou incerteza e até mesmo da utopia.

Porquê estudar o Movimento Moderno em Arquitetura na abordagem de Luanda na contemporaneidade?

Para abordar Luanda hoje, é necessário entender o lastro da sua forma urbana e arquitetónica, bem como os elementos que a compõem. Para tal é necessário identificar os seus conceitos de produção mais relevantes para elaborar, a partir daí, uma base de dados (arquivo com seleção e recolha de dados); ou seja, depois de se definir um universo espacial, selecionar, a partir da sua diversidade construída, a possível representatividade.

Assim, embora reconheçamos que se possa seguir esse objetivo por diferentes caminhos (nomeadamente com questões que exploram as transformações e interações socioculturais angolanas), não seria possível, da nossa parte, deixar de abordar o modelo urbano e arquitetónico com maior relevância e sucesso operativo até ao momento experimentado em Luanda.

Esta fundamentação apresenta-se como determinante para enquadrar o tema e período histórico em análise, pois representa, em certo sentido, a experiência urbana que promoveu e concretizou edifícios mais sustentáveis, a mobilidade urbana e a inteligência de uso do território, mas também dinamizou a economia local, num sentido de representação do investimento na infraestruturação e na modernização de Luanda.

É precisamente no segundo pós-guerra mundial que há um reconhecimento de uma necessária mudança de atuação política pelo Estado Novo. Em Portugal o conceito moderno começa a ser reavaliado também como forma de desenvolvimento. Em Angola, com maior preponderância na capital da colónia, a mudança acontece rapidamente, possivelmente, pela menor pressão da administração colonial, mas também através de uma maior pujança económica e liberdade de investimento privado. No pós-colonial (com Angola independente) fruto quiçá da interpretação do nacionalismo anticolonial, verifica-se uma espécie de renúncia voluntária dessa herança (modelo moderno) e envereda-se por um caminho fatalmente apresentado como o possível. Quase cinquenta anos depois, torna-se necessário avaliar ou reavaliar se, de facto, o modelo moderno edificador de Luanda, foi capaz de resistir e constituir identidade própria (independentemente do seu vínculo a uma estratégia ou sistema político-económico colonial), e se ainda existe razão plausível para não ser valorizado como identidade angolana, ou seja, para ainda hoje não ser aceite como património angolano construído com identidade própria (originalidade e inovação em vez de cópia ou repetição do que se fez em outras partes do mundo).

Ponto de vista

É nossa opinião que o conceito moderno desenvolvido em Luanda representa o modelo do século XX mais relevante e com maior sucesso de concretização. A partir dessa interpretação há, portanto, um legado patrimonial que faz parte da edificação da cidade e que apresenta qualidades excepcionais que não devem desaparecer ou ser subaproveitadas. Interessa, assim, identificá-las, caracterizá-las (perceber o que as distingue) e validar. Esta investigação procura compreender o que as teorias de planeamento e programas arquitetónicos modernos ainda representam nos dias de hoje, para posteriormente integrá-las numa proposta de cidade que integre de forma coesa os seus diferentes momentos históricos.

Neste sentido, sem nunca deixar de ter em conta as complexas e diferentes crises sociopolíticas angolanas, a que este longo período esteve sujeito, a estrutura desta Tese apresenta-se como uma pirâmide invertida, onde se procurou estabelecer as bases de fundamentação para o tema em estudo, bem como para a pertinência dos casos de estudo selecionados (que incluem de alguma forma uma contextualização internacional) até chegar ao eixo urbano moderno mais significativo da cidade, ou seja, o eixo urbano que une o Largo da Mutamba e Bairro Marçal.

Pretende-se, portanto, a partir da leitura do eixo urbano moderno Mutamba - Marçal - eixo cujas características o tornam representativo do momento histórico de construção de Luanda - desenvolver abordagens estratégicas projetuais contemporâneas com suporte no seu arquétipo de edificação, ou seja, retirar dele o que de melhor nos proporcionou o modelo moderno e que ainda hoje se pode considerar útil para a transformação e crescimento de Luanda, de forma equilibrada, sem hiatos involuntários ou outras discrepâncias intencionais.

Assim, a partir do eixo Mutamba - Marçal como ponto de vista específico dentro do tema em análise, procura-se realçar o valor da identidade histórica e cultural construída de Luanda enfatizando a questão da salvaguarda do seu património moderno, para realizar um ensaio crítico de arquitetura (com análise das obras, projetos e autores envolvidos), que possa inspirar novos modelos de desenvolvimento urbano e arquitetónico para obter, com rigor e qualidade de concretização, novas circunstâncias urbanas.

Importa ainda referir que ao relacionar as diretrizes internacionalmente concebidas no âmbito do Movimento Moderno em Arquitetura e as concretamente desenvolvidas para e a partir de Luanda, esta Tese pretende identificar o seu significado particular Kaluanda diferente do simples tratamento histórico cronológico ou estatístico da informação, cuja análise não tem efeitos diretos no momento prático de projeção.

Planificação e a sua correspondência metodológica

Com metodologia qualitativa e estudo de casos fez-se a análise e interpretação do espaço urbano de Luanda, o seu modelo de cidade, até conseguir uma aproximação à real significação do eixo urbano Mutamba – Marçal espaço público estruturado com cânones modernos.

Na Primeira Parte, com o Estado da Arte, identifica-se a atual situação, quer académica e de investigação científica angolana no que diz respeito a arquitetura do movimento moderno em Angola, quer da interpretação e posicionamento africano (internacional) em relação ao tema, também na contemporaneidade.

Na Segunda Parte, de forma a contextualizar a análise crítica do território em estudo, bem como a vivência dos seus habitantes - sem pretender fazer um mapeamento integral das intervenções “paradigmáticas” que ao longo do período moderno foram caracterizando o centro urbano e administrativo de Luanda - começou-se por abordar o urbanismo de Luanda em três tempos: no *Antes da modernidade Kaluanda*, abordam-se as circunstâncias de produção da cidade com uma aproximação à história do desenvolvimento da cidade de Luanda e a sua influência na gestão urbana pública da cidade; no *Durante a modernidade Kaluanda*, propõe-se um estudo alargado com análise e revisão bibliográfica seletiva e abordagens que demonstram a relevância do Movimento Moderno no desenvolvimento espacial da cidade; no *Depois da modernidade Kaluanda*, através de uma leitura crítica da cidade, abordam-se as consequências formais legíveis na cidade em contexto já independente. Faz-se, portanto, uma leitura interpretativa das estratégias adotadas pelos momentos seminais dos vários Planos de Urbanização de Luanda como forma de apreensão dos critérios usados (discursos e práticas) e o seu reflexo no desenvolvimento urbano entre 1970 e 2020.

Nas Terceira e Quarta partes, como sequência da contextualização anterior, aborda-se o caso de estudo: *O eixo urbano moderno Mutamba – Marçal*. O percurso proposto, cuja matriz moderna relaciona socialmente centro urbano formal e periferia informal, realça a riqueza e variedade do tecido urbano de Luanda. Permite refletir sobre a diversidade morfológica e morfogenética de dois elementos influentes na constituição do tecido urbano consolidado da cidade, a Baixa e o musseque (Mu Seke).

Este eixo urbano mostra e representa, portanto, de forma concreta, algumas das mais relevantes afirmações modernas que compõem o melhor dos exemplos dos desenvolvimentos urbanos modernos Kaluanda - as Novas Avenidas de Luanda.

São também levantadas questões que apontam possíveis problemáticas sobre o eixo moderno e caracterizados em *Focos de análise*. Focos estes que embora não partilhem todos a mesma matriz conceitual de execução (soma legível de tempos no desenvolvimento da cidade), admite-se que ainda assim respeitem as regras modernas de estruturação urbana. Contudo, importa reír que se privilegiou a reflexão sobre a rede de espaços que procuram criar e fortalecer as conexões urbanas em diferentes níveis de influência social, ou seja, refletir sobre as lógicas intimamente relacionadas com os processos de transformação do tecido da cidade, deste conjunto de avenidas e se, de alguma forma, podem constituir-se numa identidade urbana.

Abrem-se, assim, discussões sobre esta produção moderna que Luanda consegue apresentar (a partir do centro tradicional até ao limite de desenvolvimento urbano moderno dos anos de 1970), com interpretações das suas regras tácitas de conceção e construção, do ponto de vista topológico, e que se manifestam na configuração do tecido que forma o seu território moderno.

Como consequência das abordagens anteriores, sugerem-se: *Hipoteses ou Estratégias Preliminares de Trabalho para a Salvaguarda* práticas de projeto que poderão representar propostas importantes para a valorização desta identidade aparentemente fragilizada: *Da leitura do território moderno ao projeto contemporâneo*: Os exemplos selecionados apontam para uma lógica de abordagem sobre o desenvolvimento contemporâneo da cidade. A amostragem teórica dessa prática (projetos, edifícios e obras estruturantes da cidade) procura relacionar o produzido em Portugal e no Brasil como base de influência (internacional) do processo moderno de Luanda.

São, ainda, identificados casos de estudo dentro do conceito RMB (Reuse of Modernist Buildings), Retrofit, Rearquitetura ou da Acupuntura Urbana e apresentadas propostas que podem ajudar a estrutura urbana e o seu edificado a sobreviver ao tempo pela boa qualidade do uso que oferecem.

Recorre-se, portanto, à abordagem do espaço físico circunscrito numa estratégia de intervenção em património e numa escala urbana consolidada para realizar uma análise de relações entre as novas propostas e os elementos existentes da Mutamba ao Marçal – da Baixa ao Mu Seke.

Esta relação física e social, que une o centro à periferia, expõe a história da sua cultura urbana e é aqui interpretada como ferramenta útil para qualificar Luanda nas suas vivências com base em princípios modernos, mas também como exemplos possíveis de retoma da lógica moderna com funções contemporâneas que, embora sejam de realidades e contextos diferentes, conseguem espelhar a intenção técnica de adaptação do arquétipo moderno ao clima e, principalmente, à sociedade Kaluanda.

Na Parte 4, *Ressignificação* urbana: apresentam-se estratégias de intervenção que exploram o conceito de Reuso nos casos de estudo – desde o particular ao mais abrangente (vazios urbanos e o eixo moderno) no desenvolvimento urbano.

Não tendo como objetivo final realizar uma análise exaustiva de cariz monográfico e sabendo que em Luanda não existem obras modernas classificadas, exploram-se propostas que procuram tirar o melhor partido deste Património Moderno edificado (aqui admitido como Património Documental e Físico) cruzando-o longitudinal e transversalmente com outras esferas da modernidade.

Esta herança patrimonial que assim é posta à prova (na lógica de que a vida útil do edificado depende do seu uso) pode ser o mote para a classificação da sua utilidade, mas também ponto de partida para novas soluções para o seu valor comunitário, para a sua relação na dimensão afetiva com o lugar ou ainda na dimensão prática no que diz respeito a sustentabilidade do lugar (conceito baseado em alternativas ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas, ou seja, sem comprometer o seu sustento e o das futuras gerações).

A estratégia de trabalho que se desenvolveu para a realização desta Tese, apresenta-se como o resultado de vários momentos de investigação que fundamentalmente se centram na análise de casos de estudo, documentos e testemunhos dos protagonistas da cidade – agentes da cidade conhecedores da sua história, utilizadores diários dos espaços urbanos e destas novas interpretações do desenvolvimento de Luanda.

Na Conclusão, aborda-se a cidade e a utilidade do seu arquétipo moderno de edificação nos nossos dias que, em resumo, fundamenta as temáticas enquadradas por nós na evolução histórica de Luanda.

Para tal desenvolvem-se sínteses conclusivas que derivam dos aspetos levantados pelas sínteses parcelares de cada Parte, bem como na utilidade das experiências modernas de desenvolvimento urbano de Luanda para a produção de elementos contemporâneos úteis.

Apresenta-se, portanto, uma pesquisa reflexiva, crítica e interpretativa relativamente ao tema em análise, onde, com a conseqüente apresentação de *Estratégias Projetuais Preliminares*, se questiona a qualidade urbana do espaço público de Luanda e a sua componente arquitetónica na contemporaneidade.

São utilizados edifícios, praças públicas (Mutamba e Kinaxixi) e áreas de abordagem mais alargadas (Bairro do Marçal) procurando identificar novas estratégias de desenvolvimento urbano a partir da interpretação de planos urbanos, desenhos e modelos (teóricos e práticos - memórias descritivas e projetos), bem como de imagens de edifícios modernos que se implantam ao longo do eixo moderno Mutamba – Marçal, tendo sempre em conta a salvaguarda do património existente para o desenvolvimento da cidade.

Os apêndices complementam estas análises com mais de 25 horas de entrevistas (documentação relevante em vídeo) também eles organizados e editados segundo uma perspectiva útil teórica e prática para a contemporaneidade. As entrevistas, cuja partilha está devidamente autorizada pelos seus protagonistas (contexto e consentimento informado), são apresentadas procurando enfatizar a necessidade de uma discussão mais ampla e séria sobre a arquitetura Angolana.

Critérios de seleção de casos de estudo

O tópico de abordagem pode ser considerado sensível para os tempos que se vivem: tempos de independência, paz e exaltação da República de Angola enquanto nação una e indivisível. É importante sublinhar que o que se pretende retratar é a relevância técnica do tema para melhor compreender o sentido que se pretende alcançar ao estabelecer relações do Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo, com o que existe construído e experimentado em Luanda.

É, portanto, uma procura de reinterpretação deste modelo para a resolução de problemas contemporâneos que dinamizem a cidade ou, mais precisamente, que respondam às novas solicitações que o património moderno ainda hoje propõe para a unidade urbana de Luanda.

É do conhecimento de todos que, no quadro angolano, o tema em análise não representa uma aposta como política de governação, não é, portanto, promovido nem recomendado enquanto prática de desenvolvimento urbano, quer no sentido da conservação do património edificado (e até no fomento da prática projetual) quer no sentido da investigação científica ou académico, como garante de um melhor entendimento do seu significado enquanto herança história ou pelo menos memória coletiva, que representa não apenas uma trajetória, mas principalmente uma possível característica identitária e cultural da arquitetura e urbanismo angolano.

Neste sentido, a referência ao arquétipo moderno pode ser uma nova forma de abordar o espaço físico urbano público que Luanda apresenta hoje, ou seja, uma continuidade com sentido e significado de, em primeiro lugar ressignificar para posteriormente reutilizar e, assim, fundamentalmente, manter vivo. Os espaços urbanos precisam e devem ser *Reutilizados, Reciclados, Restaurados, Recriados*, mas no caso de Luanda é essencial que sejam *Ressignificados*, evitando deste modo o uso indevido, desuso ou, principalmente, a degradação ou abandono que se verifica diariamente.

A ausência de estudos sobre estes espaços públicos e do seu significado enquanto cultura pública comum permite, logicamente, que haja um fosso entre as possíveis interpretações e o entendimento na dinâmica atual que se impõe ao espaço físico de Luanda.

É uma espécie de “realidade” de senso comum que as atuais dinâmicas urbanas não devem ser comparadas às que foram impostas anteriormente, pois os habitantes e os seus hábitos mudam, o espaço que eles habitam segue tais circunstâncias de mudança.

A falta de referência ou significado identitário tem afetado a maneira como se usa o espaço público urbano de Luanda, que conseqüentemente tem sido o maior contribuinte para o estado precário da sua qualidade urbana. A procura de uma referência sólida, vinda de arquétipo arquitetónico claro (localmente desenvolvido e construído), envolvendo as boas práticas, casos teóricos e o edificado construído que sobrevive ao tempo pela boa qualidade do uso que propõe, tornou-se o critério principal de escolha para os casos de estudo desta investigação.

Importa referir que a falta de acesso a documentação ou informação de validação, em alguns casos, influenciou ou redirecionou o caminho a seguir. Para ultrapassar essa questão adotou-se uma estratégia de recolha paralela de dados (credível, com a devida certificação de quem de direito) dando relevância à tradição oral africana (aqui absorvida como património cultural, mas também como caso de estudo em particular) e, de forma cruzada, estabelecer uma plataforma de trabalho sobre *Cidade – Espaço Público – Edifício* como consequência de análises de diversos discursos e tantas outras práticas desta nova imagem legível na Cidade - ambiente de novas dinâmicas urbanas ao qual aqui se designa Distopia.

No sub capítulo “Focus de análise e estratégias preliminares para a Ressignificação moderna Kaluanda” do capítulo “Da leitura do território moderno ao projeto de Ressignificação urbana contemporâneo.”, abrem-se, assim, debates sobre o espaço urbano público que relaciona o eixo urbano (composto por Largo da Mutamba, Largo do Kinaxixi e Bairro Marçal) no período do seu desenvolvimento - onde se enquadram os edifícios e os seus autores/protagonistas modernos - com o seu uso contemporâneo.

Procura-se, portanto, identificar o significado do lugar, na imagética da cidade e no imaginário popular dos seus usuários, ou seja, aclarar a sua relevância técnica, bem como memória patrimonial coletiva do eixo urbano Mutamba - Marçal, enquanto lugar privilegiado de expressão dos valores sociais e culturais de Luanda.

As estratégias que sugerem novas interpretações do desenvolvimento moderno de Luanda questionam explicitamente: Porquê conservar o moderno Kaluanda? As características e valores modernos do eixo urbano que se pretende conservar, porquê e como o fazer? Que técnicas e sentidos de novos usos (Ressignificação e Reusos) podem ser admitidos como resultados esperados?

No caso particular do Bairro Marçal, território de interpretação do Plano Moderno Unidade de Vizinhança nº 7, a investigação, com base em inquéritos locais, procurou avaliar a possível validação do espaço enquanto temática sustentada por planos, projetos, imagens, textos auxiliares, conteúdos históricos, narrativas relevantes, citações selecionadas e entrevistas (na perspectiva – teoria do caos – onde a “desordem” é tomada como um tipo de “ordem” por identificar).

Vínculo e motivação

No dia a dia da prática como académico e profissional liberal em arquitetura, tornou-se cada vez mais evidente, para o autor desta Tese, a necessidade de explorar e interpretar os princípios conceituais e formais do desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda, cidade de matriz moderna onde nasceu, cresceu e ainda hoje habita.

Para o autor, sobre o tema que desenvolve, há um especial interesse académico-científico que vem desde a sua formação como arquiteto, que se reflete na sua atividade diária profissional, ou seja, onde nas diferentes escalas de produção consiga posicionar-se de forma a que a sua intervenção demonstre um maior vínculo ao seu contexto, baseando a sua prática (atualidade do tópico em estudo) em experiências ou memórias cujo léxico (imagens ou reflexões teóricas) consiga criar transversalmente respostas ou soluções que não se limitem ao burocraticamente funcional, mas que remetam para questões como a apreensão ou perceção espacial como consequência de um significado simbólico ou cultural.

Neste sentido apresenta-se aqui uma oportunidade para compreender, a partir dos diferentes contextos históricos, o significado do planeamento urbano de Luanda contemporânea e, principalmente, o modo como ele se reflete ou se concretiza nos espaços habitados construídos, ou seja, a real relação entre os seus discursos de gestão e as suas práticas de edificação.

Como pretexto e contexto para o desenvolvimento desta investigação convergem fatores como a riqueza do tecido urbano (morfologia) paradoxalmente diverso e uno, resultante de um longo processo de sedimentação temporal - cidade “soma de tempos” cujo diálogo desequilibrado sugere a necessidade urgente de novos e diferentes *pensar cidade*. O autor acredita que, para tal, é essencial uma maior e melhor contextualização do lugar, revisitando, analisando e principalmente documentando o seu património edificado, autores e motivações (sujeitos em muitos casos às metamorfoses adquiridas nestas geografias). Do ponto de vista da cultura de intervenção na prática colonial portuguesa os programas urbanos e sociais e, também, a essência formal e tecnológica que os fundamentou, constituíram de forma marcante um património com identidade própria que caracteriza a arquitetura moderna deste jovem país, a República de Angola.

Como se demonstra em detalhe, nesta Tese, a partir de um suporte conceitual internacional moderno foi desenvolvido em Luanda aquilo a que se pode hoje denominar de Património Moderno Kaluanda (Planos Urbanos e Edificado) e onde podem ser retirados ensinamentos para novos usos bem como soluções na cidade contemporaneidade angolana.

Com o modernismo em arquitetura, Luanda recebe novas soluções de edificação que se adaptaram ao seu clima e território, ou seja, recebe uma composição arquitetónica apropriada aos Trópicos, adequada às funções urbanas e simultaneamente de representação. Além de soluções técnicas particulares, com o modernismo, o edificado Kaluanda passa a apresentar uma previsão de desenvolvimento integrado onde o ordenamento do território levava em linha de conta o anseio por uma sociedade nova. Eram explorados os conceitos do sítio, da interdisciplinaridade e o método analítico no Urbanismo (relação da *Cidade-Jardim* e a *Cidade Funcional*). Para o território de Luanda, através de estudos cartográficos, geográficos e topográficos, traz-se também a análise da cidade pela via da sociologia, da história e da demografia, incluindo inquéritos e outros estudos, essenciais para a compreensão das necessidades das populações locais. Desenvolve-se ainda o conceito de Unidades de Vizinhança com o objetivo de uma vez mais tentar organizar os espaços que periféricamente se foram tornando híbridos, o que representa o exemplo mais notável de modernidade de iniciativa Pública. Procuraram-se adaptações com maiores exigências de urbanidade que consolidassem a lógica sectorizada da cidade, levantando e delimitando áreas residenciais (incluindo bairros de indígenas ou Mu Sekes, bairros económicos; áreas comerciais, portuárias, industriais, militares, verdes e rurais), inserida ainda numa visão urbana eclética marcada por uma ideia de monumentalidade assente na Cidade Jardim e ideais da então recente Functional City.

Estas soluções podem particularizar-se na estratégica da construção do eixo Mutamba - Marçal, eixo representativo aqui explorado como caso de estudo. com a leitura de soluções como Disciplina de Arquitetura de onde se destacam as arcadas no rés-do-chão, galerias nos andares superiores, articulação arcada/galeria, fachadas recuadas e cobertura plana acessíveis, maior preocupação com a ventilação cruzada através de dispositivos que asseguram, até hoje, em todas as dependências comuns a ventilação direta, transversal ou diagonal – *brise-soleil* – e suas variantes, palas ou grelhas, galerias abertas ou varandas cobertas mais profundas.

A pesquisa e análise sobre as razões desta heterogeneidade espacial, que agora se apresenta, mostra como é que estes modelos internacionalmente debatidos (no segundo pós-guerra mundial) se sedimentam e ganham identidade própria (como ocorre no caso do eixo Mutamba - Marçal) a partir de um processo de desenvolvimento da arquitetura moderna de matriz portuguesa (bem diferente da elaborada apenas em Portugal). Neles estão reunidos um conjunto de princípios entendidos como geradoras de evolução que derivam do Movimento Moderno Internacional e que representam, de facto, ainda hoje, os modelos de intervenção mais significativos nos vários contextos culturais da real e concreta (ainda por definir) história da arquitetura angolana.

O eixo Mutamba - Marçal apresenta-se assim como exemplo operativo do que se pretendia desenvolver à pequena escala de intervenção ao longo das novas Avenidas de Luanda e que foram dotando a cidade de uma nova linguagem formal bem como de uma riquíssima expressão plástica. Expressão essa muito próxima das referências internacionais, mas que, sobretudo com a atuação pontual, tentava renovar a relação entre a edificação e a organização dos espaços vazios urbanos, proporcionando uma maior coesão do tecido urbano, numa lógica de continuidade e articulação, procurando evitar quebras na composição e estética da cidade (do modelo moderno tradicional ao moderno).

Como resultado deste complexo contexto de crescimento e transformação, Luanda apresenta-se hoje (1970 - 2020) com inúmeras contaminações legíveis ao nível do seu espaço de uso público – património urbano e arquitetónico construído. Embora com modelos em muitos casos mais idealizados do que concretizados (como são os casos das Unidades de Vizinhança), contribuíram no geral para atuações que, nos últimos cinquenta anos, permitiram que Luanda evoluísse no sentido de alcançar uma maturidade capaz de fazer a ponte com o quadro internacional contemporâneo em urbanismo e arquitetura.

Reúnem-se e demonstram-se assim razões suficientes para a eleição do urbanismo e da arquitetura modernos de Luanda como suporte temático desta Tese.

Parte 1

Estado da arte

O Kaluanda (a forma de ser do habitante de Luanda) teve sempre muito orgulho em celebrar a sua cidade, mas também uma certa vaidade em mostrar a sua vivência e evolução urbana. O contexto colonial (facto que acontece em paralelo e não diretamente relacionado com a modernidade) mostra-nos diferentes narrativas sobre uma mesma Luanda. Durante a administração colonial portuguesa, essa narrativa teve sempre uma abordagem muito mais propagandista, com exaltação da tranquilidade social e urbana de uma imposição governativa que, supostamente, nunca se viveu realmente. Um dos melhores exemplos desta *militância* (mostra fictícia de Luanda ao mundo) é a série de filmes do realizador Ricardo Malheiro, de onde se pode destacar *Luanda cidade feiticeira de 1950*, um filme do Ministério das Colónias e Agência Geral das Colónias, visado pela Inspeção dos Espetáculos que abordava o desenvolvimento de Luanda urbana.

Se, por um lado, na cidade do asfalto, se concretizavam as utopias sociais do mundo moderno em arquitetura (a partir dos anos de 1940, o território ganharia um desenvolvimento urbano mais relacionado com o tipo de desenho sugerido pela *Cidade-Jardim* e mais tarde com os pressupostos da *Carta de Atenas*, com reforço da Lei das Edificações Urbanas de 1951), por outro lado, de forma menos conhecida internacionalmente, mais autêntica, portanto, havia as mais variadas formas de manifestação cultural que agitavam a Luanda moderna.

Fruto da segregação espacial inerente a administração colonial era na periferia, nos Mu Sekes, que se viviam as consequências da emergente cultura moderna Kaluanda: com os trumunos zula contra zuata de domingo – do kimbundu os verdadeiros clássicos do futebol informal; com os kutonokas ao sábado de Luís Montês ou ainda com os espetáculos populares semanais animados pelos conjuntos musicais Ngola Ritmos, Negoleiros do Ritmo, Kisweia, Gingas, Kiezos, Jovens do Prenda, África Show, Luanda Ritmo, Dimba Dyá Ngola, Águias Reais, Anjos e os artistas Paulo Nove, Urbano de Castro, Minguito da Harmónica, Teta Lando, Barceló de Carvalho, Dionísio Rocha, David Zé, Artur Nunes, Sofia Rosa, António Sobrinho, Oliveira, Lamartine, Elias dya Kimwezu, entre outros fazedores da música popular urbana (de raiz); pela religião (nomeadamente a protestante, usada como forma de ação política de emancipação nacionalista, uma vez que a católica estava diretamente relacionada com o regime colonial); pelas abordagens literárias entre outras formas.

Durante o período colonial, a cultura de identidade coletiva nativa, Kaluanda, foi sempre exaltada e desenvolvida, onde o Carnaval de Luanda, adotado da cultura portuguesa (o Entrudo) hoje “a festa do povo” (designação institucional), se afirmava como a “força cultural” motivadora para a liberdade. De acordo com a Associação Provincial do Carnaval de Luanda - APROCAL, a Cultura do Carnaval funcionou de certa forma como escape e também como principal arma socio-cultural para a conquista de autonomia. Confirma este facto a fundação e apresentação pública, em 1947, do Grupo Carnavalesco – União Kyela, que mesmo sob o olhar repressivo do regime de Salazar mostrava já uma perseverança na busca de um reconhecimento nacionalista angolano, que se pode associar ao início moderno da Luta de Libertação angolana.

A música e dança cuja melodia melancólica inicial, com inspirações na vida rural, passariam rapidamente a mostrar no conteúdo das suas composições uma nova referência às injustiças sociais do Ato Colonial. O novo habitante urbano de Luanda, ao instalar-se periféricamente, na sujeição de trabalho, criou naturalmente associações recreativas e culturais. Delas surgem os primeiros nomes daqueles que serviriam de elo entre a cultura rural e a que viria a dar origem à nova musicalidade Kaluanda (fruto da mistura cultural da periferia com hábitos e costumes africanos mais ligados ao interior do país e os de influência portuguesa da zona urbana mais litorânea e central) – de onde se destacam as ações de Malé Malamba (filho de Abel Mwené ó Dikota e irmão de Mamã Lala), como uma marca bem definida que conta a vida social da Luanda moderna entre a Baixa e o Mu Seke.

Esta gente da terra, recém-chegada ao novo território que lentamente se foi transformado em urbano, traz consigo a sua cultura milenar (do grupo ou tronco etnolinguístico Bantu - com mais de quinhentas etnias e mil e quinhentas línguas) promovida por movimentos culturais que, de alguma forma, representam a angolanidade e uma identidade cultural única, decorrente de variadíssimas heranças. Estas histórias contadas pelos “Griôs”, os representantes Kaluandas dos valores sociais e culturais angolanos, encontram apenas na oralidade (forma iniciática africana de passagem dos saberes e fazeres), na ausência de fontes documentais escritas, o único recurso que anula o seu natural esquecimento, mas também a degeneração da memória do lugar.

Contudo, esta temática pode ser aprofundada nos estudos desenvolvidos por Óscar Ribas (Uanga: Feitiço, romance folclórico angolano. 1969); David Bir-

mingham (O carnaval em Luanda. 1991; Breve história da Angola moderna (séc. XIX - XXI); Roldão Ferreira e, mais recentemente, por Manuel Cadete Gaspar “Songa” e Samuel Aço onde são apontados os elementos sólidos do património cultural e a relação entre o Carnaval e o desenvolvimento social, a formação de uma nova sociedade e as novas formas de ocupação da cidade.

Na literatura popular angolana, obras literárias que representam a nova cultura urbana Kaluanda, são abordagens relevantes e interessantes que se enquadram numa consulta não científica. Delas destacam-se, pela forma interventiva de abordagem de questões ligadas à angolanidade, identidade cultural das origens do nacionalismo angolano, as obras de: Os discípulos das Casas dos Estudantes do Império (entre 1944 e 1965) da Geração de 48 com o Vamos descobrir Angola, Viriato Clemente da Cruz (Coletânea de Poemas: 1947-1950. Casa dos Estudantes do Império); Geraldo Bessa-Victor (O menino negro não entrou na roda. 1958); Os temas da literatura oral, filologia, religião tradicional e filosofia dos povos de língua Kimbundu de Óscar Ribas (Missosso Vol I. 1961; Vol II. 1962; Vol III. 1964); António Jacinto (Poemas. 1961); Mário António de Oliveira o poeta do “Noites de luar no Morro da Maianga” (Crónica da cidade estranha. 1964; Rosto de Europa. 1968); Arnaldo Santos (Quinaxixi. 1965); António Agostinho Neto (Sagrada Esperança. 1974); José Luandino Vieira (Luanda estórias. 1976); Manuel Rui Monteiro (Quem me dera ser onda. 1978); Agostinho Mendes de Carvalho “Uanhenga Xitu” (Maka na Sansala (MAFUTA). 1979); António Cardoso (Baixa e Musseque. 1980); Artur Pestana dos Santos “Pepetela” (O desejo de Kianda. 1995; A geração da utopia. 1999); Mário Pinto de Andrade (Origens do nacionalismo angolano. 1997); Adolfo Maria (Naquele dia. Naquele Cazenga. 2016).

Esta relação (a dois tempos e velocidades de crescimento diferentes) dá origem a um modo de viver e habitar a cidade, onde o assimilado para ser civilizado, por força das circunstâncias, teve que deixar de falar a sua língua materna e aprender a falar a língua oficial – a língua portuguesa. Teve ainda que mudar o seu comportamento cultural poligâmico para o monogâmico (seguindo a doutrina religiosa cristã estabelecida), entre outros hábitos e costumes milenares bem diferentes dos seus, incluindo alimentares. Teve que conhecer e adaptar-se a um “novo sistema social Patriarcal”, passando assim a ter que gerir, na realidade, uma vivência social dupla, uma vez que intimamente continuaria a predominância do *poder matriarcal* de padrão africano. Sobre esta referência ao matriarcado no sul de África, forma de habitar e da própria construção da periferia urbana no

contexto urbano, nomeadamente da circunscrição do quarteirão do Mu Seke, embora não existam estudos específicos desenvolvidos a partir de Angola (sobre a sociedade africana e a sua forma de ocupar o território) neste sentido, é interessante perceber, na sua vivência quotidiana, a grande influência que marca o tecido urbano periférico principalmente pela tipologia e forma de edificação da habitação singular ou unifamiliar alargada.

De cariz científico, com recolha de informação, pesquisa e vivência local (em Luanda), abordando o Movimento Moderno em Arquitetura angolano, os desenvolvimentos modernos, o pós-colonial imediato e as suas consequências nas novas relações sociais e urbanas Kaluanda, muito pouco foi divulgado. Destacam-se as análises e estudos desenvolvidos por Ilídio do Amaral (São Paulo de Assunção de Luanda. 1956), Fernando Mourão (Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda. Uma interpretação do desenho urbano. 2006) e José Troufa Real (The musseques of Luanda. Housing in Angola. A new neighbourhood. Golfe 1, 1972 – 1981. 2011). Existem ainda Teses de Doutoramento sobre a história da cidade de: Troufa Real (UTL - 1986), Isabel Martins (FAUP - 2000) e mais recentemente de Maria Alice Correia (FAUSP - 2018).

Maria Alice Correia circunscreve a sua análise aos vinte e cinco anos anteriores à independência angolana (entre 1950 e 1975). Período este em que, segundo a autora, se concretiza um novo modelo de urbanismo, o moderno - um novo modo de vida com a adaptação do que se fazia de mais avançado na Europa e na América. Dentro da perspetiva da História da Arquitetura Moderna, a Tese apela a um reconhecimento da qualidade dessa arquitetura produzida e a sua consequente preservação, observa também a consequência social e urbana que a passagem de uma política capitalista colonialista para uma política de esquerda do Bloco Socialista teve na capital da nova República Popular de Angola. Correia relata e classifica os conhecimentos dos Movimentos Modernos da Europa, da América, de Portugal e do Brasil e estabelece a possível comparação das ações modernas e as edificações na cidade de Luanda, procurando paralelismos de avaliação e realce do Movimento Moderno em Arquitetura de Luanda, marcado pelas doutrinas da Carta de Atenas. O universo de investigação de Correia (2018) é constituído essencialmente por dados (cronológicos) bibliográficos, iconográficos, fotográficos, Planos Urbanos, Projetos e documentação da Câmara Municipal de Luanda, sobretudo, da sua 8ª Repartição, hoje pertença do IPGUL, do qual é funcionária.

No que diz respeito a Tese que agora se apresenta, há um posicionamento diferente sobre âmbito moderno desenvolvido em Luanda por Correia (2018). Verifica-se aqui um distanciamento que demonstra originalidade, portanto, pelo fato desta investigação, a partir de um lugar específico tomado como representativo (eixo moderno Mutamba - Marçal), procurar entender a generalidade do processo de desenvolvimento da cidade, ou seja, da “parte” analisar o “todo”. Este exercício é tomado também como propósito de trabalho prático profissional que se diferencia da abordagem no âmbito teórico geral e abstrato.

Todavia, existem outras formas de abordagem sobre a modernidade africana, que interessa perceber e usar como referência nas análises sobre a modernidade Kaluanda. Sobre a África, pré-domínio ocidental, o seu povoamento bem como a criação dos Estados africanos, importa referir as abordagens sobre o período moderno, de Cheikh Anta Diop (Nações e Culturas Negras. 1954) onde elabora sobre a forma de *pensar a gestão* do espaço físico africano e as suas contribuições, sobretudo na área da arquitetura para as sociedades contemporâneas. Na mesma linha de pensamento, Théophile Obenga procura elucidar o sentido da *Afrocentralidade* ou o *Determinismo geográfico xenófilo como forma de vida*, linguagens e outras componentes em sociedade segundo a sabedoria e simbolismo ancestral Kongo. Estas análises distanciam-se das abordagens pouco dignas do africano sem história e sem espírito na perspectiva bibliográfica eurocentrista da mesma época.

Estes temas, de elevado interesse para a contextualização da Tese que agora se apresenta, podem ainda ser abordados numa discussão mais abrangente sobre o pós-colonial ou a descolonização, também muito debatidos internacionalmente, com relevância para as abordagens de: Aimé Césaire (Toussaint Louverture. La révolution française et le problème colonial. 1960); Kwame Nkrumah (Africa must unite. 1963); Frantz Fanon (Em defesa da revolução africana. 1964); Gwendolyn Wright (Building the dream: A social history of housing in America. 1981); Ruy Duarte de Carvalho (Ana a manda. Os filhos da rede. 1989); Edward Said (Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente. 1996); Peter Hall (Sociable cities: The legacy of Ebenezer Howard. 1999); Hilde Heyen (Architecture and Modernity, A Critique. 2000); Abidin Kusno (Behind the Postcolonial: Architecture, Urban Space and Political Cultures in Indonesia. 2000); Nezar AlSayyad (Hybrid urbanism: On the identity discourse and the built environment. 2001); Albert Memmi (The Colonizer and the Colonized. 2003); Paul Rabinow (A machine to make a future: Biotech Chronicles. 2005); Joseph Ki-Zerbo (História Geral de

Africa - HGA. 2007); Mark Parke (The ethics of protocells: Implications of creating life in laboratory. 2009); Ananya Roy (Poverty capital: Microfinance and the making of development. 2010); Michael Sorkin (Starting from the zero. 2003; All over the map. Writing on buildings and cities. 2011); James Holston (Cidadania insurgente. Dijunções da democracia e da modernidade no Brasil. 2013); Abdoumouliq Simone (For the city yet to come Changing african life in four cities. 2004; Improvised lives: Rhythms of endurance in an urban south (after the postcolonial. 2018).

Temas estes relevantes para o entendimento da vivência africana nos âmbitos da: antropologia cultural e da razão; do mecanismo da vida humana em sociedade no seu aspeto cultural; crítica e discussões sobre a *Governança de Sociedades Estereotipadas*. Pressupostos ou rótulos sociais criados sobre características de grupos para moldar padrões sociais, ou ainda, modelos que pressupõem e impõem padrões sociais esperados para um indivíduo vinculado a determinada coletividade – *Práticas Humanas, Demografia e Regeneração Urbana*. Um novo modo de pensar, fazer e construir cidades, tornando deste modo o debate (de construção de nação, nacionalidade e identidade coletiva nacional) mais abrangente, no contexto contemporâneo internacional e, em particular, no contexto do Sul Global.

Pepetela (A geração da utopia. 1999) discorre sobre o processo de desenvolvimento e construção nacional, durante a guerra colonial de libertação bem como já no período independente, questionando os rumos tomados. As ideologias e símbolos herdados dos movimentos de libertação para a construção da identidade nacional são lembrados como contrapontos à situação social da época. É neste sentido que surge na Tese o “Discursos e práticas na distopia” sobre o desenvolvimento de Luanda na contemporaneidade. Contudo, a distopia, a leitura crítica arquitetónica e urbana Kaluanda, enquadra a análise do desenvolvimento do território no contexto plural e multifacetado tendo como ponto comum uma narrativa especulativa de alternativa para novas experimentações concretas a partir da resignificação no presente de experiências urbanas (modernas) aqui assumidas como interrompidas.

Em 2015 Architecture of Independence - *Libertação pela Arquitetura* (Exposição/Catálogo no Vitra Design Museum Gallery) apresentou um levantamento da prática necessária e discricionária desses novos estados-nação, com projetos principalmente construídos durante as décadas de 1960 e 1970. A apresenta-

ção que faz parte de uma série contínua de eventos que exploram a arquitetura moderna africana, ainda hoje negligenciada, mostra os resquícios da experiência com exemplos desenvolvidos no Gana, Senegal, Quênia, Costa do Marfim e Zâmbia. Manuel Herz (arquiteto e curador da exposição), sobre a vivência *in loco*, que também é tema de abordagem essencial para esta Tese, observou que, embora as imagens sejam importantes, não oferecem nenhuma noção de como o edifício funciona, ou como pode ser usado, daí a apresentação desta grande concentração em novas fotografias (boa parte delas aproveitadas do filme de Iwan Baan): *“é mais importante ver como os edifícios são atores em um ambiente urbano hoje, como são amados, estimados, maltratados, abusados, transformados e como a arquitetura tem sido recebida ao longo deste tempo.”*. Herz, diz ainda: *“o que se sabe sobre os projetistas de várias dessas estruturas está tão perdido no tempo quanto os seus antecessores, sabemos mais sobre os arquitetos de edifícios significativos em Timbuktu do século XIV do que alguns de Abidjan do século XX. A proveniência desta obra (arquitetos conhecidos ou desconhecidos) é uma história em si. O moderno foi o modo preferido da África recém-independente, sendo um expediente particularmente útil para o estado pós-colonial multiétnico indefinidamente delimitado. Betão armado e aço, geometrias e motivos abstratos ajudaram a eliminar conflitos que o favorecimento de qualquer vernáculo tradicional provavelmente poderia ter produzido. Essas arquiteturas, que aderiram aos imperativos climáticos, responderam também a desafios específicos e outras inflexões de caráter individual ou local que tornam o Modernismo Africano tão marcante. Se as fachadas onduladas são comuns no Senegal da mesma forma não são no Gana ou Zâmbia. Essas divisões não se limitam a mapear as antigas linhas coloniais: a construção no Quênia exerceu uma paleta predominante de betão, enquanto os construtores zambianos preferiam o tijolo, referências à tradição local.”*. *Libertação pela Arquitetura* narra, portanto, uma realidade também vivida em Luanda, ou seja, *“um modernismo cosmopolita vivo”* que transmite *“liberdade e otimismo arquitetônico, mas também social”* de uma *“África ousada e imaginativa, ausente dos retratos convencionais”* que mostra *“um modernismo entusiasmado por exigências fundamentalmente ligadas ao lugar”* onde *“a Europa não pode mais reivindicar direitos exclusivos para a modernidade em arquitetura.”*

Lesley Lokko durante a sua palestra Tropical Antics, no Graham Foundation – Chicago, em março de 2016 refere: *“A Afromodernidade deve ser analisada livre de códigos de composição”*. Para a abordagem que se pretende nesta Tese, há aqui uma profundidade temática em grande parte demonstrada por essa arquite-

tura *incomum em outros lugares*, com lajes salientes, janelas recuadas, arcadas e colunatas ao ar livre onde o brise-soleil (que assume uma variedade de formas, de geometrias rígidas ou até padrões botânicos naturalistas) não aparece com enfeite, mas sim como uma necessidade projetada com o objetivo não de vedar, mas de sombrear, que garante uma permeabilidade ao edificado impensável para climas diferentes.

Para Adolfo Maria (Dossier 301: As feridas abertas da Guerra Colonial, 2019), nacionalista angolano e autor ainda ativo, a luta contra a dominação colonial e pela independência nacional *“representou um elemento necessário e fundamental do combate pela liberdade dos povos e dos indivíduos, mas não é suficiente. Liberto do domínio estrangeiro, há que ser livre no próprio país”*. Verifica-se muito frequentemente que, com as independências, as aspirações populares são goradas pela vertigem do poder das elites que capturam o Estado para enriquecer e, através de um poder hegemónico, recorrem muitas vezes a populismos, a apelos étnicos e raciais que chegam a conduzir a guerras civis com terríveis consequências políticas, económicas e sociais: desestruturação da economia, migrações, miséria, profunda exclusão social, perda de valores éticos, desmobilização dos espíritos e vontades, degradação da cidadania. Nesse sentido, para Maria, a luta pela liberdade implica, então, um combate multiforme para a emergência de sociedades civis mais exigentes; permanente afirmação dos direitos humanos; avanços para regimes democráticos; criação de condições económicas, sociais e políticas para eliminar as profundas desigualdades sociais.

Para José Manuel Gonçalves (África no Mundo - Livre das Imposturas Identitárias. 2020) sobre “uma África revoltada”, importa debater vias de pensamento e ação para se inserir África no mundo sem subalternidades *“nem em relação aos grandes centros mundiais nem em relação a formas de poder interno que igualmente condenam os povos à subalternidade.”* Para Jonuel (pseudónimo literário), as teorias das identidades coletivas transformaram-se em versões atuais dos velhos discursos discriminatórios, exacerbando as diferenças e os separatismos em detrimento das afinidades humanas, servindo projetos ditatoriais. As políticas identitárias de massas mostram-se assim inimigas da cidadania e as sociedades africanas têm que sair destas formas de lamento no presente e partir para lutas criadoras de força própria capaz de derrubar as imposturas locais ou globais.

Na Tese esta abordagem pode, aparentemente, produzir um discurso vago de “salvação da cidade moderna angolana”, porém somente ao vivenciar, ao percorrer o território moderno de Luanda (especificamente o eixo Mutamba - Marçal) se percebe, de facto, a condição de alienação deste conjunto urbano suportada por imensos discursos (Leis, Decretos - Lei e outras Regulamentações de Planeamento Urbano) cuja falta de aplicações práticas se traduzem em desordem ou ordem complexa ruidosa do uso contemporâneo do espaço urbano.

Já no pós-colonial (facto que é enquadrado, na Tese, no depois da modernidade Kaluanda), existem as Teses de Doutoramento sobre as problemáticas de Luanda, desde propostas de modelos tecnológicos de baixo custo para a construção de equipamentos essenciais/básicos em madeira, restauro, ambiente, às abordagens das diferentes problemáticas das vivências urbanas da cidade de Luanda e os seus aglomerados de génese ilegal de: António Gameiro, António Goma, Salvador Soares, Benga Pedro, Manuel Malufuene, Casimiro Juliana (UDSR La Sapienza - 1994); Rogério Filipe (IUVA - 1994); Hélder da Conceição José (UDSR La Sapienza - 1999), Carla Leitão Ribeiro (UDSR La Sapienza - 2002).

De Portugal, com bastante reverberação, chegam a Luanda os projetos de investigação científica e trabalhos ligados à academia desenvolvidos por Ana Tostões (Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. 1997; Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique. 2014; A Idade Maior. Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa. 2015), José Manuel Fernandes (Arquitectura e Urbanismo da África Portuguesa. 2005), Margarida Quintã (Arquitectura e clima, geografia de um lugar: Luanda e a obra de Vasco Vieira da Costa. 2009); Maria Manuela da Fonte (Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução. 2012), Inês Lima Rodrigues (Quando la vivienda coletiva era moderna. Desde Portugal a otros países de expresión portuguesa. 1948 - 1974. 3 Volumes. 2014); Isabel Raposo (Projeto: África Habitat, da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo, desde 2019), sobre os seus pontos de vista que envolvem questões ligadas ao contexto sociopolítico e operativo da administração colonial e a sua relação histórica com o período pós-colonial – conhecimento específico, regras e modelos dos modernos suaves que só não são modernos por não serem modernistas, como aborda Walter Rossa no prefácio de (Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo. 2012) de Ana Vaz Milheiro, ou ainda (Arquiteturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”. 2017).

Do Brasil, embora sem abordar diretamente a questão moderna angolana, para Hugo Segawa (Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 2010), a arquitetura moderna tornou-se não um estilo, mas sim uma causa. A crença no maquinismo com os ideais planificadores, a utopia social, a universalização e a planificação através da composição geométrica e purista também ilustra o poder da arquitetura na extinção das identidades devido a um pretensu modo de representar a verdade material na sua existência. Em determinados contextos, essa visão tornou-se de alguma forma limitadora de expressões culturais, diferenças e especificidades de modo positivo por libertar a ação da estética de contextos delimitados, através do simples pensamento abstrato de formas que se encaixam em todo e qualquer lugar. Com o decorrer do *tempo moderno* foram surgindo divergências vindas principalmente de movimentos organicistas relacionando a concretização dessa arquitetura com regionalismos e outros contextos do lugar. No contexto desta Tese, pode-se, por aqui, relacionar esta primazia pela função que instituiu um pensamento estético no qual a ordenação em série, a pureza das formas, a tentativa de simplificação e a modulação geométrica justificada pela crença nas leis de ordem naturalizadas, que embora tenha contribuído para o significativo desenvolvimento e melhoria do planeamento urbano de Luanda encontraria alguma resistência com a afirmação do nacionalismo angolano, em contexto independente, com impacto social.

No que diz respeito à interpretação e análise do desenvolvimento urbano de Luanda, através da leitura da sua planificação física, toma-se como referência incontornável, o trabalho desenvolvido por Fernando Mourão (2006). Ismael Diogo da Silva (Embaixador) apresenta a obra como “o texto que nos dá um quadro geral do processo de criação e evolução da cidade de Luanda, assente em uma pesquisa cuidadosa e ampla, cruzando e entrecruzando vários fatores, que nos dão a base da síntese do processo: análise de todos os Planos Diretores da cidade ao longo dos tempos; análise da cartografia disponível encontrada em vários países, análise da grande maioria das séries estatísticas da cidade desde a sua fundação, mas também um amplo e minucioso levantamento de informações e análises de entrevistas com arquitetos ligados ao processo urbano que permite uma leitura de certos períodos que o autor dividiu a obra ao tratar do tecido urbano em: Mutações do tecido urbano: A cidade feitoria; A cidade mestiça; Período de transição; A cidade colonial; A consolidação da cidade colonial; O sentido dos Planos de Urbanização; Forma de resistência.”. Para Silva a “interpretação contínua e comparada entre o antigo e o novo” deste trabalho pode “servir de inspiração para o ponto de partida para o Plano Diretor de Nova

Luanda.”. Ana Maria de Oliveira (Antropóloga; ex Ministra da Cultura) no prefácio da obra diz: “Homem e cidade transformam-se numa simbiose que se transfigura neste poder místico e irresistível do fascínio de Luanda”. “Convido, assim, todos interessados por Luanda e pela história de Angola, a uma leitura cuidada, à análise detalhada deste brilhante trabalho de Fernando Mourão, filho do Brasil e um apaixonado confesso da nossa cidade e sua gente.”.

Do ponto de vista institucional, já na Luanda capital da República Popular de Angola, a existência de uma multiplicidade de instituições a atuar sobre o planejamento urbano, de alguma forma, dificulta a compreensão lógica do desenvolvimento concreto e legível na cidade - talvez possa já, a partida, demonstrar uma consequência direta formal do tipo de interpretações que vão sendo feitas ao lastro moderno angolano também na contemporaneidade. Contudo, para além do acervo bibliográfico referente ao urbanismo e arquitetura do *tempo moderno* (ou a ele relacionado), deve ser referido ainda que um conjunto de programas sobre urbanismo e habitação, bem como de outros diplomas legais, constam das hipóteses de avaliação como referência documental do desenvolvimento de Luanda contemporânea, a saber: Lei nº3/04 de 25 de junho – Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo; Lei de Bases do Fomento Habitacional; Lei nº 9/04 de 9 de novembro; Lei de Terras e o Regulamento Geral dos Territórios Urbanísticos e Rurais, Obras de Urbanização e Obras de Construção; Regulamento Geral sobre as Edificações Urbanas; Políticas Públicas de Fomento Habitacional; Regulamentos das Novas Centralidades e a Constituição de Reservas Fundiárias; Lei nº 3/07 de 3 de setembro; Programa Nacional de Urbanismo e Habitação de 2008; Programa – País Habitat – MINOTH para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola 2018-2022; Estratégias para o desenvolvimento de Angola 2025, entre outras. Com relação ao desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda contemporânea, interessa, portanto, absorver e debater estas temáticas, cruzando-as com as abordagens orais, da literatura popular e os seus pressupostos políticos. Importa ainda indagar sobre como o trabalho literário foi infundido pelo político e vice-versa, analisar a captação dos símbolos, de imagens, até mesmo de mitos e crenças enquanto veículos de poderes anímicos e de eferescências, mas também sobre a íntima relação entre o MMA (enquanto temática de desenvolvimento operacional) e a modernidade (enquanto vivência social), neste caso com paixão pela nação que toma forma no momento em que está a ser constituída, na vertente da sua consequente correspondência com a prática contemporânea.

Parte 2

O território e a sua caracterização moderna

“Portanto, só os ciclos eram eternos.

(Na prova oral de Aptidão à Faculdade de Letras, em Lisboa, o examinador fez uma pergunta ao futuro escritor. Este respondeu hesitantemente, iniciando com um portanto. De onde é o senhor?, perguntou o professor, ao que o escritor respondeu de Angola. Logo vi que não sabia falar português; então desconhece que a palavra portanto só se utiliza como conclusão dum raciocínio? Assim mesmo, para pôr o examinando à vontade. Daí a raiva do autor que jurou um dia havia de escrever um livro iniciando por essa palavra. Promessa cumprida. E depois deste parêntesis, revelador de saudável rancor de trinta anos, esconde-se definitiva e prudentemente o autor.)”

“– Utopias! Isso não funciona na prática. Eu sei, são ideias que correm na Casa dos Estudantes.”

Uma utopia, para os que acreditam nela. Apenas os que a engendram, escondendo as axiomáticas agendas paralelas, nunca sofrerão de melancolia, ao lembrar aquele momento em que o Tudo pareceu possível e todos os Homens se sentiram Irmãos. Os outros, por esta altura, já terão todos os planos traçados, extasiados também, porque agora chegou a sua vez.”

Pepetela.

A geração da utopia, 1999. (A CASA, pág. 11 e 97).

“Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa com portanto”

Pepetela.

A geração da utopia, 1999. (O TEMPLO (A partir de julho de 1991) - Epílogo, pág. 373).

A abordagem sobre Luanda deve incluir um espaço de influência para lá das suas fronteiras administrativas, ou seja, um território que se alonga entre a grande bacia de drenagem do rio Congo (África Central) e a bacia hidrográfica do sistema Zambeze-Congo, com uma grande variedade de climas, vegetação e sobretudo povos e as suas culturas. A região é composta por vários grupos étnicos, na sua maioria de cultura Bantu, cuja influência atinge cerca de 1/3 da população do continente africano (Wheeler, Pélissier, 2009). Neste contexto, a Luanda que abordamos hoje, desenvolve-se e estende-se para o interior a partir das terras baixas da costa atlântica, alongamento este (em terreno plano e muito próximo do linear) que acontece pela delimitação natural navegável dos rios Bengo (a norte) e Kwanza (a sul). A região apresenta-se, ao longo do ano, fundamentalmente seca cujo clima equatorial agreste influenciou diretamente a concretização do seu território urbano. O crescimento de Luanda moderna acontece em paralelo com os desenvolvimentos sociopolíticos da Metrópole, Lisboa. Não será errado afirmar que, a partir desse ponto de vista, a capital da Província de Angola recebe o MMA já experimentado e maduro¹, quer com ligações aos acontecimentos político-económicos, quer às consequências do ambiente social que se vivia em Portugal, no contexto europeu e mundial.

Como desenvolve Manuela da Fonte (2012) as condições políticas e sociais de Luanda, na segunda metade do século XX, bem como o periférico capitalismo português de alguma forma fomentou a maior abertura de discussão e execução de estratégias operativas garantindo, assim, maior concretização do que era debatido internacionalmente, ao nível da atuação privada Kaluanda. De uma forma geral, foram as diferentes gerações de técnicos (urbanistas, arquitetos e suas equipes de trabalho) que aprofundaram o objetivo de desenvolver uma arquitetura adequada ao território que combinava um programa de *representação* inspirado na tradição portuguesa e interpretações do moderno internacional. Alguns deles não abdicariam, todavia, de recorrer a linguagens historicistas ou nacionalistas portuguesas, sempre que lhes fosse “exigido”, como se pode observar na diversidade de respostas e adequação programática (também modernista) de Fernando Batalha, por curiosidade e gosto próprio, como nos conta em entrevista (ver em Apêndice).

1_A Arquitetura Moderna (ou Movimento Moderno em Arquitetura - MMA) é uma designação usada para o conjunto de movimentos e escolas arquitetónicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida entre o final do século XIX e grande parte do século XX, inserida no contexto artístico e cultural do modernismo. Luanda “recebe” o Movimento Moderno em Arquitetura no seu período tardio, mais ou menos trinta anos depois do início do seu desenvolvimento prático internacional.

Importa salientar que o período em questão apresenta vários processos de transformação urbana que devem ser analisados estabelecendo paralelismos, também como contextualização do desenvolvimento moderno Kaluanda. A abordagem da evolução urbana deste território (e toda a sua complexa organização social inerente) implica perceber, do ponto de vista técnico, a sua leitura de identidade construída através da soma de tempos e vários contrastes sociais, várias culturas (rurais e urbanas), ou seja, de várias formas de viver o território – da cultura Bantu ao início da cultura republicana portuguesa e a sua influência na questão socio-cultural e de gestão urbana do território; da modernidade Kaluanda; do contexto de cidade capital de um novo país independente, bem como da apreensão dos novos critérios globais usados no seu desenvolvimento urbano contemporâneo.

Mais do que referência geográfica, Luanda representa a referência afetiva do seu habitante, o Kaluanda. A cidade pode ser lida hoje como o resultado do desenvolvimento de um percurso natural histórico, talvez não tão diferente do de tantas outras grandes cidades, cujos tempos nos mostram um território invariavelmente segregado – da Cidade Alta à Cidade Baixa; da Baixa aos Mu Sekes; do Centro à Periferia – como forma de vida própria. Sobre a imagem social da cidade hoje, como aborda Pepetela (1999), talvez lhe falte mesmo uma nova espécie de sonho condutor nesta distopia, onde o seu habitante é seduzido sempre que é apresentada uma nova vontade de recomeçar, refazer e voltar a fazer tudo de novo, sem nunca melhorar a informalidade existente de facto. Informalidade esta (que não se resume ou circunscreve aos seus Mu Sekes) hoje perfeitamente legível para lá das suas áreas periféricas que, uma vez transformadas em formais (fruto, talvez, de uma prematura posição populista de gestão urbana, ou seja, sem o devido tempo de interpretação e preparação de ambos os lados da relação formal e informal da cidade) nunca conseguiram a tão ambicionada transformação ou integração com a útil urbanidade na cidade como um todo.

Em forma de contextualização prévia, importa compreender o que está para lá do objectual, ou seja, as culturas dos seus povos, as suas lutas e conquistas (através de revoltas históricas) ao domínio estrangeiro ou ainda as suas várias reformas sociopolíticas, o que faz com que a leitura do seu território ultrapasse os seus quase dezanove mil quilómetros quadrados de extensão territorial (mais ou menos 2% do território total de Angola com muito perto de 1/3 dos seus habitantes) enquanto província capital da República de Angola.

1a



1b



1c

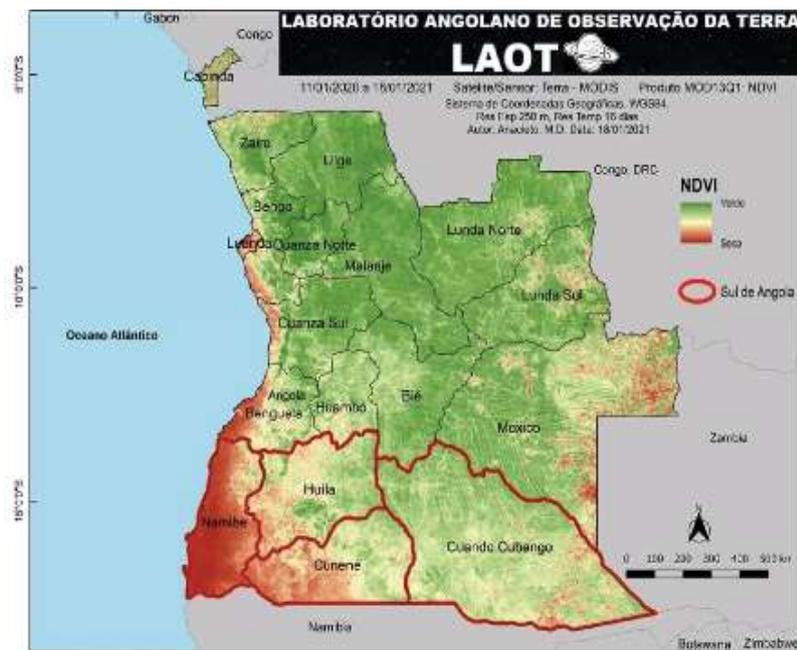


Fig. 1.

A província de Luanda.
1a. Divisão administrativa da Província de Luanda.
1b. Limites de Luanda e a sua relação com a expansão urbana para o interior de Angola.
1c. Evolução da cidade (mancha cronológica significativa) no que diz respeito aos momentos decisórios de desenvolvimento urbano.

Fig. 2.

Enquadramento do território de Luanda de acordo com o seu clima. Território que se alonga entre grandes bacias (Congo Central e Congo Zambeze).



O território Kaluanda.

O território urbano de Luanda resulta de um longo processo histórico que tem início em 1576, como desenvolve Alberto Oliveira Pinto (em Fragmentos da História de Angola). Ou seja, vai das relações diplomáticas com os reinos do Congo (Kongo) e do Ndongo – até a total conquista colonial de Angola (1913), passando pelas relações político-sociais, culturais e essencialmente comerciais, com os europeus, com o período de grande influência do papado, a partir de finais do século XV (Papais do Renascimento) e com a instituição de um sistema de capitânias-donatárias (o território de Luanda foi dado ao capitão-donatário Paulo Dias de Novais, em 1571), bem como de feitorias, que se mantinham reservadas a direta e total soberania do Estado português (Exploração Económica e Governo dos Novos Territórios, *Porto Editora*).

Na fase inicial deste período da ocupação ocidental, a época de tempo mais frio e seco (cacimbo) foi aproveitada pelos conquistadores europeus para empreender as suas campanhas e expedições para o interior em contraponto com as ações militares indígenas que ocorriam com maior intensidade durante a época das chuvas (tempo mais quente e húmido), época mais insalubre e propícia às doenças tropicais: malária, febre-amarela, tripanossomíase, entre outras endemias (Wheeler, Pélissier, 2009).

De acordo com Ana Tostões (ed. 2013), a influência europeia sobre África, a partir do final do século XV, entrou numa fase de exploração unilateral, que para além de despojar e saquear forçou a diáspora de milhões de africanos. É um processo que se prolonga até ao séc. XIX com a ocupação de África na sequência da Conferência de Berlim (1884-1886), que conduziu à partilha do território pelos poderes mundiais daquele tempo. As fronteiras geográficas então definidas não refletiram a população nativa bem como a sua cultura, e o processo de colonização caracterizou-se por uma progressiva exploração, ocupação e penetração do território.

A “missão civilizadora em África” passaria a representar a retórica eufemística de uma prática de disseminação do colonialismo como discurso de poder. Com a independência do Brasil a retórica civilizadora portuguesa, emerge revestida de duas roupagens aparentemente conciliatórias: uma imediata, associada às suas consequências económicas diretas para o capitalismo imperial; outra, revestida de uma dimensão moralizante, regeneradora e depurada (Barros, 2013).

No período entre as duas Guerras Mundiais do século XX, a África colonial foi sendo desenvolvida em fases de grande escala, testemunhando a construção de estradas, caminhos-de-ferro, portos, plantações entre outras infraestruturas governamentais (Tostões ed. 2013).

Wheeler e Pélissier (2009), sobre o tema, afirmam que é necessário perceber o comportamento e a cultura de Portugal relacionando diretamente os acontecimentos nas colónias com os assuntos internos portugueses e, da mesma forma perceber que os acontecimentos em Portugal influenciavam diretamente a vivência das colónias, no caso específico de Luanda.

Durante o Estado Novo, o uso de técnicas de comunicação, de propaganda e de segurança (com auxílio extremo dos aliados ocidentais e Estados Unidos da América) acentuara o culto nacionalista, o autoritarismo e o colonialismo com autênticas exteriorizações de revivalismo cultural e de ativismo histórico diretamente relacionados com o sistema de governação. Todavia, como desenvolve Victor Barros (2013), para além da internacionalização da questão colonial, outras matérias mereceriam especial atenção: embora muitas das disposições legais, contra-reações discursivas e normativas portuguesas tivessem aparecido como respostas e contra-respostas aos desafios e fatores externos, a questão da mão-de-obra indígena colonial, seria abordada como de relação direta com as doutrinas coloniais.

Em Angola estas iniciativas surgem com José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867 - 1955, General e Estadista), Republicano e Grão-mestre maçom que, no entendimento de Rui Bandeira (2017)², efetivou um reportório urbano inovador. Funda o primeiro liceu em Luanda (Liceu Nacional Salvador Correia de

2_A Maçonaria instalou-se em Angola em 1872, primeiro em Luanda e logo a seguir na vila da Catumbela, transferindo-se pouco tempo depois para Benguela onde fez obra de grande vulto. Desenvolveu um conjunto de protestos (nomeadamente reivindicações económicas) e suportados pelas lojas maçónicas tradicionalmente identificadas pelo termo umbundo Kuribeka "apresentar-se sem ser chamado", o que só por si já representa um elemento de diferenciação e de autonomia em relação a Portugal. Em janeiro de 1906, é criada em Catumbela a Associação Beneficente dos Empregados do Comércio, cujos membros pertenciam todos às Kuribekas angolanas, assim como todos os membros que nesse mesmo ano fundaram a Associação Comercial de Benguela. Em dezembro desse mesmo ano, na Catumbela, foi fundado o Grémio Pró-Pátria, loja maçónica de inspiração republicana e autonomista que perdurou até finais dos anos sessenta. Benguela e, na altura o concelho da Catumbela, foram dos três municípios angolanos (o outro foi o de Novo Redondo), em que o Partido Republicano ganhou as eleições autárquicas em 1906. Em 1918 e 1920, houve um enorme e violento protesto organizado em Benguela, que incluiu o bloqueio de estradas, a destruição de pontes e uma greve de trabalhadores que teve forte impacto na economia. A partir de 1923, as manifestações e protestos tornaram-se mais violentos, inclusive uma greve de trabalhadores do Caminho-de-Ferro no Lobito teve de ser dominada por militares. (Rui Bandeira. As Kuribekas angolanas. Maçonaria em Angola! Quem diria..., 2017).

Sá e Benevides, em 22 de fevereiro de 1919, hoje Magistério Mutu-ya-Kevela), promove o ensino primário; constrói milhares de quilómetros de estradas; assistência social para indígenas, entre outros. Para os “pseudo-instruídos” ou mais tarde “pseudo-civilizados” (designação adotada pela sua gestão), o pensamento colonial poder-se-á abordar como defensor apenas do assimilacionismo técnico e prático dos indígenas, mas não um assimilacionismo cultural, de forma a garantir um segregacionismo de funções sociais entre colonizadores e colonizados (Silva, 2003). No entendimento de Nuno Sotto Mayor Ferrão (2000), seria uma forma de salvaguardar os direitos dos indígenas e ao mesmo tempo os interesses coloniais, sempre defendidos com pretextos plausíveis, onde para cada “*conspiração nativa*”³ eram tomadas novas deliberações reformistas.

Ferrão (2000), considera que Norton de Matos foi um Governador Geral de Angola fundamental pois deixou construídas várias novas cidades, novos edifícios, estações radiotelegráficas e material considerável para o assentamento de novas linhas de transporte ferroviário. Mais do que qualquer outro português do século XX, o General Norton de Matos foi “*o homem que sonhou o Império*”. Estas novas medidas, porém, não foram capazes de encobrir a crise financeira que viria a aflorar (até 1924) fruto de uma desmesurada implementação de Obra Pública e conseqüente estrangulamento económico.

Mais tarde, em 1930, é aprovado o Ato Colonial, o regime assume-se então como fortemente nacionalista e colonialista. É abolida a Pena de Degredado e é instituída a Carta de Chamada para as Colónias. É instituído o Estado Novo e o Ato Colonial passa a ser considerado Matéria Constitucional de Direito Público da Constituição portuguesa – Artigo 133 como Diploma Autónomo.

Duarte Pacheco, solicita os préstimos de Donat-Alfred Agache (reconhecido já pelo trabalho desenvolvido no Rio de Janeiro) para a adaptação dos métodos franceses à cidade de Lisboa. Com base nessa decisão começam a ser desenvolvidos Planos Gerais de Urbanização, ou seja, deveriam ser executados

3_ Com a Revolução de 28 de maio de 1926, em Portugal, a liderança do regime passa para o General Óscar Carmona (maçon) que é eleito Presidente da República em abril de 1928. Até 1929, a Maçonaria teve plena liberdade de ação, embora já se começasse a sentir gradualmente, o emergir de um conservadorismo apoiado pela Igreja Católica, adversária dos princípios defendidos pelos franco-maçons. Todos estes avanços foram considerados subversivos para a ditadura que viria a seguir e, que pugnava pela ignorância do povo, como suporte da sua sobrevivência. O catecismo da liberdade, igualdade e fraternidade entrava em luta com o flagelo da época em África, uma escravatura que já não tinha este nome, mas que mantinha em servidão os trabalhadores. Na iniciação maçónica, Norton de Matos jurara combater a escravatura, essa seria uma das suas prioridades em Angola. E um dos meios de combater fosse que flagelo fosse era a instrução, não só importante para que os nativos pudessem um dia gerir a sua própria independência, como também para se aprender a vencer os escolhos dos textos escritos em tempos de censura. (Rui Bandeira, 2017).

Planos Diretores para todas os municípios e localidades com mais de 2500 habitantes no âmbito do Decreto Lei 24.802, de 21 de dezembro de 1934.

Assim, Estado (a partir de Lisboa), Administração Local e entidades privadas⁴ afirmavam em Luanda o seu papel ativo (cada um a seu nível) no desenvolvimento e consequente transformação do território bem como na difusão de um estilo nacional e de inspiração internacional que se transformou em tropical verdadeiramente ligado às particularidades do lugar, respondendo aos apelos do clima e, mais ainda, à natureza de quem o usava. Estavam deste modo lançadas as bases para uma posterior afirmação de um modernismo onde novas soluções sintetizavam já alguns dos princípios genéricos da arquitetura moderna angolana – ventilação cruzada através de dispositivos que assegurem em todas as dependências comuns a ventilação direta, transversal ou diagonal – brise-soleil e suas variantes, palas ou grelhas, galerias abertas ou varandas cobertas mais profundas (Fonte, 2012)

Na África lusófona, como refere Isabel Martins no prefácio de Tostões (ed. 2008), a modernidade foi o tempo em que a arquitetura adquiria a capacidade de despertar utopias. A vontade de fazer arquitetura com os parâmetros do MMA implicava também um compromisso com a democracia, com a liberdade social e de desenho. Para Isabel Martins, citando Ana Tostões (2009), esta liberdade operacional foi capaz de produzir “lugares de um valor inestimável, num debate intenso e permanente de troca de ideias que lhes proporcionara um know-how capaz de os libertar de um compromisso entre o que existia e aquilo que nunca foi, o futuro da arquitetura” e “traz para a África arquitetos que vão desenhar a utopia moderna”.

1960 é considerado o Ano de África, a maioria dos países africanos alcançam as suas independências. Em Angola, ainda Província Ultramarina, começam a ganhar corpo movimentos independentistas e de autodeterminação⁵.

4_ Sobre as ações das entidades privadas podem ser destacados nomes de investidores e/ou proprietários de terrenos como Cunha & Irmão, Mário Cunha, Gomes & Irmão, Martins & Almeida, Cardoso de Matos, Voto Neves, Pedro Miguel Cazenga, Burity, Josefa Marçal (alguns desses nomes foram adotados como denominações dos antigos musseques, hoje bairros de Luanda) (Correia, 2018).

5_ Designou-se “Processo dos 50” a um conjunto de três processos políticos, entre 29 de março e 24 de agosto de 1959, com as prisões de vários nacionalistas Angolanos. A Geração de 50, de grande influência nas gerações posteriores de intelectuais angolanos, não se resume unicamente a aspectos meramente culturais, necessários à construção de uma identidade comum, mas também a outros que se referem à mobilização e formação política militante de novas gerações numa emergente luta pela autonomia cultural e política, naquele dado momento histórico (finais dos anos quarenta e década de cinquenta). Os anos 50 e o Discurso Cultural. Em 1948 o movimento literário-cultural “Vamos descobrir Angola” constituiu-se num postulado e mesmo numa posição política de jovens intelectuais da época em relação à negação

Para Ana Tostões (2013), ao longo dos anos 60 começou a surgir um genuíno interesse pela arte e arquitetura africana num quadro que anunciava uma reação à uniformização do internacionalismo, enunciando tendências conducentes à descoberta da cultura vernacular, do organicismo e da identificação do conceito que virá a ser designado de regionalismo crítico.

Ana Tostões, Presidente do Docomomo Internacional, na 14ª conferência internacional em Lisboa sobre o “Reuso adaptativo - O movimento moderno em direção ao futuro”, em 2010, afirmava:

“Parte-se da ideia de que o Movimento Moderno não é algo que tenha acabado nos anos 60, mas que representa um processo que tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade contemporânea, ou seja sem formas cristalizadas. É necessário hoje olhar para toda a herança modernista e pensar como lidar com ela, aplicando-lhe a mesma lógica que os primeiros arquitetos modernistas adotaram. Há um eixo fundamental do Movimento Moderno que é ideológico: é a primeira vez que os arquitetos abraçam este tema do grande número, da habitação para todos. Anteriormente trabalhavam exclusivamente para o poder.”

“A ideia é não esconder os materiais e explorar todas as suas potencialidades. Há uma ambição de espaço diferente, com mais luz e fluidez do que tinha o pensamento arquitetónico anterior, mais limitado pela matéria. O modernismo é uma situação de grande liberdade.”

A Província de Angola passa a Estado, em 1971, de acordo com a nova revisão Constitucional. Como consequência imediata do “25 de abril” entre 1974 e 1976, perto de quinhentos mil portugueses abandonam Angola, via Luanda, voltando para Portugal na condição de Retornados e salvaguardados pelo Decreto-Lei n.º 179/80, n.º 128, Série I de 3 de junho, que estabelecia normas relativas à integração no Quadro Geral de Adidos QGA na Administração Local. Por outro lado, em Angola, agrava-se a situação política, económica e social.

sistemática dos valores do povo angolano ou das diversas nações angolanas pelo colonialismo. A revista Mensagem no seu segundo número, vai dar voz a este postulado e ao Movimento dos novos intelectuais de Angola, como “um ativo agrupamento literário em que militam alguns dos valores mais expressivos da moderníssima geração angolana”. O poeta António Jacinto (um dos integrantes do grupo formado por Viriato da Cruz) diz-nos que esse trabalho possuía raízes políticas, porque o facto do reconhecimento em si já implicava uma tomada de posição política.

Rosa Coutinho (Governador Geral – Presidente da Junta Governativa – uma espécie de Junta de Salvação Nacional, à escala de Angola) em *Notas sobre a descolonização de Angola - Associação 25 de abril - a25abril.pt (2009.01)*, observa que o que se verificou logo a seguir ao 25 de abril de 1974 foi a falta de uma política concreta de descolonização definida:

“Se se pode, ao fim destes anos, dizer que houve uma política de descolonização, deverá confessar-se que ela resultou de muitos e variados factos. Resultou da correlação de forças (lá e cá) e foi sucessivamente adaptada às circunstâncias, pois não houve, de início, um objetivo comum em que todos estivessem integrados.”

Os anos de 1970 representam para Luanda, no que diz respeito ao seu desenvolvimento urbano e arquitetónico uma referência temporal particularmente interessante. São aqui tomados como charneira entre o período colonial e o pós-colonial, entre as realizações modernas e as suas consequências até aos dias de hoje. Enquadram e relacionam, portanto, o desdobramento aglutinador de um sentido de desenvolvimento urbano, fruto da certa autonomia administrativa que Luanda vinha adquirindo, com o aumento da sua importância económica em relação à metrópole, mas também o suporte urbano para as novas experimentações, já em tempo de independência (no depois do moderno Kaluanda) (Correia, 2018).

Os usos e costumes conferiram ao Kaluanda um grande carisma que se foi fortalecendo com o passar do tempo. Dos valores antigos nasceu uma consciência nacionalista que depressa se transformou em movimento de emancipação com grande relevância. Pode-se afirmar sem qualquer receio de errar que foi dessa mistura de “planeamento semeado ao vento”, “formal e informal”, “centro e periferia”, “manta de retalhos” e as suas consequências sociais, dos “Mu Sekes”, que se dá a independência de Angola. Nos anos seguintes, o ambiente urbano construído está diretamente ligado ao período pós-colonial como enquadramento histórico, mais do que como movimento de interpretação de novos conceitos de produção urbana ou arquitetónica. Nunca houve de facto um debate nesse sentido, nem como conceito de abordagem para a edificação e urbanização, nem como consequente crítica natural, previsível, sobre a modernidade Kaluanda.

No período pós-colonial, o MMA angolano esteve sempre fora de reflexão ou classificação por parte das várias correntes da produção contemporânea. Não existiram de facto “grupos”, “movimentos” ou “escolas” que tenham conseguido reconhecer nele a devida qualidade técnica de produção ou até mesmo reunir sistematicamente as várias propostas internacionais de classificação feitas por historiadores de arquitetura.

O arquétipo moderno, aqui defendido e apresentado como a referência mais relevante e útil para o continuar do desenvolvimento urbano da Luanda de hoje, reúne fundamentação científica e disciplinar, que suporta e conecta, com pensamento crítico, as diferentes áreas que se ocupam da salvaguarda, preservação e continuidade funcional deste património moderno edificado.

Parte-se do princípio que este suporte deverá ser entendido, no seu melhor sentido, ou seja, no sentido social e coletivo de cidade como um todo, em contraponto com o crescimento casuístico e sem urbanidade que tem promovido o uso desequilibrado de Luanda.

O alastramento fragmentado e descontínuo da mancha urbana de Luanda, dos últimos 50 anos, proporcionou à sua tipo-morfologia uma condição urbana profundamente alterada. Esta desconfiguração da paisagem urbana contemporânea terá sido uma consequência direta da má gestão urbana do território, particularmente do seu espaço periférico habitado.

O eixo moderno Mutamba – Marçal, como referência de urbanidade serve, num sentido, para constatar a qualidade urbana que a diversidade e versatilidade dos seus espaços modernos conseguiram produzir, mas também serve para a interpretação dos usos e continuidades da cidade, entre centro e periferia.

José Gonçalves (2007) aborda o processo de desenvolvimento moderno como a renovação urbana e arquitetónica também associado ao socialismo utópico, que equaciona, portanto, uma solução científica para o problema social. A abordagem que se segue, propõe um necessário raciocínio lógico sobre o processo metodológico (científico e operativo) de produção moderna da Luanda, cujos métodos, ainda hoje, se tornam relevantes para compreender o plausível desenvolvimento urbano e arquitetónico da Luanda contemporânea. Para tal, procuraremos caracterizar cada um dos diferentes momentos de desenvolvimento do eixo Mutamba - Marçal de forma independente (no Antes; Durante e Depois da

modernidade Kaluanda) e, conseqüentemente, a partir deles, desenvolver uma análise comparada para assim preparar o debate seguinte sobre as suas conseqüências diretas e hipóteses de intervenção na Luanda de hoje.

A leitura do território moderno será feita pela passagem da “utopia” à ideologia do Plano (que acompanha o percurso do Movimento Moderno e marca o fim da reflexão das “vanguardas”) sobre a cidade. Nesse processo sublinha-se o novo quadro formal e visual que passa como matéria de investigação para os modelos de cidade dominantes – progressista ou culturalista – e se manifesta no desenho, das experiências habitacionais desenvolvidas na Europa Central, das Siedlungen e das casas altas. De entre eles, a construção linear (sem hierarquias), a construção em altura, a defesa do ângulo reto, para levar a sistematização ao limite, e a repetição de elementos com seriação regida por leis constantes (que configuram a “cadeia de montagem”), simbolizam a aspiração igualitária da sociedade moderna.

Mário Kruger (2005) aborda a relação ensino, prática profissional, investigação e desenvolvimento na modernidade, referindo a importância que Leslie Martin, dá a cientificidade no programa de arquitetura dos anos 30 sob o ponto de vista da história das ideias, onde um dos acontecimentos mais notáveis foi a ênfase colocada na análise racional dos problemas. O significado da “investigação”, de uma maneira geral, foi demonstrado pelos argumentos utilizados pelos CIAM na análise da razão.

Contudo, o impulso crítico para uma relação mais precisa entre a forma física e a necessidade sociopsicológica torna-se tema apenas no CIAM X, realizado em Dubrovnik, em 1956 - o último encontro dos CIAMs - organizado pelo grupo de arquitetos do Team X. O Congresso é marcado por uma clara violência nas discussões, embates ideológicos e pessoais entre gerações bem distintas mostram a fragmentação e descentralização dos grupos. Entre o CIAM IX e o CIAM X, o grupo Team X publica a Declaração do Habitat e o Manifesto de Doorn onde se esclarecem os princípios sobre o que significa a construção do ambiente humano, desde a casa até a cidade. Para exemplificar esse entendimento introduzem uma adaptação do diagrama da organização territorial do The Valley Section criado por Patrick Geddes (do início de 1900). Nesse diagrama, Geddes apresenta, num corte esquemático, diferentes agrupamentos humanos em diferentes estágios de produção e de urbanização, ou seja, relacionado-os com seu meio ambiente (Frampton, 2008 [1997]).

O Novo Brutalismo, o Estruturalismo e mesmo, talvez um pouco mais distante, o Metabolismo japonês, com maior destaque para as realizações de Kenzo Tange, de alguma forma, traduzem o pensamento que, diante do caos urbano e a falta de planeamento corrente das cidades japonesas, no pós Segunda Guerra Mundial, procurava nas suas tradições culturais e no próprio MMA novas e radicais abordagens de intervenção: novas áreas urbanizadas que extravasavam os limites da terra e ocupavam espaços no mar ou ainda as suas habitações móveis que podiam ser deslocadas para qualquer parte. Josep Maria Montaner sobre o tema, realça que os Metabolistas esperavam que a sociedade acompanhasse a sua visão de avanço tecnológico, social e urbano. Vendo a sociedade japonesa, nos dias de hoje, talvez se possa afirmar que os arquitetos metabolistas não estavam errados em apostar na tecnologia como forma de alavancar a grandeza de um povo.

Outra referência que também pode ser feita, salvaguardando as devidas proporções de diferença, são as propostas futurísticas do grupo Archigram (contemporâneos dos metabolistas): as cidades andarilhas que podiam estar em qualquer lugar. Fora do Team X, no quadro da participação e sustentabilidade surge o estruturalismo em arquitetura e no planeamento urbano⁶, apresentado por Herman Hertzberger e Lucien Kroll influenciados pelos conceitos de Louis Kahn nos Estados Unidos e John Habraken na Holanda (com a teoria da participação do usuário em habitação). Gonçalves (2007) manifesta que, neste sentido, o projecto moderno não se opõe à cidade tradicional por razões ideológicas (ou ao seu pressuposto de equilíbrio), mas antes à cidade de novecentos, que resultou da especulação gerada pelo desenvolvimento desordenado da indústria. Esta discussão disciplinar internacional não traz para a organização estrutural da cidade de Luanda reflexos práticos diretos. Como se desenvolverá mais à frente, admite-se, contudo, a hipótese de que se tenha refletido nas propostas e desenvolvimento das Unidades de Vizinhança de Fernão Lopes Simões de Carvalho (1929 -) (ao longo dos anos 60) com o objetivo de, uma vez mais, organizar os espaços vazios que periféricamente se foram tornando híbridos - espaços fora do centro da cidade cada vez mais destinados à classe minoritária dominante.

6_ Estruturalismo foi desenvolvido em meados do século XX, como uma reação ao CIAM (funcionalismo – racionalismo). De uma forma geral, representa o modo de pensar do século XX (em diferentes lugares, em diferentes épocas e em diferentes campos), uma plataforma importante para a discussão da arquitetura e urbanismo. Também pode ser encontrado em linguística, antropologia, filosofia e arte.

Vasco Vieira da Costa (1911 - 1982), referência obrigatória no roteiro do desenvolvimento da cultura arquitetônica em África, era marcadamente europeu e profundamente conhecedor da sua terra Angola; Adalberto Gonçalves Dias (1920 - 2005); António Matos Veloso (1923 - 2014); Fernando Alberto Pereira de Matos (1912 -); João Faria da Costa (1906 - 1971); Fernão Lopes Simões de Carvalho, ainda hoje defensor do Modulor e dos métodos de produção da arquitectura moderna; José Troufa Real (1941 -), entre tantos outros, procuraram sempre com rigor, explorar o papel do arquiteto como “ordenador do processo de produção” para com a “regra” libertar a poesia.

Ao interpretar a experiência europeia para o continente africano, nomeadamente para Luanda, os agentes transformadores do território conceberam uma linguagem formal própria como resposta exemplar a muitos problemas provenientes da adaptação ao meio tropical. As suas interpretações, ainda hoje, ocupam uma posição de relevo no debate sobre as metodologias arquitetónicas corretas aplicáveis nos trópicos. Metodologias essas assentes essencialmente em dois pontos: Na implantação ponderada dos edifícios considerando a integração destes com recursos naturais existentes nesse “meio”, de maneira a proporcionar uma sensação de conforto e bem-estar sem ter de recorrer a sistemas de climatização artificiais; na economia de meios para atingir esses mesmos objectivos. As suas obras demonstram uma elevada clareza estrutural sem que o seu vocabulário arquitetónico se limitasse a essa linguagem formal.

A influência exercida por Le Corbusier (1887 - 1965) foi determinante sobre a geração moderna que trabalhou em Angola, nomeadamente o caso de Vasco Vieira da Costa. Vieira da Costa revela a consciência do potencial civilizador contido na ideologia democrática e transformadora da arquitetura do movimento moderno: “compete, pois, ao europeu criar no indígena necessidades de conforto e de uma vida mais elevada, impelindo-o assim ao trabalho que o levará a fixar-se, e que facilitará a mão-de-obra mais estável.”. Vasco Vieira da Costa desenvolveu uma aproximação criativa e original, utilizando as condicionantes do lugar e do clima como estímulos para uma resposta tecnicamente eficaz e esteticamente inovadora, legando uma obra moderna a todos os títulos excepcional. Seguindo os princípios do desenho adaptado a um clima tropical baseados na ideia de que uma ventilação eficaz é fundamental para assegurar o conforto, Vieira da Costa procurou sempre “implantar a construção de acordo com os ventos dominantes”, e ao mesmo tempo coordenar esta condição com a exigência de reduzir a incidência solar direta sobre as superfícies do edifício (Tostões ed., 2013).

Dedicando uma constante atenção às questões da proteção solar, ventilação natural e escoamento das águas pluviais, criou um conjunto de sistemas de controlo passivos destinado a assegurar eficiência ambiental e que ao mesmo tempo constituíram a base criativa da sua gramática expressiva. O recurso ao betão aparente, tijolo à vista, ou noutros casos, o uso de grelhas de betão, determinam recorrentemente a imagem crua da construção, exibindo claramente a estrutura na sua tectónica através da essencialidade do desenho articulada com o uso dos materiais, explorando a sua natureza primeira, seguindo os princípios do Novo Brutalismo. Esta referência Corbusiana é temperada com a influência britânica dos últimos CIAM, designadamente quando utiliza as longas galerias de distribuição numa clara alusão às sky streets de Alison e Peter Smithson (Tostões ed., 2013). Em Luanda, para Tostões (ed., 2013) as obras de Vasco Vieira da Costa assumem uma monumentalidade moderna capaz de representar o equipamento coletivo com sentido iconográfico. Estes edifícios continuam habitados e vividos mas o seu futuro está ameaçado, numa cidade que se transforma a uma velocidade impensável. Para além dos vestígios deixados pela guerra desencadeada no período pós-colonial (de independência), para além da sobrepopulação, o horizonte de Luanda muda a cada dia. Hoje observa-se um crescente investimento, tanto em infraestruturas como na transformação urbana da cidade assente na densificação, na ocupação de espaços livres públicos e que tem sistematicamente omitido a possibilidade de reabilitação de muitos destes conjuntos urbanos. Na atualidade, com a degradação legível do património moderno edificado, após décadas sem a necessária manutenção, apesar de sobrelotados e profundamente “alterados” (adaptados às necessidades correntes dos seus habitantes) os edifícios mantêm a sua integridade e a dignidade de quem os habita. Representam e apresentam, ainda assim, qualidades inconfundíveis que resultam diretamente da interpretação ou da aculturação técnica da arquitetura e do urbanismo do MM internacional que aqui (em Tese) se assume, portanto, com qualidade suficiente para a sua Resignificação e Reuso na contemporaneidade.

Depois destas notas introdutórias parece-nos necessário, ainda assim, abordar com mais pormenor as fases do desenvolvimento de Luanda (também de forma comparada). Assim, a abordagem procurará demonstrar (em três tempos: Antes; Durante e Depois da modernidade) a real dimensão do enquadramento do eixo moderno Mutamba - Marçal para a concretização do ambiente moderno do território, mas também comparar a sua relevância urbana, no contexto Kaluanda, ao longo do tempo.

Fig. 3.
 Enquadramento e ocupação
 do território de Luanda
 nos anos de 1900.
3a. Planta de Luanda do final
 de 1800.
3b. Planta de Luanda 1926



Antes da modernidade Kaluanda (até 1940).

A maior parte das Cidades-Estado antigas africanas estão localizadas na região norte do continente. A mais antiga Kush (hoje Sudão), proeminente pela sua tradição comercial, invadiu e governou o Egito na altura da sua 25ª dinastia (onde a arquitetura da pirâmide foi relevante). Outras cidades importantes são Meroe; Punt; Memphis; Tebas; Cairo (então Babilónia), como ponto estratégico para a exploração do Delta do Nilo; Aksun (a cidade habitada continuamente mais antiga do continente africano); Cartago; Timbuktu; Djen- né; Songhai; Benin (hoje norte da Nigéria, originalmente conhecido como Edo); Kano; Ife – Ife (do reino de Iorubá, o berço da humanidade); Leptis Magna (da antiga Tripolitânia) ou ainda, mais a Sul, o Grande Zimbábue, muito próximo de Moçambique, que conectava os grandes campos de ouro aos portos marítimos da Rota das Índias, a nova variação da Rota das Especiarias no Pacífico. Na extremidade oposta, no Atlântico, a região que hoje é Luanda, compunha o reino do Kongo. O Congo (Kongo), provavelmente oriundo do lado norte do rio, no reino de Bangu, com o passar do tempo torna-se numa espécie de repositório africano de influências e ideias europeias. Luanda, pré domínio europeu, pertencia a um dos maiores reinos da África Central Ocidental. O Congo, de origem cultural Bantu, que apresentava já uma grande quantidade de população, uma manufatura desenvolvida e sabedoria cultural bastante enraizada, mostrou-se desde logo, recetivo aos novos costumes europeus. Do outro lado da fronteira, para o interior angolano, o reino do Ndongo mostrava-se menos propenso à nova aculturação, mas não apresentava grandes objeções às trocas comerciais mostrava-se também muito pouco interessado no cristianismo, recusando mesmo a pregação do evangelho no seu território. O seu soberano Ngola (nome que possivelmente dá “origem” a Angola – palavra “cunhada” pela colonização portuguesa no século XVI) aceita ainda assim parcialmente as influências culturais de várias origens, desde o vale do Nilo até à influência europeia, mais tardia. O Ndongo, reino kimbundo, vizinho, mais jovem e tributário do Kongo (cuja origem se admite que seja do centro/oriente de África) era essencialmente caçador com algum domínio metalúrgico (Wheeler, Pélissier, 2009).

Como é óbvio, a história de Luanda não começa com a chegada europeia, contudo, a sua historiografia urbana surge intimamente ligada às aproximações ocidentais ao reino do Kongo, a partir da segunda metade do séc. XV. A rutura das relações entre colonizadores e indígenas - entre portugueses e congolezes - levou a fundação de Luanda, segundo um modelo europeu.

São Paulo de Luanda é alçada à categoria de Capital Administrativa de Angola em 1627. Para sua defesa é erguido o Forte de São Paulo (1636 ou 1638) que foi durante muitos anos uma “cidade independente” no território. Luanda foi inicialmente um acampamento de soldados empenhados na conquista do interior onde, supostamente, existiriam as minas de prata de Cambambe. O sítio urbano espelhava já uma configuração bipartida mediada pela Igreja: o núcleo africano - a “Praça Real” cercada de pedra e cal, albergava o exército - e o núcleo europeu - fomentava a função religioso-militar-comercial. Na encosta da colina de São Miguel, virada para o Mussulo (a sul), onde hoje se ergue o bairro da Praia do Bispo, foram edificadas a Igreja de São Sebastião e o antigo Palácio do Bispo (com auxílio dos jesuítas) para abrigar a administração donatária e os seus servidores. Mais tarde surge a “Cidade Alta”, ao longo do espigão - ponta de São Miguel - que vem da praia até onde se ergueu a fortaleza do mesmo nome. O núcleo expande-se depois para a “Cidade Baixa” (a norte) onde se localizava a Alfândega e casas dos mercadores (Mourão, 2006).

As naus portuguesas faziam ancoradouro ao longo da baía, num primeiro momento em frente à atual Praia do Bispo e posteriormente na parte norte, na atual frente marginal da cidade (laguna que se transformou em baía e vice-versa fruto da erosão). O desenvolvimento quer da navegação ao longo da costa Kaluanda, quer da tipologia “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”, está diretamente ligado ao tráfico de escravos. A “Cidade Baixa” (historicamente) periférica ao centro do poder, estava localizada entre a baía e as falésias (hoje barrocas do Miramar) limite do plateau. O primitivo acampamento assiste a edificação de casas de comerciantes e contratadores de escravos que os abrigavam em extensos quintais. A “Cidade Alta”, símbolo da Coroa e do Poder Espiritual da Igreja, desenvolvia-se ao longo do espigão. Pode-se, ainda hoje, observar a relação tipológica e funcional diferenciada destas intervenções na morfologia urbana Kaluanda, ou seja, a diferença entre a “Cidade do Poder” (da Coroa e o da Igreja) e a “Cidade Comercial” (dos comerciantes ou o local de trabalho), onde o escravo foi o a “peça chave” de toda essa relação económica (Mourão, 2006).

O litoral angolano sofre várias tentativas de invasão holandesa a partir de 1600, contudo, somente em agosto de 1641 Luanda é ocupada. O conflito armado entre as tropas portuguesas e as holandesas (da Companhia das Índias Orientais VOC e Ocidentais WIC) chega a Luanda como consequência das ocupações dos territórios ultramarinos portugueses (na América, no nordeste do Brasil; África e Ásia, Índia e extremo oriente) durante o domínio espanhol da coroa portuguesa.

Para além das adaptações ao (agora) Forte de Aardenburgh não estão registados outros benefícios urbanos concretos durante esse domínio no território. A reconquista da cidade acontece sete anos depois, em 15 de agosto, por tropas vindas do Brasil comandadas por Salvador Correia de Sá e Benevides. A partir da reconquista de Luanda, os reinos de Angola e Benguela estavam assim abertos ao comércio de escravos e marfim, riquezas estas que transformariam o núcleo primitivo numa feitoria.

O escravismo e o extrativismo (nomeadamente da borracha) seriam, assim, os “motores” de uma política económica que só seria alterada na segunda metade do séc. XIX pelo projeto de uma Angola como colónia voltada para a agricultura. Resposta direta à interdição do tráfico de escravos (Congresso de Viena de 1815), mas que na prática somente apareceria com uma série de medidas da monarquia liberal e princípios do racionalismo (Mourão, 2006). De certo modo, está abordagem tipológica: de Poder e de Comércio (Alta e Baixa) podem demonstrar a concretização das “cidades angolanas” (no território colonial). Fernando Mourão (2006) denomina esta tipologia de edificação para Luanda e Benguela, as mais antigas, e “portuguesas” para as cidades mais recentes.

Nestas notas de contextualização sobre a fundação, enquadramento histórico, técnica de implantação ajustada aos condicionalismos do lugar da modernidade Kaluanda, importa também referir que Luanda nunca perdeu a sua posição de capital sede (comando administrativo angolano) conseguindo, assim, algum isolamento (em relação à metrópole). Isso possibilitou a emergência de uma cultura própria quer do ponto de vista político quer do ponto de vista económico, com a independência do Brasil. Mourão (2006) refere que é com a independência brasileira que Luanda recebe um aumento significativo do fluxo de população (europeia e nativa) tanto no seu espaço urbano central como no rural periférico. Fase esta que coincide com as crises dos produtos agrícolas “tropicais” ou o reflexo direto da depressão económico-financeira internacional, e que, de algum modo, condicionaria o território a uma determinada dinâmica de processo de desenvolvimento diferente daquele verificado nos períodos anteriores.

A participação de Portugal no primeiro conflito armado mundial ao lado dos Aliados segue e demonstra um posicionamento internacional de acordo com as orientações da República, recentemente instaurada em 5 de outubro de 1910.

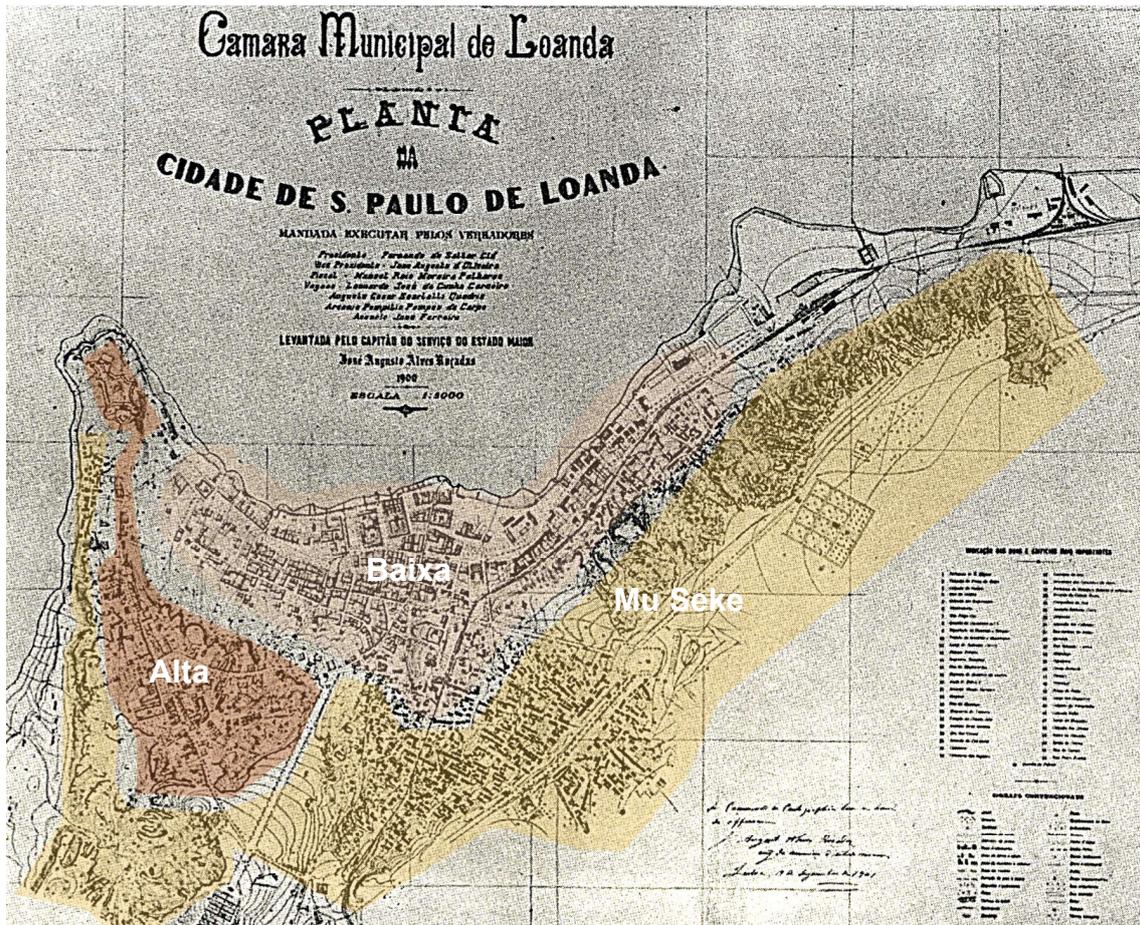


Fig. 4. Planta da Cidade de São Paulo de Loanda em 1900 onde se pode ver a mancha da gestão urbana segregadora dos Sistemas de Colonização. A relação direta de administração entre cidade alta e baixa (Regulamentos das Circunscrições Administrativas da Província de Angola) e as bem diferentes da restante área (Departamento de Assuntos Indígenas).

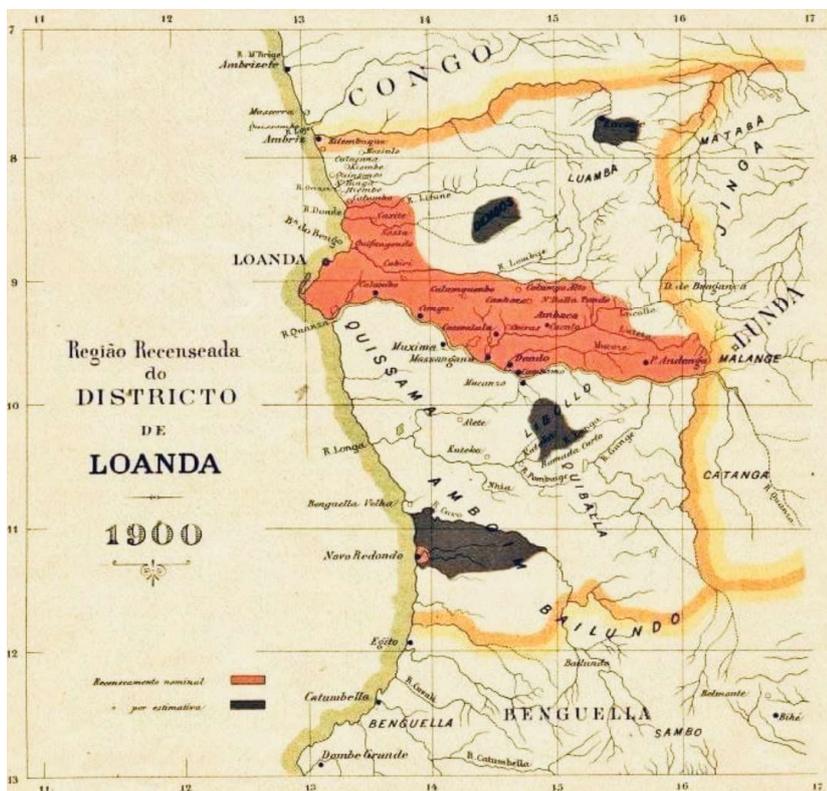


Fig. 5. Mapa da Região Recenseada do Distrito de Loanda em 1900.

No sul de Angola, após um ataque alemão ao posto fronteiriço de Cuangar, em dezembro de 1914, no que se entende como o *Desastre de Naulila*, a defesa portuguesa recua para Humbe enfrentando em simultâneo a revolta popular local contra a soberania portuguesa. De alguma forma, as diversas fases dos momentos internacionais, como os de Naulila, propocionaram o desenvolvimento de Planos estruturantes para a estratégia social do Estado Novo como resposta às contingências externas e filosofias internas ao regime. No rescaldo da I Grande Guerra, em 1918, seriam desenvolvidas iniciativas filantrópicas, estudos e propostas públicas locais (também com referência internacional) como por exemplo os Planos para construção de bairros sociais do Ministério do Trabalho ou a criação de instrumentos-base legais, técnicos e administrativos com impacto nos desenvolvimentos subsequentes .

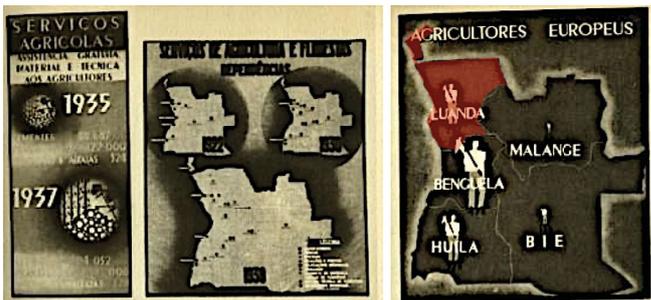
De acordo com Fernando Mourão (2006), o exemplo prático dessa gestão urbana de filosofia científica de segregação social e racial é a portaria nº 183, de 27 de outubro 1922, que determina a construção de bairros indígenas em Luanda, Benguela e Moçâmedes (hoje Namibe). Norton de Matos ambicionava que os indígenas fossem iguais aos portugueses, mas sempre, segregados. À circunscrição indígena, juntavam-se outras, nomeadamente a da alfabetização, pois considerava fundamental que todos soubessem falar, escrever e ler português, proibindo que se falasse ou ensinasse qualquer outra língua estrangeira ou mesmo autóctone, proporcionando assim atingir a verdadeira Unidade Nacional. Para Norton de Matos, a colonização devia fazer-se por famílias para se evitar a miscigenação, devendo promover-se a fixação da raça branca em África para o qual seria necessário oferecer-se um nível de vida muito superior ao “*deplorável e triste viver de muitos trabalhadores da Metrópole*”. Na sua opinião, civilizar o indígena implicava a criação nas colónias de infraestruturas de transporte e de comunicação, de recursos técnicos e de instituições comerciais e administrativas que os enquadrassem nas formas organizacionais europeias, porém com uma educação apropriada, informal, lenta e respeitadora das suas tradições culturais, embora baseada numa instrução profissionalizante destinada à formação de mão-de-obra agrícola e operária.

Luanda, no início de 1900, apresenta-se já como agregadora de outras “sub-polo” ligadas por ferrovias que deveriam escoar os seus produtos pelo Porto de Luanda, facto este que contribuiu para a transformação e consolidação da colónia-feitoria para a colónia-agrária e de povoamento.

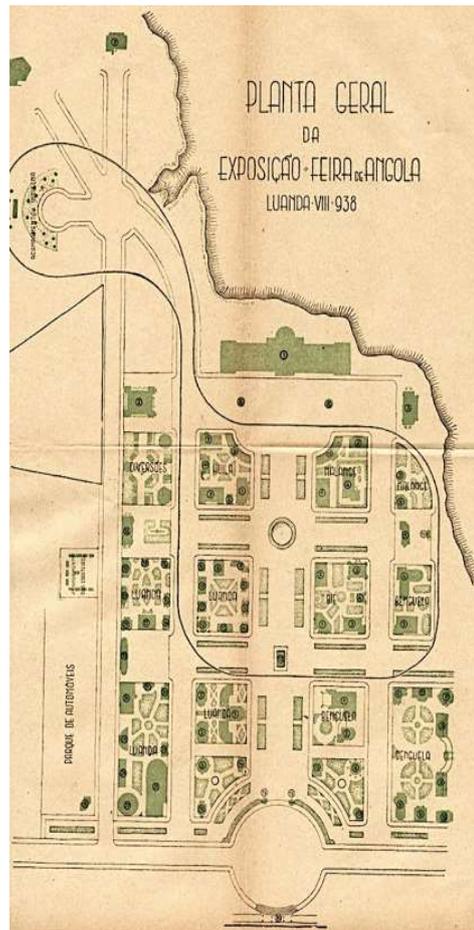
Fig. 6.
Divisão Adm. da Província de Luanda em 1938.



7a



7b



7c

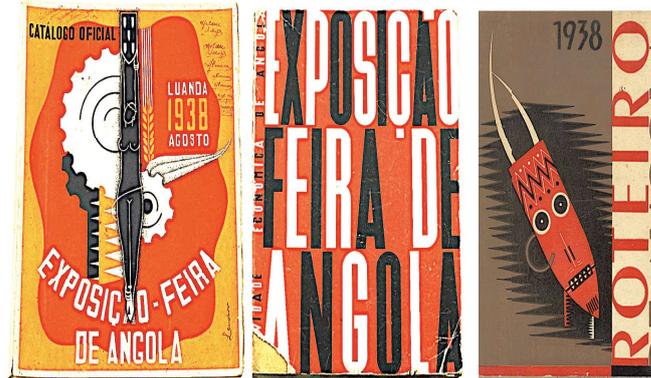


Fig. 7.
Feira - Exposição de Angola em Luanda em agosto de 1938.
7a. Roteiros.
7b. Catálogos.
7c. Planta do Evento (desenho de Vasco Vieira da Costa ainda como funcionário adoeiro)

Entre 1921 e 1930, como consequência da política de fomento de Norton de Matos, assiste-se a um assentamento da população “branca” nas cidades e localidades de povoamento no sul e planalto central angolano, em detrimento de Luanda. Até 1930, os limites da cidade mantiveram-se dentro do foral de 1909, ou seja, numa área aproximada de trezentos e cinquenta hectares (Mourão, 2006).

É por essa altura que surgem as mostras internacionais onde o elogio programático, historicista e imperial do regime seria norma. A Feira de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques, consagrada à apresentação de produtos da “metrópole”, seguia o modelo de exposições congéneres em Marselha (1922), Antuérpia (1930) e Paris (1931). Com este “*primeiro grande ato de propaganda colonial na metrópole*”, o regime apresenta as suas realizações no vasto império pluricontinental (Fonte, 2012).

Em 16 de junho de 1934, é inaugurada, no Palácio de Cristal do Porto, a 1ª Exposição Colonial Portuguesa com direção de Henrique Galvão, militar experiente em assuntos coloniais (diretor das Feiras de Amostras Coloniais) (Fonte, 2012).

Em 15 de agosto de 1938, o Presidente da República General Óscar Carmona, na companhia do Ministro das Colónias Dr. Francisco Vieira Machado e do Governador-geral Coronel António Lopes Mateus, inaugura a Feira de Angola com stands e pavilhões expositivos do Estado, na sua maioria, mas também de iniciativa privada. Salienta-se o Pavilhão de Angola, de autoria de Fernando Batalha, com características monumentais e códigos imperiais. A Feira – Exposição Histórica da Ocupação, acontece num período controverso de conspirações sucessivas de colonos de 1930, 1933 e 1934, que protestavam contra o Ato Colonial e a ambição de “desligar” a colónia da obediência à metrópole (Fonte, 2012).

O slogan “*Angola ativa na indústria, na agricultura, na pecuária e no comércio.*” marcaria a imagem da Exposição, bem como a “força e audácia” dos colonos, entre afirmações de descrença e de luta, movidos em memória de Norton de Matos. Luanda foi escolhida, sobretudo, por ser uma cidade capital moderna com energia elétrica, facto relevante na época e que apenas tinha surgido um ano antes, em 1937. Foi efetivamente um grande momento, consequência quase inevitável das Exposições provinciais anteriores de Luanda, em 1922, e de Nova Lisboa em 1935 (Fonte, 2012).

É a partir de 1938 que se dá uma profunda reforma na administração pública portuguesa, trazendo novas possibilidades jurídicas, técnicas e financeiras, indispensáveis à urbanização de Lisboa. O objetivo era transformar as principais cidades portuguesas pela efetiva criação de uma imagem urbana com que o regime se identificasse, ou seja, continuar a linguagem urbana da cidade oitocentista, da imagem emblemática da rua-corredor da segunda metade do séc. XIX, com o aperfeiçoamento da avenida barroca – infraestrutura urbana ordenadora da cidade como espaço público por excelência (Fonte, 2012).

Em Portugal, a primeira modernidade em arquitetura concretizou-se mais no campo da renovação da linguagem do que numa nova preocupação de desenvolvimento espacial ou urbana, reduzindo-se a uma leitura de renovação cenográfica sem grande expressão no domínio do método funcional, em comparação com o que ocorria por exemplo na Europa. A recusa, pelo sistema de governação, de uma rutura moderna efetiva, de alguma forma com suporte ideológico e social diferente, embateu sempre contra valores culturalistas e nacionalistas centrados na questão da “casa portuguesa” (Gonçalves, 2012).

É importante não deixar de analisar o MM angolano no contexto internacional, ou seja, não deixar de ter em conta e saber interpretar o peso que as decisões políticas tiveram na concretização da história da arquitetura e urbanismo modernos internacionalmente. Apesar de contrárias as do Estado Novo em Portugal, as ideias internacionais foram muito bem recebidas por uma geração de técnicos que acreditava no progresso e começava já a reivindicar a arquitetura moderna. Nesse sentido, pela falta de demanda construtiva moderna e por razões políticas alguns arquitetos portugueses radicaram-se em Angola e em Moçambique. Em certo sentido, é fácil perceber que a língua, os costumes e principalmente o clima foram aspetos determinantes para a procura e escolhas de soluções técnicas para o moderno africano de matriz portuguesa. Na maior parte dos casos os elementos de sombreamento brasileiros do edificado (pelas suas aplicações funcionais originais) ganham novas abordagens na interpretação moderna Kaluanda. A identidade brasileira (agora também representada pela sua arquitetura) passa a justificar a aproximação ideal dessa troca cultural progressista. É entre 1930 e 1960 que a afirmação da independência do Brasil ganha contornos de projeto político e cultural. A arquitetura moderna brasileira define, assim, marcos particulares importantes para o Estilo Internacional e inspiração Kaluanda (Fonte, 2012).

A Semana de Arte Moderna de São Paulo¹ (1922), no âmbito talvez das mostras internacionais, marca o auge do que ocorrera anos antes, em 1917, com a mostra de Anita Malfatti. A apresentação, fora do academismo e do naturalismo vigentes, como mostrou a reação crítica negativa de Monteiro Lobato, catalisou o movimento de certa forma para lá do domínio das artes plásticas e literárias, ambiente este alimentado com valores de vanguarda europeus (Segawa, 2018).

O evento de 1922, que reuniu diversas apresentações e exposições, possibilitou o surgimento de revistas, manifestos, movimentos artísticos e grupos com experimentações estéticas inovadoras que expressavam a mudança de paradigmas: Manifesto Pau-Brasil (1924); Movimento Verde-Amarelo (1925); A Revista (1925); Manifesto Regionalista (1926); Revista Terra Roxa e Outras Terras (1926); Revista Festa (1927); Revista Verde (1927); Manifesto Antropófago (1928). Tudo isso permitiu e consolidou as ideias modernas e inaugurou, assim, concretamente, o Movimento Moderno brasileiro, onde a cultura nacional passa assim a ser adotada como questão primordial, refletindo essencialmente o Brasil (Segawa, 2018).

O Manifesto propunha basicamente *devorar* a cultura e as técnicas importadas e provocar a sua reelaboração com autonomia, transformando o produto importado em exportável. Buscava a importação de novidades europeias, com o objetivo de movimentar o pensamento, depois, antropofagicamente, isto é, criticamente, devorar estas novidades e influências à medida que os modernos fossem redescobrimo a realidade brasileira também na arquitetura. Publicado na Revista Antropofagia (1 de maio de 1928):

“Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente”. Em Piratininga, Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha”,

“Tupy or not tupy, that is the question.” é uma frase do Manifesto Antropófago lançado pelo grupo de artistas modernos liderados por Oswald de Andrade e a “Revista da Antropofagia”.

1_Na altura da primeira manifestação conjunta em plena comemoração do centenário da independência do Brasil “Semana de 22”, São Paulo já se apresentava como a grande metrópole brasileira do século XX. Lugar onde a riqueza do café patrocinava a prosperidade material e a capacidade industrial num Brasil predominantemente rural. Um ambiente provinciano cuja elite urbana se espelhava nos centros irradiadores de cultura fora do país.

Em novembro de 1929 Le Corbusier desembarca em Santos proveniente de Buenos Aires. Este momento vai mudar o rumo da cultura arquitetônica moderna brasileira. É a partir daí que o discurso de Lúcio Costa, figura central e dinamizador intelectual da arquitetura moderna brasileira, passa a conter uma percepção mais essencial do que formal capaz de captar a poética (da felicidade da humanidade) e o compromisso com o avanço tecnológico (leveza e esbeltez do edificado) que caracterizava a obra de Le Corbusier nos anos 1930. Aliava a condição pré-industrial brasileira ao seu pensamento antropofágico para a formulação de uma arquitetura moderna local baseada na reinterpretação funcional, técnica, tipológica e morfológica da arquitetura neocolonial bem como na adoção de um posicionamento humanista e utópico alinhado ao pensamento corbusiano. Lúcio Costa, pela Escola Carioca, propunha, assim, uma arquitetura fundamentada na intelectualidade e no posicionamento político (da época), ou seja, uma arquitetura que evidenciasse o crescimento, o desenvolvimento e a proeminência no cenário internacional que o Brasil almejava. A viagem a América Latina de 1929 marca tanto os brasileiros como também Le Corbusier que no ano seguinte publica *Precisões* - estudos sobre o presente da arquitetura e urbanismo. Mais tarde a “sua” *Carta de Atenas* afirma-se como dogma urbanístico para a urgência de uma necessidade urbana e arquitetônica. Premissas do Ideário dos CIAM e por essa via do expressionismo da “nova” arquitetura brasileira. Adota-se de um modo ético e ideologicamente convicto que integrasse o valor de função social, porque nessa altura, tal como ainda hoje, falar de arquitetura moderna era falar também de um problema político. Um estilo internacional, global e ou até mesmo globalizante, apenas à espera de uma sociedade que o quisesse acolher. Imagem de funcionalismo e de progresso, já maduro, o Estilo Internacional toma conta das ideias de grupos intelectuais modernos de esquerda a partir da década de 30, pondo em causa as ações dos regimes totalitários e ditatoriais, chegando mesmo a propor um novo olhar também para as questões da ordem político-social. O Edifício Gustavo Capanema (1936), considerado o símbolo da arquitetura moderna brasileira, manifesta todas as recomendações do Estilo Internacional corbusiano. O *Brazil Builds: architecture new and old, 1652 - 1942* (apresentado no MoMA em 1943) representa, provavelmente, a obra técnica mais importante (difundida) quanto ao MMA brasileiro e pode ser considerado como ponto de inflexão da história da arquitetura moderna internacional. No Brasil, o Estilo Internacional, mais do que um género estético, foi o movimento inspirador de Brasília (1957), conseguindo ultrapassar a tendência de projetar local e influenciar a partir dos seus bons exemplos construídos diversos arquitetos pelo mundo, principalmente os de língua portuguesa (Segawa, 2010).

Sobre o início do período moderno Kaluanda, com influência brasileira, Fernando Batalha (1908 - 2012) diz-nos (ver Apêndice):

“Eu vivi e vi ainda a Luanda do século XVII, XVIII, XIX e princípio do XX, estava tudo lá, conservou-se sempre, porque não evoluía muito. Salvo os períodos de mudança de Governo ou qualquer coisa desse género, havia um progressozinho que se aproveitava, com obras novas, a acompanhar o que se fazia na Europa ou noutras partes do mundo. Portanto, faziam-se edifícios novos e havia ali coisas muito interessantes, r/c e primeiro andar, casas já com alguma distinção, caso daquela casa importante do séc. XVIII, o Palácio da Dona Ana Joaquina (com o Sobradinho lá em cima) ou ainda a casa do Banco Nacional Ultramarino, o antecedente do Banco de Angola (que eu estava para remodelar). Vivi essa época e vi essas transformações todas.”

“Eu, quando cheguei, aquilo estava, como disse, num período de suspensão. Tinha havido a Guerra, havia uma certa autoridade do período da Guerra, mas eu fiquei com a ideia de concluir o Palácio do Comércio e ir para o Brasil ou para a África do Sul (porque não havia grande atividade, não se via construção).”

“Eu cheguei a fazer uma estatística das construções e verifiquei que haveria uma média de três ou quatro edifícios por ano (edifícios pequenos, moradias, nos arredores principalmente). Não houve grande desenvolvimento, portanto, nos primeiros anos. O desenvolvimento, importante e efetivo deu-se no período da Segunda Guerra Mundial e no período dos cinco anos posteriores, pois havia necessidade de suprir as atividades que foram limitadas durante a Guerra. É aí que começa a haver dinheiro, com a venda de café e de outros produtos que até ali tinham pouco valor, mas que se evidenciaram (ou subiram de preço) no período da Guerra. Foram criadas as plantações, atividades, foi para lá um Banco também na altura, enfim começou uma vida nova e mais ativa em Luanda.”.

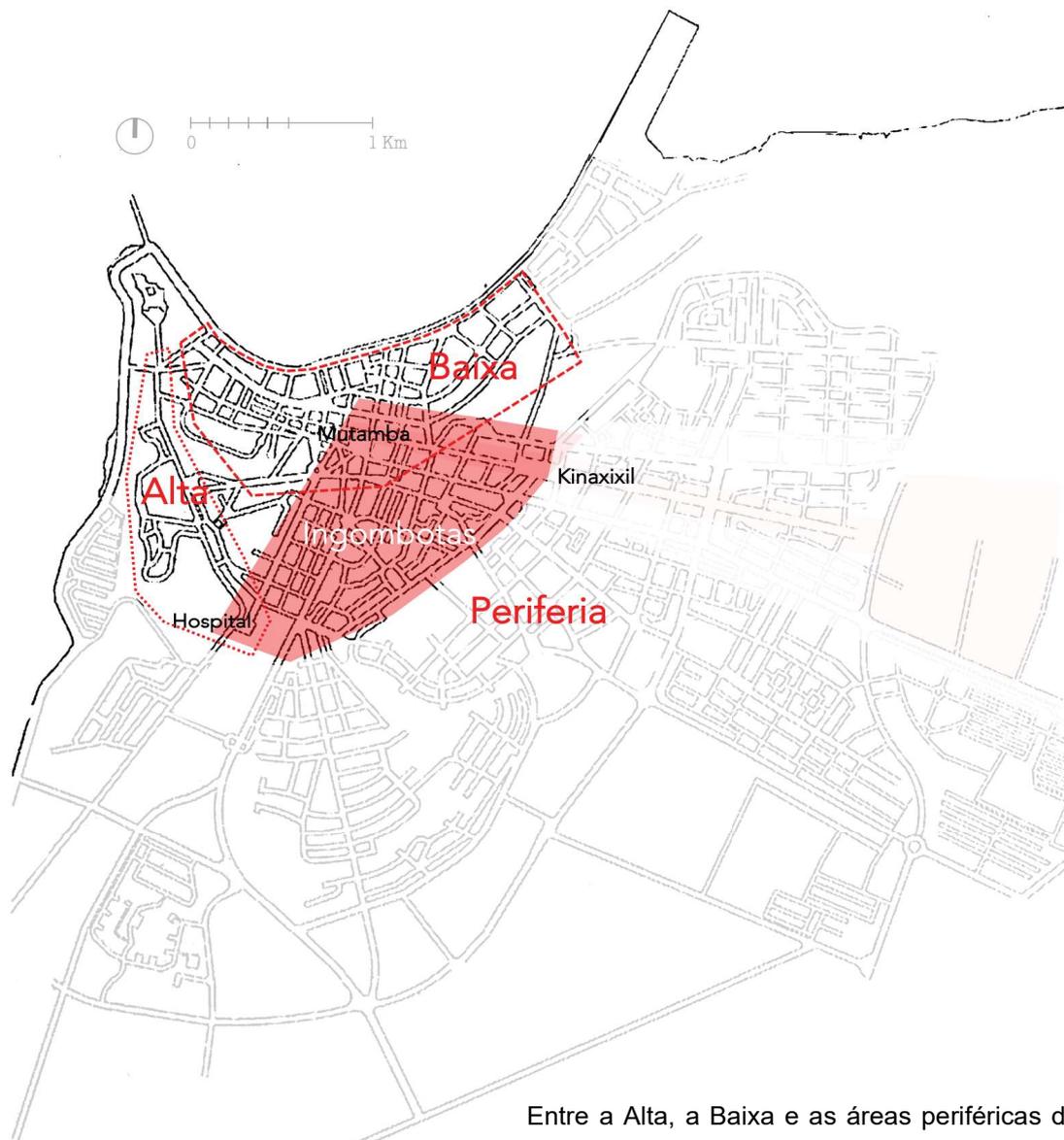
Durante a modernidade Kaluanda (entre 1940 e 1975).

Em 1940, é inaugurada a Feira – Exposição do Mundo Português, em Belém, enquadrada nas Comemorações dos Centenários da Independência de Portugal (1140) e da sua Restauração (1640), era apresentada como o maior evento cultural à data, o mais desejado pelo Estado Novo e com impacto direto no futuro do património urbano edificado português (Fonte, 2012).

A posição neutral de Portugal na II Guerra Mundial (1939 - 1945), permitiu que as exportações ultrapassassem as importações (facto que não se verificava desde há dezenas de anos, e nunca mais se voltaria a verificar), mas também obter os *benefícios da paz* sem ter de pagar o preço da guerra. A neutralidade portuguesa representava o *“interesse português”*. Oliveira Salazar entendia que Portugal pouco ou nada tinha a ver com a política europeia, sendo a sua vocação essencialmente ultramarina, pelo que o interesse seria o de se manter afastado o mais possível daquele conflito armado. O “Mundo Português” celebrava, portanto, a consolidação do Estado Novo e procurava mostrar os traços mais marcantes do seu nacionalismo, autoritarismo, conservadorismo e elitismo - o passado mítico legitimador do presente. A estrutura da exposição, o instrumento pedagógico construído para *“moldar espíritos”* foi desenhada por Cottinelli Telmo, com direção da Seção Colonial do Capitão Henrique Galvão e Gonçalo de Melo Breyner como arquiteto-chefe (Fonte, 2012).

Foi vasta a encomenda tal como a produção que dela resultou, o que não existisse era, no mínimo criado, transportando-se para Lisboa uma imagem de grande escala e opulência que nem sempre correspondia à verdade (Fonte, 2012).

Em Angola, com o fim da II Guerra Mundial, a economia agrária de plantação virou-se para o exterior com produção de alta cotação internacional, entre os quais o café; o aumento demográfico é acompanhado por um desenvolvimento comercial e industrial, o que, de alguma forma, justificou a necessidade da abertura e o novo delineamento (aterro) da marginal para a construção do Porto Comercial de Luanda entre 1942 e 1945. A atividade portuária deu uma importância cada vez maior à cidade por se ter tornado terminal das comunicações tanto para o interior como para o exterior de Angola. O resultado do “boom do café” foi o início de novos investimentos na construção civil (Fonte, 2012).



Entre a Alta, a Baixa e as áreas periféricas de expansão. A partir do Largo da Mutamba que começam algumas transformações sobretudo pelo rompimento de novas ruas e avenidas em direção ao plateau do Kinaxixe. No desenvolvimento urbano, a Alta e a Baixa renovam-se, acumulando novas funções, abrindo novos aruamentos que ligam ambas as partes da cidade e estruturam a primeira área de expansão é a partir do Largo do Kinaxixe que se vai inserindo a cidade moderna.

Fig. 8.
A estrutura social triangular de Luanda (Alta - Baixa e Periferia).

Em Luanda, com uma estrutura social “triangular” - entre a Alta, a Baixa e as áreas periféricas de expansão – das Ingombotas, com os extremos no Hospital Maria Pia (a sul) e no Largo do Kinaxixe (a este). irradiando do centro, o Largo da Mutamba - começam também a ser sentidas algumas transformações, proporcionadas pelo caminho-de-ferro e sobretudo pelo rompimento de novas ruas e avenidas em direção ao plateau do Kinaxixe. No desenvolvimento urbano, a Alta e a Baixa renovam-se, acumulando novas funções, abrindo novos arruamentos que ligam ambas as partes da cidade e estruturam a primeira área de expansão, limitada a norte pela Calçada Gregório Ferreira, a nascente pela Avenida Brito Godins e a oeste pelos bairros dos Ferreiras, do Carmo, da Ingombota, Maculusso e, mais tarde, pela Maianga. É a partir do Largo do Kinaxixe que se vai inserindo a cidade moderna. São legíveis também as principais alterações: na marginal (linha da baía), nos novos cais e pontões, e na ferrovia portuária; na mancha urbana, o forte crescimento radial, com tipologia de pracetas e alamedas arborizadas, em retícula irregular que se expandia desde a Mutamba. O eixo paralelo ao litoral foi alargado (no sentido oeste-este), desde o Largo Infante D. Henrique, pela Avenida dos Restauradores, prosseguindo pelo Largo de D. Fernando e Rua de Salvador Correia (com edifícios de cinco pisos já nos anos 60) e novas vias (o eixo da Rua Serpa Pinto e a Circunvalação/D. João II, esta com área nova a nascente) (Mourão, 2006).

Este processo de industrialização contínuo gera novos postos de trabalho e novas oportunidades, principalmente na construção habitacional. No entanto a informalidade (construção ilegal) adiciona à cidade consolidada áreas não urbanizadas, sem saneamento básico, eletricidade ou água potável. Geram-se situações caóticas que levam à elaboração de Planos de Urbanização, na tentativa de recuperar uma certa organização urbana.

Segundo Ana Tostões (ed. 2008), talvez ainda seja demasiado cedo para uma adequada análise crítica histórica do “laboratório colonial”. Personificando liberdade e simbolizando esperança num futuro democrático, a arquitetura moderna desenvolvida em Angola era vista como uma forma de lutar contra o regime totalitarista de do Estado Novo de Salazar. Nas colónias portuguesas a ênfase colocada nas infraestruturas de grande escala foi acompanhada por uma expressão moderna sob influência brasileira (Brazil Builds, Ed. 1943) e das obras sul-americanas. Em geral muitos arquitetos que convictamente acreditavam na capacidade transformadora da arquitetura, viajaram para as colónias africanas onde a expressão arquitetónica era mais livre de se afirmar que na metrópole.

A essa liberdade juntaram-se as especificidades geográficas e climáticas africanas que promoveram diferentes sentidos para o vocabulário moderno, que adquiriu, assim, novas expressões e escalas locais.

De acordo com José Troufa Real, a experiência urbana moderna de Luanda (entre o início dos anos de 1940 e meados dos anos de 1970) seria, no que diz respeito ao seu planeamento, pelo menos reajustada mais ou menos a cada dez anos (ver Apêndice):

“Em 42, o Plano do De Gröer e Moreira da Silva do Ministério das Colónias faz o desenho da circunvalação, a chamada via rápida, depois temos em 52 o Plano de Vasco Vieira da Costa, depois temos em 62 e 63 o Plano do Simões de Carvalho já não colonial, mas o Plano da Província Ultramarina, que já não promovia a diferença entre brancos e pretos como mostram as estatísticas e que se diziam os indígenas e os colonos e passou-se a tratar de uma forma económica, eram as classes mais abastadas a classe média burguesia, classe dois e a classe três, os economicamente débeis, e quem é que estava na esfera económica menos favorecida, obviamente os negros. Houve depois o Plano Diretor de 73 publicado em Diário da República onde o meu nome está lá, feito por gente dos quais alguns ligados ao MPLA, eu era um deles, o Rodrigo, o Sebastião e o Luís Soares da Silva, o Campino católico amigo do Cardeal Nascimento, o Vasco Vieira da Costa.”

Sobre a experiência do MMA Tostões e Ferreira (ed. 2008) abordam cronologicamente o processo de edificação em Luanda, contudo, é a nosso ver mais interessante apresentar e reforçar o objecto edificado com o seu enquadramento urbano, pela sua relevância no construir cidade que deriva da concretização dos Planos Urbanos:

Anos de 1940

(1942)

- Carlos Ramos visita Angola (Luanda, Cassequel e Lobito);
- Plano de Urbanização (por Étienne De Gröer e David Moreira da Silva).

(1946)

- Cine Teatro - Restauração (por João de Garcia Castilho).

(1948)

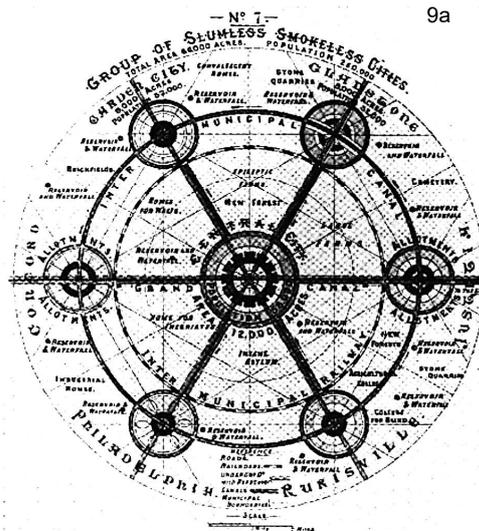
- Plano para a Cidade Satélite nº 3 (CODA) Viana (por Vasco Vieira da Costa).

(1949)

- Vasco Vieira da Costa dirige os Serviços Técnicos da CML; Plano de Urbanização (por João António Aguiar - GUC).

Étienne de Gröer (1882 - 1952) em substituição de Donat-Alfred Agache, com “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lisboa”, relatório e desenhos iniciais elaborados pelo Eng. Emídio Abrantes, dá continuidade ao desenvolvimento do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, que é o documento mais importante e o instrumento de planeamento urbano da cidade de Lisboa até 1948. Com rigor e noção territorial, o documento clarifica a dicotomia cidade-campo que, entretanto, ganha outros contornos com as transformações ocorridas noutros novos equipamentos e conjuntos urbanos, que de alguma forma podem ser relacionados com os desenvolvimentos realizados também em Luanda. No que diz respeito à análise urbana, De Gröer utiliza os dados compilados por Emídio Abrantes, desenvolvendo uma análise complementar relativamente aos temas da construção e de alojamento (população, habitação, construção), espaços livres e análise regional. A sua crítica à cidade existente leva-o a uma definição do urbanismo moderno com introdução de ordem na cidade, através de um zonamento por funções das atividades urbanas. Para o Plano de Urbanização de Lisboa veio a defender posteriormente a adoção de um modelo urbanístico centralizado, em que os novos pólos comerciais seriam apenas de apoio aos novos bairros habitacionais, mas não pretendiam competir com o centro já estabelecido através de formação de novas centralidades. Pela análise do manuscrito com as anotações de De Gröer, verifica-se também o seu interesse nos estudos geológicos e sismológicos que lhe permitiram definir desde logo um caráter científico, pioneiro no urbanismo português (Santos, 1983).

Fig. 9.
 O Planeamento moderno de Luanda.
 1a. O conceito Cidade - Jardim e a sua aplicação no urbanismo das Cidades desenvolvidas por De Groer entre 1938 e 1948.
 9b. Lisboa
 9c. Coimbra
 9d. Braga
 9e. Évora
 9f. Beja



- 1938-48 - Plano de Urbanização de Lisboa
- 1940 - Plano de Urbanização de Coimbra
- 1942 - Plano de Luanda.
- 1941-42 - Plano de Braga.
- 1942-45 - Plano de Évora
- 1943-44 - Plano de Beja
- 1945-46 - Plano de Costa Sol
- 1946-50 - Plano de Urbanização do Concelho de Almada
- 1947 - Plano de Abrantes.
- 1947-49 - Plano de Sintra, zona da Vila Velha de Sintra

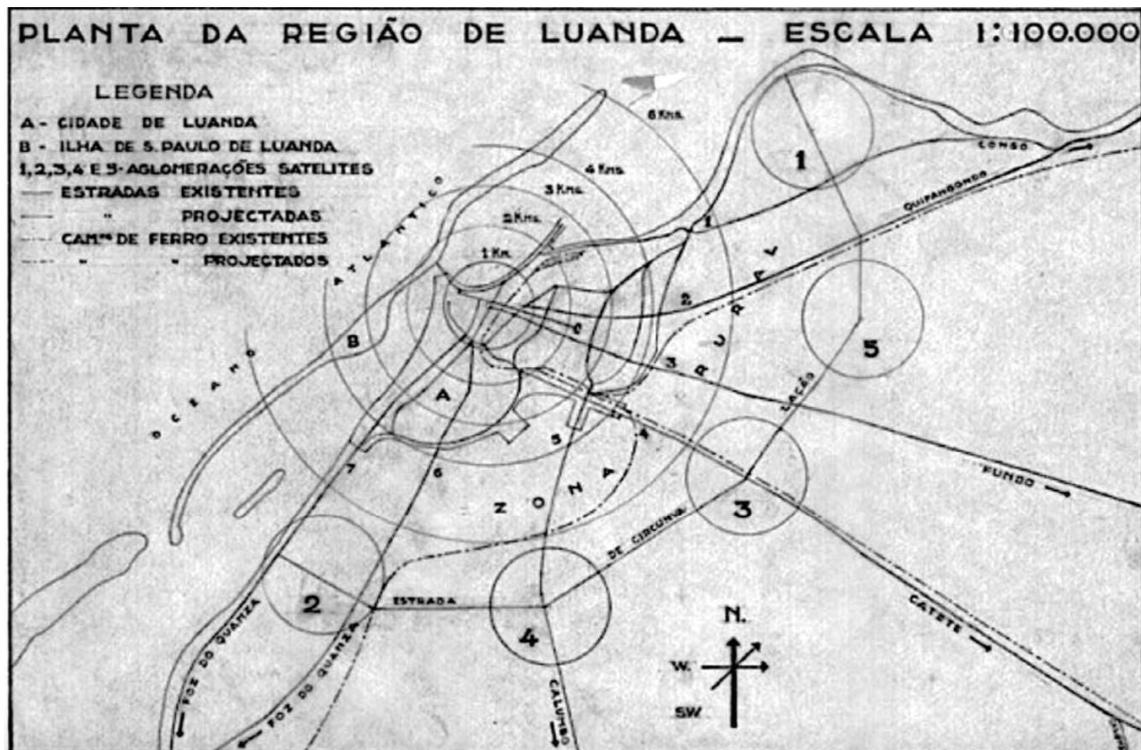
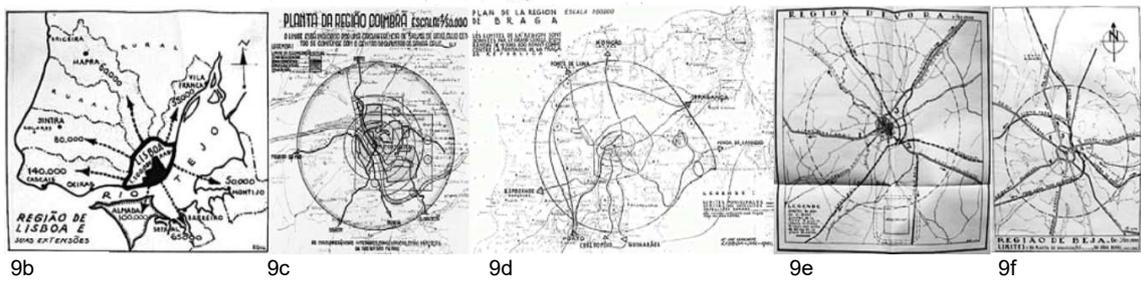


Fig. 10.
 Planta da Região de Luanda com base no conceito da Cidade-Jardim e 5 Cidades Satélites (1942).

Comparativamente com o que se formalizou em Luanda, as Avenidas do Brasil e dos Estados Unidos de América (em Lisboa) mostram-nos uma morfologia heterogénea de quarteirões e um léxico de grande riqueza no que se refere ao desenho de implantação, portanto, muito próximos dos desenvolvidos para o eixo Mutamba - Marçal (em Luanda). Pode-se, assim, formar a hipótese de que os elementos para o estudo do Plano de urbanização da cidade de Lisboa (um trabalho muito extenso e detalhado, constituindo um documento inovador para a sua época), serviram de base documental e metodológica para novos desenvolvimentos noutros territórios, um dos quais Luanda (Santos, 1983).

Étienne de Gröer introduziu na prática urbanística portuguesa (durante os anos de 1940) a separação das fases de análise urbana e de proposta, seguindo uma metodologia própria disciplinar, defendendo o conceito da Cidade-Jardim desenvolvido por Ebenezer Howard (a base do urbanismo “científico” moderno). É exemplo disso, em Lisboa, o bairro de Alvalade (Plano de Faria da Costa de 1945), ainda hoje perfeitamente atual na sua capacidade de demonstrar a riqueza conceptual e formal que o desenho do quarteirão apresenta no urbanismo contemporâneo. Trata-se de uma definição que consegue simultaneamente circunscrever forma e garantir capacidade autónoma em relação aos restantes elementos da morfologia urbana na envolvente. Esta implantação-tipo de inspiração moderna dispõe o bloco habitacional perpendicularmente à via, onde o logradouro se abre ao uso público protegido da circulação automóvel (Santos, 1983). Solução de avenida cuja definição de quarteirão, sendo diferente da usada no prolongamento Mutamba – Marçal, não deixa de propor uma reflexão sobre a intencionalidade de aplicação de modelos, formas e conceitos particulares capazes de definir tipologias de composição urbana (Santos, 1983).

Na mesma altura do Plano para Luanda, de acordo com Lusitano dos Santos (1983), no Plano de Urbanização de Coimbra (no início dos anos 40) os objetivos eram de conservar a beleza natural e histórica da cidade, oferecendo aos seus habitantes lugares de trabalho e habitação saudáveis e agradáveis, com acesso aos transportes o mais fácil e comodamente possível.

Em termos gerais eram assim delineadas estratégias para melhorar a saúde pública e moral dos habitantes, bem como fazer aumentar o seu rendimento de trabalho. Assente no conceito da Cidade-Jardim, totalmente envolvida por um ambiente campestre, o cinturão verde ou zona rural – reservatório de ar puro e fornecedor de produtos agrícolas – de Howard, Coimbra deveria ser dividida em

zonas fixas que nunca se confundissem, a única maneira possível de proteger os seus habitantes e os sítios dos seus repousos. Esquema esse que podemos observar também em Luanda (Santos, 1983).

No ultramar tropical, o Plano de Urbanização de Luanda (1942) teve um grande significado e foi bastante importante na lista dos Planos Coloniais, pois foi a única cidade africana de domínio português que motivou o recurso a um arquiteto e urbanista estrangeiro (Matos & Ramos, 2012).

O Plano, pela sua leitura, estabelece um afastamento da lógica tradicional da estrutura das cidades coloniais litorais. Define uma morfologia urbana na zona da marginal de Luanda, uma adequada rede rodoviária radial ligando as cinco cidades satélite por uma estrada de circunvalação, em cujos extremos se juntariam as duas principais saídas de Luanda, procurando promover o descongestionamento do centro da cidade. Cria uma faixa de proteção com características rurais (cinturão verde), de dois quilómetros de largura, entre o centro e os novos complexos habitacionais, as cidades satélites (Martins, 2000).

Com o automóvel, o território e a sua compreensão mudam radicalmente. O espaço passa a medir-se não por unidades de distância, mas por relações de espaço/tempo. O entendimento destes Planos Urbanos, desenvolvidos quase em paralelo, fica, portanto, fora da possibilidade da experiência estática e a cidade vê transformadas, tanto a sua escala, como a sua definição. Isto é, novas configurações espaciais – pensadas com inovadoras relações entre a forma urbana, a população e a arquitetura – determinam uma ordem também nova (também patente no espírito dos Planos Gerais de Urbanização). Etienne de Gröer, responsável pelo desenho das propostas urbanísticas para as mais significativas cidades portuguesas, é aqui apontado como paradigmático na ligação entre o país político e o seu território urbano. Nesse âmbito, podem ser estabelecidas comparações diretas entre Lisboa - Luanda e Coimbra, como laboratório de análise, no contexto dos Planos Gerais de Urbanização. Entregue na figura de Ante-Projeto, em 1944, e apresentado à população na Exposição Colonial realizada em Lisboa no mesmo ano, o Plano Geral de Urbanização de Luanda, tal como o de Coimbra, da autoria de De Gröer, apresentam uma característica comum, na medida em que ambos previam, na linha de desenvolvimento que respeitava o conceito Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, um desenvolvimento da cidade através de aglomerações-satélites (Santos, 1983).

No entanto, no caso de Luanda, a proposta de descentralização era mais consistente pela “generosa” zona rural de proteção planeada para separar estes núcleos da cidade. O Plano Diretor de Luanda propunha uma expansão para sul e leste através de eixos viários já existentes. Luanda passou a ter uma distribuição por zonas, ou seja, uma localização determinada para as diferentes atividades urbanas e também para a habitação (para diferentes classes sociais) (Mourão, 2006).

Embora mantendo o conceito Cidade Alta e Baixa, a emergência do lote regular ortogonal e os bolsões a partir das vias que permitiam desenvolver soluções baratas de ocupação do solo, à volta deste perímetro urbano estavam previstas novas zonas de expansão rural. Na nova arquitetura colonial para Luanda moderna, surgem locais, tais como: o novo aeroporto mais distante das habitações, o largo das escolas, o largo dos ministérios, áreas hospitalares reunidas (o caso da Maternidade de Luanda e do Hospital Militar) ou ainda os quartéis militares (Mourão, 2006).

No que toca à circulação e à organização das ruas de Luanda, além do zoneamento funcional, seriam definidas diretrizes para limitar o seu desenvolvimento, preservando o casco histórico central como tal. Nesse âmbito, passa a manifestar uma consciência histórica e a resultar da combinação entre a qualidade construtiva e a aplicação de elementos tradicionais adaptados ao lugar. Estratégia que deveria atingir, com maior efeito, os equipamentos públicos ou estruturas residenciais de promoção igualmente pública, incluindo-se aqui os “bairros populares” de baixa renda, para os economicamente débeis (Mourão, 2006).

Como refere Maria da Fonte (2012) o planeamento de 1942, que seguiria mais os princípios do modelo de jardim do subúrbio francês (do que os do modelo inglês da *Cidade-Jardim*), seria programático e não de execução, foi a primeira grande experiência ao nível do urbanismo português do séc. XX nos trópicos. Deveria trabalhar em três escalas de abordagem: a da Cidade e da Pública (até agora abordadas); mas também a da Região onde se desenha Luanda como sendo uma cidade costeira com cinco outras cidades satélites dispostas em semicírculo separadas por seis quilómetros, entre si, conectadas por por oito eixos (dos quais sete dirigidos à Mutamba) e uma semicircular - a grande *circunvalação* de Luanda.

Fig. 11.

O planeamento moderno de Luanda.

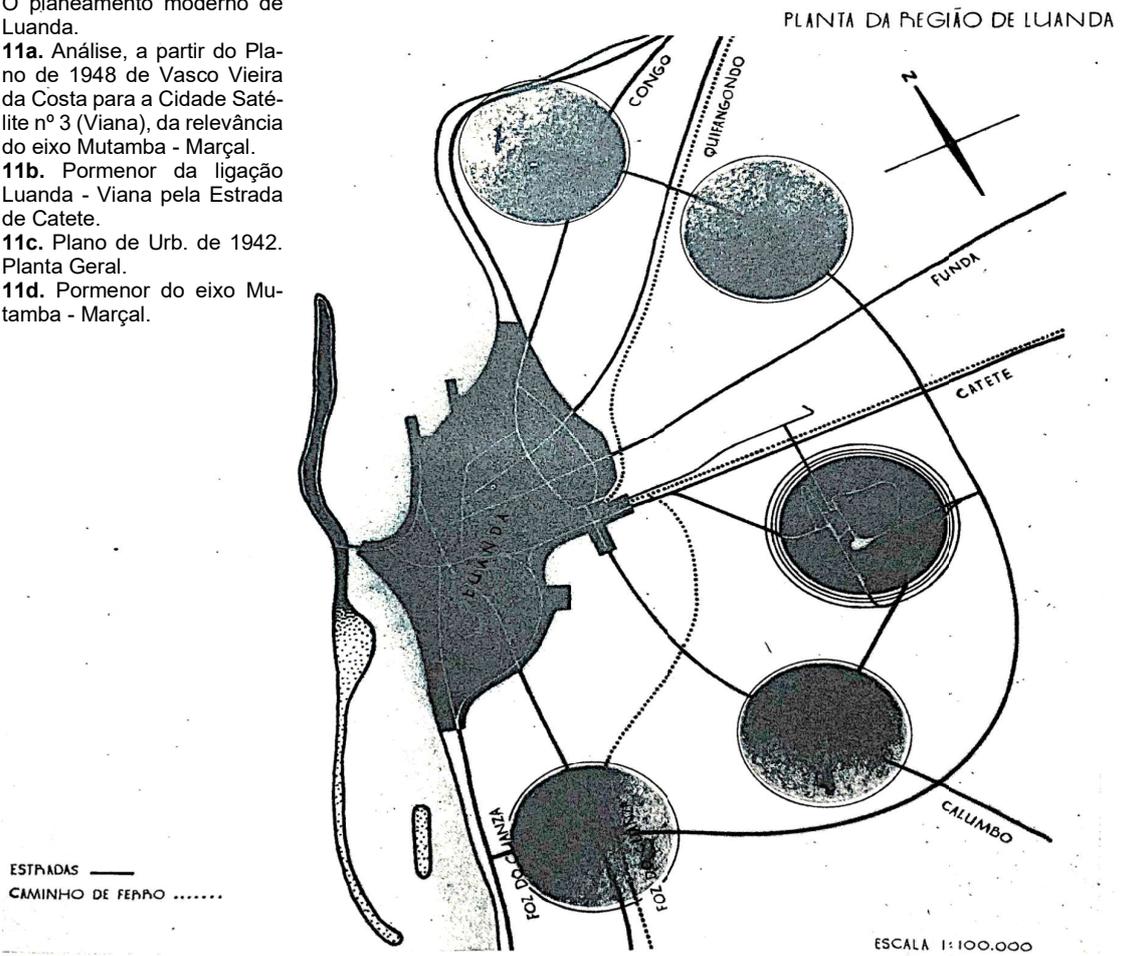
11a. Análise, a partir do Plano de 1948 de Vasco Vieira da Costa para a Cidade Satélite nº 3 (Viana), da relevância do eixo Mutamba - Marçal.

11b. Pormenor da ligação Luanda - Viana pela Estrada de Catete.

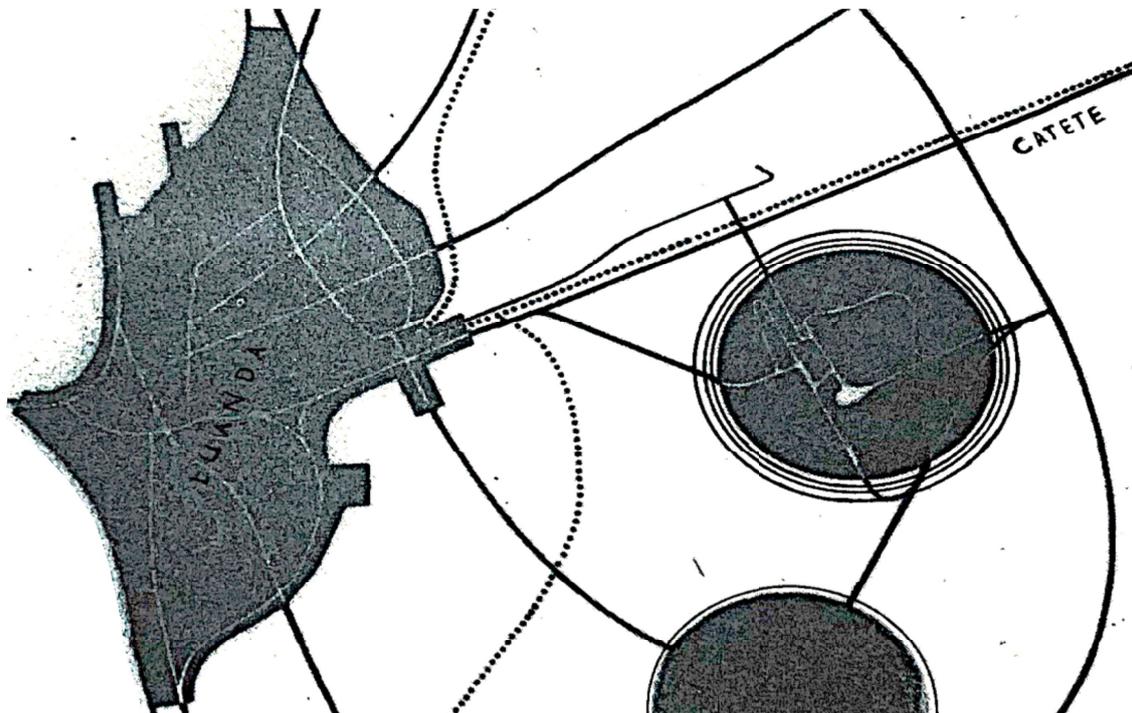
11c. Plano de Urb. de 1942. Planta Geral.

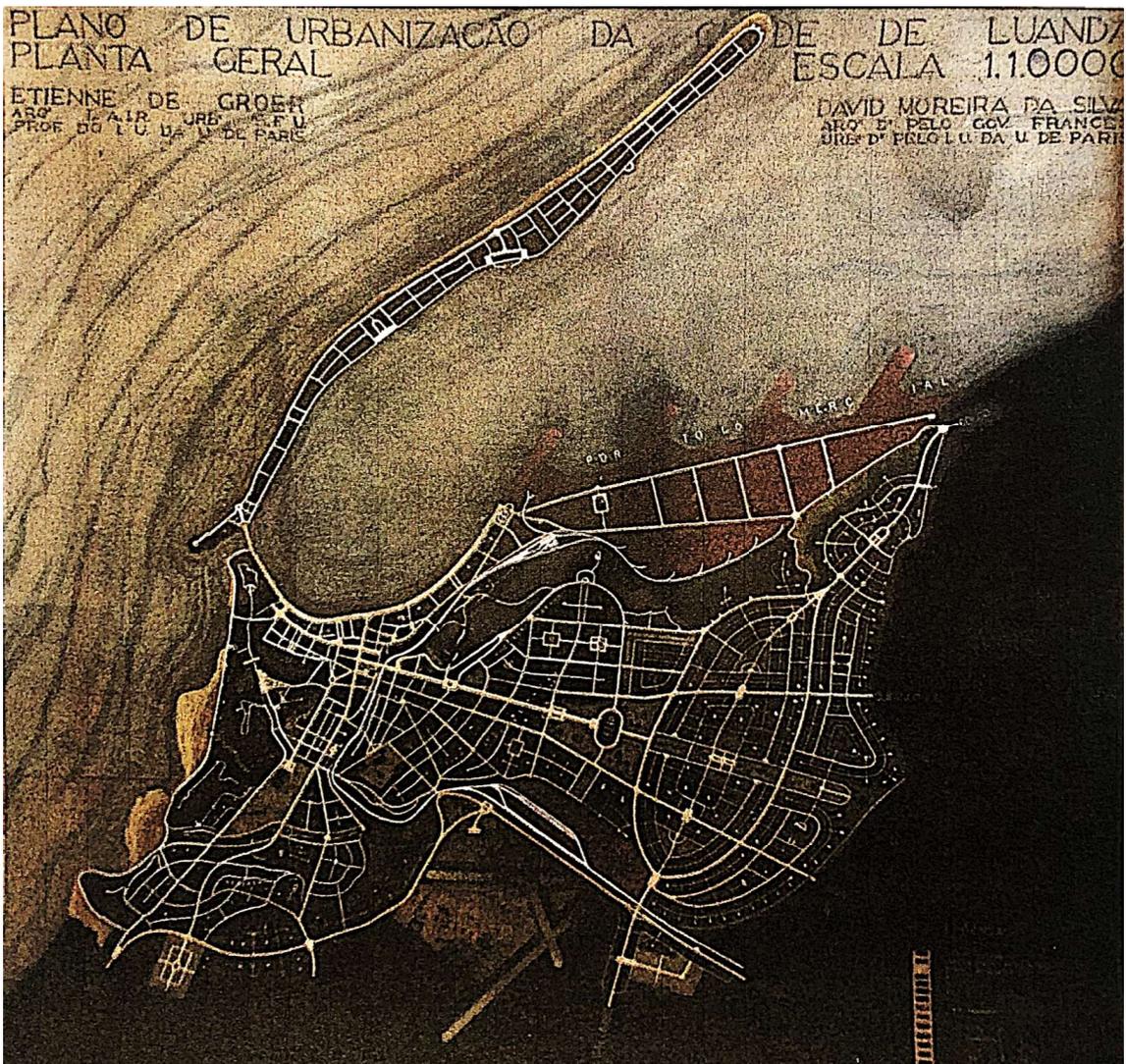
11d. Pormenor do eixo Mutamba - Marçal.

11a

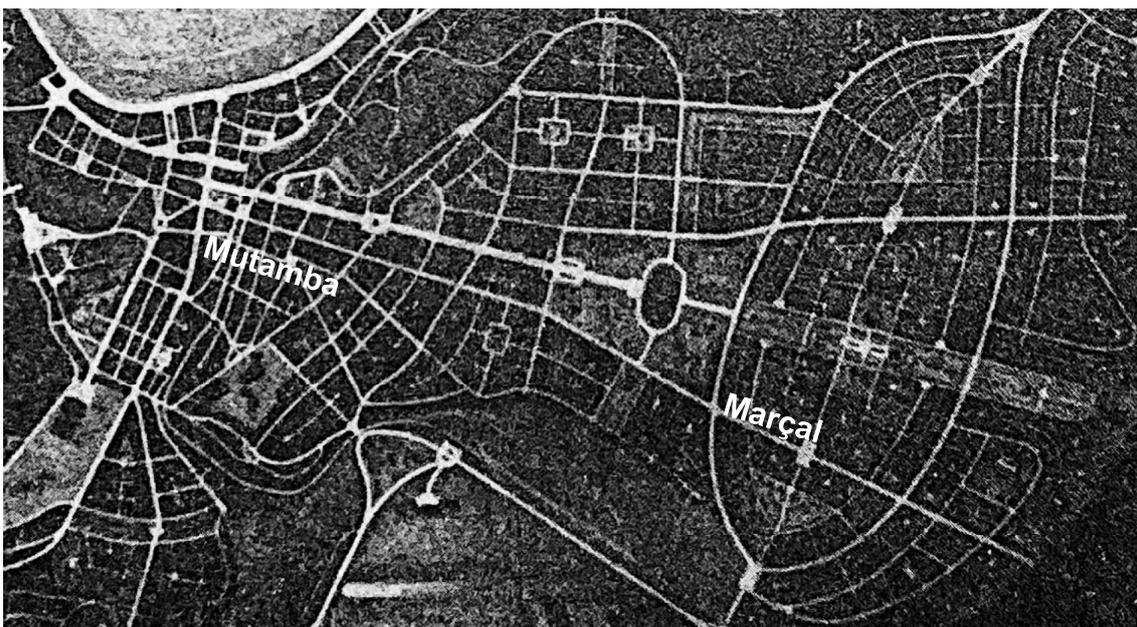


11b





11c



11d

Seriam ainda propostos espaços rurais sendo que a massa verde serviria de reservatório de ar puro da cidade, forneceria produtos agrícolas, mas essencialmente de travão para o crescimento das cidades satélites. Antevia-se, portanto, a triplicação rápida da população para além da zona rural de proteção. Uma conceção do tipo *Cidade-Jardim* que previa a Cidade Alta envolta numa grande área verde, uma outra área verde – de proteção – ocupada por infraestruturas de serviços, ócio, desporto e ainda uma área de expansão reservada à população indígena. Interpretando o já existente, De Gröer e Moreira da Silva propunham também novas zonas industriais e portuárias, industrial especial, mista, comercial central, comerciais locais, administrativas locais e de descentralização da Cidade Alta e uma zona de proteção arqueológica e de turismo (Mourão, 2006).

O desenho de Cidades Satélites para Luanda, proporcionou, ao Regime de então, o uso de ferramentas técnicas como justificação para a introdução da imagem colonial portuguesa em Angola. Com este *Luso-tropicalismo* adaptado, conseguiu-se impor uma segregação espacial, mas também demonstrar que o ordenamento do território (através do desenho de cidade com zoning funcional de relação desequilibrada entre as partes) pode constituir um instrumento de poder com grande impacto no quotidiano dos seus habitantes. O Plano de 1942 acabou por não ser realizado por falta de pessoal especializado, mas principalmente por ir contra os interesses dos proprietários de terrenos que seriam afetados com a sua execução. Representa até hoje, com maiores ou menores adaptações, a demarcação reguladora e de qualificação da área urbana de Luanda. Traz também novas possibilidades de desenvolvimento científico e soluções urbanas, ou seja, melhor conexão urbana em resposta à sua maior densidade populacional, maior e melhor circulação viária, maior e melhor qualidade de habitação, bem como pressupostos para o uso de novos materiais, técnicas de construção e higiene, mas também diferentes contextos para uma nova vida social. Entre 1946 e 1954, com o desenvolvimento de Planos de Urbanização (consequentes de 1942), João António Aguiar (1906 -) torna-se figura chave ao estabelecer formas claras de expansão urbana para as áreas consolidadas e as novas áreas urbanas, definindo também onde seriam as zonas industriais e rurais, com a finalidade de estabelecer um limite para a cidade, linhas de desenvolvimento caracterizadas pelo modelo da City-Beautiful cruzado com ensinamentos do Garden-City (Milheiro, 2010).

Em Portugal é nessa altura que se atinge a maioria¹ no novo sentido de urbanidade, futurista e experimental, interpretado internacionalmente como símbolo de autenticidade nacional. É importante referir que esse novo momento urbano nasce mais dos problemas identificados na cidade industrial, por técnicos e higienistas, do que pela crítica dos arquitetos, mas que ainda assim não deixaria de influenciar na narrativa da nova arquitetura centrada, a partir de então, na habitação coletiva, onde o edificado passaria a ser metaforicamente reconhecido como um “corpo vivo” que serviria para organicamente resolver os problemas funcionais dos seus habitantes (Gonçalves, 2018).

No Porto, nasce a Organização dos Arquitetos Modernos ODAM, em 1947, com o objetivo de divulgar e defender os pontos de vista da arquitetura moderna, tendo realizado em 1949 uma Exposição na Câmara Municipal do Porto e, em 1951, uma Exposição de Arquitetura Moderna no Ateneu Comercial do Porto, com a participação de alguns arquitetos que prestavam já ou iriam prestar serviços em Luanda, como por exemplo, Adalberto Gonçalves Dias, António Matos Veloso, João Guilherme Faria da Costa (responsável pelo Plano de 1956-58, embora residindo em Lisboa) e Keil do Amaral (autor do projeto do Aeroporto de Luanda – Craveiro Lopes).

1_Ver Ana Tostões “A idade maior. Cultura e Tecnologia na Arquitetura Moderna Portuguesa” um retrato da arquitetura do Movimento Moderno em Portugal; o segundo de dois momentos chave: as primeiras experiências modernas dos anos 30 e o Movimento Moderno plenamente assumido ao longo dos anos 50, confirmando a conquista de uma maioria técnica e cultural em circunstância de responsabilidade social que começa com os Verdes Anos.

Anos de 1950

(1950)

- Plano para a Baixa de (por Vasco Vieira da Costa);
- Plano de Urbanização (por João António Aguiar - GUC).

(1951)

- Edifício Mobil, na Mutamba (por Alberto Pessoa e João Castilho).

(1952)

- “Jornadas Provinciais Portuguesas no Ultramar” (por Gilberto Freire);
- Mercado do Kinaxixi (por Vasco Vieira da Costa).

(1957)

- Plano Regulador (CML); Chega Matos Veloso a convite de Vieira da Costa.

(1958)

- Edifício Cirilo & Irmão (por Francisco Castro Rodrigues e José Pinto da Cunha), no Eixo Moderno Mutamba - Marçal.

(1959)

- Simões de Carvalho Arquiteto Urbanista da CML;
- Vasco Vieira da Costa - Consultor para 20 anos do LEA;
- Francisco da Silva Dias apresenta “As cidades e os Urbanistas” - Reflexões sobre uma cidade Luanda;
- Projeto da Embaixada Norte Americana (por Luís Khan) não construído (1ª versão 1959 - 1960; 2ª versão 1960 - 1961).

De acordo com Troufa Real, em Luanda, Paulo Cunha (1909 -), Lucínio Cruz (1914 - 1999), Eurico Pinto Lopes (19...), Mário de Oliveira (1914 - 2013) e João António Aguiar (autor do Plano de Urbanização de Luanda, de 1952, e Diretor-adjunto do Eng. Rogério Cavaca) formam equipa que subscreve a maioria das propostas para a capital angolana e o primeiro modelo autónomo da metrópole para os edifícios coloniais de perfil administrativo, dentro do quadro estilístico da arquitetura do Estado Novo.

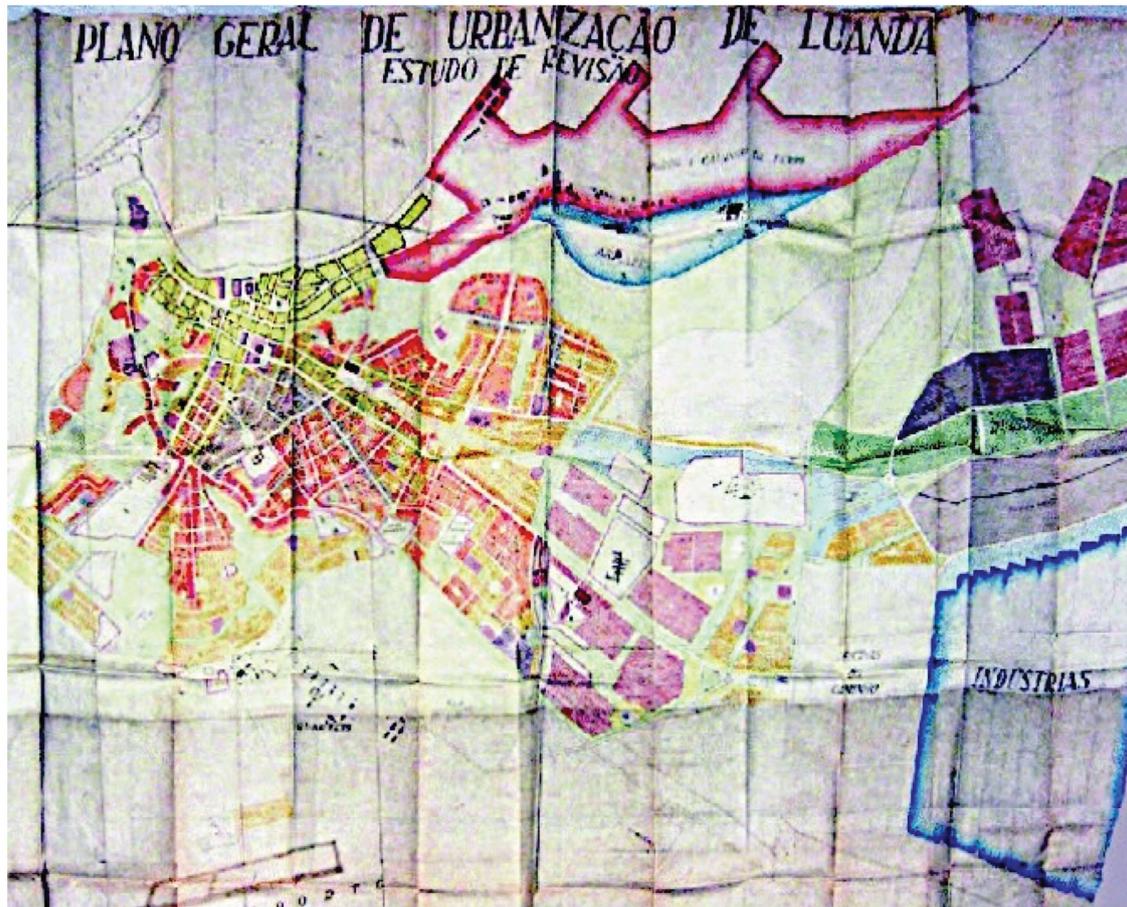
O Edifício da Fazenda apresentava, desse modo, uma composição arquitetónica apropriada aos Trópicos e simultaneamente adequada às funções de representação da Administração Pública: arcadas no rés-do-chão, galerias nos andares superiores, fachadas recuadas, pórtico colossal térreo e cobertura em telhado que indicia a monumentalização.

A articulação proposta e edificada por João António Aguiar (posteriormente presente em edifícios públicos administrativos de Luanda) no edifício dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (atual Ministério das Finanças), representa também a passagem para a modernidade do Largo da Mutamba (centro da Cidade). Troufa Real refere ainda que o edifício conferiu nova ortogonalidade ao espaço (e malha urbana envolvente) anteriormente ocupado pelo gigantesco Tambarineiro que dá nome (informal) a Mu Tamba.

Os anos 50 consolidam a lógica sectorizada da cidade delimitando áreas residenciais (incluindo bairros de indígenas ou Mu Sekes, bairros económicos; áreas comerciais, portuárias, industriais, militares, verdes e rurais), inserida numa visão urbana eclética marcada por uma ideia de monumentalidade assente na Cidade Jardim, mas também de ideais de Ebenezer Howard e a então recente Functional City. Com o aumento da exportação do café e a determinação de natureza fiscal que dificultava a saída de divisas de Angola, Luanda ganha novo ânimo com a instalação da luz elétrica, água potável e a construção em altura. Assiste-se assim a uma nova corrida aos terrenos, numa cidade prestes a explodir demograficamente, conjugam-se vários fatores, entre os quais o aumento da população europeia que, sem recursos para os novos alojamentos urbanos, procura na periferia a solução para os seus problemas habitacionais. Luanda expande-se para oeste e sul, dá-se então o aparecimento dos grandes Mu Sekes ou alastramento dos mais antigos². No espaço periférico da área urbana Kaluanda, nos Mu Sekes, viviam-se diariamente as chamadas actividades comerciais de proximidade - desenvolvidas pelos comerciantes abastecedores (os fubeiros), pelos promotores imobiliários informais - em áreas híbridas como as do Marçal, Mota, Rangel ou Adriano Moreira, hoje bairros que formam a Luanda urbana. É então criado o Gabinete de Urbanização por Álvaro Rego Cabral que atribui a responsabilidade do urbanismo da Câmara Municipal de Luanda a Vasco Vieira da Costa que, mais tarde, apresenta o Plano Regulador – Plano de Urbanização da Cidade de Luanda (Mourão, 2006)

² Do ponto de vista urbano, o crescimento dos musseques dá-se também pela falta de condições disponíveis para albergar as populações na chamada cidade do asfalto, o aumento das rendas sem igual contrapartida salarial em função das actividades exercidas pelos africanos (aumento da população branca). Os brancos (mão de obra melhor qualificada) passam a disputar as funções públicas na capital, abrindo-se a possibilidade de empregos públicos no interior de Angola. Uma evolução do problema social para o racial, agravando-se com o tempo as relações raciais, passando-se a pensar em Angola como um espaço branco metropolitano. O aumento, quer da presença metropolitana no centralismo administrativo, quer da população branca potencializava a rutura institucional. Sem permitir as brechas sociais que ocorriam no passado, este processo não reflete, contudo, uma relação constante de interesses entre colonos brancos e os interesses do país colonizador.

12a



12b

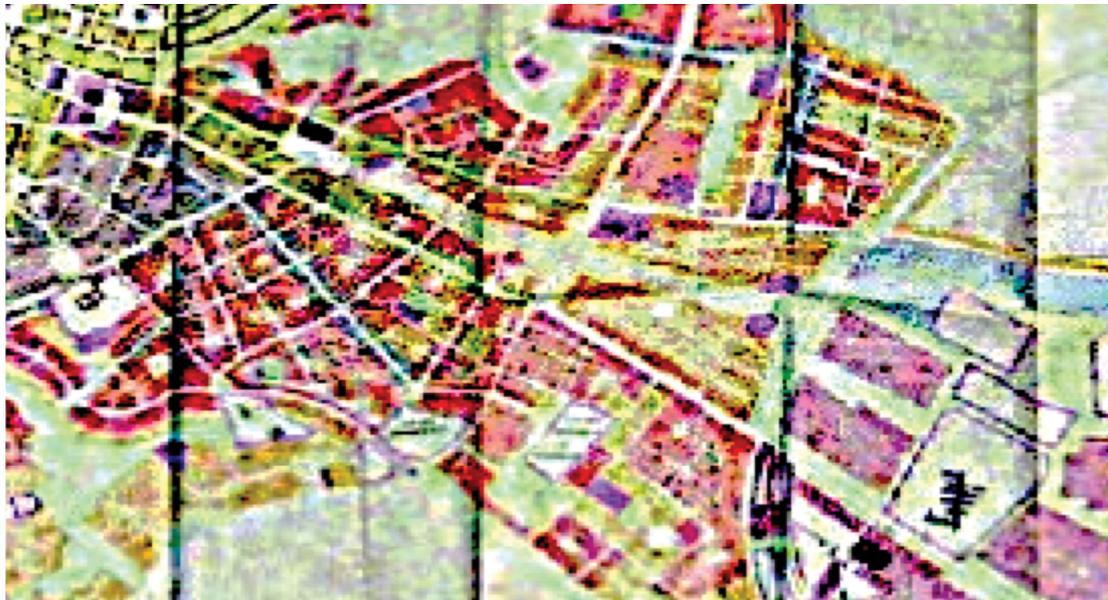
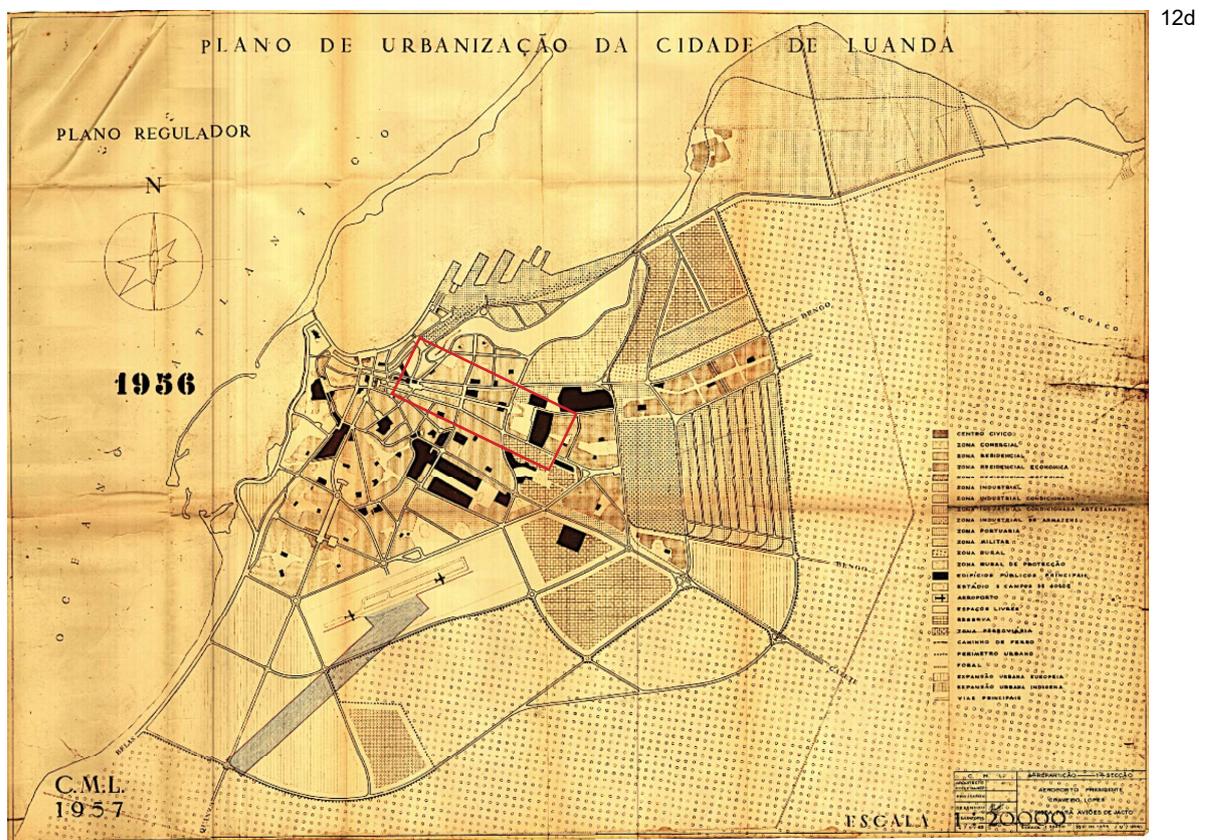
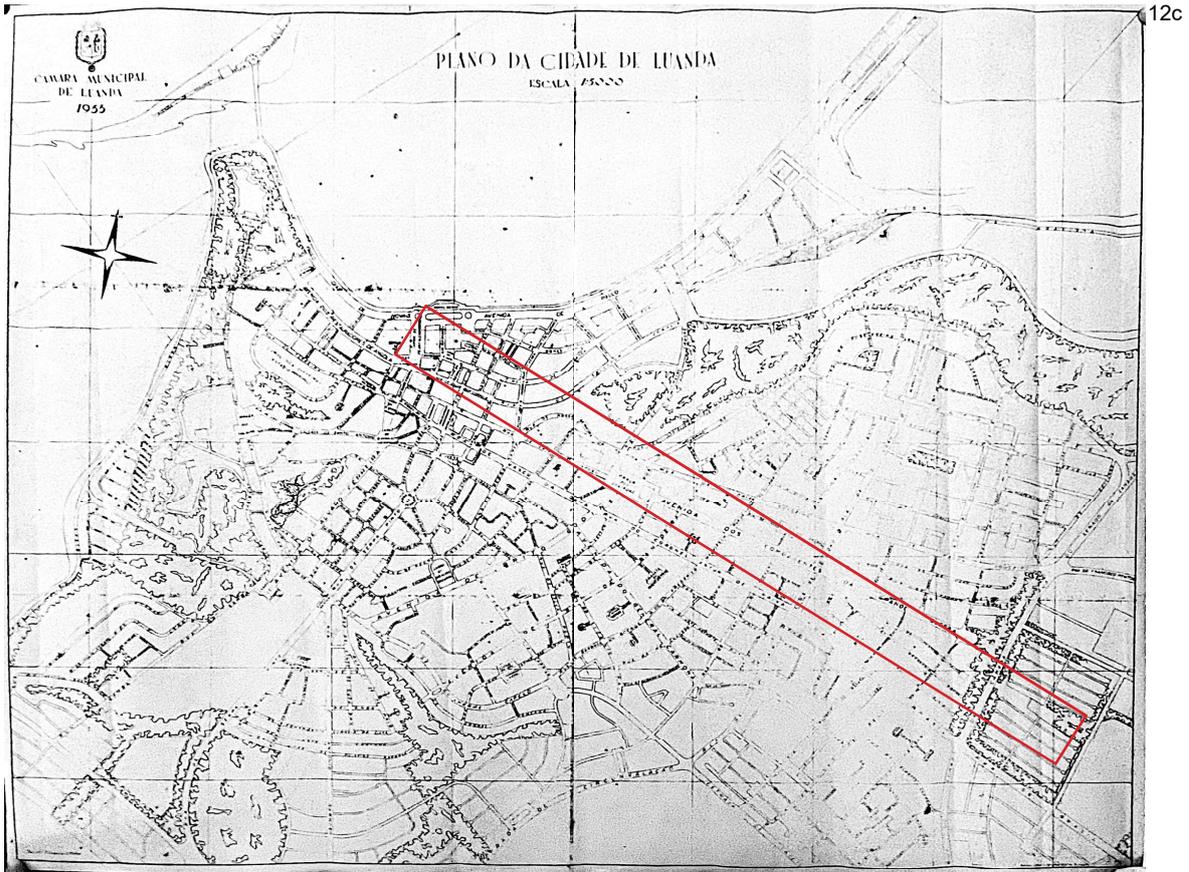


Fig. 12.
O Planeamento moderno de Luanda
12a. Análise, a partir dos Planos dos anos de 1952, Estudo de Revisão.
12b. Pormenor da relevância do eixo Mutamba - Marçal.
12c. Planta CML de 1955
12d. Plano Regulador de Luanda 1956-57



De acordo com Mourão (2006), o zoneamento regulador proposto desagradou os vários setores da sociedade. O Plano apresentava propostas que de algum modo feriam os interesses do capital, da burguesia (quer local quer metropolitana) bem como da própria Igreja. Embora com soluções técnicas modernizadoras e sempre acompanhado por uma série de medidas legais necessárias à sua implementação, e que partia da hipótese de uma evolução social da população da cidade em função da industrialização, mostrava um zoneamento que chocava com os interesses do sistema colonial face ao aumento constante da população europeia, bem como da especulação imobiliária que já se registava na época. O Plano Regulador de Vieira da Costa apresentava ainda uma atenção especial ao pedestre, ou seja, procurava a melhor integração do esquema viário, dos nós, dos pontos de referência históricos e os mais recentes. Promovia, assim, o conceito de *Cidade Integrada “da comunicação própria à de festa urbana”*, através dos seus espaços de contato - *Dísciplina de Arquitetura*.

Em 1955, com a publicação do Estatuto de Província Ultramarina para Angola (onde Luanda é um dos novos 16 Distritos), são superadas as responsabilidades impostas pelo Artigo 73 e Portugal é admitido na Organização das Nações Unidas.

Em 1958 inicia-se a actividade de refinação de petróleo³ com a criação da Refinaria de Luanda, propriedade da Petrangol (do Grupo Bela Petrofina, que seria adquirida posteriormente pela empresa Fina Petróleo de Angola). Apesar disso, no final dos anos de 1950 a grande riqueza de Angola ainda era a agricultura que garantia mais de 50% das exportações. Já tinha passado, há muito, o tempo da borracha e chegava agora o tempo do café, algodão, sisal e do milho (dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de 2020).

3. A história do petróleo em Angola começa com a primeira licença de exploração de hidrocarbonetos atribuída à Canha & Formigal em 1910, no onshore do Kwanza. Em 1915 é feita a primeira perfuração (poço de petróleo) na Bacia do Kwanza (Dande-1). Entre o início dos anos de 1950 e o fim dos anos de 1960 são descobertas novas reservas (comerciais de petróleo) nas Bacias do Kwanza e Cabinda, são atribuídas várias licenças/concessões e criam-se blocos de exploração em terra e mar (primeira descoberta o poço de Limba no Bloco 0). Em 1973 o petróleo torna-se a principal fonte de exportação de Angola, superando o café. Em 1976 é criada a Sociedade Nacional de Combustível de Angola SONANGOL (nessa altura a produção rondava os 100.000 barris/dia - provenientes de Cabinda (offshore), e (onshore) Congo e Kwanza). 1978 é regularizada a actividade com a Lei 13/78 das Actividades Petrolíferas. Em 2000 Angola atinge a produção de 1.000.000 de barris/dia. Em 2007 Angola torna-se membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Em 2008 Angola atinge a sua produção máxima (2.000.000 de barris/dia). Em 2009 Angola assume a presidência da OPEP e torna-se o maior produtor de crude da África subsariana (com uma produção média de 1.800.000 de barris/dia). Em 2013 inicia-se a produção de gás natural liquefeito LNG e é feita a expedição do primeiro carregamento para o Brasil. Em 2019 é criada a ANPG por Dec. Pr. nº 49/19 de 6 de fevereiro e é aprovado o seu Estatuto Organico. Angola ostenta hoje o estatuto de país *grande produtor de petróleo* à escala de África e uma história (do petróleo) com mais de um século.

Anos de 1960

(1960)

- Edifício Secil, na Marginal de Luanda (por Vasco Vieira da Costa);
- Aldeamento da Quilunda (por Simões de Carvalho).
- Plano de Urbanização do Futungo de Belas (por Simões de Carvalho).

(1961)

- Fernão Simões de Carvalho dirige os Serviços de Urbanização de Urbanização da CML até 1963;
- “Exposição da Arquitetura Moderna Brasileira” (por Francisco Castro Rodrigues pelo Núcleo de Estudos Angolanos - Brasileiros em Luanda, Benguela, Lobito, Huambo e Namibe).

(1962)

- Plano Diretor;
- UV nº2 Bairro Prenda (por Simões de Carvalho).

(1963)

- 1º Colóquio Nacional dos Municípios - “Ordenamento Urbanístico e vida municipal (por Fernão Simões de Carvalho);
- “Luanda do Futuro” in Ronda pelo Ultramar - Angola Terra de Portugal,
- Edifício ANANGOLA (por Vasco Vieira da Costa).

(1964)

- Cine - Atlântico (por António Ribeiro dos Santos e Eduardo Paulino).
- Cine - Miramar (por João e Luís Garcia de Castilho).

(1965)

- Mercado de Caputo (por Simões de Carvalho, José Pinto da Cunha e Alfredo Pereira).
- Capela e Conjunto Assistencial - Bairro Cazenga (por Simões de Carvalho, José Pinto da Cunha e Alfredo Pereira).

(1965)

- UV nº 2 Bairro Prenda, Precol (por Simões de Carvalho, José Pinto da Cunha e Alfredo Pereira).
- Fábrica Sotanco (por Simões de Carvalho, José Pinto da Cunha e Alfredo Pereira).
- Edifício LEA (por Vasco Vieira da Costa).

(1966)

- O Ministério do Ultramar determina para Angola e Moçambique a promoção de encontros entre engenheiros e arquitetos.

- “Jornadas de Engenharia e Arquitetura do Ultramar”.
(1968)
- Edifício Mutamba (por Vasco Vieira da Costa), no Eixo Moderno Mutamba - Marçal.
(1968)
- Ante plano do Bairro dos CTT (por Simões de Carvalho).
- Instituto Pio XII (por Vasco Vieira da Costa)
- Edifício dos Servidores do Estado (por Vasco Vieira da Costa).
- Casa Inglesa (por Vasco Vieira da Costa).
(1969)
- “Jornadas de Engenharia e Arquitetura do Ultramar” (por Francisco Castro Rodrigues e comunicação de Vasco Vieira da Costa - “Breves considerações sobre urbanismo tropical em zonas rurais.”).

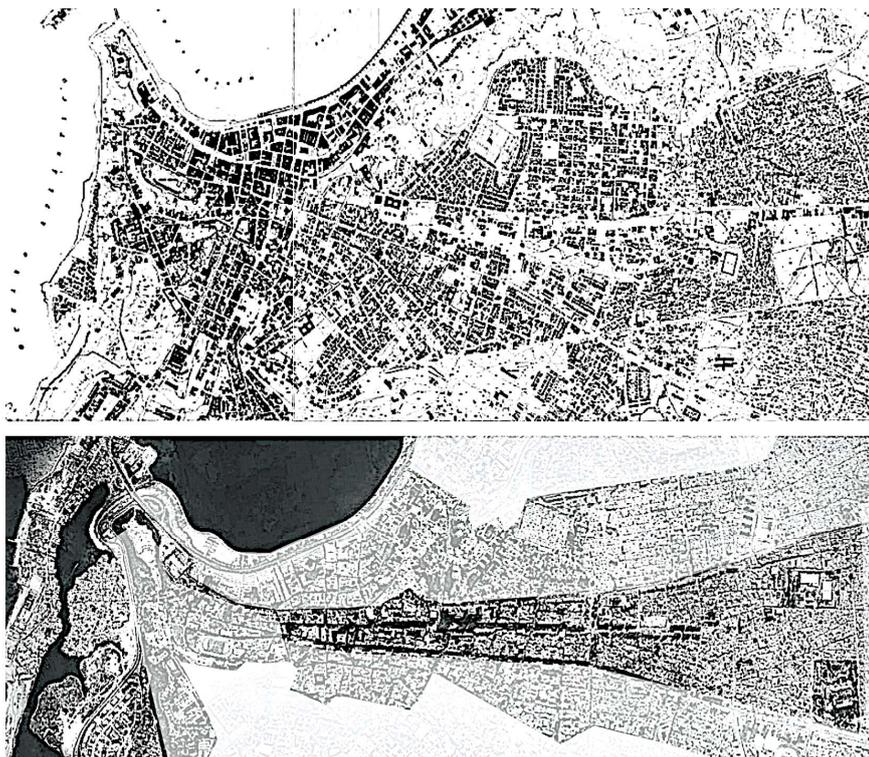
Fernando Martins (In, Observador 23.8.2004) aborda o 4 de fevereiro de 1961 caracterizando-o, genericamente, como a realização de um conjunto de ataques dirigidos por grupos (mal) armados de angolanos contra objetivos civis e militares localizados em Luanda. Teve várias réplicas, as mais graves ocorridas ainda durante o mês de fevereiro e resultantes das reações “coloniais” e “nacionalistas” ao significado e ao sentido, reais e alegados. Carlos Pacheco, com trabalhos realizados e publicados (durante os anos de 1990) considera que o mais provável foi que a autoria e a concretização do “4 de fevereiro” tenha cabido, do ponto de vista “coletivo”, a uma união de pequenas organizações sem perfil ou estrutura política muito vincadas e nas quais militavam exclusivamente angolanos.

Neste mesmo o 15 de março é descrito e interpretado como o “episódio” de insurgência de populações rurais que, por força de várias circunstâncias não previstas, se tenha prolongado no tempo dando início a um conflito militar, o qual não era desejado e nem preparado por operacionais de pequenas organizações de teor político, religioso ou social que também foram chamadas a colaborar. Martis conclui que os efeitos dos acontecimentos, quer de fevereiro, quer de março, não se limitaram à realidade angolana, ou se se quiser à mudança de comportamento por parte das direções da União das Populações do Norte de Angola (1954) - União das Populações de Angola (1958) e, sobretudo, do Movimento Popular de Libertação de Angola (1956). Na verdade, foi como consequência destes acontecimentos que o MPLA, logo em abril do mesmo ano, na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas CON-CP, em Casablanca, mostrou a sua intenção de, a prazo, iniciar a luta armada.

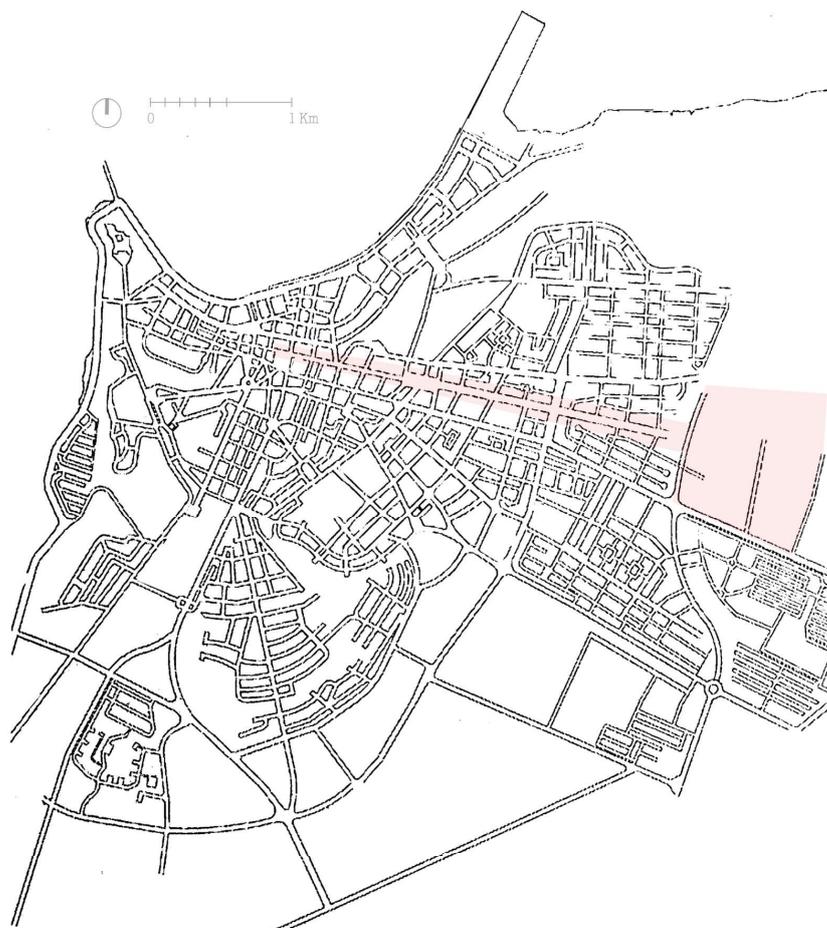
O Plano Diretor de Luanda de 1961 já definia uma classificação viária, criando uma lógica para os grandes eixos e outra para pequenos percursos. Não deveria existir zonamento por funções, como era anteriormente defendido, mas sim tirar partido a todo momento do clima, da luz e do território, sistema de Unidades de Vizinhança em que a função de habitar era agrupada com as funções de trabalho, equipamento, indústria e serviços. Mais de acordo com os princípios da Carta de Atenas, este projeto de construção da cidade não deveria ser aplicado apenas às novas áreas, mas também transformar a zona da Baixa, onde já existiam problemas de circulação que seriam resolvidos através da execução de um Plano Viário, constituído por dois grandes eixos de penetração: um no sentido norte-sul e outro no sentido este-oeste, atravessando quatro vias de cintura e estabelecendo a ligação do centro de Luanda com o interior de Angola. Neste sentido, a rede urbana, que une as várias funções da cidade, está formada por uma estrutura concêntrica que comporta o interlaçar de ruas e avenidas, mas também, num tamanho médio capaz de acomodar vários tipos de estruturas edificadas, as suas respetivas infraestruturas de apoio. Esta rede de conexões dentro do sistema 7V, apresenta a interpretação de Simões de Carvalho da hierarquização de tráfego proposta por Le Corbusier, desenvolvida por Maxwell Fry e Jane Drew para Chandigarh, denominada “Les Sept Voies de Circulation”, que conjugava os ensinamentos de Robert Auzelle na definição de diferentes tipologias destinadas a diferentes grupos sociais e étnicos (Mourão, 2006).

O objetivo principal do Plano era então a remodelação da urbanização da zona Central de Luanda e a urbanização do Mu Seke Prenda (UV nº2), uma vez que o Burity tinha sido excluído do Plano. Para o Porto de Luanda manteve-se a proposta de um cais de atracagem contrariando as indicações do Plano Regulador. Trabalharam no Gabinete de Urbanização, sob coordenação de Simões de Carvalho os arquitetos: Adalberto Gonçalves Dias, António Nunes e Silva Campino, Luís Taquelin da Cruz, Rosas da Silva, Fernando Alfredo Pereira, José Augusto Pinto da Cunha e Hugo de Carvalho. Segundo Etienne de Gröer, o “*plano para a idade do automóvel (...)*” o sistema de UV (desenvolvido por Henry Wright, aplicado em 1930, em Radburn, para dar resposta à organização do espaço urbano na era do automóvel) estabelece que os bairros deveriam ser organizados à margem das vias de tráfego, mas não atravessadas por estas, e ser dotados de equipamentos confortavelmente alcançáveis a pé, sem se cruzarem com automóveis; só as vias de trânsito local deveriam chegar ao coração dos núcleos residenciais (como se pode ver na UV nº2 de Simões de Carvalho) (Mourão, 2006).

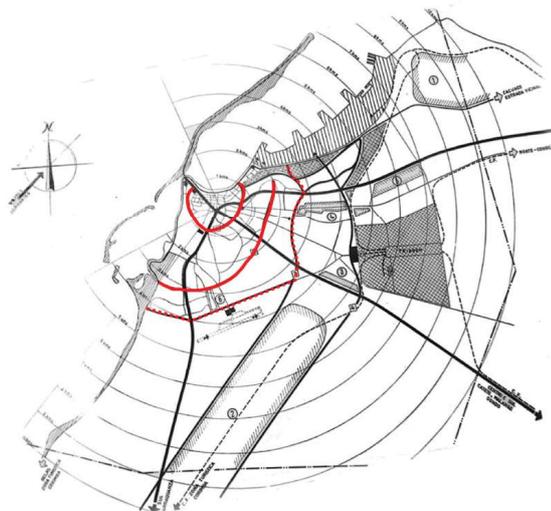
Fig. 13.
O desenvolvimento moderno da Cidade de Luanda durante os anos de 1960.
13a. Análise, a partir de imagem do final dos anos de 1950 e de 2020 Ed.
13bc. Análise, a partir das circulares da cidade, da relevância no eixo Mutamba - Marçal Ed.



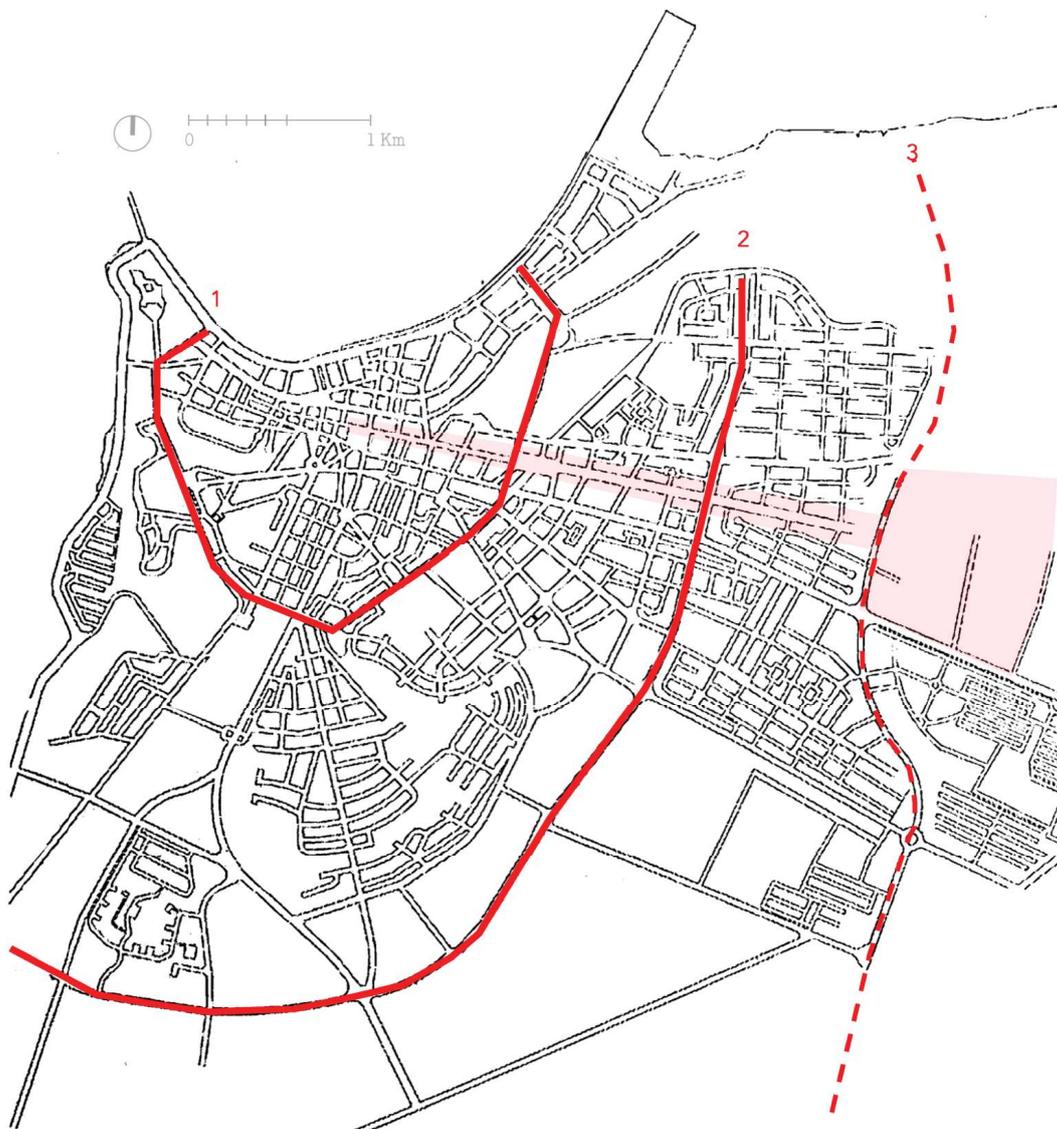
13a



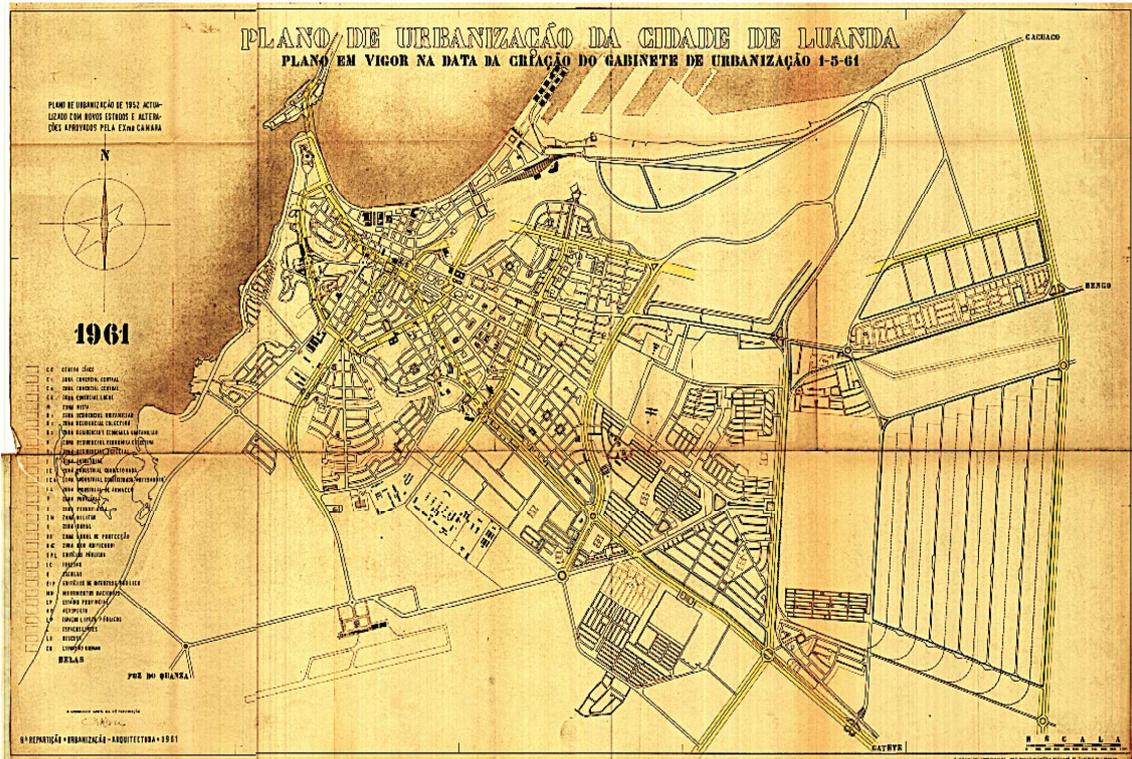
13b



13c



14a



14b

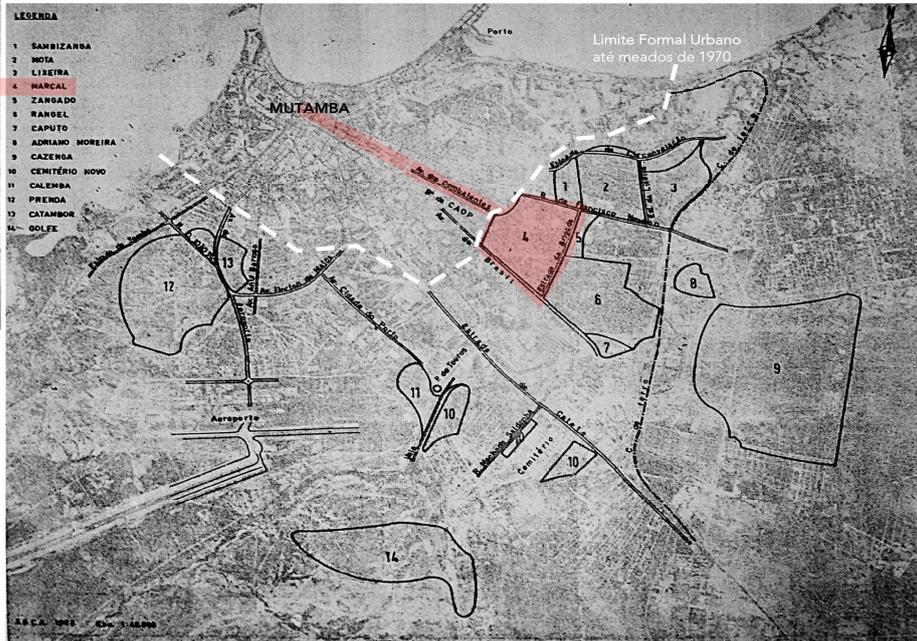


Fig. 14.
O Planeamento moderno de Luanda.
14a. Plano de Urbanização da Cidade de Luanda em vigor na data da criação do gabinete de Urbanização (1.5.1961). Plano de 1952 atualizado com novos estudos alterações aprovadas pela Exma CML.
14b. Análise, a partir do Plano de Urbanização de 1961, da relevância do eixo Mutamba - Marçal.

LEGENDA

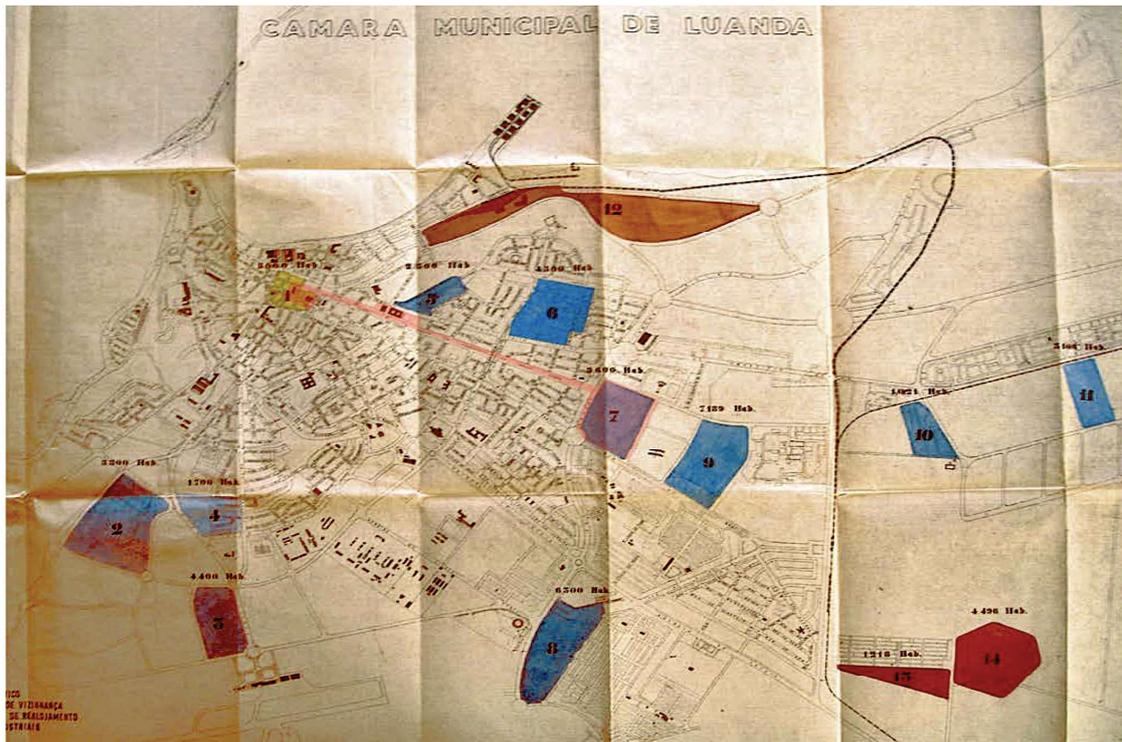
- 1 SAMBIZANGA
- 2 MOTA
- 3 LIXEIRA
- 4 MARÇAL
- 5 ZANGADO
- 6 RANGEL
- 7 CAPUTO
- 8 ADRIANO MOREIRA
- 9 CAZENGA
- 10 CEMITÉRIO NOVO
- 11 CALEMBÁ
- 12 PRENDA
- 13 CATAMBOR
- 14 GOLFE

Os musseques de Luanda (anos de 1960)



15a

Fotografia
Aérea
Luanda
SGCA, 1963
Esc.: 1/40.000



15b

Fig. 15.
O Planeamento moderno de Luanda.
15a. Fotografia Aérea da Cidade de Luanda dos Musseques de Luanda - SGCA de 1963.
15b. Relação entre a demarcação do centro da Cidade, Unidades de Vizinhança, Zonas industriais-rurais e a informalidade dos musseques de Luanda, em 1961. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal.

De acordo com Simões de Carvalho (documento CML 05/01/1962), no Plano de 61, procurou-se seguir uma política de disseminação dos vários tipos racionais e até de classes sociais, com a criação das novas Unidades de Vizinhança, ou seja, o nível económico seria assim o tema determinante para essa disseminação.

No centro da cidade, são ligados percursos já existentes e são criados espaços de lazer (ex: as Portas do Mar, no largo de Bressane Leite). Nos estudos realizados para o Plano de 1961, Simões de Carvalho fez uma projeção de população para 20 anos (até 1980) e previa 400.000 habitantes e uma projeção de cerca de 85.000 automóveis. Para tal, foram incluídos nos planos de pormenor, estudos para cinco parques de estacionamento de envergadura média. Com relação ao Centro Histórico de Luanda, Simões de Carvalho propõe três circulares: a Primeira Circular do Largo do Baleizão, Palácio na Cidade Alta, Largo da Maianga, Liceu Salvador Correia, Largo do Kinaxixi e Igreja da Nazaré; a Segunda Circular pela Samba até ao Largo do Miramar; a Terceira Circular que iniciaria na via limite do Porto de Luanda e terminaria na Samba (não executada). É a partir da Segunda Circular que se passaria do plano rádio-concêntrico para o plano linear. Deslocando a cidade para sul e acompanhando a nova zona industrial, campo de trabalho do setor secundário para os habitantes das Unidades de Vizinhança que se seguiriam à UV nº2 – Mu Seke Prenda. O trabalho do setor terciário-comércio e serviços situar-se-ia nas vias comerciais (V4), das UVs (Mourão, 2006).

O trabalho do setor primário desenvolver-se-ia nos terrenos a sudeste da prevista zona industrial. O Plano Diretor de Luanda de 1961 (responsabilidade dos arquitetos Simões de Carvalho, José Pinto da Cunha e Fernando Pereira) representa o exemplo mais notável de modernidade de iniciativa Pública, apresenta-se como exemplo operativo do que se pretendia desenvolver à pequena escala de intervenção, com dez outras Unidades de Vizinhança distribuídas pelo tecido urbano consolidado, duas Unidades de Realojamento nos limites urbanos e um zoneamento Industrial a norte, junto à Boavista⁴ (Mourão, 2006).

4_ No interior das Unidades de Vizinhança pode verificar-se uma especial atenção ao tratamento dado aos espaços de circulação pedonal, bem como a sua independência da circulação viária, obedecendo inteiramente à morfologia e princípios da ideologia Moderna, apresentando uma diversidade de propostas de adequação aos diferentes contextos funcionais, sociais e étnicos. Um recetáculo de várias atividades que o dotam de urbanidade fundamentalmente através da proposta de vazios ao nível do embasamento, em pilotis que de alguma forma procurava fazer a ligação, em alguns casos mal sucedida, com o resto de cidade, dando a ideia de “cidade – manta de retalhos”.

Apesar de não ter sido inteiramente aprovado, o Plano Diretor de Luanda de 1961 serviu como documento orientador da gestão quotidiana do desenvolvimento da cidade a partir de então⁵. Nestas novas avenidas de Luanda e outros conjuntos urbanos que se estendem para lá da Mutamba (centro histórico), há a adaptação da rua-canal da cidade tradicional aos novos conceitos modernos como base de interpretação deste desenvolvimento urbano. Esta particularidade de desenho urbano e arquitetónico – com destaque para: a Avenida Cmdt. Gika; a Avenida Pr. Marien Ngouabi; o Bairro do Cassenda, da UV nº 3 enquadrada no Ante-Plano de Simões de Carvalho de 1961 – onde o edificado mostra uma maior aproximação do ideal moderno, no que diz respeito à implantação perpendicular em relação ao limite da rua; os edifícios de Habitação Coletiva de Vieira da Costa, de 1965, edificado em galeria ao longo da Avenida Revolução de Outubro, com linguagem muito próxima à da Cidade Satélite nº 3, vinte anos antes; o edifício de Habitação Coletiva para funcionários dos CTT em Luanda, de Simões de Carvalho que, embora de diferentes momentos, ou até de encomenda privada, mostra uma intenção de inovação dentro da continuidade de linguagem projetual, com interpretações resultantes das várias necessidades identificadas, preocupações e constrangimentos na altura da sua elaboração por parte dos seus autores (Mourão, 2006).

Esta abordagem das possibilidades promovidas pelo MMA internacional procurou garantir a melhor qualidade do uso do espaço (privado, semiprivado e público) Kaluanda, com artifícios de desenvolvimento adaptados do Modelo Internacional que, de forma quase natural, promoveram o aparecimento de um novo reportório formal e, sobretudo, uma nova forma de pensar cidade que procurava a valorização do lugar e dos seus usuários num processo que podemos chamar de busca de identidade da arquitetura angolana. Nestas novas propostas de desenho urbano, as vias circulares, o parkway, a segmentação e hierarquização da circulação e do espaço, a organização em Unidades de Vizinhança, a circunscrição dos limites urbanos a partir das vias de circulação automóvel exteriores aos aglomerados (e dedicadas ao automóvel), espelham conceitos que contribuem para reconfigurar o pensamento sobre o novo universo urbano Kaluanda (Mourão, 2006).

31_ A imagem de musseque que alguns hoje ainda defendem é a imagem do velho musseque e não a do musseque industrializado (mais do que apenas proletarizado), uma herança da imagem colonial da cidade exclusivamente exportadora de produtos coloniais para a colónia vista apenas como parque industrial de indústria pesada condicionada (Luanda, Cacuaco e Viana pela estrada de Catete) (Mourão, 2006).

Neste contexto, e até aos anos 70, vários conjuntos habitacionais foram sendo edificados respeitando assas diretrizes. Novos conjuntos habitacionais desenvolvidos ao longo das novas Avenidas de Luanda (com destaque para as que se desenvolveram entre a Mutamba e o bairro Marçal – entre centro e periferia foram dotando a cidade de uma nova forma de vida social alicerçada na sua nova linguagem formal e expressão plástica cosmopolita. O conceito definido para as 14 Unidades de Vizinhança representa, pois, a expressão muito próxima das discussões internacionais sobre o MMA, mas que, sobretudo com a atuação pontual de renovação da relação entre a edificação e a organização dos espaços vazios urbanos, nunca conseguiu proporcionar uma lógica de continuidade e articulação ou coesão do tecido urbano Kaluanda. Contudo, este ritmo de atividades urbanas de Luanda desencadeou também o desenvolvimento não planejado que foi acumulando problemas complexos, cuja solução se foi tornando cada vez mais difícil de realizar. A partir de 1965, o investimento estrangeiro gerou um enorme e caótico desenvolvimento da construção civil, totalmente desenhado de qualquer Plano Regulador, o que levou à elaboração de vários Planos de Urbanização, alterados mais ou menos de dez em dez anos, sem nunca entrarem em execução. Até aos anos 70, a modernidade Kaluanda transformou a cidade numa manta de retalhos de intervenções em vários séculos de presença humana, com um passado evidenciado por elementos de composição, tecnologia e dinamismos momentâneos, nem sempre planejados e diferentes das *“casas de adobe de telhados múltiplos”* às *“modernas torres de betão e vidro”* (Mourão, 2006).

Anos de 1970 (até 1975)

(1970)

- Atual Edifício do Ministério da Agricultura (por João José Tinoco e António Matos Veloso).

(1971)

- Plano Diretor (por Troufa Real - DSCAU)

- Plano Regulador (por OTU).

(1972)

- Vasco Vieira da Costa é eleito (Membro Directivo) Presidente da Secção Provincial de Angola do Sindicato Nacional dos Arquitectos com Troufa Real (Secretário) e João Canto Lagido (Tesoureiro). Assembleia Geral: Fernando Batalha (Pr.), Jorge de Heredia (Vogal) e José Fava (Vogal). Conselho Disciplinar; Francisco Castro Rodrigues, Luís Taquelin da Cruz e José Pinto da Cunha. Comissão Revisora de Contas; Alberto Gonçalves Dias, Sabino Correia e Luís Garcia Castilho.

(1973)

- José Redinha “A habitação tradicional em Angola. Aspetos da sua evolução.”.

(1974)

- Francisco Castro Rodrigues “Urbanismo Necessário” (M. Nova Lisboa);

- Edifício Hotel Presidente (por António Campino).

Depois de algumas intervenções pontuais, foi encomendado em 1970 o Plano Regulador para Luanda - Cacuaco - Viana. Uma possível interpretação do Plano – elaborado pela empresa consultora Francesa OTU, em colaboração com o Gabinete de Urbanismo da Direção Geral de Urbanismo juntamente com o Gabinete de Habitação – sugere a ideia principal de desenvolvimento urbano no sentido da expansão da cidade para Cacuaco (a norte) e Viana (a leste), tornando-as zonas Industriais interligadas. O Plano procurava ainda englobar os municípios vizinhos num polo de desenvolvimento de relações comerciais estratégicas, dentro, claro, dos interesses da sociedade colonial (Mourão, 2006).

Para o Plano, foram realizados inquéritos (dados quantitativos): superfície da área de estudo, superfície urbanizável, evolução da população, tipo somático e estratos socioeconómicos, necessidades em superfície para o alojamento e o emprego e outros dados qualitativos. Para além disso, levantaram-se velhos documentos de urbanização, características da área de intervenção, evolução

da malha urbana, as grandes operações previstas, os problemas intercomunais relacionados com o Plano de Urbanização, assim como os problemas urbanos que o Plano Regulador poderia resolver. Elaboraram-se também hipóteses e objetivos do reordenamento nos polos periféricos e a organização dos aglomerados e dos polos. Criaram-se ainda esquemas de desenvolvimento urbano da cidade até 1990, dos quais se pode depreender que do centro de Luanda partiria uma via expressa para Camama, Cacuaco e Viana e que por, sua vez, outras ligariam Camama a Cacuaco e o percurso a Sul para Benguela e a Norte para Camama. O Plano revela ainda a demarcação em zonas reservadas aos aglomerados urbanos, aos equipamentos estruturantes, a rede viária, a água e o saneamento em zonas urbanas e naturais; zonas de urbanização e de acordo especial (Mourão, 2006).

O Decreto-Lei nº 9/73, de 8 de janeiro, autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista, a denominar por Sociedade de Fomento do Quicuchi, S.A.R.L., e aprova as bases do respetivo contrato de concessão. Reconhece-se ainda o interesse em intensificar o desenvolvimento económico-social das várias regiões de Angola. Tal propósito conjuga-se com o recurso a novas estruturas administrativas ou a maior utilização de fórmulas legais já consagradas, tanto em Portugal como noutras regiões do Mundo. A área designada, do Estado Português de Angola, recetiva a tal esforço e que, por suas condições naturais e de localização justifica empreendimentos deste teor, é a do Quanza-Bengo, para o melhor aproveitamento, da qual oportunamente se realizaram estudos. No concelho de Viana, limítrofe do de Luanda, dispõe o Estado das reservas do Quicuchi e Calumbo, vastas áreas suscetíveis de valorização. Tem-se, de resto, presente que este empreendimento se integra no desenvolvimento da região de Luanda, procurando, desde já, constituir uma resposta às exigências postas pela expansão do grande núcleo urbano que é a sua capital e das respetivas zonas satélites (Mourão, 2006).

Como nos relatou José Troufa Real (ver Apêndice), sob sua coordenação, trabalharam no Plano de 1973⁶ os arquitetos: Adalberto Gonçalves Dias, António Nunes e Silva Campino, Margarida Amaral Prazeres Pais e Ana Torres, o Governador Geral de Angola Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz, o artista plástico José Pino, o representante da Igreja Católica Bispo D. André Muaca, Vasco Vieira da Costa (como arquiteto consultor externo), a empresa consultora OTAM entre outros.

6_Ver Vídeo RTP Arquivo sobre: Luanda, exposição sobre o plano regulador da cidade aprovado em 1973, de 22.04.1974

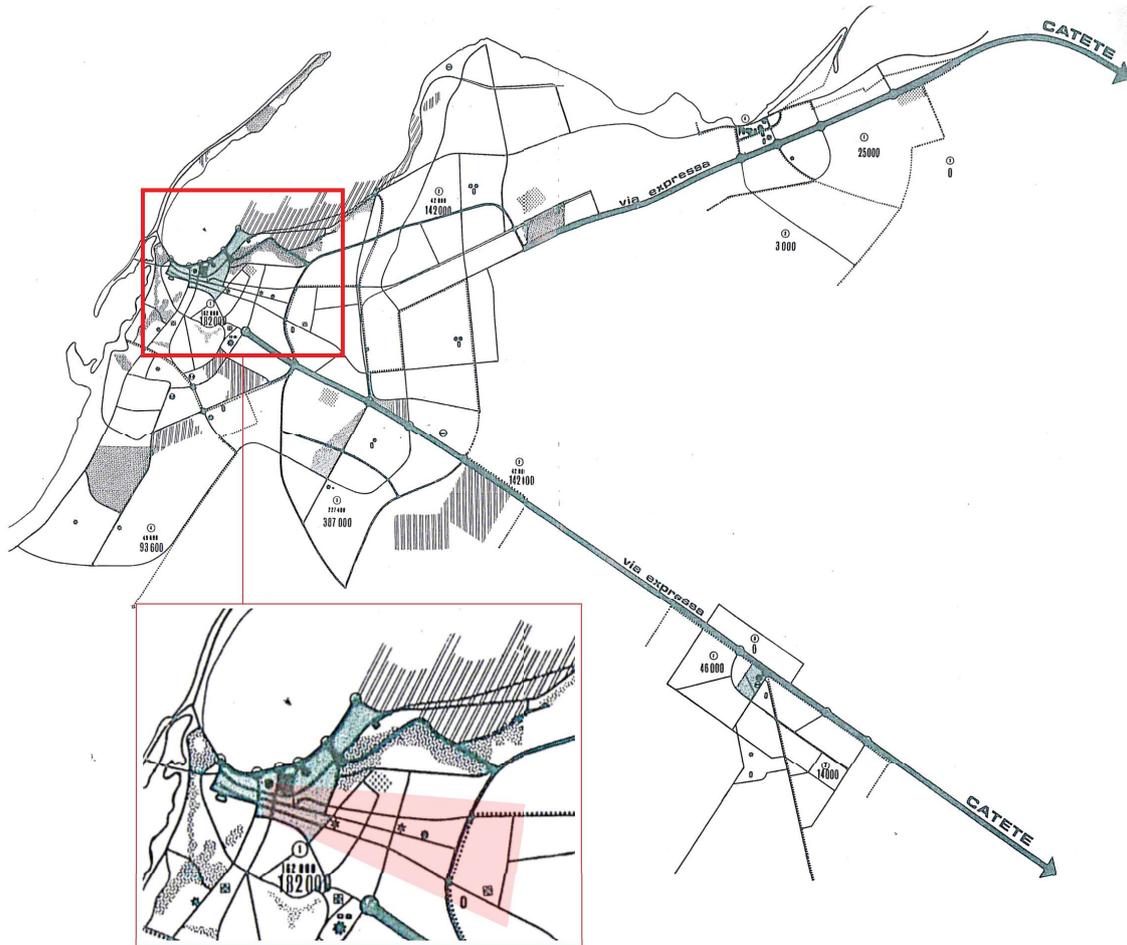
O Relatório A de março de 1971 (OTAM – Omnium Technique D’Aménagement e SMI – Sema Metra Internacional) – Estudos Preliminares da Câmara Municipal de Luanda sobre o Plano Regulador apresenta, em conclusão, 46 pontos que ajudam a afirmar “as vontades de uma urbanização digna” de Luanda, entre os quais destacam-se:

A cidade volta-se para o mar e dispõe assim de numerosas paisagens no litoral. As condições climáticas confirmam as escolhas e guiam as ações desenvolvidas. Faltam, na cidade, espaços livres e coletivos arborizados (parques e jardins insuficientes); As praças existentes (mal concebidas) beneficiam os automobilistas em detrimento dos peões (contradição na unidade entre espaço e arquitetura na praça tipo de criação recente); Há um incentivo para que a cidade seja percorrida a pé; As características das vias são boas, porém a definição do seu papel é vaga, pouco clara ou até inexistente; A iluminação das vias é má e incompleta. Suprimir o tráfego mecânico em certas vias centrais “devolverá” a qualidade de vida pretendida ao peão; Luanda tem 30 cruzamentos viários, 8 semáforos e 24 agentes de trânsito.

Os principais conflitos viários acontecem entre o Porto de Luanda, a Estação de CFL e a Estrada de Catete (concentram os específicos e diferentes fluxos de trânsito), os restantes conflitos que existem no sector central e subúrbio têm uma duração limitada e dizem respeito a fluxos de mais homogéneos na categoria de veículos; A densidade populacional é de cerca de 100 habitantes por hectare (aglomerado urbano). A capacidade administrativa do território corresponde às necessidades da cidade, com previsão de crescimento de 1.500.000 habitantes para os próximos 15 anos; A função terciária é tradicionalmente agrupada no centro da cidade, a sua moderna extensão, após preenchimento do centro, concentra-se em dois pontos: o comércio progride para o eixo Este; A função secundária está principalmente concentrada nas margens das Estrada de Cacucaco e da Conduta;

A armazenagem que tende a confundir-se com produção está nas redondezas do CFL e do Porto de Luanda; Os equipamentos, os serviços e as redes (incompletos) cobrem atualmente cerca de 40% da população de Luanda, permitindo, por outro lado, uma transformação urbana que à delimitação de 4 zonas: nó central, a cidade, o arredor periférico imediato e uma zona suburbana de tecido descontínuo.

16a



16b

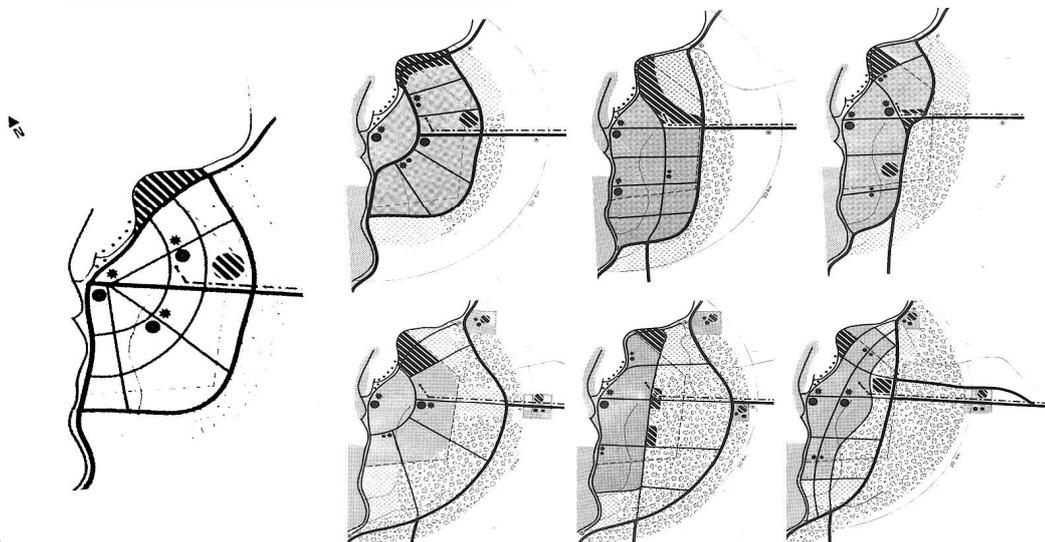


Fig. 16.

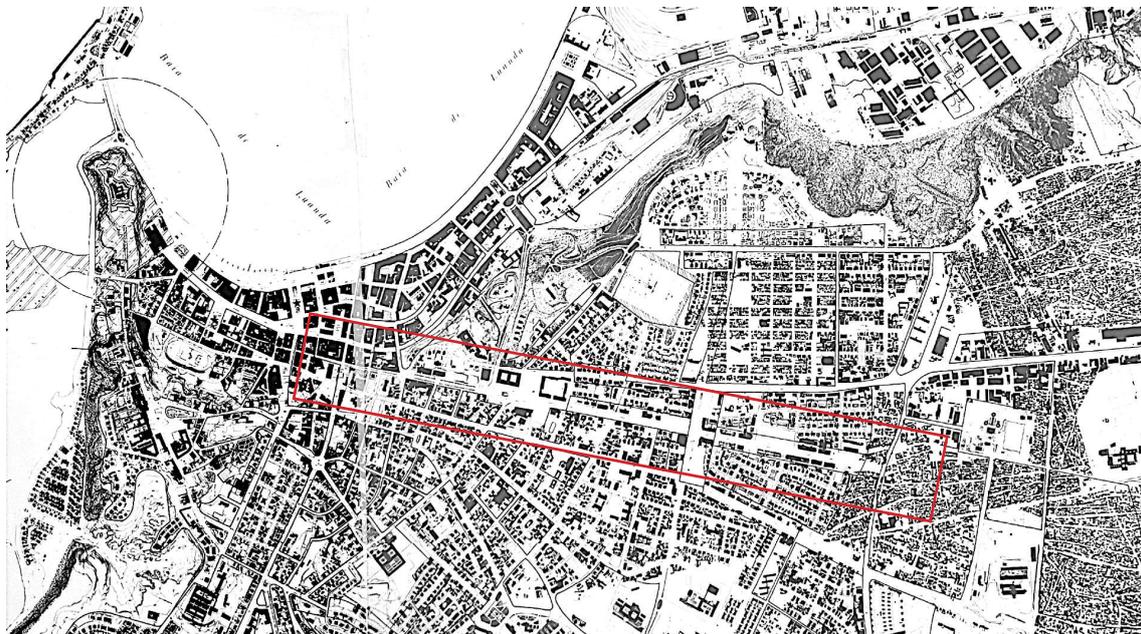
O Planeamento moderno de Luanda.

16a. Plano Regulador de Luanda de 1972.

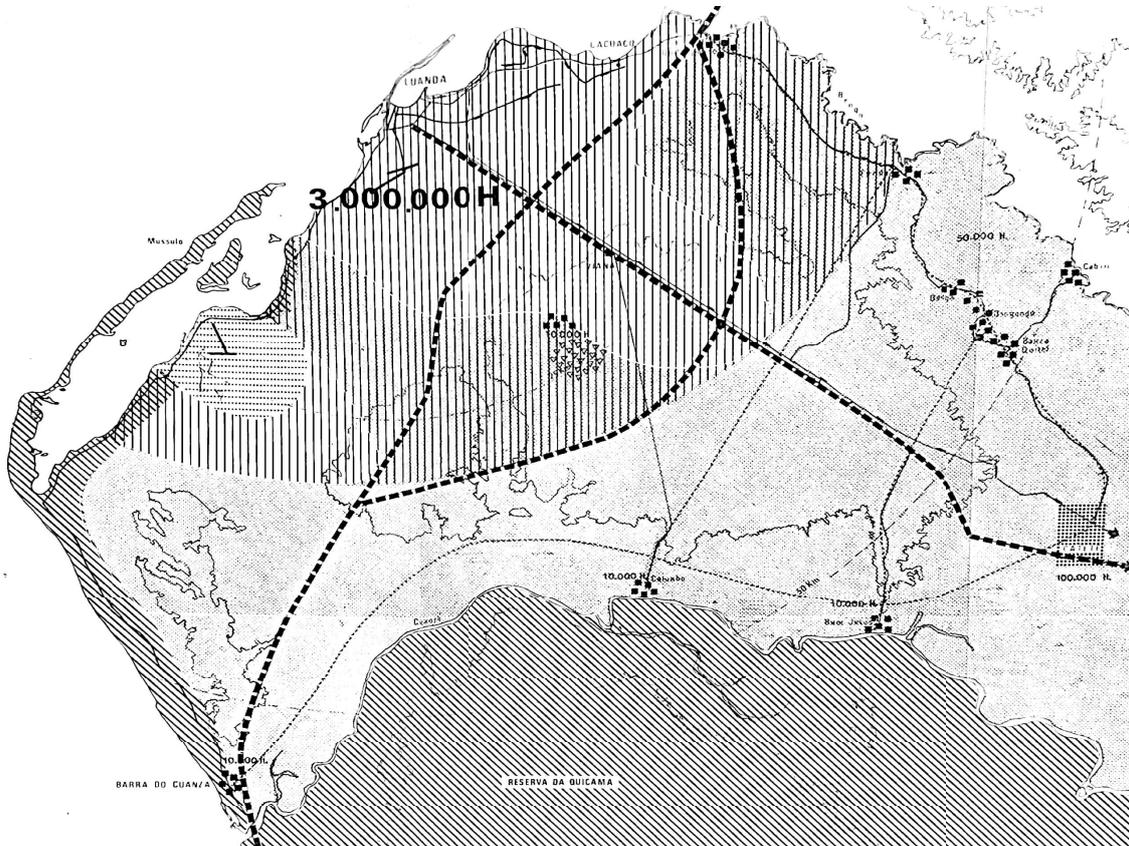
16b. Estudos Preliminares da Câmara Municipal de Luanda: OTAM – Omnium Technique D’Aménagement e SMI – Sema Metra Internacional.

16c. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal.

16d. Estudo para Luanda 3 milhões de Hab.

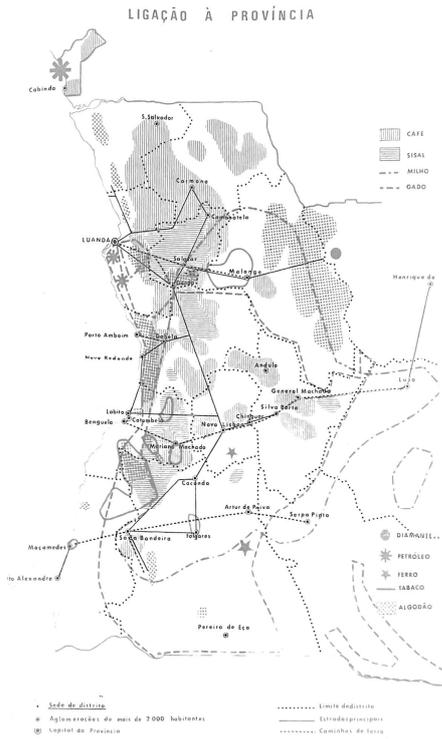


16c

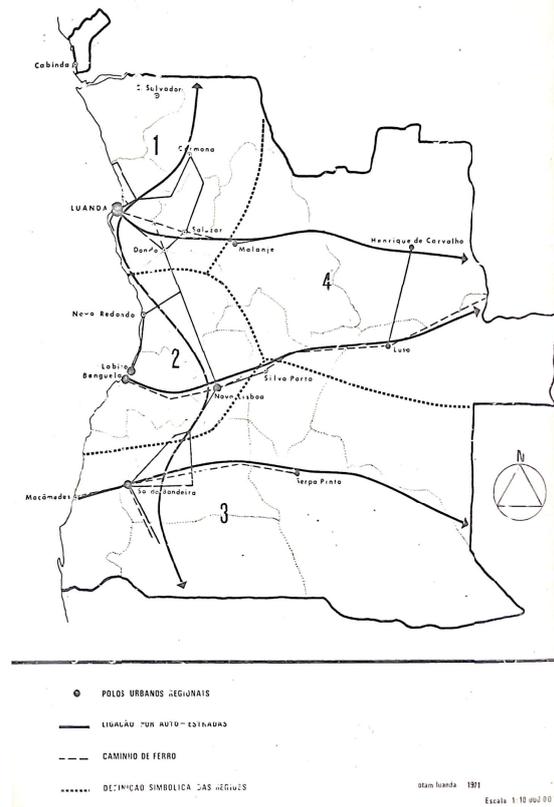


16d

17a



17b



17b

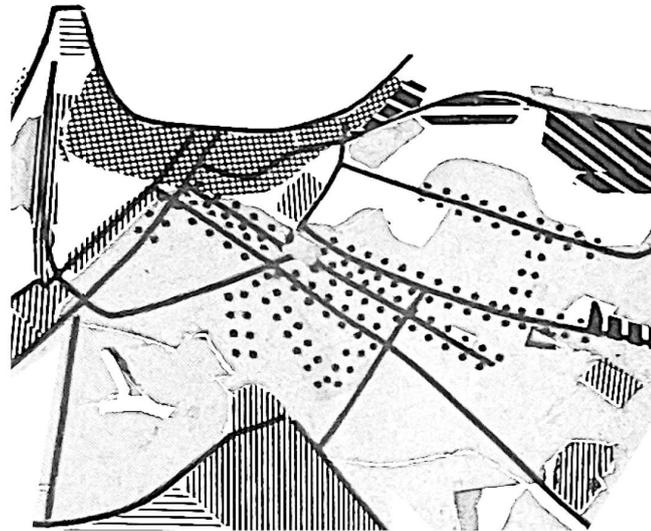
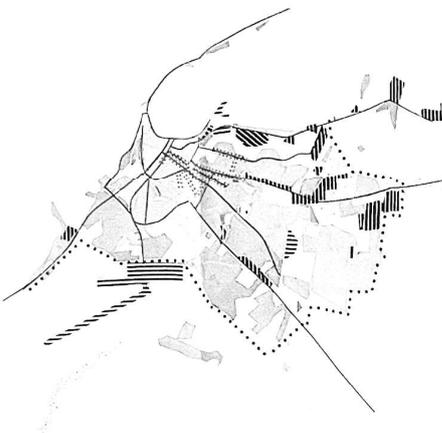
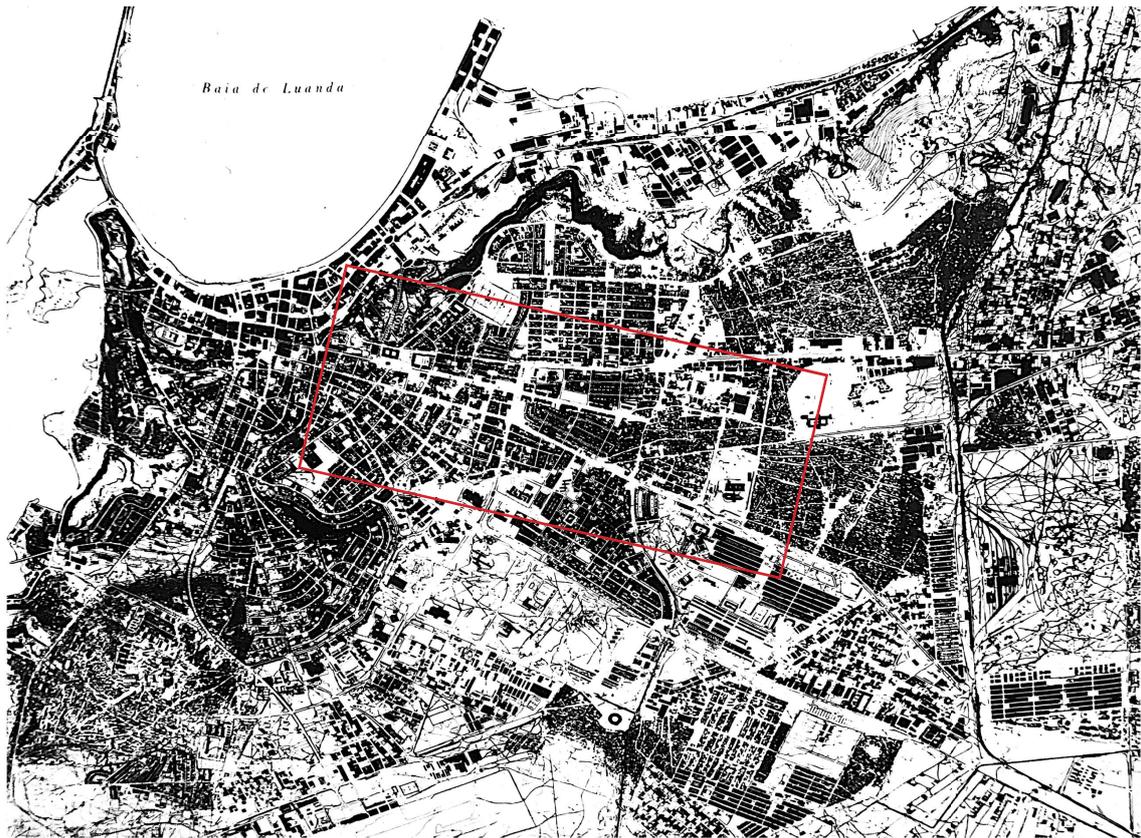


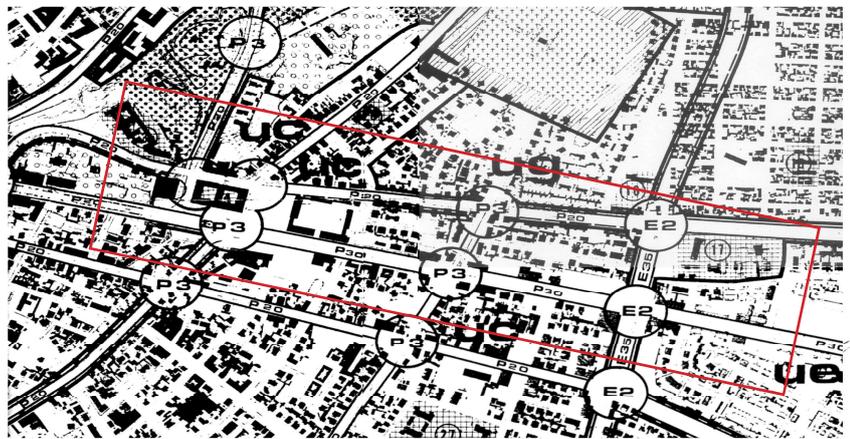
Fig. 17.
 O Planeamento moderno de Luanda.
17a. Plano Regulador de Luanda de 1972. Estudos Preliminares para a Região e conexões viárias para Angola.
17b. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal.
17c. Estruturação urbana moderna de Luanda no início dos anos de 1970 eixo Mutamba - Marçal.
17d. Ligação da Mutamba ao Kinaxixi.
17e. Ligação do Kinaxixi ao Marçal.



17c



17d



17e

Seguiu-se o Relatório – Proposta de Esquema Diretor de Luanda-Cacuaco-Viana que procura definir as orientações gerais possíveis de dar ao Estudo de Ordenamento da cidade de Luanda. Assim, o Relatório fixa o princípio de ordenamento no tentar limitar o desenvolvimento excessivamente concentrado de Luanda, através de uma política voluntária de ordenamento nos polos complementares num raio de 25 km (aproximadamente) com a valorização rural dos arredores. Evitar a urbanização contínua entre Luanda-Cacuaco-Viana pelo menos nos próximos 15 anos, assegurando desde já as reservas fundiárias para dar respostas satisfatórias e necessárias a longo prazo. Quanto à Forma Urbana foram propostos estudos aprofundados relativos a desenvolvimento de tendência linear ao longo do litoral (sob reserva das análises técnicas ligadas aos equipamentos existentes ou em curso).

Em resposta foi sugerido pela CML que se apresentassem em paralelo os esquemas gerais e uma proposta para o perímetro restrito onde um regulamento de urbanismo pudesse ser aplicado, bem como, uma proposta de intervenção imediata “zona operacional a curto prazo” para responder aos casos importantes de interesse geral.

Poder-se-á dizer que é este o momento formal final do exercício prático de matriz moderna da arquitetura e urbanismo Kaluanda?

Face ao produzido a impressão que fica é a de uma notável capacidade de interpretação e aplicação concreta que de forma inteligente fomentou localmente os princípios internacionalizantes modernos, quer da *Cidade-Jardim*, quer da *Carta de Atenas*, que foi transformando positivamente a forma urbana de fazer e viver Luanda foi abruptamente descontinuada. Tal facto trouxe graves problemas urbanos que até hoje não estão ultrapassados. Contudo, importa ler estas iniciativas e desenvolvimentos de edificação também pelo seu contexto político-social internacional: Sobre o fim da ditadura portuguesa em 1974, Odd Arne Westad (2018) considera que a paciência da população portuguesa com as guerras coloniais, “impossíveis de vencer”, estava a esgotar-se, sobretudo por motivos económicos: “o acontecimento que acabou com o regime foi a crise petrolífera. Pura e simplesmente Portugal não tinha como manter a população com combustível subsidiado, ao mesmo tempo que fornecia militares para combater em África”.

Westad (2018) situa a origem da Guerra Fria no surgimento de dois processos fundamentais mais profundos com a transformação dos EUA e da URSS (hoje Rússia) em dois “impérios *superlativos*” dotados de um sentimento crescente de “*missão internacional*” e a “*intensificação ideológica entre o capitalismo e os seus críticos*”. “*Os dois processos juntaram-se com a entrada norte-americana na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa de 1917*”, e acrescenta que a queda do Muro de Berlim (1989) não significou o fim da Guerra Fria como sistema internacional. “*O que não mudou com o fim da Guerra Fria foram os conflitos entre os ricos e os pobres nas questões internacionais*” e pondo em perspetiva a situação dos países que viveram conflitos de facto, refere o caso de Angola como exemplar desse contexto internacional.

Westad (2018) considera Angola como “*um dos países mais devastados pela Guerra Fria*”. ainda que a Guerra Fria não tenha decidido tudo, mas influenciado a maior parte das coisas, com frequência para pior. Este confronto ajudou a cimentar um mundo dominado por superpotências, um mundo em que a ameaça de violência representava a bitola pela qual se regiam as relações internacionais, e em que as crenças tendiam para o absoluto. Estava, assim, montado o palco para uma competição direta intensa, em que o objetivo era, no limite “*a sobrevivência do mundo*”.

Neste contexto, o Plano de George Marshall (Programa de Recuperação Europeu) afirmou-se como o principal plano americano para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A “ajuda” económica em valores, a depender do cruzamento de várias fontes, aponta para um montante, deflacionado para 2020, de cerca de 132.000 milhões de dólares. Essa injeção de recursos, tanto considerando o tamanho da economia e do orçamento dos Estados Unidos à época quanto, principalmente, sua importância para uma economia europeia quase completamente destruída pela guerra, teve um peso concreto muito maior. A ajuda foi dividida entre os países beneficiários por uma base per capita. Maiores quantidades foram dadas às grandes potências industriais, já que a principal ideia era o seu renascimento, peça essencial para a prosperidade geral europeia (as nações aliadas receberam um pouco mais de ajuda per capita do que os ex-membros do Eixo ou dos países que permaneceram neutros). O maior beneficiário do dinheiro do Plano Marshall foi o Reino Unido (que recebeu cerca de 26% do total), seguido da França (18%) e da Alemanha Ocidental (11%).

Cerca de dezoito países europeus receberam benefícios diretos do Plano, à Portugal coube, entre 1948 e 1951, 140 milhões de dólares (valores da época). Apesar de ter sido acordado, durante a guerra, que também receberia ajuda financeira, a União Soviética recusou-se a participar do programa de forma a garantir a sua independência económica; além disso, também bloqueou a possível participação de países da Europa Oriental, como a Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria e Polónia. O Plano Marshall proporcionou um notável crescimento económico para os países europeus envolvidos, mas também dívidas em dólares para “depois” pagar. Entre 1948 e 1952, a Europa experimentou o período de máximo crescimento económico de sua história. A produção industrial cresceu 35%, e a produção agrícola superou os níveis pré-guerra.

De acordo com o “Balanço das realizações do Plano Marshall em Portugal” (In Jornal do Comércio de 27.12.1951) nos territórios ultramarinos de Angola também o auxílio norte-americano se traduziu em iniciativas de grande produção. Foi autorizada a compra de equipamento hidro-eléctrico para o aproveitamento do rio Dande. A barragem das Mabubas, concluída em 1952, passaria a ser das mais importantes de Angola, a partir de 1960, com a produção de máxima de 16.480 HP de energia para fins públicos, industriais e domésticos, para cem mil habitantes de Luanda.

Como “resposta” a “ajuda americana” surge o Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON), em 1949, a fim de integrar economicamente União Soviética, Bulgária, República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Checoslováquia, Hungria, Polónia e Roménia, países do Leste Europeu e impedir o avanço do plano americano sobre a região. Oficialmente, o objetivo do Conselho era a partilha de experiências económicas, ampliar a assistência técnica entre si e prestar assistência mútua em matéria de matérias-primas, alimentos, máquinas, equipamentos entre outras actividades económicas. Em 1985, a organização desenvolvia já mais de 4 mil projetos em África, Ásia e América Latina, apresentando-se como a principal instituição de fomento ao desenvolvimento depois do Fundo Monetário Internacional. Elena Dragomir, sobre o COMECON aponta que a iniciativa não teria partido das lideranças soviéticas, mas sim romenas. Tal teoria abre precedente para uma análise mais profunda sobre o real interesse dos países do Leste sobre uma organização de integração económica multilateral e, entendendo isso, avaliar a própria evolução institucional da organização. Em razão da crescente indústria energética dos países socialistas, e igualmente as reformas descentralizadoras do planeamento a partir de 1965 (em especial na

URSS), os países produtores e exportadores de petróleo como União Soviética e Roménia, inundam-se de dólares, situação que acaba por gerar uma alta de preços e desregulamentação no planeamento e mercado internacional. Em 1975, houve uma tentativa de reforma do mecanismo de preços, entretanto o crescimento baixo e a penetração do mercado mundial causava uma disfunção interna em diversos mecanismos de planeamento que eram cada vez menos eficientes no controle sobre o mercado, pelas reformas administrativas descentralizadoras que vinham sendo aplicadas desde a segunda metade da década de 1950. Angola esteve como membro não europeu permanente e país observador socialista entre 1976 e 1991, ano da destruição virtual do projeto do Conselho com a desagregação da URSS. Para muitos analistas económicos (de esquerda) o COMECON foi fundamental na luta contra-hegemónica e no auxílio ao desenvolvimento dos países através do multilateralismo (enquanto política de integração e parceria desenvolveu-se no século XX por intermédio de instituições criadas pela URSS no pós-guerra) e cooperação durante a Guerra Fria. Os projetos de assistência tecnológica e estrutural do COMECON foram responsáveis pela reconstrução da Europa oriental entre 1950 e 1960 e também na assistência e desenvolvimento de novas nações (no pós-colonial).

Sobre a questão angolana, Karen Brutents, ex-chefe-adjunto do Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética, indica que a intervenção, após 1975, “tornou-se um facto sem qualquer plano central”. O líder soviético Leonid Brejnev mostrou ceticismo em relação ao “investimento” em Angola, ao êxito cubano e ao MPLA, mas que a atuação no terreno acabou por se transformar num sentimento de “vingança” em relação à crise dos mísseis, em Cuba, de 1962. “O mais importante, na perspetiva de Moscovo, era a necessidade de apoiar os cubanos e não os desiludir uma segunda vez” (como um dos aspetos que relacionam o confronto ideológico Washington - Moscovo e Angola, após o final da Segunda Guerra Mundial).

Através destas leituras, através da interpretação delas pelo eixo Mutamba - Marçal pode ser lido também o tempo de Luanda. O planeamento da cidade é, em si mesmo, reflexo das opções, ações e contradições desde a Cidade Jardim e a modernidade da Carta de Atenas até ao desenvolvimento Kaluanda em análise (nos dias de hoje). Assim, com estes argumentos e com a exposição desenvolvida até agora, abrimos pistas para afirmar que, fundamentalmente, desse ponto de vista, o eixo moderno Mutamba - Marçal constitui um contributo significativo para entender a cidade pensada no período dos Planos Gerais de Urbanização,

imaginada entre a modernidade e a nostalgia. No contexto de desenvolvimento urbano, a partir de 1940, houve um crescimento da cidade bem como da população Kaluanda. Importa realçar que as abordagens dos anos 60 desenvolvidas em Portugal, sobre o habitat local revelavam maior preocupação com as populações autóctones e conhecimento mais aprofundado sobre os assentamentos indígenas – “Arquitetura Popular” em Portugal (do Sindicato Nacional dos Arquitetos, 1961), que teve boa repercussão em São Tomé ou Moçambique, entre 1960 e 1964, sem o mesmo nível de aceitação em Angola (Milheiro, 2010).

Sem ser objetivo desta Tese, importa, ainda assim, alargando a abrangência do tema, apresentar o contexto da prática angolana e relacioná-la com o desenvolvido durante as décadas de 1960 e 1970 na prática africana fora do domínio português. Estes eventos que exploram a arquitetura moderna angolana, ainda hoje negligenciada, podem ser de alguma forma equiparados aos exemplos apresentados no Gana, Senegal, Quênia, Costa do Marfim ou Zâmbia como nos propõe Manuel Herz na exposição sobre a vivência moderna *in loco* (Architecture of Independence de 2015) este sim tema essencial de abordagem para esta Tese.

Importa refletir sobre as suas palavras:

“O moderno foi o modo preferido da África recém-independente, sendo um expediente particularmente útil para o estado pós-colonial multiétnico indefinidamente delimitado. Betão armado e aço, geometrias e motivos abstratos ajudaram a eliminar conflitos que o favorecimento de qualquer vernáculo tradicional provavelmente poderia ter produzido. Essas arquiteturas, que aderiram aos imperativos climáticos, responderam também a desafios específicos e outras inflexões de caráter individual ou local que tornam o Modernismo Africano tão marcante.”

Libertação pela Arquitetura de 2015 narra, portanto, a realidade também de Luanda que transmite “liberdade e otimismo arquitetónico, mas também social” de uma “África ousada e imaginativa, *ausente dos retratos convencionais*” que mostra “*um modernismo entusiasmado por exigências fundamentalmente ligadas ao lugar*”.

Lesley Lokko afirma que “A *Afromodernidade* deve ser analisada livre de códigos de composição”. Para a abordagem que se pretende nesta Tese, há aqui uma profundidade temática em grande parte demonstrada por essa arquitetura *incomum em outros lugares*, com lajes salientes, janelas recuadas, arcadas e colunatas ao ar livre onde o brise-soleil (que assume uma variedade de formas, de geometrias rígidas ou até padrões botânicos naturalistas) não aparece com enfeite, mas sim como uma necessidade projetada com o objetivo não de vedar, mas de sombrear, que garante uma permeabilidade ao edificado impensável para climas diferentes, ou seja, como refere Herz “*a Europa não pode mais reivindicar direitos exclusivos para a modernidade em arquitetura.*”.

Para Adolfo Maria (2019) a luta contra a dominação colonial e pela independência nacional “*representou um elemento necessário e fundamental do combate pela liberdade dos povos e dos indivíduos, mas não é suficiente.*”. Verifica-se muito frequentemente que, com as independências, as aspirações populares são goradas pela vertigem do poder das elites que capturam o Estado para enriquecer e, através de um poder hegemónico, recorrem muitas vezes a populismos, a apelos étnicos e raciais que chegam a conduzir a guerras civis com terríveis consequências políticas, económicas e sociais: desestruturação da economia, migrações, miséria, profunda exclusão social, perda de valores éticos, desmobilização dos espíritos e vontades, degradação da cidadania. Nesse sentido, José Manuel Gonçalves (2020) sobre “*uma África revoltada*”, refere que importa debater vias de pensamento e ação para se inserir África no mundo sem subalternidades “*nem em relação aos grandes centros mundiais nem em relação a formas de poder interno que igualmente condenam os povos à subalternidade.*”.

Sob domínio português, o modelo de *Cidade-Jardim* esteve presente na maior parte dos Planos e Ante-Planos de Urbanização elaborados nos anos 40 e 50, muitos deles da autoria de Etienne de Groer ou de António João Aguiar. Tais Planos não visaram a criação de cidades novas, até porque a generalidade dos aglomerados urbanos portugueses eram de pequena dimensão, mas antes a sua expansão e renovação. Em consonância com o conceito teórico de Howard, que defende que a cidade não ultrapasse um tamanho médio e, para tal, propõe o estabelecimento de uma zona rural de proteção à cidade (critério ainda hoje utilizado) e a criação de aglomerados satélites. Pretende, com o estabelecimento da zona rural, impedir o crescimento ilimitado em mancha de óleo e, também, o crescimento periférico e descontrolado por fuga ao regulamento do Plano. Quanto aos aglomerados satélites, propostos em concreto nos Planos de Coimbra e

Luanda, pode constatar-se que estes, pela sua pequena dimensão, proximidade da cidade e funções residenciais, correspondem de facto a um desenho mais próximo do subúrbio-jardim do que o do conceito inicial de Howard.

A pequena dimensão da generalidade das cidades portuguesas não colocava sequer a questão da necessidade do seu desdobramento. Foi nos traçados urbanos e tipologias propostas para a transformação e expansão contínua da cidade existente que a influência do modelo se fez sentir.

Da Mutamba ao Marçal, em pouco mais de dois mil e quinhentos metros, lê-se um percurso (cerca de 1/3 dele em ascensão, no sentido centro – periferia) que interliga não apenas plataformas a cotas diferentes (diferença de mais ou menos 60 metros), mas fundamentalmente abordagens notáveis de uso urbano.

Ao fazer a leitura do eixo Mutamba – Marçal e, interpretando o contexto até agora desenvolvido, conseguimos perceber a existência de uma experimentação contínua sobre a topologia dos Planos, ou seja, sobre a sua configuração bem como a posição e distribuição lógica dos seus elementos. Pode ser observado ainda, neste prolongamento, uma interpretação moderna a vários tempos, de rua-canal como suporte de uma nova estrutura urbana de quarteirões (quarteirão-tipo eclético), onde a frente edificada para as vias de maior expressão urbana é apresentada como uma característica cenográfica de organização espacial.

Estes critérios de implantação, de natureza estética e também morfológica, podem estar associados a razões exclusivamente economicistas, porém independentemente da sua razão de ser fazem, assim, emergir o desenvolvimento contínuo da galeria urbana, como mais uma possível característica particular do MMA angolano desenvolvido em Luanda.

O eixo urbano Mutamba – Marçal apresenta-se hoje como uma produção urbana que, por anexação sequencial de acontecimentos ao longo do tempo, assume um papel estruturador e aglutinador de tecidos urbanos pré-existentes. Assim, a partir da noção de percurso, num dos canais principais de circulação de Luanda, o eixo envolve-se no processo histórico evolutivo da cidade como o melhor exemplo da coerência urbana moderna.

Depois da modernidade Kaluanda (entre 1975 e 2020).

Durante a entrevista concedida ao Docomomo Angola, em Lisboa (20.5.2014), Francisco Castro Rodrigues partilhou a sua satisfação por ter tido a liberdade de expressar as suas ideias modernas, sem censura ou autocensura:

“Senti em Angola uma liberdade de projetar muito grande, que não havia cá (em Portugal), cá havia muitos censores, tínhamos que fazer uma autocensura e que, ao fazermos um projeto, este ia ser examinado por um arquiteto maior, já mais velho, que cortava essas modernices... Já fazíamos uma autocensura que era deprimente e já viciávamos um bocadinho os nossos trabalhos. Depois era o crivo das autoridades administrativas... Eu cheguei a dar uma entrevista sobre o tempo de Norton de Matos e saiu no jornal como o arquiteto da oposição, com fotos.... Fui muito feliz lá, gostei de lá estar. Foi uma vida com muito trabalho e muita dedicação. Tive sempre prazer... ainda hoje tenho orgulho em ser arquiteto e colocar no papel os meus sonhos”.

Para Rosa Coutinho (Governador Geral – Presidente da Junta Governativa – uma espécie de Junta de Salvação Nacional, à escala de Angola) em *Notas sobre a descolonização de Angola - Associação 25 de abril - www.a25abril.pt* (2009) (pág. 1-17):

“Pelo que sei de Angola e estou familiarizado em profundidade, vamos assistir a um caos económico e administrativo. Não têm os números necessários para mantê-lo. Há ainda a possibilidade de Cabinda se separar de Angola com apoio do Congo Brazzaville, o que teria graves consequências devido ao seu valor económico.” disse Melo Antunes, durante a visita. Já depois da visita de Melo Antunes à Casa Branca, o CNS elabora um memorando em que se revela uma ajuda americana de 35 milhões de dólares para recolocação de refugiados idosos de Angola e cerca de 20 milhões de dólares em ajuda económica a longo prazo a Portugal. (...) a ponte aérea de retornados e refugiados angolanos sobe de quinhentas para mil evacuações por dia e que, desde 7 de setembro, os Estados Unidos já tinham ajudado a evacuar aproximadamente treze mil pessoas.”.

Sobre a ideologia política de Agostinho Neto, Melo Antunes responde:

“É difícil classificá-lo como comunista ortodoxo, mas estamos bem cientes do apoio que tem recebido dos países socialistas principalmente da União Soviética. A primeira fase daquilo a que podemos chamar descolonização – eu também não gosto do nome, mas é o que existe e quem tiver melhor imaginação que invente outro! – foi aquilo a que podemos chamar a «descolonização na continuidade». Assim, como primeira medida, foram apenas destituídos os Governadores Gerais e Governadores Locais das chamadas Províncias Ultramarinas e os seus lugares ocupados provisoriamente pelos respetivos Secretários Gerais.”

“Na realidade, o processo de descolonização em Angola apresentou-se, logo de início, como muito difícil. Viria a ser o mais longo, viria talvez a ser o mais traumático. De qualquer forma complexo era, logo à partida. Deve-se, entretanto, vincar que, tendo o 25 de Abril originado o processo de descolonização, muita gente não percebeu – ou não quis perceber – que o sistema colonialista português era uma espécie de castelo de cartas e que, uma vez tirada uma carta, as outras ruiriam com facilidade e o castelo cairia.”

“Na realidade, como membro da Junta de Salvação Nacional, que era uma espécie de presidência coletiva, pois que o seu presidente era o Presidente da República, eu não deveria ser nomeado para qualquer missão externa prolongada. Julgo que essa minha nomeação resultou da acumulação de vários factores e aceitei-a como um dever a cumprir, como militar. Mas ainda hoje não sei realmente as razões por que fui nomeado. Talvez fosse, pura e simplesmente, para se verem livres de mim! Foi, entretanto, uma decisão rápida. Fui nomeado, tomei posse e parti, em 24 horas, chegando a Angola em 25 de julho. Angola encontrava-se numa situação inquieta e desestabilizada, principalmente em Luanda, onde a cidade parecia arder. Claro que não era bem assim, pois só havia incêndios nos musseques e nem em todos. Entretanto, na hora da partida, perguntei por algumas recomendações ou instruções e quero dizer-vos que não recebi nenhuma. Foi quase do género: Desenrasque-se!”

“Os muceques constituíam uma cintura da cidade, onde vivia a maior parte da população negra. O seu abastecimento era principalmente feito através de cantinas e a PIDE tinha reconhecido que a melhor maneira de controlar

essa população era exatamente através dos cantineiros (os fubeiros), que eram em grande número, pois cada um deles servia apenas 300 ou 400 famílias. Dessa forma podia assim obter facilmente as informações sobre agitação, deslocações etc. de que precisava. Sucedeu assim que, em face do 25 de abril, e das modificações que estavam a ocorrer, a população tomou a iniciativa de expulsar os cantineiros dos muceques. E assim, aquilo que em Luanda estava a arder eram simplesmente as cantinas, embora com todos os dramas que isso acarretava. E deverá dizer-se que esses dramas não envolveram perdas de vidas (pelo menos de portugueses) mas sim de propriedade.”

“Seguiu-se então um processo que o senhor brigadeiro Pezarat Correia descreveu e que implicava o reconhecimento e o assinar do cessar-fogo com os três Movimentos de Libertação. Com a UNITA não houve problemas pois, logo a seguir ao 25 de abril, já tinha assinado rapidamente o «cessar-fogo», ainda antes do general Silvino Silvério Marques ter chegado a Angola. Com a FNLA criou-se, entretanto, um problema delicado, porque as promessas que o general Spínola teria feito no encontro do Sal e que eu não conhecia - tinham que ser averiguadas, retificadas e passadas a escrito.”

“O acordo foi, entretanto, conseguido em princípios de outubro, através da deslocação a Kinshasa duma delegação chefiada pelo Sr. Almirante Leonel Cardoso, membro da Junta Governativa. Deverá notar-se, como já o sr. Brigadeiro Pezarat o fez, que este foi o único acordo assinado fora das fronteiras de Angola. Na realidade eu não conseguia conversar com representantes da FNLA que não fossem apenas de nível intermédio, pois eles não se sentiam seguros em Angola e pretendiam sempre que as conversações se efetuassem em Kinshasa, onde aí sim se sentiam em casa. E isso prejudicava de certo modo a imagem e até o desenrolar de uma descolonização que nós queríamos que fosse puramente portuguesa. Finalmente com o MPLA, com quem não fora também fácil entabular negociações a nível de cúpula, conseguiu-se igualmente realizar o acordo de cessar-fogo na chana do Cazombo em 21 de outubro de 1974.”

“Estavam assim criadas as condições base para novas negociações e novos caminhos. Concluído o plano de assinatura dos acordos de cessar-fogo com cada um dos Movimentos de Libertação, tomava-se necessário

que, para poderem passar a exercer atividade política aberta, e estabelecer ligações permanentes com o poder central, eles estabelecessem sedes representativas em Luanda. Isso foi marcado para os princípios de novembro de 1974. Mas novas dificuldades foram surgindo.”

“O Governo de Transição começou, como todos sabem, por não funcionar, e arrastou-se durante três ou quatro meses em completa incapacidade. A rotatividade dos três primeiros-ministros foi mais uma fantasia que só o acordo de Alvor permitiu estabelecer e, em consequência, o governo não legislava nem governava. Estava pura e simplesmente paralisado.”

“Registou-se então o que eu considero um erro – o julgamento é meu – refugiando-se o Governo Português numa posição de ambiguidade, que em nada favoreceu o desenrolar do processo. Não tivemos discernimento ou capacidade para considerar ultrapassados os acordos de Alvor e fazermos um novo acordo direto com o MPLA. A ocasião era, por assim dizer, única! Mas perdeu-se! Mantivemos assim, contra a minha opinião, uma atitude que nos custou no final um mau relacionamento com Angola, e dificuldades que não deveríamos ter se, tal como fizemos para com a FRELIMO, o PAIGC e MLSTP, tivéssemos tido a coragem de negociar o novo acordo com o Movimento de Libertação que a realidade mostrara ser o único, política, social e culturalmente representativo. Creio ainda que a sua ambiguidade acabou por favorecer aquilo que transformou em drama a independência de Angola: a intervenção estrangeira! Este foi assim o único processo de descolonização português, em África, em que se registou, de forma suficientemente aberta, a intervenção estrangeira. Será que não tivemos culpa?”

“Um dos maiores crimes que se cometeram contra Angola, contra a Revolução Portuguesa e contra Portugal como nação. Considero que ele resultou de uma conspiração internacional, com grandes cumplicidades portuguesas, e que os seus objetivos principais foram esvaziar Angola, reforçar a contrarrevolução em Portugal, retirar testemunhas à invasão sul-africana em Angola e exercer chantagem política contra o sistema político.”

De acordo com Fernando Mourão (2006), a farse “*Semeada num dia de vento...*” de Vasco Vieira da Costa (em Cidade Satélite nº3, 1948) explica com leveza a formação e o desenvolvimento de Luanda. Ainda assim é interessante interpretar e tentar relacionar o “semeada” com “semeador” empregue por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil de 1933 (“Semeador e Ladrilhador”), quando se referia à diferença no modo de desenvolvimento urbano à portuguesa e à espanhola. Contudo, é interesse constatar, hoje, que, embora diferentes nos modelos de afirmação urbana, quer por espanhóis quer por portugueses, os resultados práticos desses processos não são tão diferentes assim. As cidades de origem “semeada” e/ou “ladrilhada” apresentam-se bastante parecidas, os seus Mu Sekes, Favelas, Augis, Barrio bajo ou Tugúrios, na relação formal-informal de centro e periferia são prova disso.

É nessa Luanda de “incertezas” quanto ao futuro de Angola, que surgem as Comissões Populares de Bairro e de Poder Popular que os líderes dos movimentos de libertação encontram, quando chegam a capital, a partir de outubro de 1974. A chegada da guerra civil a Luanda provocou profundas transformações na própria composição social da cidade. Durante os sucessivos conflitos, assistiu-se a grande êxodo das populações dos musseques, o que diminuiu a oferta de mão de obra na capital. A economia sofria com a instabilidade causada, por um lado, pela emigração de trabalhadores, e, por outro, por uma série de greves. Além dos Comitês de esquerda, havia ainda os Comitês 4 de fevereiro, que, devido aos seus ideais pan-africanistas e o seu radical racismo (anti branco), eram classificados enquanto de direita. As disputas entre esses grupos não se restringiram à hegemonia dentro das estruturas do MPLA, mas decorreram ainda no âmbito da influência exercida por cada um deles ao nível das Comissões Populares de Bairro. A cidade do asfalto ficara deserta e os subúrbios devastados por um longo ano sangrento. Nas vésperas da independência, a cidade iria continuamente reestruturar-se e reorganizar os seus vínculos de solidariedade, por outro lado, chegam a Luanda um grande número de ex-presos, tanto políticos como de delito comum, e de guerrilheiros. Alguns deles não viam Luanda há mais de uma década, e certamente já não poderiam reconhecê-la, outros lá entravam pela primeira vez. A saída de parte da camada economicamente ativa de Luanda, a necessidade de reestruturação da economia, a emergência da guerra civil e a crise política que se colocava gerou problemas graves para a cidade, que passou a sofrer com uma redução drástica da sua atividade produtiva e a consequente falta de bens de consumo primários (Bosslet, 2014).

Luanda passa uma vez mais por reformas administrativas profundas, sendo criados vários novos municípios (Sambizanga, Cazenga, Rangel, Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga, Cacucaco e Viana), novos bairros (Quinanga, Ingombota, Maianga, Prenda, Maculusso, Cassequel, Golfe, Operário, Terra Nova, Popular, Patrice Lumumba, Sambizanga, Rangel, Palanca, Ngola Kiluanji, Cuca, Cazenga e Marçal) e uma nomenclatura das suas artérias (toponímia) que passa a refletir as novas ideologias de administração, mudando conseqüentemente a distribuição espacial da população em termos de vetor social e racial, pois a nova Luanda, capital da República Popular de Angola, agora independente, retoma a tradição no sentido da total aproximação racial com a integração dos habitantes das periferias e outras regiões mais afastadas, os exilados da guerra de libertação nacional, bem como todos os que não quiseram abandonar a ex-colônia.

O processo de descolonização de Angola, que ocorreu entre 1974 e 1976, pode ser analisado do ponto de vista das ações dos estados Unidos da América e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de acordo com a teoria realista de Morgenthau, e a relevância do tema como oportunidade de compreender quais foram as motivações que levaram as duas potências a atuar no processo (atuar com intenção de aumentar, conservar ou demonstrar o seu poder na geopolítica africana e manter a sua posição de liderança em relação aos outros Estados no sistema internacional, comprovando, portanto, o caráter realista das suas ações (de alguma forma as referências já feitas aos Plano Marshall e COMECON ajudam também a perceber a questão da descolonização de Angola) (Lima, 2018).

Em 15 janeiro de 1975 é assinado o Acordo de Alvor e Portugal concede a independência de Angola. Em 31 de janeiro, com parâmetros previamente estabelecidos de partilha de poder (entre FNLA, UNITA, MPLA e Portugal) toma posse o Governo de Transição. Um mês antes da independência, o General Melo Antunes (Ministro dos Negócios Estrangeiros) informara ao Presidente americano Gerald Ford, que a independência de Angola iria resultar num “caos económico e administrativo”, segundo documentos publicados pelo Departamento de Estado. O relatório afirma que nenhum dos movimentos de libertação angolano apresentava quadros suficientes para garantir a estabilidade de Angola. Em outubro de 1975, começa a Operação Carlota e, a 11 de novembro, numa Luanda sob “fogo cruzado”, Angola é “perante a África e o mundo” proclamada República Popular pelo Dr. António Agostinho Neto (Comité Central do MPLA) em nome do Povo angolano. No mesmo dia Holden Roberto (FNLA) declara a independência da República Popular e Democrática de Angola no Ambriz e Jonas Savimbi (UNI-

TA) no Huambo. Em 27 de novembro a FNLA e UNITA anunciam no Huambo a constituição de um Governo de Coligação. A independência acontece sem a presença de qualquer alto representante português, reconhecimento esse que viria a acontecer em fevereiro de 1976. É a partir desse momento que passam a existir um conjunto de eventos (político-militares) que vão relacionar (e em alguns casos parecer confundir) a história de Angola com a de Luanda (nomeadamente com a história do seu desenvolvimento urbano).

Sobre o momento da independência de Angola é interessante perceber que o Governo do Brasil foi o primeiro a reconhecer a independência de Angola, uma decisão que teve forte resistência interna, dos setores conservadores, que tradicionalmente apoiavam o regime colonial português em África. De acordo com Gisele Lobato (2015), este processo talvez encontre explicação dentro da abordagem *Diplomacia Militar Paralela*, desenvolvida por Moniz Bandeira. este tipo de intervenções, mais ou menos encobertas usadas pelo Brasil nos anos 70 para garantir a tomada do poder por militares de direita na América Latina, também pode ter sido aplicado na atuação brasileira em Angola nos meses que antecederam a sua independência em relação a Portugal, um processo que culminou com o reconhecimento, pela ditadura brasileira, da independência declarada pelo MPLA. No panorama das relações internacionais brasileiras esta também registada a participação de agentes de segurança – um grupo de elite do Rio de Janeiro nas tropas de Holden Roberto (FNLA) no segundo semestre de 1975, atuando como especialistas em explosivos. A transição entre essas duas estratégias diplomáticas, de alinhamento com o Norte e incremento nas relações Sul-Sul, marca a história das relações internacionais do Brasil no século XX. Reflete as mudanças no panorama mundial, também com alianças entre países subdesenvolvidos que não compactuavam com a bipolaridade imposta pela Guerra Fria, mas principalmente a melhor gestão do equilíbrio de poder entre setores da sociedade brasileira, devido às associações que os seus opositores faziam entre os movimentos internacionais de não-alinhamento e os desígnios da URSS; o nacionalismo e a defesa de uma política externa independente eram considerados pelos setores mais radicais da direita como catalisadores da ameaça comunista. Entre esses setores identificam-se uma importante parcela das Forças Armadas, para a qual o desenvolvimento do país só seria possível se garantida a segurança nacional, ou seja, se afastado o risco de uma revolução de carácter marxista. Neste sentido, o Brasil decide reconhecer a independência de Angola, declarada pelo MPLA, em 11 de novembro de 1975. A vitória do pragmatismo do Itamaraty no episódio não anula a existência de setores mais radicais da ditadu-

ra, que não aceitavam a associação do governo brasileiro com um movimento marxista. A estratégia adotada pela diplomacia profissional na reta final da descolonização de Angola consistiu na instalação de uma Representação Especial em Luanda, na aposta inicial pela equidistância na disputa entre MPLA, FNLA e UNITA e com a prevalência do MPLA sobre os seus oponentes, no apoio à sua declaração de independência (Lobato, 2015).

José Pedro Venâncio através do Exercício ALCORA (Aliança Contra como Rebeliões em África) – A defesa do Triângulo Branco da África Austral (2008), recorda-nos que era uma ambição já antiga, mas que vai novamente ganhar fulgor e pertinência após o início das operações conjuntas em Moçambique e, especialmente, no Leste de Angola. No balanço efetuado em março de 1970 pelas forças sul-africanas, para além de serem apontadas falhas aos responsáveis portugueses na condução da guerra contra-subversiva no Leste de Angola, era apontada “a indispensabilidade de uma mais íntima colaboração, em assuntos de natureza operacional e de informações”, ou seja, a necessidade de efetuar um planeamento conjunto envolvendo, de uma forma global, os territórios de Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul. Apesar disto, o estreitar de laços com a República da África do Sul na área económica e comercial vai começando a desenvolver-se nesta altura, não só porque estavam em jogo interesses recíprocos, mas também porque a colaboração neste campo não era alvo de uma contestação internacional tão forte, o que levava a que os responsáveis portugueses não colocassem entraves (Venâncio, 2008).

Celso Rosa, Maria Paula Meneses e Bruno Martins (2012), reforçam a ideia afirmando que os conflitos internos na África Austral não foram apenas resultado de uma luta pelo poder e pelo controlo dos meios de produção, não foram apenas um conflito financiado pelo ocidente para ganhar o acesso e controlo das riquezas dos territórios, não foram apenas o cenário de uma versão quente da Guerra Fria. Foram também resultado de algo que esteve, até muito recentemente, enterrado em arquivos e relatórios secretos: o nascimento de um projeto político branco para a África Austral e o desejo sentido por alguns europeus de tentarem fazer em África o que outros europeus tinham conseguido fazer nas Américas: controlar o poder político. Para evitar que a África do Sul caísse sob influência comunista e numa tentativa de eliminar o seu braço armado em África – os movimentos nacionalistas africanos – a África do Sul, Portugal e a Rodésia conceberam e assinaram uma aliança político-militar, identificando desta forma o inimigo – combatentes pela liberdade apoiados por países comunistas – e

etiquetando como terroristas e comunistas todos os africanos que defendiam a independência dos seus países do domínio branco. Desta aliança pode-se dizer que foi a configuração militar de um projeto político sul-africano para defender e manter uma África Austral branca a todo o custo, dada a magnitude da onda anticolonial que descia do norte do continente nos anos 60.

No respeitante às razões portuguesas durante a administração de Marcello Caetano para se juntar a esta aliança, podemos argumentar ter-se tratado de procurar uma vitória a todo o custo, mesmo através de um pacto com o regime do apartheid. Sendo a África do Sul na altura o único país numa posição de dar um apoio que possibilitasse a inversão do cenário de guerra, oferecia também um modelo de solução política capaz de ganhar votos no chamado mundo livre: a necessidade de erigir um bastião branco na África Austral para impedir que o continente caísse na órbita soviética, à data bastante poderosa e totalmente engajada com os movimentos africanos de libertação por todo o continente.

Muitos dos problemas resultantes de eventos formalmente considerados como descontentamento civil (ou guerra civil) na África Austral – de acordo com descobertas feitas em arquivos e sua conseqüente análise –, são reflexo de opções políticas que envolveram diversos atores hoje virtualmente esquecidos. Os documentos que suportam o ALCORA, recentemente descobertos, acrescentam novos e significativos dados para a história da África Austral, levando em consideração as narrativas sobre as guerras como construções de significados – em simbiose com as memórias, num processo infiltrado por valores e relações de poder que dominam contextos sociais específicos. O Exercício Alcora foi, de facto, uma aliança que veio comprovar – numa época que tinha a Guerra Fria como pano de fundo – que dois projetos políticos se encontravam em confronto na África Austral, e que grande parte dos envolvidos nesta disputa, quer lutando pela libertação quer pelo reforço do controlo minoritário branco – dependendo do lado por que lutavam – viriam mais tarde a ser transferidas para outros cenários e integradas em outros conflitos (Rosa, Meneses, Martins, 2012).

Com a independência, o desenho urbano moderno de Luanda pouco ou nada se alterou. A estagnação agregou novas áreas, mas sem retirar a configuração da “cidade formal”, pelo menos no que diz respeito ao seu “casco central” – base definidora do seu urbanismo contemporâneo. A dinâmica das mudanças de natureza social mostram nesta altura uma nova estética da cidade com a atuação de gestão orientada pelos novos Gabinetes de Administração Urbana

de Luanda. A administração da urbe no pós-colonial foi feita com esforços redobrados para assegurar essencialmente a integridade nacional, uma gestão diária que procurou colmatar a falta de quadros qualificados e a relação direta com a herança edificada, conotada ainda com o Ato Colonial. Pelo novo Gabinete de Habitação de Angola GHA, houve nesta fase transitória, um trabalho muito sério para fazer a reconversão dos Mu Sekes, usando exatamente a mesma metodologia que hoje ainda se vai utilizando, como são os exemplos dos Programas de Reconversão dos agora Bairros do Sambizanga e do Cazenga.

De acordo com Juliana Cordeiro Bosslet (2014), com a independência angolana, estavam assim apresentados os interesses internacionais que carregavam a marca da Guerra Fria, ou seja, colocavam-se em disputa os modelos capitalista e não-capitalista. Como resposta à onda de violência, por sua vez, as populações dos musseques de Luanda organizavam-se em comissões de bairro e de defesa (num processo de autogestão). Por trás disso, estavam células, ainda clandestinas, que agiam em nome do MPLA, mas que não estavam nele integradas: os comités de ação.

Em 19 de junho de 1976 a Lei nº 43/76 (Conselho da Revolução) define a forma de reversão a favor do Estado, dos prédios ou parte deles, pertencentes a cidadãos nacionais ou estrangeiros, e cujos titulares se encontrem injustificadamente ausentes há mais de 45 dias.

Em 8 de outubro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola, considerando que o posterior desenvolvimento e reforço das relações de amizade e de cooperação multilateral, que se formaram entre elas como resultado da luta pela liberdade e pela independência de Angola, corresponde aos interesses nacionais vitais dos povos de ambos os países e serve a causa da paz em todo o mundo tendo em conta a Declaração sobre as bases de interação e cooperação de 26 de maio de 1976 assinam em Moscovo, o Tratado de Amizade e Cooperação¹.

1_O Tratado é composto por 15 artigos dos quais se destaca o 9º, que diz: As Altas Partes Acordantes irão contribuir para o posterior desenvolvimento de laços e da cooperação entre elas no campo da ciência, arte, literatura, instrução, saúde, imprensa, rádio, cinema, televisão, turismo, desporto e noutras áreas. As partes irão contribuir para o alargamento da cooperação e dos laços diretos entre organizações políticas e sociais, empresas, instituições culturais e científicas com vista ao conhecimento mútuo mais profundo da vida, trabalho e êxitos dos povos de ambos os países. Tradução do Documento por José Milhazes – Angola o princípio do fim da União Soviética. (In: Jornal Pravda de 9 de dezembro de 1976, pp 1-2)

O 27 de maio de 1977 entra para a história de Luanda e de Angola, como um dos momentos de maior tumulto popular. Uma das consequências diretas da tentativa de Golpe de Estado foi a maior Centralização do Poder político. O Governo adota, em dezembro de 1977 (1º Congresso do MPLA), a designação “MPLA - Partido do Trabalho” e os seus estatutos passam a incluir a designação de Partido Marxista-Leninista, mais “socialista”, do que “comunista”. O MPLA-PT passa a governar Angola (a partir de Luanda) em regime de partido único, sustentado no sistema então vigente na Europa do Leste e o JUCEPLAN Cubano. O Decreto 52/77, de 14 de julho, cria a Direção Nacional de Planificação Física DNPF, dentro da estrutura orgânica do então Ministério da Construção e Habitação, com a planificação do desenvolvimento económico e social como condição necessária para a construção da nova sociedade.

Em abril de 1979, pela Direção Nacional Planificação Física, é elaborado o Esquema Preliminar do Plano Diretor da Cidade de Luanda com a finalidade de estabelecer normas, métodos e índices na atividade de planeamento territorial como elemento básico para a implantação no país do sistema de planificação centralizada no desenvolvimento económico e social, considerando a Planificação Física como atividade científica motivada pela política nacional de desenvolvimento socioeconómico derivada de uma análise prévia de fatores objetivos. Era interrompida a aplicação dos estudos desenvolvidos pelo Plano de 1972, por falta de adaptação à nova realidade política, social e económica do País.

Para a nova gestão angolana independente o Plano de 1972 demonstrava os objetivos do regime colonial fundamentalmente pelo “tratamento diferenciado aplicado à população de Luanda dividida em estratos segundo a cor somática da pele”, que conseqüentemente, destinava espaços territoriais e tipologias habitacionais correspondentes a estes “níveis somáticos” referidos. O Plano de 1979, após avaliação de risco ecológico (impacto ambiental), definia que as zonas insalubres existentes eram todas coincidentes com as zonas de Mu Sekes e deveriam ser consideradas “zonas impróprias para o estabelecimento humano e desenvolvimento residencial”.

O Reordenamento do Municipio do Rangel (que alberga o Bairro Marçal) surge como exemplo chave destas orientações. Até à concretização deste Documento Orientador do desenvolvimento e crescimento de Luanda no pós-colonial, procuravam-se respostas, para o uso corrente, adequadas aos objetivos da Revolução Angolana.

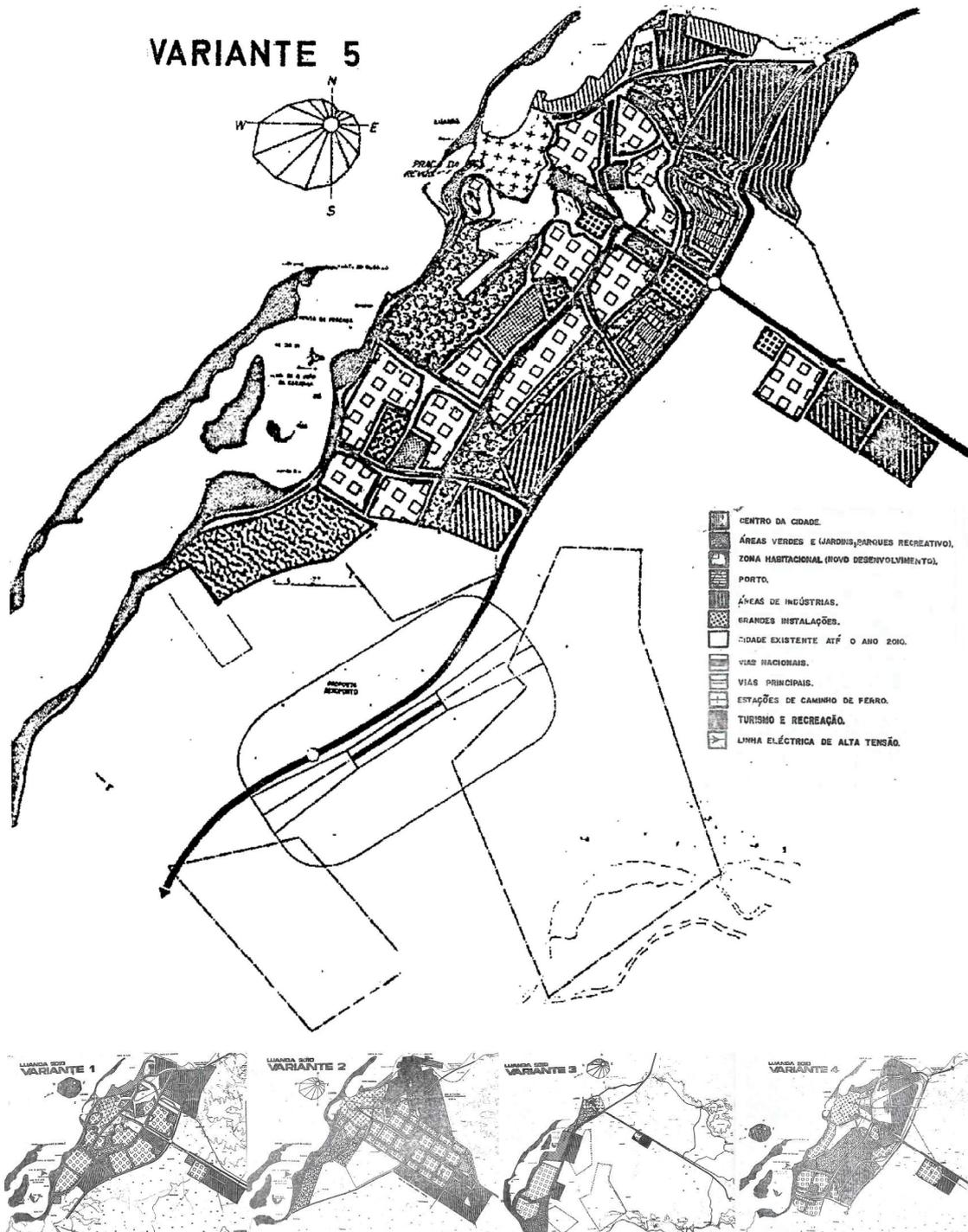


Fig. 18.
O Planeamento depois do moderno de Luanda.
A Variante 5 de Urbanização de 1979. Sequência
das Variantes 1, 2, 3 e 4.

Neste contexto surge a Variante 5 (quinto cenário de desenvolvimento territorial para o Plano de Luanda) que sugeria o aumento das áreas verdes, novos ajustamentos às áreas urbanas já comprometidas (desenvolvimento habitacional), realocação do aeroporto e aproveitamento da sua área urbana para novos usos limitados, criação de dois novos portos (comercial e industrial) dentro de uma zona industrial melhor definida, um novo traçado do sistema de caminhos de ferro que incluía o Metro no novo sistema urbano, bem como o aproveitamento geral da Panorâmica Litoral. Esta Variante 5 era assim apontada como a que melhor defendia os compromissos de ocupação do solo já contraídos e de acordo com as necessidades de investimentos da altura, era a melhor alternativa de desenvolvimento. Porém, a necessidade de defender a essência desta planificação por diversas ocasiões ameaçada e, muitas vezes mesmo, confundida fez com que a então DNPF, passasse para a administração direta do Ministério do Plano, órgão reitor de toda a planificação da República Popular de Angola, através do Decreto nº 09/81, de março.

Em 1982, é criado, dentro do Ministério do Plano, o Instituto Nacional de Planificação Física INPF, através do Decreto nº 8/82, de 08 de fevereiro, refletindo as modificações de ordem política, económica e social no país, originando assim uma modificação da função económica do Estado e consequentemente a modificação da função da Planificação Física.

A partir de 1983, a URSS e Cuba reforçam a sua cooperação com o governo angolano. Segue-se nova tentativa, desta vez a com introdução de novas tecnologias - com recurso à pré-fabricação, para resolver o grave problema da habitação. Como resposta do *papel fundamental do Estado* no domínio da habitação, garantia de acesso à habitação para famílias mais vulneráveis, bem como na criação de quadros institucionais, legislativos, normativos e financeiros, são erguidas 500 habitações para Viana II, o Projeto Morar e habitações de tipologia E15 (vulgo prédios dos cubanos - tipologia económica desenvolvida no Leste da Europa) nas zonas urbanas, em Luanda, Benguela e Kwanza-Sul e também um outro projeto de construção rural latino-americano, o Sistema Sandino.

Em 1985, o Governo começa a transição económica Marxista Centralizada para a Economia de Mercado. Em 1988, começa o cerco decisivo de Kuito Kuanavale. A operação Zebra vs. Resposta ofensiva Lomba 87 expressou o maior confronto militar da Guerra Civil Angolana (entre 15 de novembro de 1987 e 23 de março

de 1988)². A superioridade governamental, demonstrada ao nível negocial, forçou o regime do Apartheid, a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, a 22 de dezembro, dando origem à implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU e o fim do regime de segregação racial, que vigorava na África do Sul, à libertação de Nelson Mandela e à posterior independência da Namíbia.

De acordo com André Nogueira (In, Aventuras da história 4.4.2019 - Grupo Perfil - Brasil, São Paulo):

“(...) no momento em Angola, através de uma guerra, consegue a sua independência, outra já iniciava, a Guerra Civil. A guerra angolana foi internacionalmente percebida em três blocos: 1975 - 1991, 1992 - 1994 e 1998 - 2002, interrompidos por frágeis tentativas de paz. Talvez o início do fim apareça com a saída de todas as tropas estrangeiras do país em 1989. Porém, a mudança acontece entre 1991 e 1992, com a estruturação de um projeto de sistema democrático de escolhas políticas”.

Para Rezende de Oliveira (primeiro Ministro da Construção de Angola Independente; ver Apêndice), a gestão urbana em tempo de guerra civil (até 1992):

“foi mais de resistência e de formação de quadros do que propriamente de novas produções. Neste período conturbado verificou-se a concentração de milhões de pessoas deslocadas das suas terras de origem por motivos completamente adversos à sua vontade, acolhidos em áreas periféricas sem qualquer hipótese de acesso aos serviços básicos de urbanidade, uma vez que Luanda não estava preparada para tal, nem havia condições para prepará-la a tempo.”

² Confrontaram-se os exércitos de Angola FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), Cuba (FAR) e Conselheiros soviéticos URSS, contra a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e o exército não regular sul-africano e os seus aliados. De acordo com Piero Gleijeses (historiadora e professora em Washington – Universidade de John Hopkins), apesar de todos os esforços contra, perpetrados pelos aliados do regime do Apartheid, Cuba mudou o rumo da história da África Austral (...). O virtuosismo dos cubanos, quer no campo de batalha quer à mesa negocial, foi decisivo para tal. A proeza, defesa de Cuito Canaval, foi o prelúdio de uma campanha que impediu a invasão do território angolano, pelas forças sul africanas, garantindo a democratização da região.

Em 1992, começa um novo momento para Luanda, representa o tão desejado pós-guerra civil de Angola independente e o ano das primeiras eleições democráticas. Em 1993, surge o Plano de Infraestruturas Dar al Handasah – Angola, após concurso público, que selecionou a PROFABRIL³, um dossier coordenado por Troufa Real, entretanto suspenso pelo Ministério do Planeamento, por causa da alteração dos estatutos da empresa vencedora. Como consequência, o segundo classificado, a Dar al Handasah – Angola, legitimamente tomou o controlo da circunstância.

A partir de 1994, um novo armistício (Protocolo de Lusaka) procura que os grupos armados disputem democraticamente a liderança do país, ou seja, procura reparar o que não se conseguiu realizar com os Acordos de Bicesse (primeira tentativa de armistício) e criar o Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional GURN, unidade institucional que equiparava as forças políticas que formavam o Parlamento, quando estipulado pelo primeiro acordo (Nogueira, 2019).

O reordenamento institucional decorrente levou à redefinição do órgão reitor da sua planificação territorial. Através do Decreto nº 06/95, de 22 de setembro, é aprovado o estatuto orgânico do Ministério do Planeamento, o INPF muda de nome e passa a ser chamado de Instituto Nacional de Ordenamento do Território INOT. Posteriormente, já como Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de Angola, procura assegurar a política nacional do ordenamento do território e planeamento urbanístico de Angola. A partir de Luanda, desenvolve a sua atividade em todo o território angolano através de representações locais, rege-se pela Lei do Ordenamento e Urbanismo, por um estatuto orgânico, pela legislação que regula o setor do ordenamento do território e urbanismo em Angola, bem como pela legislação complementar em vigor no ordenamento jurídico angolano.

De 1998 a 2002, dá-se a última fase da Guerra. A 4 de abril de 2002 é declarada encerrada a Guerra Civil angolana com a assinatura do Acordo de Paz imediato. O conflito deixou marcas incontornáveis entre os angolanos: as batalhas destruíram grande parte das infraestruturas, desestabilizaram as bases materiais da administração pública e os empreendimentos económicos, mas principalmente o capital humano angolano.

³ _A empresa foi constituída em 1963 com origem no Centro de Projetos da CUF, um dos maiores conglomerados industriais e financeiros ibéricos. Entre 1975 e 1993, a empresa esteve na esfera do IPE, sendo privatizada em julho de 1993.

Até hoje Angola tenta reestabelecer-se deste tempo que traumatizou a região austral do continente (o conflito armado angolano teve influência direta na política dos países vizinhos: da Namíbia, dos Congos, da Zâmbia e até mesmo da África do Sul) (Nogueira, 2019).

Em 2007, por Decreto Presidencial, em 6 de fevereiro, surge o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda IPGUL. Dirigido por Francisco José Miguel (Prémio Nacional de Arquitetura pela Ordem dos Arquitetos de Angola em 2019) dá corpo a um novo organismo público estatutariamente autónomo derivado do órgão direto do GPL, para uma fase onde Luanda procura uma transformação global, ao nível do melhoramento das suas infraestruturas de apoio e do seu edificado. De acordo com os seus gestores, a Luanda atual mostra, portanto, um crescimento rápido e conciso, não só na recuperação do edificado existente, mas também no novo enquadramento de muitos novos edifícios que “mudam para melhor a estética da cidade” (reproduzido da página oficial - www.ipgul.net).

Em 2008, é apresentado pela Dar al Handasah – Angola, o Relatório preliminar com Estágios de Desenvolvimento para os Planos Integrados de Expansão Urbana e Plano Diretor de Infraestrutura de Luanda. É descrito como a ferramenta base para a gestão dos efeitos e demandas do desenvolvimento ou redesenvolvimento em forma integrada e ordenada, através da definição do desenvolvimento futuro e padrões de utilização do solo, áreas de espaço aberto, arranjo e natureza de infraestrutura (incluindo ligações e transporte) e outras características chave para a gestão dos efeitos de desenvolvimento da província de Luanda.

Em 2010, é criada a Com. Tec. de Apoio do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Económico e Social de Luanda, no âmbito do Desp. Presidencial nº 29/10 de 16.6.2010. Em 2013, pelo Ministério do Planeamento, surge o Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda 2013 – 2017 como instrumento orientador do Sistema Nacional de Planeamento vinculado ao Plano Nacional de Desenvolvimento que procurava atingir os Objetivos Estratégicos fixados para a Província, nos planos de longo e médio prazo, respetivamente “Angola 2025” e “PND 2013 – 2017”. Promover a atividade privada e, conseqüentemente, do Investimento Privado era uma das linhas de força deste Plano, por se entender que esta seria a forma mais competente de desenvolver a Província, excluindo-se qualquer intervenção que pudesse ser entendida como concorrencial com o setor privado. De ambos os documentos não conseguimos ter acesso a mais pormenores técnicos.

O PDP de Luanda 2013 debruçava-se sobre uma realidade administrativa instável e algo confusa, onde divisões autárquicas sem histórico significativo, Distritos Urbanos, Centralidades, Comissões Administrativas e a sua autonomia processual pudessem prejudicar a sua implementação, pelas alterações que procurava introduzir, numa dinâmica que se esperava ser alvo de análise e de eventuais ajustes legislativos aquando da sua aplicação dentro do futuro Plano Diretor Geral Metropolitano, que entretanto já se começava a delinear ⁴. Segundo o Plano, a existência de Mu Sekes, que resultara de um longo processo histórico, exigia uma observação mais atenta. Apontava ainda para a sua reestruturação, com a resolução dos seus problemas a partir de dentro dos mesmos, num espaço de tempo relativamente curto e numa equação financeira consentânea com as poses dos cidadãos e, claro, os meios do Estado.

Em 2015, Luanda recebe formalmente a apresentação do Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda PDGML elaborado pelo consórcio Urbinveste SA e a Broadway Malyan. O Plano, “programado” desde 2013, propõe um desenvolvimento da cidade em 15 anos. De acordo com o Plano, a “nova” capital passaria então a ter coordenação direta do Ministério de tutela, coadjuvado pelo GPL, encabeçado por Adriano Mendes de Carvalho, de modo a assegurar que futuros investimentos públicos e privados estejam em consonância com um objetivo comum. Este instrumento integra o mapa e ordenamento do crescimento e das transformações a realizar na província de Luanda, dotando a província de mais infraestruturas técnicas e de equipamentos, escolas, unidades hospitalares, parques comunitários e outros, preservando ainda o ambiente e o património cultural, bem como o seu carácter urbano e identidade. O Plano procura, segundo os seus autores, tornar a cidade mais habitável, internacional e integrada. O PDG de Luanda, documento encomendado pelo Governo angolano com mais de 2000 páginas, prevê ainda que o município de Viana, o mais industrializado do país, acolha em 2030, três milhões e cem mil habitantes e garanta uma capacidade de resposta, a esse crescimento de habitantes, com a construção de mais 1,4 milhões de habitações. O documento estima que, hoje, 80% da população de Luanda viva em Mu Sekes. Em resposta a esta questão, “Luanda 2030 — Cidade Inovadora”, prevê realojar e regenerar várias zonas da capital, nomeadamente nas classificadas de “prioridade muito alta”, por riscos de vida eminente ou indução, entre outros problemas.

4_Ver Plano Dar Al-Handasah Consultants de 2008 - Plano Integrado de Expansão Urbana e Infraestrutural de Luanda/Bengo. Comissão AH-DOC para o acompanhamento da revisão do Plano de Gestão do Crescimento Urbano de Luanda (23 de junho de 2008).

19a



19b

A estrutura desenvolvida atribui espaço para a expansão económica ao mesmo tempo que interliga os principais pólos da cidade - o Novo Aeroporto, centro histórico, centro de serviços e Pólo Industrial de Viana, Benfica e Pólo Turístico do Futungo.

As áreas de musseque mais desfavorecidas da cidade serão regeneradas para criação de novas centralidades de alta qualidade que darão resposta aos novos núcleos de emprego.

As áreas rurais irão integrar solo agrícola melhorado e novos mercados grossistas e indústrias alimentares serão localizados no Catete, Benfica e Cacuaco.

Uma malha urbana melhorada irá integrar uma rede de transportes revitalizada e abrangente, para colocar novamente a cidade em movimento e em simultâneo valorizar os terrenos e estimular a actividade comercial. Estas ligações-chave irão funcionar como artérias de infra-estruturas e corredores de desenvolvimento de maior densidade, destinados ao desenvolvimento de usos mistos de alta qualidade que irão redefinir a percepção da cidade.

Isto irá otimizar a despesa do Governo, enquanto promove oportunidades para o investimento privado.

A framework was devised which provides space for economic expansion while connecting the city's key hubs - the new airport, historic city centre, Viana heartland centre and Industrial Pole, Benfica and Futungo Tourism hubs.

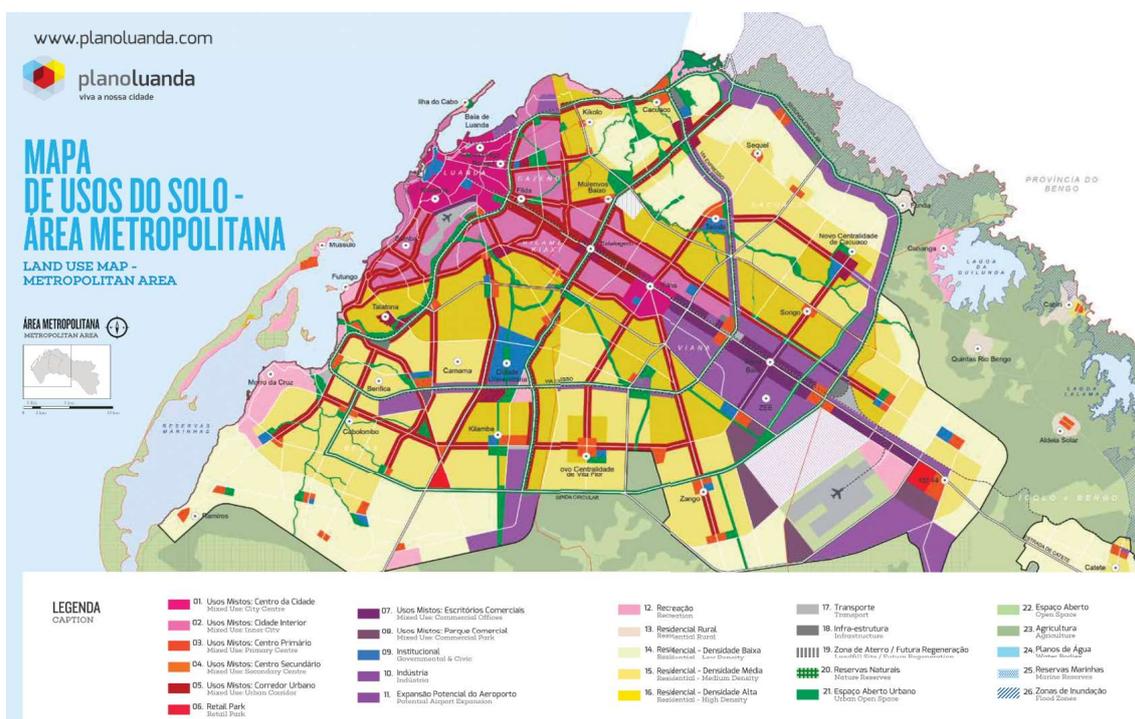
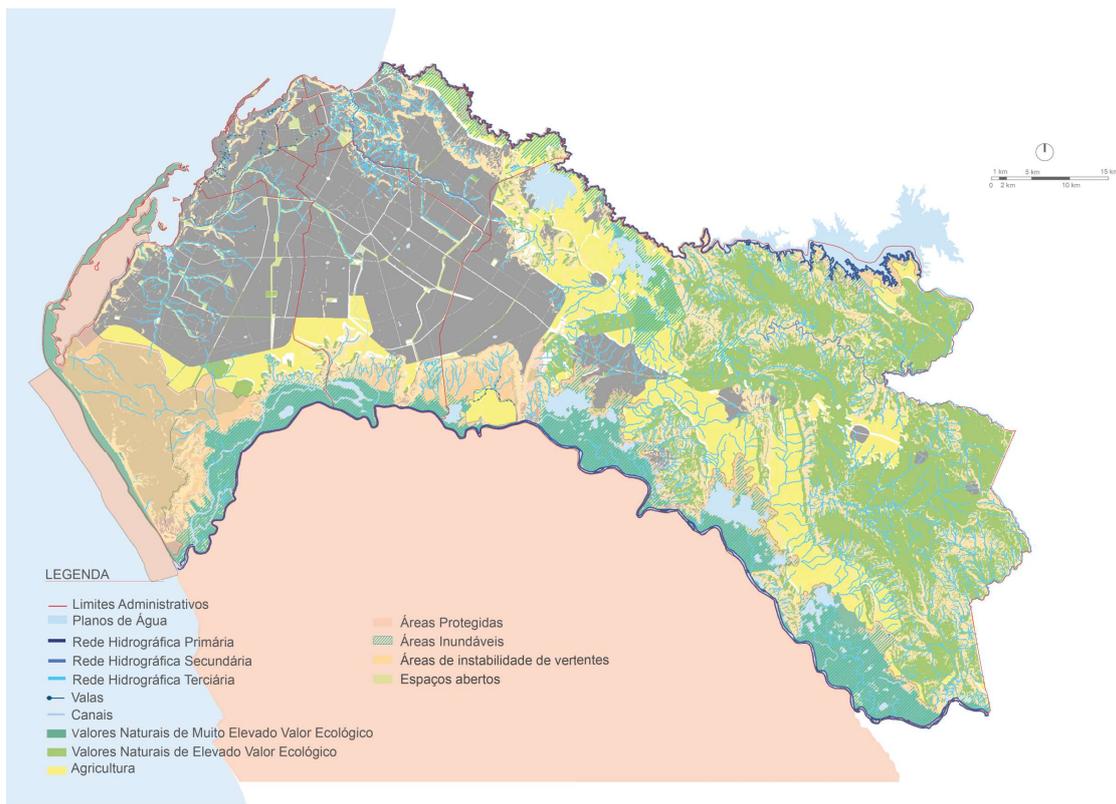
The city's neediest musseques will be regenerated as high quality new centralities are constructed to service the new employment clusters.

The rural catchments will accommodate improved agriculture land and new wholesale markets and food industries will be established at Catete, Benfica and Cacuaco.

An enhanced urban grid will accommodate a revitalised and comprehensive transport network to get the city moving again while stimulating land values and commercial activity. These key routes will form infrastructure arteries and dense development corridors, for high quality mixed use development that redefines the perception of the city.

This will optimise Government spending while providing opportunity for private investment

Fig. 19.
 O Planeamento depois do moderno de Luanda.
19a. Plano de Urbanização de 2015
19b. Estrutura de desenvolvimento conceitos e usos dos solos.
19c. Mapa de Usos do Solo - Área Metropolitana.



A intervenção prevê ainda obras em 446 quilómetros de estradas primárias e 676 quilómetros de vias secundárias que envolvem um sistema de comboio suburbano com 210 quilómetros e 142 quilómetros de corredor para trânsito exclusivo de transportes públicos.

Sem querer fazer *juízo de valor* ou emitir opinião concreta sobre a qualidade formal e de gestão dos paradigmas de Luanda apresentada pela proposta em questão, consegue-se depreender, após consulta ponderada, que a estrutura de desenvolvimento (até 2030) continua a valorizar o sentido proposto pelo Plano moderno de 1942 (Luanda e as suas 5 Cidades Satélites). Verifica-se o reforço da importância do eixo central que faz a ligação entre o centro da cidade e o espaço periférico Icolo e Bengo (Cidade Alta - Cidade Baixa; Baixa - Mu Seke), agora muito mais afastado do que a anterior Cidade Satélite nº3, Viana. De alguma forma, este gesto que estrutura o desenvolvimento e crescimento de Luanda até 2030, mostra, válida e torna pertinente a oportunidade de análise do caso de estudo desta Tese, ou seja, o eixo moderno Mutamba - Marçal. Por outro lado a urgência de salvaguarda do património moderno edificado, também como bem cultural parece manifestar-se pela ausência de referência à quantidade de história edificada que se foi perdendo ao longo do tempo, principalmente pela simples razão deste património não apresentar qualidade de resposta, quiçá até retorno financeiro desejado, por quem tem o dever de o proteger. Por razões desconhecidas, os edifícios, conjuntos edificados e até mesmo o conceito de desenvolvimento urbano do MMA angolano estão em risco de desaparecimento, mais do que os de qualquer outro período da história Kaluanda.

As mais recentes intervenções no espaço público de Luanda, no que diz respeito à sua dinâmica de transformação, não foram capazes de interpretar a realidade urbana angolana, no sentido de conferir legibilidade de continuidade aos setores urbanos em questão. Na versão apresentada em 2015, o PDGML projeta a capital para treze milhões de habitantes em 2030, com início de implementação em 2016. Representa uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana e pretende conferir, em particular à cidade de Luanda, condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Entretanto, publicamente, até hoje, sobre o desenvolvimento do PDG de Luanda, aprovado a 28 de fevereiro de 2018 em Conselho de Ministros, nada se conhece no que diz respeito à sua percentagem de execução. Importa recordar que o Despacho Presidencial nº 37/18, de 2 de abril, recomendava a criação de um grupo de trabalho constituído por técnicos especializados apoiados por técnicos da empresa responsável Urbinvest com a responsabilidade de apresentar relatórios quadrimestrais ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil.

De forma a projetar o futuro de Luanda, existem ainda como referência: o Plano de Desenvolvimento 2018 – 2022; a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS – “Por uma Angola melhor e sustentável para todos.” – um relatório apresentado pelo Instituto Nacional de Estatísticas INE, que aborda os índices de linha de base sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável até 2030; a Nova Agenda Urbana; o Acordo de Paris; a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Marco de Sendai para a redução dos riscos de desastres naturais, que representam estratégias políticas públicas e práticas para a potencialização das ações locais: erradicação da pobreza, saúde e bem estar das populações, indústria e inovação de infraestruturas de cidades e comunidades sustentáveis.

A cidade de Luanda nunca parou (de se desenvolver), como aborda Troufa Real, contudo, é importante refletir sobre o seu contexto (abordagem até agora desenvolvida) e as suas áreas de influência (científicas e artísticas muito diversas) para que se consiga perceber um possível enquadramento da arquitetura e urbanismo de Luanda no período pós-colonial que, de uma forma geral, ainda hoje, é produzida por profissionais anónimos de identidade desconhecida, com demonstrado vínculo insuficiente ao lugar.

Esta forma de ocupação do território (uma espécie de inventário impessoal do imobiliário de Luanda, sem um papel ativo no seu desenvolvimento ou consequente difusão de um estilo verdadeiramente ligado às particularidades do lugar) coincidiu com uma fase em que a construção em Angola conheceu um novo aumento, quer ao nível dos grandes investimentos públicos quer ao nível dos grandes investimentos privados.

De acordo com Martinho Vidal, CEO – ACTICON Engenharia e Construção, em entrevista ao Departamento de Engenharia Civil DEC da Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT da Universidade de Coimbra UC, acessada em 16 de maio de 2018 (http://www.uc.pt/fctuc/dec/imagensedocumentos/ano2015/news/news_16/e1_acticon):

“(...) entre 2010 e 2014 o mercado angolano foi “inundado” por uma quantidade de empresas asiáticas, na sua grande maioria chinesas, cuja atividade na maior parte dos casos era muito pouco controlada, originando não raras vezes inúmeras situações de concorrência “desleal”, beneficiando estas de diversas linhas de crédito chinesas, cujo destino era obviamente orientado para as suas próprias empresas, estando as mesmas muitas vezes isentas de impostos e taxas alfandegárias, beneficiando por isso de um claro regime de exceção. Como consequência desta proliferação de empresas, houve um período em que os preços de mercado foram drasticamente reduzidos, baralhando de certo modo o mercado e os Donos de Obra, pois que os valores praticados por empresas Chinesas em relação às restantes eram de tal modo díspares, que normalmente os clientes acabavam por decidir em função do preço mais baixo, ignorando por completo o resultado e qualidade final que poderiam vir a obter. Até ao primeiro semestre de 2014 houve, portanto, uma grande “sangria” do mercado, onde o regime do quase “vale tudo” se apoderou de uma boa parte do mercado e em que uma grande parte dos Donos de Obra acabou por “beneficiar” dessa situação anómala. No segundo semestre de 2014, uma das grandes dificuldades sentida foi também a obtenção e renovação de vistos para colaboradores expatriados, cujo processo foi subitamente dificultado, nomeadamente com o quase cancelamento na emissão de pareceres.”

“Devido a diversos fatores conjunturais, o ano de 2015 trouxe várias situações que estrangularam bastante a economia Angolana e em especial as empresas com origem Portuguesa, fruto em parte, do desastre financeiro ocorrido com o caso “BES” e também devido à queda abrupta da cotação do petróleo no mercado internacional, principal fonte de receita de divisas para Angola. Esta escassez de divisas originou novamente um descontrolo nos mercados cambiais, criando inúmeras situações de receio e quebra de confiança e por vezes algum “oportunismo” ao nível da Banca de um modo geral, e com situações perfeitamente anormais ao nível do mercado paralelo.”

“O mercado da construção em Angola, apesar de cada vez mais competitivo, não é ainda suficientemente maduro e por isso ainda apresenta várias vertentes misturadas. Assim, existem clientes ditos institucionais, que apesar de tirarem o máximo partido da competitividade existente no mercado, não abdicam da qualidade nas suas construções, de acordo com os mais elevados standards internacionais, nos mais variados níveis, qualidade, rigor, cumprimento de prazos, eficiência energética, inovação, sustentabilidade, etc..”

“Contudo, existe também um outro mercado, que não deve ser desprezado, pela relevância e posição que representa, que apenas decide em função do preço mais baixo. Nesse sentido persistem, ainda assim, algumas incógnitas, cuja eventual não resolução, a muito curto prazo, irá estrangular de forma muito mais agravada as empresas ligadas ao ramo da construção. Uma dessas incógnitas prende-se com a cotação a nível internacional do petróleo, principal fonte de divisas para o mercado Angolano, sem as quais não será possível satisfazer compromissos, nomeadamente no que se refere ao pagamento de mercadorias e bens ao exterior. Esta situação é grave atualmente e, caso não se altere, continuará a sê-lo, pelo menos a médio prazo, pois a tão apregoada diversificação da economia tem evoluído de forma muito tímida e, mesmo que se acelere essa vertente, estou convicto de que tal apenas terá os seus frutos daqui a muitos anos.”

“O mercado mais voltado para as obras públicas irá continuar a abrandar nos próximos anos, a menos que os preços do petróleo voltem a valores acima dos 80 dólares por barril, ou outros fatores macroeconómicos de natureza externa influenciem e invertam a atual tendência.”

De forma a perceber o panorama do processo de desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda, a entrevista concedida por Martinho Vidal aclara a atuação estratégica de subcontratação das mais variadas empresas de construção civil que atuam em Angola, mostrando a forte relação com outras empresas a nível internacional, nomeadamente fornecedores e subempreiteiros, os quais certamente são maioritariamente empresas estrangeiras e/ou empresas angolanas com forte ligação ao exterior.

Ainda assim, podem ser encontradas na Luanda contemporânea exemplos que apresentam conceções estéticas cuja observação cuidada valida os valores modernos da cidade. Radicalmente novas, elas próprias comunicam e podem ser lidas como possíveis paradigmas que exaltam um certo individualismo, subjetividade, espontaneidade, liberdade artística e formal, polifonia e intertextualidade, multiplicidades ambíguas de estilos ou combinação de tendências de arquitetura. Das várias abordagens podem destacar-se, pela quantidade de concretização, as intervenções do escritório angolano Costa Lopes.

As abordagens demonstram, de algum modo, a possível forma de “competir” contra as interpretações chegadas a Luanda, vindas do Brasil, da China ou novamente de Portugal (entre muitas outras) cujo tempo de digestão da modernidade ocorreu de forma distinta.

A intervenção linear, com cerca de 3 Km ao longo da baía na Baía de Luanda, o espaço público mais emblemático do país, é sem dúvida a intervenção com maior exposição deste conjunto de abordagens contemporâneas sobre o legado moderno, dirigidas por Alexandre Costa Lopes.

De acordo com os seus promotores, o projeto premiado (Honour Award 2013 - Excellence on the Waterfront Awards _ The waterfront Centre, Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista de 2013 (www.jornalarquitecturas.com), requalifica e oferece aos habitantes de Luanda uma área completamente renovada para lazer, serviços de estacionamento, melhoria na fluidez rodoviária, eventos culturais, espaços verdes e comércio com regular atividade de eventos culturais e desportivos.

Os responsáveis da obra realçam que houve 80% de incorporação de materiais nacionais, muitos destes fabricados *in situ*. Além de trabalhadores angolanos e portugueses, esta nova frente oceânica contou com o esforço de operários e técnicos sul-africanos, belgas, escoceses, libaneses e irlandeses. O maior desafio será a manutenção do espaço e das suas zonas verdes (5 hectares de zonas verdes abertas ao público entre o Porto de Luanda e a ponte da ilha de Luanda), numa cidade onde ainda hoje persistem os problemas de fornecimento regular de água e electricidade.

Angola continua a ser o principal mercado externo do setor português da construção. Foi responsável por 28% da faturação no estrangeiro em 2017, o equivalente a 1.415 milhões de euros, segundo dados da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas AICCOPN.

De acordo com dados da AICCOPN, estes 28% representam um aumento de 22% face a 2016. Angola foi também o país com o valor mais elevado de novos contratos assinados pelas construtoras portuguesas: 1.574 milhões de euros, equivalentes a 29% do total e a uma subida de 12% face ao ano anterior.

Contudo, são várias as construtoras portuguesas que reclamam dívidas ao Estado angolano, entre as quais a Mota-Engil, a Teixeira Duarte e a Soares da Costa, esta última atualmente em Processo Especial de Revitalização PER, e sem capacidade para pagar aos trabalhadores porque, segundo a administração, não consegue transferir para Portugal os seus euros retidos em bancos angolanos. Apesar de praticamente não ter obras em Portugal, a Soares da Costa diz que a atividade “tem corrido bem” em Angola, mercado que representa hoje “cerca de 60%” da sua faturação, correspondendo Moçambique aos restantes 40%. Já a Mota-Engil fala em “bons e maus momentos” vividos em Angola, onde está presente há setenta anos e tem centenas de quadros portugueses a trabalhar.

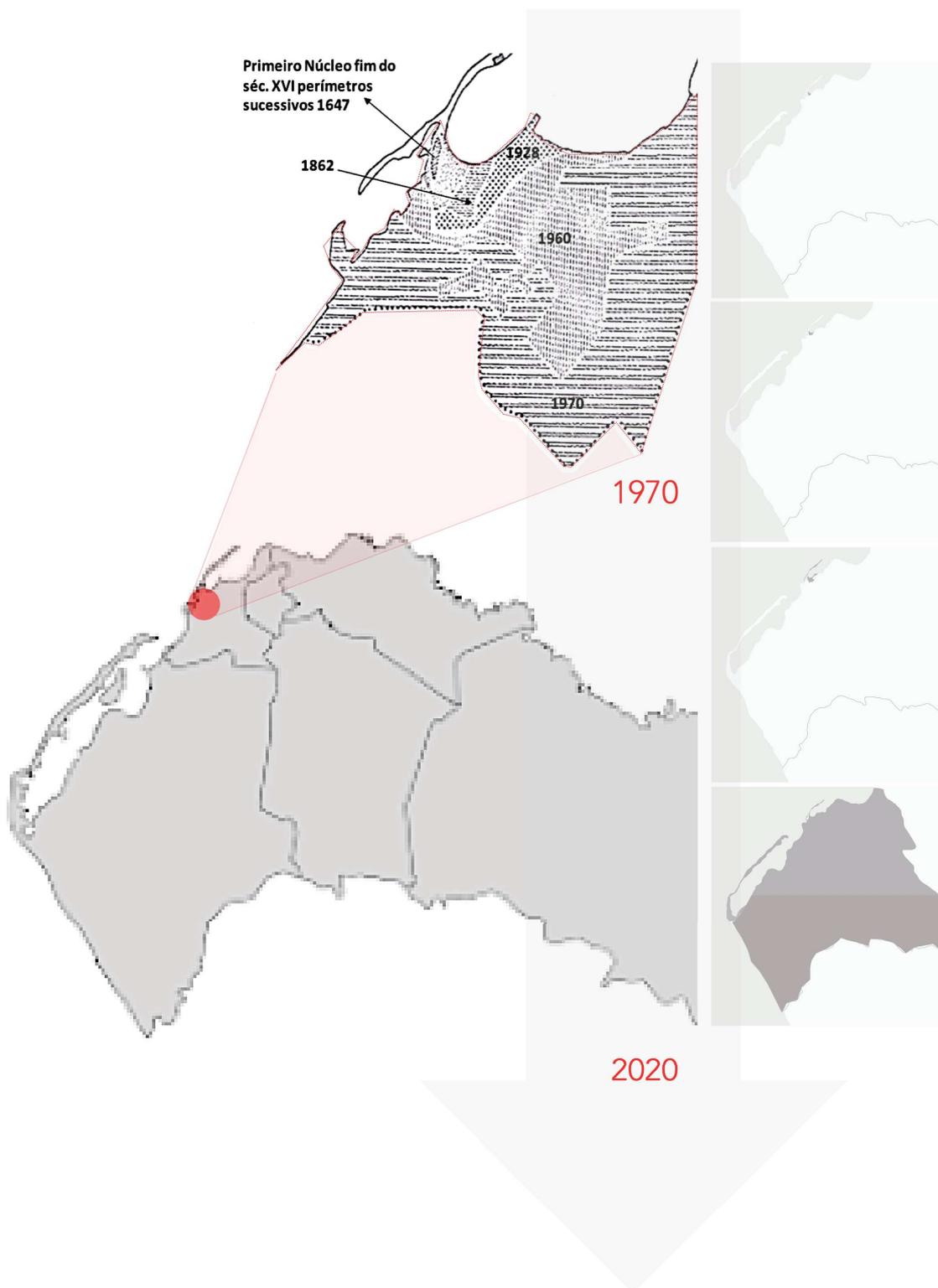
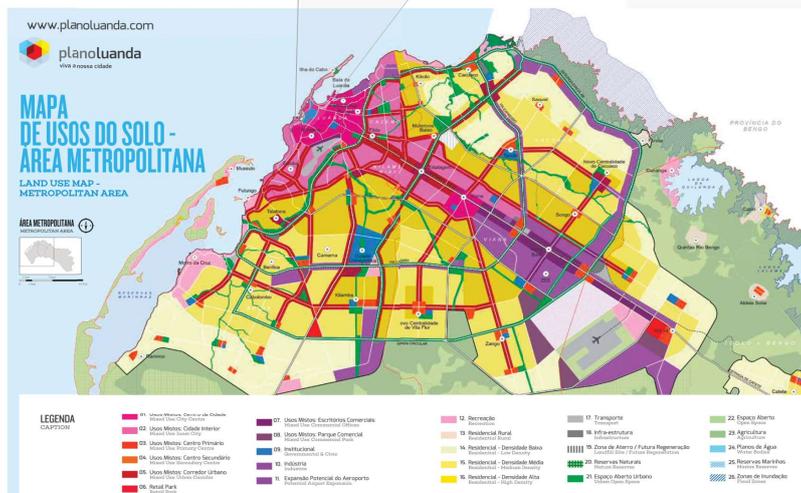


Fig. 20. Relação entre os momentos de ocupação de Luanda (antes do moderno, moderno e depois do moderno). Esquema (interpretativo) da ocupação do território e desenvolvimento urbano de Luanda (relação entre os limites urbanos de ocupação) entre 1862, 1928, 1960, 1970 e 2020 e a relevância do eixo Mutamba - Marçal.



1942



2015

Fig. 21. Esquema (intepretativo) da relação entre os Plano de urbanização de 1942 e de 2015 para Luanda.

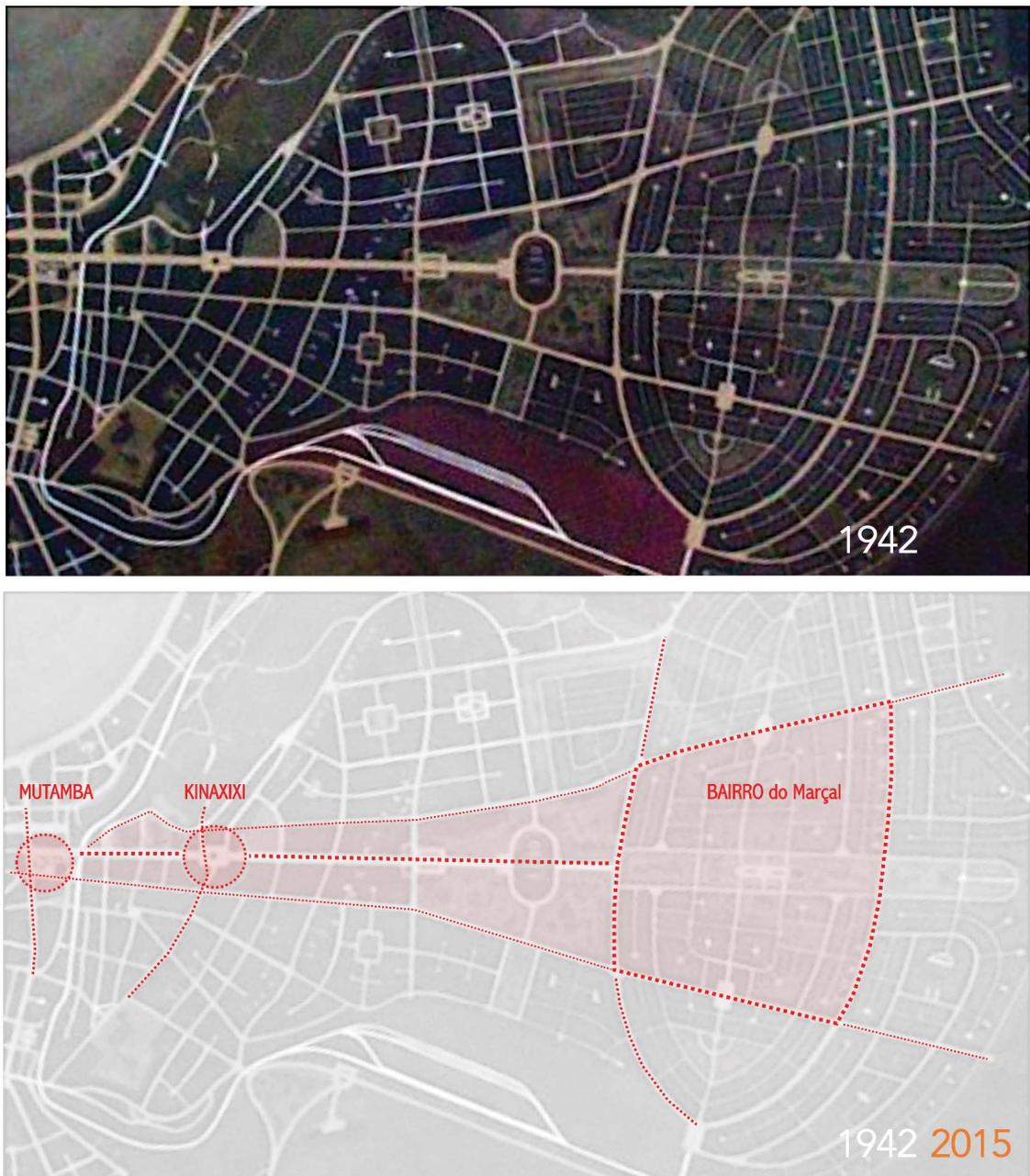
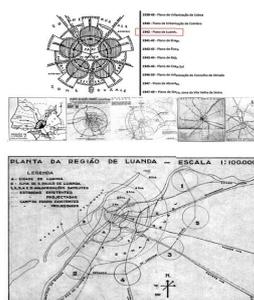


Fig. 22.
Esquema (interpretativo) da relação entre os Planos de urbanização de 1942 e de 2015 para Luanda e a relevância do eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade Kaluanda.



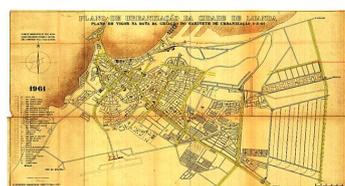
1942

Étienne de Gröer
e
David Moreira da Silva



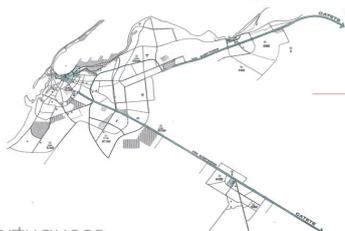
1951

João António Aguiar



1961

Simões de Carvalho



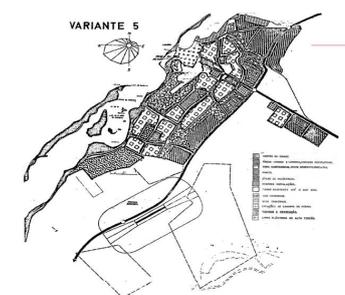
1972

José Troufa Real
OTU

Administração portuguesa

Angola independente

1975



1979

DNPF

Dar al Handasah
Angola
(2008)

PDPL - PND
(2013 - 2017)

2015

Urbinveste SA
Broadway Malyan



Síntese.

Nesta abordagem, procurou-se demonstrar que o processo de apropriação do território nomeadamente no eixo moderno Mutamba – Marçal foi produzido de forma sucessiva, e integrado continuamente no desenvolvimento urbano da cidade, de tal modo que, na contemporaneidade, é ainda possível propor a continuidade do processo e a melhoria da qualidade do tecido urbano e social Kaluanda.

A leitura do eixo moderno Mutamba - Marçal (reconhecido como canal moderno paradigmático) pode representar, assim, um forte e plausível contributo para a definição de Planos pontuais de desenvolvimento de Luanda. O sucesso da implementação de estratégias de intervenção no território, enfatizando a “salvaguarda e a revitalização funcional moderna” e a promoção do seu carácter patrimonial exemplar, bem como a sua interpretação e compreensão pode ser relevante no entendimento e ordenamento de Luanda se assumido como elemento gerador de novas formas urbanas pela sua forte conexão com outras vias que também o atravessam.

Trata-se, pois, de um momento peculiar da história urbana Kaluanda e, com certeza, o percurso moderno construído mais cosmopolita de toda a Angola, enquanto capital ultramarina. Embora tenha perdido importância ao longo do tempo (já no período independente), deve hoje reclamar o seu reconhecimento e posicionamento meritório ao nível local e empenhar-se para alcançar o digno posicionamento na história da arquitetura moderna internacional.

Neste sentido, a cronologia de desenvolvimento urbano até agora apresentada, sem pretender encaminhar o discurso para um único modelo aplicável a Luanda, consegue facilmente evidenciar que a falta da sua concretização física proporcionou (no depois do moderno) uma expansão urbana com critérios ligados à informalidade no seu modo de desenvolvimento. Onde lógicas de ocupação das vivências culturais, transformações ideológicas e até mesmo adaptações às novas culturas urbanas, fruto de uma tentativa forçada de rentabilização ao máximo do metro quadrado do espaço central da cidade (aceleração da lógica de génese informal de uso do solo promovida pela especulação da propriedade privada), conferiram um desgaste ao suporte formal da sua matriz moderna de edificação.

Parte 3

O eixo Mutamba - Marçal

Origem e o seu contexto contemporâneo.

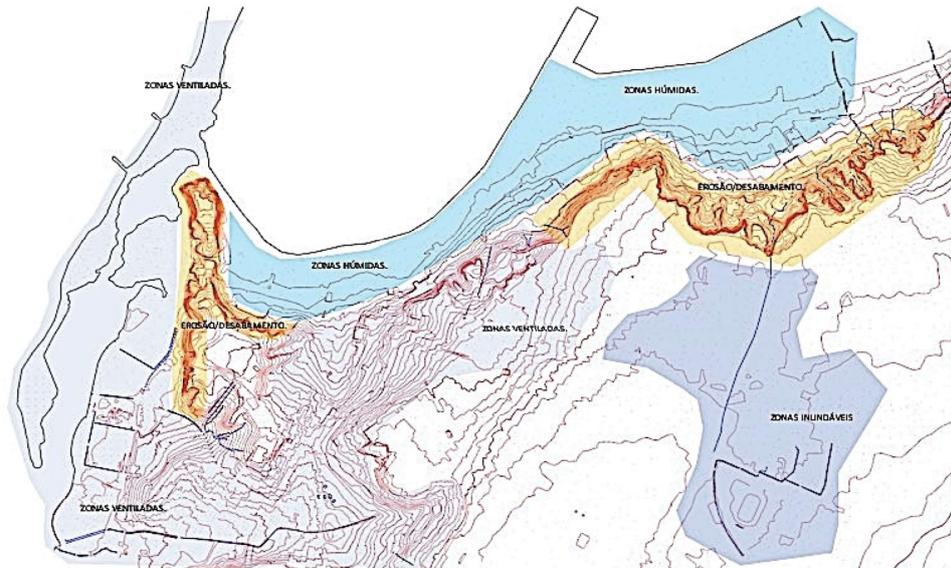
O eixo Mutamba – Marçal, está inserido no contexto de desenvolvimento das novas avenidas de Luanda, e representa uma resposta às intenções dos Planos Gerais de Urbanização, realizados a partir de 1938, durante a gestão de Duarte Pacheco. Ao fazer a leitura e interpretação da sua história, consegue-se perceber a existência de uma experimentação contínua, ou seja, do passado até hoje, é possível perceber o seu percurso cronológico (de desenho e concretização) com recurso e critério de relações com o lugar, escala, materialidade e sistemas técnicos construtivos, sobre a sua configuração bem como a posição e distribuição lógica dos seus elementos para os diferentes usos, possibilidades e coerência de reuso que aqui se propõe salvaguardar e valorizar.

Pode ser observado ainda, pela leitura do seu desenvolvimento em diferentes tempos, uma reinterpretação moderna da rua-canal que garante o suporte de uma nova estrutura urbana edificada (em quarteirões ecléticos), cuja frente de rua organiza e apresentada de forma cenográfica a imagem moderna da cidade. Estes critérios de implantação do edificado ao longo das novas avenidas, lidos como de natureza morfológica e estética associados a razões também economicistas, assumem a “galeria” como uma característica técnica particular do MMA angolano desenvolvido em Luanda.

Lê-se, assim, como uma produção urbana que, por anexação sequencial de acontecimentos ao longo do tempo, assume um papel estruturador e aglutinador de vários tecidos urbanos pré-existentes. Assim, a partir da noção de percurso, num dos canais principais de circulação da cidade, o eixo desenvolve-se no processo histórico evolutivo do território e apresenta-se como o melhor exemplo da sequência e coerência urbana moderna concretizado em Luanda.

Da Mutamba ao Marçal, em pouco mais de dois mil e quinhentos metros, lê-se um percurso (com cerca de 1/3 dele em ascensão, no sentido centro – periferia) que interliga não apenas plataformas a cotas diferentes (diferença de mais ou menos 60 metros), mas fundamentalmente, relaciona abordagens urbanas notáveis do uso da matriz moderna Kaluanda, ou seja, um percurso que se destaca como caso de estudo potencialmente relevante e paradigmático das abordagens modernas em Angola.

23a



23a

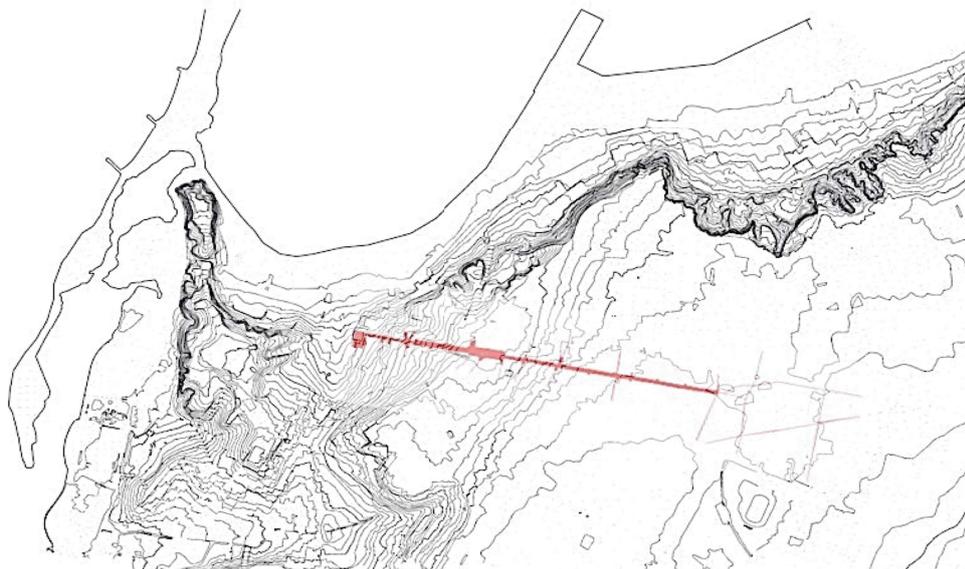


Fig. 23.
A área de Luanda.
23a. As condições climáticas
23b. A topografia do eixo Mutamba - Marçal.

A área de Luanda (eixo Mutamba - Marçal) enquadra-se nas condições climáticas (médias) quente e húmida entre o período de chuvas e o de cacimbo. A escassez de chuva aflora a pobreza dos solos que se reflete na sua vegetação rala onde predominam espécies com tendências áridas. Neste contexto, verifica-se que o elemento linear - por anexação sequencial - encontra-se diretamente relacionado com a morfologia urbana em que se insere (planalto), ou seja, a topografia apresentar-se como fator base para o crescimento do eixo em análise no âmbito da expansão urbana moderna.

A área enquadra-se nas condições climáticas (médias) quente e húmida com temperaturas (médias) do ar de 24 graus centígrados (com valores máximos pouco acima dos 30 graus centígrados entre os meses de janeiro e abril (período das chuvas) e nunca a baixo de 15 graus centígrados (no cacimbo) entre julho e agosto) e amplitudes (médias) de 5 graus centígrados. A escassez de chuva aflora a pobreza dos solos que se reflete na sua vegetação rala onde predominam espécies com tendências áridas. Neste contexto, deve também incluir-se a possibilidade da topografia apresentar-se como fator base para o crescimento do eixo de desenvolvimento e expansão urbana Kaluanda.

Como desenvolve Ana Amado (2012), transportando para esta análise, em Luanda, verifica-se também que o elemento linear (eixo Mutamba - Marçal), por anexação sequencial, encontra-se diretamente relacionado com a morfologia urbana em que se insere (planalto), servindo como principal organizador dos diferentes elementos de composição que também define a hierarquia e o sistema de referências ao longo da história, presente e legível nas cidades de génese portuguesa. Assim, pode tornar-se relevante uma reflexão teórica a partir das possibilidades que o seu clima e topografia oferecem e aceitar como um dos precedentes do seu desenvolvimento e estruturação. Estes conceitos são relevantes na medida em que o novo espaço público moderno, forma e proporção do seu edificado podem ser o resultado da interpretação dos vazios urbanos existentes até então, posteriormente definidos pela nova estrutura construída (Amado, 2012).

Importa verificar e perceber na prática o modo como o seu enquadramento e a sua edificação conseguem contribuir na contemporaneidade, enquanto conjunto edificado paradigmático, dentro do debate internacional. Na prática, a análise morfológica da estrutura, forma e configuração deste caso de estudo, ou seja, do seu clima, topografia, sistema de ruas, quarteirões, praças, enfim, da sua paisagem urbana construída constituem um plausível somatório de experimentações capaz de estimular a vivência da cidade. Como desenvolve Sérgio Fernandes o espaço público urbano, resultante da combinação entre as atuações de composição e os elementos condicionadores, pode ser lido também, no eixo Mutamba - Marçal, como produto urbano que mistura a necessidade, a vontade, princípios de acomodação e ajustamentos graduais entre as diferentes partes que o foram compondo ao longo do tempo (Fernandes, 2014).

Sendo o objetivo desta Tese contribuir para a legitimação de novas formas de produção urbana a partir da leitura estrutural dos princípios de composição e da individualização dos processos que os geraram, é através da soma dos fragmentos da cidade que integram o eixo Mutamba - Marçal que têm naturalmente origens, desígnios, e qualidades distintas, que se pretende questionar, numa perspetiva qualitativa comparativa os princípios reguladores para o ato de projeção contemporâneo.

O eixo Mutamba - Marçal, apresenta-se aqui como parte essencial do desenvolvimento histórico da Luanda moderna, com características estruturais obtidas por diferentes formas de agregação de diferentes tipos de anexação sequencial de crescimento da cidade, enquanto infraestrutura de valor económico com impacto determinante no desenvolvimento da cidade. Para que se consiga construir um enquadramento histórico e documental (técnico e científico) sobre o desenvolvimento do eixo Mutamba - Marçal e perceber a sua relevância na construção da cidade será necessário explorar a sua caracterização de forma pontual, ou seja, explorar a caracterização por troços, etapas com a elaboração de uma linha cronológica que una momentos de desenvolvimento díspares de uma mesma época de concretização urbana (à moderna).

Não se consegue dizer com exatidão (por falta de acesso a dados concretos) uma data que marque o início do desenvolvimento do eixo Mutamba - Marçal na modernidade Kaluanda. Vamos por isso admitir que esta demarcação tenha acontecido no início dos anos de 1950 (no âmbito dos planeamentos dos anos de 1940) com a elaboração e construção modernista do Edifício da Fazenda, em 1952 (hoje Ministério das Finanças) com coordenação de João António Aguiar. Como já se fez referência, a abordagem moderna do eixo Mutamba - Marçal pode assim ser balizada (pontualmente) entre o início dos anos 50 (com a requalificação do largo da Mutamba) e meados dos anos 70 (fim efetivo da edificação de cultura moderna Kaluanda e limite legível da cidade formal demarcado pelo início do tempo de independência de Angola).

A análise do eixo, enquanto componente dominante do traçado urbano moderno Kaluanda, permite compreender as lógicas de conceção que podem também enquadrar conceptualmente o seu processo de composição, quando transportadas para a leitura do traçado da cidade e relacionadas num sistema de conjunto.

Neste processo conceptual de composição e concretização de Luanda (onde os discursos e as práticas poucas vezes acontecem em concordância ou coincidem) o eixo moderno Mutamba - Marçal pode ainda hoje representar uma das “chaves” para o ressignificar e reuso da Luanda moderna no âmbito de uma estratégia entre outras ações de contexto urbano e arquitetónico Nacional e até internacional sob o ponto de vista técnico, social, económico, cultural e até político, na defesa de valores fundamentais das comunidades.

No domínio do planeamento e desenho urbano, de acordo com Informação de Vasco Vieira da Costa dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Luanda (397 da 8ª Repartição da CML de 28.11.1958) sobre a necessidade de discussão e aprovação do Regulamento do Plano de Urbanização, bem como do Plano Geral de Urbanização, consegue-se perceber que existia, já na altura, um considerável afastamento entre os discursos e práticas em Luanda.

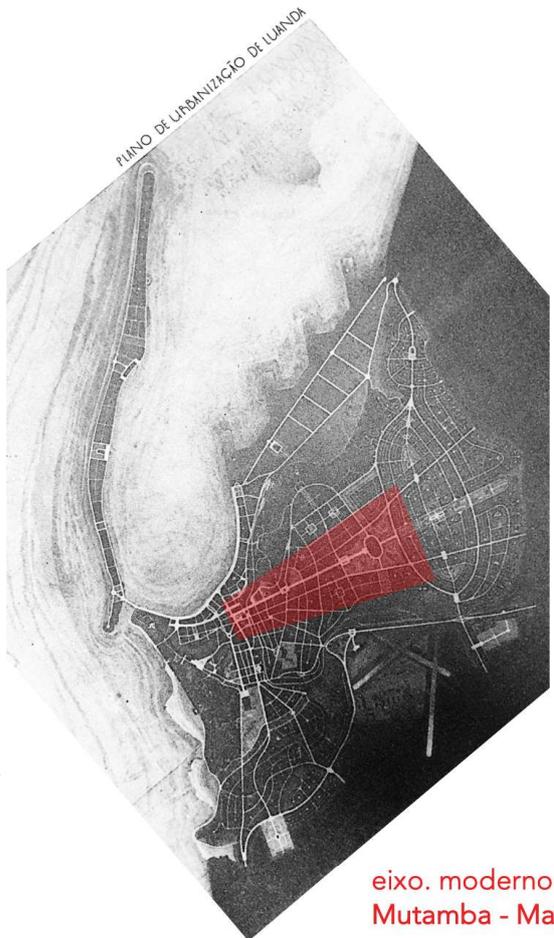
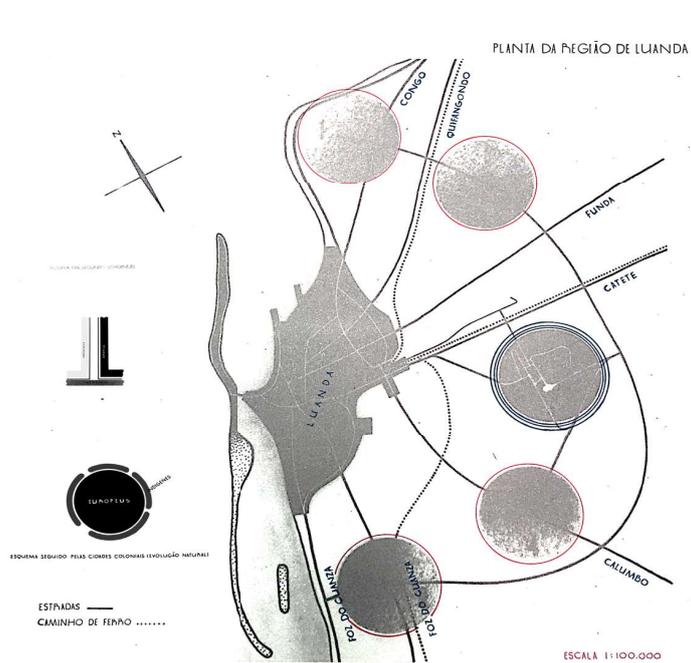
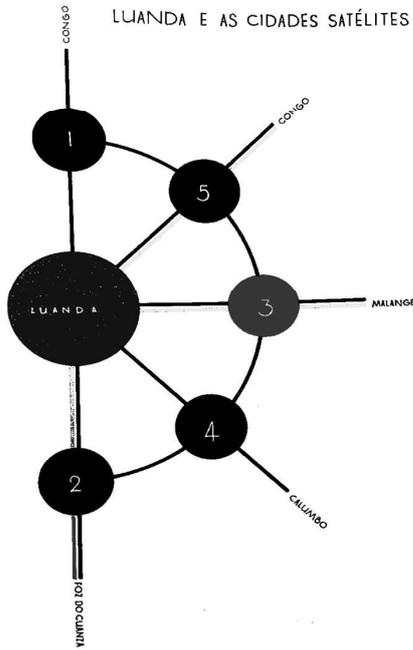
Para Vieira da Costa, com a não aprovação de um novo Regulamento camarário – “com precisão rígida, intransigência forte e esclarecida” – afiguravam-se inconvenientes de ordem urbanística que poderiam resultar para a cidade – se a ocupação do solo e volume de edificação continuassem a ser concebidos pela disposição estatuidas naquelas condições. Constata que há uma geral relutância na aceitação das limitações das alturas das edificações preconizadas, embora com pouca clareza, pelo Regulamento do Plano de Urbanização de Étienne de Gröer. Esta preocupação derivava da observação do tipo de perfil transversal de dimensões reduzidas, podendo não suportar o trânsito mecânico na Zona Comercial da Baixa. Relembra que por Luanda se situar na Zona Tropical (Equatorial), insuportavelmente quente, deveria ser exigido que não se criassem obstáculos à ventilação natural estratégica – “experiências e ambição ridícula que levou cidades a regulamentar a altura dos seus edifícios combinando a altura dos mesmos em função do espaço livre que os rodeia, com especial atenção ao microclima local” – apenas pelo facto de o Regulamento de Gröer não ter sido aprovado. Supunha que na intenção de não contrariar aquele desejo – “tão peculiar, numa imitação perigosa e ridícula” – da população, o Regulamento que acompanhava a revisão do Plano de Urbanização realizado pelo GUU (coordenado por João António Aguiar) em 1952, limitara-se, com a anuência superior, a fixar o mínimo de pisos sem limitar também o máximo, publicado por razões que desconhecia, só no ano a seguir, em 1953 (B.O. nº 6 de 11.2.1953). O Regulamento que foi depois revisto (Art. nº 24 B.O. nº 9 16/54) passa a limitar a altura do edifício a vez e meia da largura da rua, à semelhança do primitivo Plano.



Fig. 24.
O eixo Mutamba - Marçal
esquema interpretativo.

Sugeria, portanto, uma promulgação imediata da limitação da altura (por Zonas) que não ultrapassasse os índices mais aconselhados para as condições climáticas locais; planos de massas mais apertados, a fim de favorecer o arejamento e ventilação das edificações; criação de espaços verdes. A Informação de Vieira da Costa reconhecia ainda que tal “desiderato” iria colidir com muitos interesses individuais – “para que possa resistir ao embate violento de reação aos interesses pessoais que o porá em jogo” – a análise esclarecida e fundamentada de Vieira da Costa mostrava também que “a falta de adaptação aos novos tempos afluaria outras fragilidades dos Planos anteriores: as indústrias (de toda ordem e grandeza) que ocuparam rapidamente as Zonas Industriais previstas em 1952 – pesados condicionamentos de várias naturezas, obrigaram a uma localização fora do perímetro demarcado, acarretou uma notável extensão de aglomerados que alterou profundamente as principais características do Plano de Urbanização de 1942, que durante treze anos satisfizera cabalmente as exigências, que a lenta evolução da cidade ia formulando – precisavam agora de nova zonagem; havia ainda a necessidade presente de se criarem Zonas Habitacionais autóctones (especiais) como os elementos mais importantes do Plano Regulador – Aglomerados Africanos – e tão importante no conjunto do Plano de Urbanização que deverá dominar, por absoluto, a sua composição, infelizmente não estabelecidas pelas técnicas urbanísticas.”.

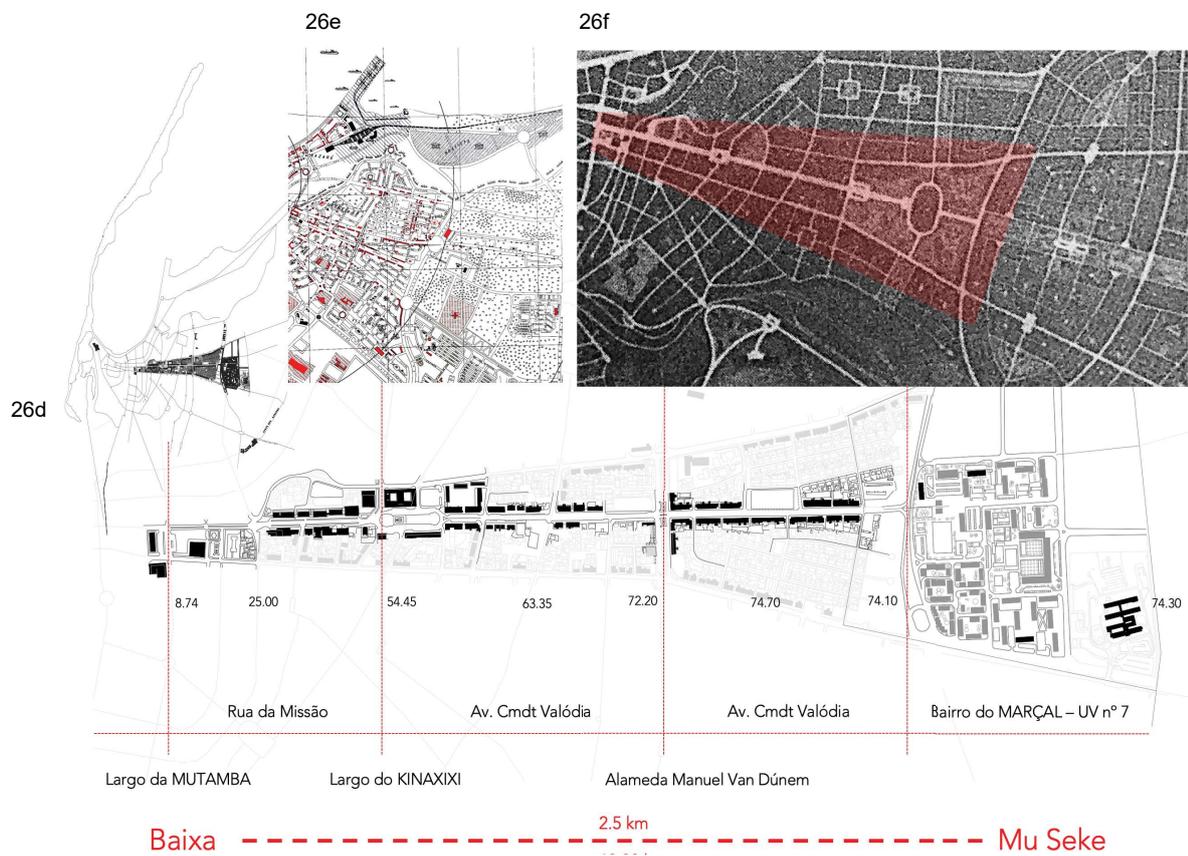
No caso particular do eixo Mutamba - Marçal, significou um limite de altura de 10 pisos acima da loja e sobreloja (em mezanino com guarda-corpo) bem como ruas com separador central ou zonas de desaceleração de tráfego e/ou estacionamento lateral, o que faz variar a sua largura, mas também dependendo da sucessão temporal (cronologia) da sua concretização. Como já abordamos, fruto dos vários Planos desenvolvidos (e a falta da sua concretização total), o desenho tipo relacionado com o desenvolvimento urbano moderno de Luanda (nas suas novas avenidas), tomando como exemplo o eixo moderno Mutamba - Marçal, progrediu (durante mais ou menos 20 anos) do modelo tradicional de rua-corredor (rua-canal limitada por edifícios baixos de lote isolado de habitação unifamiliar) até alcançar características de passeio semicoberto (em galeria) contíguo ao edificado em altura geralmente em banda (edificado de habitação coletiva), mas também de lote privado mais baixo, com galeria ao longo de todo o seu embasamento e acesso direto aos mais variados eventos comerciais ou de relação principal comercial de prestação de serviços obedecendo a “Disciplina de Arquitetura” (desenvolvida por Vasco Vieira da Costa a partir dos anos de 1950).



eixo. moderno
Mutamba - Marçal

Pela interpretação documental (editada nestas imagens) consegue-se verificar a importância que o “eixo Mutamba - Marçal” adquire, desde o primeiro Plano da Cidade de Luanda de Étienne De Groer do início dos anos de 1940, no desenvolvimento e crescimento de Luanda até aos nossos dias.

Fig. 26.
A área de Luanda.
26ab. Esquema de Vasco Vieira da Costa (Cidade Satélite nº 3 - Viana - em 1948).
26c. Análise, a partir do Planeamento urbano de Luanda dos anos de 1940, da relevância do eixo Mutamba - Marçal.



A área de Luanda.

26d. Composição urbana (editada) sobre a mancha de desenvolvimento urbano moderno de Luanda. A imagem servirá de base para a interpretação das consequências modernas na contemporaneidade Kaluanda.

26e. Esquema de Ilídio do Amaral no final dos anos de 1950.

26f. Planeamento da Cidade de Luanda de De Groer no início dos anos de 1940.



26g



26h

Baixa ----- 2.5 km ----- Mu Seke

A área de Luanda.

26g. Imagem da Cidade durante o Planeamento moderno.
26h. Composição urbana (editada) sobre a mancha de desenvolvimento urbano moderno de Luanda. A imagem servirá de base para a interpretação das consequências modernas na contemporaneidade Kaluanda (corte longitudinal do eixo Mutamba - Marçal).

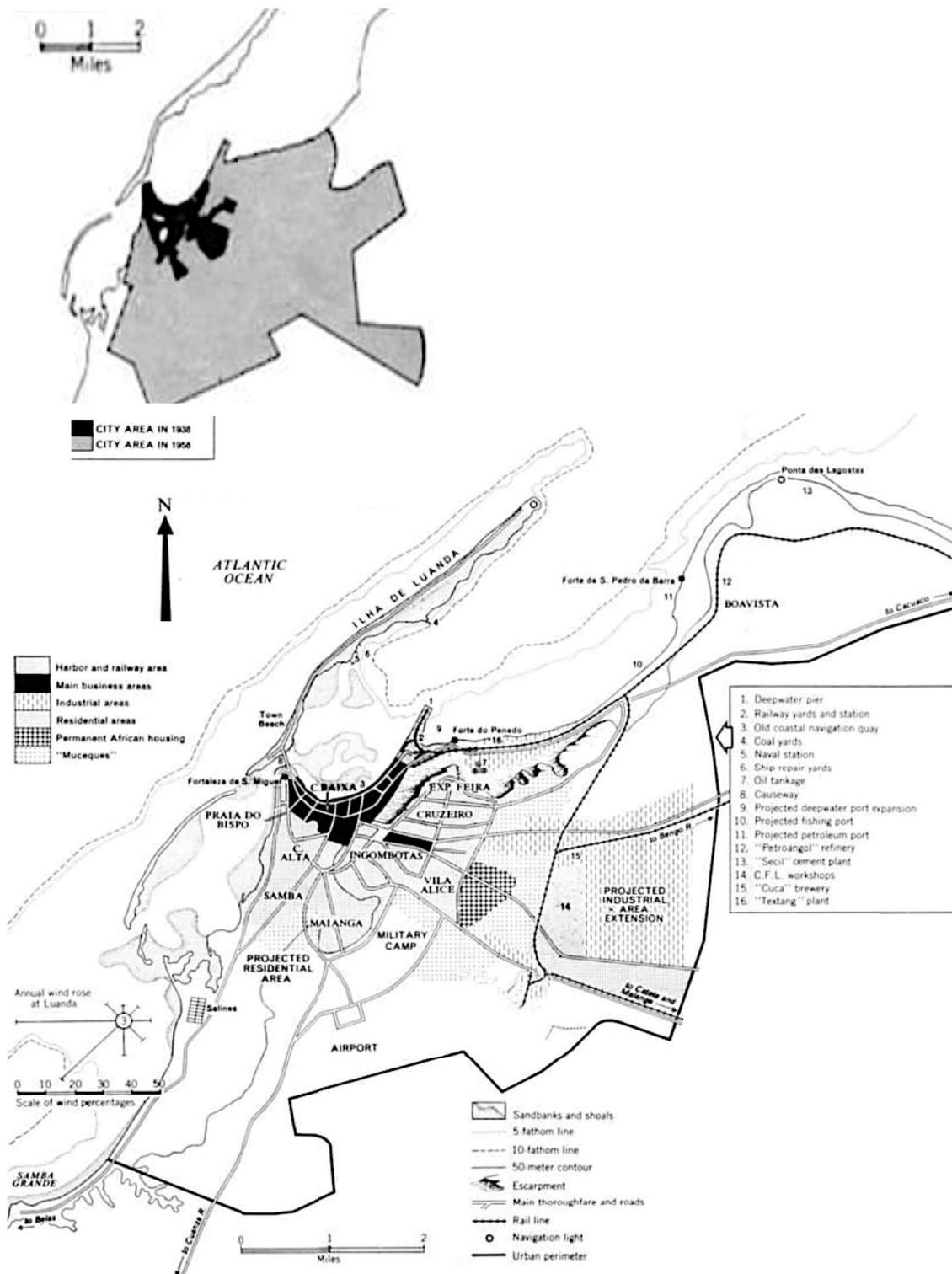
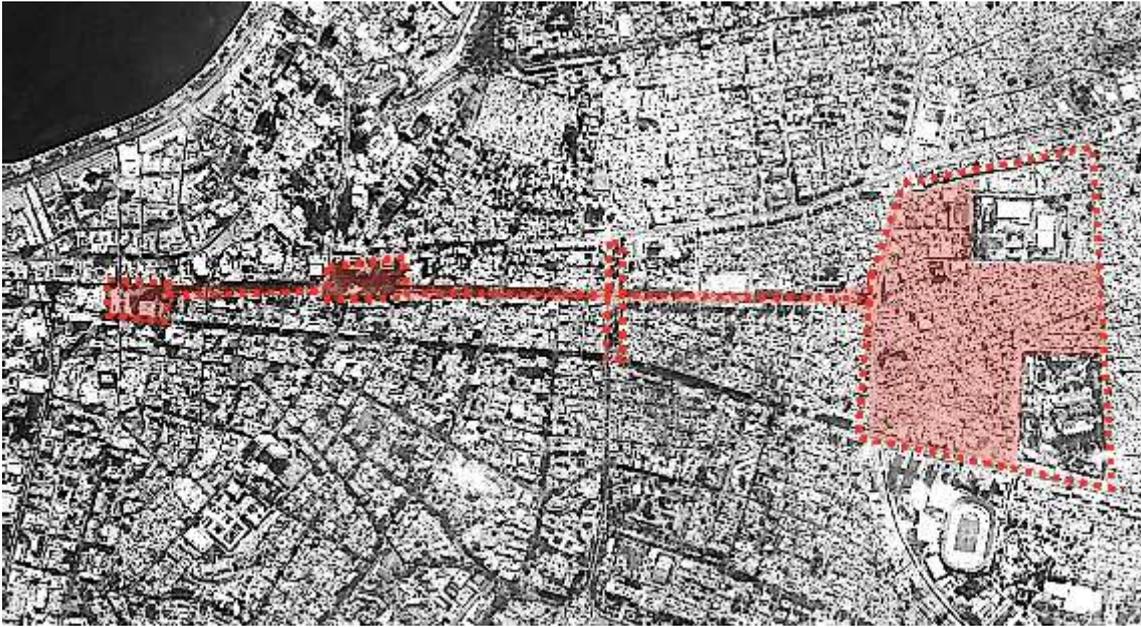
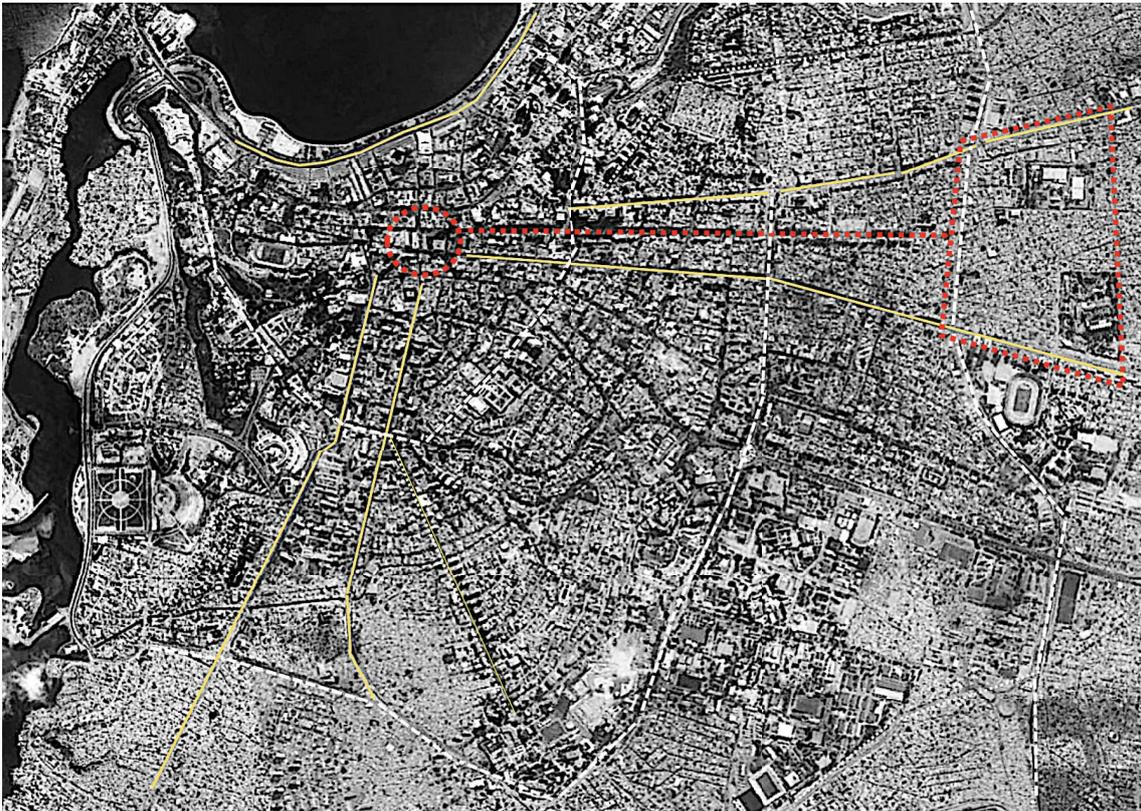


Fig. 27. Análise, a partir do Planeamento de Luanda (macha urbana entre 1938 e 1958), da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Consegue-se ler que tal como toda Baixa de Luanda o eixo Mutamba - Marçal é designado por: *Main business area*.

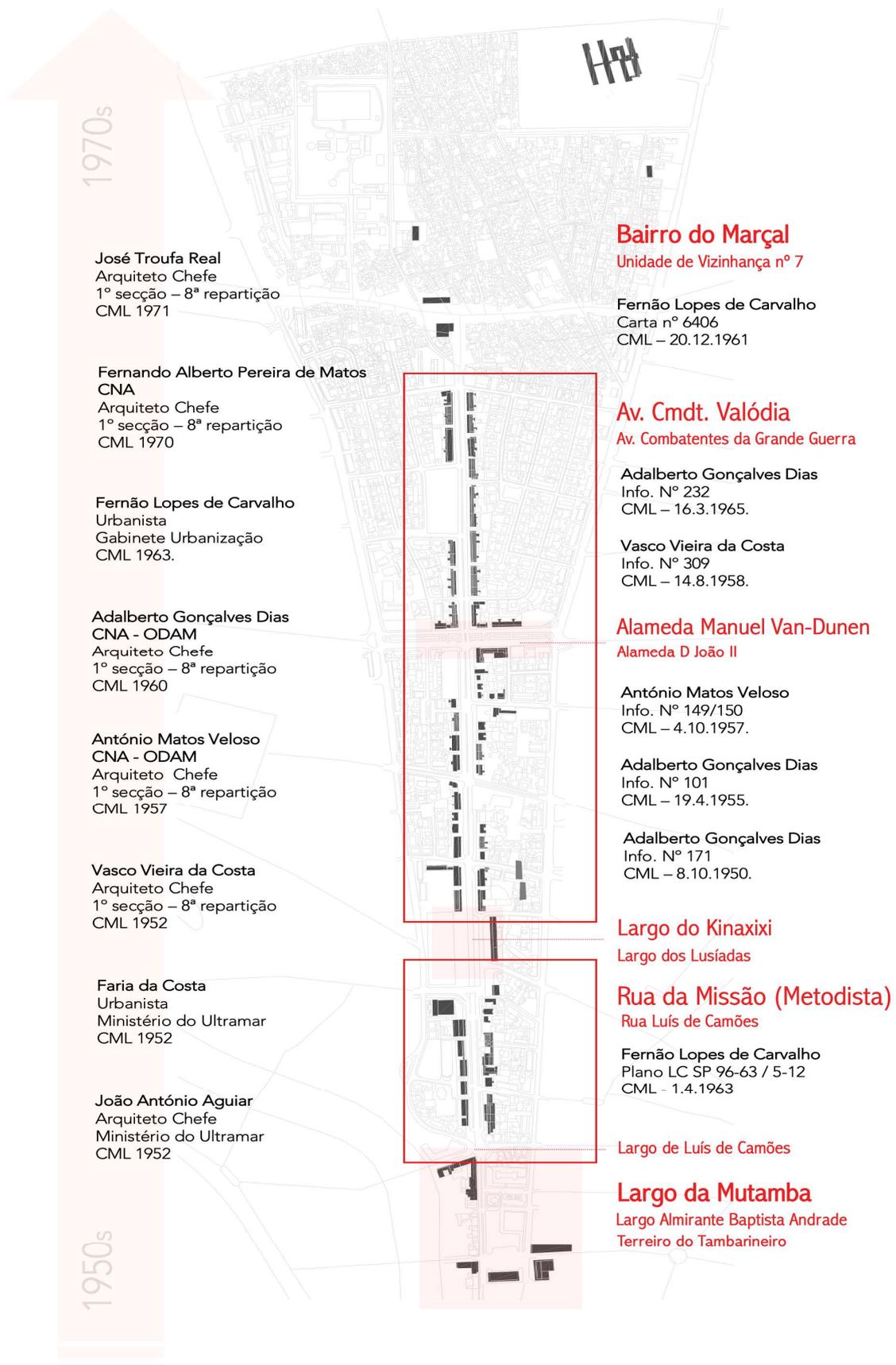


28a



28b

Fig. 28.
A área de Luanda.
28ab. Análise, a partir das
Novas Avenidas de Luanda,
da relevância do
eixo Mutamba - Marçal



1970s

José Troufa Real
Arquiteto Chefe
1º secção – 8ª repartição
CML 1971

Fernando Alberto Pereira de Matos
CNA
Arquiteto Chefe
1º secção – 8ª repartição
CML 1970

Fernão Lopes de Carvalho
Urbanista
Gabinete Urbanização
CML 1963.

Adalberto Gonçalves Dias
CNA - ODAM
Arquiteto Chefe
1º secção – 8ª repartição
CML 1960

António Matos Veloso
CNA - ODAM
Arquiteto Chefe
1º secção – 8ª repartição
CML 1957

Vasco Vieira da Costa
Arquiteto Chefe
1º secção – 8ª repartição
CML 1952

Faria da Costa
Urbanista
Ministério do Ultramar
CML 1952

João António Aguiar
Arquiteto Chefe
Ministério do Ultramar
CML 1952

1950s

Bairro do Marçal
Unidade de Vizinhança nº 7

Fernão Lopes de Carvalho
Carta nº 6406
CML – 20.12.1961

Av. Cmdt. Valódia
Av. Combatentes da Grande Guerra

Adalberto Gonçalves Dias
Info. Nº 232
CML – 16.3.1965.

Vasco Vieira da Costa
Info. Nº 309
CML – 14.8.1958.

Alameda Manuel Van-Dunen
Alameda D João II

António Matos Veloso
Info. Nº 149/150
CML – 4.10.1957.

Adalberto Gonçalves Dias
Info. Nº 101
CML – 19.4.1955.

Adalberto Gonçalves Dias
Info. Nº 171
CML – 8.10.1950.

Largo do Kinaxixi
Largo dos Lusíadas

Rua da Missão (Metodista)
Rua Luís de Camões

Fernão Lopes de Carvalho
Plano LC SP 96-63 / 5-12
CML - 1.4.1963

Largo de Luís de Camões

Largo da Mutamba
Largo Almirante Baptista Andrade
Terreiro do Tamarineiro

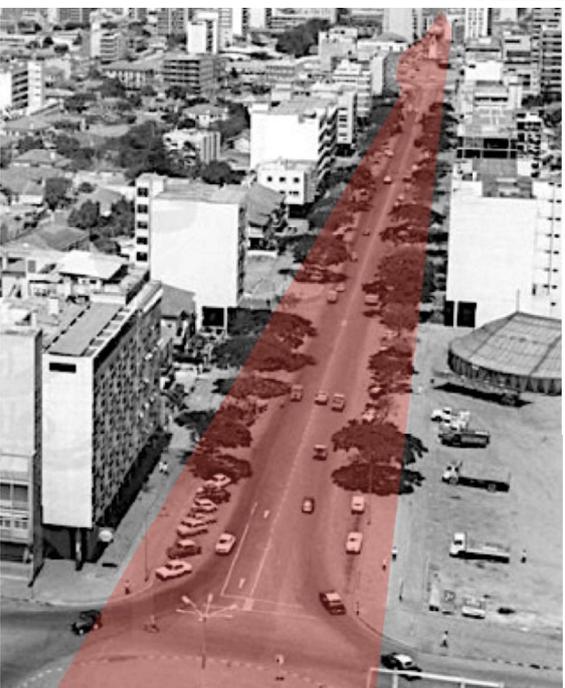
29a



29b



29c



29d



Fig. 29.
O eixo Mutamba - Marçal
entre a modernidade e a contemporaneidade.
29abc. Imagens aéreas do eixo Mutamba - Marçal
(sentido ascendente)
29d. Imagem aérea do Marçal
(com vista para a Mutamba).

29e



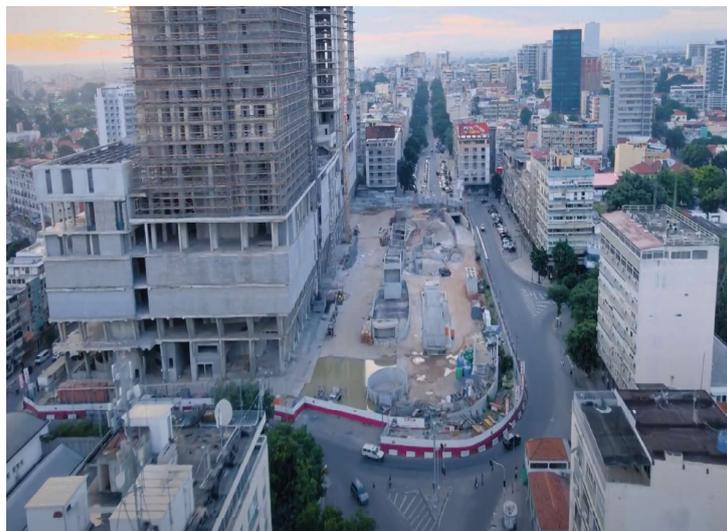
29f



29g



29h



O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade.
29efg. Imagens aéreas do eixo Mutamba - Kinaxixi. (sentido ascendente)
29h. Imagem aérea do Kinaxixi - Marçal.

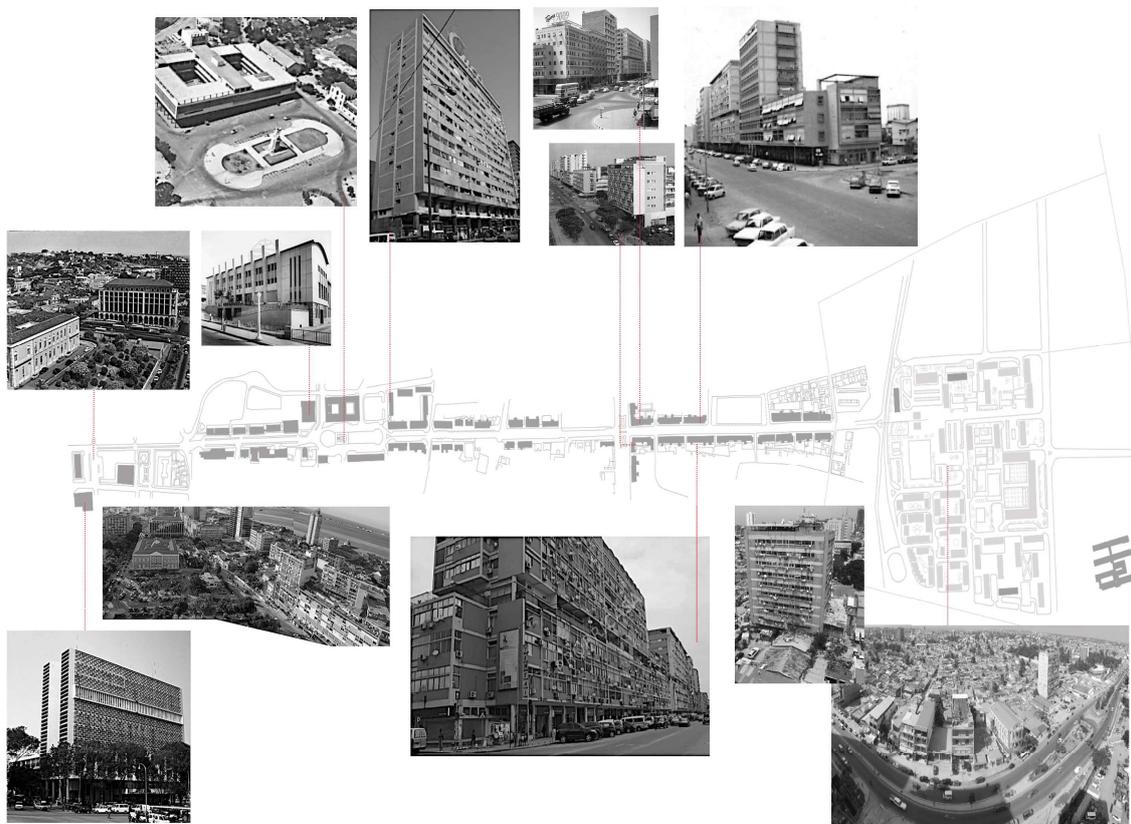


29i



29j

O eixo Mutamba - Marçal
na contemporaneidade.
29i. Imagens aéreas Kinaxixi - Marçal.
(sentido ascendente)
29j. Imagem aérea da Av. Cmdt. Valódia
com vista para a Mutamba.



O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade.

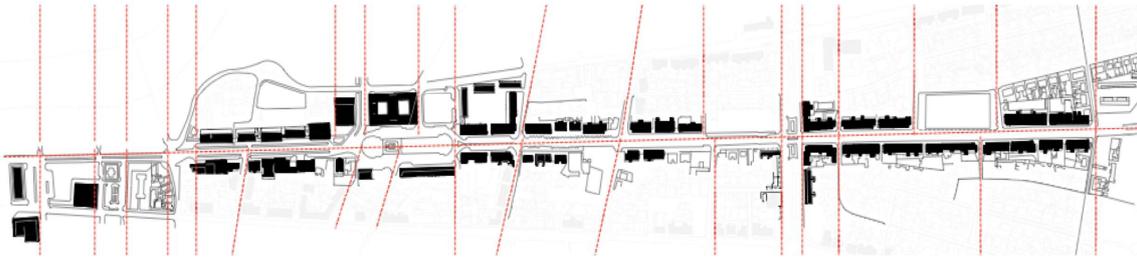
29k. A síntese editada do eixo Mutamba - Marçal entre a modernidade e a contemporaneidade) mostra várias fases do crescimento de Luanda, bem como o edificado relevante que o compõe. Na realidade nunca existiu num mesmo plano de abordagem: a Mutamba moderna, o Kinaxixi e o Marçal (UV nº 7). O exercício "eixo moderno" (até aos anos de 1970), constata-se que a implantação do edificado moderno segue dois tipos de abordagem: uma de "coroamento do quarteirão" que segue a "Disciplina de Arquitetura" e compõe os tramos entre a Mutamba e o limite da Avenida Cmt. Valódia (ex Av. dos Combatentes); outra mais livre, quanto ao uso do solo, segue o conceito das Unidades de Vizinhaça do planeamento de Simões de Carvalho.

A sequência de imagens (síntese editada do eixo Mutamba - Marçal entre a modernidade e a contemporaneidade) mostra várias fases do crescimento de Luanda, bem como o edificado relevante que o compõe. Na realidade nunca existiu num mesmo plano de abordagem: a Mutamba moderna (do início dos anos 50), passando pelo Kinaxixi (do final dos anos 50) hoje parcialmente demolido, até ao Marçal (do início dos anos 60) planeado (UV nº 7) nunca consolidado. Contudo, fazendo o exercício de comparação do que poderia ser a composição do “eixo moderno” (até aos anos de 1970), constata-se que apesar do edificado apresentar cêrceas (até aos dez pisos) e línguas formais muito parecidas, a sua implantação segue dois tipos de abordagem. Uma (dos anos 50), de “coroamento do quarteirão” (mais encerrado, quanto ao uso do solo) segue a “Disciplina de Arquitetura” e compõe os tramos entre a Mutamba e o limite da Avenida Cmdt. Valódia (ex Av. dos Combatentes); outra (dos anos 60), de tipologia de implantação do Marçal (mais livre, quanto ao uso do solo) segue a das Unidades de Vizinhaça do planeamento de Simões de Carvalho. Como o próprio nos disse, todas as UVs deveriam seguir a linguagem do concretizado no Bairro do Prenda (UV nº 2).

Como se poderá verificar na Parte 4 (em 4 momentos específicos do eixo Mutamba - Marçal), ao longo do eixo, o nível térreo (também de implantação do edificado) admite, durante o seu desenvolvimento, uma linha arbórea, duas ou mais faixas de rodagem para sentidos de tráfego diferentes, podendo apresentar uma placa central separadora de sentidos de trânsito arborizada e de uso pedonal – procurando, deste modo, valorizar o desenho de conjunto urbano, onde a avenida é entendida como o suporte da obra pública.

Assim, fruto da observação *in loco* e apoiados em documentos que nos foi possível consultar (informação também cruzada com testemunhos - também modernos - ainda vivos) faremos a leitura pormenorizada do eixo Mutamba - Marçal (mais à frente) em momentos e tramos que julgamos serem cruciais no seu entendimento (apresentados com ordem cronológica de concretização). Contudo, antes, parece-nos importante perceber, apenas como indicação de abordagem e intenção de garantir o melhor entendimento possível sobre o tema, o significado da Rua, Quarteirão e Praça nesta interpretação e leitura moderna de composição Kaluanda.

30a



30b



30c

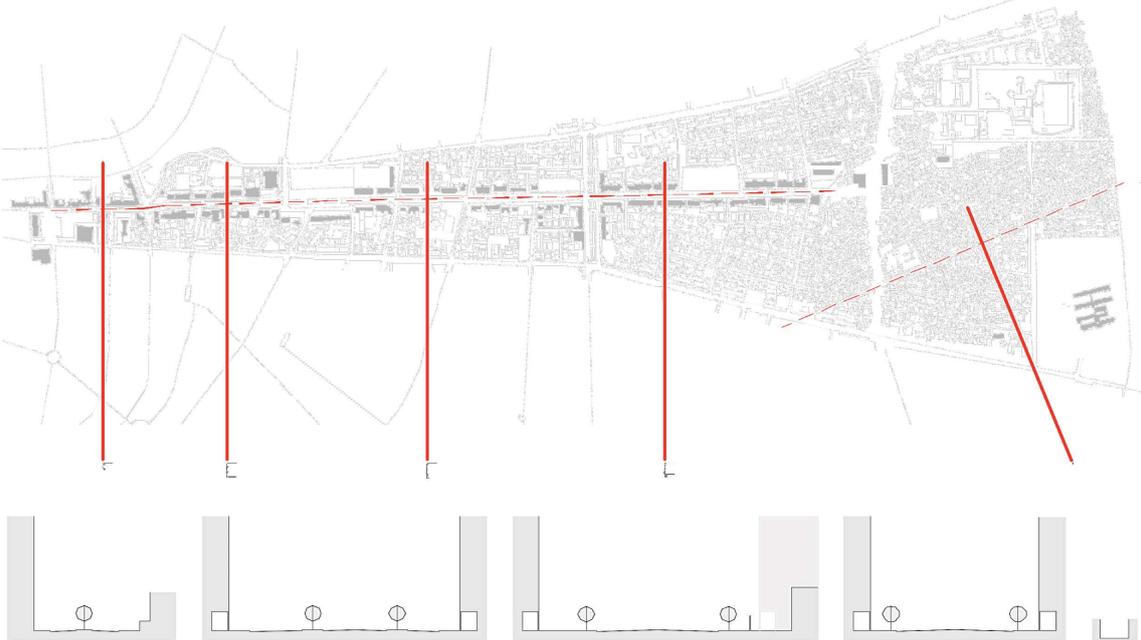


Fig. 30.
 A rua moderna do eixo Mutamba - Marçal
 30a. Análise da sua relevância no Planeamento urbano de Luanda.
 30b. A rua da Missão (Metodista) sentido ascendente Mutamba - Kinaxixi.
 30c. Costres transversais ao longo do eixo Mutamba - Marçal.

A rua moderna Kaluanda.

No âmbito disciplinar internacional, a “rua moderna” deveria ser arejada, ampla e luminosa, ou seja, deveria exibir o automóvel, símbolo do progresso, servindo apenas a sua função de eixo de união, contudo resguardando da velocidade o peão. Le Corbusier - desde a construção do modelo urbano, La Ville Contemporaine, em 1922, até ao Plano de Chandigarh em 1950, passando pela Carta de Atenas em 1933 - propôs um conjunto de documentos e pensamentos teóricos que progressivamente foram defendendo a desagregação funcional da rua de então (Leite, 2016).

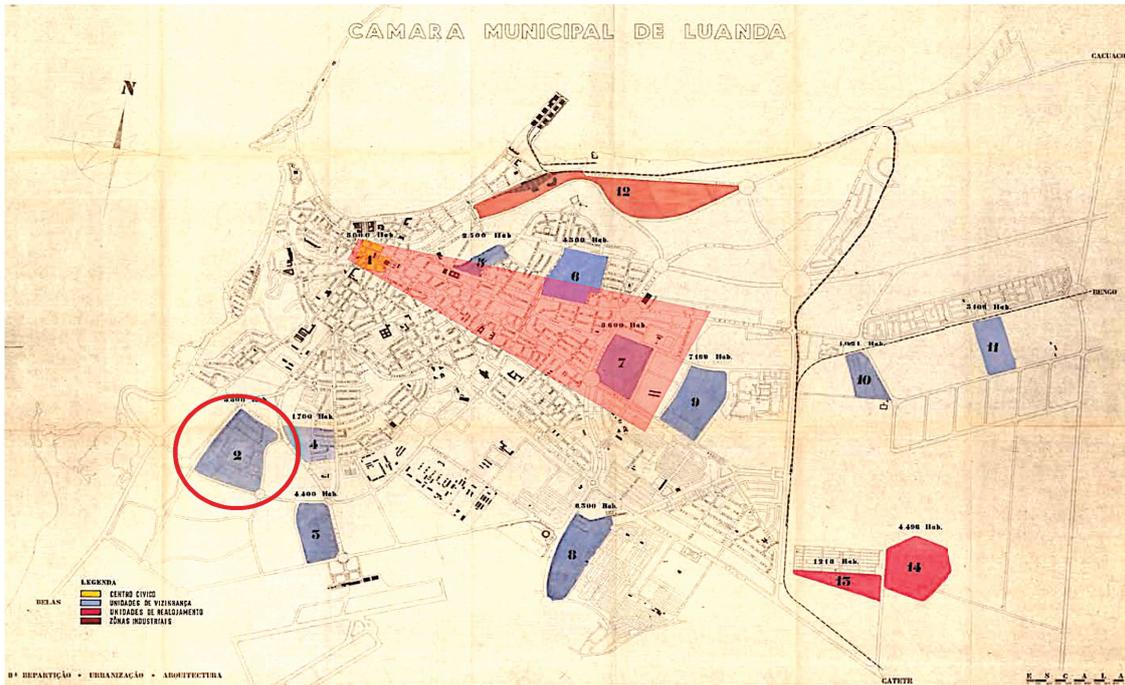
“A rua moderna é um organismo novo, uma espécie de fábrica em linha, um armazém arejado de múltiplos órgãos complexos e delicados (as canalizações).”

Le Corbusier - Urbanisme. Paris: Flammarion, 1994 (1980); pág. 160 (ed original 1925).

O combate à rua-corredor era, no fundo, o combate aos limites impostos ao espaço livre pelos domínios da propriedade privada e à luta pela socialização absoluta do chão da cidade. Faz parte desta mesma intenção a defesa dos pilotis, que libertam os edifícios da função de limite entre as esferas pública e privada. A desconstrução da rua-corredor integra, portanto, a estratégia Corbusiana de acompanhar os pressupostos da vida urbana moderna, cuja materialização até àquele momento dependia da construção de limites claros entre edifício e rua, entre praça e o passeio, entre áreas livres e áreas ocupadas (Leite, 2016).

O urbanismo da civilização maquinista apresentava-se como resultado da nova era industrial e supunha a cidade que melhor se adequaria às novas aquisições da humanidade. Entre elas, a figura do automóvel representava um dos principais agentes de transformação, pois exigia uma reformatação do seu plano de suporte: a rua. A desconstrução da rua-corredor como conceito moderno disciplinar discutido internacionalmente aparece desenvolvida em Luanda na implementação do conceito das “Unidades de Vizinhança” sob coordenação de Simões de Carvalho.

31a



31b

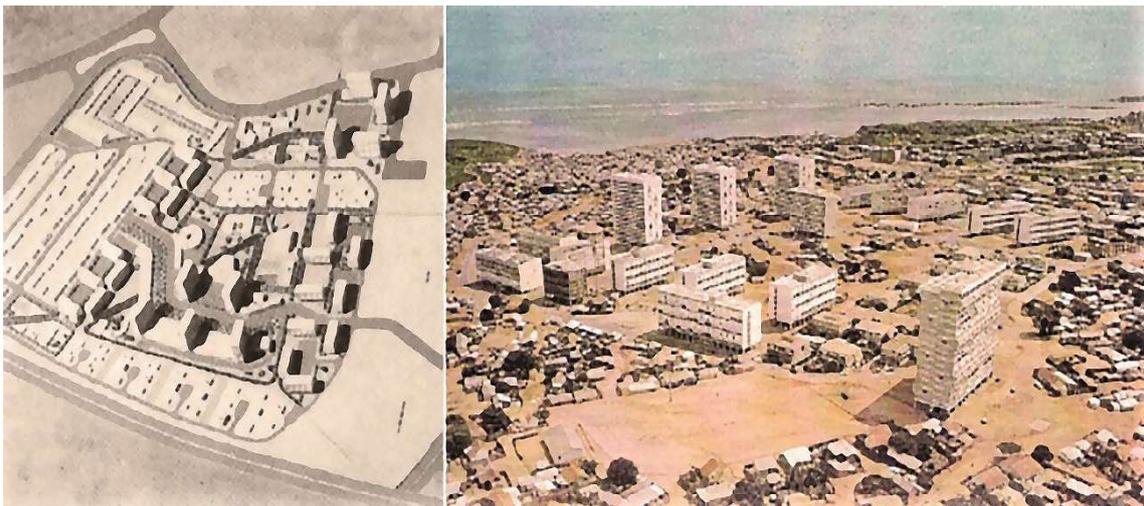


Fig. 31.
 As Unidades de Vizinhança de Luanda.
 31a. Planeamento Urbano de Simões de Carvalho do início dos anos de 1960.
 31b. Maqueta e Imagem aérea do bairro Prenda (UV nº 2)

A UV nº 2 constituída por 28 edifícios, blocos baixos e torres (dos quais foram concretizados 20 edifícios e outros 3 iniciados, mas nunca concluídos), num total de 1.150 apartamentos distribuídos por 30 hectares, de acordo com Ana Vaz Milheiros (2015), aparece progressivamente como um discurso formal inovador a que se associa a ideia progressista de ser cosmopolita.

Das 14 Unidades de Vizinhança projetadas (Planos realizados pelo Gabinete de Urbanização em Luanda), algumas UV destes Planos tiveram desenvolvimentos idênticos ao do bairro Prenda, como é o caso do bairro Marçal (UV nº7, com 4 edifícios altos concretizados), ainda que nenhum deles tenha chegado a um nível de concretização tão completo.

Contudo, o desenho do bairro Prenda começa uns anos antes como se consegue ler na comunicação de Faria da Costa (1906 - 1971, o primeiro urbanista português), de dezembro de 1959:

“Não havendo qualquer inconveniente no seu completamento, devendo, todavia, a Zona Comercial prevista, ser articulada em função do arruamento paralelo à avenida projetada que lhe fica a norte. No que se refere a Rede de Grande Circulação Geral, o estacionamento será completamente interdito naquela artéria, apesar do termo previsto.”

Com aprovação de Adalberto Gonçalves Dias (1920 - 2005, Arquiteto - Chefe da 8ª Repartição - Luanda) que consta da informação nº 61 de 22.3.1960 sobre o Traçado dos Arruamentos da Zona urbanizada do Muçequê Prenda:

“Em cumprimento da deliberação tomada pela CML de 13.1.1960, revisão do estado do setor já urbanizado - em conformidade com o parecer do Sr. Arquiteto e Urbanista Faria da Costa: articulou-se a Zona Comercial em função do arruamento secundário, de modo a que todo o abastecimento seja feito por intermédio desse arruamento - Rede de Grande Circulação Geral. Para as restantes artérias, considera-se os perfis de 12 m nas ruas já comprometidas e 14 m para as restantes (apenas serão diferentes na largura dos passeios que, assim, permitirá arborização); para o arruamento principal, considera-se a largura de 30 m, em vez dos 25 m previstos pelos



Fig. 32.
Imagem aérea do bairro Prenda UV nº2 (na contemporaneidade).

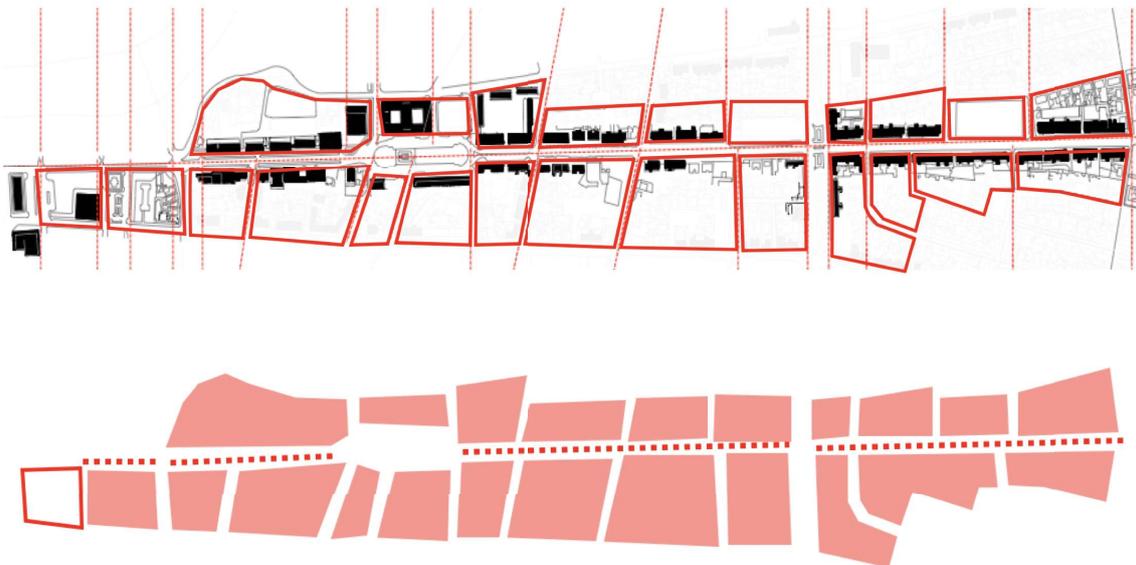
No bairro Prenda, sente-se claramente que a sua organização parte da leitura da Carta de Atenas, no entanto prefere, como mostra de identidade própria, tornar os seus pressupostos mais humanizados ao propor um desenho solto, com a introdução de serviços e equipamentos numa estrutura fluída.

Os edifícios residenciais organizam-se em pracetas — caso dos blocos de sete pisos — ou em elementos mais isolados na paisagem, como nas torres. Todos assentavam sobre pilotis, libertando o térreo à deambulação e a atividades de lazer.

A implantação descrita trazia ainda a novidade da miscigenação racial, através da manutenção de bolsas de terreno para autoconstrução, numa cidade em que, no período colonial, dois terços da população era africana. Idealmente, o Prenda deveria ter sido um bairro racial e economicamente inclusivo, ao prever a presença de uma população mais desfavorecida no seu interior. O exemplo do bairro Prenda mostra até hoje uma forte unidade urbanística, decorrente de uma organização espacial clara e de um desenho arquitetónico facilmente identificável com o movimento brutalista internacional. Embora o seu traçado, ainda hoje, seja suficientemente permeável e admita outras presenças, nomeadamente a do Mu Seke com o mesmo nome (que se consolida no período independente alterando parte das características formais modernas); pode, desse modo, representar um exemplo no sentido da formalização da desconstrução da rua-corredor, enquanto conceito disciplinar moderno discutido internacionalmente em Luanda.

No caso do eixo moderno Mutamba – Marçal, conseguimos notar uma continuidade que reflete o efeito cenográfico regulador do sistema de composição adaptado ao longo do tempo, não uma uniformidade dos elementos, mas uma curiosa unidade morfológica entre elementos distintos. O seu edificado atual corresponde ainda, na sua generalidade, a mesma tipologia compositiva, fiel às normas da urbanização modernas (com variação ritmada das cérceas e utilização sistematizada dos principais elementos construtivos dos edifícios). Observam-se, ainda, com certa facilidade, as circunstâncias de expansão da cidade, ou seja, a aplicação do modelo geométrico abstrato a um lugar em concreto e o desenvolvimento linear do eixo urbano abordados por Poëte em *Introduction à l'Urbanisme* (1967), com o preenchimento de intervalos de tecidos urbanos pré-existentes, até encontrar um elemento significativo que dificulte a sua progressão (no caso, as condicionantes naturais do Mu Seke Marçal).

33a



33b



Fig. 33.
O quarteirão moderno do eixo Mutamba - Marçal.
33a. Esquema de interpretação da sua relevância no Planeamento urbano de Luanda.
33b. O quarteirão moderno de Luanda. Desenho de Luís Taquelim Cruz - Prédio Cuca no Largo do Kinaxixi - anos de 1960, entretanto parcialmente demolido.

O quarteirão moderno Kaluanda.

O prolongamento Mutamba – Marçal, dentro do tecido urbano de Luanda, constitui-se em quarteirões heterogêneos (tamanho e forma). O quarteirão moderno que o conforma é constituído por uma tipologia de implantação muito próxima à de *coroamento* por edifícios mais altos em relação ao edificado do seu interior, que resulta, por um lado, da prioridade dada à conectividade (muito próximo da ideia rua-canal ou rua-evento) no desenvolvimento urbano da cidade moderna; característica que pode dificultar a identificação de um quarteirão tipo.

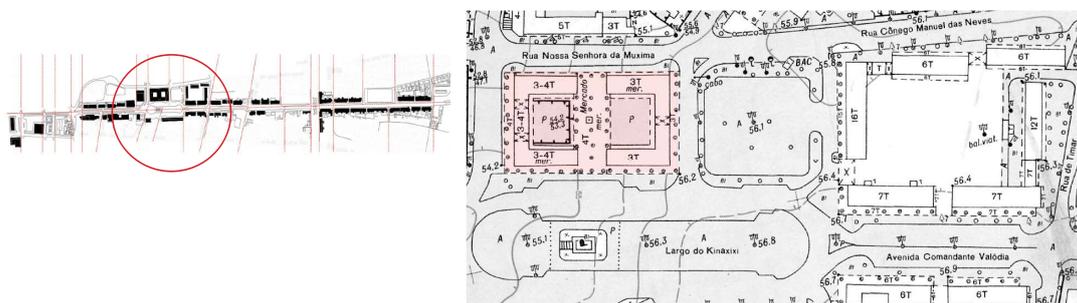
O quarteirão moderno (nomeadamente no Largo do Kinaxixi) que se forma ao longo do desenvolvimento do eixo Mutamba – Marçal, adaptado portanto, representa o preencher do vazio do anterior traçado, dispondo agora o bloco habitacional, contíguo à rua, para garantir melhores respostas às novas intenções de vivências ao combinar as frentes de rua e um sistema de caminhos pedonais. Sendo diferente, não deixa de refletir uma intencionalidade de desenho convergente com a diversidade de usos que ocupam o espaço urbano.

Formalmente, as partes distintas que constituem o quarteirão no eixo Mutamba – Marçal foram concebidas com recurso a elementos de composição diversos, sendo os mais comuns a diferença de níveis e a utilização de diferentes materiais ou texturas nas pavimentações, podendo existir elementos de outras naturezas como por exemplo a arborização, arcadas e elementos permanentes ou efémeros de mobiliário urbano, que contribuem para a definição deste espaço.

Ainda neste desenvolvimento urbano, surgem as praças como parte integrante da sua estrutura. Mostram e confirmam, com características distintas, formas e designações como cosimento cronológico dos vários momentos da cidade, na relação entre o homem e o lugar que habita. Este sistema pode ser compreendido como uma regra de composição se o entendermos como um procedimento intelectual que suporta a formulação do traçado urbano e a própria noção de ordem, por incorporação das características tradicionais das formas de povoamento linear, no processo de assentamento urbano que implica a construção de uma cidade ou simplesmente parte desta (Silva, 2015).

Quarteirão moderno.

O Mercado Municipal no Largo do Kinaxixi - anos de 1950, entretanto demolido.



Eu apontava esse projeto, com grande alegria verifiquei que funcionava bem, apesar de algumas falhas, como um dos projetos que mais me satisfaz. Foi dos primeiros projetos que eu tive, em que eu não tive intervenção nem pressões, as entidades oficiais que me encomendaram o projeto não quiseram influenciar em nada sobre mim. Disseram-me: faça o projeto! Aceitaram o projeto tal qual eu o concebi. E construíram o projeto, que foi acompanhado por mim, sem alterações. O Mercado funciona como retalhista e distribuidor. Quer dizer, toda a mercadoria vem das zonas rurais, vem do interior do país, para ali, para depois ser distribuído para outros mercados e outros retalhistas. Além disso, também é retalhista, uma duplicação de funções. Ali estavam (antes) os serviços de veterinária, mas repare, resultou do grande cuidado que tive na elaboração do projeto. Repare, ele está a funcionar como Mercado distribuidor e ninguém se apercebe. De facto, tive esse cuidado, concedei um Mercado em que todas essas atividades se desenvolvem e a gente não dá por elas, sem grandes prejuízos mesmo para o próprio tráfego. Foi, portanto, depois de arquiteto, a primeira obra com liberdade total, pois vocês não calculam como era dantes projetar-se em Luanda.

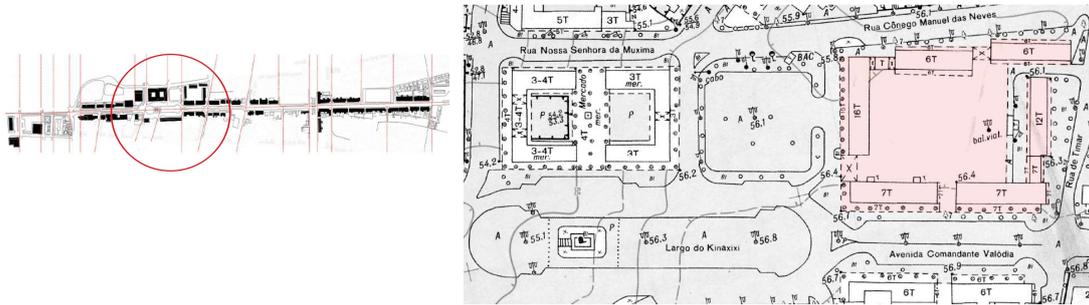
Vasco Vieira da Costa.

Entrevista realizada por Toufa Real. Lisboa, 19 de julho de 1980. (ver Apêndice)



Quarteirão moderno.

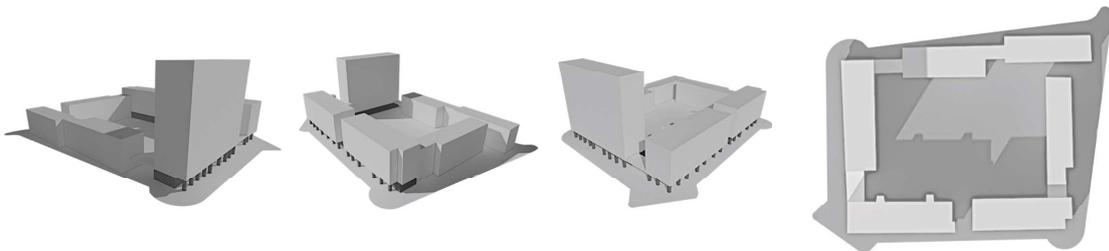
Prédio Cuca no Largo do Kinaxixi - anos de 1960, entretanto parcialmente demolido.



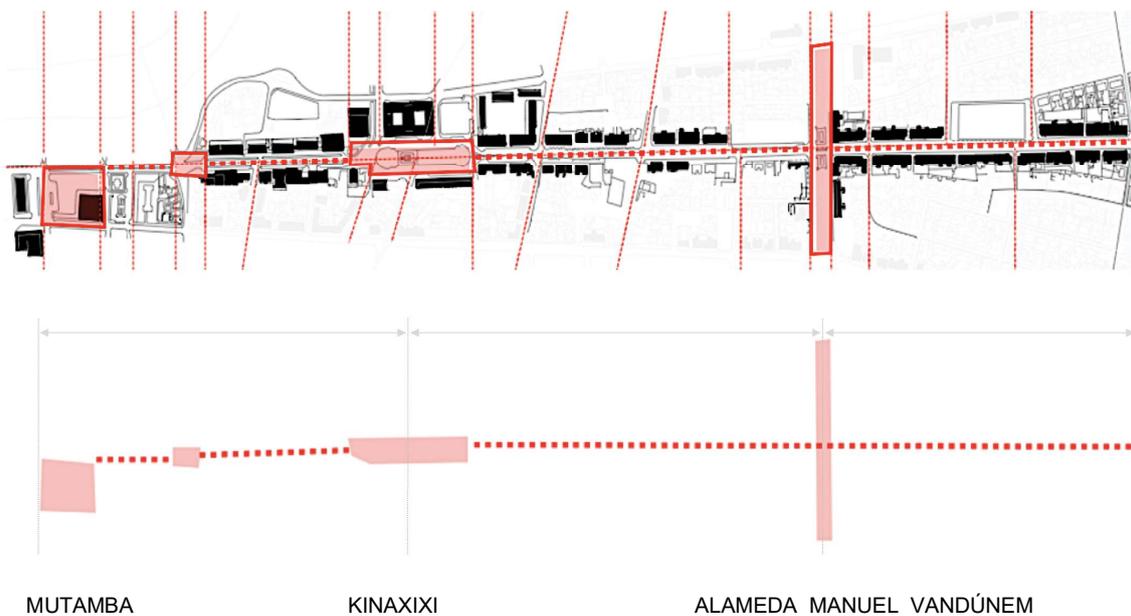
Eu fui para Angola sem Tese, de maneira que me lembrei de fazer um trabalho relacionado com essa necessidade (uma zona residencial com uma creche/infantário), uma coisa que não havia. Agarrei-me à humidade e ao bolor, a parte funcional (ainda não se falava, na altura, da arquitetura tropical). Eu estava dedicado mais ao urbanismo (fui para a CML em 1960), o Prédio Cuca, com 15 pisos, foi a minha Tese, ou seja, uma Unidade com seis blocos, fui convidado pelo proprietário, o Mário Cunha, e apresentei. O bloco adapta-se perfeitamente, é uma solução que não havia em Angola nem em Portugal, ainda. Era um trabalho já feito, portanto, tinha que o adaptar, mas a conceção estava já elaborada (ideia posteriormente desenvolvida também para os blocos do Prenda -UV nº 2). Tinha a galeria de acesso no meio do edifício e subia ou descia para os apartamentos (coincidentemente uma solução que depois vi desenvolvida no norte de África na Argélia, na Revista L'Architecture d'aujourd'hui).

Luís Taquelim Cruz.

Entrevista realizada por Sara Ventura da Cruz, Martina Mancini e Nuno Simão Gonçalves, Lagos, 10 de junho de 2013 (www.patrimonios.pt consultada em 23.07.2019).



34a



34b

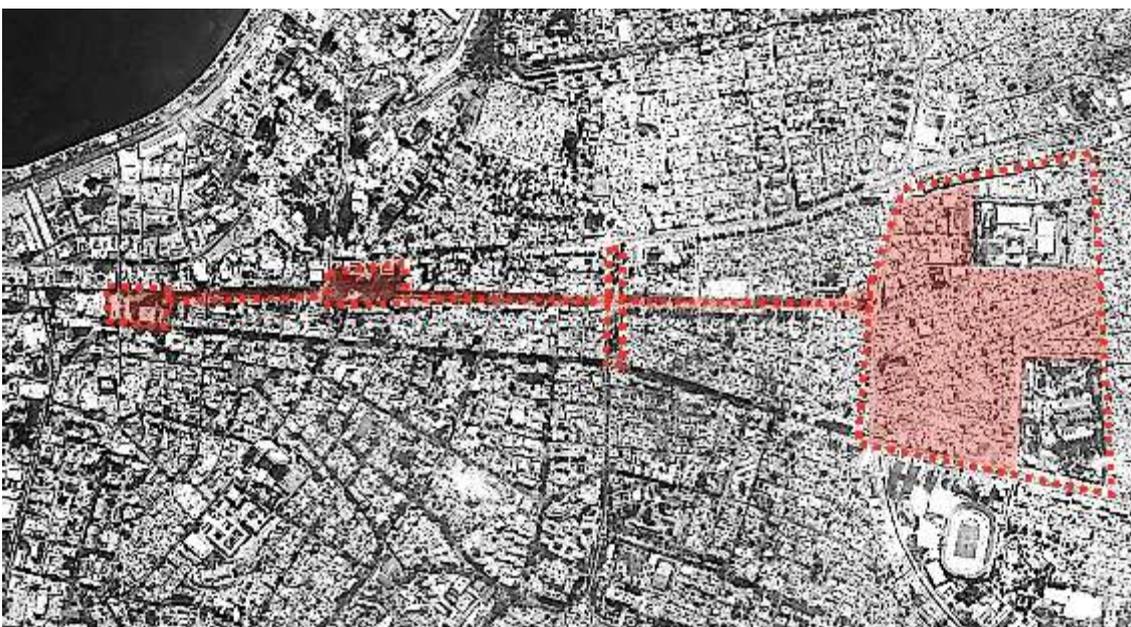


Fig. 34.

A praça (moderna) do eixo Mutamba - Marçal
34a. A sua relevância no Planeamento urbano
de Luanda.

34b. Esquema interpretativo das praças do eixo
Mutamba - Marçal.

A praça (moderna) Kaluanda.

A praça no conceito moderno da “Carta de Atenas” não existe como entidade tipomorfológica, contudo, no eixo Mutamba - Marçal constitui uma lógica de organização do espaço público que pode ser entendida morfologicamente como a expressão mais elementar aglutinadora e complementaridade deste traçado de génese linear. A sua conceptualização baseia-se na existência de um eixo de composição, ou seja, um sistema linear que, simultaneamente, estrutura e assume a hierarquização do espaço urbano - ruas, praças, parcelas (lotes) edificáveis - dentro da lógica da *Disciplina de Arquitetura* desenvolvida por Vasco Vieira da Costa durante os anos de 1950.

Como se pode ler, este eixo é constituído por um sistema linear de espaços públicos onde se articulam segmentos de uma via principal (rua + avenida) com praças (os espaços públicos de exceção) independentemente da sua natureza, da dimensão ou importância programática, concentram episódios únicos dentro de um contexto urbano, ou seja, são parte integrante da composição da identidade do eixo e consequentemente da cidade de Luanda.

No Mutamba - Marçal, a lógica de composição axial concentra simultaneamente “um sistema de movimento e uma estrutura espacial” que conjuga a via de comunicação com o lugar de implantação de uma função excecional. Constitui, assim, a matriz do sistema de composição (relação rua principal com a praça), e pode ajudar a perceber (dando significado) à tipologia da construção do traçado; ou seja, que esta construção depende de uma progressiva adaptação de elementos e da sua consequente incorporação no espaço urbano, especificamente da configuração da infraestrutura e das características físicas do sítio natural. Assim, pode ainda admitir-se (por observação particular do eixo Mutamba - Marçal) que essa mesma matriz pode gerar estruturas urbanas substancialmente distintas, cuja variação depende da conjugação de um sistema de organização espacial ao longo do tempo.

O processo evolutivo de agregação por lotes de desenvolvimento particular (no âmbito da *Disciplina de Arquitetura*) a que cada elemento de composição esteve sujeito no eixo Mutamba - Marçal, de alguma forma suportou o desenvolvimento de cada um dos elementos, das praças e dos segmentos de rua e dos sucessivos efeitos da sedimentação a que estão sujeitos individualmente.

No eixo para além da Mutamba (o Centro da Cidade, a Praça Central de Luanda com cerca de 2800 metros quadrados) existem mais dois momentos que pontuam este prolongamento moderno. A Praça do Kinaxixi (com cerca de 15500 metros quadrados) e a Alameda Manuel Vandúnem (com cerca de 15000 metros quadrados) representam elementos particulares (todos eles de configuração ortogonal) desta concretização faseada e sequencial do traçado. Promovem as características locais do sítio, em particular o processo de implantação ou assentamento *Disciplina de Arquitetura*, que foi absolutamente determinante para a expressão física da estrutura urbana existente.

Importa ainda observar que, admitindo que Luanda tenha sido conseqüentemente reorganizada por processos culturais que, de algum modo, se sobrepuseram ao seu modelo anterior, então esse relacionamento urbano no mesmo lugar contextualiza e confere valor acrescentado. Assim, as praças que pontualizam o desenvolvimento do eixo Mutamba – Marçal representam, também elas, singularidades identitárias (com sentido e valor patrimonial a preservar) que contribuí para a compreensão do traçado urbano no contexto moderno Kaluanda. Quando a composição admite a adaptação da regra ao contexto; quando uma mesma matriz, um mesmo princípio de composição permite ser transportada para diferentes realidades geográficas, ajustando-se com flexibilidade sem perda da lógica do sistema; o desenho urbano dá forma a um conjunto de relações entre pontos estruturantes da cidade numa ação de exaltação por definição da imagem e ambiência da paisagem urbana, embora descontextualizando o caráter físico imaterial do lugar (Silva, 2015).

Síntese

Sobre o eixo moderno Mutamba – Marçal abordou-se a sua origem e o seu enquadramento nos princípios do MMA, entre outras particularidades próprias, procurou-se formas de perceber e descrever as suas características modernas, bem como a sua problemática atual - o que funciona ainda hoje e o que não funciona ou está em desuso - no desenvolvimento urbano de Luanda. Esta abordagem, serve, assim, de base essencial (enquadramento físico do território - caso de estudo) para o entendimento da possível legitimação de novas formas de produção urbana, na contemporaneidade Kaluanda, com suporte nos princípios de composição moderno.

A caracterização espacial moderna, verificada através da leitura do eixo Mutamba – Marçal, com intervenientes e protagonistas diferentes, também e naturalmente desígnios diferentes, assim como qualidades distintas de tempos diferentes serve, portanto, de apoio ao que se pretende questionar numa perspetiva comparativa, de modo a extrair, senão regras, pelo menos princípios reguladores plausíveis para o ato de projeção na contemporaneidade Kaluanda.

Procurou-se, portanto, (com mapas, plantas ou outras interpretações esquemáticas) situar no território o eixo moderno em análise, de acordo com a leitura dos Planos elaborados em e para Luanda, ou seja, procurar as possíveis consequências formais dessa experiência moderna tanto para as novas soluções plausíveis, como também para as alterações previstas e qualificadas ou ainda para as completamente imprevistas e não qualificadas na contemporaneidade.

Parte 4

**Da leitura do território moderno ao
projeto de *Ressignificação* urbana
contemporânea**

O moderno na contemporaneidade.

O conceito de “património edificado” que durante muitos anos esteve ligado apenas à arquitetura de carácter monumental tem sido paulatinamente alargado a outros campos e apresenta-se, ainda assim, como uma prática recente. A salvaguarda patrimonial é, ao mesmo tempo, inquestionável por um lado, mas também negligenciada por outro, pela sociedade contemporânea. Falar do moderno na contemporaneidade e relacioná-lo com o conceito de património (que não se limita ao edificado e admite também valores intangíveis) aflora a qualidade da construção e das suas características formais ou estéticas, mas também o conjunto urbano “autêntico” como valor documental. Neste sentido o debate transporta até nós histórias da vida de uma determinada comunidade, simbologias e modelos que podem ser definidos como cultura arquitetónica que, assim, se apresenta disponível para ser continuada.

A arquitetura, a par de outras disciplinas diretamente afetas a esta questão, tem a responsabilidade e o compromisso de dar continuidade à vida dos edifícios históricos relevantes, de salvaguardar a paisagem natural e humanizada, para que o homem das gerações futuras possa ao visitar o seu património, reinterpretar e redescobrir, a partir, dele novos significados (no seu tempo, na sua temporalidade). O eixo moderno Mutamba - Marçal procura aqui, em Tese, continuidade histórica como ponto de partida para novos desafios na intervenção no património edificado Kaluanda.

Todos temos consciência de que novos problemas exigem novas abordagens para o processo evolutivo. Hoje, mais do que nunca, percebemos que tudo está conectado, que a relação urbana do habitante/ambiente está viva e é recíproca. Influenciamos e somos influenciados pelo ambiente que construímos para viver. Nesse sentido a arquitetura torna-se importante na relação com o ambiente natural que vivemos e tem o poder de reforçar ou bloquear as conexões que hoje desejamos.

A nossa qualidade de vida está diretamente relacionada com o modo como as nossas cidades são desenhadas, construídas, reinventadas e reusadas, como os seus sistemas urbanos são pensados, como as habitações são projetadas e essencialmente como as preexistências são trazidas para a contemporaneidade, mas também como pode garantir a continuidade dos nossos usos urbanos.

Toda e qualquer ação tem reflexos e responsabilizações. Ao habitarmos um determinado espaço, transformamos cultura, arte e até mesmo arquitetura, portanto, é nosso dever fazer parte da possível solução. Charles Bloszies (2012) em “Old buildings, new designs. Arquitetural transformations” diz que o património pode ser lido como a “comfort food” da arquitetura e das sensações ao resgatar a memória coletiva, questões essas possíveis de serem retomadas e reconfiguradas de forma inteligente. Quando se valoriza o património confere-se importância ao edificado (a sua forma), mas também a relação que ele estabelece com a sua presença, como desenvolve Giorgio Grassi (1988) em “Architecture, Dead Language”.

É interessante perceber que, quanto à preservação do património histórico das cidades a Carta de Atenas (1933) diz:

“Fazem parte do património humano e os que os possuem são encarregados da sua proteção. Têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta aos séculos futuros, esta nobre herança. A morte que não poupa nenhum ser vivo ataca também a obra dos homens. É preciso saber, nos testemunhos do passado, reconhecer e discriminar os que estão bem vivos ... nos casos em que se enfrentam soluções repetidas em numerosos exemplares, conservar-se-ão alguns a título documental, os outros serão abatidos; (...) se a sua conservação implicar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres.”

Ponto 66 da Carta de Atenas, dos 5 pontos relacionados diretamente sobre património arquitetónico (pontos 65 - 70). O 4º CIAM decorreu de 27 de julho a 14 de agosto em Marselha, com paragem em Atenas de 2 a 9 de agosto 1933.

Em 1998, a Comunidade Europeia (resultado da discussão entre onze países) publica a Nova Carta de Atenas que aborda estas questões urbanas e aponta como linhas orientadoras a qualidade do ambiente construído nas nossas cidades, a complexidade da vida urbana, o património histórico, a integração e inter-relação entre as funções e atividades humanas, a importância das redes sociais estabelecidas, os valores afetivos, a demografia e habitação, a cultura e educação, a sociedade informatizada, as escolhas e diversidade, a segurança e saúde, como refere Milena Kanashiro em Da antiga à nova Carta de Atenas - em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. (2004).

De acordo com a *Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*, Fernando Brandão Alves (2º Congresso Nacional da Construção, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto FEUP em dezembro de 2004) diz que a Nova Carta de Atenas propõe uma Visão de Cidade coerente que pode ser atingida pelo urbanismo e pelos urbanistas, em colaboração com outros profissionais. Propõe novos sistemas de governança e pistas que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, utilizando as vantagens das novas formas de comunicação e as tecnologias de informação, numa visão progressista de redes de cidades onde, conseqüentemente, os processos de construção e a arquitetura, em geral, adquirem uma responsabilidade enorme no destino sustentável do ambiente urbano.

Por outro lado a Carta de Burra introduziu um amplo conceito de lugar (áreas urbanas, rurais, industriais e modernas) ao estabelecer parâmetros amplos (vernáculos e aspetos cotidianos, cultura imaterial) e ao admitir que o significado cultural evolui com o tempo (Austrália ICOMOS, 2013). Como resultado, nas abordagens atuais, não apenas os edifícios com um valor arquitetónico/cultural monumental e especial podem ser classificados. Outros tipos de edifícios, como moradias coletivas e até mesmo ambientes/paisagens, também são considerados dignos de proteção, na medida em que atuam como a memória coletiva de uma sociedade.

De acordo com Pacheco, Caccia e Azevedo (2017) citando Ben Rogers, quanto mais diversificados e vivos os espaços públicos da cidade, menos desigual e mais democrática se torna a sua sociedade. Nesse sentido a cultura de um lugar, a sua estrutura e hierarquia social refletem a maneira como os espaços públicos são planeados, mas também pelos padrões de qualidade de uso. Na essência, Rogers apresenta um pensamento que procura demonstrar que um ambiente aberto, de livre acesso torna-se também mais democrático.

Nesse contexto (embora não seja o propósito desta análise), para Luanda, não nos devemos descartar de aprofundar conhecimentos e de obter aconselhamento jurídico sobre temas relevantes como o Domínio Público e Privado do Estado (os não privatizáveis bem como os privatizáveis do Estado; Direito de Propriedade Útil Consuetudinário e Civil; Direito de Superfície e Ocupação Precária; Domínio Público e Privado Comum, Propriedade Horizontal, entre outros).

Pode representar uma forma útil de alargar a noção o mais completa possível sobre o desenvolvimento de Programas de ação partilhada no processo de reabilitação na cidade, de como otimizar os seus fatores indutores de transformação, a possibilidade de desenvolvimento de Programas de Desenvolvimento Comunitários com recurso a Planos de Divulgação e Comunicação bem estruturados para assim apresentar soluções com profundidade, sustentáveis e atuais sobre o conhecimento deste contexto urbano de grande complexidade topológica, como é o caso Kaluanda.

Importa igualmente refletir sobre as diversas abordagens para o espaço aberto da cidade, ou seja, sobre as diversas formas que esta atuação pode tomar no espaço público Kaluanda. A condição de crise, indefinição e transição urbana, que marca a Luanda de hoje, proporciona a possibilidade de repensar o seu planeamento a partir de uma revisitação ao seu arquétipo moderno de edificação. Este ambiente urbano frágil de retrações e dilatações, de evolução aberta e derivacional, não contrapondo espaço estruturado a ocupado, faz coabitar, na capital angolana, sistemas desdobrados e em transição, gerando lugares e “entrelugares” a escalas diversas. Explorar a potencialidade do conceito moderno de espaço público urbano na contemporaneidade torna-se, por ser a ação urbana estruturada (de relação como todo) e ainda não completa, um lugar de intervenção que precisa de ser valorizado como tal, como forma de contrapor a esta nova forma de habitar Luanda.

Assim, a *Ressignificação e o Reuso* da modernidade poderão ser assumidos como sinónimos de sustentabilidade e resiliência transformados em novas formas de produção arquitetónica. Essa mudança na forma de pensamento de gestão urbana (com a *Ressignificação e o Reuso*) pode encontrar respaldo satisfatório equacionando o património moderno edificado Kaluanda como elemento preponderante na continuidade urbana de Luanda, bem como uma oportunidade para novas realizações conscientes, longe de uma crise de percepção sobre nós mesmos, sobre a nossa consciência cultural ou até mesmo sobre o nosso senso de pertença, de autoconhecimento, de estabilidade social e socialização urbana. Equacionar o moderno na contemporaneidade Kaluanda talvez ajude, portanto, a pôr em prática a nossa percepção social ativa em contraponto com a nossa recepção passiva sobre tudo que acontece ao nosso redor, como tem sido prática.

Ressignificação e Reuso da arquitetura moderna Kaluanda.

Sobre o património moderno edificado:

O que significa resignificá-lo hoje? Como *Reusar* no presente perspetivando futuro? Como preservar a nossa memória coletiva com a audácia criativa e tecnológica possível nos dias de hoje?

A resposta para todas estas questões pode ser mais simples do que se possa imaginar: as preexistências são os factos concretos geradores do novo projeto, as combinações (melhores sucedidas ou melhores fundamentadas) do novo com o antigo são a resposta contemporânea para os desafios do futuro. Ruth Verde Zein sobre “Intervenções Arquitetónicas em Edifícios e Ambientes Urbanos Modernos: Análise Crítica de Algumas Obras de Paulo Mendes da Rocha” in III Seminário Docomomo Brasil - São Paulo (1999, pág. 1 - 10), realça:

“A intervenção arquitetónica em edifício ou lugar já edificado - tenha este um maior ou menor grau de interesse histórico ou o mesmo – não é propriamente uma novidade no campo da arquitetura já que toda obra nova está, de alguma maneira, intervindo em um lugar permeado por pré-existências ambientais e que portanto nunca pode ser considerado um vazio. Os arquitetos brasileiros modernos sempre tiveram presente em suas preocupações a questão do património histórico, mas até há bem pouco tempo esse interesse afetava apenas bens e conjuntos de relevante importância nacional. Através do estudo de algumas propostas de Paulo Mendes da Rocha, se podem alicerçar análises de conceitos arquitetónicos voltados para a prática da intervenção arquitetónica contemporânea em edifício ou lugar já edificado, em especial quando apresenta certa relevância como património da modernidade. (...) A nossa memória é feita de lembranças e esquecimentos, e tanto uns quanto os outros são fundamentais para sermos pessoas saudáveis vivendo em sociedade. Somos o que lembramos, mas também o que esquecemos, e o esquecimento é uma arte, ou seja, uma habilidade fundamental que é tanto inerente quanto adquirida e, portanto, pode ser aperfeiçoada. (...) Esquecer não é defeito nem tem avesso: é a condição de criação de novas memórias, novos espaços — e até, de uma cidade melhor.”

No entendimento de Françoise Bollack (2013) em “Old Buildings New Forms” a coexistência depende de invólucros, tramas, justaposições, parasitas e inserções. Para Bollack, a parte contentora carrega as memórias e as emoções guardadas, enquanto a nova providência exatamente o novo, ou seja, o novo uso e uma nova relevância para a estrutura que agora é reanimada. A adição promove novos espaços e também faz um convite à releitura de uma situação para a qual certos usos não foram previstos. De diferentes maneiras, um novo edifício pode envolver um antigo: sobrepondo-se a ele como uma cobertura de proteção, abraçando-o em todo seu perímetro ou até mesmo encapsulando-o. Em intervenções justapostas, a adição permanece próxima ao edifício original, sem entrar num diálogo óbvio com a estrutura antiga.

Sobre este tema importa também refletir no sentido de que nem tudo precisa de durar para sempre. É preciso pensar na Resignificação e Reuso também com critério e bom senso, ou seja, admitir a coexistência, como já dizia Lúcio Costa (1945, apud Alberto Xavier, 2007) de acordo com o tema “Autenticidade e historicidade” desenvolvido por Carlos Comas em “Ruminações Recentes: Reforma/Reciclagem/Restauro.”. (2022, pág. 54) “(...) a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior, o que não combina com coisa alguma é a falta de arquitetura”.

Em que sentido será relevante *Resignificar e Reusar* a modernidade Kaluanda na contemporaneidade?

Importa debater e demonstrar, antes, a importância e a necessidade deste processo de *Resignificação* para *Reusar*. Assim, embora sem respostas institucionais afirmativas sobre essa necessidade e sem as ambicionar obter aqui como conclusivas, pretende-se que a partir da leitura do eixo Mutamba - Marçal se consiga perceber a relevância técnica do que se desenvolveu durante o século XX, em Luanda, e o que isso constitui de facto para a história da arquitetura angolana pela importância da sua solução técnica na estruturação do seu modelo de desenvolvimento urbano. A área de *Resignificação* urbana que nos propomos desenvolver apresenta uma preocupação subjacente comum: a salvaguarda e a valorização quer do urbanismo quer do seu edificado moderno, bem como o seu contínuo uso (*Reuso*) no contexto contemporâneo angolano, particularmente o Kaluanda.

O eixo Mutamba – Marçal, afirma-se, então, como um instrumento urbano complexo plausível de utilidade nos processos de criação de novos espaços, bem como na requalificação e reabilitação dos existentes. É, portanto, um elemento formado pela sedimentação e anexação de diferentes momentos urbanos ao longo do tempo. Apresenta grandes especificidades no tecido urbano e permite o *link* entre diferentes limites administrativos e sociais, ou seja, apresenta-se como ferramenta essencial na evolução e transformação urbana de Luanda.

A primeira e principal característica deste eixo é a sua grande continuidade física no território. A segunda especificidade é o facto de se apresentar como elemento primário transversal a tempos diferentes e gerador da malha urbana. Uma terceira passa pela constatação das suas arquiteturas como expressão deste espaço-canal, que apresenta, no seu conjunto e ao longo de todo o seu percurso, fortes características comerciais ao nível do embasamento do edificado (atividade comercial e com relação comercial de prestação de serviços).

Deste modo, podem ser definidas sinteticamente a partir do objeto de investigação apresentado, as suas fragilidades e potencialidades de operações estratégicas: Principais fragilidades detetadas: degradação do edificado habitacional e patrimonial; fraca conexão com espaços e edifícios notáveis; falta de estacionamento; quarteirões internos pouco permeáveis; mau posicionamento de passagens e atravessamentos para peões; possibilidade de alagamentos em caso de elevada precipitação (no bairro Marçal); principais potencialidades detetadas: forte localização (interesse urbano) ao nível local a partir do centro histórico de Luanda; edificado habitacional de arquitetura moderna de alto padrão de qualidade (grande continuidade patrimonial urbana); grande continuidade comercial com excelentes condições de acessibilidade e mobilidade a partir do centro histórico de Luanda.

É notório e facilmente perceptível de uma forma abrangente que a falta de continuidade metodológica quer de planeamento, quer nas realizações urbanas e arquitetónicas efetivas (durante o seu período pós-colonial) trouxeram (até hoje) grandes constrangimentos urbanos e até de carácter social para Luanda.

Não havendo uma resposta única sobre a questão levantada, fica a intenção com demonstração plausível de exequibilidade de, pelo menos, a partir do eixo moderno Mutamba - Marçal ser possível encontrar respostas técnicas para alguns dos muitos problemas que Luanda apresenta na contemporaneidade.

Neste sentido, propomos a criação de um “Cronograma de Interpretação do processo de trabalho sobre as Questões Modernas Kaluanda”. Os seus diferentes Planos de atuação: Teórico e Prático, apontam hipóteses para o projeto contemporâneo (que o conceito admite) e que são importantes para o entendimento do processo de Resignificação urbana e arquitetónica para o Reuso do moderno do MMA angolano - aqui representado paradigmaticamente pelo eixo moderno Mutamba - Marçal:

Resignificação e Reuso do moderno Kaluanda

Plano Teórico

Aqui são enquadradas as questões que têm a ver com a Academia e a Cultura urbana Kaluanda.

Deste modo será relevante adicionar um nível extra ao que já é desenvolvido curricularmente na prática académica, não apenas oferecendo um programa de estudo coerente, combinando o local e o internacional, mas também inserindo a cooperação com a indústria e com outras instituições para investigar e resolver questões práticas, técnicas e sociais relevantes (dar respostas às solicitações das novas densidades populacionais). Mas igualmente relevante serão aqui acolhidas todas as abordagens empíricas que reforçam o nosso conhecimento do lugar e das suas gentes (com as suas experiências quotidianas mesmo sem estarem metódica ou cientificamente organizadas).

Plano Prático

Aqui são enquadradas as questões que se relacionam Diretamente e Indiretamente com o desenvolvimento urbano Kaluanda.

Para além das questões formais (como questões Diretas) há ainda as questões informais (como questões Indiretas) decorrentes da falta de concretização do planeamento moderno em Luanda. Pensamos ser útil uma abordagem prática sobre as questões Informais (como questões Indiretas) pela problemática resultante da falta de concretização do planeamento moderno em áreas por si demarcadas para tal como é o caso específico do bairro Marçal.

A produção de “**Cadernos de Encargos**” para as questões do MMA poderá, nesse contexto, ajudar a encontrar pistas para a redefinição do habitat angolano através das relações interior/exterior e plantas abertas, apoiadas em objetivos de *design territorial* inovadores.

Plano Teórico

Combinar o local e o internacional para ajudar a resolver questões sociais relevantes e dar respostas às solicitações das novas densidades populacionais.

São exemplos para a *Ressignificação* dos valores modernos:

Reuse of Modernist Buildings – RMB.

The musseques of Luanda. GOLFE 1 – 1972/81.

Modernidade Ignorada.

Ilha de São Jorge - “Visões Desassombradas”

Luanda - Construção e desconstrução.

Plano Prático

Combinar o local e o internacional para ajudar a resolver questões sociais relevantes e dar respostas às solicitações das novas densidades populacionais podem estar resumidas na elaboração de “**Cadernos de Encargos**”.

São exemplos para o *Reuso* dos valores modernos:

Direto Formal:

AU - Acupuntura Urbana.

Tactical Master Plan – Isthmus Architecture.

Project for Public Spaces.

A presença no passado.

Learning from Las Vegas - Corredor Comercial.

Indireto Informal:

Arquitetura na Favela.

Plano Teórico

A abordagem do eixo moderno Mutamba - Marçal, como mostra paradigmática, representa efetivamente, o modo diferenciado de como a integração dos pressupostos modernos se configuram como especificidade da arquitetura e urbanismo moderno angolano (de génese portuguesa e muito influenciada pela brasileira), na estrutura social e cultural legível ainda nos dias de hoje em Luanda.

O projeto de investigação **Reuse of Modernist Buildings – RMB**, desenvolvido entre 2016 e 2019, baseou a sua atuação em pesquisas existentes, práticas académicas e projetos de referência desenvolvidos apenas em países europeus.

Pretende-se que a conexão entre a formação académica e a prática laboral seja percebida como uma mais-valia para a futura profissão dos graduados, por um lado, aumentar a mobilidade de alunos e funcionários por meio de um programa compartilhado e, por outro lado, desenvolver estratégias de transformação para edifícios modernos (seus interiores arredores), edificado principalmente do segundo pós-guerra, baseado na colaboração entre instituições que ensinam ciência da arquitetura de:

Detmold – Universidade OWL de Ciências Aplicadas e Artes;
Istambul – Universidade Técnica de Istambul;
Antuérpia – Universidade de Antuérpia;
Coimbra – Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra;
Lisboa – Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;
Nova Deli – Instituto de Energia e Recursos
DOCOMOMO International.

Como matéria de ensino, o RMB torna o conhecimento e os formatos de ensino existentes acessíveis a nível europeu. Partes específicas dos currículos das instituições parceiras são inseridas num pacote educacional abrangente e bem equilibrado.

A congregação dessas contribuições forma um conjunto único de programas tradicionais de e-learning, eventos no local, como conferências e workshops, bem como opções de e-learning muito inovadoras em fabricação digital e gerenciamento integrado de edifícios (BIM).

A nível tecnológico, na contemporaneidade, a arquitetura moderna de natureza experimental torna-se cada vez mais atrativa, mas também vulnerável a reformas não profissionalizadas. O currículo do RMB procura os pontos fortes e fracos da tectónica moderna bem como métodos de construção alternativos que possam atender às normas e padrões contemporâneos no campo do isolamento térmico e acústico, ventilação, medidas de segurança contra incêndio, acessibilidade e outros.

Socialmente, a replicação global em grande escala levou a uma percepção crítica do stock de edifícios modernos. A falta de aceitação e apreciação pode complicar a Reutilização sustentável e Retrofit em edifícios com eficiência energética e fáceis de usar, no processo de formulação de uma estratégia de alteração adequada para um determinado edifício, de criação de uma estrutura para reutilização, ou seja, são assim criadas várias formas de consciencialização do termo Reutilização.

O RMB procura, portanto, ser capaz de integrar diferentes abordagens e conhecimentos europeus sobre a conversão e renovação desta era específica do pós-guerra para enfrentar esses desafios profissionais.

Os parceiros do RMB contribuem com conhecimentos específicos e informações sobre padrões espaciais, património cultural, clima e princípios de construção, avaliação social e técnica e monitoramento de espaços construídos, criando, assim, um currículo adequado e equilibrado para preparar os licenciados para este mercado de trabalho internacional e reforçar uma base comum europeia nesta especialização.

35a



De há muito que se anota a aplicação a uma vez a reconstrução dos municípios. A densa rede de habitação e que vai haver. As necessidades que se fazem sentir a par de necessidades das famílias. Sempre se teve consciência (três ou mais) que se verificava todas as por aí passaram de por aí habitação para repartir e cultura de momento devido à complexidade da sociedade. Mas ali quando não havia habitação, não estavam por uma vez de política urbanística. Depois de um período em Luanda e estabelecer recursos humanos e materiais devidos ao

de há muito que se anota a aplicação a uma vez a reconstrução dos municípios. A densa rede de habitação e que vai haver. As necessidades que se fazem sentir a par de necessidades das famílias. Sempre se teve consciência (três ou mais) que se verificava todas as por aí passaram de por aí habitação para repartir e cultura de momento devido à complexidade da sociedade. Mas ali quando não havia habitação, não estavam por uma vez de política urbanística. Depois de um período em Luanda e estabelecer recursos humanos e materiais devidos ao

O ESTADO "LIVRE" DO GOLFE

TEXTO DE ANTONIO GONCALVES FOTOS DE FERNANDO FARINHA

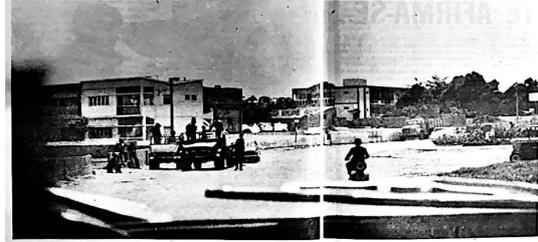
dos os sectores da economia passando subseqüentemente ao estudo da vida importante económica do sistema brasileiro e a acelerar a sua produção de desenvolvimento, oportunidades para novos investimentos. Para tanto seria necessário estabelecer uma política de saldos e investimentos, incluindo a actividade agrícola de modo a que os indicadores saldos. O que importa é que o Golfe parece a ideia que o Estado a "liberdade" independentemente de onde se encontra e não que mudando a sua "liberdade" incluía como meio de evitar conflitos, que seria sempre o reflexo directo do desemprego prolongado.

Em verdade é que não há de se esperar a recuperação dos municípios e a par de uma rede de habitação e que vai haver. As necessidades que se fazem sentir a par de necessidades das famílias. Sempre se teve consciência (três ou mais) que se verificava todas as por aí passaram de por aí habitação para repartir e cultura de momento devido à complexidade da sociedade. Mas ali quando não havia habitação, não estavam por uma vez de política urbanística. Depois de um período em Luanda e estabelecer recursos humanos e materiais devidos ao



O ESTADO "LIVRE" DO GOLFE

Declarar nos municípios de modo de habitação e que vai haver. As necessidades que se fazem sentir a par de necessidades das famílias. Sempre se teve consciência (três ou mais) que se verificava todas as por aí passaram de por aí habitação para repartir e cultura de momento devido à complexidade da sociedade. Mas ali quando não havia habitação, não estavam por uma vez de política urbanística. Depois de um período em Luanda e estabelecer recursos humanos e materiais devidos ao



35b



Troufa Real, 1985
Portrait by Leonel Moura - Mário Cabrita Gil

Troufa Real, José Deodoro Faria

- 1941 Luanda, Angola. Luso-Angolan
- 1967 Architect Dip.ESBAL
- 1981 Honours Dipl Plan AA, London
- 1986 PhD FA/UTL
- 1999 Professor FA/UTI

1978-80 AA Dipl Plan (Hons) in Urban Regional and National Planning in the courses: Political Economy of Cities and Regions, National and Regional Economic Planning, Introduction to Political Economy, Philosophical Background to Scientific Methods, Regional Problems in the EEC/Urban Planning, Land and Services, Development Planning, Basic Techniques, Techniques in Urban and Regional Planning, Planning in Socialist Countries, Problems of Third World Urbanisation
1979 Dissertation 'Angola General Survey Structure and The Pattern of Housing in Luanda'
1984 Thesis 'Housing Policies in Luanda, Angola'
1985 Invited Professor Witwatersrand University, South Africa, by Pancho Guedes
1988-90 Dean DA/ESBAUTL
Former professor in the Architecture Department of Lusíada University and Dean of the Architecture Department of Lusófona University and Moderns University, Lisbon

Works: Architecture Projects and National, Regional, Urban Planning in Angola, Portugal, Macau (China), Cape Verde, Azores and Madeira
2000 "Millenium" Prize, Lisbon

Preface by Amâncio Miranda Guedes "Pancho"
English Revision: Rachel Collingwood-Smith
Graphic Design: Pedro Trindade, Paulo Martins, Fátima Antonio, João Telhado

TROUFA REAL THE MUSSEQUES OF LUANDA HOUSING IN ANGOLA • A NEW NEIGHBOURHOOD • "GOLFE I" 1972 • 1981



Fig. 35.
Plano Teórico
35a. Estado "Livre" do Golfe.
35b. The Musseques of Luanda 1972 - 1981.

Para o caso concreto de Luanda, particularmente, apesar de poucos, os exemplos de boas práticas sobre análises conceptuais e propostas para novos usos (reuso) e *Ressignificação* do património moderno edificado começaram, de alguma forma, com **The musseques of Luanda. GOLFE 1 – 1972/81**.

Em *Housing in Angola, a new neighbourhood*, com preâmbulo de Amâncio Miranda “Pancho” Guedes e dedicado a Ana Torres, Michel Toussaint, António Castro Rodrigues, António Monteiro, Totoi, Kinjinge, Mendes de Carvalho e Novais Ferreira, Troufa Real procura abordar a questão da cidade como um todo e a quebra dos fatores típicos com a estratificação social, económica e tipológica habitacional prevalentes durante a época colonial, mas também a introdução de conceitos e técnicas estrangeiras (no caso das intervenções Cubanas) do pós-colonial que, na sua ótica, desvirtuaram a implementação de algumas das intenções de atuação dos técnicos angolanos.

O autor realça a impossibilidade de transferência e implementação, com sucesso, de Planos para realidades regionais e contextos diferentes sem arriscar falhas e frustrações das próprias comunidades alvo.

Comunidades estas que, no seu entendimento, tinham já conseguido atingir um nível bastante elevado no que diz respeito à capacidade de organização comunitária, participação e mobilização popular que engendrou o seu próprio desenvolvimento urbano possível, resolvendo os seus próprios problemas de forma inteligente, dentro das suas capacidades económicas, usando os métodos e materiais de construção disponíveis e que, ainda assim, muitas vezes alcançavam altos níveis de qualidade comparáveis aos recomendados internacionalmente.

Respostas às solicitações das novas densidades populacionais – organização da habitação privada e acesso pedonal aos locais de trabalho, dando preferência à interpretação de relação direta entre periferia e centro – serviços e cultura comunitária e ao pequeno comércio.

MODERNIDADE IGNORADA



Fig. 36.
Plano Teórico - Modernidade Ignorada 2012.

O Projeto **Modernidade Ignorada** de 2012:

Representa uma rede de pesquisadores interessados no estudo, catalogação e recuperação dos aspetos e obras pouco conhecidas ou ignoradas no património urbano e arquitetónico moderno angolano. A rede, coordenada a partir da Universidade de Alcalá (Espanha), inclui pesquisadores europeus, africanos e latino-americanos. Com direção de Roberto Goycoolea Prado e Paz Núñez Martí, tem coordenação de Carlos García Gutiérrez e coordenação África de Cristina Delgado Herraiz. O projecto é um trabalho conjunto de investigação Universitária que envolve Angola (Universidade Agostinho Neto), Espanha (Universidade Alcalá) e Portugal (Universidade Técnica de Lisboa).

O “Património Arquitectónico Moderno”, particularmente o de Luanda, considerado, a nível mundial, um caso singular na aplicação, em grande escala, dos princípios do CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna). foi concebido por um grupo de jovens arquitectos portugueses, entre 1950 e 1970, em antagonismo com os padrões arquitectónicos dominantes do regime então vigente. Esta corrente, imbuída de uma ideia “transformadora”, concretizou em Luanda um novo conceito de cidade moderna. Segundo os autores, este património arquitectónico moderno encontra-se duplamente ameaçado. Por um lado, a acentuada degradação dos edifícios existentes, por falta de manutenção, devido ao prolongado conflito que assolou o país. Por outro lado, o acelerado crescimento urbano dos últimos anos, que alinhado com padrões globalizantes, muitas vezes, ignora as especificidades concretas de Angola.

Segundo Paz Núñez e Roberto Goycoolea, o projecto “nasceu de uma preocupação compartilhada” entre arquitectos e historiadores, angolanos, portugueses e espanhóis: “estudar e divulgar o que foi, ainda é, e pode ser, a ignorada arquitectura moderna subsariana”. Para além da exposição (de painéis didácticos e fotografias), o projecto inclui também uma compilação dos estudos já realizados, bem como um Catálogo dos edifícios mais representativos e um Web Site (ainda não concluído), onde ficará reunida toda a informação sobre projecto.

O projecto já foi apresentado, sob diversas formas e iniciativas, em vários países, designadamente Portugal, Espanha, Angola, Chile, Itália.



Fig. 37.
Plano Teórico - Ilha de São Jorge - Visões Desassombradas 2014.

O Projeto **Ilha de São Jorge - “Visões Desassombradas”** de 2014 mostra diferentes olhares, leituras e interpretações de Luanda:

O exercício, segundo os seus comissários (Paula Nascimento e Stefano Panse-
ra – Beyond Entropy Ltd.), tentou articular poemas escritos e visuais em cinco
temáticas: Visões, Objetos, Edifícios, Cidades e Paisagens, tendo como pano de
fundo cinco experimentações: Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe,
Angola e Moçambique. Uma reflexão sobre o modo como os vestígios da moder-
nidade, introduzida durante o período colonial sob um sistema político repressivo
e opressor, são hoje vividos e habitados. Uma resposta montada para responder
ao desafio lançado, na época, por Rem Koolhaas com *Absorbing Modernity: 1904-2014*,
onde o mote era a 14th International Architecture Exhibition – La Biennale di Venezia.
Se *Absorbing Modernity* é sobre o esbatimento das fronteiras internacionais através
de uma arquitetura que busca na abstração uma vontade não figurativa; principal-
mente sobre a aspiração ao cosmopolitismo, num desejo natural para quem viva imerso
no quotidiano das sociedades pós-coloniais, *Visões Desassombradas* procurou argu-
mentos que refletissem sobre a condição dessa nova e emergente cultura. Dele
destacam-se as abordagens de Roberto Goycoolea Prado e Paz Núñez Martí – *La modernidade Luandesa*,
El descubrimiento de paz, *La modernidade Ignorada*, *Estructura de la ignorância*,
Consecuencias de la ignorância; Margarida Quintãs – *Angola absorvendo identidade*,
Angola moderna clima e lugar, *Angola pós-moderna*; Délio Jasse – *Luanda*, da série
fronteira urbana, 2014; Maria João Teles Grilo – *O moderno angolano: Vieira da Costa e o léxico contemporâneo*,
Os condicionalismos da história na sua relação com o moderno, *A terceira modernidade*;
Elisiário de Miranda – *A arquitetura moderna do Governo provincial Moçambicano e com maior realce para Kiluanji*
Kia Henda – *O sonho de Niemeyer e o universo paralelo*, numa interpretação muito bem conseguida
sobre a ocupação/utilização do novo espaço, moderno, vazio que se abriu com a nova liberdade
(as independências). No seu texto, Kia Henda mergulha nos espaços híbridos marcados hoje,
no seu entendimento, por recordações, cores, odores e novas utopias que recebem novos
inquilinos, os novos ocupantes desta mistura social singular que se reinventa a cada instante,
indiferente ao comunismo ou capitalismo, ao mono ou pluripartidarismo, onde a cultura é híbrida,
onde os novos ritmos e danças tomam de assalto a cidade do asfalto, onde as teorias ocidentais se tornam inúteis e obsoletas, onde ninguém passa indiferente pois a vida é uma constante indiligência.



Fig. 38.
Plano Teórico - Luanda - Construção e Desconstrução 2014.

Ainda na procura de entendimento sobre os novos usos urbanos Kaluanda o Projeto “**Luanda - Construção e desconstrução**” de Lino Damião, de 2014, aborda a leitura contemporânea do desenvolvimento de Luanda e a relação direta com o seu património edificado (Baixa e o Mu Seke):

“Deixei a minha cidade há seis anos e sempre que lá volto encontro-a diferente. Existem hoje edifícios, construções a decorrer, ruas asfaltadas e alguns buracos novos. O bairro onde cresci ficou menor, os pescadores são menos que poucos, o Flamingo (edifício na entrada da Chicala II) desapareceu, vi-o desaparecer. Há cada vez mais sombras na Mutamba. Prédios que fazem esticar o pescoço. A Marginal estendeu-se, a Ilha está menos popular, o Mercado do Kinaxixi vai ser Centro Comercial, a antiga Fábrica Congeral vai dar lugar ao Museu da Ciência e Tecnologia, o Mercado do Roque Santeiro foi-se. Estas construções e desconstruções constroem e desconstroem as minhas memórias de Luanda, da minha Chicala. E a minha gente, não as pinto hoje, para as poder imaginar nos dois lugares, na Velha e na Nova Luanda.”

*Mano dos jornais
Luanda onde esta?
As casas antigas
o bairro vermelho
as nossas cantigas
trator derrubou?
Meninos nas ruas
caçambulas
quigosas
brincadeiras minha e tuas
asfalto matou?
Manos
Rosa peixeira
quitandeira Maria
você também
Zefa mulata
dos brincos de lata
Luanda onde está?*

(Adaptação) Luandino Vieira - Canção para Luanda, 1957.

Plano Prático

Com base nos exemplos anteriores sobre os princípios modernos iniciais e dos muitos desafios colocados também pelo desenvolvimento da arquitetura moderna angolana, a abordagem que aqui interessa aflorar, na prática, é a da necessidade de *Ressignificação* e *Reuso* pelo entendimento das consequências formais da prática Kaluanda na contemporaneidade, mas também da neutralização das percepções negativas ligadas aos desenvolvimentos informais gerados pela falta de concretização do MMA angolano.

Tal como o projeto RMB, que ajuda a dar um primeiro passo para abordar o MMA interessa, pois, perceber os possíveis benefícios da análise ao contexto Kaluanda, angolano e africano desta matéria académica e de investigação. A arquitetura moderna angolana, em particular a Kaluanda, apresenta-se como um desafio para os investigadores e técnicos especializados que queiram desenvolver novas abordagens, com suporte científico, sobre a degradação dos seus materiais, sobre a falta de uma cultura de manutenção, sobre a não valorização da prática ou ainda sobre a falta total de reconhecimento de edifícios e sítios modernos. Este edificado, relativamente jovem, muitas vezes não é percebido como património valioso, mas sim como edifícios obsoletos e desatualizados, regra geral, por causa das suas más condições físicas apresentadas. Este património edificado desvalorizado ecoa a ideologia moderna de funcionalidade, produção em massa, acessibilidade, bem como a intenção de ser projetado para resolver questões de socialização humana, higiénicas e de saúde. Infelizmente, ainda assim, muitos desses edifícios perderam a sua utilidade, relevância e/ou qualidades originais e, além disso, carecem de padrões técnicos atualizados. Antes inovadoras e perfeitamente adequadas, hoje as tipologias habitacionais e outras instalações comunitárias modernas, não atendem às nossas necessidades contemporâneas.

Na prática a produção de “**Cadernos de Encargos**” para estas questões do MMA que aqui se propõe (em Tese) sobre o lugar, edifício e espaço público, por um lado, assegura a análise da arquitetura moderna angolana como matéria de ensino tal como no RMB, e poderá, nesse contexto, ajudar a encontrar pistas para a redefinição do habitat angolano através das relações interior/exterior e plantas abertas, apoiadas em objetivos de *design territorial* inovadores.

Por outro lado, propõe ainda encontrar pontos fortes e fracos da tectónica moderna bem como métodos de construção alternativos que poderá, de forma concreta, proporcionar normas e padrões contemporâneos mais bem adequadas ao espaço angolano, no campo do isolamento térmico e acústico, ventilação natural, medidas de segurança contra incêndio, acessibilidade, sustentabilidade, entre outros.

Tal pode ser alcançado dando espaço ou permitindo que se demonstrem as qualidades arquitetónicas e urbanas modernas e a sua relevância com a apresentação de hipóteses ou estratégias de salvaguarda desse património, começando com coisas simples - como demonstrar parâmetros “evidentes” (identificação dos seus autores, data de projeto e construção; status das salvaguardadas e outras proteções patrimoniais; coordenadas geográficas dos locais; elementos como eficiência energética e conforto ambiental; questões sobre a manutenção da qualidade do material e da tecnologia empregue (questões técnicas relevantes da construção/edificação) bem como os diferentes aspetos de socialização vinculados ao tipo de implantação dos modelos ou dos edifícios (soltos sobre pilotis em espaço verde) da cidade tradicional à cidade dos bairros modernos - até atingir outras situações de solução mais elaboradas.

Existem hoje várias possibilidades de intervenção que exploram com tecnologia contemporânea de edificação o conceito moderno (então) desenvolvido, quer nos espaços públicos urbanos quer no edificado que o compõe. Possibilidades estas que podem ajudar a conferir uma nova vida aos hiatos, cada vez mais desusados e degradados, que as reprecensíveis interpretações das mais recentes realizações urbanas, de Luanda, têm conseguido produzir. Nesse sentido, torna-se importante referir a importância do lugar e sua identidades. Pode afirmar-se que desde sempre o Lugar tem dado sentido ao assentamento da vida humana, o Lugar fornece o suporte para a nossa expressão (edificada) onde a própria noção de existência de um indivíduo implica a existência de um Lugar – associado à identidade do Lugar, ao seu carácter, ou seja, ao seu *Genius Loci*.

Com a presença humana, o lugar natural e o lugar construído devem estar em ligação recíproca, o ambiente urbano característico e particular a uma qualquer cidade histórica revela o seu próprio carácter, com o qual se identificam os seus habitantes. Qualquer paisagem também possui o seu carácter, de tipo particularmente original, o que é relevante na afirmação do carácter de qualquer Lugar.

É senso comum que o *Genius Loci* tornou-se numa expressão da realidade recebida pela teoria da arquitetura para definir uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre lugar e identidade. Diz respeito, portanto, à expressão conjunta das características naturais e construídas do “caráter” do Lugar – luz, morfologia, materiais, socioculturais, de linguagem, de hábitos que caracterizam um lugar, um ambiente, características arquitetónicas de uma cidade. Cada lugar tem a sua realidade e o seu próprio Genius, que se manifesta tanto na caracterização do local como na sua configuração espacial, mas também na articulação entre eles. Essa representação interpretativa de realidades que constituem, assim, os caminhos da investigação que aqui se desenvolve num espaço geográfico acessível, num período temporal delimitado, de alguma forma, pode provocar certo desconforto ao ser considerada exclusiva – como se não existissem outras hipóteses de estudo ou como se fosse somente possível fazer esta abordagem de carácter científico à volta desta hipótese de investigação numa área disciplinar, neste caso, arquitetura e urbanismo.

Analisar e classificar arquiteturas concretas a partir do ponto de vista da tradição poderá mostrar perspetivas incompatíveis com o ponto de vista do pensamento de vanguarda. No sentido mais prático da escolha, é interessante interpretar as palavras de Álvaro Siza Vieira (in entrevista em 12.09.2019 para a Exposição “El futuro ya ha comenzado” para a XIII Bienal de Havana 2019) ao abordar o tema da modernidade e a sua relação com a nova geração de professores da Escola do Porto, mas também com os protagonistas da luta latente pela modernidade perante as dificuldades que havia em concretizar uma proposta (moderna) que não tivesse ou demonstrasse qualquer sinal de nacionalismo ou regionalismo.

Segundo Álvaro Siza Vieira (In “El futuro ya ha comenzado” para a XIII Bienal de Havana em 2019):

“Távora era Le Corbusier! (...) Por volta de 1949 leva para a Escola o Brazil Builds que faz mudar até o modo da representação gráfica da arquitetura. Era uma arquitetura mais virada para a crença no desenvolvimento do terciário no centro da cidade e pouco preocupada com as questões da defesa do património (discurso europeu, de um modo geral). (...) Eram crenças muito fortes, portanto, que tiveram que encontrar na experiência prática a prova para convencer e promover as modificações, até então impossíveis de admitir apenas em abstrato.”

Porém, numa circunscrição espacial como a de Luanda apenas se adquire objetividade quando nela se introduz uma problemática ou se revelarem as suas continuidades, descontinuidades, ramificações e até impasses. Torna-se muito mais interessante, portanto, uma investigação com base em problemas, ou seja, procurar uma forma de poder aceder a outras formas de pesquisa num determinado campo de investigação – o domínio da matéria. A elaboração de *Estratégias* para qualquer projeto de investigação como ponto de partida deverá procurar delimitar a reflexão, de forma coerente, numa abordagem sobre determinada realidade (o Lugar) que suscite um problema, que através de exemplos possa aproximar-se de outras comparáveis, cujas diferenças ou semelhanças possam permitir desenhar analogias, tendências ou até mesmo conexões para daí propor futuro. Investigar em arquitetura que em nada difere da que se faz noutros campos de pesquisa também significa fazer escolhas. Sem elas a construção de um pensamento, a partir de um ponto de vista pessoal ou coletivo, nunca terá como consequência hipóteses potencialmente convertíveis em Tese.

Em que medida pode um modelo ser capaz de promover a *Ressignificação* urbana do eixo Mutamba - Marçal? Qual o significado e o sentido de Lugar (referência imagética, simbolismo no imaginário popular) na interpretação do eixo Mutamba - Marçal?

Procura-se, portanto, contribuir com uma forma estratégica de valorização da modernidade angolana em arquitetura e conseqüentemente, propor estratégias projetuais de desenvolvimento urbano com suporte no arquétipo moderno, ainda que de forma preliminar, significa responder ao desafio que o novo espaço público de Luanda nos apresenta diariamente. É compreender, também, que o eixo moderno Mutamba – Marçal representa a crise que o espaço urbano de qualidade atravessa na contemporaneidade, fruto dos vários problemas socioeconómicos de Luanda.

Significa, acima de tudo, demonstrar e credibilizar a função social do arquiteto (arquitetura como ferramenta prática de desenvolvimento da sociedade), ou seja, numa perspetiva de sustentabilidade, dar nova vida às estruturas modernas existentes procurando apresentar soluções com menos gastos de energia e, conseqüentemente, menos poluição.

Assim, sem querermos apenas discorrer sobre generalidades, e para que a informação seja analisada com sentido útil de aplicação prática nesta caracterização (eixo urbano Mutamba - Marçal), bem como para a situação urbana contemporânea Kaluanda, serão apresentadas hipóteses de trabalho para os *Focos de análise* do eixo moderno Mutamba - Marçal.

Como sequência lógica e natural das abordagens feitas, a circunscrição espacial concreta que se observa no percurso, que a partir do Largo da Mutamba – a Baixa, o centro histórico da cidade – segue até ao Bairro Marçal – Mu Seke na periferia histórica da cidade – expõe as características particulares da cidade, da sua história, mas também propõe um método para futuros desenvolvimentos. Nesta lógica de análise, as Estratégias Preliminares que agora se apresentam devem ser entendidas como um resumo prático dos principais pressupostos teóricos até agora desenvolvidos. Onde se procura discriminar as características gerais pretendidas de cada espaço a projetar, bem como as suas inter-relações ou o seu modo de funcionamento.

Estas possíveis soluções estratégicas apresentam-se como procura de abertura de debate para futuros desenvolvimentos com base nas necessidades reais que serão identificadas, com mais profundidade, nos futuros levantamentos localmente (abertura para variações de proposta).

Ainda assim, estas propostas levam em consideração os aspetos de Conforto Ambiental (insolação, ventilação e iluminação), Tecnológicos (sistemas construtivos, resistência e durabilidade dos materiais) e, principalmente, de Sustentabilidade. Neste caso o tema Sustentabilidade analisa a relação mais adequada entre custo, benefício, durabilidade e padrão desejado, com um maior alcance, como um todo – Sustentabilidade Cultural, Económica, Social e de Recursos (a cultura da sustentabilidade social como instrumento de humanização das cidades) (Jorge, 2015).

É a partir da Mutamba¹ (Mu Tamba), usando o conceito tático que procuraremos explorar esta particularidade tropical para de alguma forma unir os seus frutos, aqui assumidos como os vários momentos urbanos de características modernas, que se foram desenvolvendo ao longo do prolongamento até ao bairro Marçal.

¹ Mutamba (kimbundo) pode significar lugar baixo. O grande quarteirão urbano vazio na parte baixa da estrutura da cidade determina o limite da cidade histórica e o início das novas zonas de expansão, à cota alta. O nome pode também ser vinculado à logística alimentar, um espaço físico onde se conservam os alimentos, fora do alcance das pragas, insetos e afins, relacionado com a atividade económica da parte baixa da cidade.

O objetivo, mais do que transformar o espaço em simples “Friday Fun Spaces”, pretende trazer a cidade moderna da Carta de Atenas² para a contemporaneidade do espaço público urbano Kaluanda, usando o seu suporte técnico e metodológico de abordagem, conferindo-lhe as novas funções sociais emitidas a partir de um contexto com valores democráticos.

Teóricamente no caso específico de abordagem seria altura de se promover a discussão sobre aquilo que poderia ser projetado no espaço público urbano. Seriam, assim, analisados os constrangimentos legais ou os Planos em vigor, principalmente, o Plano Diretor Municipal. Seria também nesta fase que se discutiriam os prazos de execução do projeto, constituição da equipa técnica de projeto e demais condicionalismos do mesmo. Contudo, na falta de informação da definição real e concreta sobre o estado da aplicação prática e de desenvolvimento do PDM de Luanda (de 2015), teremos que entrar para o campo das hipóteses como alternativa de trabalho.

Assim, em paralelo, propomos uma abordagem sistematizada que começa por Identificar a melhor área de abordagem (espaço físico que de alguma forma consiga englobar as diferentes épocas de desenvolvimento da cidade). É também identificada e proposta a estratégia para o seu desenvolvimento urbano (interpretar os planos, modelos e edifícios dentro da estratégia de ocupação/implantação urbana) e, posteriormente, abordar a nova interpretação dada (reuso da arquitetura e urbanismo) dentro da perspetiva do edificado que se tornou obsoleto ou dos que ainda assim conseguiram manter-se funcionais, ou seja, uma perspetiva dentro do que pode significar o aprender com o que foi ou não transformado, bem como as novas arquiteturas que daí surgiram.

Com esta abordagem talvez se consiga chegar a um Planeamento Urbano (Plano Estratégico em paralelo ao PDM de Luanda, em falta) com soluções táticas derivadas da estrutura típica Kaluanda – Baixa/Mu Seke e suas Unidades de Vizinhança – estrutura espacial e social (tradições culturais e as ideologias políticas) sem deixar de refletir sobre a influência e o efeito do uso (posterior apropriação do espaço/edificado), mas também com a incorporação de noções como a intertextualidade e transtextualidade, ou ainda com o dialogismo entre os estilos de representação nacional e internacional de arquitetura e urbanismo.

2_ Com a “Carta de Atenas, em 1933, resultado do IV C.I.A.M. (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), a cidade passa a ter quatro funções básicas: trabalhar, habitar, circular e cultivar o corpo e o espírito: Chandigarh e Brasília são o paradigma dessa era, projetadas de raiz com uma “malha urbana ortogonal”, zoneamentos pré-definidos... cidades sem “passado” viradas para o “futuro”.

A atuação pontual (no espaço público de realidades sociais bem diferentes, entre o formal e o informal) na Luanda do século XXI permite que projetos sejam testados e adaptados em tempo real, expondo rapidamente o que funciona e o que pode não funcionar. Sugerem-se vários exemplos concretos de diferentes latitudes:

Exemplos para o ***Plano Prático Direto Formal***:

Desde 2013, a partir de São Paulo, o **AU - Acupuntura Urbana** atua através de um *Mapeamento Afetivo*, *Coleta de Sonhos* e *Captação de Recursos* para a transformação efetiva, em pouco tempo, do espaço público. Os agentes transformadores (do grupo do projeto) convidam as pessoas a realizar os seus sonhos urbanos, ou seja, ao empoderamento urbano, procuram com a sua atuação humanizar as cidades e tornar as pessoas donas dos seus espaços habitados. Grande parte dos projetos desenvolvidos são viabilizados através de parcerias com empresas que queiram colocar os seus propósitos em prática a partir de ações de mobilização comunitária para gerar um impacto positivo. O *Forma e Transforma* é a motivação condutora do AU, pois une educação, transformação e mão-na-massa em atividades focadas na resolução de desafios reais de uma comunidade. Os temas tratados são específicos de cada contexto, podendo variar principalmente entre questões ambientais e sociais. O Acuponto é o produto mais antigo do AU. Depois de uma série de encontros e oficinas, a comunidade é convidada a cocriar um projeto de transformação para um espaço público ou para um local representativo do seu território. Ao longo do processo, os participantes têm a oportunidade de projetar juntos a intervenção a ser feita em formato de mutirão. A premissa desse trabalho é que toda comunidade já reúna o potencial que precise para fazer acontecer a sua transformação. A mobilização e o resultado da ação envolvem pessoas de todas as idades e de diferentes tribos na concretização de um sonho coletivo. No final de cada atividade, a comunidade vê a sua rede fortalecida e o legado que construiu com as próprias mãos, sentindo-se assim mais estimulada a realizar novos desafios. O *Mapeamento Afetivo* cria uma cartografia do valor intangível do território a partir das histórias de quem vive ou trabalha nele. Os elementos reunidos no mapa são um convite para que se aprofundem as conexões entre vizinhos e pessoas que circulam por esse território, além de ajudar empresas a mapearem alguma região específica ou a partilharem a sua atuação contextualizada.

O **Tactical Master Plan – Isthmus Architecture** é um estúdio neozelandês de design integrado que ultrapassa as fronteiras tradicionais entre as disciplinas de arquitetura, paisagem e design urbano. Segundo os seus autores, são guiados por um conjunto claro de princípios e ideias, baseando-se no aprofundamento das relações entre a terra, o povo e a cultura. O grupo tem desenvolvido diferentes experiências para a capital Wellington, ou seja, um Plano Tático de atuação, que visa fornecer uma estrutura para mudanças inovadoras, que pode ser útil na estratégia para re-habitar a cidade, mantendo-a sempre atual. Esta iniciativa de trabalho, que conta com o apoio de muitos grupos diferentes, defende uma Wellington mais amigável às pessoas com uma abordagem sistemática do urbanismo tático como catalisador para a mudança. Neste sentido, a abordagem é voltar a habitar a cidade com intervenções temporárias e de baixo custo.

O Projeto PPS – **Project for Public Spaces** – uma organização sem fins lucrativos, que se dedica à criação e manutenção de espaços públicos sustentáveis para que (de forma participativa) se construam comunidades/sociedades urbanas mais fortes como exemplo de processo inclusivo, desenvolve 10 motivos de abordagem para estar e usar melhor a cidade. A falta, tanto de uma mescla de usos quanto da apropriação dos espaços pelas pessoas, acaba por transformar áreas urbanas públicas em pontos apenas de passagem, onde as pessoas não querem estar pelo simples fato de que não há nada que as faça permanecer ou conferir-lhes diferentes usos. De acordo com o Projeto PPS, as pessoas estarão e usarão mais a rua se se sentirem seguras nelas. Por sua vez, a rua tornar-se-á um ambiente mais seguro quanto mais pessoas estiverem nelas.

Neste sentido, a Diversidade de Usos é uma forma de investir na segurança dos espaços públicos urbanos – mais pessoas nas ruas garantirão maior constrangimento à criminalidade. Esta diversidade deverá ser capaz de atingir todos os turnos das funções urbanas: As Fachadas Ativas ajudam a promover uma maior e melhor comunicação entre o nível térreo dos edifícios e a rua em frente, por razões semelhantes à anterior, contribuem não só para a segurança, mas também para a atratividade do desenho urbano. Para Jane Jacobs (2017), a relação entre ruas e passeios é o principal indicador de como o espaço público é percebido e vivido pelas pessoas. Ruas, praças, parques, passeios e ciclovias amplos e acessíveis e um mobiliário urbano que estimula a interação entre as pessoas e o ambiente são elementos que geram uma apropriação positiva do espaço e aumentam a vitalidade urbana.

É necessário, também, considerar diferentes centralidades e disponibilizar boas áreas públicas igualmente nas áreas mais periféricas, garantindo o acesso à população que não vive no centro urbano.

Sobre a Escala Humana, Jan Gehl (2014) referencia que as pessoas tendem sempre a caminhar mais rápido ao passar em frente a fachadas vazias ou inativas – em contraste com o passo mais lento e tranquilo enquanto caminham em ambientes mais vivos e ativos. Para Gehl, o planeamento urbano deve priorizar pedestres, ciclistas e a ocupação de espaços públicos. Acredita ainda que o planeamento urbano feito nos últimos 50 anos não favorece a locomoção das pessoas que as habitam, já que passamos a maior parte do tempo sentados, seja no trabalho, no transporte público ou em carros próprios. Inclusive, o crescimento do uso de automóveis também é criticado por Jan Gehl, que defende medidas ousadas como o aumento do combustível para a diminuição do uso dos veículos.

Os estudos de Gehl (2014) contribuíram diretamente, por exemplo, para que Copenhaga, 50 anos depois, seja considerada uma das cidades mais amigáveis para as pessoas. De forma semelhante ao que acontece com as Fachadas Ativas, construções à escala humana têm um efeito positivo na apropriação dos espaços pelas pessoas por uma simples razão: elas percebem que foram consideradas no processo de planeamento do espaço. Uma Iluminação e Ventilação eficiente voltada para as pessoas facilita a ocupação dos espaços públicos também durante a noite, aumentando a segurança.

Os espaços públicos de qualidade não só beneficiam as pessoas, ao oferecer áreas de lazer e convivência, como têm potencial de Fomentar a Economia da área onde estão inseridos. Isso porque as boas condições de circulação das pessoas a pé ou de bicicleta facilitam também o acesso ao comércio local. Esse ciclo mantém vivos os espaços urbanos e fortalece a economia da região. Os ambientes públicos devem ser planeados para os pequenos negócios que caracterizam o bairro. Grandes empreendimentos (como supermercados, megalojas ou grandes empresas) podem contribuir para a economia de forma geral, mas têm pouca participação na escala do bairro.

Os pequenos comércios e empreendimentos têm efeitos significativos a longo prazo, além de conferirem a personalidade e a Identidade do Local. Ainda, ao planejar um espaço público, é preciso levar em conta as dinâmicas sociais e especificidades culturais da área, a fim de gerar a identificação das pessoas com

aquele espaço. Sempre que possível, as áreas públicas devem ser pensadas seguindo os princípios das Ruas Completas e Espaços Partilhados. O conceito define ruas planeadas para garantir a circulação segura de todos os usuários – pedestres, ciclistas, motoristas e usuários de transporte coletivo. Calçadas em boas condições, infraestrutura para bicicletas, mobiliário urbano e sinalização para todos os usuários estão entre os elementos que podem compor uma rua completa.

À medida que as cidades se tornam mais densas, o acesso a espaços públicos verdes será ainda mais importante, uma vez que a arborização urbana pode amenizar os níveis de stress das pessoas e reforçar a sensação de bem-estar nas cidades. Além de contribuir para a qualidade do ar e ajudar a amenizar as temperaturas no verão, a vegetação tem o poder de humanizar as cidades, atraindo as pessoas para atividades ao ar livre. As árvores, plantas e canteiros são estratégicos para a drenagem urbana e a manutenção da biodiversidade. Envolver a população na concepção, planeamento e administração dos espaços públicos da cidade ou dos bairros onde moram é essencial para manter a qualidade desses espaços.

Os espaços públicos têm usos e significados diferentes em cada bairro e comunidade – perceber as intenções das pessoas permite que se executem ações melhor dirigidas e facilitem a apropriação dos elementos presentes nesses espaços para um melhor uso. Se um espaço não refletir as demandas e desejos da população local, não será utilizado nem mantido. A Participação Social é um elemento central para a construção de áreas públicas mais seguras, equitativas e com uma identidade integrada ao bairro.

O modo como vivemos nas cidades reconfigura-se a cada dia, mediante as transformações da sociedade e o surgimento de novas políticas, tecnologias e opções alternativas de transporte. A urbanização, o adensamento e as altas taxas de motorização lançam desafios de planeamento e instigam as cidades a pensarem em novos modelos de desenvolvimento. Não obstante essas transformações constantes, a importância dos espaços públicos para a qualidade de vida mantém-se intacta. Continuam a ser espaços de trocas, encontros e convivência, espaços vitais para o bem-estar no ambiente urbano.

É na rua que a vida urbana contemporânea de Luanda deve acontecer. Uma contemporaneidade que deve ser marcada pelo surgimento de novos lugares voltados para o espetáculo e entretenimento. As ruas, as calçadas, as praças e toda a plenitude dos espaços públicos tradicionais da história urbana da cidade devem ser ressignificados, ou seja, ganhar novas conotações simbólicas e valores.

O caos urbano, as velocidades dos automóveis e a vida agitada de Luanda (sintomas que já se estendem para cidades menores), aliados à falta de segurança das ruas, criaram um novo ambiente urbano muito pouco favorável à vida comunitária nos lugares públicos. Com o surgimento de lugares que se voltam para si mesmos e cada vez menos para a cidade, surgem também espaços que, de alguma forma, artificializam os lugares públicos. Dá-se mais ênfase ao trato dos ambientes internos em detrimento do público urbano construído. A insegurança nas ruas só faz piorar a feiura que a nossa cidade sucessivamente vem apresentando. A exclusão das ruas (antigos lugares do andar – do flâneur de Baudelaire) em troca da velocidade dos automóveis fez com que as pessoas privilegiassem os encontros nos interiores, mais tranquilos e confortáveis. Assim, shoppings e afins representam hoje os exclusivos novos espaços do convívio público, espaços ligados intrinsecamente à lógica do consumo, seja ele de produção cultural ou industrial, lógica que infelizmente ainda reverbera na Luanda do século XXI. No procedimento prático, a esta nova intervenção sobre a salvaguarda do património moderno edificado, são adotados os termos ou designações de recuperação, reabilitação, revitalização, reconversão ou até mesmo reciclagem para a adequação de edifícios a um novo uso, reaproveitando-os, protegendo-os, dando-lhes novo vigor e viabilizando-os para novas utilizações. As fases das intervenções de construção no aspeto de reutilização adaptativa (quanto ao vínculo de intervenção) estão diretamente relacionadas com a quantidade de alterações sobre o objeto original edificado. Todos estes conceitos e termos devem ser vistos como complementares na sua abrangência e ação e usados de maneira clara e específica, de maneira a evitar confusões conceituais, atuais e posteriores.

No que diz respeito à preservação dos bens culturais, permanece intocável o critério de intervenção nos edifícios com técnicas contemporâneas, diferenciando a nova intervenção da construção original, embora mantendo uma unidade legível, a garantia de uma função adequada, compatível com o imóvel e com os seus usuários, e que irá assegurar a sua sobrevivência ao longo do tempo, bem como o seu diálogo com o ambiente envolvente.

Para que se realize com a qualidade e pertinência desejada, é preciso que se reforce a necessidade de uma formação técnica e humanística para se lidar com o tema, de modo a ser explorado sempre em concordância com critérios técnicos definidos, sem deixar de lado as considerações de ordem social, cultural e económica.

Durante a Bienal de Veneza de 1980, a exposição “**A presença no passado**” organizada por Paolo Portoghesi, aborda a transformação do espaço urbano através da compreensão de arquitetos e teóricos de arquitetura e do urbanismo. De acordo com Charles Jenks (1988), a “rua” composta por fachadas criadas por diversos autores sintetizava, de forma bem humorada, o carácter das propostas e a relação do uso de elementos históricos e a planaridade da cenografia como meio de comunicação, quer do projeto, quer da própria crítica exaltada pelo projeto moderno.

Pela grande característica de comércio que apresenta o eixo Mutamba - Marçal parece-nos útil encontrar pressupostos válidos de comparação internacional, a partir da interpretação do significado (salvaguardando as devidas diferenças) de **Learning from Las Vegas** desenvolvido por Robert Venturi em 1972, uma vez que o seu percurso e espaço público que o conforma – quer ao nível da abordagem da sua estrutura, função ou carácter semântico e social (diversos significados e dimensões que não existem isoladas) – apresentam uma função urbana eminentemente comercial.

É uma obra que descreve o grande “**Corredor Comercial**” que atravessa Las Vegas, definindo um novo arquétipo e assim fazendo dele um exemplo importante na reflexão deste tipo de fenómenos que surgem na cidade atual. Venturi, Izenour e Brown apresentam estudos pioneiros de fenómenos urbanos paradigmáticos de uma sociedade de consumo no pós-moderno, dominada e dependente do automóvel. A Strip e os seus néons são a essência de Las Vegas, 6,5 Km de pisos de jogo, grandes complexos hoteleiros, uma grande variedade de lojas, restaurantes (dos mais comuns aos de luxo e superluxo) e outros espaços de entretenimento urbano. É considerado por muitos autores uma obra fundamental para perceber o pós-modernismo (In Cronologia do Pensamento Urbanístico tradução livre de Leandro Cruz, 2013 www.cronologiadourbanismoufba.br):

Sobre a Strip, Robert Venturi e Denise Scott Brown, 2003 [1995-96], argumentam: “Foi fascinante para nós revisitar Las Vegas um quarto de século depois de nossas viagens originais para pesquisar a Strip. A comparação da Las Vegas de 1994, com a cidade que quinze estudantes de Yale, Steve Izenour e nós encontramos em 1968 e documentamos em Aprendendo com Las Vegas em 1972 demonstra uma evolução vigorosa e significativa, urbana e arquitetónica – talvez comparável a um retorno a Florença um século depois do Quatrocentos? Embora seja difícil que os arquitetos acreditem, esses estudos emanaram também do movimento de planeamento social dos anos 60 e das advertências aos arquitetos feitas por Gans, Jane Jacobs e outros, para que fossem mais abertos aos valores diferentes dos seus próprios e menos apressados em aplicar normas pessoais a problemas sociais – fazer parte, como costumávamos dizer, da solução, e não do problema. As pessoas manifestavam o seu desacordo indo a Las Vegas; os arquitetos, sugeriam os planejadores sociais, deveriam suspender o desdém pelo ambiente visual da cidade até, pelo menos, entender porque as pessoas gostavam daquilo. Nosso estudo fazia parte de uma tentativa mais ampla de descobrir modos de colocar os nossos talentos arquitetónicos ao serviço dos nossos ideais sociais. A Strip assistiu a uma redução considerável em quantidade e tamanho dos seus efeitos luminosos e uma evolução paralela da signografia para a cenografia, ou do galpão decorado para pato.”.

Sobre a Strip, Kenneth Frampton, (1997 [1980], argumenta: “Com a publicação de Learning from Las Vegas em 1972, a avaliação sensível e equilibrada feita por Venturi das realidades práticas no confronto com a prática cotidiana – a necessidade de estabelecer a ordem contra a desordem e vice-versa – modificou-se, passando da aceitação da espelunca à sua glorificação; de uma modesta avaliação da Rua Principal como ‘quase correta’ a uma leitura do quadro para afixar anúncios como a utopia transfigurada do Iluminismo, ocupando o seu lugar como uma transposição de ficção científica no meio do deserto! Essa retórica, que nos levaria a ver os estacionamentos A & P como os tapets verts de Versalhes, ou o Caesar’s Palace de Las Vegas como o equivalente moderno da Villa de Adriano, é ideologia na sua forma mais pura. A postura ambivalente do modo como Venturi e Scott Brown exploram essa ideologia como uma maneira de nos fazer tolerar o kitsch implacável de Las Vegas, como uma máscara exemplar para ocultar a brutalidade do nosso próprio meio ambiente, testemunha a intenção estetizante da sua tese. E, enquanto o seu distanciamento crítico lhes permite o luxo de descrever o casino típico como uma paisagem inexorável de sedução e controle – eles enfatizam os espelhos dupla face e a intemporalidade ilimitada, escura e desorientadora do seu interior -, eles têm o cuidado de dissociar-se dos seus valores. Isto não os impede, contudo, de apresen-

tá-lo como um modelo para a reestruturação da forma urbana [...]”.

Sobre a Strip, Rafael Moneo, 2008 [2004], argumenta: “O elogio que Venturi, Scott Brown e Izenour fazem de Las Vegas, da Strip, ou do ‘galpão decorado’, não é fruto somente da vontade de polemizar. Recusam-se a admitir que seja preciso continuar a projetar ‘patos mortos’ em prol de um heroísmo e de uma originalidade que só servem para inflar a vaidade dos arquitetos. Venturi, a partir de uma posição ética que o leva a identificar-se, como dissemos, com a ‘maioria silenciosa’, prefere o fio e o banal. Ali está a autêntica vida e, paradoxalmente, também a arquitetura.”.

*Sobre a Strip, Mary McLeod, (1996, pág. 1-37) argumenta: “Com a sua defesa da cultura consumista, Denise Scott Brown (um dos herdeiros ambivalentes dos Smithsons) e Robert Venturi rompem de maneira ainda mais decisiva com o dogma moderno. Nas suas publicações, exposições e atividades de ensino na década de 1970 (com destaque para *Aprendendo com Las Vegas* e para a exposição *Signs of Life* na Smithsonian Institution), eles fazem alusão a um mundo negligenciado tanto pela arquitetura moderna quanto pela paisagem heterotópica de Foucault: a rede de supermercados A & P, Levittown, casas móveis, restaurantes fast-food – o ambiente de pessoas comuns de classe média e baixa [...]. *Aprendendo com Las Vegas* apresenta, de facto, uma overdose de hotéis de lua-de-mel e casinos, mas, em contraste com os espaços heterotópicos de Foucault ou com os exemplos do estranhamente familiar de Anthony Vidler, esta paisagem não é privilegiada pela sua diferença ou estranheza, ela é entendida como parte do continuum da existência cotidiana. Assim como o Independent Group, Scott Brown e Venturi garantem ao mundo das mulheres, crianças e idosos - a cultura doméstica - um lugar na cultura estética. [...].”.*

*Sobre a Strip, Denise Scott Brown, Robert Venturi, Hans Ulrich Obrist e Rem Koolhaas, (2001, pág. 590-617) argumentam: “RK: Recentemente andamos comparando a Las Vegas de 1972 com a de agora, em 2000, como uma resposta aos métodos e à conclusão do seu livro. Quando se observa a grande mudança da cidade, entre estas duas datas – não apenas em termos de área, mas também em outras categorias como população, taxa de nascimento, casamentos, renda pessoal, leitos de hotéis etc. – o desenvolvimento é inacreditável: o arquétipo de irrealidade – a cidade-corno-miragem que vocês descreveram em *Aprendendo com Las Vegas* – tornou-se, através de pura massa, uma cidade real. Las Vegas parece ser uma das poucas cidades que se tornaram duas vezes paradigmáticas em trinta anos: de uma cidade no limiar de tornar-se virtual em 1972 para uma condição quase irrevogavelmente substancial em 2000.”.*

“DSB: Três vezes, se você começar com o deserto e considerar, digamos, quarenta anos. A maioria das cidades mudam os seus paradigmas - muitas cidades europeias começaram como acampamentos romanos, depois tornaram-se vilas medievais e, eventualmente, cidades modernas.”

“RV: Sim, mas isso é ao longo de séculos, e não no curso de décadas. [Mas] quando estávamos interessados em Las Vegas, há vinte e cinco anos, quando ela representava o esparrame iconográfico, o nosso interesse era claramente ousado. É difícil de acreditar nisso hoje em dia, porque Las Vegas tornou-se cenográfica, como a Disneylândia.”

“RK: Mas este interesse não continua ousado? Um dos paradoxos de Las Vegas é que, apesar dos seus trinta anos, ela ainda não é levada a sério.”

“HUO: Levar Las Vegas a sério ainda é um tabu?”

“DSB: Os críticos parecem levar a Las Vegas de hoje mais a sério do que eles faziam com a Las Vegas dos anos 1960.”

A abordagem sobre a Strip, em Las Vegas, apresentada por Cruz (2013) aparece aqui como plausível também para a leitura do eixo moderno Mutamba - Marçal, como estudo que sintetiza as manifestações encontradas no Lugar que, no caso de Las Vegas surgiram a partir de dois conceitos perfeitamente integrados no vocabulário do urbanismo e arquitetura contemporânea: a forma literal do que se quer representar (o Pato) e a arquitetura genérica sobre a qual os símbolos são aplicados (o Galpão decorado).

Estes novos métodos e posturas de experimentação, para a época, processos de registo e pesquisa (imagens e sínteses gráficas que relacionaram o impacto do tamanho e símbolos do edificado com a velocidade com que se percorre a Strip) mostram a potencial capacidade de se aprender com o que está no Lugar. *Aprendendo com Las Vegas* apresenta ainda outras possibilidades de se pensar a (in)formalidade de Luanda, ou seja, como esta produção de génese (auto)produzida pode redesenhar e dar significado ao espaço, tal como a Strip apresenta expressões diversas quanto ao formato e instâncias de arquitetura que podem trazer lições e reflexões para a academia. Importa salientar que, embora seja um discurso questionável, a abordagem à Strip apresenta-se como uma estratégia retórica, em alguns casos bem-sucedida, que força a um maior reconhecimento de aspetos, também arquitetónicos, marginalizados, ignorados ou desprezados. Para a realidade Kaluanda, com diferentes e particulares valores, padrões de consumo e de comportamento social talvez seja vantajoso e indispensável tra-

zer o significado real do MMA angolano para os debates públicos envolvendo as autoridades administrativas, profissionais e os académicos mas, principalmente, os seus utilizadores diários (os Kaluandas), encarando-os com preocupação, sobre o estado atual do ambiente construído; procurando identificar e registar com significado o que se edificou dentro do espírito do MMA (incluindo os seus critérios conceptuais, desenhos, arquivos e outros documentos) e fomentar o desenvolvimento de técnicas e métodos não apenas de conservação mas também de reusos atuais apropriados, confrontando assim as intenções de destruição ou mesmo de desfiguração das suas obras mais significativas, uma exploração e desenvolvimento que proporcione interesse e conhecimento pelo legado do MMA de uma forma mais abrangente:

Para Adriano Mixinge (ver Apêndice):

“Eu recordo-me que, com onze anos, ainda vivia na periferia, sempre que descesse à cidade, a andar a pé ou de transportes públicos, sentia-me a descobrir esses espaços, esses edifícios, com as construções das pessoas que aí habitavam, da mobilidade, dos carros... Porque ser angolano é sobretudo uma questão de espírito e uma questão do solo emocional e coletivo, da história coletiva que nos une e, portanto, acho que isso é interessante também e se reflete na maneira de os angolanos criarem, na maneira de os angolanos produzirem e se refazerem a si próprios como indivíduos. A nossa cidade, eu acho que nós estamos a perder o centro histórico e essa perda do centro histórico talvez no futuro nos arreponderemos como a pior tragédia daquilo que está a acontecer agora. (...) porque só haverá uma verdadeira arquitetura angolana, quando nós pudermos conjugar vários elementos da nossa história passada e projetá-las para o futuro.”

Para Allan Cain (ver Apêndice):

“(...) o PDGML é um projeto bem feito, está a incorporar uma visão, os princípios do crescimento... Um dos problemas atuais é que o desenvolvimento das novas zonas da cidade não está muito bem articulado com o antigo centro da cidade. Em termos técnicos, o plano tem os componentes certos, mas é muito ambicioso. Não sei se foi elaborado com base nos lucros do petróleo, mas parece-me que o governo não vai ter capacidade de os implementar...”

Para Filomeno Fialho (ver Apêndice):

“Eu recordo-me, quando garoto, nos anos 70, de sair de casa muitas vezes para apanhar o autocarro, porque a partir da Mutamba nós íamos para todos os lados de Luanda. Era uma referência bonita, histórica e era o ponto de encontro, por excelência, de Luanda. Seria muito bom que, com o andar dessa nossa carruagem, pudéssemos um dia retomar este tema Mutamba do ponto de vista da arquitetura, para lhe darmos o destaque que ela merece. É preciso que os nossos Planos Diretores sejam divulgados, sabemos que eles foram discutidos, amplamente discutidos, mas não há ainda divulgação que nos permita dizer que este é o Plano que está aprovado, isto é permitido, aquilo não é permitido.”

Para Rezende de Oliveira (ver Apêndice):

“Foi um desenvolvimento que eu entendo como, tecnicamente, muito bom; politicamente, naturalmente, que não correspondia àquilo que eram os nossos desígnios, mas era aquilo que correspondia ao então desígnio colonial. Mas em termos técnicos era um desenvolvimento realmente, com regras, com estudos e com gente envolvida com enorme capacidade, com arquitetos estudiosos e muito bem formados, que criaram aliás uma escola de arquitetura que era própria de Angola. Angola foi pioneira e desenvolveu projetos de muita qualidade e com bastante rigor, infelizmente não foram todos aproveitados, alguns foram destruídos. Mas efetivamente um Vasco Vieira da Costa, um Simões de Carvalho, um António Campino, um Carlos Moutinho, para citar só alguns, mas de facto esse conjunto de homens pensou Angola, pensou uma arquitetura angolana. (...) assistimos a um fenómeno, para mim triste, que foi o facto de deixar de haver método, deixar de haver disciplina urbanística, deixar de haver instituições e passamos a ser comandados por interesses financeiros, quase que exclusivamente, o que fez com que nascesse, de uma forma totalmente desordenada, aquilo que a gente vê: edifícios enormes, sem estacionamento, sem acessos, porque ninguém pensou nos arruamentos, pensou-se só nos edifícios, sem redes técnicas, sem infraestruturas (saneamento, água, energia), a rede viária desapareceu e passamos a sofrer, como sofreremos com o chamado ‘trânsito’, que é algo que nós provocámos, ou deixámos que acontecesse. Deixámos de ter regras e nasceu uma cidade extremamente descontrolada, que hoje estamos a ver que, com muita dificuldade, vamos poder resolver ou remediar...”

Para António Gameiro (ver Apêndice):

“Os Musseques... sim. Este é um grande problema e eu acho que ali nós temos de pensar seriamente naquilo que normalmente identificamos como “requalificação”, que passa por dois aspetos fundamentais. Um deles tem a ver com a própria recuperação de alguma intervenção que tenha sido feita, mas que é de qualidade. Mas há a necessidade de nós fazermos, digamos assim... de partir determinadas áreas – e algumas delas são vastas -, no sentido de [lhes] podermos dar condições de habitabilidade. (Durante o MMA) Houve uma grande intervenção neste período em que foram construídas as “Avenidas-Galerias” onde se destaca a Avenida dos Combatentes com os seus prédios a constituírem uma galeria, a Avenida Marginal onde os seus prédios têm sobretudo grandes galerias mas, do ponto de vista arquitetónico em si, são poucos esses exemplos. Na Baixa da cidade, conseguimos também encontrar edifícios sumptuosos que depois sofreram uma grande intervenção, mas que [se] descaracterizaram na sua plenitude, que é o caso do Ministério da Finanças. Digamos que temos alguns bons exemplos e que precisamos de continuar a cultivar, tanto do ponto de vista da formação que vamos dar às novas gerações, como enaltecendo aquilo que temos como património nesse campo.”

Para Ângela Mingas (ver Apêndice):

“(...) nós depois temos a liberdade que o betão armado traz ao mundo da arquitetura, da construção que é a arquitetura modernista. Eu acho que nós podemos colocar aí toda a obra de Vasco Vieira da Costa como uma afirmação de uma arquitetura feita não para mostrar aquilo que é o poder português, mas para mostrar aquilo que é a importância de Angola. Eu acho que o modernismo tem este momento extraordinário que é a afirmação de um “branco de segunda”, de um angolano, de uma identidade nova que, como arquitetura, como manifesto, como ferramenta, mostra e quer mostrar claramente esta afirmação de diferença em relação ao império centralizador português. Parece-me que a constituição da cidade de Luanda passa por estes grandes marcos. A forma como ela é fundada com a sua vocação esclavagista, esta dialética da cidade alta/cidade baixa, o momento ordenador do iluminismo, onde se começa a trazer à tona o Homem e toda a sua relação pública com a cidade e com o outro, o momento do co-

lonialismo, da arquitetura colonial, a criação do musseque, o momento da cisão, da rutura, há uma cidade A e há uma cidade B e qualquer coisa ali no meio que nunca ninguém sabe muito bem como é que se mistura, e depois este momento de luta entre dois gigantes que é a arquitetura do Estado Novo, neoclássica e impositiva, e a arquitetura literalmente libertadora, que é a arquitetura do modernismo, onde até o próprio princípio construtivo é libertador per si. Eu vejo Luanda assim.”

Para Isabel Martins (ver Apêndice):

“O que me magoa mais, no fundo, é que ninguém questiona e não se sabe se essas intervenções têm a autorização da entidade de que devem ter – o Governo Provincial ou do Ministério da Cultura, que zela pelo património. Uns acham que destruindo o património estamos a contribuir para as gerações vindouras dos angolanos que não sabem o que foi o tempo colonial. O tempo colonial é a nossa história. Nós vivemos todos no tempo colonial. Continuamos a utilizar estruturas do tempo colonial. Continuamos a viver em habitações do tempo colonial. A nossa situação de angolanos tem de ter esse conceito muito claro do que é “ser angolano”. E “ser angolano” é olhar para tudo isso com dignidade, foi um processo... Hoje somos independentes, temos a nossa dignidade a defender e, portanto, eu acho que essa fase não se pode apagar.”

Para Dionísio Rocha (ver Apêndice):

“De repente, há a Revolução, há o 25 de Abril, há aqui os ditos “políticos de passagem”.... Não me estou a referir aos políticos que vinham mesmo do interior do país, que vinham do Maquis, não.... Assim de repente muitos já eram políticos, não é?... Então esses passaram a fazer espetáculos só do tipo trova, tipo “mensagens”. Ficou na moda cantar contra o colono é que estava bem! Atacar é que estava bem! Chamar nomes é que estava bem! Então toda a vida lúdica que nós tínhamos nas festas desapareceu; então começámos a cantar com o punho fechado e a levantar o braço no ar. Ora isto tudo, este espírito, envolveu os comerciantes que faziam os Centros Recreativos, que faziam os Salões. Essa movimentação toda deixou de existir, os conjuntos deixaram de aparecer, muitos deles pararam radicalmente. Essa época resulta em que, depois da independência, se começa a fazer só espetáculos de revolução, só com palavras de ordem. Havia artistas que ouviam um discurso do Presidente Neto, pegavam no discurso

e cantavam. Quase que não tem, não tinha nem poesia, nem rimas, era só agradável de se ouvir porque, estava a repetir a mensagem que o Neto tinha passado. Não tinha harmonia. O próprio Neto gravou um disco com a sua poesia, [e] ninguém pegou na poesia dele para fazer... [música], salvo raras exceções(...). Esse hábito e costume é que foi trazido para aqui. Nós andamos aflitos a correr com as zungueiras, mas uma boa parte das zungueiras trouxe esse hábito lá de cima do Congo. E não só lá em cima; encontrei também aqui na Zâmbia, hábitos e costumes semelhantes aos do Congo, encontrei na Etiópia a venderem comida na porta. São hábitos e costumes. Não, eu não me posso rever nos hábitos e costumes que se criaram na nossa cidade.”.

Para Jacques dos Santos (ver Apêndice):

“A apropriação da cidade do asfalto, isso foi uma época trágica, digamos assim, mas que tem que ser compreendida perfeitamente. Luanda era uma cidade bonita, linda, onde cresci, era o orgulho dos portugueses, porque de facto tinha um ritmo de crescimento enorme e estava apoiada e amparada por estudos de crescimento e desenvolvimento, bem feitos, viu-se de um momento para o outro de forma, posso chamar, abrupta, de repente, os portugueses bazam nas condições que nós sabemos e os angolanos começam a ocupar efetivamente as casas que estavam abandonadas. Ora, aconteceu aquilo que temos que entender como natural, pessoas que nunca tiveram uma vivência de habitação, nunca viveram em casas em condições como aquelas que eles foram receber, começaram a utilizá-las mal, efetivamente, e em pouco tempo assistiu-se à degradação de todo o património imobiliário, ou quase todo, da cidade. O que foi muito triste e deveras preocupante.”.

Para Jorge António (ver Apêndice):

“(...) uma das obras que menos gosto na cidade é o edifício da Fazenda (hoje Ministério das Finanças) na Mutamba. Foi um edifício planeado para um clima tropical, por isso é que tinha aquelas aberturas para a circulação de vento e eu acho de muito mau gosto, pessoalmente nunca tive de dizer isso as pessoas que trabalharam nesse projeto, que até são pessoas que eu conheço, mas não faz sentido estarem a fechar um edifício que foi preparado de um ponto de vista não só estético, mas também funcional, fechar com vidros e colocarem ar condicionado. Especialmente numa época

em que um dos problemas mundiais, uma discussão a nível mundial é exatamente os recursos energéticos do planeta terra, onde se fala do aproveitamento da luz solar, dos ventos, das marés etc., em Luanda, fazerem isso no edifício da Mutamba e, conseqüentemente nos novos arranha-céus que estão a construir na cidade é a mesma coisa. São edifícios fechados em que o terraço é um amontoado de ar condicionados e aparelhos e isto é aquilo. Para um clima tropical, acho que isso não faz sentido. (...) mas eu acho que fazia mais sentido as pessoas das diferentes áreas de responsabilidades sentarem-se e pensarem que cidade é que nós queremos!”

Exemplos para o **Plano Prático Indireto Informal**:

Durante a Semana Aberta UIA – Rio 2021 – 27º Congresso Mundial de Arquitetura, a 24 de março de 2021, dois ilustres arquitetos Jorge Mário Jáuregui e Alejandro Echeverri, com a moderação da editora da revista Projeto, Evelise Grunow, abordaram o tema **Arquitetura na Favela**. Durante a conversa, Jáuregui desenvolveu sobre o termo, um verbo, um conceito, que tem usado bastante para abordar o seu trabalho enquanto arquiteto e urbanista: urdimbrizar, “**Fazer urdimbre (urdidura), conectar, permitir a continuidade do tecido urbano, ou seja, fazer cidade**”, que define em tom filosófico e quase poético.

A tarefa não é simples e exige saber ler a realidade e criar relação entre o que existe e o novo, o que se propõe. Uma das estratégias, segundo o mestre, é a reconfiguração das centralidades: “partindo das que já existem, potencializá-las e introduzir novas, que ressignificarão completamente os lugares”.

Para exemplificar, Jáuregui apresentou as famosas Rio da Pedras, Rocinha, Vidigal, Manguinhos e Complexo do Alemão, todas no Rio de Janeiro. Sobre essa última, que reúne mais de 80 mil habitantes, ele destaca um dos impactos da instalação do teleférico: “o tráfico de drogas perdeu o seu bunker, que ficava justamente no topo do morro, num lugar antes inacessível e, depois, mais visitado que o Cristo Redentor”.

Os projetos fizeram parte de programas de governo implementados ao longo dos últimos trinta anos. Mais recentemente, o arquiteto desenvolveu um projeto para Domingo Sávio, bairro em Santo Domingo, capital da República Dominicana: a reurbanização de uma área degradada – à margem do rio Ozama – onde cerca de 1,4 mil famílias moravam em condições insalubres, sob risco de inundação e contaminação. “A arquitetura diz respeito a isso: ajudar a construir histórias”, refletiu Echeverri após a apresentação do colega.

Echeverri mostrou um mapa com a linha amarela que separa (ainda hoje) a Comuna 13 – no passado, uma das maiores e mais violentas favelas do país – do bairro de San Javier. “Essas fronteiras, físicas e também imaginárias são desafios em diversas cidades latino-americanas. A questão é como diluí-las e, com processos sociais, cívicos, com políticas públicas, fazer uma integração”. Echeverri discorreu sobre pontos centrais em seus projetos: transporte, espaços públicos, educação – “elementos que conectam”.

Contou também que estuda o itinerário dos cidadãos e que o desenho urbano pode ser capaz de mudar comportamentos e, assim, desencadear múltiplos impactos. Destacou ainda a importância das alianças entre setor privado, setor público, comunidade e academia: “depois de 15, 20 anos, é possível perceber que os projetos que resistem são os que contaram com maior número de aliados, de atores, aqueles que se fizeram com as comunidades, com múltiplas vozes”.

Um exemplo está no novo Paseo Carabobo, eixo estruturante que conecta o Parque Explora – obra de Echeverri – com o Jardim Botânico, o Parque Norte, o Centro Cultural Moravia e o Parque de los Deseos, *“Hoje é palco de eventos, de interação social, do que se deseja para Medellín. É uma convergência que eleva a potencialidade”, na síntese de Jáuregui. Seguindo o raciocínio, o argentino defendeu que o urbanismo deve estar ligado à economia e, indo além, discorreu sobre a “Ágora do Século 21”, que reunirá trabalho, cultura, educação e convivência das diferenças – devidamente “articuladas”.*

Para Jáuregui, o arquiteto tem o papel de *“articulador de diferenças”*. Echeverri apontou, no entanto, os limites e desafios dos profissionais da área: *“estamos trabalhando em um momento de transição e é preciso abrir espaço para se construir uma profissão distinta; não vamos construir imagens finais, estáticas, e sim processos, que são dinâmicos*. Conjetura que a formação do arquiteto deve evoluir cada vez mais para processos colaborativos e flexíveis e. que as novas

tecnologias favorecem esse movimento. *“Mas resta ainda o desafio de gerar o diálogo intergeracional, que conecte o valor dos jovens com o dos profissionais de maior experiência”.*

Para a realidade Kaluanda, com diferentes e particulares valores, padrões de consumo e de comportamento social, para além da interpretação dos exemplos demonstrados, a cidade e a sua vivência urbana requerem também uma reflexão séria sobre o papel das áreas livres no subsistema urbano de áreas verdes e na estrutura urbana que, em última instância, devem servir para dar suporte a uma qualidade de vida adequada para os seus habitantes. Só assim, se conseguirá a inclusão de novos elementos e novas componentes urbanas que passam a incorporar a rua, o quarteirão e a praça, reconfigurando-os, ou simplesmente levantando questões sobre a presença de novos elementos urbanos (Fernandes, 2012).

Focos de análise.

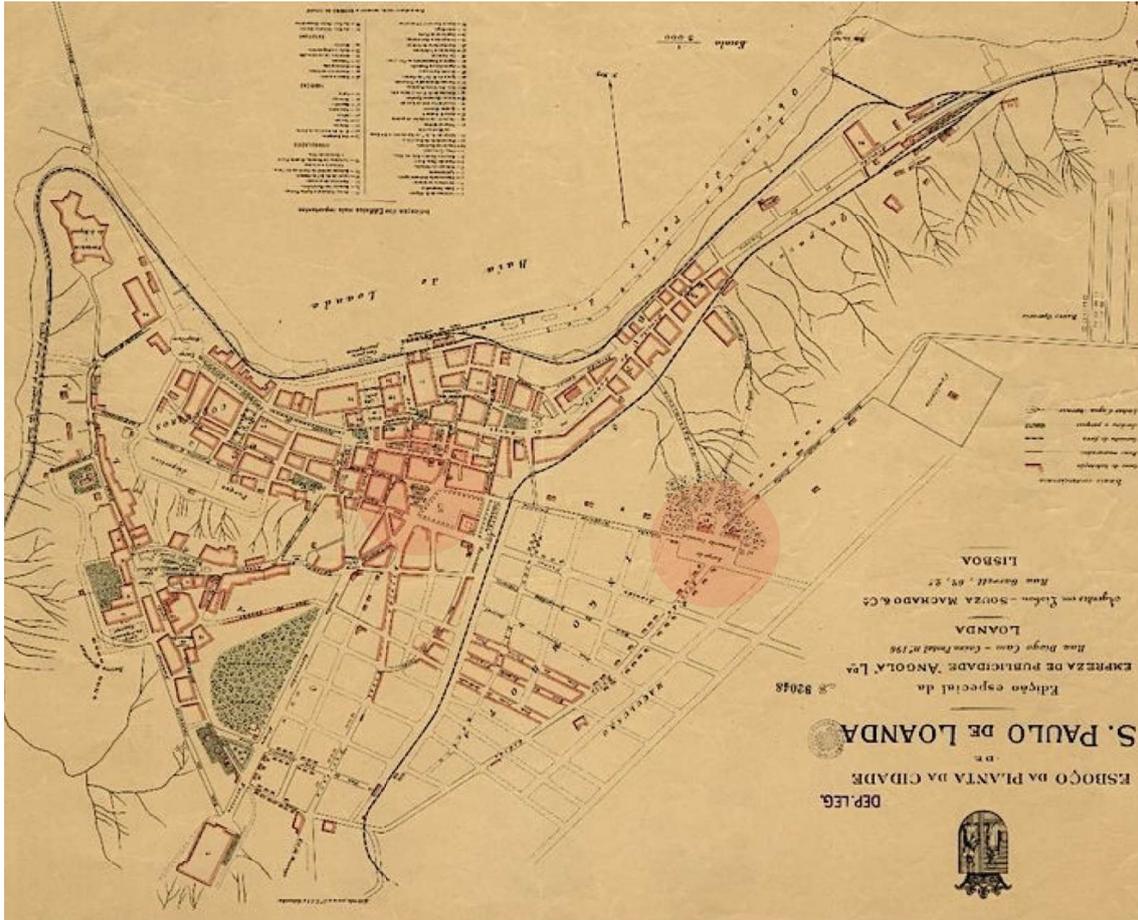
Para a última fase de abordagem foram selecionados focos de análise segundo os quais se poderão apresentar estratégias práticas projetuais de desenvolvimento com suporte no seu arquétipo moderno de edificação. Assim, para a componente mais prática desta Tese, propondo futuro, são apresentados, de forma preliminar, possíveis princípios orientadores para as intervenções pontuais no território, que evidenciem as potencialidades do MMA angolano e a sua importância no desenvolvimento da estrutura urbana e na identidade na Luanda contemporânea.

A compreensão do eixo urbano Mutamba – Marçal, como espaço urbano de futuro com suporte no seu arquétipo moderno, independentemente da sua dimensão concetual e projetual (mais ou menos utópica ou fictícia), ou seja, antecipando futuro com potencial inerente à sua importância na definição e organização da cidade, possibilita a confrontação do momento atual, da cidade, com a sua realidade desprezada durante o pós-colonial angolano.

O desafio é fazer desta abordagem do lugar urbano um canal de movimento, não apenas como uma peça projetual arquitetónica isolada, mas como um contributo plausível para uma estrutura urbana mais abrangente, lugar plural onde a sobreposição de usos e funções consiga ser entendida como elementar e indissociável. Esta abordagem pretende que se constitua como ferramenta de aprendizagem e trabalho para processos de gestão urbana contínuos no tempo e sobretudo para a avaliação dos seus ambientes públicos construídos.

Apresenta, assim, problemáticas variadas dentro do seu próprio quadro de desenvolvimento, mas também num quadro mais amplo Kaluanda. Não seria, portanto, conveniente, tão pouco rigoroso, enquadrar todas essas temáticas num único tópico de abordagem, até porque o que pode servir para uma circunscrição (parte deste território) pode não servir exatamente para outra e assim dificultar a análise do todo.

39a



39b

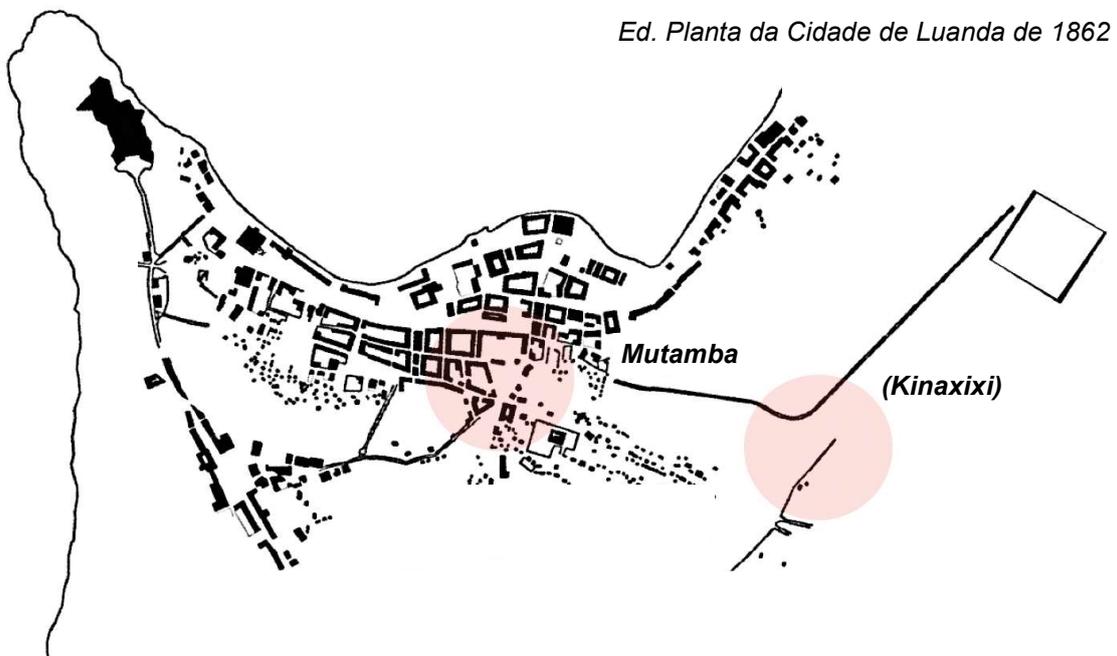
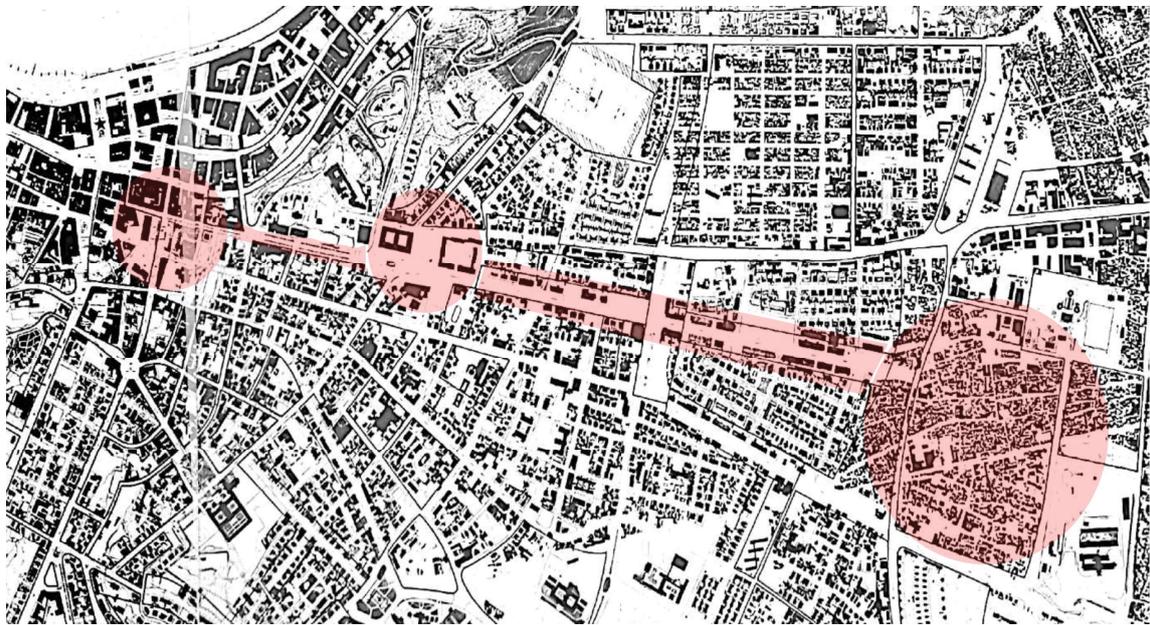


Fig. 39.
Focos de análise
39a. Esboço da Planta da cidade de São Paulo Loanda (meados dos anos 1800)
39b. Interpretação na Planta Ed. de Luanda de 1862 Mutamba - Marçal.

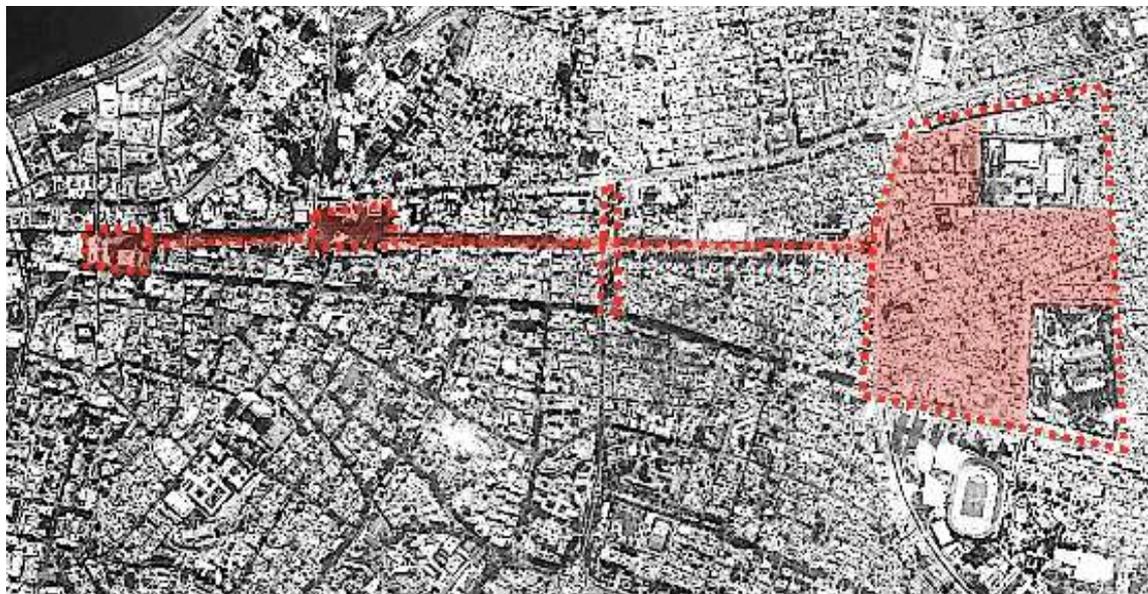


39c

Mutamba

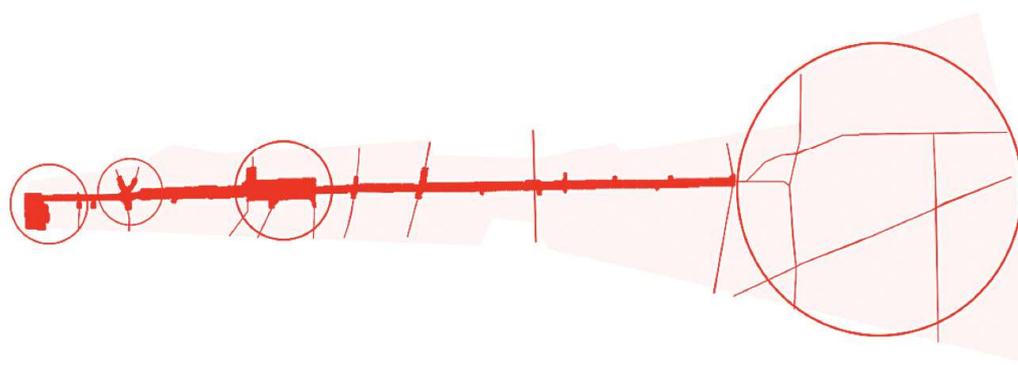
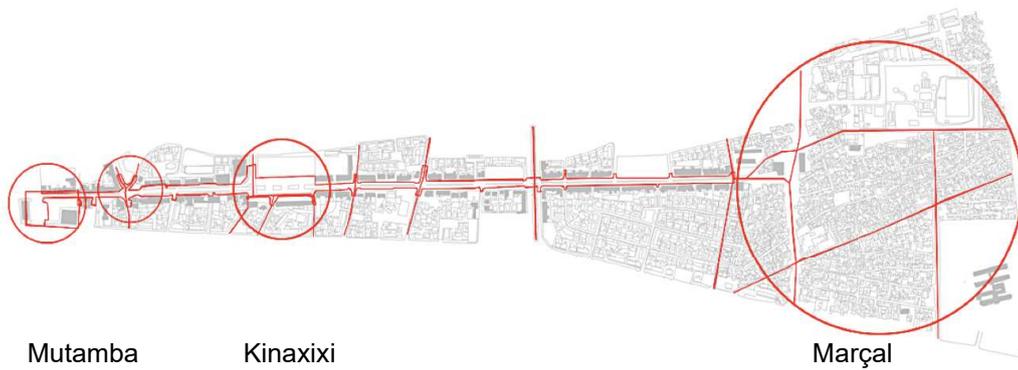
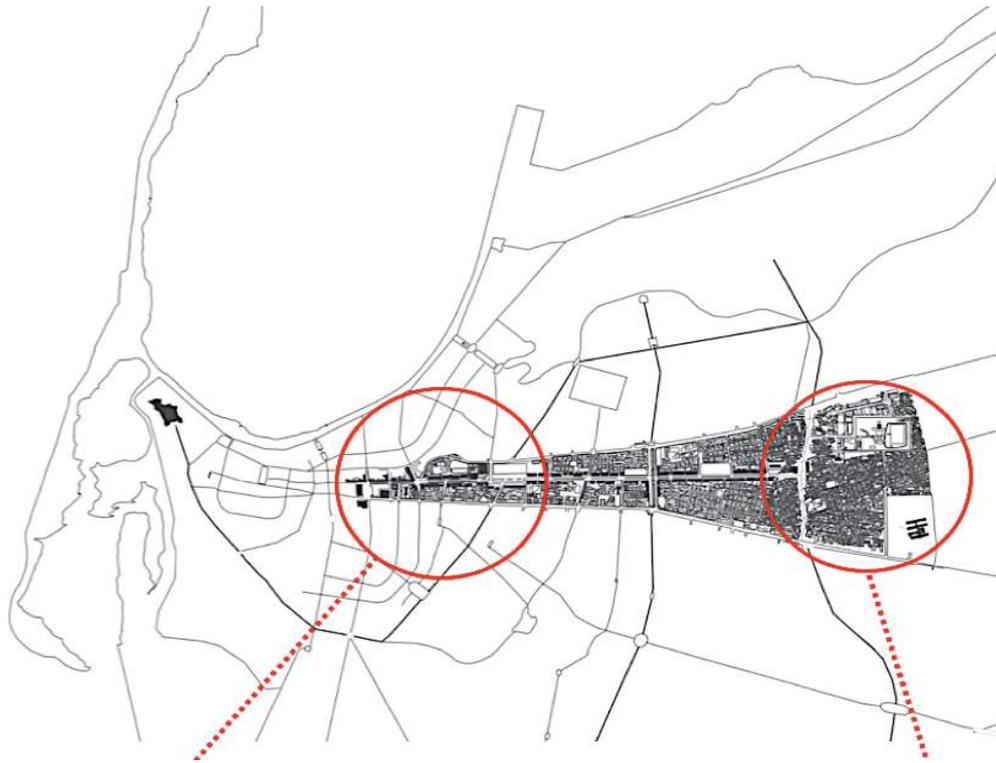
Kinaxixi

Marçal



39d

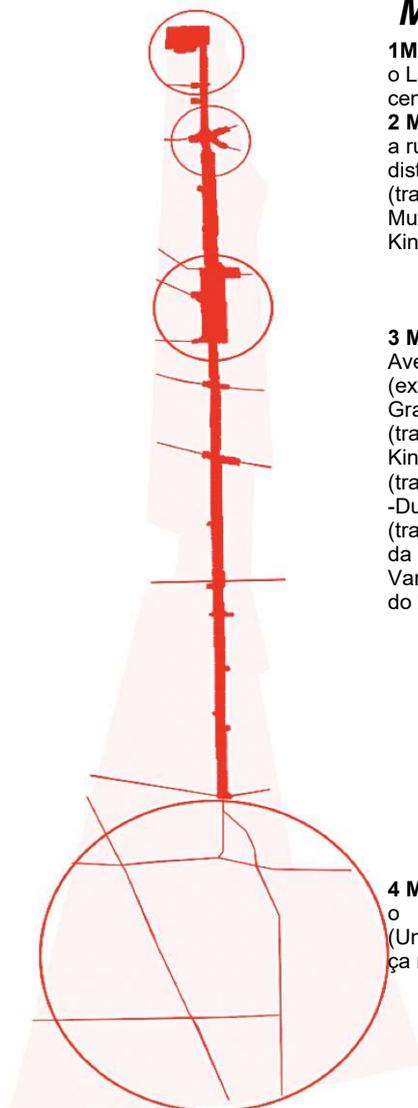
Focos de análise
39c. Esboço da Planta da cidade de Luanda (meados dos anos 1900).
39d. Imagem da cidade de Luanda (2020).



Esquema interpretativo dos
Focos de Análise Mutamba - Kinaxixi - Marçal.

Assim, tendo como base espaços concretos de análise, definidos pela complexidade e especificidade que apresentam, como são os casos da Mutamba (largo central histórico de Luanda), do Kinaxixi (largo) e do Marçal (bairro periférico histórico de Luanda), serão apresentadas abordagens práticas no sentido de averiguar e complementar a informação teórica até agora desenvolvida: a não especialização da rua, a sua materialidade, a sua compartimentação, os seus modos de apropriação, a sua diversidade de elementos e componentes espaciais, o direito de escolha e configuração deste espaço pelos seus utilizadores, o tempo e períodos da sua utilização, a flexibilidade dos seus ambientes, a reabilitação dos pisos térreos (locais de comércio, trabalho e habitação); que podem contribuir para a constituição de espaços mais humanizados, úteis e utilizáveis, consolidando o eixo Mutamba - Marçal como espaço público de excelência na contemporaneidade angolana.

Esquema interpretativo dos Focos de Análise Mutamba - Kinaxixi - Marçal.



Mutamba

1M - 1º momento:
o Largo da Mutamba (o centro da cidade).
2 M - 2º momento:
a rua da Missão (Metodista).
(tramo) entre o largo da Mutamba e o largo do Kinaxixi.

Kinaxixi

3 M - 3º momento:
Avenida Cmdt. Valódia (ex Combatentes da Grande Guerra);
(tramo) entre o largo do Kinaxixi e a alameda (transv.) Manuel Van-Dunen;
(tramo) entre a alameda (transv.) Manuel Van-Dunen e o bairro do Marçal.

Marçal

4 M - 4º momento:
o Bairro do Marçal (Unidade de Vizinhança nº 7).





Fig. 40.
A Mutamba - o centro de Luanda

1M - 1º momento:

O Largo da Mutamba (o centro da cidade).

O largo da Mutamba (o centro da cidade de Luanda) - tal como a *Praça do Comércio* em Lisboa, a *Times Square* em Nova Iorque, a *Shibuya Crossing* em Tóquio ou a *Trafalgar Square* em Londres - é o símbolo histórico da autenticidade urbana Kaluanda. Todos sabem onde fica, grande parte das pessoas identifica o espaço com a praça entre os Ministérios e o Governo da Província de Luanda GPL, a Mutamba - o centro cosmopolita, o início e fim da linha dos machimbombos até meados dos anos 70, ainda hoje mostra o pulsar da cidade, com novas rotas e designações, está geralmente associada ao centralismo do poder político, mas também como manifestação da capitalidade angolana. Atualmente não há placas toponímicas que a identifiquem como tal, e pode-se deduzir que o Largo da Mutamba herda o nome das ruas que o cruzam. A cerca de um quarteirão ficava a Travessa da Mutamba, palco de muitas alegrias e tristezas, com negócios e famílias que mudaram ao longo dos tempos, entretanto destruída, foi com ela a memória do nome Mutamba e hoje ninguém consegue explicar exatamente o seu significado. Existem várias interpretações, as mais populares, ligam o nome kimbundo Mu Tamba ao espaço ou área de reserva alimentar longe dos animais ou pragas, pela oralidade assume maior protagonismo a ligação ao gigantesco Tambarino secular (vindo do oriente) que havia no Largo Ndange ya Rosa (rua larga e arenosa) e posteriormente Largo Almirante Batista Andrade (em 1929).

Não foi possível encontrar documentação oficial da CML que comprovasse a definição técnica do Largo da Mutamba, mas de acordo com Ilídio do Amaral (1962), Pepetela (1980) e Alberto Oliveira Pinto (2022) admite-se que o Terreiro do Tambarireiro passa a Largo da Mutamba com a construção do Edifício da Fazenda (nº 1 na legenda, com coordenação de João António Aguiar) no início dos anos 50, ou seja, é a partir daí que Luanda “cresce” em seis direções (Novas Avenidas) das quais três para o interior da cidade com a mesma interpretação: “Disciplina de Arquitetura” (moderna) e continuidade de conjunto urbano (Planificação de Faria da Costa - Urbanista e Vasco Vieira da Costa - Arquiteto Chefe da 1º Secção da 8º Repartição da CML). Essa caracterização arquitetónica do edificado vai se verificar até meados dos anos de 1970 com a efetivação da modernidade Kaluanda.

41a



TRAVESSA DA MUTAMBA

Em memória da velha denominação, ainda popularmente usada de «Mutamba» — largo, antigo bairro e mercado ao fundo da Igreja do Carmo. Mutamba é, no quimbundo, a árvore Tamarindeiro (*Tamarindus*, indica, Linn).

41b



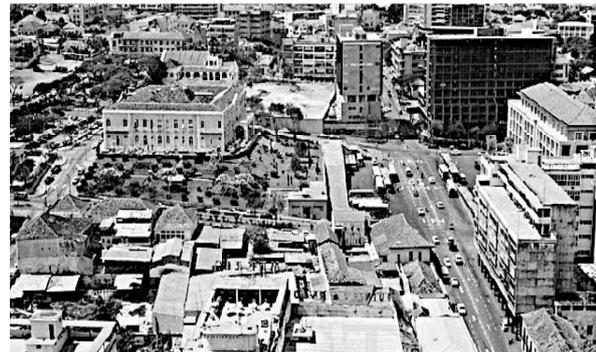
41c

41c



41d

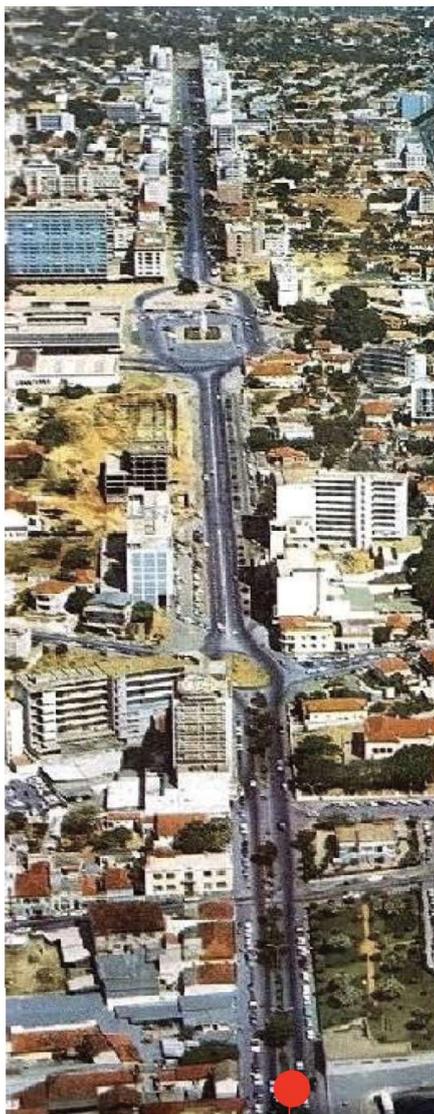
41e



41f

Fig. 41.
 A Mutamba - o centro de Luanda (Transformação Urbana moderna).
 41a. A travessa da Mutamba (Roteiro da Cidade) antes da modernidade.
 41bd. A Mutamba antes da modernidade.
 41ef. A Mutamba durante a modernidade.

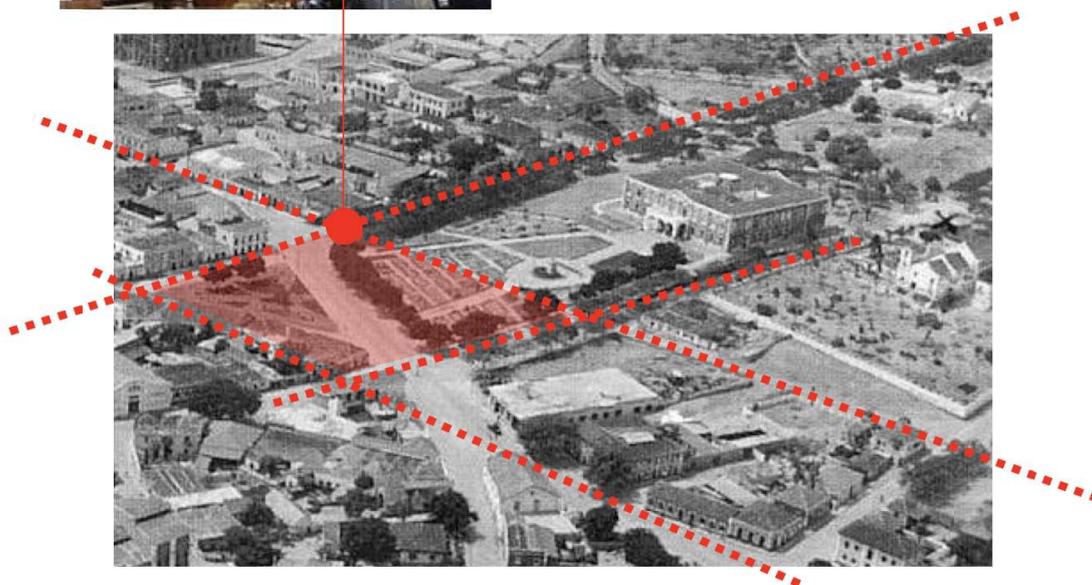
41g



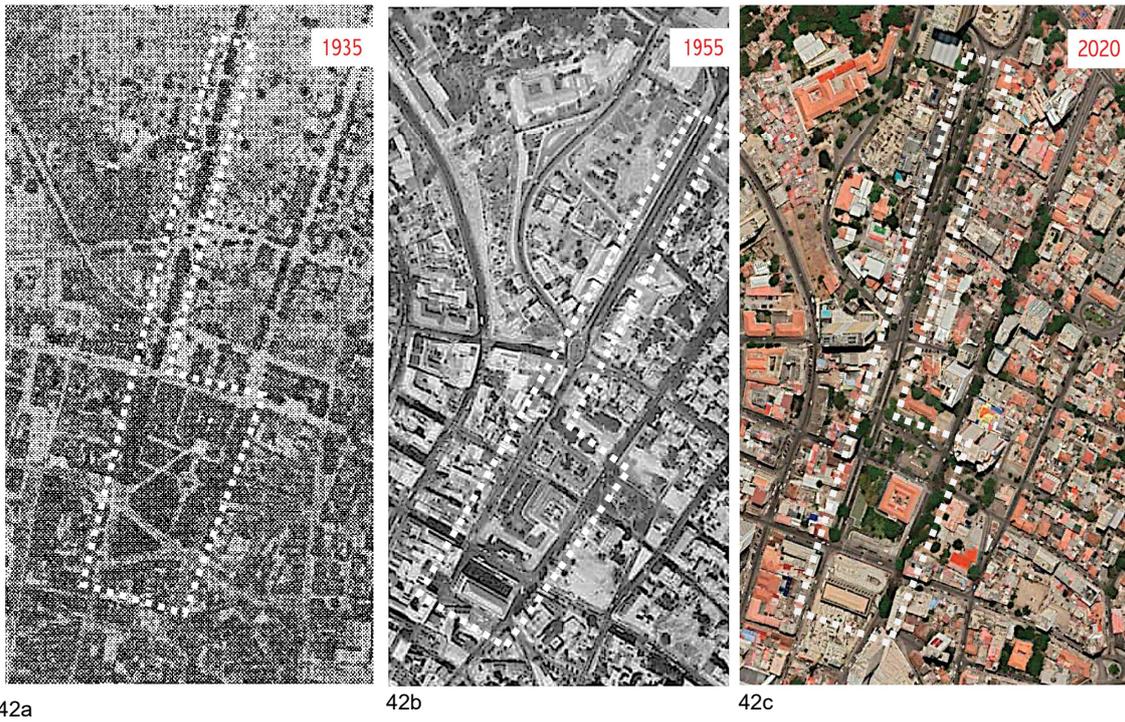
A Mutamba - o centro de Luanda (Transformação Urbana moderna).
41gh. O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade (ponto inicial).
41i. A Mutamba antes da modernidade (ponto inicial) do eixo Mutamba - Marçal.



41h



41i



42d

Largo da Mutamba

Planeamento Moderno
"Disciplina de Arquitetura"

Urb. Faria da Costa
Arq. Vasco Vieira da Costa

1. Ed. da Fazenda (1952)
Arq. João António Aguiar

2. Ed. Carvalho de Freitas (anos 60 ?)
Arq. Luís Taquelim

3. Ed. Mutamba (1965)
Arq. Vasco Vieira da Costa

4. Ed. ? (anos 60 ?)
Arq. Joaquim da Costa Andrade

5. Ed. ? (anos 60 ?)
Arq. Matos Veloso

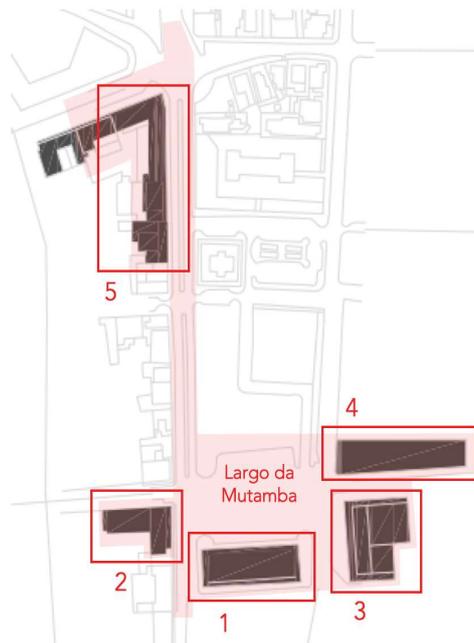


Fig. 42.

A Mutamba - o centro de Luanda.

42a. Mutamba - Kinaxixi (1935)

42b. Mutamba - Kinaxixi (1955)

42c. Mutamba - Kinaxixi (2020)

42d. O edificado da modernidade.

Na **Modernidade** marca o desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda através da “Disciplina de Arquitetura” na década de 1950. A construção do Edifício dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (actual Ministério das Finanças) representa a primeira composição modernista adaptada aos trópicos e define o modelo para os edifícios da administração pública local. A obra de João António Aguiar em 1952 define ainda o arranque ortogonal para a implantação de mais 4 edifícios que assim conformam a nova imagem da Mutamba (no Largo da Mutamba) até ao final dos anos de 1960.



Fig. 43.
A Mutamba - o centro de Luanda
o edificado da modernidade.

Apesar de na **Contemporaneidade** a unidade formal e a função original do edificado serem legíveis (e garante da compatibilidade entre o imóvel, seus usuários bem como a relação como a envolvente urbana), o critério das escolhas de intervenção para a recuperação do edificado (com material contemporâneo) torna a nova intervenção completamente diferente da construção original moderna. O desuso, abandono e a desvalorização social da função original do Largo (onde a falta de segurança para a circulação dos peões é evidente) são fruto da nova forma de viver o centro da cidade, devem, portanto, ser temas de análise como **Problemática**.

44a



Fig. 44.
A Mutamba - o centro de Luanda
44a. Implantação do edificado da modernidade e definição da Mutamba.
44bh. A Mutamba e o seu edificado na contemporaneidade.



44b



44c

44d



44e



44f





44g



44h



Fig. 45.
A rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda

2 M - 2º momento:

a rua da Missão (Metodista).

(tramo) entre o largo da Mutamba e o largo do Kinaxixi.

Sobre o tramo entre o largo da Mutamba e o largo do Kinaxixi - rua da Missão (Metodista), sob coordenação de Fernão Lopes Simões de Carvalho - Desenho LC/SP 96-63/5-12 de 1.4.63 - apesar da falta de acesso a informação documental, por observação local, podem ser consideradas as diretrizes da *Disciplina de Arquitetura* pelo menos pela tipologia de embasamento do edificado. A Informação nº 51 de 9.2.1955 de Adalberto Gonçalves Dias para a Praça dos Lusíadas diz:

“Dadas as dimensões da Praça, segue-se a obrigatoriedade de construção de pórtico (Alínea C do 2º Artigo do 2º Regulamento do Plano de Urbanização) Edifícios com 4 pisos com terraço; pórtico com 4 metros de frente e 4,5 m de profundidade.”.

Observa-se ainda que (seguindo a Disciplina de Arquitetura - moderna) há uma intenção inicial no planeamento de Simões de Carvalho de procurar garantir a ventilação natural entre o conjunto de edifícios, afastando-os entre si e zig-zaguando-os no sentido do seu desenvolvimento ascendente entre o Largo da Mutamba e o Largo do Kinaxixi.

Apesar de estar implantado a cotas diferentes (em plano inclinado) o conjunto edificado apresenta em todo seu embasamento um pórtico com loja e sobre-loja e galeria de “falsa” leitura contínua para quem a percorre a pé. As descontinuidades dessa leitura do conjunto edificado garantem o acesso aos logradouros, mas também, seguindo a mesma linguagem, ligação com outros espaços da cidade. A cêrcea do conjunto edificado varia entre os seis e os dez pisos de uso misto (predominantemente de habitação e serviços).



A **Modernidade** marca o desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda através da “Disciplina de Arquitetura” sob coordenação de Fernão Lopes Simões de Carvalho já no início da década de 1960.

46a

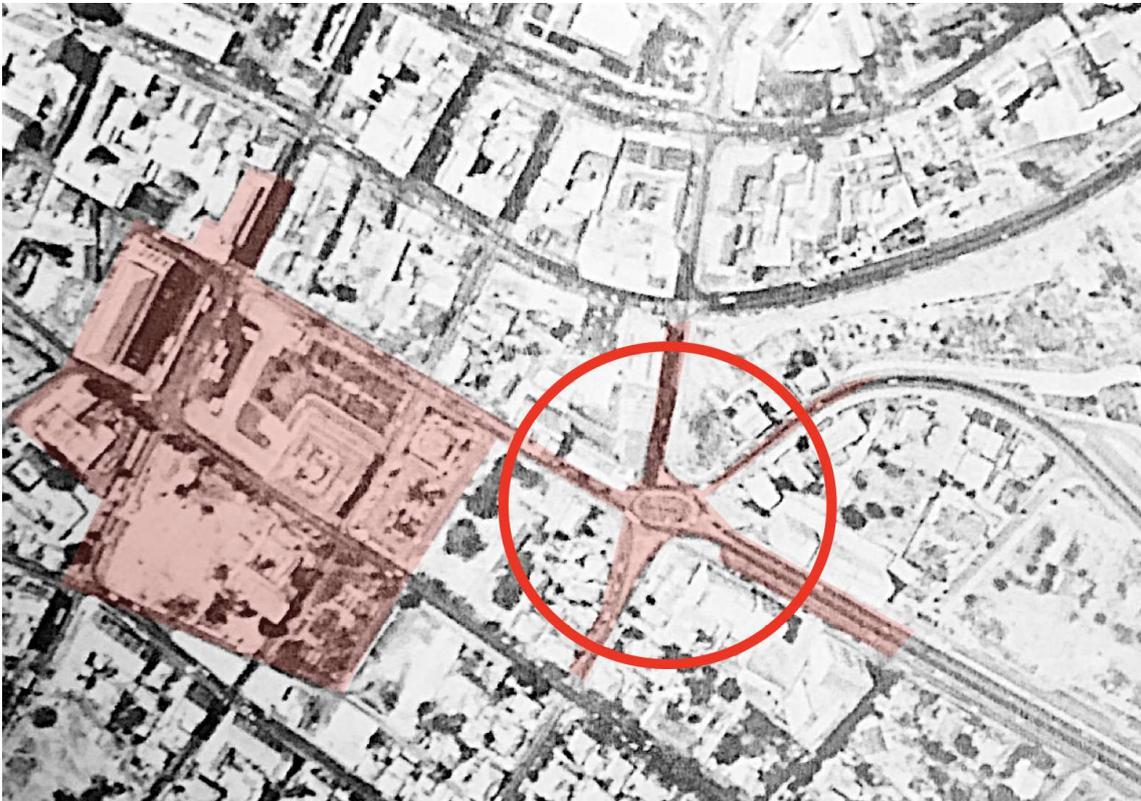


Fig. 46.

A rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda.

46a. O Largo Luis de Camões (na rua da Missão).

46bceg. O edificado moderno do Largo Luis de Camões (na rua da Missão).

46d. Arranjo moderno para a rua da Missão entre o Largo Luis de Camões e Kinaxixi, de Simões de Carvalho (sobreposição de Planos, 1.4.1963).

46f. Comparação entre duas realidades do Largo Luis de Camões (1970 - 2020)

46h. A implantação do edificado moderno da rua da Missão e a sua definição urbana.

46b

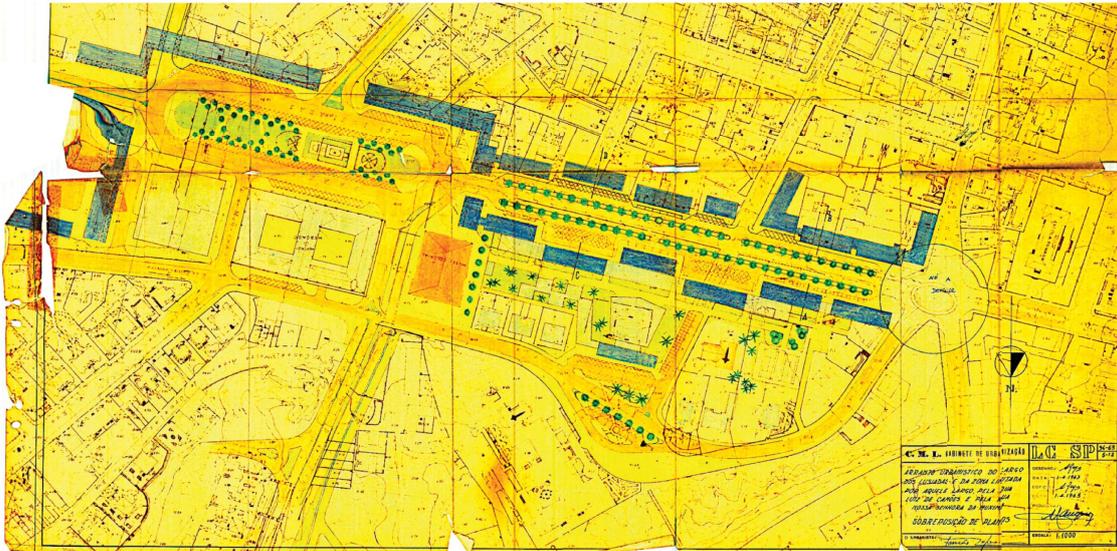


46c



Implantado a cotas diferentes (em plano inclinado) o conjunto edificado apresenta em todo seu embasamento um pórtico com loja e sobre-loja e galeria de “falsa” leitura contínua para quem a percorre a pé. As descontinuidades dessa leitura do conjunto edificado garantem o acesso aos logradouros, mas também a outros espaços da cidade. O conjunto edificado, de uso misto (predominantemente de habitação e serviços), segue a “Disciplina de Arquitetura” e procura garantir a ventilação natural com um afastamento (entre os blocos) em zig zag no sentido ascendente do seu desenvolvimento (entre a Mutamba e o Kinaxixi).

46d



46e



46f



46f

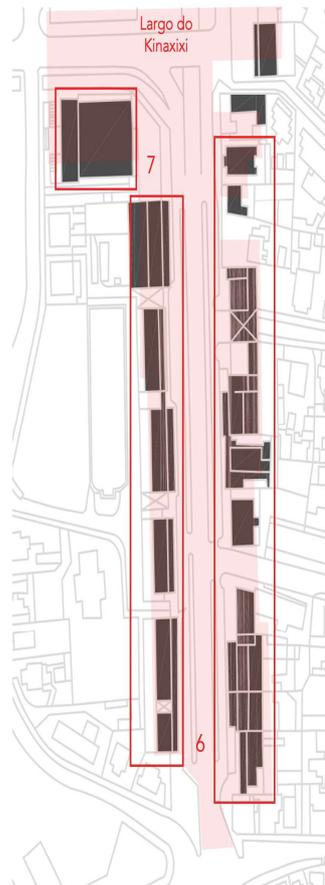
Rua da Missão (Metodista)

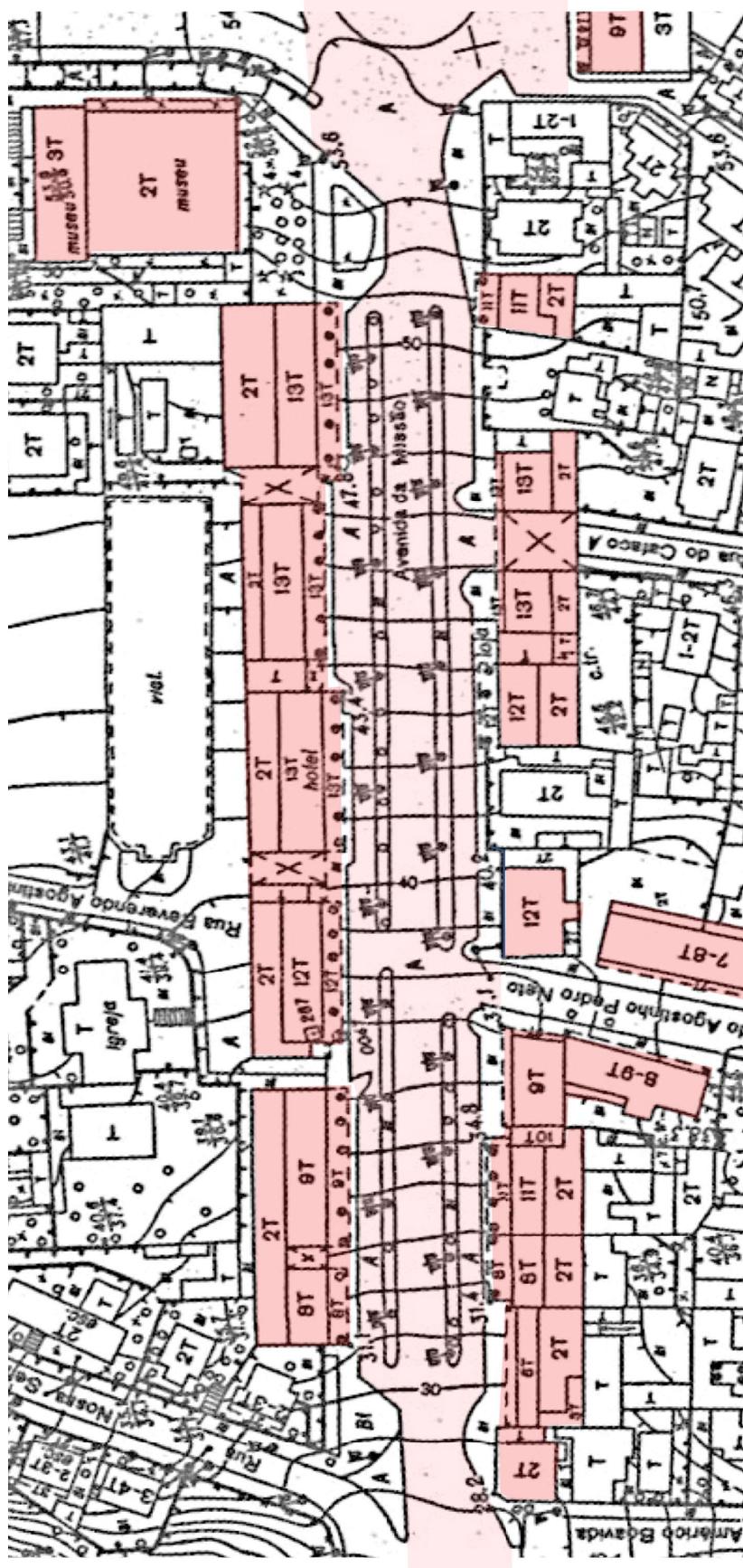
Planeamento Moderno
“Disciplina de Arquitetura”

Urb. Simões de Carvalho

6. O Conjunto Edificado segue o planeamento moderno de Simões de Carvalho (1961 - 1963)

7. Ed. Musueu de História Natural Arq. Fernando Batalha (final dos anos 30 ?)
De acordo com Troufa Real o edifício ocupa, ainda hoje, o espaço reservado para Ferira - Exposição de 1938.





Como **Problemática** pode ser identificado (também) o critério de intervenção no edificado com material contemporâneo torna diferente a nova intervenção da construção original moderna. Mantém-se legível a unidade formal e função original do edificado, que assim garante a compatibilidade entre o imóvel, seus usuários bem como a relação como a envolvente urbana original. Contudo, o desuso, o abandono e a desvalorização social da função original (falta de segurança para circulação dos peões) são fruto da nova forma de viver o centro da cidade.

47a



47b



47c

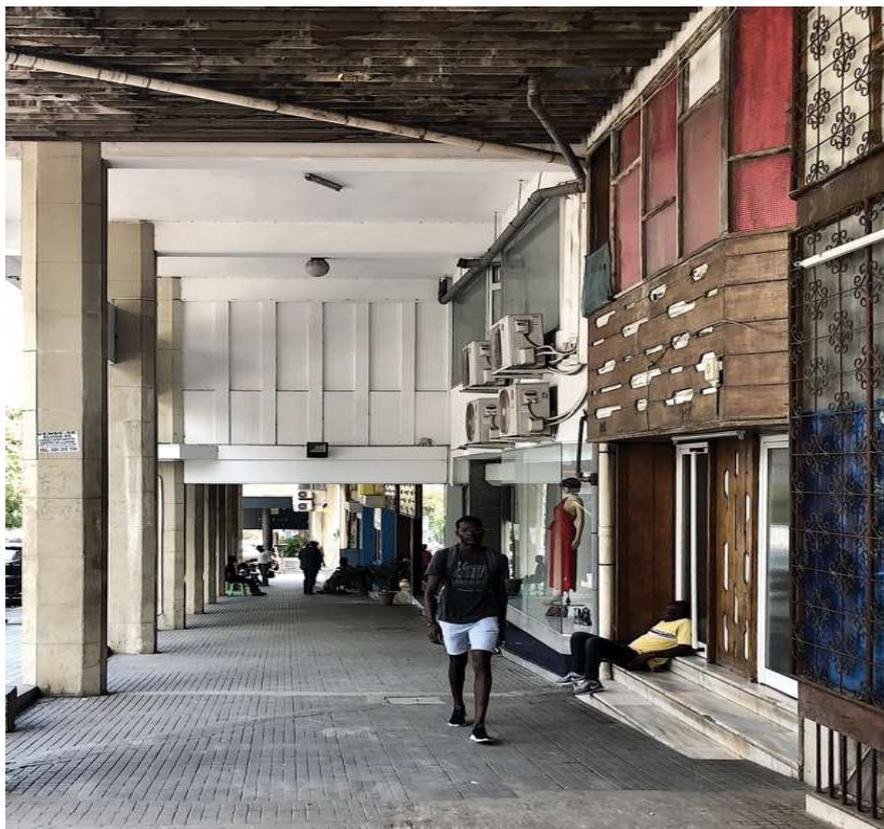


Fig. 47.

A problemática da rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda.

47ab. A relação entre o edificado (a falsa noção de continuidade do conjunto).

47c. A galeria urbana (*Disciplina de Arquitetura*) da rua da Missão.

47def. O desuso, o abandono e a desvalorização social da sua função original.



47d



47e



47f

Propomos alargar o espaço de influência e tornar o Largo da Mutamba o motivo central da baixa de Luanda. Ao reintegrar a modernidade Kaluanda (redesenhando e interligando a estrutura da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Carmo) na vida contemporânea da cidade estaremos a devolver a dignidade merecida na convivência urbana da cidade.



Fig. 48.
A proposta da rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda.

Estratégia projetual preliminar de *Ressignificação e Reuso* na contemporaneidade.

Como desenvolvimento procedente deste multiculturalismo que traz consigo a trajetória histórica do espaço público urbano local, propõe-se uma grande mescla de atividades comerciais, culturais e de lazer, com o objetivo de elevar o caráter simbólico do lugar, com a reestruturação urbana do largo da Mutamba, bem como a reconversão dos arruamentos adjacentes.

Embora o Largo ou a Praça não sejam modernos (pois no MM não se considera como desenho tradicional) e a qualidade funcional dos edifícios só possa ser medida pelo grau de sucesso junto dos utentes, lê-se na sua caracterização moderna o caráter excepcional do seu edificado no espaço que ocupam. Na Mutamba, a relação entre qualidade funcional e o sucesso junto dos utentes (que prova ser mais universal do que a simples resolução dos requisitos técnicos ou funcionais de implantação do próprio edificado) devemos agregar o vínculo com o espaço público que ocupa. Assim, é transpondo os seus limites arquitetónicos, urbanos ou de design, que se procura fixar as principais estratégias para o novo Centro Administrativo de Luanda com suporte no seu arquétipo moderno de estruturação urbana.

Para a Mutamba do século XXI propomos, desse modo, o alargar do seu espaço de influência, procurando garantir a melhor mobilidade e acessos apenas para peões e veículos autorizados; tornar o Largo da Mutamba o motivo central da baixa de Luanda ao tentar reintegrar a modernidade Kaluanda do seu edificado na vida contemporânea da cidade devolvendo não só as suas fachadas principais, mas também a dignidade merecida na convivência urbana Kaluanda; conferir um lugar de destaque ao edifício que representa o Governo da Província de Luanda), redesenhar e estruturar a Praça da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no topo da Mutamba, interligando e conferindo assim maior segurança ao seu acesso. Podem ser boas estratégias de atuação a Rearquitetura que segundo Zein e Marco (2017), se trata de um termo que tem mais a ver com o novo, do que com os termos recuperação e preservação propriamente ditos, e considera um grau maior de liberdade na sua amplitude de intervenção. Este tipo de preservação, também cultural, refere-se aos casos de reabilitação em que há possíveis acréscimos ou demolições significativas aos edifícios originais, sejam eles exteriores ou interiores, em graus diferentes de tratamento.

Há, neste sentido, uma novidade e uma maior liberdade poética das propostas, aceitando que estas transcendam as situações que tradicionalmente se cingem aos trabalhos de preservação ou restauro. No que diz respeito à preservação dos bens culturais, permanece intocável o critério de intervenção nos edifícios com técnicas contemporâneas, diferenciando a nova intervenção da construção original, embora mantendo uma unidade legível, a garantia de uma função adequada, compatível com o imóvel e com os seus usuários, e que irá assegurar a sua sobrevivência ao longo do tempo, bem como o seu diálogo com o ambiente envolvente.

Esta forma de construção no construído, como desenvolve Francisco Gracia (1992)¹, de obras novas, toma como referência o existente, assumindo o contexto pré-existente (património cultural ou histórico) como marca de tempo, confirmando o fazer arquitetura com lições da sua história, ou ainda a tendência Retrofit na arquitetura e no design que faz referência a renovações e atualizações no projeto, mantendo as características intrínsecas da obra. Tem como objetivo principal dar espaço para as novas tecnologias e tornar o edificado mais seguro, sem tirar as suas características originais. O Retrofit não se limita a edifícios, mas pode atingir também grandes áreas urbanas, especialmente quando se aborda a questão da revitalização urbana e atualização de construções.

Em qualquer das situações tem o sentido de renovação, onde se pressupõe buscar eficiência em função das limitações físicas da antiga estrutura; entretanto, a redução do prazo e a adequação geográfica do imóvel certamente estimulam cada vez mais a adoção desta prática. Entre 2009 e 2012, um cuidadoso Retrofit, protagonizado pelo escritório Borelli & Merigo Arquitetura e Urbanismo, recuperou o conjunto do Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer em 1950.

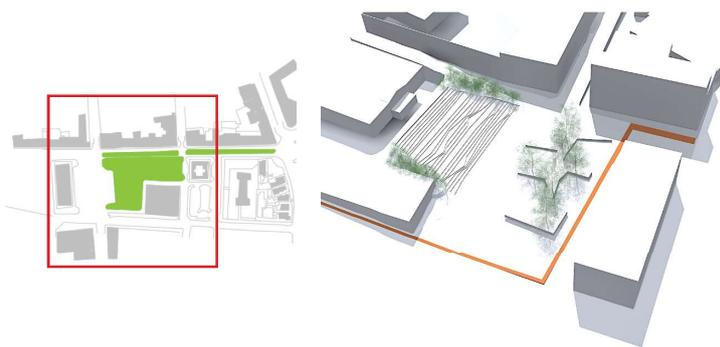
Para a praça central da Mutamba do século XXI (como se concretiza objetivamente)?

1_Construir no Construído: Arquitetura como modificação, propõe vários níveis de intervenção, PRIMEIRO NÍVEL – MODIFICAÇÃO CIRCUNSCRITA – intervenção de primeiro nível limita-se ao edifício como realidade individual. SEGUNDO NÍVEL – MODIFICAÇÃO DO LOCUS – segundo nível de intervenção em contexto urbano, que afeta a envolvente do edifício bem como as edificações construídas, mudando, portanto, as condições do local e seus respetivos sistemas. Este nível de intervenção, apesar de não ter foco na intervenção urbana, mostra uma vocação para a modificação das condições urbanas onde se encontra a edificação proposta, alterando o *genius loci*. TERCEIRO NÍVEL – PAUTA DE CONFORMAÇÃO URBANA – terceiro nível de intervenção é aquele que modifica diretamente a morfologia de uma fração urbana da cidade, em que a escala de modificação pode ser muito variável. Pode ser considerado como uma construção da cidade (Gracia, 1992).

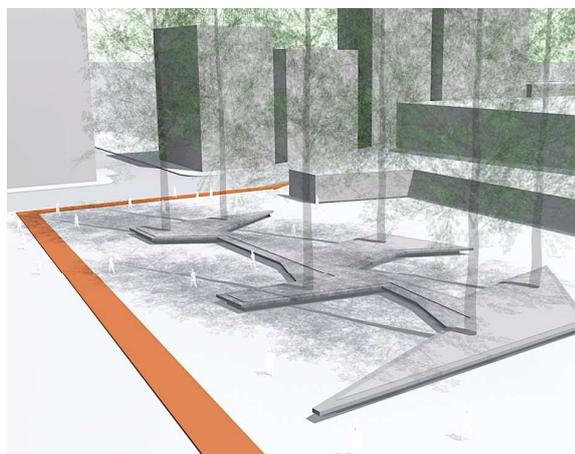
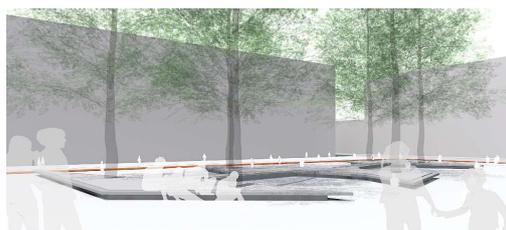
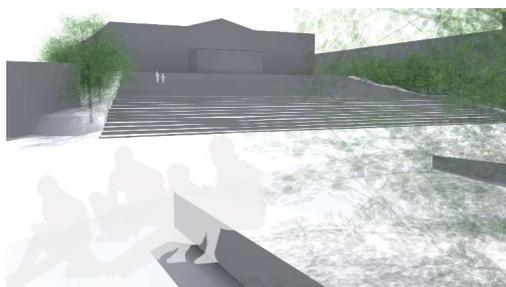
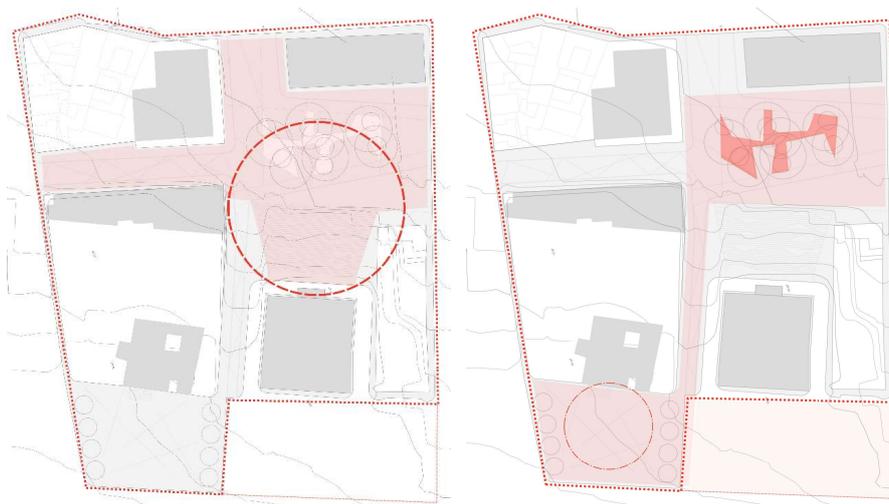
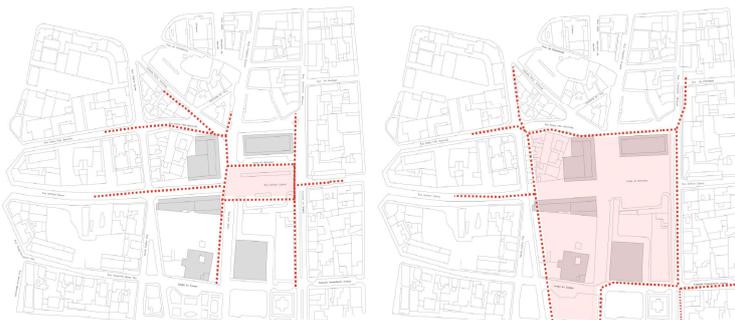
Propõe-se ainda os Tambarineiros que a caracterizam, ou seja, que se volte a plantar árvores (de frutos) gigantes, para que haja sombra sem tornar a Praça opaca, quer visualmente para o seu interior, quer na sua relação com a cidade. Importa aqui abordar a necessidade de estabelecer-se níveis desfasados de atravessamento para garantir também a segurança do peão Kaluanda. De acordo com o Departamento de Prevenção Rodoviária da Direção Nacional de Viação e Trânsito, a falta de segurança nos atravessamentos representa uma das maiores causas de morte dentro da segunda maior causa de morte em Angola, a sinistralidade rodoviária, causa esta que só perde para a malária.

Nesse contexto, a intervenção que se propõe passa por uma interpretação cuidada sobre o cruzamento (Largo dos Lusíadas) indefinido de sentidos de trânsito, que consiga corrigir e simplificar o percurso automóvel, conseqüentemente diminuir o congestionamento moderando a velocidade viária para garantir maior segurança aos peões. Sugere-se, portanto, uma interpretação deste espaço urbano com suporte no conceito de autonomia de mobilidade desenvolvido por Harvey Corbett – Metrópole do Amanhã de 1914, ilustradas no Metrópolis de 1920 ou ainda por Le Corbusier – Plan Voisin de 1925 para a circulação viária, em conexão com as ideias vanguardistas mais tarde interpretadas pelos mestres do moderno angolano, como Vasco Vieira da Costa ou Simões de Carvalho. Como desenvolvimento procedente deste multiculturalismo que traz consigo a trajetória histórica do espaço público urbano da Mutamba, propõe-se, portanto, para este cruzamento uma ligação com o objetivo de elevar o caráter simbólico do lugar, como reestruturação urbana de vínculo estratégico ao largo da Mutamba, bem como a reconversão dos arruamentos adjacentes com suporte no seu arquétipo moderno de edificação.

É, pois, uma proposta que procura introduzir uma nova forma de viver a cidade, na nossa opinião, a forma mais consciente de retirar (recuperação formal) a praça central de Luanda do caos urbano que apresenta, conferindo o destaque devido e merecido à sua tradicional identidade histórica, dentro do seu tradicional tecido urbano, procurando ainda recriar novas formas de viver estas áreas aparentemente esquecidas, abandonadas ou desvalorizadas socialmente pelos seus próprios habitantes.

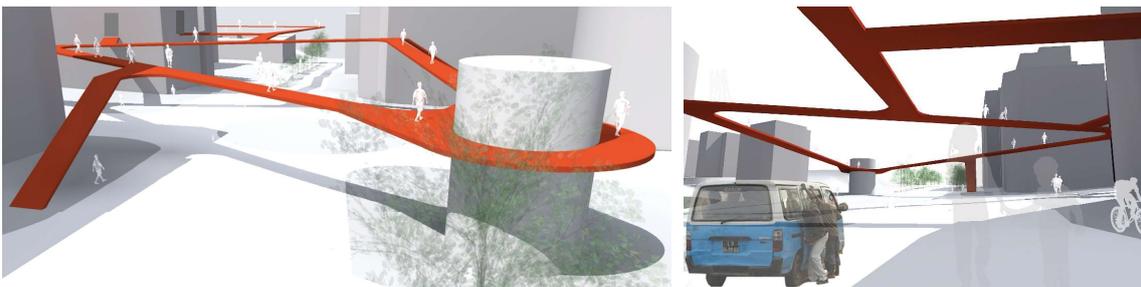
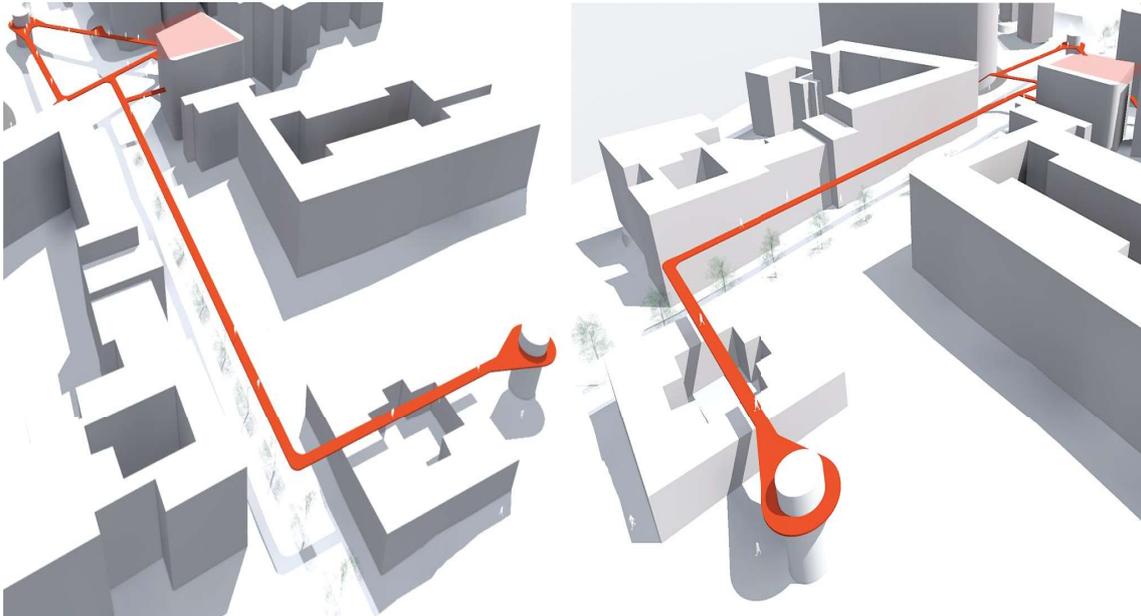
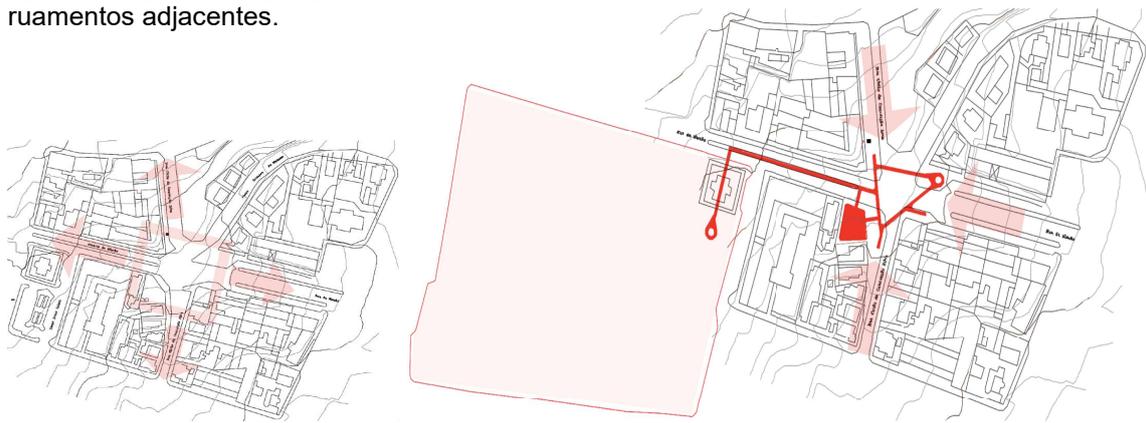


A sequência de imagens mostra a intenção de alargar o espaço de influência para melhor mobilidade e acessos. Tornar a Praça central acessível para peões e trânsito autorizado. Devolver as fachadas principais bem como a própria vivência do edificado e a sua dignidade enquanto edifícios de representação do Governo da Província à cidade. Redesenhar e estruturar a praça da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no topo da Mutamba, interligando e conferindo assim maior segurança ao seu acesso. Vincular o suporte moderno na intervenção para *Ressignificar e Reusar* também como estratégia de salvaguarda patrimonial do moderno angolano.



Nesse contexto propomos, ainda, uma reinterpretação do conceito de autonomia de mobilidade desnivelada para afastar os peões da circulação automóvel.

Trazer a histórica do espaço público urbano moderno com o objetivo de elevar o caráter simbólico do lugar, com a reestruturação urbana de vínculo estratégico ao largo da Mutamba, bem como a reconversão dos aruamentos adjacentes.



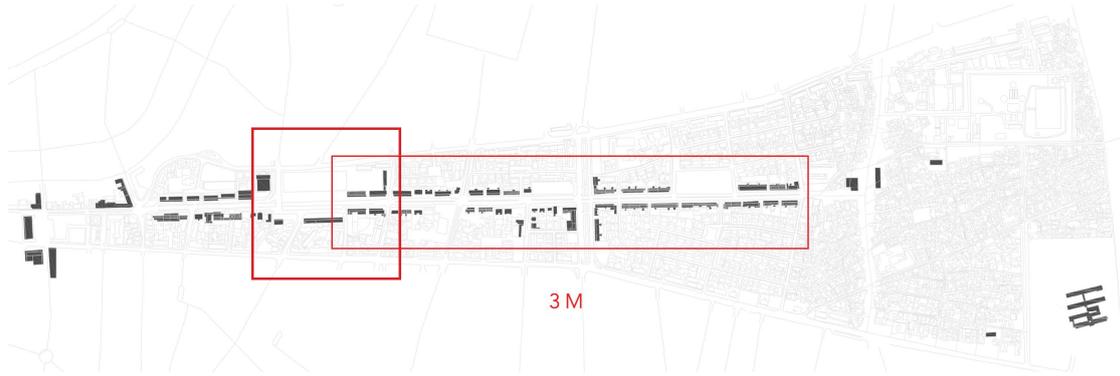


Fig. 49.
O Largo do Kinaxixi.

3 M - 3º momento:

Kinaxixi - Avenida Cmdt. Valódia (ex Combatentes da Grande Guerra);
(tramo) entre o largo do Kinaxixi e a alameda (transv.) Manuel Van-Dunen;

A imagem que a praça do Kinaxixi apresenta hoje é o exemplo mais desastroso do tipo de intervenção sobre o património moderno edificado que Luanda tem sofrido nas últimas décadas do desenvolvimento urbano. Uma das maiores praças da estrutura urbana moderna de Luanda, com cerca de 15000 m² (aproximadamente 215 m x 70 m) teve o seu momento de maior significação com a edificação do Mercado Abastecedor de Luanda desenhado por Vasco Vieira da Costa no final dos anos de 1950, o início da nova avenida (Ex Combatentes da Grande Guerra) com o conjunto edificado, hoje também parcialmente demolido, desenho de Luís Taquelim Cruz.

Construída sobre a mítica Lagoa do Kinaxixi (representada no Desejo de Kianda de Pepetela em 2004), a praça introduz uma nova disciplina e racionalidade reinventando o lugar. É possível observar-se, através da leitura dos diferentes edifícios modernos, que a conformam e organizam, o papel de excelência na conjugação de continuidade e transição, estrutural e social de Luanda, como elemento urbano cosmopolita de vanguarda, que ainda hoje se lhe reconhece.

Pepetela descreve a estória do lugar procurando manifestar a indignação do povo pela mudança para a modernidade, como o sítio onde derrubaram a mafumeira de Kianda (que chorou sangue pelo cepo durante uma semana, não se sabe se de dor de ser cortada se de pesar por tirarem a lagoa à Kianda?), quando João se sentou um dia, com o maior respeito à mesa onde se encontravam dois escritores, Luandino Vieira e Arnaldo Santos, grandes sabedores das coisas de Luanda, ali mesmo numa esplanada do Kinaxixi (Pepetela, 2004, pág. 49):

“Arnaldo Santos, no seu jeito manso de ser e falar explicava: aqui à volta da lagoa era tudo terra vermelha, essa terra muceque, do cepo cortado saía um liquido que talvez fosse a seiva misturada com os produtos que a raiz chupava da terra vermelha, as pessoas acharam que era sangue. Deixa de tentar explicar o inexplicável, cortou Luandina de forma viva, era sangue, o povo disse, afinal mafumeira chora sangue quando lhe cortam!”.



50a



50b

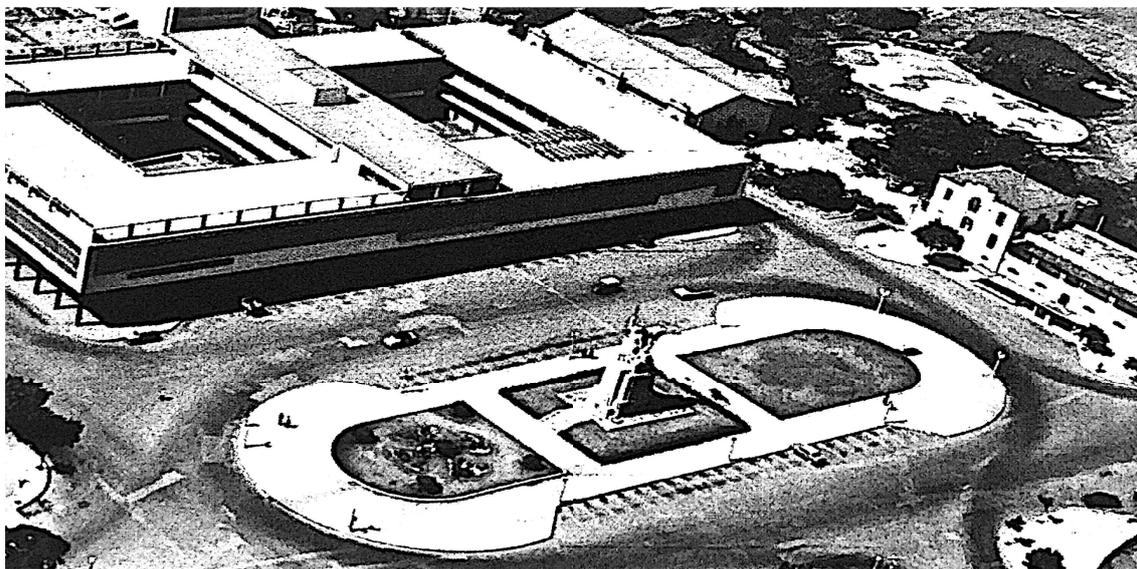


Fig. 50.

O Largo do Kinaxixi.

50a. O Largo do kinaxixi antes da modernidade.

50b. O Largo do Kinaxixi durante a modernidade
(O Mercado do Kinaxixi desenho de Vasco Vieira da Costa)
e o seu enquadramento na Praça Maria da Fonte.

O Largo (praça) do Kinaxixi assinala uma viragem decisiva no tempo e no modo da expansão urbana de Luanda, no século XX, sustentando um movimento de ampliação para o interior (musseque) – concretizado com as novas avenidas de Luanda – a partir das orientações de Gröer posteriormente reafirmadas por Adalberto Dias (nomeadamente com a avenida, hoje, Comandante Valódia).

As novas Avenidas de Luanda, associadas desde cedo a uma forte especulação imobiliária, ficaram também marcadas pelo facto de se terem constituído num dos eixos estruturantes de ampliação do centro funcional da cidade, sofrendo os impactos da terciarização e do uso generalizado do automóvel sobre as acessibilidades simples da cidade. A história da expansão da cidade pelas Avenidas Novas de Luanda não encontrou correspondência na sua arquitetura de suporte que se pode ler ao nível da dimensão dos lotes e das cérceas (grande heterogeneidade dos edifícios).

A proposta que se apresenta, estratégia que sem querer vincular um desenho como solução, propõe um compromisso com a leitura da cidade como um todo enfatizando a ligação Baixa – Musseque. Esta proposta para a nova praça recupera um processo de valorização dos espaços excepcionais, espaços construídos públicos, pertencentes a um tecido urbano com características culturais singulares, de complexidade e diversidade identitárias, como afirmação da riqueza formal vital da cidade.

Neste sentido, estas Avenidas Novas de Luanda desenvolveram-se dentro de um modelo urbano, entretanto já experimentado a partir da década de 1880 em Lisboa, através de intervenções dispersas que progrediam rasgando áreas rurais periféricas. Esta nova abordagem para Luanda, tendo como referência as de Lisboa mais imaginadas do que concretizadas, teve expressão fundamental para equacionar a dimensão temporal na projeção das transformações do seu espaço urbano, onde se nota já a presença crescente do automóvel na cidade, ou seja, uma cada vez maior falta de autonomia do peão.

Instalaram-se assim novos edifícios de escritórios, todos eles com comércio nos pisos térreos, com mais andares e fachadas pouco elaboradas. Acentuou-se então a conseqüente substituição de áreas exclusivamente residenciais por usos mistos e uma dinâmica especulativa que procurava, de novo, tirar o máximo partido dos terrenos, aumentando agora o número de pisos.

A **Modernidade** marca o desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda através da “Disciplina de Arquitetura” na década de 1950. O Kinaxixi teve o seu momento moderno de maior significação com a edificação do Mercado Abastecedor de Luanda desenhado por Vasco Vieira da Costa no final dos anos de 1950



Fig. 51.
 O Largo do Kinaxixi.
51a. Proposta de Zonas Históricas de Luanda. O Largo do kinaxixi antes da modernidade.
51b. O Largo do Kinaxixi. Arranjo da envolvente (durante a modernidade) da Praça Maria da Fonte por Simões de Cravalho 1963.

O Kinaxixi representa um compromisso com a leitura da cidade como um todo enfatizando a ligação Baixa – Musseque. Esta nova abordagem para Luanda teve expressão fundamental para equacionar a dimensão temporal na projeção das transformações do seu espaço urbano, onde se nota já a presença crescente do automóvel na cidade, bem como edifícios de escritórios, todos eles com comércio nos pisos térreos.



52a



52b

1970

2020

Fig. 52.
O Largo do Kinaxixi.
52a. Proposta da 4ª Secção: *Disciplina de Arquitetura*.
O Largo do kinaxixi antes da modernidade.
52b. Desenvolvimento (1970 - 2020).

Na **Contemporaneidade** apesar de terem sido demolidas peças modernas fundamentais da estruturação do conjunto, o espaço urbano mantém legível a unidade formal e função original do restante edificado que, assim, garante a compatibilidade entre o imóvel, seus usuários bem como a relação como a envolvente urbana.

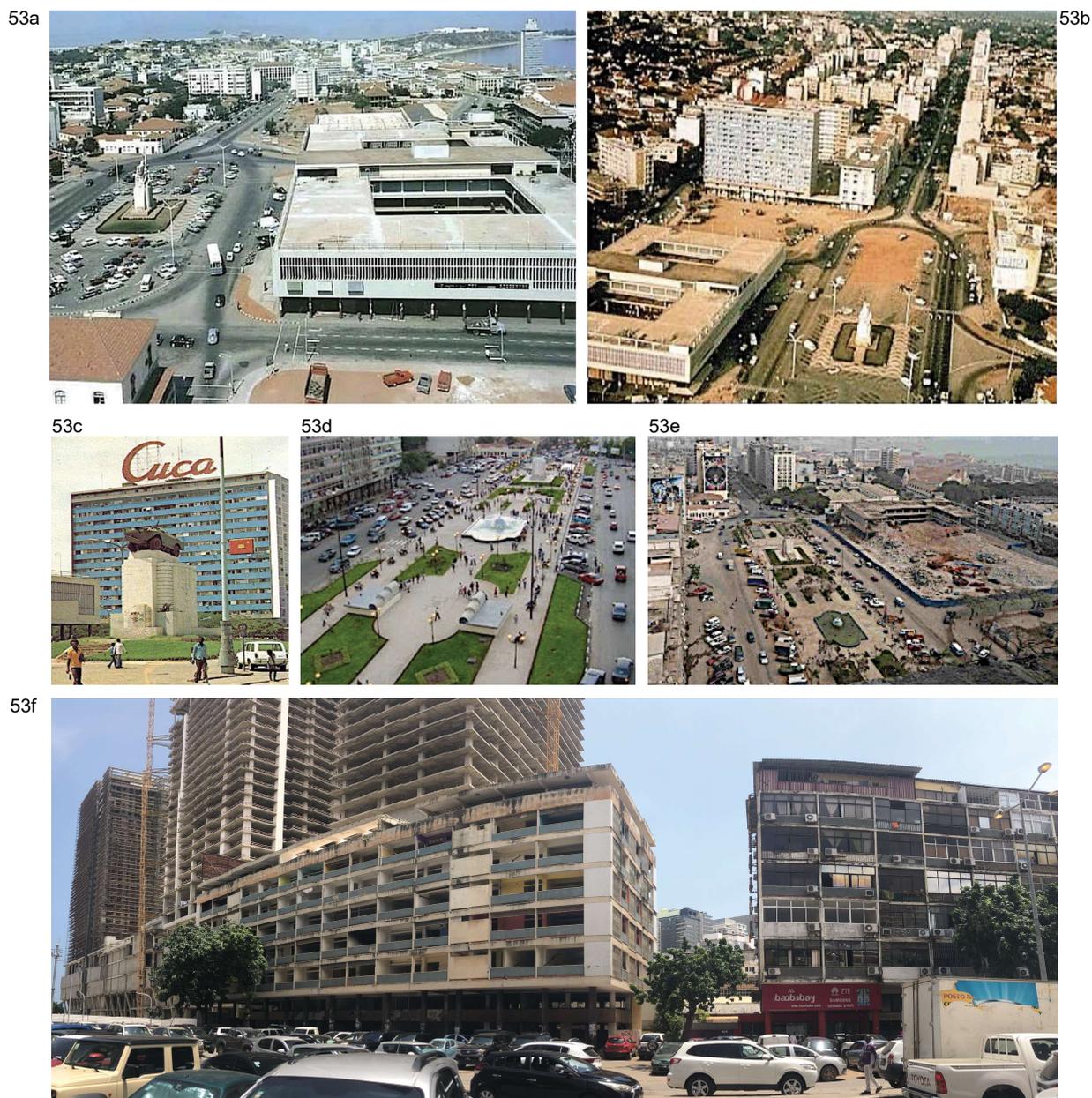
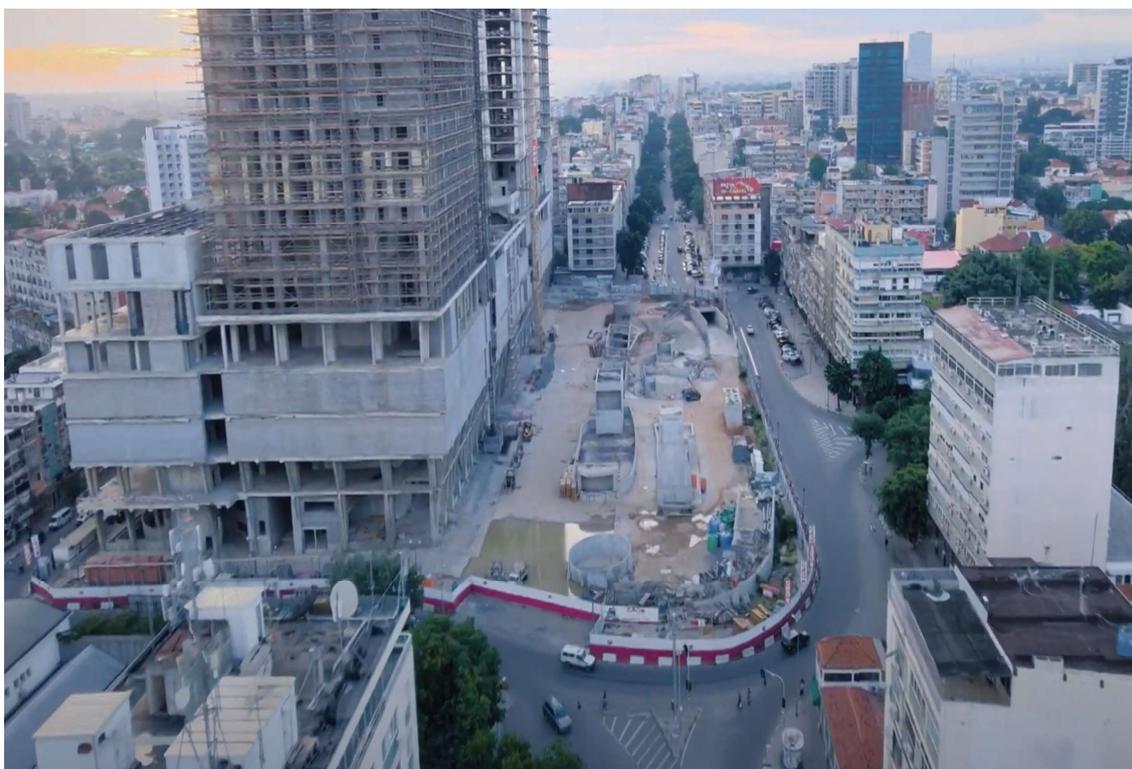


Fig. 53.
 O Largo do Kinaxi.
53ab. Durante a modernidade.
53cde. Desenvolvimento depois da modernidade.
53fg. Na contemporaneidade.



Como **Problemática**, para além das inexplicáveis demolições do património moderno Kaluanda, existe a arbitrariedade das obras há mais de 15 anos. Sem aparente resolução o critério das novas intervenção torna irreconhecível a organização urbana moderna do Lugar. No que diz respeito ao tráfego, bem como ao nível da circulação do peão as novas intervenção não acrescentam valor (em relação a implantação moderna) ao uso urbano diário Kaluanda: o desuso, abandono e desvalorização social da função moderna torna o Lugar inseguro e insalubre manifestamente põe em causa a forma de vida do centro da cidade.

54a



54b



54c



54d



Fig. 54.

A problemática do Largo do Kinaxixi.

54a. As inexplicáveis demolições do património moderno Kaluanda e a arbitrariedade das obras que já lá estão há mais de 15 anos.

54bcd. O Lugar: inseguro e insalubre manifestamente põe em causa a forma de vida do centro da cidade.

54ef. O desuso, abandono e desvalorização social da função moderna.



54e

10 | *Uma Economia*

Uma Vida No Novo Mundo

Uma Vida No Novo Mundo

Uma Economia | 11

Economia/Política

“É um empreendimento privado, feito com recursos da empresa (Kinaxixi Empreendimentos) do mercado, e a sua viabilização depende do cenário económico. Nós adaptamo-nos à situação.”

54f



Prémio de qualidade atribuído ao empreendimento.

Prémio de qualidade atribuído ao empreendimento.

Prémio de qualidade atribuído ao empreendimento.

Shopping Kinaxixi marca inauguração para 2024

REPORTAGEM. Desde o início da construção em 2008, as obras nunca pararam mesmo com o aperto causado pela crise económica. Já na fase de conclusão, o maior centro comercial de Angola espera abrir as portas dentro de três anos.

OBRAS ACIMA DOS 50%

Final, as obras do Complexo do Kinaxixi nunca estiveram paralisadas e, ao contrário das informações que davam conta da inauguração do centro comercial em 2015 e as restantes torres em 2016, a empresa proprietária do empreendimento não havia equacionado, pelo menos na altura, a data do corte da fita.

As vendas exclusivas ao VALOR são de Luciano Dhlak, diretor do Kinaxixi Empreendimentos, que insiste que as obras nunca pararam, mesmo quando a construtora Sonagge saiu em 2018.

Iniciado em 2008, com negociações a cargo da portuguesa Soares da Costa e continuada em termos de estrutura pelo Sonagge até 2018, o imponente empreendimento erguido no centro da cidade de Luanda está acima dos 50% de execução, estando a conclusão a cargo da empresa Crow Construction, desde o ano passado.

Luciano Dhlak estima concluir o shopping, a principal área do complexo com três torres de 25 andares, no primeiro semestre de 2024, na eventualidade de o

cenário económico começar a mudar positivamente a partir do próximo ano. “É um empreendimento privado, feito com recursos da empresa (Kinaxixi Empreendimentos) do mercado, e a sua viabilização depende do cenário económico. Nós adaptamo-nos à situação. Hoje, o mundo, e particularmente Angola, vive uma situação económica bastante contravergente, então o nosso ritmo está a acompanhar isso. A medida que houver uma recuperação, tanto a nível nacional e internacional, o ritmo da obra será maior”, explica o gestor, precisando que trabalha com uma previsão de entre 30 e 36 meses para terminar o shopping.

Do total de mil milhões de dólares de investimento previsto, 80 foi empregada metade e, embora não tenha pressa pelo facto de não estar “comprometido com ninguém” “lão-pouco ligado ao financiamento bancário, o também engenheiro conta um financiamento para concluir antes da data de entre 400 e 500 milhões de dólares. “Apelo financeiro é sempre necessário. Em qualquer parte do mundo, o empreendimento imobiliário é feito com recursos próprios e de bancos. Mas o

momento actual não permite que queira ter uma vertente muito solúcia imediata, os bancos hoje também se recusam da crise. A capacidade de investimento dos bancos está atrelada à situação mundial, foi agravado com a covid-19”, observa.

Apesar do difícil contexto económico, nota a qualidade de gestão “mais rigorosa” permitiu atingir, até ao momento, custos indirectos de 1%, diferente do

registo em empreendimentos desta corvagens que chegam aos 3% do custo total. “O que não implicará aumento do investimento previsto desde o início”, acrescenta.

SHOPPING E TORRES, “UM CONCEITO INOVADOR”
“O estilo e o conceito de Angola os materiais de acabamento do centro comercial entre os quadriculados e a cobertura. Brevemente, a actual imagem terá um outro aspecto exterior, à semelhança do interior, escondido das vistas de quem passa nas proximidades e pode jogar não está a decorer qualquer trabalho”, diz o gestor.

O centro comercial está do subterrâneo ao sexto andar, vai albergar 220 lojas diversas, seis salas de cinema, cafés, restaurantes e espaços de cultura, além de uma zona para quadriculados exporem produtos da terra.

Pronta a concluir, a obra iniciada por cerca de mil pessoas, conta actualmente com 200 funcionários, número em momento reduzido devido à pandemia da covid-19. E, segundo a empresa, são feitas a medida das possibilidades financeiras alguma retorque no centro comercial e as torres residenciais. Alguns apo-

ramentos encontram-se já executados, à espera de aplicação de portas e janelas.

Apesar de três em um, as entradas das torres de escritórios e residenciais são todas privadas e é possível lá mesmo quem tiver o cartão de acesso. Ou seja, quem estiver no shopping não consegue entrar no espaço residencial ou de escritórios. Ao contrário, os moradores e visitantes de escritórios podem ter acesso à zona comercial sem qualquer contrangimento, desde que tenham o cartão de acesso.

Com 18 apartamentos do T2 a T6, distribuídos em pisos de acordo com a tipologia, a torre residencial conta no último piso com piscina, ginásio, sala de jogos, sala de festas e churrasqueira. Já as torres de escritórios, com até 1.500 metros livres por piso, dispõem de salas de reunião, reunião corporativa. Ambas começaram a ser comercializadas depois da abertura do shopping.

LARGO DO KINAXIXI RECUPERADO
No início, a construção foi alvo de várias críticas por abranger um local bastante histórico e cultural. Mas que a empresa, em articulação com a administração local, conseguiu manter o famoso largo do Kinaxixi, cuja obra inclui também um grande espaço comercial, entre os quadriculados da rua da Nzinga Mbande. Diferente de há 13 anos, o largo conta um arrendatário e balneários públicos.

PREÇOS NÃO SERÃO EXORBITANTES
O preço das lojas, residências e escritórios não serão “do elevador”, assegura Luciano Dhlak, “com o argumento de ter o “custo controlado”. Todavia, a deflacionista dependente da realidade económica. “É claro que o processo de venda nunca é simples, depende de outros factores que nunca estão nas nossas mãos. Por exemplo, só para citar um caso concreto, a actividade de construção não tinha 17%, de um ano para cá passou a ser um ligeiro incremento de 14% do mercado. Então, não, eu tenho de me adaptar, buscar fórmulas para sobreviver a esta situação”, argumenta.

A abertura do empreendimento poderá gerar entre dois mil e quatro mil empregos directos.



Avenida Comandante Valódia
 tramo: Largo do Kinaxixi - Alameda Manuel Van-Dunem - Bairro Marçal.

Planeamento Moderno
 “Disciplina de Arquitetura”

Arq. Urb. Vasco Vieira da Costa
 Arq. Adalberto Gonçalves Dias
 Arq. António Matos Veloso

8. O Conjunto Edificado segue o planeamento moderno
 Prédio Cuca (quarteirão moderno)
 Arq. Luís Taquelim (final dos anos 50)

9. O Conjunto Edificado segue o planeamento moderno
 (final dos anos 50)



Fig. 55.
 Do Kinaxixi ao Marçal.

3 M - 3º momento:

Kinaxixi - Avenida Cmdt. Valódia (ex Combatentes da Grande Guerra);
(tramo) entre a alameda (transv.) Manuel Van-Dunen e o bairro do Marçal.

De acordo com a documentação consultada, o tramo entre o largo do Kinaxixi e o bairro do Marçal - avenida Cmte. Valódia, é definido entre o início dos anos 50 e meados dos anos 60 (pelo menos) por vários intervenientes e vai se edificando até aos anos 70.

Com a informação nº 171 de 8.10.1950, Adalberto Gonçalves Dias determina o Traçado dos Arruamentos do Largo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra:

“Para efeitos de implantação (no topo nascente da avenida): Zona Verde, entre o Largo e a Rua Senado da Câmara (limite de acesso ao, hoje, Bairro do Marçal), será alvo de estudo pormenorizado; Para o meio da avenida preconiza-se a construção de um edifício de interesse público de características monumentais (talvez uma igreja); do lado Norte, construção de Escola; do lado Sul, construção de Escola (retardada); construção de ajardinamento municipal - esta solução serve para se evitar o mau aspeto com a existência de terrenos abandonados (na maioria transformados em entulheiros).”

Com o propósito de estabelecer a *Dísciplina de Arquitetura*, em 4.10.1957, António Matos Veloso, com as informações nº 149 e 150, demarca o “Gabarit” dos quarteirões definidos pelas Rua do Brasil e Rua Dom João II e a ligação à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra:

“Se estudou o respetivo Gabarit tendo como base o Plano de Massas dos edifícios, alguns já existentes, procurando conjugar-se as distribuições dos mesmos com os respetivos volumes, a fim de se obter o equilíbrio de todo o conjunto urbano, pretendeu-se também quebrar a monotonia que resulta da continuidade de alguns dos edifícios, criando uma alternância de corpos mais elevados, cuja altura é resultante da largura da rua e corresponde ao número de pisos que se indica nos desenhos (projeto). A atual fisionomia urbana aparece-nos, assim, encaraterizada e só à custa da unidade na variedade se conseguirá dar maior riqueza plástica a este conjunto arquitetónico: correta distribuição de volumes em função do talhamento e

das exigências urbanísticas definidas para o local; quebra da monotonia de volumes com maior possibilidade de rendimento dos edifícios, uma vez que a partir do 3º piso os regulamentos determinam que seja instalado elevador; o número de pisos será segundo as ruas - os edifícios mais baixos têm altura correspondente a R/C mais 4 pisos sendo o último recuado - os mais altos R/C mais 7 pisos sendo o último recuado; os afastamentos são os constantes do Regulamento do Plano, originando um recorte em “degrau de escada”, o que arquitetonicamente se nos afigura desequilibrado e inestético - conclui-se que o afastamento só vem beneficiar os proprietários dos terrenos e permite a valorização dos apartamentos de todo o conjunto; todos os projetos a apresentar terão de ter esta disciplina de arquitetura, tendo em atenção todo o conjunto, pelo que será obrigatória a apresentação de um desenho que inclua o alçado dos edifícios contíguos; em qualquer dos casos dever-se-á ter sempre em atenção, o local e as condições de aproveitamento e valorização dos terrenos, como forma de garantir à Cidade a fisionomia própria resultante de um estudo sério e criterioso; fixação de prazos (que têm de ser cumpridos) não só para a ocupação dos terrenos, mas também para os faseamentos das construções, por faseamento de construção não se entenda apenas o Regime de Alturas; no caso específico da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (entre a Alameda Dom João II e a Rua Senado da Câmara), há um ponto de partida R/C mais 3 pisos pois, à data deste documento, já existiam edifícios que não suportariam maior número de pisos; a partir do 4º piso haverá um piso intermédio que estabelecerá a transição para o corpo que corresponde ao “Gabarit” previsto, ou seja, R/C mais 9 pisos, sendo o último recuado; para os arruamentos prevê-se dum e doutro lado faixa-verde com 10 m de profundidade a qual serve de proteção às construções que ali se projetam destinadas a escolas e estabelece a continuidade da faixa-verde incluída na Rua do Senado da Câmara; os alçados com ligação aos edifícios contíguos devem apresentar pormenores da fachada indicando materiais e cores respetivas, são obrigados a respeitar os pés-direitos mínimos fixados pelo RGEU.”

Pode-se relacionar, talvez (sem dados concretos que o afirmem) esta abordagem, mais encerrada nas suas fronteiras de implantação, com o desenho de Vasco Vieira da Costa para a, hoje, Avenida 4 de fevereiro na Marginal de Luanda, no âmbito do seu Plano Regulador de 1952, que marca um novo skyline na imagem da cidade moderna, criando um ritmo altimétrico ondulante entre o edifício do Igreja Nossa Senhora da Nazaré e o edifício do Porto de Luanda, com a

particularidade de, ao nível térreo, desenvolver longas galerias, como consta da Informação nº 101 de Adalberto Gonçalves Dias de 19.4.1955 :

“Pórtico de verga reta, com distância entre eixos de 4 m, com pilares ou colunas externas com metade da largura para garantir que a geminação - continuidade em banda - apresente a mesma secção que as intermédias, devem existir semelhanças nas alturas, elementos e composição arquitetónica, cobertura em terraço excepto para os edifícios já existente”.

Reforçado pelo esclarecimento de Vasco Vieira da Costa sobre o entendimento da distribuição de Cérceas “Gabarit”, na Informação nº 309 de 14.8.1958:

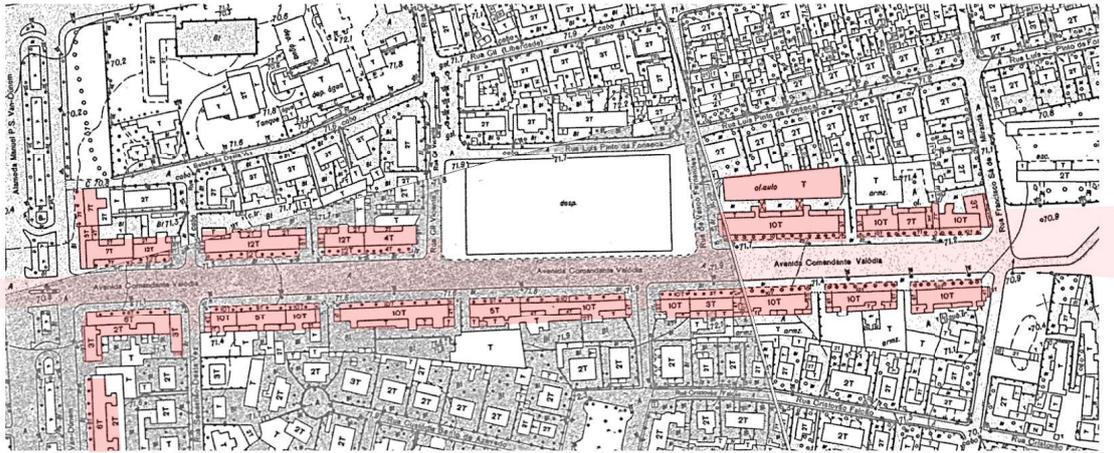
“Disciplinar com total controle através da fixação do número de pisos, processo que se tem vindo a praticar, de resto em face à própria fixação do Gabarit, verifica-se que a satisfação das exigências caracterizadas pelo Conselho de Estética , fixação de números de pisos, corte transversal esquemático, desenhos conjugados necessários a sua perfeita compreensão, no caso da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, não se poderá repetir, visto que a natureza dos condicionamentos, que se pretende fixar, levam a considerá-lo como uma disciplina de arquitetura e não uma simples cércea.”.

Ainda sobre “Gabarit e Plano de Massas” Adalberto Gonçalves Dias com a Informação nº 232 de 16.3.65, para a Alameda Dom João II confirma:

“Para edifícios a construir: pórtico com 6 m de profundidade, galeria de peão, poderão ser construídos avançando o R/C até ao limite posterior do talhão; segundo o Gabarit aprovado em 6.4.1960, não previa pórtico, o Plano de Massas consta dos desenhos e considera-se um pórtico de 4 m de frente e 6 m de profundidade; quanto à profundidade do 1º piso é aumentada para 20 m.”.

Garantindo-se deste modo a *Disciplina de Arquitetura* numa *leitura de conjunto*, mas acima de tudo promovendo o bem-estar dos Kaluandas, com percursos urbanos mais confortáveis e protegidos contra a heliose tropical.

56a



56b

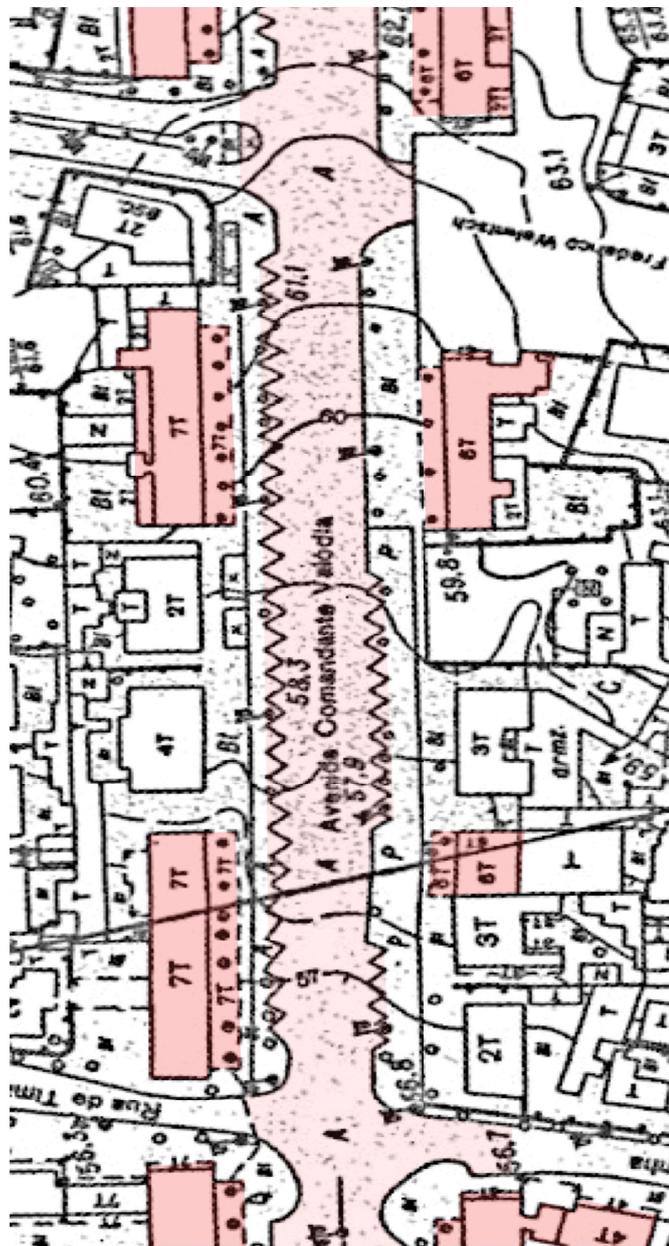


Fig. 56.

A Av. Cmdt Valódia.

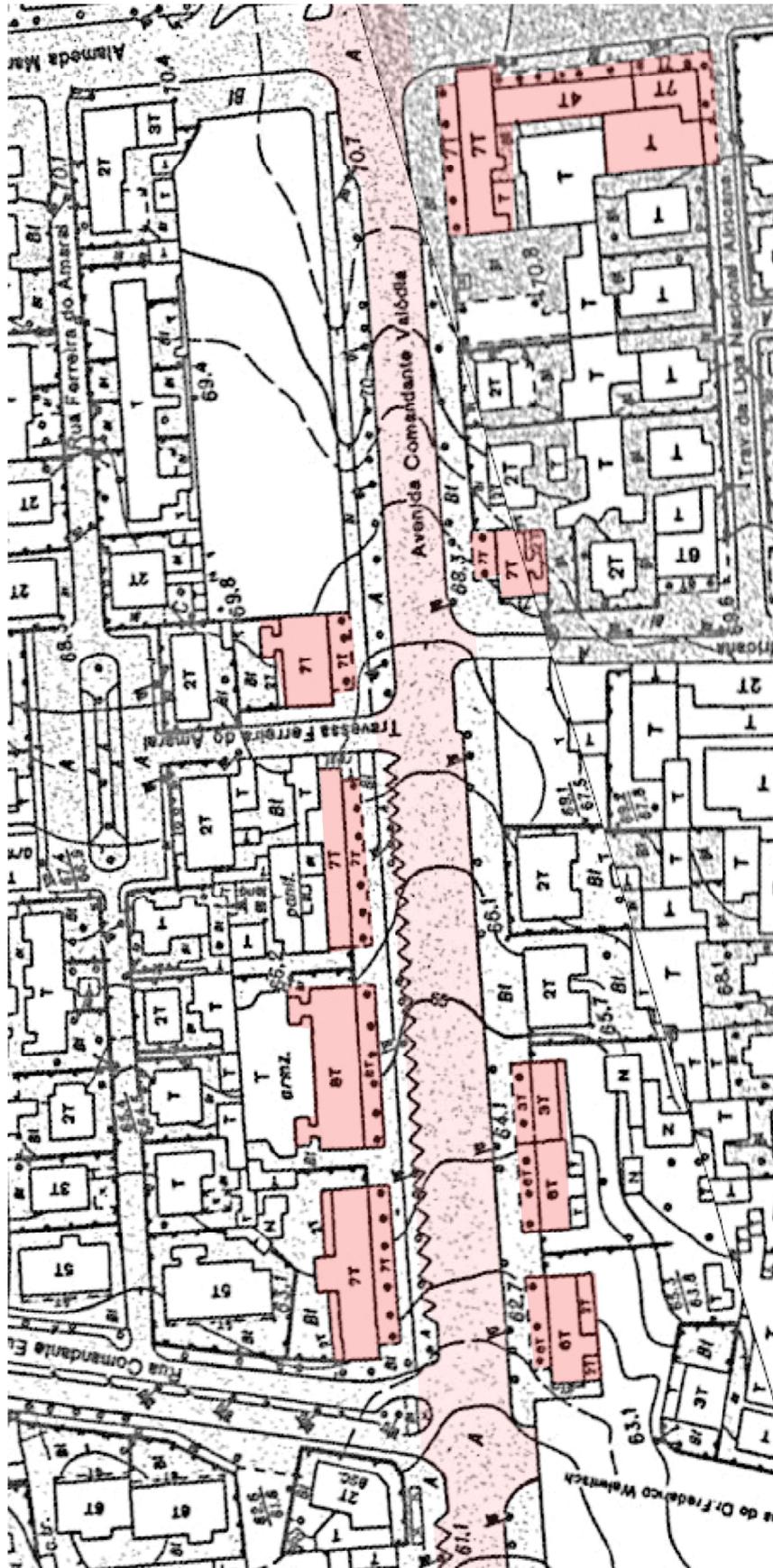
(entre a Alm. M.Vandunem e o Marçal).

56a. Implantação do edificado moderno.

56b-g. O pormenor da tipologia de implantação da edificação em galeria urbana (segundo a *Disciplina de Arquitetura*).

56h. A Alm. Manuel Vandunem transversal ao eixo Mutamba - Marçal.

56ijk. O edificado moderno da Av. Cmdt. Valódia (mais próximo do Marçal)





56d



56e



56f

56g



56h



56i



56j



56k

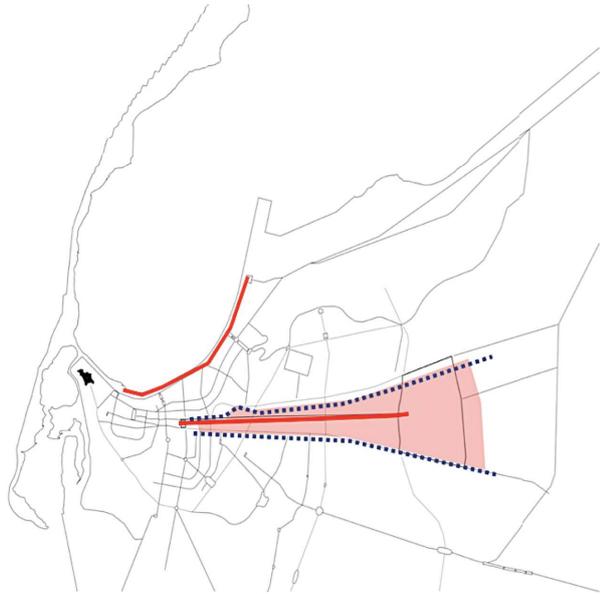


Marginal de Luanda

Avenida 4 de Fevereiro

Desenho de Vasco Vieira da Costa no âmbito do seu Plano Regulador de 1952

Marca o skyline da cidade moderna. Cria um ritmo altimétrico ondulante entre o edifício do Banco Nacional de Angola e o edifício do Porto de Luanda. Ao nível térreo, desenvolve longas galerias, que garantem a leitura de conjunto, mas acima de tudo promovem percursos urbanos pedonais mais confortáveis e protegidos contra a heliose tropical.



57a



57b



57c



57d



Fig. 57.

A Marginal de Luanda e o seu edificado (desenho similar ao do eixo Mutamba - Marçal).
57a-n. Aspectos de comparação. Imagens do seu desenvolvimento entre 1950 e 2020.

57e



57f



57g



57h



57i



57j



57k



57l



57m



57n



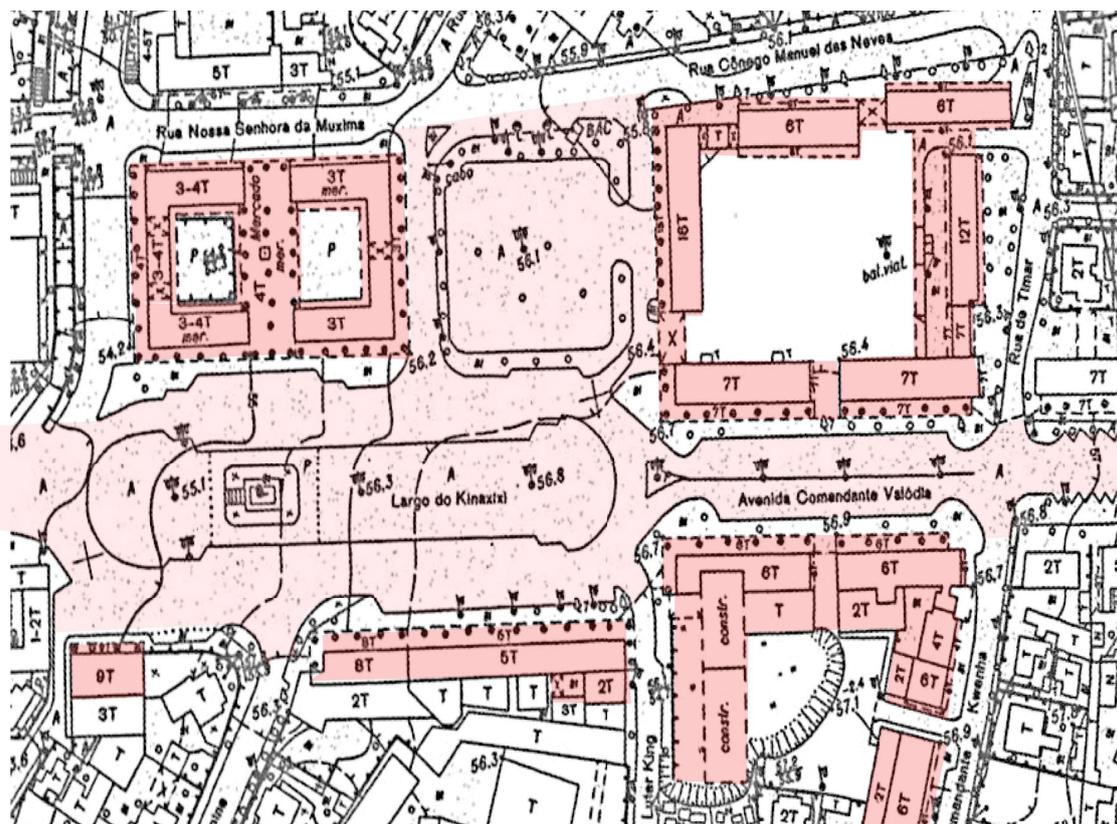
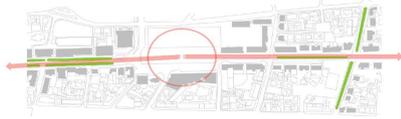
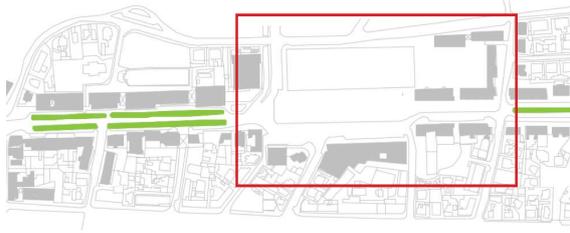


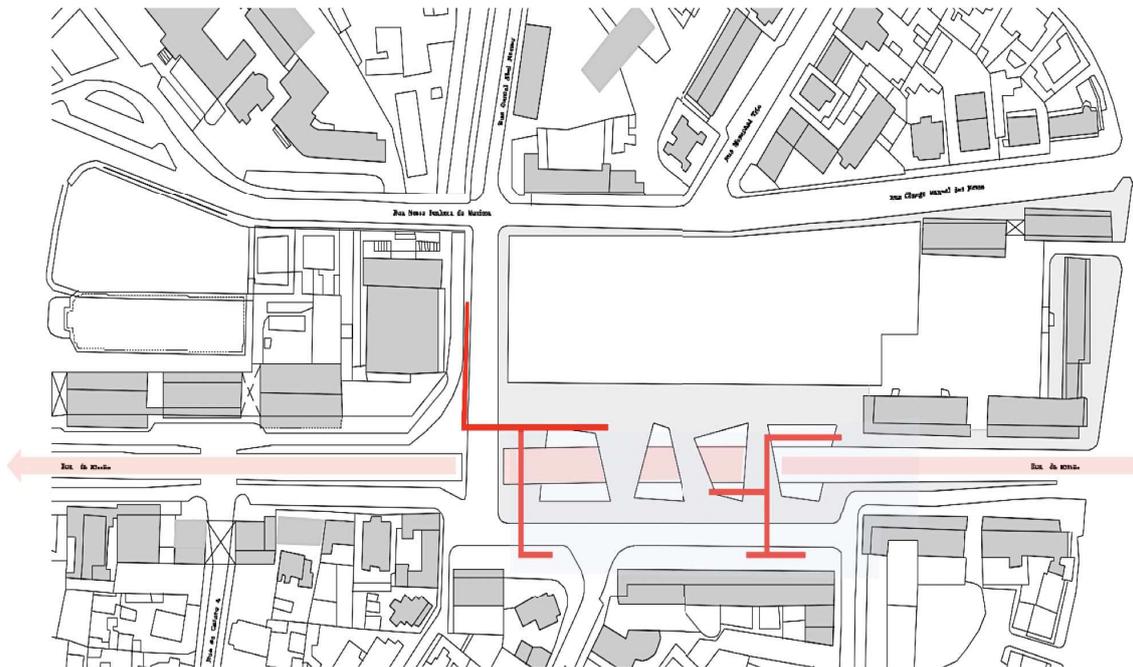
Fig. 58.
O Largo do Kinaxixi e a implantação moderna do seu edificado.

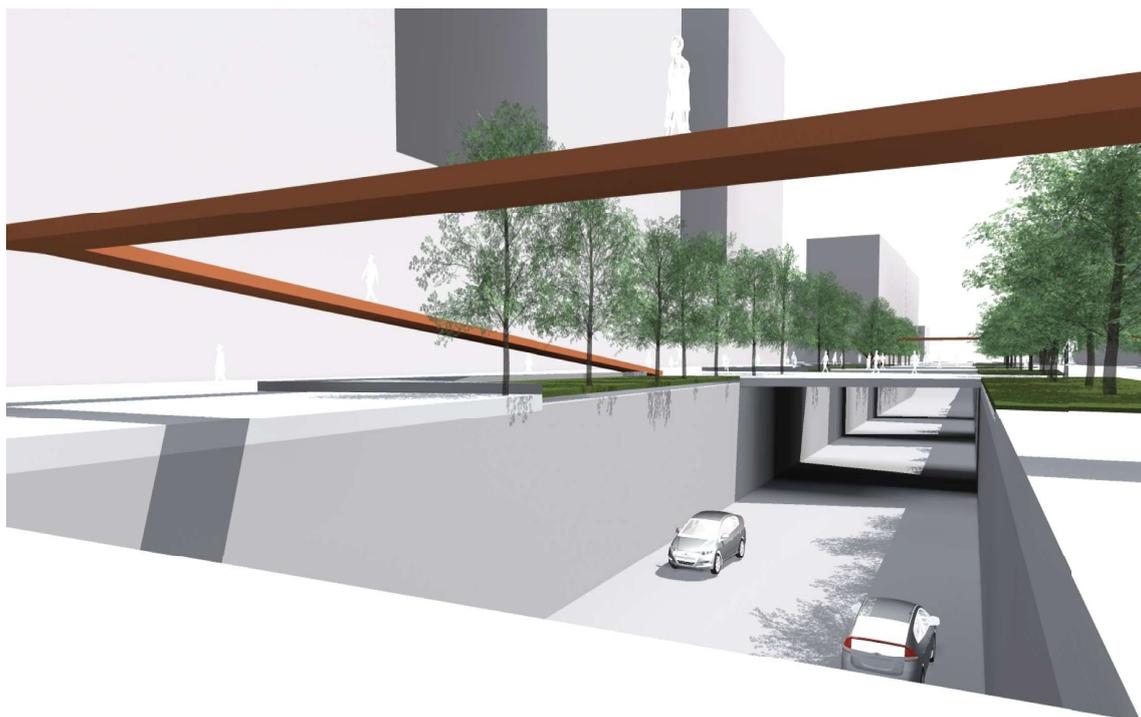
Estratégia projetual preliminar de *Ressignificação e Reuso* na contemporaneidade.

Compreendendo o contexto, deduz-se que a continuidade da urbanidade Kaluanda deverá passar por dar maior expressão ao eixo Mutamba – Marçal, bem como a valorização de toda a sua histórica, com a execução de soluções muito próximas às já executadas para as Avenidas Novas de Lisboa. Utopias à parte, as Avenidas Novas tornaram-se realidade, graças ao empenho e exaustividade das indicações sobre a operacionalização de expropriações, terraplanagens, largura das estradas e dos passeios, sistema de esgotos, etc. Todos estes estudos convergiram num melhoramento da cidade, com suporte num pensamento urbanístico moderno, oferecendo novos usos – serviços, comércio especializado e repartições públicas – e também novas formas e tipologias arquitetónicas. À falta de harmonia volumétrica, respondeu-se com projetos mais tardios fundamentados na ordem, com edifícios neutros, adotados por arquitetos que, defendendo-se da linha sugerida pelo regime e dos modelos impostos, desenvolviam cidade através de programas marcados pelo pragmatismo e continuidade, senão mesmo de reforço, da renovação urbana que nascia. A partir da década de 60, domina a chamada renovação pontual ou difusa, isto é, a renovação afetou todo o planalto das Avenidas em que a bitola das cérceas se orientou pelos dez pisos. Embora não conseguindo conter, por si só, a renovação urbana e a especulação imobiliária, estas medidas de salvaguarda contribuíram para manter no seu lugar um acervo eclético de edifícios com valor patrimonial, acentuando o desequilíbrio das cérceas e a dissonância arquitetónica que, no fundo, constituem mais um momento identitário das Avenidas desde o início da sua edificação. Alguns autores relevam mesmo a capacidade do plano urbanístico inicial suportar toda a metamorfose no tempo, falando de uma malha neutra e aberta à transformação, que é a essência afinal da ideia das novas avenidas de Luanda e que, apesar das transformações sofridas, conservam a identidade de percurso, que agora se pretende reconciliado com a história, através desta dinâmica Kaluanda em constante transformação. Todavia, 80 anos depois, elas ainda mostram a sua expressão sociodemográfica e socioeconómica, também como uma tarefa fundamental para melhor entender as representações sociais que sobre esta área da cidade têm os que nela residem, trabalham, circulam e os que têm o poder de a planear e gerir. A plausível “nova” expressão do Kinaxixi, com circulação rodoviária desnivelada, consegue oferecer aos Kaluandas (nomeadamente ao peão) a autonomia desejada para o melhor usufruto de todas as condições de excelência urbana que estes conjuntos de desenvolvimento proporcionam a Luanda.



A **Proposta** que se apresenta, representa uma estratégia que sem querer vincular um desenho como solução propõe um compromisso com a leitura da cidade como um todo enfatizando a ligação Baixa – Musseque. Esta proposta para a nova praça admitindo o que lá está edificado tenta recuperar um processo de valorização dos espaços excepcionais, espaços construídos públicos, pertencentes a um tecido urbano com características culturais singulares, de complexidade e diversidade identitárias, como afirmação da riqueza formal vital Kaluanda. Propõe-se ainda uma circulação rodoviária desnivelada, oferece-se ao peão a autonomia desejada para o melhor usufruto do Espaço Público. Este vínculo ao suporte moderno parece-nos ser a melhor forma de *Ressignificar e Reusar* o Lugar, também como estratégia de salvaguarda patrimonial do moderno angolano.





A circulação rodoviária desnivelada, oferece ao peão maior autonomia e garante com segurança melhor usufruto do Espaço Público.



Bairro Marçal.
(Unid Vizinhança nº 7)

Planeamento Moderno
"Disciplina de Arquitetura"

Arq. Urb. Simões de Carvalho

10. Os Edifício segue o
planeamento moderno
Arq. Urb, Simões de Carvalho

11. HUAB (na atualidade)
Hospital Universitário
Américo Boavida
(final dos anos 50).

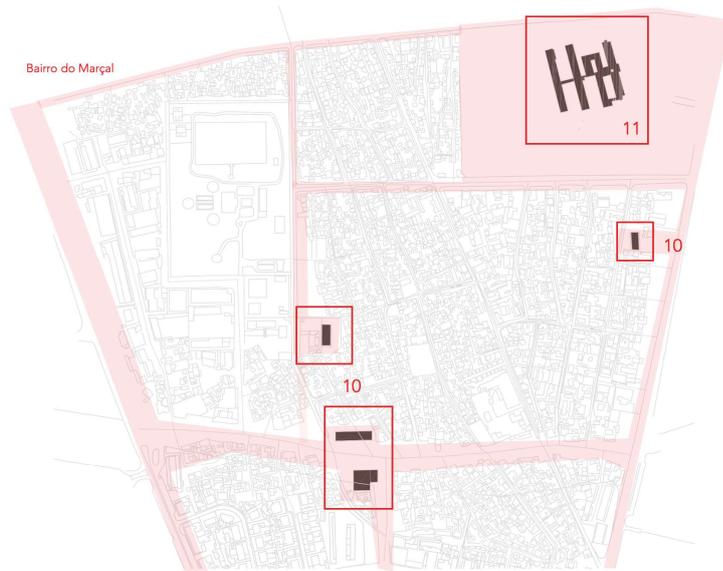


Fig. 59.
O Bairro do Marçal.

4 M - 4º momento:

o Bairro do Marçal (Unidade de Vizinhança nº 7).

A expansão urbana no século XX, de acordo com o conceito de planeamento e a sua dispersão no território, originou, em Luanda, o aparecimento de vazios urbanos. Estes territórios (hoje, ocupados informalmente) surgem e apresentam disparidades conforme a época de formação e as características do território de inserção.

À margem da urbe formal, a mais ou menos 3 Km da Mutamba, no sentido interior Este do planalto, o bairro Marçal representa, hoje, a segregação social no espaço urbano Kaluanda. De raiz secular fundacional, o bairro é caracterizado por uma expansão acelerada, livre e desordenada, resultante do seu crescimento demográfico (in)formalmente (auto)planeado.

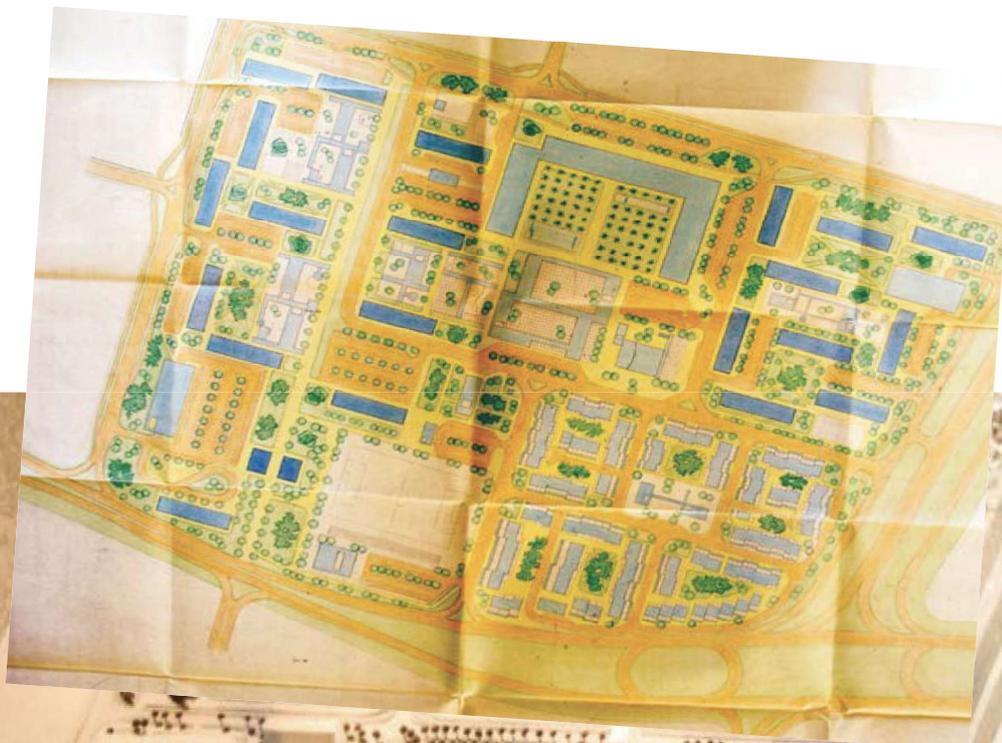
O bairro, que já foi Mu Seke, no remate do centro histórico de Luanda, território de casebres onde sempre viveu população marginalizada, apresenta-se entalado por vias estruturantes que o arrastam para um modo de vida urbano que em nada tem a ver com o seu carisma cultural identitário e de sobrevivência própria.

O novo modo de vida moderno, principalmente desde os anos 60, trouxe ao Marçal os constrangimentos sociais e estruturais naturais que pesam sobre as áreas periurbanas, as consideradas periferias históricas Kaluanda.

O bairro do Marçal (Unidade de Vizinhança nº 7) enquadra-se no processo de “Extinção dos Musseques e a sua futura legislação” pelo Gabinete de Urbanização, como se lê na carta de Fernão Lopes Simões de Carvalho, Informação Carta nº 6406 de 20.12.1961:

“Assunto de carácter político e social e só ao Governador compete definir as características para a sua planificação. É um problema cuja solução exige que se considere todo o território da província. A opção do Gabinete baseia-se na política de sociedade multicultural que julgamos ser a vigente, para os princípios sociais básicos para a vida nas cidades, seja isenta de atritos e nelas se restructure o bem-estar social, que impõe como condição a não realização de qualquer espécie de segregação.”.

60a



60b

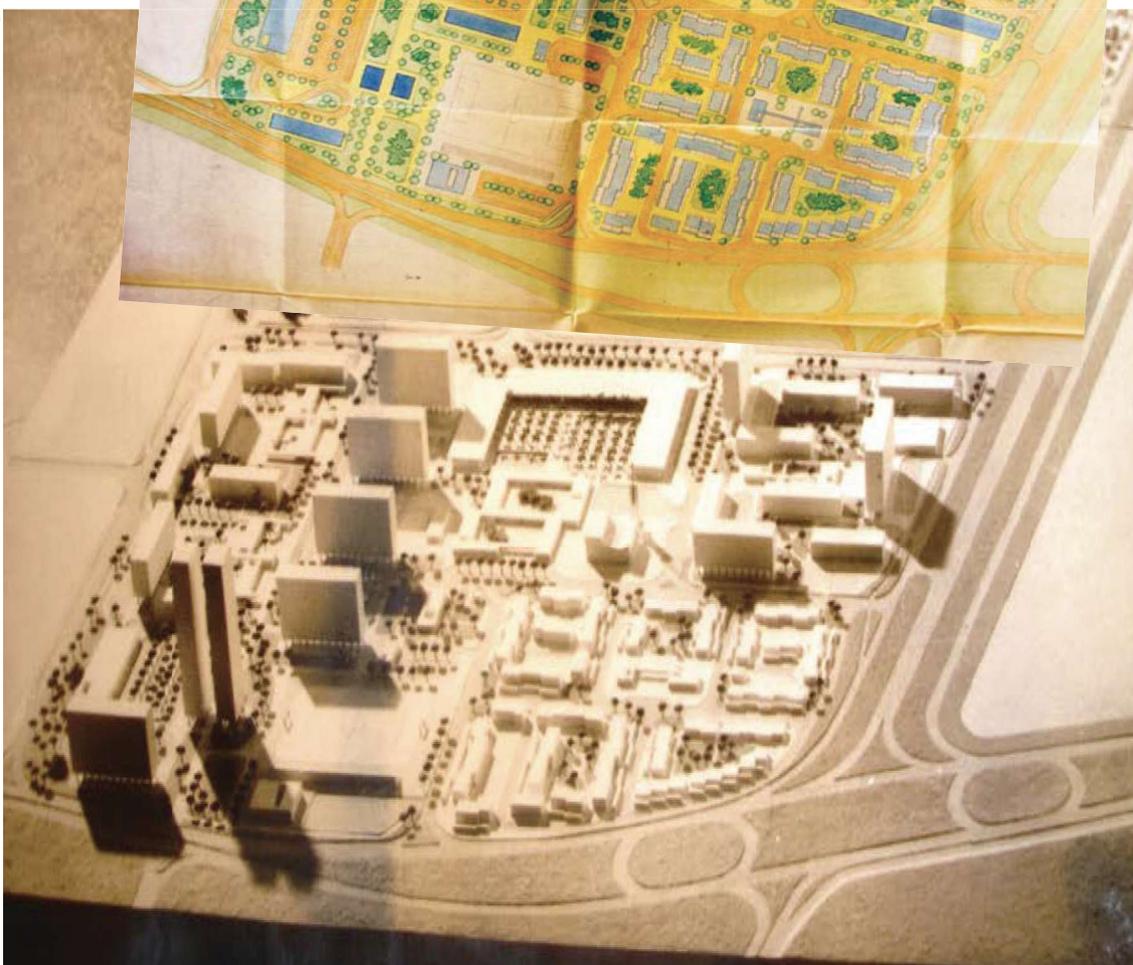
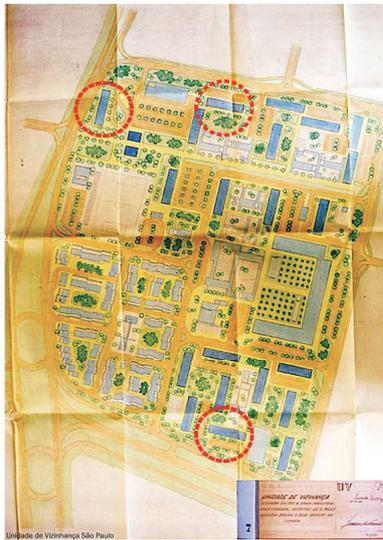


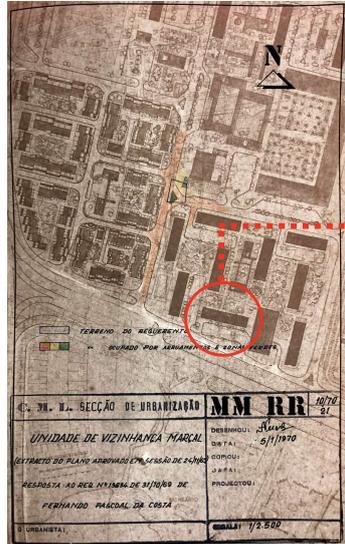
Fig. 60.
O Bairro do Marçal - UV nº 7 (moderno).
60a. Planeamento
60b. Maqueta

“Assim pensamos que as populações atualmente residentes nos musseques aí devem permanecer procedendo-se ao arranjo urbanístico das suas áreas em bairros com carácter muito económico, onde se infraestruturam as diferentes raças e classes sociais - Informação Carta nº 52/GU/61 de 21.9.1961 sobre o Plano do Musseque Rangel. Tendo apenas atenção ao nível económico, pelo menos 50% dos aglomerados previstos deverão ser destinados à sua atual população (indígena), no âmbito das 10 Unidades de Vizinhança de expansão da Cidade. Os economicamente débeis (detetados pelos inquéritos convenientes) cuja estabilidade social já é um facto, deveriam ser chamados a ocupar edifícios que, por necessidade económica de densidade populacional, somos forçados a prever com vários pisos. Os outros, cujo grau de evolução não permita a adoção a tais formas de habitação, serão alojados em edifícios de um só piso de carácter especial cuja construção nas mesmas Unidades de Vizinhança está prevista. Procura-se, como se verifica, seguir uma política de disseminação de vários tipos racionais e até classes sociais no seio de todas as novas Unidades de Vizinhança a criar. Na remodelação dos novos bairros, sempre pela criação de Grupos ou Unidades de Habitação muito económicos, esperamos ver esta fusão racial e social a proliferar em maior escala e em toda a cidade. O nível económico será assim a única determinante para essa determinação e, portanto, uma vez espalhadas as construções acessíveis a todas as bolsas e o acesso a elas devidamente controlado, julgamos ver facilitado o problema que é hoje a extinção progressiva dos musseques. Infelizmente, porque a população negra de Luanda é três vezes maior do que a europeia, esta proposta não poderá resolver totalmente a questão. Por isso dissemos que a sua solução exige uma política que abranja todo o território, aglomerados urbanos e meio rural. para diluir as atuais massas de mão-de-obra que se encontram nas urbes e evitar o êxodo rural - motivado pelos diversos fatores que provocam a conhecida atração das cidades, há por um lado necessidade de deslocar e implantar as diferentes atividades - indústrias e afins - que absorvem a grande mão-de-obra, no meio rural e, por outro lado, é necessário dotar as populações rurais de meios idênticos aos que têm os habitantes das cidades. Estes são os princípios que têm presidido a elaboração do nosso Plano Diretor da Cidade de Luanda que este Gabinete estuda.”

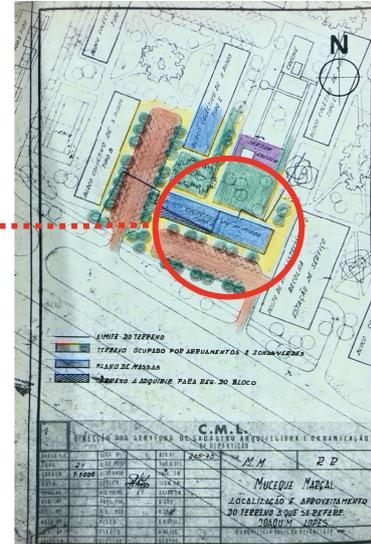
A **Modernidade** marca o desenvolvimento urbano e arquitetónico de Luanda através da “Disciplina de Arquitetura” a partir da década de 1950. Entre 1961 e 1963 é desenvolvido o conceito de Unidades de Vizinhança por Simões de Carvalho. O bairro Prenda (UV nº 2) representa a maior concretização deste conceito.



61a

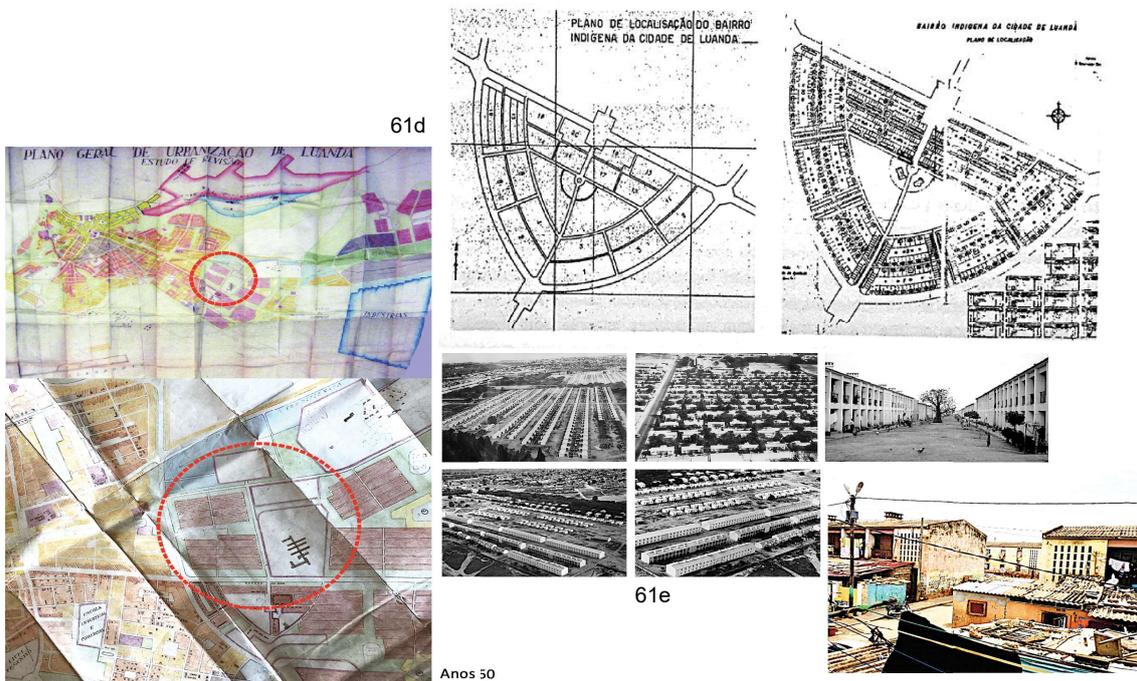


61b



61c

O desenho dos quarteirões do bairro do Marçal segue ainda o projetado por Fernando Batalha para os bairros indígenas dos anos anteriores. Por suposição analítica podemos dizer que esta definição de “ocupação do solo” - povoamento - segue a proposta para o Colonato da Cella (no Planalto de Aboim - Waku Kungo - Kwanza Sul) de 1952.



61d

61e

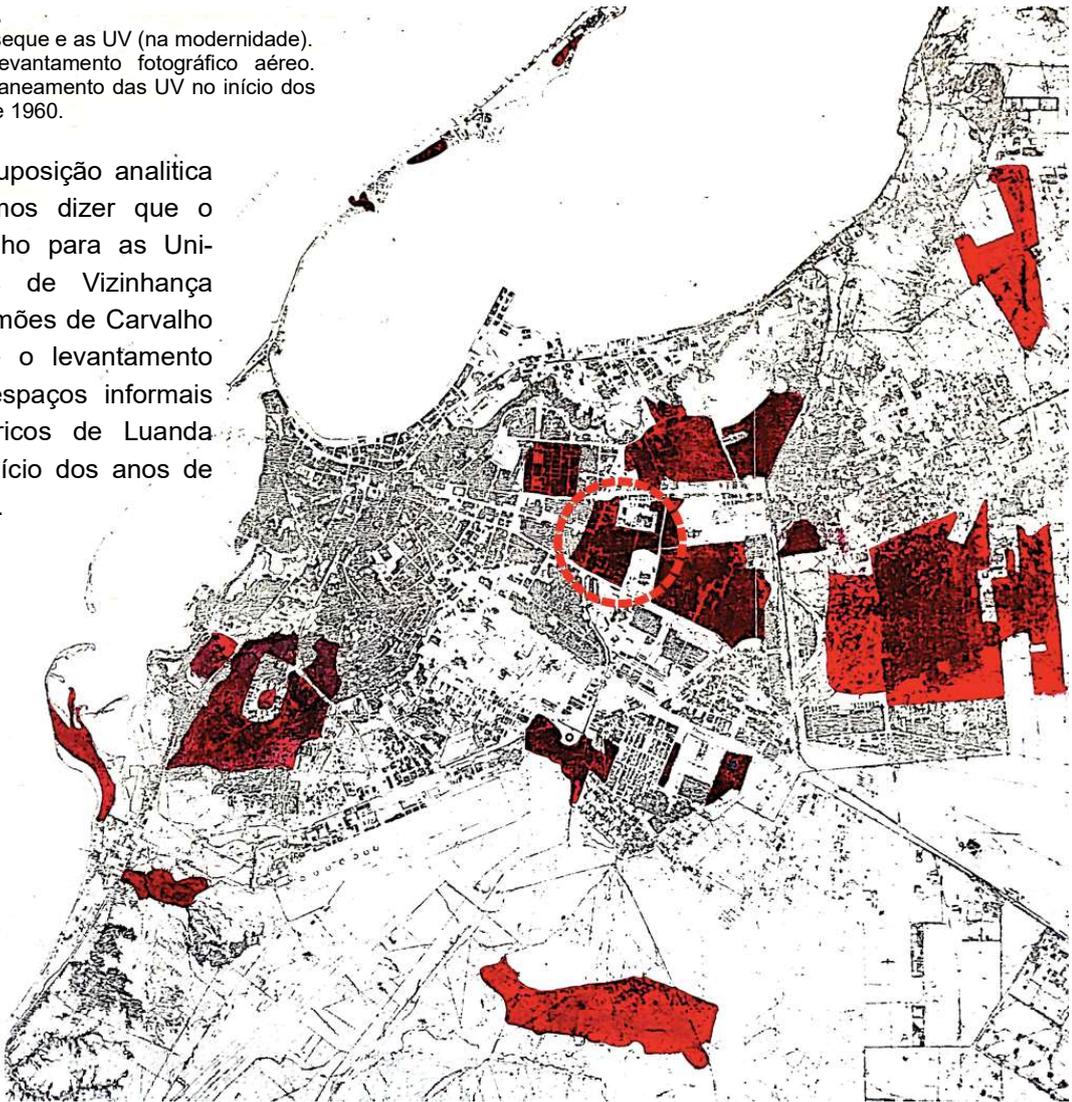
Anos 50

61f

Fig. 61.
 O Bairro do Marçal - UV nº 7 (a modernidade).
61abc. Planeamento
61d. Planeamento do primeiro Bairro Indígena do início dos anos de 1950.
61ef. Imagens do Bairro Indígena nos anos 60 e na atualidade.

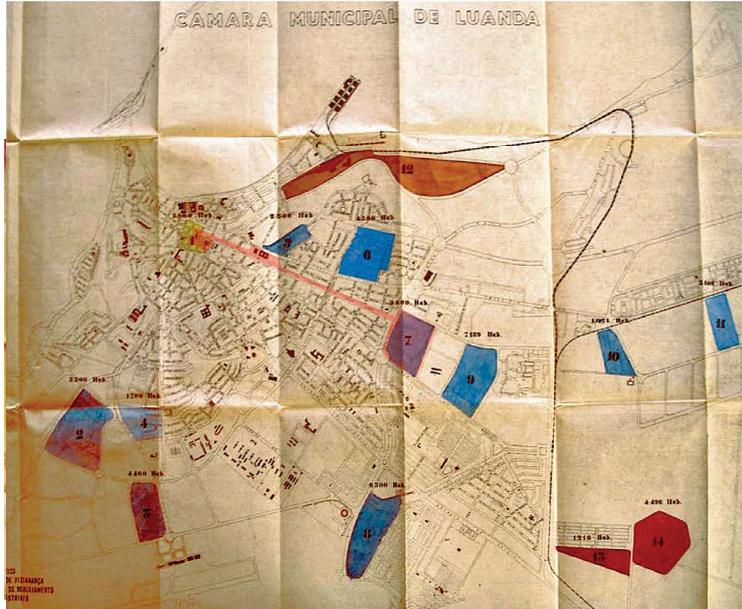
Fig. 62.
 O Musseque e as UV (na modernidade).
62a. Levantamento fotográfico aéreo.
62b. Planeamento das UV no início dos anos de 1960.

Por suposição analítica podemos dizer que o desenho para as Unidades de Vizinhança de Simões de Carvalho segue o levantamento dos espaços informais periféricos de Luanda (do início dos anos de 1960).



62a

Unidades de Vizinhança
 Plano de Urbanização de 1961
 UV nº 7
 (5600 Hab.)



62

Na **Contemporaneidade** o que restou da intervenção moderna consegue demonstrar uma unidade formal bem como a sua função original, que assim garante a compatibilidade entre o imóvel, seus usuários bem como a relação como a envolvente urbana. Contudo, a infomalidade tomou conta do espaço não concretizado, tornando não exequível qualquer hipótese de recuperação do planeamento moderno da UV nº 7. Abre-se, assim, uma interessante possibilidade de adaptação da estratégia moderna a vivência contemporânea Kaluanda. Este vínculo ao suporte moderno parece-nos ser a melhor forma de *Ressignificar e Reusar* o Lugar, também como estratégia de salvaguarda patrimonial do moderno angolano.

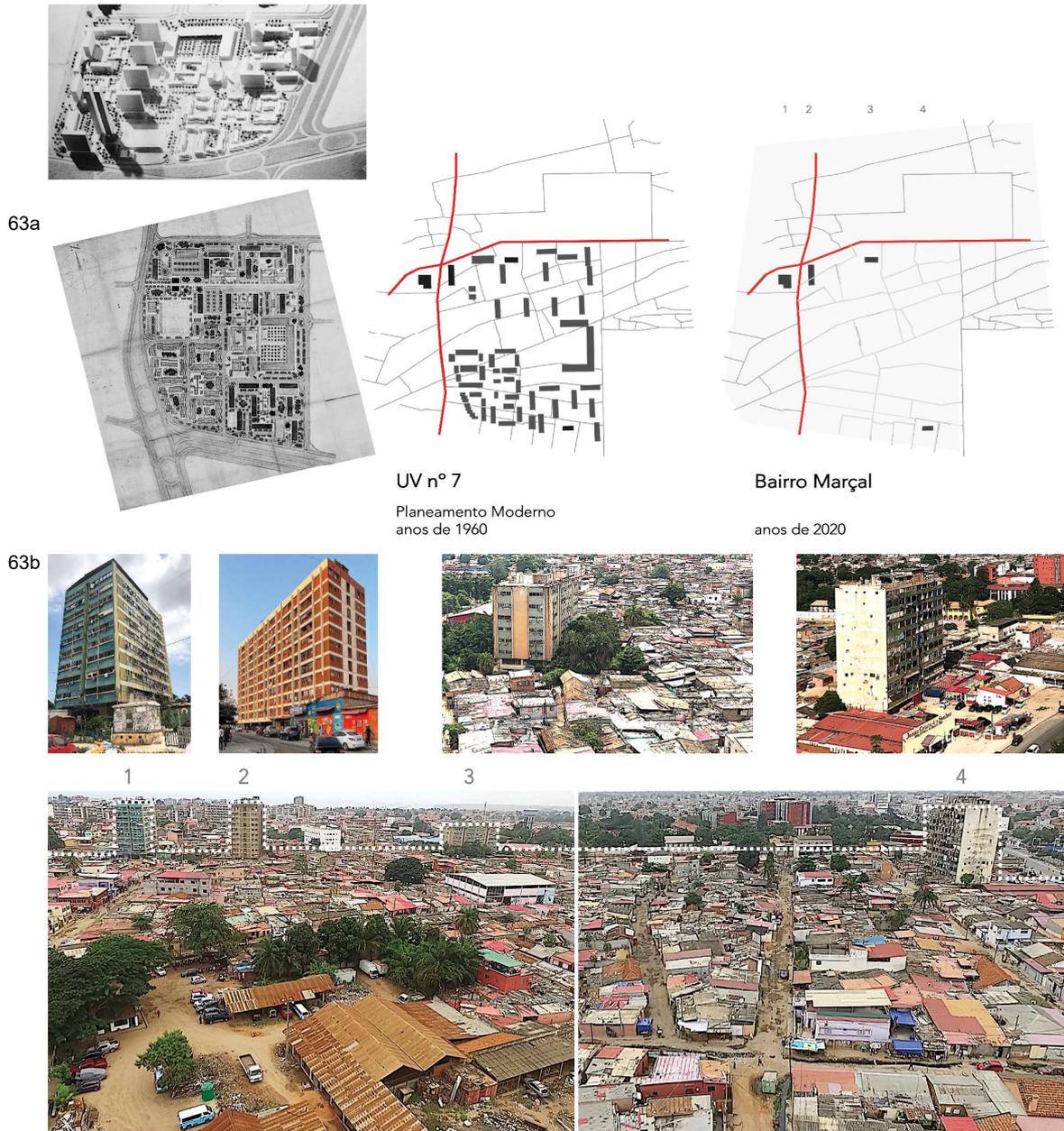
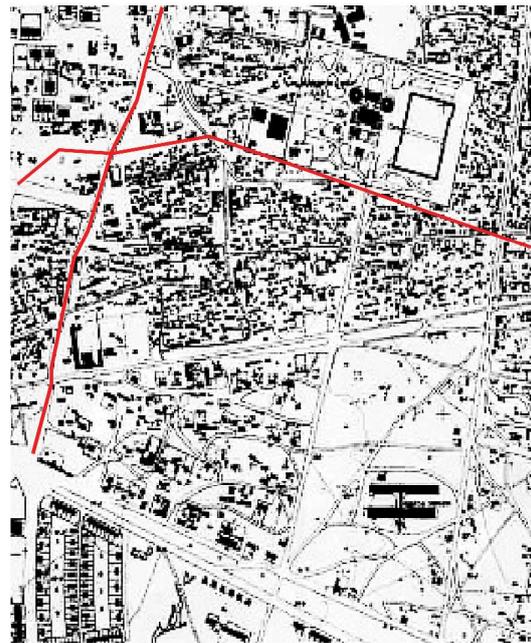
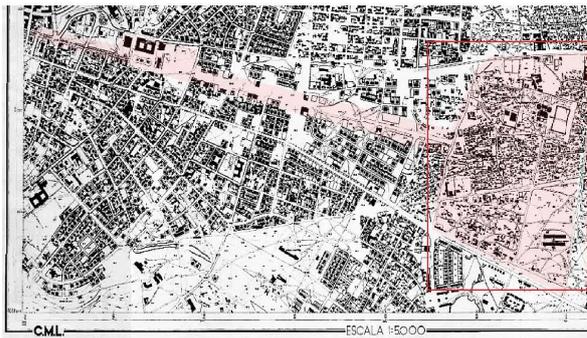
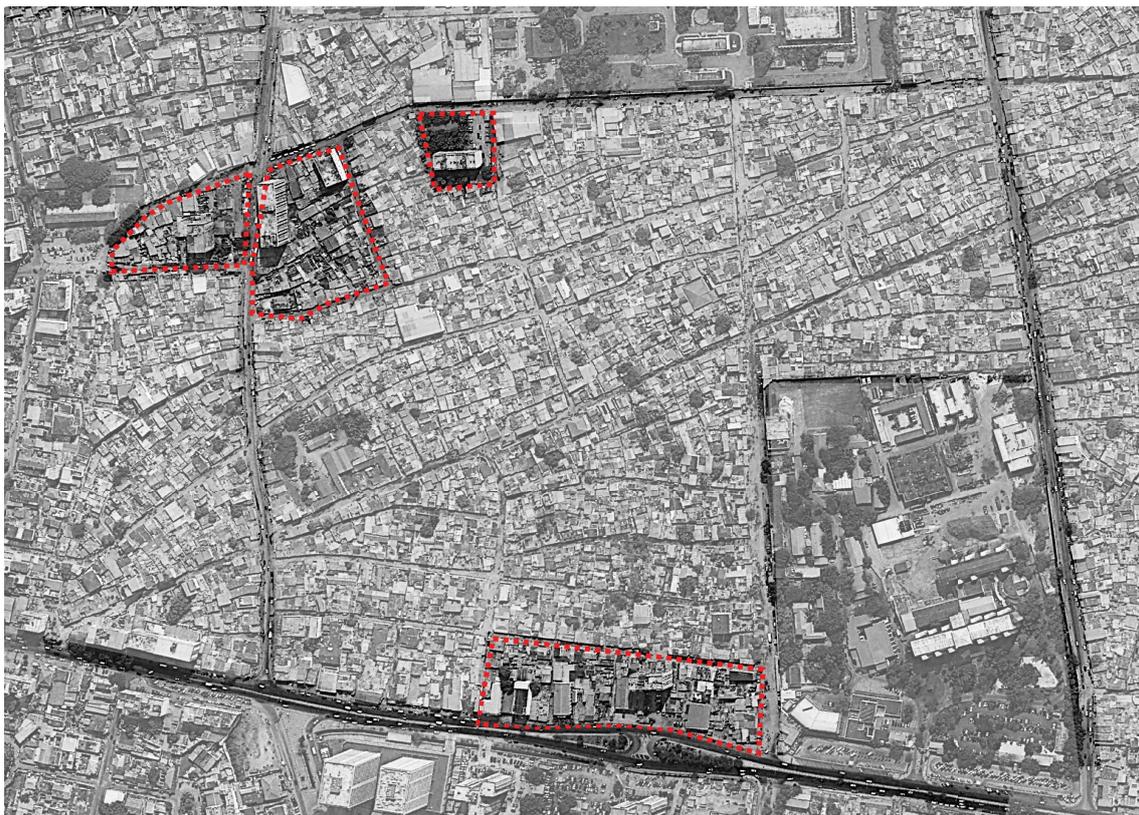


Fig. 63.
O Bairro do Marçal - UV nº 7 (na modernidade).
63a. Relação do Planeamento dos anos de 1960 e na atualidade.
63bcd. O que restou do Planeamento na atualidade.



63c

Por suposição analítica podemos dizer que esta “ocupação do solo” deriva do desenho dos quarteirões do primeiro bairro indígena projetado por Fernando Batalha (nos anos de 1940) no seguimento de directrizes dos anos de 1920 (de Norton de Matos). À margem do tecido consolidado (na área periférica) o bairro “exemplar” deveria albergar extensas peças paralelepípedicas de grande simplicidade e soluções de construção elementares.



63d

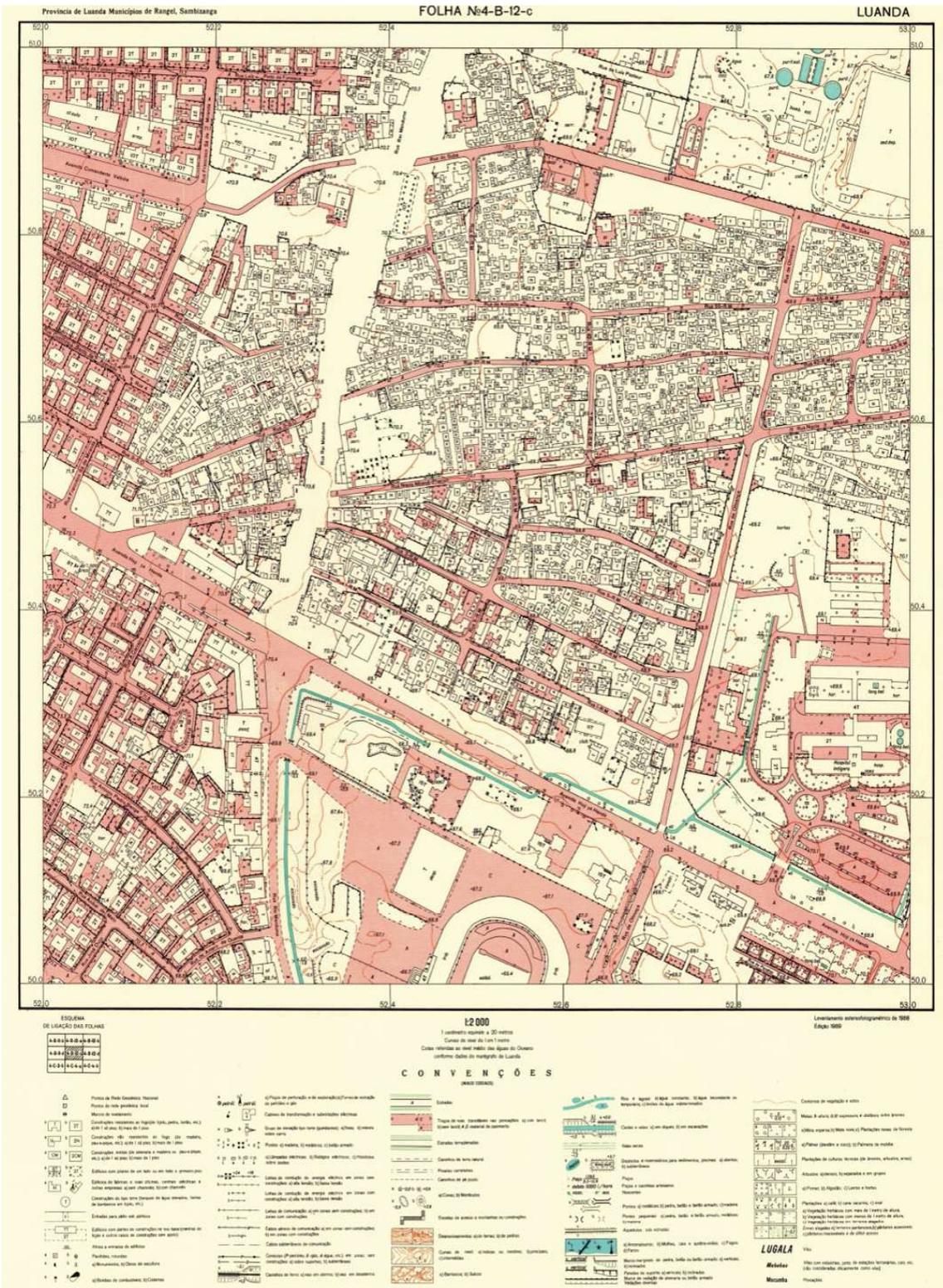
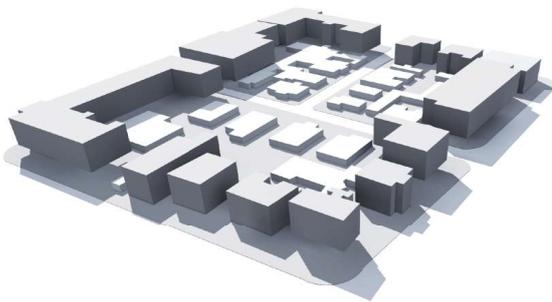


Fig. 64.
 O Bairro do Marçal.
 Levantamento aerofotogramétrico de 1986.
 Folha nº 4-B-12-c.



O “coroamento moderno” aplicado no desenvolvimento das Avenidas Novas de Luanda parece ser, de alguma forma, uma continuidade da tipologia de implantação e edificação na contemporaneidade do bairro do Marçal (consequência informal da modernidade).

Fig. 65.
O Bairro do Marçal na atualidade.

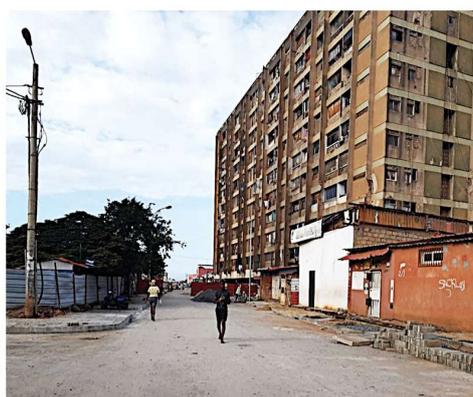
Sobre a **Problemática** do bairro Marçal percebe-se facilmente que é fundamental reforçar a conexão entre Baixa e Mu Seke – Centro e Periferia, interligando as duas realidades, nomeadamente através da valorização do seu espaço público. Embora o modelo de habitação coletiva vertical represente, ainda hoje, uma boa solução para a apropriação do lugar, tendo em conta a densidade de ocupação do solo, já não é possível formalizar o planeado pela UV nº 7. Neste sentido, é legível que a atual estrutura de circulação viária e pedonal (estrutura ainda em evolução), não confere o conforto necessário em termos de qualidade de pavimento (quando existe), de sombreamento entre outras características que a modernidade conformou. A falta de definição destes espaços como estritamente públicos ou de situação intermédia (controlada) dificulta a vida urbana no interior do bairro Marçal. O desuso, o abandono e desvalorização social fomentam a falta de segurança para peões e representam a informalidade Kaluanda.

66a



66b

2016



66c

2018



66d

2020

Fig. 66.

A Problemática do Bairro do Marçal na atualidade.

66a. imagem aérea do Edifício conhecido como o “Prédio Sujo” do Marçal.

66bcd. Evolução da imagem do “Prédio Sujo” entre 2018 e 2020.



Fig. 67.
A problemática do edificado moderno do Bairro do Marçal na atualidade. O desuso, o abandono e desvalorização social do Lugar representam a informalidade Kaluanda

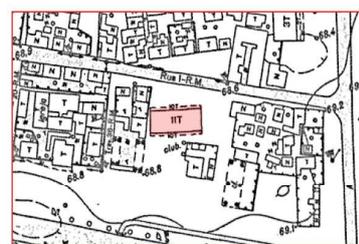
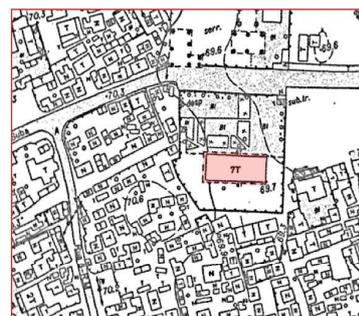
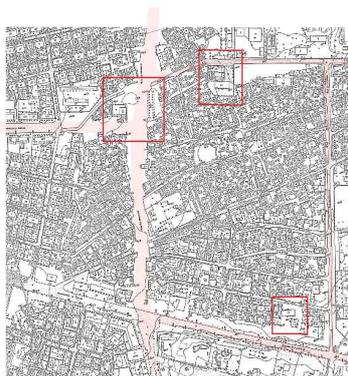
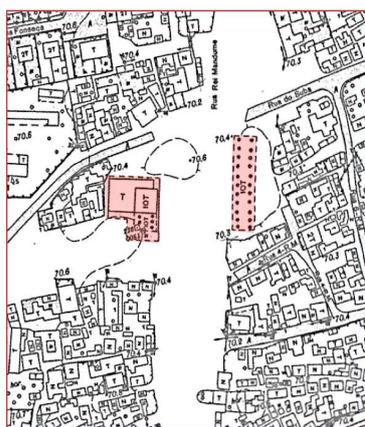


Fig. 68.
A Proposta para o Bairro do Marçal.
Implantação do edificado moderno.

Estratégia projetuais preliminar de *Ressignificação e Reuso* na contemporaneidade.

O crescimento de génese não planeada (não pela falta de planeamento, mas sim pela falta da sua concretização), onde se enquadra o contexto social e urbano do Marçal, tem agudizado o desequilíbrio das condições de vida dos seus habitantes, estruturalmente fragilizados. Na periferia dos eixos modernos estruturantes da urbanidade Kaluanda ou no comumente designado por Mu Seke (caótico e indigente) é na incerteza, na indeterminação ou falta de definição (que resulta da capacidade fundacional débil ou da precária ocupação solo disponível) que se enquadram estes territórios que no caso de Luanda, já se alastram a quase toda a sua extensão territorial. Contudo, se por um lado, essa circunscrição estrutural e social potencia o desenvolvimento de respostas através de estrategistas socioespaciais que naturalmente apontam para práticas muito próximas das analisadas até agora, ou seja, práticas relacionadas com urbanismo tático, por outro, a (auto)organização não privilegia a produção de espaços de vivências públicas comuns, ou seja, a relação “forçada” entre os contextos informais e o arquétipo moderno de planeamento consolidam-se em espaços de partilha aparentemente incompreensíveis pelo não reconhecimento da ordem formal de matriz urbana funcional.

Neste sentido, o planeamento estruturado destes territórios implicará perspetivá-los a partir da sua leitura cuidada, ultrapassando a já obsoleta dicotomia formal/informal (Jenkins e Andersen, 2011). Dadas as suas relações entrecruzadas ou interdependências reafirmadas diariamente (Baixa - Mu Seke), poderá ajudar a obter um planeamento assente em micro desenhos de ação tática que consigam gerar compromissos, oportunidades, negociações, como referem Oppenheimer e Raposo (2002). Este fundamento, que não assume somente o território regulamentado e ordenado (infraestruturado e parcelado), mas também o desregulado e desordenado, como herança da iniciativa subjetiva da resposta coletiva aos constrangimentos urbanos e consequentemente socioeconómicos, vem na mesma sintonia do crescente interesse e relevância que este debate tem assumido nos diversos fóruns académicos e de influência científica. São, portanto, temas desafiantes no que respeita ao modo como poderão ser encontradas soluções espaciais de inclusão reinterpretativa no planeamento urbano formal (Viana e Carvalho, 2016).

Para se perceber o modo como o **Planeamento Tático** pode ser estratégico na atuação e concretização formal nestes territórios é preciso conhecer alguns parâmetros administrativos e regulamentares de execução:

Segundo o World Bank Group, **Governança** é a forma pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país visando o seu desenvolvimento e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Governança pode ser sinónimo de governo, o órgão de soberania ao qual cabe a condução política geral de um país, sendo o órgão superior da administração pública. No entanto, governança também pode dizer respeito às medidas adotadas pelo governo para governar o país em questão. São oito as principais características da boa governança: Estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusividade, efetividade e eficiência e prestação de contas. Alguns autores sugerem que o conceito de governança não passa de uma reformulação do conceito de governabilidade, ou seja, a capacidade de governar. Trata-se de uma circunstância que revela estabilidade social, financeira, política e permite ao poder executivo exercitar as suas funções, governando de maneira estável. Tal situação traduz-se na legitimidade que o estado e o seu governo têm de empreenderem as transformações necessárias para atingir a condição de governabilidade. A principal diferença a considerar entre governabilidade e governança está na forma como a legitimidade das ações dos governos é entendida. Na governabilidade, a legitimidade surge de a capacidade do governo representar os interesses pelas suas próprias instituições. Já na governança, a legitimidade surge de um processo mais elaborado, ou seja, surge do indispensável entendimento de que, quando grupos específicos da população participam na elaboração e implementação de uma política pública, ela tem mais hipóteses de ser bem-sucedida. Ambas procuram a defesa da participação institucionalizada como meio para se alcançar a estabilidade política.

O **Orçamento Participativo** é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente para assuntos locais, através de processos de participação da comunidade. No orçamento participativo, o poder de decisão passa da alta burocracia e de pessoas influentes para toda a sociedade. Isso reforça a vontade popular para a execução das políticas públicas. Outro benefício do orçamento participativo é a prestação de contas do Estado aos cidadãos. Esses mecanismos geram confiança e melhoram a qualidade da Governança nas cida-

des, mas sobretudo, os maiores benefícios são o desenvolvimento de uma cultura democrática dentro da comunidade e, assim, o fortalecimento da sociedade local, inclusive na criação de **Lideranças Locais** que representam a vontade das suas comunidades.

Ao exigir o seu funcionamento adequado, a postura transparente por parte de quem governa e ao permitir que o governo obtenha informações sobre as exigências consideradas prioritárias pela população, o Orçamento Participativo permite que se reduza o risco de erros na aplicação dos recursos públicos e também que diminua o espaço para práticas lesivas ao fundo público como desvios de recursos públicos e corrupção.

A **Sustentabilidade da Intervenção** não se limita apenas aos aspetos ligados à fase de execução das obras. Há avanços na **Monitorização** entre outras ações pós-edificação, que permitem assegurar o processo sustentável. O conceito de sustentabilidade da intervenção de reabilitação e revitalização ganha relevante importância na consolidação das condições urbanísticas, sociais, económicas e culturais necessárias à vitalidade e manutenção dos espaços a transformar.

O processo deve assegurar a adaptação e a revitalização não só das estruturas edificadas, mas também dos elementos imateriais, dos atores locais e das relações que aí ocorrem. Esta sustentabilidade está dependente, entre outros, da fixação da população residente, da preservação da integridade dos seus valores patrimoniais, da existência de atividades económicas que garantam a vitalidade da zona, a utilização do edificado pre-existente com usos variáveis, instrumentos de gestão territorial adequados e a manutenção da qualidade ambiental urbana. Todos estes aspetos devem ser considerados nos Planos em vigor ou a vigorar. Importa também perceber o cenário esperado para este território, tendo presente o contexto atual de acontecimentos. A preocupação com a sustentabilidade deste processo partilhado deve ser demonstrada por todos os atores intervenientes direta ou indiretamente na revitalização da área urbana.

Na prática, esta planificação programática de ação partilhada deverá produzir espaços construídos de potencial comunhão sociourbana abrangente que exponham a transposição do desconhecimento e estigmatização de questões extremamente importantes com as ligadas à posse legal dos terrenos das habitações ou criação de emprego formal.

O eixo urbano Mutamba – Marçal, caso de análise, apresenta esta transitoriedade de fluxos e movimentos. Neste sentido, interpretar o desdobramento das suas vivências, da sua apropriação, da aculturação socioespacial e da relação de imprevisibilidade urbana, poderá tornar útil a estruturação de um planeamento tático em sistema aberto capaz de equacionar e lidar com estas lógicas de operacionalidade maleável (territórios marcados pela flexibilidade direcional) urbana.

O Marçal, Unidade de Vizinhança nº 7, é um projeto (Plano de Pormenor de 1961/63 de Simões de Carvalho) para 5600 habitantes uma Zona Industrial concessionada entre o Hospital de São Paulo (hoje Hospital Américo Boavida) e Estação de Tratamento de água com “limite” na Rua da Brigada. O seu programa albergava 23 blocos de habitação coletiva em altura (na área norte e sul) e 80 habitações unifamiliares (na área sudoeste); 12 equipamentos (essencialmente de comércio) que se integravam nas zonas habitacionais. Hoje verifica-se que apenas 4 edifícios de habitação coletiva foram construídos de acordo com o planeado e que a sua estrutura viária (interna) nunca chegou a ser executada. Toda a área pública restante (reservada para equipamentos, jardins, áreas de reunião e convívio) esta informalmente ocupada.

A Unidade de Vizinhança nº 7, hoje bairro Marçal, vazio urbano projetado preenchido com (in)formalidade (auto)produzida pode, assim, encontrar no Planeamento Tático (Acupuntura Urbana) a solução prática para a Resignificação e desenvolvimento urbano contínuo. Esta prática integrada de ações pontuais, de Resignificação, Revitalização e construção de identidade também como forma de salvaguarda do arquétipo moderno, pode ser considerada como forma de alteração progressiva de urbanidade destes territórios.

Sobre esta complexidade estrutural e social que hoje apresenta o bairro Marçal, para propor soluções mais bem fundamentadas, procurou-se cruzar informação obtida e daí, talvez, conseguir soluções plausíveis e adequadas para o lugar, no âmbito dos temas que se pretendeu explorar na abordagem desta Tese.

Propomos uma estratégia tendo como referência a definição de Jaime Lerner (2003). Assim, a Acupuntura Urbana pode ser a metodologia de análise (conceito geral) ou prática de inserção urbana para daí obter possíveis consequências positivas na criação ou conversão de espaços públicos úteis em Luanda.

Para o Marçal, num primeiro momento foi analisada toda a informação, possível deste território afeto à Administração do Município do Rangel, nomeadamente a apresentada pelo Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola – Censo 2014. A posteriori, através de pesquisa bibliográfica dedicada, desenvolvida pelo *projeto Nguimbi* e do *Laboratório Urbano de Angola* (entrevistas, levantamentos, mapas, planos oficiais e inquéritos in situ) cujos resultados cruzados constituíram a base de fundamentação e de atualização da informação, referente ao ano de 2020.

Desenhou-se, portanto, uma estrutura de apoio para melhor gestão de resultados de pesquisa e propostas. Esta estrutura contempla fases de atuação divididas em três semestres de implementação:

Primeiro semestre (entre janeiro e junho de 2021):

Inquérito – Questionário digital: Característica do inquirido; Características da habitação; Nível socioeconómico do agregado familiar do inquirido; Ambiente do território; Serviços básicos (água potável e saneamento); Transportes;

Preocupações e Entidades; Participação e Necessidades.

Análise do Território: Visitas de campo; Captura de imagens;

Acessos viários e pedonais; Cobertura dos serviços de distribuição pública;

Áreas, Serviços e Equipamentos; Salubridade.

Segundo semestre (entre julho e dezembro de 2021):

Análise e Tratamento dos dados: Divisão da área por secções; Propostas de Desenho Urbano;

Propostas de modelos habitacionais; Relação de acessos e rotas de transportes coletivos; Divulgação: Apresentação de maquetes físicas e/ou virtuais;

Apresentação gráfica e estatística dos resultados;

Divulgação de matérias em revistas especializadas e jornais.

Terceiro semestre (entre janeiro e junho de 2022):

Acompanhamento da evolução da temática; Indicação de um ponto focal para interpretação e atualização local de dados; Divulgação de resultados finais.

Sobre os inquéritos desenvolvidos (entre janeiro e junho de 2021): Estudar as áreas urbanas consolidadas com vizinhança de áreas de génese informal (Mu Sekes) numa Capital da Província de alta densidade populacional (Luanda); Criar

uma base de dados urbanos que se pretende ser partilhada com a comunidade em geral atualizada periodicamente; Determinar as motivações do movimento rural – urbano e interurbano; Perceber a dinâmica de ocupação informal do solo, relação com as áreas de trabalho e acesso aos transportes coletivos formais ou informais; Identificar a origem das populações residentes em áreas de génese informal; Perceber a relação da população com os espaços públicos do bairro; Estudar a problemática habitacional nestas áreas e arredores; Perceber a atual relação da gestão urbana com o aparecimento e consolidação destas áreas e arredores.

O questionário foi elaborado com foco nos espaços públicos, mas também com relevância para questões sobre habitação e serviços. Contém 52 perguntas, entre elas escolha múltipla e de resposta aberta. Todas as respostas são confidenciais, deixando a identidade do participante anónima, e a participação foi completamente voluntária. A formação das equipas de campo contou com a participação de técnicos do LURA, membros das comunidades e administração, parceria com a Universidade Católica de Angola UCAN. O IPGUL auxiliou na gestão burocrática e administrativa bem como na elaboração de estratégias de execução dos questionários pelas ruas do bairro do Marçal com base num mapa, previamente elaborado, com a divisão do bairro em zonas para uma melhor logística de recolha: Os resultados obtidos, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS, estão dentro dos objetivos do Laboratório Urbano de Angola e problematizam o fenómeno das dinâmicas rural-urbanas; podem ser um potencial auxílio à gestão pública para a estruturação de investimentos focados mais equilibrados e melhor suportar o crescimento populacional dos centros urbanos.

Dentro da conceção “deve-se compreender o Mu Seke como uma ordem complexa suscetível de planeamento a partir das suas exigências”, importa refletir sobre a possível interpretação dos resultados dos inquéritos desenvolvidos (entre janeiro e junho de 2021) no âmbito do desenvolvimento desta Tese:

Sobre o Perfil da Amostra e o Nível Socioeconómico: Dentro das 205 respostas recolhidas, para o perfil da amostra, demonstra-se que a maioria dos dados recolhidos foram do género masculino (53,3%) face a uma ligeira diferença com o género feminino (46,2%), com a faixa etária compreendida entre os 30 e os 49 anos (59 %). Relativamente à origem dos habitantes do Marçal: Luanda (70,6%), Cuanza Norte (5,4%), Bengo e Uíge ambos com 4,4%.

Este dado relaciona-se com o facto de o português representar a maior percentagem na língua materna (44,1%), seguido do kimbundo (32,8%) e kikongo (10,3%), línguas bastante comuns, tanto em Luanda como no Uíge. Ainda nesta análise, as 82 respostas afirmativas para inquiridos com negócio em casa, face às 55 respostas com emprego por conta própria, pode indicar que os desempregados, os aposentados ou os inquiridos com emprego fixo possam ter uma segunda fonte de rendimento traduzido como um negócio em casa.

Sobre a Habitação, os dados recolhidos indicam que mais de 60% da população reside no bairro há mais de 10 anos. Quando analisamos as datas de entrada no bairro, verificamos que o bairro acolheu números significativos de novos moradores a partir da década de 1970, com ênfase para 2010, ano em que se regista um número acentuado de entradas.

Existem, porém, registos de moradores com mais de 50 anos de permanência no bairro. Entretanto, verificamos que os fluxos ocorridos são maioritariamente interurbanos, porque 52% dos inquiridos é proveniente de outros bairros dentro da província de Luanda. Somente 11% são oriundos de outras províncias de Angola e 5% instalaram-se no bairro, vindos de outros países.

Consideramos um dado interessante o facto de cerca de 30% dos inquiridos afirmar que nunca saiu do bairro. Tendo em conta os dados de permanência no bairro, estes moradores podem representar uma segunda ou terceira geração de famílias que se instalaram no bairro até mesmo antes da independência. Em relação à proveniência, os bairros do Rangel (16%), Sambizanga (10%) e Vila Alice (8%) lideram a lista das localidades de morada das famílias antes de se instalarem no bairro. Os agregados familiares do bairro do Marçal são maioritariamente compostos por 4 a 6 indivíduos, uma estatística não muito distinta da média nacional, e de Luanda em especial, de acordo com os dados do censo populacional de 2014.

Quanto à posse do imóvel onde as famílias moram, as estatísticas mais expressivas indicam a modalidade de aluguer e herança com mais de 30%, seguindo-se a compra com 20%, e a autoconstrução, com 15%. Note-se que o adensamento na ocupação de lotes no bairro e o aumento da densidade populacional no mesmo pressupõe a subdivisão dos lotes iniciais em parcelas menores.

Quando relacionamos a posse com as questões de acesso ao terreno, 35% indicam herança e autorização de membro da família dando suporte à tese de subdivisão do lote em parcelas menores entre membros da mesma família. Entretanto, mais de 25% informa que obteve o terreno por compra, pressupondo-se neste caso a subdivisão do lote para comercialização. É aqui proposta uma análise às questões de subdivisão dos lotes entre membros da mesma família ou para comercialização. Este tema será desenvolvido, com maior profundidade, nas próximas fases do estudo.

Quanto ao acesso aos terrenos, os restantes inquiridos informam outros meios de acesso ao terreno como autorização da administração local, ocupação e outros meios não especificados.

Sobre a construção das moradias, verificamos que 60% construiu a sua moradia sozinho ou com o auxílio da família e amigos e cerca de 25% contratou mão-de-obra dentro do próprio bairro.

Em relação aos inquiridos que se instalaram no bairro por meio da compra ou aluguer da casa, 70% informa que soube da disponibilidade do imóvel por meio de familiares e amigos e 20% por meio de intermediários (agente imobiliário informal). Relativamente ao acesso à moradia a partir do espaço público, 50% tem acesso através de uma rua, 40% partilha um quintal comum e 10% percorre um beco (ruela ou servidão estreita). A segurança de posse do imóvel é um aspeto essencial para a estabilidade e bem-estar da família.

A realidade da posse de terra em contextos de assentamentos espontâneos mostra-se instável neste aspeto e o bairro do Marçal não é exceção. Menos de 5% dos inquiridos apresenta um documento oficial dentro daqueles enumerados na Lei de Terras de Angola e, neste caso concreto, os documentos são o Direito de Superfície e o Registo Predial. Porém, outros documentos que permitem dar início a um processo de legalização do imóvel foram referidos, onde mais de 40% dos inquiridos tem uma declaração da Administração local, recibos de água e luz de empresas públicas (ENDE e EPAL) e títulos de ocupação precária.

Sobre os Espaços Públicos e as Questões Ambientais, do ponto de vista dos seus moradores: As inundações, com ocorrência relacionada à época das chuvas, são apontadas como a principal preocupação ambiental por mais de 70% dos inquiridos. A segunda maior preocupação é a recolha e tratamento dos re-

sólidos sólidos. Cerca de 20% dos inquiridos manifestam preocupação com a recolha do lixo no bairro e, em alguns casos, fazem menção à presença de moscas, mosquitos e ocorrência de malária como fatores adversos resultantes do amontoado de resíduos sólidos no bairro.

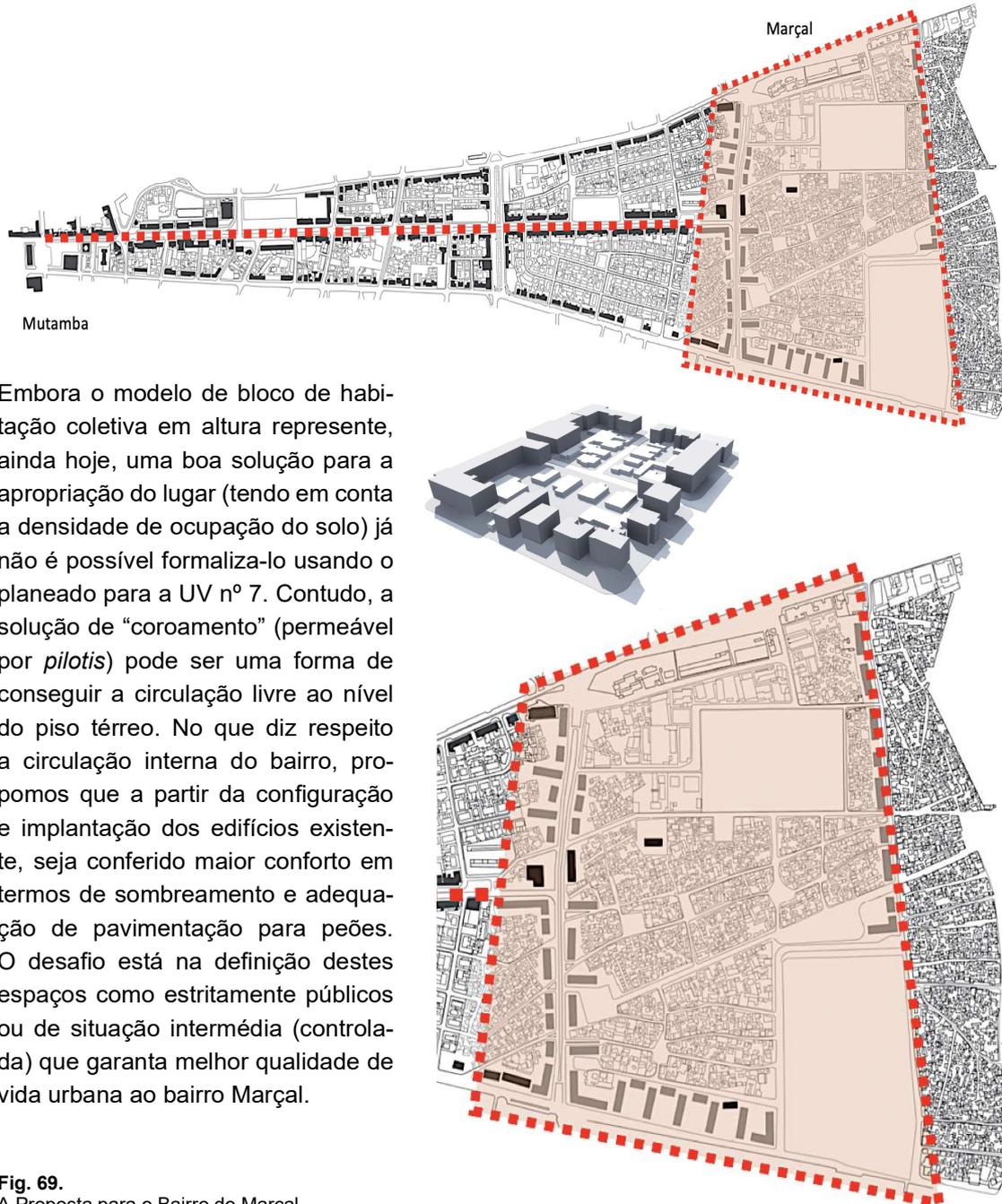
Entretanto, as respostas obtidas neste inquérito apontam para duas perceções distintas por parte dos moradores: o que são espaços públicos e o que são espaços de lazer.

É ponto assente que o bairro carece de espaços públicos de lazer “formais”, porque 90% dos inquiridos respondem que não há espaços públicos no bairro, apesar de dois ou três inquiridos identificarem um campo desportivo como um espaço público de lazer.

Porém, quando questionados sobre o uso que fazem destes espaços, as respostas indicam alguma criatividade por parte dos moradores para se engajarem em atividades de lazer. Por um lado, 50% dos moradores dizem nunca ter usado espaços públicos de lazer no bairro, por outro 5% usa sempre, 20% usa muitas vezes e 20% algumas vezes. Quando questionados sobre o grau de satisfação sobre estes espaços públicos, quase 70% mostra-se insatisfeito e aproximadamente 20% varia entre satisfeito e um pouco insatisfeito. Aqui, muitos inquiridos apontam as suas residências e de familiares e amigos, e ainda bares, como espaços de lazer. Nota-se também a falta que estes espaços fazem para a comunidade pelas reclamações que os inquiridos apresentam sobre os espaços existentes. A falta de infraestruturas de saneamento básico e a iluminação pública, assim como a melhoria das estradas são os principais fatores focados pelos inquiridos.

Os inquiridos, quando confrontados com a questão do que poderia melhorar a vida no bairro do Marçal, 82 respostas referiram o saneamento básico, seguido da melhoria das estradas (55), melhoria da iluminação pública (39) e mais contentores para a recolha do lixo (27). Estas respostas indicam que no bairro do Marçal ainda há muito para se fazer ao nível das infraestruturas básicas, onde os níveis de acesso são ainda muito baixos. Verifica-se que a segurança pública e a criminalidade são preocupações para alguns dos inquiridos e que a melhoria da iluminação pública poderia contribuir para a população se sentir mais segura. Os inquiridos também referem mais emprego no bairro como uma das melhorias que viam para o bairro.

A **Proposta** que procura incluir os dados recolhidos explora e complementa (sem “forçar”) a relação entre o contexto informal (readquirido) e o arquétipo moderno (planeado e muito pouco formalizado) no contexto contemporâneo do bairro e da vida Kaluanda. Esta proposta preliminar programática de ação que se pretende partilhada deverá produzir espaços de comunhão sociurbana abrangente que exponham e transponham a estigmatização social e urbana. Conseguir interpretar o desdobramento das suas vivências, da sua apropriação, da aculturação socioespacial, poderá tornar útil a estruturação de um planeamento tático em sistema aberto, capaz de equacionar e vincular o suporte moderno na intervenção (*Ressignificar e Reusar* também como estratégia de salvaguarda patrimonial do moderno angolano) no bairro Marçal e na vida Kaluanda.



Embora o modelo de bloco de habitação coletiva em altura represente, ainda hoje, uma boa solução para a apropriação do lugar (tendo em conta a densidade de ocupação do solo) já não é possível formaliza-lo usando o planeado para a UV nº 7. Contudo, a solução de “coroamento” (permeável por *pilotis*) pode ser uma forma de conseguir a circulação livre ao nível do piso térreo. No que diz respeito a circulação interna do bairro, propomos que a partir da configuração e implantação dos edifícios existente, seja conferido maior conforto em termos de sombreamento e adequação de pavimentação para peões. O desafio está na definição destes espaços como estritamente públicos ou de situação intermédia (controlada) que garanta melhor qualidade de vida urbana ao bairro Marçal.

Fig. 69.
A Proposta para o Bairro do Marçal.

As respostas, de uma forma geral denotam a preocupação dos inquiridos com o assegurar da satisfação das necessidades mais básicas e a minimização dos problemas de saúde que daí podem advir. De acordo com a pesquisa feita no lugar, a (in)formalidade comercial (como modo de vida) ocorre ao longo das vias de acesso no interior da estrutura do conjunto habitacional (quarteirão).

É interessante perceber que o comércio que se apresenta mais formal, ao longo do eixo Mutamba – Marçal, continua pelas ruas do bairro Marçal e vai adquirindo (in)formalidade espontânea (de venda à porta de casa) suficiente para, em alguns casos, se transformar em estruturas informais bem maiores.

De alguma forma, são hábitos culturais adquiridos, que desde meados dos anos 80 foram informalmente tomando conta de toda a cidade – como são os casos do simbólico mercado “Roque Santeiro”, o maior de África entretanto extinto, do “Kikolo” ou do “Trinta”, no quilómetro trinta, hoje o maior de Luanda.

Conseguimos perceber que o modelo de habitação coletiva em altura representa, ainda hoje, um bom exemplo de apropriação do lugar, tendo em conta a densidade de ocupação do solo, no que diz respeito a habitação.

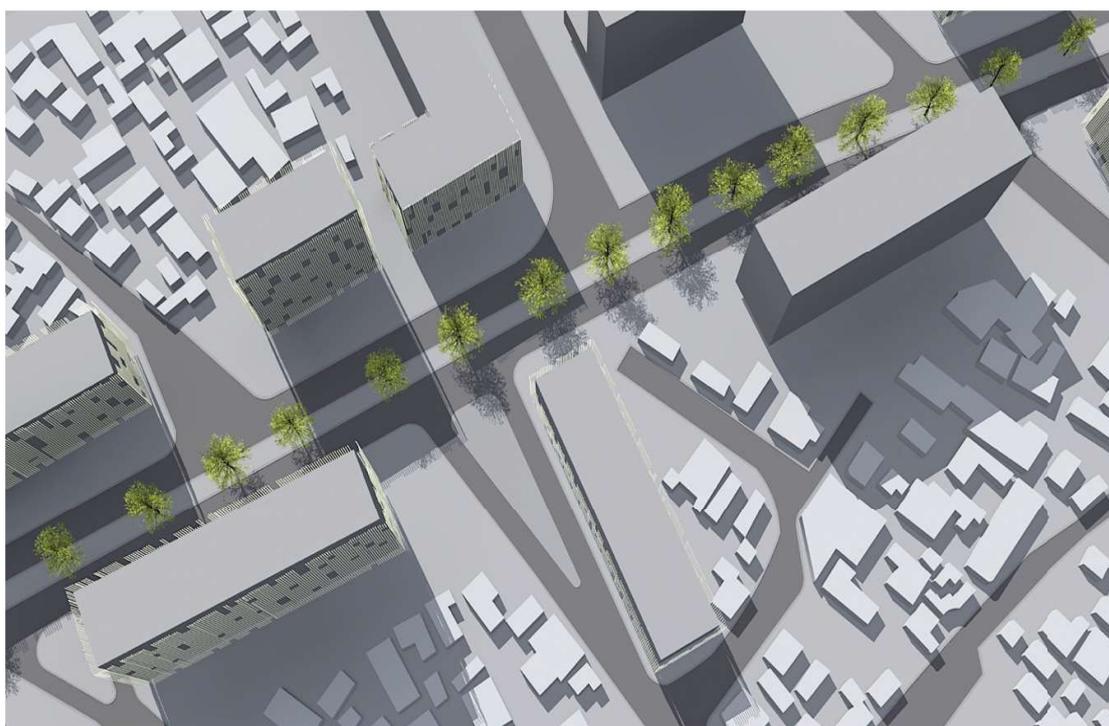
Entende-se a atual estrutura de circulação viária e pedonal como uma estrutura em evolução; pretende-se, pois, a partir da existente conferir maior conforto em termos de sombreamento e adequação de pavimento. Nesse sentido, é necessário reforçar a conexão entre Baixa e Mu Seke – Mutamba e Marçal, interligando as duas realidades, especialmente através do espaço público. O desafio está na definição da qualidade destes espaços como estritamente públicos ou de situação intermédia que garanta melhor vida urbana ao Marçal.

Com os resultados apurados, há a necessidade de continuar a trabalhar com grupos focais e voluntários do bairro para a validação desses mesmos resultados, procurando uma análise mais focada e esclarecimento de dúvidas. O trabalho de análise, ainda em curso, começa a configurar-se como um novo desafio para os objetivos do Laboratório Urbano de Angola.

Fig. 70.
A Proposta para o Bairro do Marçal.

Sobre os **Espaços Verdes** é ponto assente que o bairro carece de espaços públicos de lazer “formais” apesar de se identificar um campo desportivo como um espaço público de lazer. Contudo, é prematuro definir um desenho vinculativo uma vez que o adensamento da ocupação de lotes no bairro e o aumento da densidade populacional colide com as questões da posse do terreno. Entretanto, podemos definir uma intenção de desenho (pontual) a partir dos espaços devolutos ou ainda do interior dos **quarteirões** que se podem ligar em rede uns aos outros e assim definir uma mancha verde pública maior. Este tema poderá ser desenvolvido, com maior profundidade, nas próximas fases do estudo.





A solução de “coroamento” (permeável por *pilotis*) pode ser uma forma de conseguir a circulação livre ao nível do piso térreo. No que diz respeito a circulação interna do bairro, propomos que a partir da configuração e implantação existente, seja conferido maior conforto em termos de sombreamento e adequação de pavimentação para peões.

Fig. 71.
A Proposta para o Bairro do Marçal.

Os critérios aqui definidos para a verificação das consequências do desuso patrimonial moderno e a admissível Resignificação e o Reuso com suporte no seu arquétipo de edificação: leitura na modernidade – leitura na contemporaneidade – leitura das suas problemáticas e apresentação (pré solução) de proposta, procuraram evidenciar a forma e a função edificada, as adaptações técnicas às realidades climáticas, mas sobretudo as características culturais e sociais do Lugar. Estas leituras devidamente equacionadas podem proporcionar a criação de “Cadernos de Encargos – CE” sobre as questões do MMA angolano. Os CE sobre o Lugar, Edifício e Espaço Público moderno Kaluanda que, por um lado, podem assegurar a análise da arquitetura moderna angolana como matéria científica de pesquisa e, nesse contexto, ajudar na redefinição do habitat angolano contemporâneo, por outro lado, podem demonstrar os pontos fortes e fracos da tectónica moderna, bem como métodos de construção alternativos poderão, de forma concreta, proporcionar novas normas e padrões contemporâneos mais bem adequados ao espaço angolano, no campo do isolamento térmico e acústico, ventilação natural, medidas de segurança contra incêndio, acessibilidade, sustentabilidade entre outros. Os CE devem aqui ser entendidos como documentos que estabelecem as diretrizes técnicas, jurídicas e administrativas relativas aos aspetos de concretização do processo de Resignificação e Reuso, bem como das obrigações de cada um dos seus intervenientes. Os CE vão, assim, estabelecer os requisitos, condições e especificidades de todas as intervenções, mas também monotizar o desenvolvimento do processo de Resignificação e Reuso moderno Kaluanda. Procedimento este (pré solução) que deverá ser entendido e adequado à necessidade de cada intervenção e não como uma “Cartilha de Procedimentos” para todas as intervenções de Resignificação e Reuso do moderno angolano. Os CE, a serem produzidos, representam, portanto, componentes absolutamente fundamentais de organização estratégica e auxílio dos agentes envolvidos na concessão e execução dos procedimentos, mas também para que se consiga a transparência devida, eficácia e rapidez no desenvolvimento do processo. Com esta produção de CE, poder-se-á aperfeiçoar a sua utilização em estudos arquitetónicos de salvaguarda e intervenção patrimonial (no caso modernos) e ver este documento como primordial para o entendimento da passagem do projeto (processo de Resignificação e Reuso) para a sua materialização. Do projeto para o objeto, os CE como fontes para a interpretação da obra arquitetónica, acrescentam dados sobre opções técnicas por parte dos arquitetos e proprietários, e elementos para as histórias, e os glossários de materiais e técnicas construtivas. Valorizam a leitura e interpretação destas peças e, assim, abrem um novo campo de trabalho na interpretação da obra arquitetónica

moderna Kaluanda. Deles é possível extrair preocupações construtivas, domínio da técnica, escolha, aplicação e integração dos materiais, controlo da qualidade construtiva e decorativa bem como o modo de atuar perante as especificidades de implantação e localização de intervenção.

O modelo gerador de **CE** poderá ser utilizado com a seguinte estrutura:

Condições administrativas: Cláusulas jurídicas adaptadas, disposições e artigos que tragam do mundo jurídico todas as possibilidades decorrentes de maneira a que a documentação de suporte seja capaz de esclarecer as particularidades próprias da salvaguarda patrimonial moderna na contemporaneidade, mas também evitar interpretações dúbias com linguagem didática na redação do texto para que qualquer leigo os consiga compreender ou não pôr em causa.

Condições técnicas: Especificações sobre os materiais modernos utilizados, no campo científico relativo ao estudo das suas propriedades. Com o significativo crescimento da nanociência e da nanotecnologia, a relação com os materiais disponíveis atualmente pode ser um campo específico e exclusivo de desenvolvimento da ciência e da engenharia ligada ao processo de *Ressignificação e Reuso* do património moderno angolano.

Especificações sobre a execução dos trabalhos quer de arquitetura quer de engenharia, execução de todas as etapas que constam no processo de *Ressignificação e Reuso* (da proposta “pré solução” ao “projeto de execução moderno na contemporaneidade”) respeitando as técnicas, regulamentos e normas vigentes. Especificações sobre fiscalização e verificações do edifício/espço reabilitado; regulamentação e orientações sobre a padronização dos procedimentos obrigatórios relacionados com a segurança e saúde dos trabalhadores; prevenção contra riscos ambientais; desempenho energético, entre outras operações de gestão das características próprias do património moderno (conceptuais, formais e programáticas) que tornam necessário o estabelecimento de critérios e medidas próprias de intervenção. Os resultados fundamentados deste processo poderão passar a ser legalmente aceites e a partir das suas Instâncias de Poder constituído, ter a responsabilidade da salvaguardar e promoção dos bens patrimoniais e culturais modernos do país, assegurando a sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, na perspetiva sociocultural histórica e sistémica, baseada na noção do desenvolvimento ajustado aos problemas locais.

Ressignificação e Reuso da arquitetura moderna Kaluanda na agenda da inteligência artificial.

A produção digital de arquitetura trouxe consigo alterações profundas na relação entre usuário e fabricante dessas ferramentas úteis, tornando o arquiteto como principal incorporador dessa nova tecnologia. Com o movimento *maker* (*Do It Yourself DIY* - cultura de pensamento e ação, onde o espaço físico - *makerspaces fab lab* - são aspecto importante por albergar máquinas, ferramentas, equipamentos e acessórios eletrônicos), com a democratização da informação e do conhecimento, novas interrogações sobre o real papel do arquiteto na contemporaneidade começaram a ser levantadas. Assim, de acordo com o objetivo desta Tese, vamos procurar abordar, e de alguma forma classificar, a importância da participação dos usuários nos processos criativos e de desenvolvimento de projetos arquitetônicos e do arquiteto enquanto difusor e disseminador da importância da salvaguarda do património moderno construído (neste caso específico), mas também do impacto que têm tais processos no espaço do habitar do ser humano, através da aprovação das tecnologias digitais, da colaboração e da capacitação de indivíduos para lidarem com todas essas novas ferramentas, em benefício, claro, do MM angolano.

O MM internacional promoveu a produção do todo, onde o arquiteto definia, de maneira autocrática, o desenho das cidades e dos seus edifícios. A partir de meados do século XX, essas práticas passam a ser postas em causa e duramente criticadas. As alternativas participativas de gestão das cidades passam a ser valorizadas de forma gradual, como respostas a exigências da atualidade, cada vez mais complexas, singulares e diversas. Na mesma época, alguns autores propõem a união dos processos participativos com as novas ferramentas computacionais.

Para tal, é importante perceber essencialmente as diferenças entre os princípios participativos e a influência de metodologias colaborativas. No momento digital que vivemos, admiradores da história da arquitetura podem descobrir novos edifícios sem terem que sair de casa, onde cada *click* pode mostrar curiosidades desconhecidas. Esta nova forma de atuação pode ser inserida na lógica de conexão que relaciona o mapeamento participativo e iniciativas digitais – na perspectiva do utilizador ou no uso da própria morfologia urbana como suporte para as alternativas de desenvolvimento cidadão em ambientes colaborativos.



arquitetura_moderna.ao  



203 Publicações 80 Seguidores 30 A seguir

arquitetura_moderna.ao
Mapeamento do património moderno (em ambiente colaborativo) para salvaguarda, (re)significação e (re)uso como identidade da arquitetura angolana.



Fig. 72.
Imagens da *Página Instagram* sobre o MM angolano.

O debate proposto por William Mitchel, Nicholas Negroponte, José Pinto Duarte e Branko Kolarevic, Yona Friedman ou ainda Christopher Alexander, traz consigo o conceito de customização em massa para a arquitetura e o urbanismo.

Ligado à lógica do mapeamento participativo emerge, com interesse de análise, o Birou pentru Artă și Cercetare Urbană (Bureau for Art and Urban Research) que procura o reconhecimento de alguns marcos socialistas como monumentos históricos. O BACU concentra-se em amostras de bairros, edifícios, monumentos, parques, praças e áreas verdes produzidos entre 1955 e 1989/1991 no antigo bloco socialista (Europa Central e Oriental), a fim de pesquisar, documentar e adicioná-los a um banco de dados (incluindo informações sobre a sua localização, condição atual, designers e histórico). A associação solicita que arquitetos, planejadores urbanos, artistas, ativistas, historiadores ou qualquer pessoa interessada (assumidos como parceiros) contribuam e ajudem no crescimento da plataforma ao enviar qualquer informação sobre o tema, ou ainda que publiquem na sua página pessoal do Facebook, Tumblr, Instagram, Twiter, etc. usando a #modernismosocialista como forma de vínculo participativo. Todas as informações assim coletadas são publicadas no site e incluídas no mapa interativo com créditos ao colaborador. A *app* participativa (apenas um exemplo entre vários outros, tem mais de sessenta e oito mil seguidores e potenciais colaboradores) procura mostrar as realizações *modernistas* da Europa central e oriental, pouco exploradas no contexto da arquitetura global. O *Socialist Modernism* conta também com um website no qual o BACU cataloga diversos edifícios.

Com o mesmo objetivo, durante a redação desta Tese criamos @arquitetura_moderna.ao, um instrumento - página Instagram - que visa difundir e desenvolver o debate sobre o MM angolano. Este simples procedimento, usando a referência do BACU, procura ir além do vulgar processo de produção dialógico que se reduz ao registo da imagem, informar a população e/ou convidá-la a produzir breves comentários, numa condição passiva que em nada proporciona alterações na sua realidade urbana e social.

Este procedimento ou alternativa procura, portanto, uma aproximação à proposta apresentada em 2019, por Luiz Alberto Backheuser e Paulo Eduardo Fonseca de Campos da Universidade de São Paulo, ou seja, um procedimento mais próximo das iniciativas digitais de desenvolvimento de processos participativos potencializados por ferramentas digitais, no âmbito do conceito de customização em massa, para a arquitetura e o urbanismo, a partir de um algoritmo associado

a um sistema construtivo que permita a personalização de uma tipologia (no nosso caso - arquétipo moderno) pelo método subtrativo de fabricação digital. Espera-se, assim, contribuir com as discussões tanto sobre a participação dos usuários como também sobre a apropriação de novas tecnologias em territórios informacionais.

O principal objetivo desse desafio, como explicam os seus autores, é conseguir administrar os territórios informacionais e proporcionar aos segmentos excluídos, sem conexão digital, sem voz e invisibilizados do processo de urbanização das cidades, como são as questões de salvaguarda do MM angolano, sejam efetivamente transformados em sujeitos passíveis do direito à cidade com o seu devido reconhecimento urbano também de forma digital.

Estes resultados, a seu tempo, também encarados como processos de desenvolvimento urbano que dão visibilidade às versões sobre a cidade que se deseja produzir, sempre dentro do conceito do todo, podem ajudar as instituições académicas, de administração governamentais e outras entidades não governamentais a iniciar uma abordagem de compreensão e *ressignificação* mais alargada sobre como o fenómeno da cibercultura pode ajudar a criar impacto no desenvolvimento das sociedades, nomeadamente no melhor enquadramento do MM angolano.

Temos a perfeita noção de que, com o princípio do mapeamento, o olhar sobre o espaço geográfico e social em que vivemos poderá ser transformado, pois quando nos identificamos com determinados fragmentos de cidade, conseguimos apreender o todo do lugar. Como também já foi abordado no decorrer desta Tese pode ser assim destacada, como impacto sociocomunicativo relevante, a mudança de postura dos participantes pois, a partir do momento em que se identificam e se percebe o todo do lugar, desperta-se e interioriza-se também a busca da organização comunitária.

De modo quase impercetível e pouco verbalizado, mas mediados pelas legendas e os símbolos contidos nos *Personal Identification Number PIN*, é possível afirmar que tais iniciativas tenham direito à cidade por intermédio da crítica social dos seus desejos de mudanças e de transformações sociais.

De acordo com Fonseca de Campos o espaço, enquanto estrutura da sociedade, tem poder explicativo sobre ela, por ser capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre essa como um todo.

Nesse sentido, todas as literacias de medias e informação – de foto-visual, reprodução, pensamento hipermédia, informação, socioemocional – podem ser dinamizadas, com maior ou menor grau de profundidade, no mapeamento participativo digital. As iniciativas participantes podem demonstrar níveis de desenvoltura e rapidez de apreensão dos procedimentos técnicos, a empatia com o lugar geográfico, onde os aspetos afetivos e identitários podem ser propulsores do desejo de continuar a mapear e gerar novas informações, bem como novos proveitos para essa informação.

O fundamento adquirido proporciona também a ampliação do “conhecimento da realidade social” levando a práxis social e política para um maior grau de percepções do seu habitat antes invisível “aos olhos desinteressados” dos habitantes; criar interações presenciais; desenvolver maior empatia social com o lugar; manifestar o desejo de transformação da realidade urbano-ambiental e desenvolver um olhar crítico também para o exercício da cidadania ativa dentro da cidadania digital.

De acordo com a concessão da Unesco sobre as Media, Informação e Literacia MIL, o aumento destas ações que possibilitam a definição dos parâmetros e indicadores de literacias de informação de qualidade, está intimamente relacionado com as condições socioeconómicas que criam as profundas desigualdades sociais (como também acontece na sociedade angolana) e dificultam ou impedem o acesso à cidadania plena, a um agir comunicativo e ao pleno exercício democrático. Para os tempos que vivemos de “cidades inteligentes” que prometem “tudo”, contando apenas com as tecnologias como eixo propulsor de melhor qualidade de vida, persistem os processos de literacias no contraponto hegemónico das forças que dominam esses processos.

Paulo Eduardo Fonseca de Campos atua já há mais de trinta anos em Projetos ibero-americanos que têm ajudado a criar laços culturais maiores, com possível integração ainda de outras realidades urbanas, como é o caso das dos PALOP. Com apoio de António Manuel dos Reis Cabrita do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, abriu-se uma hipótese para a incorporação de Angola, Moçambique e Cabo-Verde através do tipo de gentrificação que apresentam (caraterística

comum mais próxima de um processo de expulsão dos habitantes das zonas centrais mais apetecíveis da gestão imobiliária) esses territórios urbanos em desenvolvimento.

A questão da tecnologia de habitação, em particular a da arquitetura industrializada, é um tema que Fonseca de Campos explora (há doze anos) no campo da fabricação digital que está intimamente ligado aos projetos paramétricos e outras questões com base em algoritmos vinculados a todas as possibilidades que a ferramenta digital pode oferecer.

Na sua perspetiva de trabalho, quando falamos em *Smart Cities – Cidades Sustentáveis*, estamos a abordar uma determinada possibilidade, quando se fala em *Smart Citizens*, fala-se sobre uma possibilidade diferente – *bottom up* (método de gestão onde é possível organizar ambiente, processos e subsistemas em cadeias horizontalizadas). A sua linha de trabalho, tanto do ponto de vista da investigação quanto do ponto de vista da formação, explora a base moderna fundamentada da formação das cidades procurando fugir da injustiça e desonestidade intelectual da sua descontextualização temporal que muitas vezes se faz na atualidade. Nesse sentido, na sua opinião, desde o pós-modernismo, tem existido um combate ao modernismo (no caso específico ao Movimento Moderno em Arquitetura) que pode ser entendido como um novo processo de rutura.

Com relação à tecnologia de construção, na sua origem, a questão do uso da prefabricação na Europa, está intimamente ligada à própria origem da modernidade em arquitetura que, através do “transplante” para os novos territórios (principalmente para os países do Sul Global), de alguma forma, como desenvolve Carlos González Lobo, promove a *modernidade incumplida* que se pode enquadrar na arquitetura e urbanismo ou ainda, relacionado com o design, a *modernidade amputada* desenvolvida por George Hans Max Bonsiepe (Gui Bonsiepe), ou seja, uma análise mais ampla sobre como a interpretação da arquitetura moderna foi produzida nessas novas cidades cujo ideário muitas vezes se confundia com uma série de fundamentos vinculados à ideologia socialista ou até mesmo ao fordismo.

Fonseca de Campos orientou também a Tese desenvolvida por Márcio Porto (2020) que aborda o Metaprojeto Urbano como instrumento até então muito utilizado pela arquitetura industrializada a partir das análises teóricas de Mário Oliveri, Magnaggi ou ainda de Tiribinni, que falavam do Metaprojeto como um pro-

jeto aberto para o edificado. A proposta de Porto segue para a escala urbana, ou seja, uma espécie de modelagem que pode ser replicada de uma forma bastante pragmática no que diz respeito à abordagem totalitária do Plano Diretor moderno (do urbanismo e arquitetura total, valores estabelecidos pela modernidade), de alguma forma, desusados pelos valores acupuncturais do urbanismo atual. Esta abordagem Metaprojeto Urbano gera um algoritmo com suporte em dados reais, através da leitura de dados de boas práticas, e que podem gerar dados de entrada de qualidade replicáveis.

Nesse sentido, Fonseca de Campos propõe um modelo (possível de ser recriado) a partir da boa qualidade dos dados de entrada, ou seja, de uma conceção a partir da gramática da forma (como por exemplo a abordagem desenvolvida por José Pinto Duarte (na *Gramática da Forma da Quinta da Malagueira*) para os casos práticos de urbanismo e arquitetura, mas também em uma vertente de participação ou participativa (como por exemplo o projeto pioneiro de Vila Nova Cachoeirinha – o primeiro processo por ajuda mútua desenvolvido em São Paulo e no Brasil de alguma forma inspirado nas cooperativas uruguaias) que explora a interligação de experiências no âmbito da Teoria Globalizada a respeito de conexões possíveis entre cidades, dentro da perspectiva do urbanismo comparativo (exemplo prático sobre o conjunto habitacional de Byker Wall em 2016) ou etnografias espacializadas com intervenção direta do habitante (o usuário como vivenciador protagonista e agente de projeto).

Esta outra possível forma de abordagem, sugerida por Fonseca de Campos, teve continuidade entre 2018 e 2019 no Departamento de Arquitetura FCT da Universidade Coimbra (projeto de investigação FAB LAB SP e Pesquisas DIGI-FAB Tecnologias digitais de fabricação aplicadas à produção do Design e Arquitetura; como professor visitante - Bolsa de Pesquisa no Exterior BPE concedida pela FAPESP) com nova conexão ao processo SAAL, onde desenvolveu investigação sobre questões também levantadas por Nuno Portas, ou seja, tendo como suporte o conhecimento sistémico que lança o seu olhar não apenas para o indivíduo isoladamente, mas sim sobre o seu contexto social e as suas relações estabelecidas.

Exemplo dessa abordagem foi a apresentação de “*Tecno-utopias da Arquitetura e realidade*” durante o Ciclo de Conferências DFL - Arquitetura e Tecnologias na Sala Plana da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (13.2.2019). Nela, Fonseca de Campos, levanta questões sobre a como as ferramentas de

fabricação digitais poderão ajudar os processos sociais implícitos na Arquitetura e na solução dos problemas reais da cidade, os quais estão, em grande parte, vinculados ao território e à escala local, habitualmente em contraposição aos diferentes tipos de inovação relacionados a uma gama variada de imaginários utópicos, mas também e ideologias nem sempre muito perceptíveis.

É verdade que são incertos os rumos que as sociedades tomarão sob a influência do digital, contudo, é importante estarmos preparados para tal, procurando saber aproveitar ao máximo os seus benefícios em relação ao seu desenvolvimento e propagação. Fazemos parte de uma geração que testemunhou o surgimento e propagação do paradigma digital, hoje aceite como natural, quanto mais não seja pela cada vez mais constante presença das suas “atualizações” na nossa vida quotidiana. () Interagir com um dispositivo digital ou através dele, para contactar com pessoas ou nos relacionarmos com o mundo ou ainda salvaguardar património edificado, faz parte já do nosso código quotidiano de vivência social. Através desses mesmos códigos - meios digitais de convivência - são reformulados os nossos modos de pensar e estabelecer relações afetivas, com pessoas, com a natureza e com o mundo em geral, ou seja, esses novos gestos de gestão da nossa vida de alguma forma alteram a nossa forma de perceber e ser percebidos. Por vezes inadvertidamente ou não, imergimos num espaço intangível e adimensional onde enviamos a nossa voz, nossa forma de pensar, emoções ou imagens digitalmente codificadas. Nesse sentido, foi com bastante agrado, que durante as nossas pesquisas na internet conseguimos aceder a uma plataforma (com mais de oitenta e quatro mil seguidores) que retrata Angola. A página de Facebook (aberta ao público) *Luanda - imagens dos velhos tempos - Angola dos velhos tempos*, identifica-se como “um espaço de recordações” para quem lá nasceu ou viveu até 1975. A partir dela (mais do que de qualquer outro arquivo digital ou físico), de forma segura, conseguimos trazer para a contemporaneidade as análises desta Tese a vivência da modernidade Luanda.

De uma forma geral estamos, hoje, familiarizados com os *interfaces* digitais que ampliam e aceleram o nosso acesso à informação (um universo muito mais vasto de informação que nos proporciona novos caminhos de comunicação), facilitam e operacionalizam as nossas atividades, mesmo sem precisarmos de nos deslocar. Este novo e diferente modo de vida, ao ser explorado, poderá despertar novas lógicas de percepção e vivência dos nossos costumes e até mesmo dos nossos hábitos culturais.

Síntese

Da leitura do território ao projeto podem ser retiradas várias lições e perspectivas de abordagens. Interessou focar o debate na forma como a cultura Kaluanda (africana) conseguiu adaptar-se, e até mesmo desenvolver, ao longo do tempo as consequências da modernidade. Numa perspectiva de futuro – dando “*nome as coisas*” – de forma global, enfatizando o conceito filosófico UBUNTU, na relação de “*Nós e os Outros*”, que entende, ocupa e vai desenhando a Luanda de hoje entre a “*Centralidade e o Comum*”, na relação com o todo Mutamba – Marçal são apresentadas várias propostas de ressignificação para reusar (a partir de espaços chave da cidade moderna) o *Lugar* subutilizado dentro do ambiente urbano, tornando-os partes atrativas com programação cuidada.

Ao atender às necessidades da relação Mutamba - Marçal, muitas intervenções acupuncturais tornam-se bons exemplos replicáveis e até mesmo possibilidades de intervenção que fomentam o reassumir e a exploração com tecnologia contemporânea de edificação do conceito moderno, desenvolvido quer nos espaços públicos urbanos quer no próprio edificado Kaluanda.

Estas experiências-exemplo, quer no campo teórico quer no campo prático, apresentam-se como necessárias à compreensão das possíveis transformações na cidade do século XXI. Para que tal aconteça, a análise defendeu o reforço da formação técnica e científica (também humanística) com qualidade e pertinência, sem deixar de lado as considerações de ordem social, cultural e económica.

A abordagem mostra ainda, com exemplos simples e práticos, a plausível salvaguarda e preservação dos bens culturais modernos a partir de técnicas contemporâneas digitais, que reforçam a unidade entre edificado e os seus usuários, procurando assegurar dessa forma a sobrevivência do modelo moderno ao longo do tempo, bem como o seu diálogo atualizado com o seu ambiente envolvente.

Conclusão

A Tese que agora se conclui abordou o desenvolvimento de um longo processo tecnocientífico – teórico e operativo – (a modernidade angolana, em particular a Kaluanda, em urbanismo e arquitetura) que aqui se entende como interrompido, mas que faz parte de um conjunto de estímulos complementares de um outro fórum, muito mais abrangente, o político-social (independência nacional angolana), este sim consolidado. Como tal, a Tese não procurou estabelecer, quer com os exemplos ou imagens apresentadas, quer com as fontes e autores citados, ligações estanques, mas sim conectar-se a eles como desenvolvimentos de abordagens, como se a partir de si mesma estabelecesse pontes para uma nova rede de conhecimentos que consolidem o reanimar desse processo aqui assumido como interrompido.

Do ponto de vista operativo, desenvolveu-se uma reflexão profunda sobre as consequências dessa modernidade nos dias de hoje e o que de facto pode ser a Ressignificação e a potencial Reabilitação urbana do património moderno angolano edificado. Assim, a abordagem da Tese propõe vários caminhos a seguir como conclusão: sobre a nova imagem da cidade; sobre as estratégias projectuais contemporâneas com suporte no seu arquétipo moderno; sobre a criação de algoritmos a partir da gramática da forma moderna angolana; sobre a continuação do mapeamento participativo ou ainda sobre a necessidade de se dar especial atenção ao arquivo moderno físico (urbanismo e arquitetura) bem como às fontes de pesquisa sobre a modernidade angolana (ignição para a criação prática do Apêndice desta Tese).

Procura evidenciar os valores indiscutíveis da arquitetura moderna, através de obras levadas a cabo como um imaginário de capacidade criativa, que permite simultaneamente adquirir uma visão de independência e de valorização do território. O fio condutor é justamente a cultura arquitetónica e a utopia do Movimento Moderno transformada em realidade através do habitar coletivo.

De igual modo, entre a justificação social e o programa operacional definem-se os limites do paradigma ou procedimento moderno em urbanismo e arquitetura. E é precisamente por esta via moralizadora, no que ela comporta de implicação, mas também de utopia social, que a geração (portuguesa) do Congresso de 1948 reivindica a arquitetura moderna. Um sentido da responsabilidade social acompanha as transformações da sociedade que requer novos tipos de edifi-

cios. Não se trata apenas da modificação da forma dos edifícios no quadro da cidade tradicional, mas da invenção de uma nova cidade capaz de fornecer uma resposta adequada às exigências de liberdade e de igualdade da sociedade moderna. Novas exigências sociais implicam novas soluções para responder a uma sociedade de massas.

Com rigor profissional e a amargura decorrente das contradições do regime, a noção de organização territorial clarifica a dicotomia cidade-campo, que ganha diferentes contornos, superando gostos provincianos nas transições assumidamente cidadinas, condensadas paradigmaticamente nos novos equipamentos e conjuntos urbanos de Lisboa. Ao “fazer cidade”, os arquitetos recuperaram o valor da cidadania, e é em definitivo uma nova cidade que se constrói, mostrando a transformação da “arquitetura e da vida”, a transformação do tempo e do espaço, que se começava a viver na mais recente arquitetura, na moderna “Cidade Nova” (Tostões, 1959).

Para Manuela Fonte (2012) quer na arquitetura quer no urbanismo angolano, encontram-se modelos de ocupação do território que, por um lado, têm direta relação com as políticas vigentes e, por outro, com modelos conceptuais emanados diretamente de Portugal e que, por sua vez, se consolidam nas referências internacionais. Estas referências adaptam-se ao espaço angolano de duas formas distintas, por justaposição, ou por mimetismo, em função do maior ou menor peso da relevância da interpretação do sítio na caracterização das soluções.

Identificam-se adaptações da Escola Francesa traduzida num urbanismo formal e do modelo da Cidade-Jardim, nas propostas dos anos 40 e 50, veiculados pelo GU Colonial - expansões dos núcleos urbanos com soluções de zona de habitação unifamiliar isoladas, mas também experiências urbanas da cidade moderna da Carta de Atenas. Houve um número significativo de arquitetos que projetou em Angola, quer a partir de Portugal, quer localmente. Especialmente a partir dos anos 50, e considerando o escasso número de arquitetos em Portugal, muitos optaram por Angola para viver, desenvolvendo aí a sua atividade profissional, como funcionários públicos ou como profissionais liberais. Pela sua ação todas estas correntes de pensamento ganham novas características, em função da escala dos elementos que compõem as cidades e os sítios, variando e assumindo cargas simbólicas distintas, quer nas obras de promoção do Estado quer nas privadas. O papel do arquiteto assumia, assim, de forma mais eficaz o lado cívico que o ato próprio da profissão (Fonte, 2012).

A geração moderna, formada nas escolas de Arquitectura de Lisboa e Porto, encontrou mecanismos para adaptar as particularidades de cada obra na especificidade do lugar onde se inserem. Os primeiros sistemas desenvolvidos entre universalidade e a adaptação, a funcionalidade e a economia, a veracidade dos materiais e a sinceridade da estrutura, são aspetos que se caracterizam e que se tentam demonstrar com as análises dos objetos selecionados.

Foi a partir de 1950 que se assistiu ao protagonismo do bloco de apartamentos como interveniente no processo de construção da cidade. Quando as correntes críticas do estilo internacional põem em causa precisamente a universalidade que caracteriza a modernidade, em Portugal reconhece-se uma atitude próxima aos temas do último Congresso CIAM, em torno do binómio identidade-modernidade. Procurava evidenciar os valores indiscutíveis da arquitetura moderna, através de obras levadas a cabo por arquitetos lusos em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique e Macau, retomando o tema da colonização portuguesa como um imaginário de capacidade criativa, que permite simultaneamente adquirir uma visão de independência e de valorização do território. O fio condutor é justamente a cultura arquitetónica e a utopia do Movimento Moderno transformada em realidade através do habitar coletivo. A geração moderna, formada nas escolas de Arquitectura de Lisboa e Porto, encontrou mecanismos para adaptar as particularidades de cada obra na especificidade do lugar onde se inserem.

No caso angolano, a Tese agrega por um lado, o património moderno mal-amado localmente, contudo de grande valor e respeito internacionalmente, e, por outro lado, documenta o conjunto destas arquiteturas, com o objetivo de contribuir não só para a sua divulgação como também para realçar as suas qualidades inerentes com o eixo urbano selecionado (como caso de estudo), abrindo, assim, o debate sobre a sua resignificação local, recuperação e requalificação como património identitário de cultura arquitetónica. Através do estudo da forma edificada como um todo entendido como um conjunto de relações e significados (do particular ao geral), faz-se a leitura da arquitetura e urbanismo moderno Kaluanda ao mesmo tempo que se regista o seu legado patrimonial no quadro prático no século XXI.

Sobre a leitura contemporânea do território moderno, Luanda apresenta-se hoje como um lugar estranho para se habitar, onde o estranho remete para uma ideia de construção de uma nova identidade através de contrastes.

O *Lugar* Luanda representa, ainda assim, para o Kaluanda, mais do que uma referência geográfica uma referência afetiva e emocional, ou seja, Luanda como lugar estranho determina, para o indivíduo que a vive diariamente uma referência que não lhe pertence, talvez pela sua forma contínua segregação de crescimento urbano.

A solução que se encontrou para alienar essa clivagem, da Cidade Alta e da Cidade Baixa; do Centro e Periferia; da Baixa e do Mu Seke, foi a criação de um terceiro conceito, a Nova Centralidade, que também se tornou uma nova forma de segregação. No entanto, falta ainda fazer um exercício de reconhecimento abstrato que permita compreender esta relação, inevitavelmente triangulada, entre Baixa, Mu Seke e Nova Centralidade. Nesse sentido a intervenção pós-guerra civil de “Reconstrução Nacional” (a partir dos anos 2000) criou um novo quadro, que voltou a desequilibrar a relação desequilibrada já por si, mas admitida como “estável”, como resposta à realidade da nova Luanda. Hoje o discurso não é somente o de “ir à Baixa”, aparece recorrentemente também o “ir à Centralidade”. O fenómeno da autosegregação de “ir aos bairros” ou “ir aos condomínios” apresenta-se como a versão suave de designação da (in)formalidade Kaluanda.

Desde o início da *IV Legislatura da República de Angola*, em setembro de 2017 (coincidentemente com o início formal deste processo académico de Tese), Luanda conta já com quarto novos governantes: Adriano Mendes de Carvalho (em substituição de Higinio Carneiro), Sérgio Luther Rescova, Joana Lina e agora Ana Paula de Carvalho. A Governadora cessante, Joana Lina, disse durante o seu discurso de “Passagem de Pastas” à nova Governadora (em 2 de julho de 2021):

“Não é fácil governar Luanda por ser a província onde está situada a sede da administração do Estado, cujas resoluções dos problemas chocam com vários interesses, que nem sempre convergem para a estabilidade dos municípios. Há problemas cuja resolução choca com vários interesses, o que nem sempre converge para a estabilidade e o bem-estar dos municípios de Luanda. Todos aqueles que têm e possam exercer alguma influência, que o façam sempre no sentido positivo e pensando na resolução dos problemas que ainda afligem os municípios de Luanda.”

De acordo com o jornalista Alves Fernandes, no seu artigo de opinião de 1 de julho de 2021 (divulgado em CLUB-K.net), sobre a nova inquilina do Palácio da Mutamba (Governo da Província de Luanda):

“Da Arquiteta, ex-Ministra e ex-Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Habitação, moldada no planalto central, sem os vícios desviantes da velha Luanda, pode-se esperar muito mais do que dos seus antecessores. Será mera coincidência; centralização excessiva com interferências de várias latitudes que sufocam o Palácio da Mutamba; incompetência dos nomeados e conivência dos proponentes; mais uma sequência de opções erráticas e contraditórias sem que alguém lá de cima se dê ao trabalho de extrair as lições do passado recente ou a prova irrefutável de que só haverá soluções com as autarquias? Espera-se um maior nível de abertura, inaugurando uma nova filosofia para a Concertação Social, em que o Governo não tenha medo de encomendar, como tem sido reiterado em todos os quadrantes, soluções realistas à sociedade civil organizada e que realize uma rutura com as práticas do passado, fazendo com que cada município seja o seu principal aliado na luta contra os vícios que transformaram Luanda na capital do improvisado, do amadorismo e de todo o tipo de negociatas.”

Assim, o estranho não é apenas a herança da modernidade ou as suas consequências hoje, mas também as nossas novas formas de vida, que até agora, muito aquém dos resultados esperados, vão retirando o encanto fundacional moderno da cidade como um todo, como se fossem mundos paralelos. Uma espécie de aspiração na distopia que nos vai seduzindo, sempre que nos é apresentada uma vontade de refazer, e voltar a fazer tudo de novo, sem nunca melhorar de facto.

Não é garantido admitir como efetivo, mas talvez tenha sido o maior erro de gestão de Luanda das últimas décadas, tentar assumir a (in)formalidade como formal. Pensar-se que com o simples passar do tempo se pudessem colher bons frutos, urbanos no caso, como se de um percurso natural se tratasse. Foi o caso dos Mu Sekes de Luanda que, uma vez transformados em Bairros (uma postura populista, sem preparação prévia adequada, de ambos os lados da cidade)

nunca conseguiram transformar-se em espaços urbanos, antes pelo contrário, até hoje vamos vivendo neles (de cada lado da cidade) as consequências desse desígnio malsucedido. Os paradigmas de Luanda mudaram, é preciso saber compreender para conseguir aceitar esta nova lógica social de vivência. As novas vivências exigem uma reprogramação mental e também filosófica para garantir futuro: gerir o processo do progresso tecnológico do habitante que vive a modernidade construída, mas não a reconhece (porque se quer esquecer!).

Essa é uma realidade que temos que encarar de frente, sem tabus, apresentando respostas válidas para uma sociedade muito jovem que exige que se pense cidade também para e com ela, ou seja, respostas para uma Luanda como espaço comum de relação, aprendizagem, convivência, mas acima de tudo de respeito pela vida pública e partilha coletiva do seu espaço urbano.

Restituir à cidade a sua verdadeira dimensão hoje marcada por profundas divergências sociais, uma clivagem do residual espaço público e comum e o domínio dos muros do privado que tudo tenta absorver, deixando a vida urbana reduzida a vias de acesso, mais ou menos rápidas e insignificantes espaços verdes e de lazer. Impõe-se uma revisão dos programas que nos afastam de uma identidade própria, mas que também consigam articular a universalidade sem produzir fendas profundas à identidade Kaluanda, ou seja, sem pôr em causa a partilha da universalidade responsável, que se pretende. É necessário defender o nosso percurso (a nossa história) urbana, dar o devido valor a nossa memória também construída, a essência e a análise lúcida de um passado de referência que temos de saber preservar para nunca mais aceitarmos os erros que se cometeram, mas também saber considerar e reconhecer as inteligências incorporadas, do nosso percurso.

O grande desafio que se nos coloca, a todos Kaluandas, é sobretudo aceitar que esta cidade de génese autoconstruída e em autogestão segregada, com grande défice de infraestrutura técnica, precisa de conferir dignidade humana e qualidade de vida aos que hoje a habitam. É de facto um desafio que, se agora aceite e encarado de frente, poderá fazer com que os lugares da cidade, os seus espaços públicos (lugar central para o bem físico e natural da vida social e urbana) se transformem em conhecimento e experiência vivida dos seus habitantes. Temos que ser humildes o suficiente para redesenhar com humanismo a nossa Luanda de hoje, para quem a vive hoje.

Se não se perceber o clima, a cultura, se não se perceberem os novos comportamentos humanos, as mudanças económicas, este crescimento e transformação da sociedade de hoje, como se poderá projetar futuro?

A sociedade angolana, ao longo dos últimos 50 anos, fez cidade, as pessoas que a habitam, fruto de várias circunstâncias, fizeram acontecer o lugar estranho Luanda. É necessário saber compreender isto hoje e agora, e não assumirmos esta questão como de menor importância e daí pensarmos em “passar o rolo compressor” e esquecer tal momento da cidade; a nossa missão passa por saber interpretar esta identidade estampada (nova imagem da cidade) e construir, sim, uma vida digna para as pessoas e não apenas desenvolver Planos Urbanos megalómanos, cuja, realidade nunca será efetivamente construída.

Temos que saber ultrapassar a falta de escolhas com que as diversas conjunturas (políticas e de dominação social) têm conseguido fazer esquecer o sentido crítico sobre as mais recentes atuações em Luanda. Um desenvolvimento urbano com falta de escolhas que vai evidenciando a teoria Fractal, onde a parte reproduz a lógica do todo que reflete também a parte (Foucault e o espelho reflexo).

Como ficou demonstrado, Luanda, pelo próprio compasso acelerado de desenvolvimento, não permite um Planeamento total, mas sim uma lógica de atuação focada por necessidades, um novo conceito de realização com critério, com metas definidas que manifestem tempos de execução de acordo com a necessidade, sem pôr em causa a continuidade urbana – *tactical urbanism* de revolução topológica – da cidade. Impõe-se um reposicionamento do Kaluanda como sujeito ativo do Espaço Público e um melhor relacionamento com o espaço também cultural, ou seja, um Kaluanda também como sujeito de *Ressignificação e Reutilização* do MM angolano como suporte urbano qualificado para o desenvolvimento da cidade. Para que existam novas ofertas, é necessário que o indivíduo possa ter escolhas ou saber que elas existem, é com indivíduos com escolhas inteligentes que se produzem cidades inteligentes e não o contrário.

Para Luanda é necessário, portanto, ter uma atitude ativa com relação ao Lugar, atuação pontual sectorial – acupuntura urbana – e deixar a postura de planejar o que não se executa, para depois querer avaliar o que não se fez.

É necessário refletir sobre a nossa forma de viver Luanda tendo a capacidade de, no presente, procurar no passado (erros e acertos), também ela uma forma de melhor perspetivar o futuro.

Sobre as estratégias projetuais contemporâneas ensaiaram-se algumas respostas pela leitura (contexto e análise crítica) do eixo moderno Mutamba – Marçal, do ponto de vista operativo e análise crítica com propostas estratégicas para a *Ressignificação, Reuso* e potencial reabilitação urbana e arquitetónica com suporte em exemplos realizados pelo mundo, mas também em Angola, como abordagem da problematização acerca da realidade Kaluanda, ou seja, sobre a arquitetura angolana no século XX e o seu reflexo neste início do século XXI (entre o moderno e o depois do moderno Kaluanda) e ainda, como é que se pode entender essa leitura como estratégia de desenvolvimento urbano.

Assim, podemos concluir que o desenvolvimento de estratégias contemporâneas com suporte no arquétipo moderno de edificação ou no próprio MM angolano, podem ser também uma forma de questionar o que de facto foi o MM para Luanda e o que se pode observar como consequência desta “engenharia social”. Nesse sentido, o Marçal, hoje bairro urbano central de Luanda, reflete a não concretização efetiva do seu Plano (Unidade de Vizinhança no 7), demonstrando que a falta de escolhas e sentido crítico sobre a ocupação informal do território nunca pôs em causa a necessidade de se ter um Espaço Público e Urbano de qualidade com democratização de acesso. Esta experiência que se vive no Marçal (de falta de planeamento urbano formal concretizado) prova que a distância temporal de planeamento e de concretização formal influencia diretamente, de forma negativa, o desenvolvimento urbano local e, de alguma forma, alcançar o todo (na leitura da cidade como um todo).

Está assim lançado o desafio, uma hipótese contemporânea com suporte na lógica espacial e processual de transformação urbana e arquitetónica da Mutamba ao Marçal. Uma hipótese, portanto, que demonstra a pertinência da reutilização do modelo moderno que se pode estender para Luanda, sem pôr de parte a percepção crítica dos ideais socioculturais angolanos, bem como os valores económicos e políticos inerentes ao desenvolvimento da cidade, como suporte do ato e metodologia projetual.

Os sociólogos sempre definiram a cidade como um espaço para estranhos - o âmbito mais adequado para desenvolver uma cultura da diferença - onde a cidade é concebida como o *Lugar* de convivência de diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo. As cidades são assim os lugares privilegiados das mesclas das vivências urbanas que expõem à combinação e à novidade da diversidade adquirida pela experiência da própria polifonia da cidade. Assim, Luanda, apresenta-se hoje vazia, no sentido conceptual de desenvolvimento urbano, disponível e ainda a tempo de novas vivências com suporte na reutilização dos seus arquétipos modernos de edificação.

Em que medida (a concretização do estudo a partir do eixo Mutamba - Marçal) permitiu ver mais claramente o problema e encontrar respostas e propostas de ressignificação urbana e arquitetónica patrimonial de Luanda (a partir da proposta moderna de abordagem)?

O processo de continuidade de Luanda, cujo pendor urbano continua a, somente, reagir a crescente (in)formalidade e a vida segregada sem o debate necessário sobre o uso e a utilidade pública deve procurar um ponto estratégico para uma resposta consciente. O Estilo Internacional (moderno) apresentou sempre uma contraproposta útil à sua contemporaneidade, são exemplo disso as New Towns na Inglaterra; o Plano Rovaniemi e Imatra na Finlândia; a Unidade de Habitação para Marselha em França; a Reconstrução de Varsóvia na Polónia; Novacerrada em Espanha assim como, em Luanda, os Blocos Residenciais da Caixa de Previdência (UV nº1); o Edifício da Mutamba ou ainda o Mercado do Kinaxixi como refere Sérgio Fernandez em *Percurso: Arquitectura portuguesa 1930 – 1974*.

No contexto Mutamba - Marçal, a *Ressignificação e o Reuso* patrimonial com suporte no seu arquétipo moderno, não deve ser entendida como a medida de requalificação do “caos urbano”, “anarquia” ou “confusão”, deve sim ser entendida como uma forma de organização desse sistema em particular. A relação entre Baixa e Mu Sekes, tema que aqui também pode ser relacionado com a aleatoriedade ou (in)formalidade dos usos, ou ainda com a contaminação dos tecidos urbanos, é o resultado da falta de clareza da definição da ocupação dos solos urbanos.

Com a *Ressignificação* e o *Reuso* suportados no seu arquétipo moderno, forma e função, uma vez mais, podem ser transformadas pelos contactos de culturas, adaptadas às novas realidades climáticas, mas sobretudo sociais (clima tropical, misturas de riquezas culturais dos seus novos habitantes evidenciam composições de volumes e linguagens diversas de escalas e texturas também diversas) que pro- porcionam a génese de uma arquitetura de fusão (contaminação urbana pontual que se alastra pelo território) que, na generalidade, é referência desta nova ima- gem que Luanda apresenta. No debate contemporâneo, sobre a *Ressignificação* e o *Reuso* do património moderno edificado (por classificar), mas também da sua relação com o ambiente urbano atual de Luanda, deve ser incluída a vivência do arquiteto contem- porâneo. Impõe-se que se abordem temas como a expansão descontrolada, a fragmentação urbana (tensão entre células urbanas), as dinâmicas periféricas e os assentamentos de génese ilegal, a segregação socioespacial, a falta de oportunidades e de cuidados urbanos, os impactos negativos ao meio ambiente natural e urbano entre outros aspetos complexos observados como elementos geradores do “caos urbano”, que têm conduzido a um ambiente ineficiente e nocivo aos Kaluandas. O “caos urbano” surge da complexa correlação de forças entre os agentes que a produzem e re- produzem, ou seja, o “caos urbano” não é, de facto, algo impre- visível, fora de controlo ou de domínios sem explicação, é sim o resultado de necessidades hu- manas concretas como consequência das suas desigualdades socioespaciais.

Para quê e quem é útil disciplinarmente esta abordagem? Que cami- nho este trabalho deverá seguir no (futuro) imediato?

A *Ressignificação* e o *Reuso* do MM angolano na contemporaneidade é de facto uma questão que vai para além de um estilo ou ainda de formas arquitetónicas, é uma questão de fundo da nossa sociedade. Os vários exemplos reconhecidos e de sucesso aqui apresentados num quadro de resgate e transformação do património desqualificado (esquecido e até mesmo desamado) em espaços de vivência social muito mais interessantes principalmente para os seus habitan- tes mostra a potencial amplitude deste tema. As consequências do desuso do MM angolano na contemporaneidade pode configurar-se como um novo desafio para novos desfechos de investigação científica, ainda no sentido do reforço da conexão entre a baixa da cidade e as suas zonas periféricas, como é o caso da relação aqui analisada entre a Mutamba e o Marçal.

O uso da técnica crítica e analítica desenvolvida nesta Tese não procurou chegar, obviamente, a respostas conclusivas finais, mas sim garantir que este trabalho científico permita abrir portas para outras novas etapas de trabalho. O objetivo da continuidade deste trabalho passará sempre pela interligação das duas realidades e o reforço da interação das realidades de ambos os polos, nomeadamente a partir do seu espaço público, na situação de interpretação como estritamente pública ou ainda numa situação conjugada semi-pública. As análises e demonstrações, como as que a Tese apresenta, ou seja, capazes de fazer luz sobre um assunto que está, ao nível angolano, completamente adormecido – de que a *Ressignificação e o Reuso* (reapropriação programática e formal do MM angolano) são impossíveis sob o ponto de vista de várias concretizações – mostra que o tema é pertinente. Mostra ainda que há sim soluções concretas, com suporte científico moderno, interessantes e que ao contrário assumem-se, ainda hoje, como sustentáveis em diferentes níveis: climático, cultural, social, político ou económico.

Neste sentido, pode-se dar como exemplo o prémio Pritzker de 2021, à dupla Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal. Este prémio contraria a ideia de que são necessárias demolições totais para reformular, converter e modificar edifícios, casas e complexos residenciais. Demonstra estímulo ao princípio arquitetónico pacifista, mas também ecologista, dado que na grande maioria dos projetos, da dupla premiada, as reformulações arquitetónicas necessárias foram contidas, mais económicas, nos meios e recursos de transformação empregues, sem a vontade megalómana de destruir edifícios antigos e todo um conjunto de áreas — sobretudo, residenciais — para implementar de raiz uma visão arquitetónica inteiramente nova para os seus espaços de intervenção. A ideia da dupla passa quase sempre pela melhoria dos espaços, mais do que pela demolição, reestruturação completa ou construção de raiz em outras áreas urbanas — o que implicaria, no caso dos complexos residenciais, a retirada dos residentes das suas zonas de habitação, questão essa muito sensível e até mesmo dramática do quotidiano Kaluanda.

A criação de “Cadernos de Encargos CE” para as questões do MM angolano que se propõe (nesta Tese) sobre o *Lugar, Edifício e Espaço Público*: leitura da modernidade; leitura da contemporaneidade; leitura da problemática e posterior apresentação (potenciais soluções ainda que de modo preliminares) de propostas por um lado, assegura a análise da arquitetura moderna angolana como matéria científica de pesquisa e, nesse contexto, poderá ajudar na redefinição

do habitat angolano contemporâneo. Por outro lado, proporcionará normas e padrões contemporâneos mais bem adequadas ao espaço angolano (ao *Lugar*). Este exercício, para além de executado, deve também ser acompanhado e de algum modo mantido ativo com disciplina, com regras muito apertadas para as novas possíveis intervenções (principalmente para os próprios usuários, habitantes) a fim de difundir uma certa coesão social urbana, cidadania local, uma afeição pelo lugar (quer privado, quer público) como pedra de toque para garantir um orgulho próprio na manutenção destes momentos de elevado valor simbólico da estrutura urbana Kaluanda.

Seria, portanto, neste sentido, mais enriquecedor aplicar os estudos e os métodos de trabalho aqui apresentados a uma maior quantidade de ambientes de escalas ou funções diferentes às que apresenta o eixo Mutamba – Marçal. Por exemplo a um edifício específico, a uma região urbana e assim desenvolver a sensibilidade/interesse social sobre esta temática, o seu método e metodologia de afirmação de identidade cultural (na cultura urbana Kaluanda), mas não necessariamente entendida como a única forma de atuação para Luanda, claro!

A valorização do que se aprende com a vivência quotidiana no eixo Mutamba – Marçal é fundamental (enquanto processo histórico: “Cidade Alta – Cidade Baixa”; “Baixa – Mu Seke”; “Disciplina de Arquitetura – Unidades de Vizinhança”) para se perceber a lógica de atuação e relação social da passagem da “Cidade do Café” para a “Cidade do Petróleo”; do “Zonamento” para os “Condomínios Privados” ou “Novas Centralidades” que de forma homogénea marcam a evolução do “fazer cidade” e principalmente da forma de a viver, a partir dos anos de 1940. Esforço, esse que, salvo melhor opinião, deve ser valorizado por representar (comprovadamente) a melhor mostra do que se fez (interpretação local) e ainda está vivo entre nós Kaluandas. O passado não pode ser alterado, transformado ou simplesmente corrompido, é importante falar sobre ele e sobretudo decidir (institucionalmente) como falar sobre ele.

No caso do MM (também herança colonial), esse tópico sensível, incómodo político-social apenas lembrado como herança da colonização angolana (memória que se quer silenciar, tentando fazer passar a imagem de objeto de preconceito e até mesmo vergonha social), deve ser analisado e gerar debate público com rigor científico e honestidade intelectual suficiente para posicionar no devido lugar (de destaque) o património cultural moderno angolano edificado.

Esta Tese, através de factos concretos demonstrou que, a partir de um lastro histórico social, urbano e arquitetónico, a importância da *Ressignificação e Reuso* do MM angolano é tão necessária quanto urgente. Deve, portanto, servir a todos os profissionais e investigadores (de arquitetura) do ponto de vista prático e operativo, mas essencialmente ao Kaluanda interessado na melhoria efetiva da sua cidade.

No Apêndice de Tese, depoimentos e conversas com protagonistas influentes do urbanismo e arquitetura Kaluanda, demonstram isso mesmo e representam a fonte oral (pertinente e necessária) que reforça a credibilização da informação documental encontrada e disponível em arquivo – *Discursos e práticas na distopia*. O acesso à informação disponível a partir dos arquivos de Luanda (uma espécie de *jogo de acaso* que, além de consumir imenso tempo, acabou por determinar as escolhas, bem como o percurso de análise) permitiu-nos chegar até aqui e proporciona caminhos seguros para a continuação de análise e operacionalização dos temas então abordados, mas também deve ser entendido como uma referência ou sugestão de trajetórias possíveis para ultrapassar as dificuldades de pesquisa encontradas.

Regista-se, também como demonstração prática da intenção de continuidade deste trabalho, que foi feito um primeiro contato formal com a entidade gestora responsável da província de Luanda (IPGUL) e apresentada posteriormente, ao Governo da Província, uma proposta concreta com disponibilidade imediata para a custódia segura, tratamento (digitalização, microfilmagem) organização e gestão da documentação dos arquivos (nomeadamente dos que dizem respeito ao urbanismo e arquitetura) GPL e IPGUL, a qual esperamos deferimento. Com este procedimento finalizado (se se concretizar), para além de, obviamente, se eliminar o uso e o contato físico com os arquivos (agora em estado avançado de degradação), com a documentação em formato digital e disponível online na prática ganhar-se-á muito mais: economia; agilidade; segurança; integração e controle; sustentabilidade entre outros, ou seja, estarão abertas todas as possibilidades para melhor se conhecer, pormenorizadamente, todos os benefícios que o MM angolano poderá oferecer a Luanda e aos Kaluandas hoje.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Geral

- Abrantes, J. (2019). Filho Bem-Amado do Kongo – Nsaku Ne Vunda/Aliás, Dom António Manuel/Aliás, Marquês de Funesta/Aliás, “O Negrita”. Luanda. Mayamba Editora.
- Andrade, M. (1997). Origens do nacionalismo angolano. Dom Quixote.
- Almeida, J. (2002). Vaicomdeus, S.A.R.L. Luanda. Caxinde, Editora e Livraria.
- Alves, A. (2015). “Angolano segue em frente”. Um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970. Tese de Doutoramento. UFF ICHF. Dep História.
- AlSayyad, N. (2001). Hybrid urbanism: On the identity discourse and the built environment. Ed. Bloomsbury Publishing PLC.
- Amaral, I. (1962 - 1978). Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola 1978. Lisboa. Separata de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia Vol. XIII – 25.
- Argan, G. (1990). Walter Gropius e a Bauhaus. Ed. Presença.
- Batalha, F. (1950). A Urbanização de Angola. Luanda. Museu de Angola.
- Batalha, F. (2006). Angola, Arquitectura e História. Lisboa. Nova Veja.
- Bessa-Victor, G. (1958). O menino negro não entrou na roda. Lisboa AGU.
- Birmingham, D. (1991). O carnaval em Luanda. 1991; Breve história da Angola moderna (séc. XIX - XXI). Revista Análise Social. ICSUL vol.111 (2º) p. 417-429.
- Bollack, F. (2013). Old Buildings New Forms. Ed. The Monacelli Press.
- Botton, A. trad. Lucília Filipe. (2017). A Arquitectura da Felicidade. Alfragide. Dom Quixote.
- Brandão, P. (2006). O arquitecto e outras imperfeições. Ética, identidade e perspectiva da profissão. Lisboa. Livros Horizonte.
- Bloszies, C. (2012). Old buildings, new designs. Architectural transformations. Ed. Princeton Architectural press. New York.
- Cadornega, A. (1972). História geral das guerras angolanas 1680-1681. Anotado e corrigido por José Delgado. Agência Geral do Ultramar. Lisboa.
- Cardoso, A. (1980) Baixa e Musseques. Havana. Ediciones Cubanas para União dos Escritores Angolanos.
- Carvalho, R. (1989 - 2007) Ana a manda. Os filhos da rede. identidade coletiva, criatividade social e produção da diferença cultural. Um caso muxiluanda. Ed. IICT, Universidade de Michigan.
- Carvalho, R. (2016). A cidade social: impasse, desenvolvimento, fragmento. Lisboa. Tinta da China: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Césaire, A. (1960 - 2000). Toussaint Louverture. La revolution française et le

problème colonial. Ed. Présence Africaine.

Chalton, N., MacArdle, M. (2018). História do Século XX para pessoas com pressa. Os 100 anos que mudaram a humanidade, em 200 páginas!. Lisboa. Editorial Presença.

Cruz, V. (2014). Coletânea de Poemas: 1947-1950. Ed. Casa dos Estudantes do Império Lisboa

Cullen, G. trad. Isabel Correia e Carlos Macedo (2010). Paisagem Urbana. Lisboa. Edições 70 Lda.

Dias, F. (2017). Raízes e perspectivas do urbanismo meridional português. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.

Dilolwa, C. (1978). Luanda. Contribuição à História Económica de Angola.

Diop, C. (1954 - 2000). Nações e Culturas Negras. Ed. Présence Africaine.

Fanon, F. (1964 - 1980). Em defesa da revolução africana. Terceiro Mundo. Ed. Livraria Sá da Costa.

Figueiredo, L. (2010). Sita Valles Revolucionária, Comunista até à morte 1951-1977. Lisboa. Alêtheia Editores.

Figueiredo, V. [et al.]. (2012). Fragmentos de um discurso. Porto. Circo de Ideias.

Freudenthal, A., Pantoja, S. (2013). Livro dos baculamentos : que os sobas deste reino de Angola pagam a sua majestade, 1630. Luanda, Angola : Arquivo Nacional de Angola, Ministério da Cultura.

Freyre, G. (1933). Casa Grande & Senzala. Ed. Maia & Schmidt.

Gracia, F. (1992). Construir en lo Construido. La arquitectura como modificación. Ed. Nerea S.A.

Grande, N. (2005). Arquitectura e Não. Ed. Caleidoscópio e Artes Gráficas, SA.

Grassi, G. (1988) em “Architecture, Dead Language”. Ed. Ginko Press. Hamburg.

Guerra, J. (2002). Savimbi, vida e morte. Lisboa. Bertrand Editora.

Gonçalves, I. (2007). Agora Luanda. Coimbra. Almedina.

Gonçalves, J. (2020). África no Mundo - Livre das Imposturas Identitárias. Ed. Guerra e Paz. Livros Vermelhos.

Jacinto, A. (1961). Poemas. Casa dos Estudantes do império. Coleção de Autores Ultramarinos. Ed. Minerva. Lisboa.

Jallon, B., Napolitano, U., Boutté F. (2017). Paris Haussmann: A model's relevance. Paris. Park Books, Editions du Pavillon de l'Arsenal

Innerarity, D. trad. Manuel Ruas. (2010). O novo espaço público. Lisboa. Ed. Teorema SA.

Kourouma, A. (2009). Os sóis das independências. Luanda. INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco.

Komossa, S. (2010). The Dutch urban block and the public realm: Models, rules,

ideals. Rotterdam. Vantilt.

Kusno, A. (2000). *Behind the Postcolonial: Architecture, Urban Space and Political Cultures in Indonesia*. Ed. routledge. London.

La Secla, F. trad. João Soares. (2011). *A Contra Arquitectura*. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.

Lehnerer, A. (2009). *Grand Urban Rules*. Amesterdão. 010 Publisheres.

Lima, M. (2018). *Atualidade do pensamento de Hans Morgenthau. Politics among nations. Relações internacionais*.

Lippolis, L. trad. Margarida Periquito. (2016). *Viagem aos confins da cidade. A metrópole e as artes no outono pós-moderno 1972-2001*.Lisboa. Antígona

Loureiro, J. (2001). *Memórias de Angola*. Lisboa. MaisImagem – Comunicação Global, Lda.

Loureiro, J. (2002). *Memórias de Luanda*. Lisboa. MaisImagem – Comunicação Global, Lda.

Louro, M. Oliveira, F. (2009). *Casas para um planeta pequeno – Prj Angola Habitar XXI. Modelos habitacionais em territórios de macro povoamento informal*. Lisboa. 1ª Ed. Pixelprint – Ed. Imagem e Comunicação, Lda.

Louro, M. ... [et al.]. (2017). *Objeto, edifício, cidade: propostas para habitar num planeta pequeno*. Lisboa. By The Book – Edições Especiais, Lda.

Lynch, K. (2011). *A imagem da cidade*. Lisboa. Edições 70 arquitetura e urbanismo.

Poete, M. (1967). *Introducion à l'Urbanisme. L'évolution des villes. La leçon de l'histoire. L'Antiquité*. Éditions Anthropos. Paris. (2ème édition) In-8 broché.

Maria, A. (2016). *Naquele dia. Naquele Cazenga*. Ed. Colibri.

Martins, I. (coord.), Grilo, M., Machado, R. (2010). *Arquitecturas de Luanda*. Luanda. Sinfic.

Matos, M., Ramos, T. (2012). *Percursos Intercontinentais. Arquitetos partindo de Portugal no séc. XX*. FA. UTL.

Mateus, D., Mateus, A. (2015). *Guerra Colonial: causas e consequências: o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Lisboa. Texto Editora Lda.

Mateus, I. (coord.). (200). *Angola. A festa e o luto. 25 anos de independência*. Lisboa. Edição Vega

Mateus, I. (2003). *Sobras da Guerra*. Luanda. Editorial Nzila.

Memmi, A. (2003). *The Colonizer and the Colonized*. Ed. Earthscan Pub. Ltd. London.

Mendiluce, J. (2002). *O Mistério da Ilha de Luanda*. Lisboa. Texto Editora.

Mingas, A. (2011). *Modernismo Luanda*. Luanda. Goethe Institut Angola em coordenação com a Universidade Lusfada de Angola.

- Monteiro, M. (2012). *Onze (1976-1984)*. Vila Nova da Cerveira. Nóssomos, Lda.
- Monteiro, M. (2013). *Quem me dera ser onda*. Luanda. Mayamba Nzadi.
- Monteiro, M. (2018). *Kalunga*. Luanda. Editora das Letras, SA.
- Neto, A. (1974 - 1987). *Sagrada Esperança*. Ed. Livraria sá da Costa.
- Nkrumah, K. (1963). *Africa must unite*. Frederick A. Praeger. New York.
- Oliveira, L. (2016). *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa. Ed Colibri.
- Oliveira, R. (2015). *Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil*. Lisboa. Edições Tinta da China.
- Oliveira, M. (1964). *Crónica da cidade estranha*. Coleção Unidade. AGU.
- Oliveira, M. (1968). *Rosto de Europa*. Ed. Pax. Braga.
- Oppenheimer, J., Raposo, I. (coords) (2003). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. CESA. FCT.
- Pacheco, P., Caccia, L., Azevedo, L. (2017). *Espaços públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua*. Programa de cidades. WRI Brasil.
- Parke, M. (2009). *The ethics of protocells: Implications of creating life in laboratory*. Ed. The MIT Press.
- Paviani, A. (org), Bicca, P ... [et al.]. (1985). *Brasília ideologia e realidade/espço urbano em questão*. São Paulo, Projecto Editores Associados, Lda.
- Pepetela, pseud. (1995). *O desejo de kianda*. Lisboa. Dom Quixote.
- Pepetela, pseud. (1999). *A geração da utopia*. Luanda. Editorial Nzila.
- Pires, R. (1959). *Luanda - Cidade Portuguesa fundada por Paulo Dias de No-vaes 1575*. Porto. Litografia Nacional.
- Porto, M. (2020). *O desenho urbano e a habitação no Centro Expandido da Cidade de São Paulo*. Tese de Doutoramento FAU USP.
- Redinha, J. (1964). *A Habitação Tradicional Angolana, Aspectos da sua Evolução*. Luanda. Centro Informação e Turismo de Angola.
- Ribas, O. (1969). *Uanga: Feitiço, romance folclórico angolano*. Luanda Tipografia Angolana.
- Ribas, O. (2011). *Missosso Vol I. 1961; Vol II. 1962; Vol III. 1964*. Ed. Chá de Caxinde.
- Rabinow, P. (2005). *A machine to make a future: Biotech Chronicles*. Ed. Princeton University Press.
- Rodrigues, L. (2011). *Manual de Crimes Urbanísticos*. Lisboa. Guerra e Paz, Editores SA.
- Rodrigues, M. (2002). *Arquitectura*. Lisboa. Quimera Editores, Lda.
- Roseta, F., Marçal, S. (2016). *O que é inovação em arquitectura?* Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA
- Rossi, A. trad. José Monteiro. (2001). *A arquitectura da cidade*. Ed. Cosmos.

- Rosa, C. Meneses, M. Martins, B. (2012). Memórias da Guerra Colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. VII Congresso Português de Sociologia. Univ. Porto. FL - FPCE.
- Roy, A. (2010). Poverty capital: Microfinance and the making of development. Ed. Routledge.
- Said, E. (1996 - 2021). Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente. Ed.70.
- Salvador, P. (2006). Recordar Angola: todas as gentes de Cabinda ao Cunene. 2º Volume. Lisboa. Quetzal Editores/Bertrand Editora, Lda
- Santos, A. (1965). Quinaxixi. CEI. Coleção AU. Grafitécnica. Lisboa.
- Santos, B. (2007). Um discurso sobre as Ciências. Porto. Edições Afrontamento.
- Santos, J. (1970). Vinte anos decisivos da vida de uma cidade 1845-1864. Luanda. Ed. da CML integrada nas comemorações do IV centenário da cidade.
- Santos, J. (1972). Crónicas da Velha Cidade 1845-1864. Luanda. Ed. CML integrada nas comemorações do IV centenário da cidade.
- Santos, J. (1975). Luanda d'outros tempos. Luanda. Ed. do Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Santos, J. (2018). Subitamente no cacimbo. Luanda. Caxinde Ed. e Livreros.
- Serrano, M., Afonso, O. (2018). Como fomos, assim estamos: Portugal escrito pelos portugueses, e não só. Lisboa. Vega
- Silva, A. (2003). General Norton de Matos (1867-1955): Aspetos maiores de um perfil histórico-biográfico - o militar, o colonizador e o democrata. Porto. Ed FLUP. Africana Studia nº 6.
- Simone, A. (2004). For the city yet to come: Changing african life in four cities. Ed. Duke University Press.
- Soares, L. (2005). Mu Ukulu, Luanda do Antigamente. Lisboa. Cultiva Livros.
- Teles, V. (2005). A utopia segundo Che Guevara. Porto. Campo das Letras - Editores SA.
- Sorkin, M. (2003). Starting from the zero. Reconstructing Downtown New York. Ed. Routledge.
- Tomé, M. (1961). Angola, vida e costumes dos nativos. Amadora. Ed. do Autor.
- Uanhanga Xitu, pseud. (1979). Maka na Sansala (MAFUTA). Luanda. União dos Escritores Angolanos.
- Venâncio, J. (2008). Os apoios internacionais de Portugal durante a Guerra colonial. Academia Militar. DE CI TIA.
- Viana, D. (2018). Maputo: (Auto)Organizações e Forma urbana. Univ. Porto Ed.
- Vieira, J. (1976). Luanda estórias. Lisboa. Edições 70 Lda.
- Westad, O. (2018). A Guerra Fria. Uma História do Mundo.

Ed. Temas e Debates.

Wheeler, D., Pélissier, R. (2009). História de Angola. Lisboa. Edições Tinta da China Lda.

Wright, G (1981). Building the dream: A social history of housing in America. Ed. The MIT Press.

Bibliografia Específica

Ábalos, I. (2003). A boa-vida, visita guiada às casas da modernidade. Ed. GG.

Arís, Carles. et al. (1991). Las formas de la residencia en la ciudad moderna : vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona. Servicio de Publicaciones de la UPC.

Bandeirinha, J. (2007). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra. Imprensa da Universidade.

Benevolo, L. (2000). La proyectación de la ciudad moderna. Ed. GG.

Consigliari, V. (1999). A morfologia da arquitetura 1920-1970. Lisboa. Editorial Estampa.

CA. (1993) A Carta de Atenas. Le Corbusier. Estudos Urbanos. série Arte e Vida Urbana. Edusp. São Paulo.

Corbusier, Le. (2010). Urbanismo. São Paulo. Ed. Perspectiva.

Corbusier, Le. (2011). Por uma Arquitetura. São Paulo. Ed. Perspectiva.

Fernandes, J. (2005). Arquitectura e Urbanismo da África Portuguesa. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.

Fernandes, Janeiro e Fonte (). Angola no séc. XX (1925 - 1975). Ilustrado com postais da coleção de João Loureiro. Ed. de Autor. Lisboa.

Ferreira, A. (1995). Aspectos da organização do espaço Português. Porto. FAUP Publicações.

Fernandez, S. (1988). Percurso: Arquitetura portuguesa 1930 - 1974. Porto. FAUP.

Fonte, M. (2012). Urbanismo e Arquitetura em Angola. Faculdade de Arquitetura UTL. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.

Frampton, K. (2008 [1997]). Storia dell'architettura moderna. 4ª Ed - Zanichelli.

Forty, A. (2000). Words and Buildings, a vocabulary of modern architecture. Ed. Thames & Hudson.

Gorovitz, M. (1985). Brasília uma questão de escala. São Paulo. Projecto Editores Associados, Lda.

- Gonçalves, J. (2002). Ser ou não ser moderno: considerações sobre a arquitectura modernista portuguesa. Coimbra. Edarq: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.
- Gonçalves, J. (2018). Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa. Tesis Doctoral. UPC - Department de Projectos d'Arquitectura.
- Goodwin, P. (1943). Brazil Builds: architecture new and old, 1625-1942. The Museum of Modern Art.
- Habermas, J. (1994). Modernity - an incomplete project. Art in theory 1900-1990. An anthology of changing ideas. Organizado por Harrison, Charles, & Wood, Paul, Oxford UK & Cambridge USA, Blackwell.
- Hall, P. (1999). Sociable cities: The legacy of Ebenezer Howard. Ed. Academy Press.
- Herz, M. (2015). African Modernism: The Architecture of Independence, Ghana, Senegal, Côte d'Ivoire, Kenya, Zambia. Zurique. Park Books AG.
- Heyen, H. (2000). Architecture and Modernity, A Critique. Ed. MIT Press.
- Holston, J (2013). Cidadania insurgente. Dijunções da democracia e da modernidade no Brasil. Ed. Companhia das Letras. São Paulo.
- Jacobs, J. (2017). Morte e Vida de Grandes Cidades. Ed. WMF Martins Fontes.
- Jenks, C. (1984). The language of post-modern architecture. Rizzol, 4th Ed.
- Jenkins, P., Andersen, J. (2011). Developing cities in between the formal and informal. International Conference ECAS 2011. 4ª European Conf. on Africa Studies. (The Nordic Africa Institute, Uppsala).
- Kanashiro, M. (2004). Da antiga a nova Carta de Atenas - em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. Ed. UFPR.
- Kruger, M. (2005). Leslie Martin e a Escola de Cambridge. Ed. Edarq.
- Lerner, J. (2003) (Digitalizado em 2009). Acupuntura Urbana. Ed. Record. Univ. Texas.
- Milheiro, A. (2010). Uma utopia sustentável: arquitetura e urbanismo no espaço lusofono: que futuro? FA. UTL.
- Milheiro, A. (2010). Luanda no Futuro: o Bairro do Prenda. (Exhibition) A cidade popular África/Brasil.
- Milheiro, A. (2012). Nos trópicos sem Corbusier, Arquitectura luso-africana no estado novo. Lisboa. Relógio D'Água Editores.
- Milheiro, A. (2017). Arquiteturas Coloniais Africanas no fim do "Império Português". Lisboa. Relógio D'Água Editores.
- Montaner, J. (2001). Depois do movimento moderno. Barcelona. Ed. Gustavo Gili, SL.

- Morais, J. (2015). *Arquitetura Moderna Tropical, uma lição sobre a sua construção na África Lusófona*. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- Mourão, F. (2006). *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda. Uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo. Terceira Margem. (Originalmente apresentada como livre docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, desde 1988).
- Piñón, H. (1997). *El sentido de la arquitectura moderna. Materiales de la Arquitectura Moderna/Ideias*. Ed. UPC.
- Portas, N. (1969). *A cidade como arquitetura*. Lisboa. Livros Horizonte.
- Portas, N. (2008). *A arquitetura para hoje 1964 seguido de evolução da arquitetura moderna em Portugal 1973*. Lisboa. Livros Horizonte.
- Prado, R. (2011). *La Modernidad Ignorada Arquitectura Moderna de Luanda*. Universidad de Alcalá.
- Providência, P. (2018). *Mértola e o seu território: interpretações do património pelo projecto*. Coimbra. Eddarq – Editorial do Departamento de Arquitectura.
- Quinta, M. (2009). *Arquitectura e clima, geografia de um lugar: Luanda e a obra de Vasco Vieira da Costa*. Rocha Artes Gráficas.
- Ramos, T. (2013). *Arquitetura, Urbanismo, Design: Metodologias e Métodos de Investigação*. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- Ramos, T. (coord.). (2016). *Entre Brasil e Portugal: Desafios, Discursos e Práticas da Arquitetura Moderna e Contemporânea*. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- Ragon, M. (1986). *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes, Vol. 2. Naissance de la cité moderne 1900-1940*. Paris, Casterman-Essais.
- Real, J. (2010) *The Musseques of Luanda, housing in Angola. A new neighbourhood "Golfe 1" 1972-1981*. Óbidos. Sinapis Editores.
- Riso, V. (2014). *Modern Buildings Reuse: Documentation, Maintenance, Recovery and Renewal*. Guimarães. Universidade do Minho, Escola de Arquitectura
- Riso, V. contributions Álvaro Siza... [et al.]. (2018). *Reclaiming the use of Fernando Távora Municipal Market of Santa Maria da Feira*. Guimarães. Universidade do Minho - Laboratório de Paisagens, Património e Território.
- Rodrigues, J. (2013). *O mundo ordenado e acessível das formas da arquitetura. Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos*. Porto. FIAJMS e Edições Afrontamento.
- Rodrigues, I. (2014). *Cuando la vivienda colectiva era moderna. Desde Portugal a otros países de expresión portuguesa. 1948-1974*. Tesis Doctoral. Dep. de Proyectos Arquitectónicos. Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona. 3p.

- Santos, L. (1983). Planos de urbanização para a Cidade de Coimbra. Programa Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos. Coimbra. Museu Nacional de Machado de Castro.
- Segawa, H. (2018). Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- Scully Jr., V. (2002). Arquitetura Moderna. A arquitetura da democracia. Ed. São Paulo, Cosac & Naify.
- Tomlow, J., Wedeburn, O. (2006). Climate and building physics in the modern movement: preservation technology. Dossier 9. DOCOMOMO.
- Tostões, A. (1997). Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50. FAUP 2ª Ed. Porto.
- Tostões, A. (2014). Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique. Lisboa. Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- Venturi, R. (1972). Learning from Las Vegas. Cambridge MA - MIT Press.
- Zevi, B. (1984). História da Arquitetura Moderna. Ed. D. Quixote (Vol. 2).

Artigos, Entrevistas, Catálogos, Vídeos e Revistas

- A planta topográfica da cidade de São Paulo de Luanda 1939. Luanda. Composto e impressão tipografia A Lusitana.
- Agenda 2030 - Transformação Digital: 5G, cidades inteligentes. 9º ODS.
- Agenda 2063 - A África que queremos. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano de Implementação para a primeira década 2014-2023. Comissão da União Africana.
- Álvaro Siza Vieira sobre a modernidade e a sua relação com a nova geração de professores da Escola do Porto. Exposição “El futuro ya ha comenzado” para a XIII Bienal de Havana. Entrevista (video) de Nuno Grande em 12.09.2019, Imagem e edição de Nuno Camacho, Produção de Verónica de Mello, Marta Aguiar e Bárbara Rocha Ferreira.(Mag Arquitetura).
- Andrade, O. (1928). O Manifesto Antropofágico. Revista Antropofagia. p. 6-7.
- Architecture of Independence - *Libertação pela Arquitetura* (Exposição/Catálogo no Vitra Design Museum Gallery). 2015.
- Balanço das realizações do Plano Marshall em Portugal. Jornal do Comércio de 27.12.1951.
- Bandeira, R. (2017). As kuribekas angolanas. Maçonaria em Angola! Quem diria... www.novafrica.co.ao

Barros, V. (2013), A “missão civilizadora” do colonialismo português. Revista Angolana de Sociologia. (online). Docomomo Angola. Entrevista Francisco Castro Rodrigues em 2014.

Bosslet, J. (2014). A cidade e a guerra. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975). Dissertação de Mestrado. UFF Dep. História.

Campos, C. (2011). Nuno Portas - Diálogos entre teoria e prática [1957-1974].

Corbusier, Le. (1925). Plan Voisin - Velasquez, Victor (Nov 2015). Journal of Architecture and Urbanism. 40 (3): p. 229-239.

Corbett, H. (1914). MetrÓpole do Amanhã. Ilustradas no MetrÓpolis de 1920 de Fritz Lang.

Costa, L. (1945) apud Alberto Xavier (2007) “Autenticidade e historicidade” por Carlos Comas em “Ruminações Recentes: Reforma/Reciclagem/Restauro.”. (2022, pág. 54).

Correia, A. (2007). www.arlindocorreia.com/100807.html

Conselho de Assistência EconÔmica Mútua (COMECON) 1949-1991.

Cronologia do Pensamento Urbanístico tradução livre de Leandro Cruz, 2013 www.cronologiadourbanismoufba.br

Diabaté, I. (2018) Ciclo de conferências FAUP. Entrevista ao Jornal Expresso. Entrevista ao Docomomo Angola, em Lisboa (20.5.2014), de Francisco Castro Rodrigues por Maria João Teles Grilo e Filomena Espírito Santo com Edição e Imagem de Nuno Bouça.

Ferrão, N. (2000). Crônicas do Prof. Ferrão - Norton de Matos.

Honour Award 2013 - Excellence on the Waterfront Awards _ The waterfront Centre, Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista (www.jornalarquitecturas.com), Marginal de Luanda, uma área completamente renovada para lazer, serviços de estacionamento, melhoria na fluidez rodoviária, eventos culturais, espaços verdes e comércio com regular atividade de eventos culturais e desportivos.

Improvised lives: Rhythms of endurance in an urban south (after the postcolonial. (2018).

Informação de Vasco Vieira da Costa dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Luanda (397 da 8ª Repartição da CML de 28.11.1958) sobre a necessidade de discussão e aprovação do Regulamento do Plano de Urbanização, bem como do Plano Geral de Urbanização. IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Informação de Adalberto Gonçalves Dias nº 61 de 22.3.1960 sobre o Traçado dos Arruamentos da Zona urbanizada do Muçequê Prenda.(8ª Repartição - Luanda). IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Informação nº 51 de 9.2.1955 de Adalberto Gonçalves Dias sobre a Praça dos

Lusíadas. IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Informação nº 171 de 8.10.1950 de Adalberto Gonçalves Dias sobre o Traçado dos Arruamentos do Largo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Informações nº 149 e 150, *Dísciplina de Arquitetura*, em 4.10.1957 António Matos Veloso demarcação do “Gabarit” dos quarteirões definidos pelas Rua do Brasil e Rua Dom João II e a ligação à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Informação nº 6406 de 20.12.1961 “Extinção dos Musseques e a sua futura legislação” pelo Gabinete de Urbanização, de Fernão Lopes Simões de Carvalho. IPGUL (acesso através de Alice Correia).

Lokko, L. (2016). *Tropical Antics*, Graham Foundation – Chicago.

Malheiro, R. (1950). *Luanda cidade feiticeira de 1950*, um filme do Ministério das Colónias e Agência Geral das Colónias.

Martins, F. *Jornal Observador* 23.8.2004. O 4 de fevereiro de 1961.

Maria, A. (2019). Dossier 301: As feridas abertas da Guerra Colonial. Organizado por Mariana Carneiro. *esquerda.net*

Nogueira, A. (2019). Aventuras da história 4.4.2019 - Grupo Perfil - Brasil, São Paulo.

Oliveira, A. *Fragments da História de Angola*. Curso Livre de História de Angola. (online).

Ordem dos Arquitetos Portugal - SRN. (2001). 30 Cadernos: Guia da Arquitetura Moderna Porto 1901-2001. Ed Livraria Civilização.

Tostões, A. Costa, S. (2004). *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa, IPPAR.

Notas sobre a descolonização de Angola: Rosa Coutinho (Governador Geral – Presidente da Junta Governativa – uma espécie de Junta de Salvação Nacional, à escala de Angola) - Associação 25 de abril - www.a25abril.pt (2009).

Vídeo RTP Arquivo sobre: Luanda, o Plano Regulador da cidade de Luanda. Aprovado em 1973. Doc. de 22.04.1974

Relatório A. Março de 1971 (OTAM – Omnium Technique D’Amenagement e SMI – Sema Metra Internacional) – Estudos Preliminares da Câmara Municipal de Luanda sobre o Plano Regulador.

Relatório – Proposta de Esquema Diretor de Luanda-Cacuaco-Viana que procura definir as orientações gerais possíveis de dar ao Estudo de Ordenamento da cidade de Luanda.

Rio 2021 – Semana Aberta UIA – 27º Congresso Mundial de Arquitetura, a 24 de março de 2021. Conversa com os arquitetos Jorge Mário Jáuregui e Alejandro

Echeverri e moderação da editora da revista Projeto, Evelise Grunow.

Tostões, A. (2003). Afirmações, Questionamento e Contestação do Paradigma Moderno. In *Jornal dos Arquitetos. Situação Crítica Portugal* nº 211. Maio e Junho de 2003, p. 18-25.

Tostões, A. (2010). 14ª Conferência Internacional em Lisboa sobre o “Reuso adaptativo - O movimento moderno em direção ao futuro”.

Viana, I., Carvalho, D. (2016). O estudo da “forma-dinâmica” urbana através do mapping de dinâmicas sociais e da apropriação espacial. *Revista Morfologia urbana. Rede Lusófona de Morfologia Urbana*.

Vidal, M. (2015). CEO – ACTICON Engenharia e Construção, em entrevista ao Departamento de Engenharia Civil DEC da Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT da Universidade de Coimbra UC, acessada em 16 de maio de 2018 (http://www.uc.pt/fctuc/dec/imagensdocumentos/ano2015/news/news_16/e1_acticon).

Zein, R e Marco (2017). O moderno já passado. O passado no moderno. “A rosa por outro nome tão doce... seria?”. DOCOMOMO Brasil.

Monografias, Dissertações e Teses

Afonso, A. (2017). O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização? A produção urbanística do Atelier Moreira da Silva 1941-1963. Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado em Arq. Darq FCT UC.

Alexandre, L. (2017). Luanda, da arquitetura vernácula ao séc. XXI. Uma tipologia de habitação para Luanda. Dissertação de Mestrado Integrado em Arq. ULL HT.

Almeida, S. (2009). O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro. FLUL.

Amado, A. (2012). A ‘Rua Direita’ nas Cidades Portuguesas. Leitura tipo-morfológica do elemento urbano”. Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano e Projecto do Espaço Público. FAUL.

Amaral, I. (1956). São Paulo de Assunção de Luanda. Dissertação de Licenciatura em Geografia. FLUL.

Andrade, Y. (2016). As transformações urbanas e o papel das grandes infra-estruturas/polos industriais na evolução da cidade de Luanda. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. ISCTE IUL. Dep AU.

- Correia, M. (2012). O “património” do movimento moderno Luanda (1950-1975). Dissertação de Mestrado. FAUSP. DHF da Arq. e do Urb.
- Correia, M. (2018). O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno - Luanda 1950-1975. Tese de Doutoramento. FAUSP. DHF da Arq. e do Urb.
- Costa, V. (1984). Cidade Satélite nº 3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto 1948. Porto. ESBAP – Curso de Arquitectura. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola.
- Fernandes, A. (2012). Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos. Dissertação de Mestrado em Eng. civil - Esp. Planeamento. FEU Porto.
- Fernandes, S. (2014). Génese e Forma dos Traçados das Cidade Portuguesa. Morfologia, Tipologia, Sedimentação, Tese de Doutoramento em Urbanismo. FAUL.
- Flora, Y. (2018). Bairro das Ingombotas, em Luanda. Herança urbanística e arquitetónica. Dissertação de Mestrado Integrado em Urbanismo. FAUL.
- Figueiredo, W. (2008). Oito 48 . 13 Treze. A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950 - 1970. Prova Final. Darq FCT UC.
- Henriques, D. (2017). Entre o Formal e o Informal. Bairro do Chabá como re-generador de tecido urbano. Dissertação e Projeto de Mestrado em Arq. FAUL..
- Jacob, B. (2011). A Toponímia de Luanda. Das memórias coloniais às pós - coloniais. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. UA.
- Jorge, M. (2015). A cultura da sustentabilidade social, um instrumento de humanização. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses. FDUC.
- Leite, J. (2016). Ruas emergentes: interpretação morfológica do contexto urbano português. Tese de Doutoramento em Urbanismo. FAUL.
- Lobato, G. (2015). O Brasil e a independência de Angola (1975): política externa oficial e diplomacia militar paralela. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. ISCTE IUL Dep. CPPP.
- Martins, I. (2000). Luanda: A cidade e a arquitetura. Tese de Doutoramento FAUP.
- Meireles, J. (2016). Reúso do Património do Movimento Moderno: A Panificadora de Vila Real. Dissertação de Mestrado Integrado em CA UM. EA.
- Miala, L. (2018). Estudo de Unidade de Vizinhança e Requalificação Urbana: Musseque da Terra Nova, Luanda-Angola. Dissertação de Mestrado ULL HT.
- Silva, F. (2015). Blocos residenciais modernos da Unidade de Vizinhança nº 1 do Bairro Prenda em Luanda : morfologia e tipologia na torre de 12 pisos. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. ULL FAA.
- Ramos, T. (2003). Os espaços do habitar moderno: Evolução e Significado. Os casos Português e Brasileiro. Tese de Doutoramento IST UTL.

Referências de Imagens

Esta Tese, como plausível contributo para se estabelecer um novo paradigma quer para a transmissão quer para a aquisição de novo conhecimento (sobre a salvaguarda do património moderno angolano), procura uma análise reflexiva onde o universo imagético disponibilizado deve ser entendido na sua dimensão metodológica (também crítica) e não somente como ilustração do desenvolvimento dos textos com o fim de embelezá-los.

As imagens estão, portanto, fortemente associadas às discussões de macro contexto teóricas e análises práticas focadas, cuja transversalidade de saberes procuram, também a partir delas, estratégias operativas que se coadunem com as atuais expetativas dos Kaluandas.

Parte 1

Estado da Arte.

Sem imagens.

Parte 2

O território e a sua caracterização moderna

Fig. 1. A província de Luanda.

1a. Divisão admnistrativa da Província de Luanda. Pág.58

1b. Limites de Luanda e a sua relação com a expansão urbana para o interior de Angola. Pág.58

1c. Evolução da cidade (mancha cronológica significativa) no que diz respeito aos momentos decisórios de desenvolvimento urbano. Pág.58

Fonte: IPGUL + Imagem Google Earth + Arquivo *projeto Nguimbi* - Ed. WF. 2020.

Fig. 2. Enquadramento do território de Luanda de acordo com o seu clima.

Território que se alonga entre grandes bacias (Congo Central e Congo Zambeze). Pág. 58.

Fonte: Laboratório Angolano de Observação da Terra LAOT entre 11.01.2020 - 18.01.2021.

Fig. 3. Enquadramento e ocupação do território de Luanda nos anos de 1900.

3a. Planta de Luanda do final de 1800. Pág. 70.

3b. Planta de Luanda 1926. Pág. 70.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020

Fig. 4. Planta da Cidade de São Paulo de Loanda em 1900 onde se pode ver a mancha da gestão urbana segregadora dos Sistemas de Colonização. A relação direta de administração entre cidade alta e baixa (Regulamentos das Circunscrições Administrativas da Província de Angola) e as bem diferentes da restante área (Departamento de Assuntos Indígenas). Pág.74.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Imagens Pág Facebook Mapas de Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 5. Mapa da Região Recenciada do Distrito de Loanda em 1900. Pág.74.

Fonte: Sucinta Memória Descritiva e Ilustrada. Província de Luanda - Angola 1938.

Fig. 6. Divisão Adm. da Província de Luanda em 1938. Pág. 76.

Fonte: Arquivo www.alexandrepomar.typepad.com - Angola 1938.

Fig. 7. Feira - Exposição de Angola em Luanda em agosto de 1938.

7a. Roteiros. Pág. 76.

7b. Catálogos. Pág. 76.

7c. Planta do Evento (desenho de VVC ainda como funcionário adoaneiro). Pág. 76.

Fonte: Arquivo www.alexandrepomar.typepad.com - Angola 1938.

Fig. 8. A estrutura social triangular de Luanda (Alta - Baixa e Periferia). Pág. 84

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 9. O Planeamento moderno de Luanda.

9a. O conceito Cidade - Jardim e a sua aplicação no urbanismo das Cidades desenvolvidas por De Groer entre 1938 e 1948.

9b. Lisboa. Pág. 88

9c. Coimbra. Pág. 88

9d. Braga. Pág. 88

9e. Évora. Pág. 88

9f. Beja. Pág. 88

Fonte: Diagrama da Cidade-Jardim de EH (domínio público) + Planta da Região de Lisboa e suas extensões; Região de Coimbra; Região de Braga; Região de Évora; Região de Beja s.d. + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 10. Planta da Região de Luanda com base no conceito da Cidade-Jardim e 5 Cidades Satélites (1942). Pág. 88

Fonte: Imagens Pág Facebook Mapas de Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 11. O planeamento moderno de Luanda.

11a. Análise, a partir do Plano de 1948 de Vasco Vieira da Costa para a Cidade Satélite nº 3 (Viana), da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 92

11b. Pormenor da ligação Luanda - Viana pela Estrada de Catete. Pág. 92

11c. Plano de Urb. de 1942. Planta Geral. Pág. 93

11d. Pormenor do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 93.

Fonte: Adaptado de Cidade Satélite nº 3 de VVC 1948 + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 12. O Planeamento moderno de Luanda

12a. Análise, a partir dos Planos dos anos de 1952, Estudo de Revisão. Pág. 98

12b. Pormenor da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 98

12c. Planta CML de 1955. Pág. 99

12d. Plano Regulador de Luanda 1956-57. Pág. 99

Fonte: AHNU + IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 13. O Planeamento moderno da Cidade de Luanda durante os anos de 1960.

13a. Análise, a partir de imagem do final dos anos de 1950 e de 2020 Ed. Pág. 104.

13bc. Análise, a partir das circulares da cidade, da relevância no eixo Mutamba - Marçal Ed. Pág. 105

Fonte: Adaptado de Ilídio do Amaral (1962-78) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 14. O Planeamento moderno de Luanda.

14a. Plano de Urbanização da Cidade de Luanda em vigor na data da criação do gabinete de Urbanização (1.5.1961). Plano de 1952 atualizado com novos estudos alterações aprovadas pela Exma CML. Pág. 106

14b. Análise, a partir do Plano de Urbanização de 1961, da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 106

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 15. O Planeamento moderno de Luanda.

15a. Fotografia Aérea da Cidade de Luanda dos Musseques de Luanda - SGCA de 1963. Pág. 107

15b. Relação entre a demarcação do centro da Cidade, Unidades de Vizinhança, Zonas industriais-rurais e a informalidade dos musseques de Luanda, em 1961. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 107

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 16. O Planeamento moderno de Luanda.

16a. Plano Regulador de Luanda de 1972. **16b.** Estudos Preliminares da Câmara Municipal de Luanda: OTAM – Omnium Technique D’Aménagement e SMI – Sema Metra Internacional. Pag. 114

16c. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pag. 115

16d. Estudo para Luanda 3 milhões de Hab. Pag. 115

Fonte: Fundação Ukuma + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020

Fig. 17. O Planeamento moderno de Luanda.

17a. Plano Regulador de Luanda de 1972. Estudos Preliminares para a Região e conexões viárias para Angola. Pág. 116

17b. Análise da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 116

17c. Estruturação urbana moderna de Luanda no início dos anos de 1970 eixo Mutamba - Marçal. Pág. 117.

17d. Ligação da Mutamba ao Kinaxixi. Pág. 117.

17e. Ligação do Kinaxixi ao Marçal. Pág. 117.

Fonte: Fundação Ukuma + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 18. O Planeamento depois do moderno de Luanda. A Variante 5 de Urbanização de 1979. Sequência das Variantes 1, 2, 3 e 4. Pág. 136
Fonte: IPGUL + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020

Fig. 19. O Planeamento depois do moderno de Luanda.
19a. Plano de Urbanização de 2015. Pág. 142
19b. Estrutura de desenvolvimento conceitos e usos dos solos. Pág. 142
19c. Mapa de Usos do Solo - Área Metropolitana. Pág. 143
Fonte: PDGML 2015.

Fig. 20. Relação entre os momentos de ocupação de Luanda (antes do moderno, moderno e depois do moderno). Esquema (interpretativo) da ocupação do território e desenvolvimento urbano de Luanda (relação entre os limites urbanos de ocupação) entre 1862, 1928, 1960, 1970 e 2020 e a relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 150
Fonte: Adaptado de Ilídio do Amaral (1962-78) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 21. Esquema (intepretativo) da relação entre os Plano de urbanização de 1942 e de 2015 para Luanda, Pág. 151.
Fonte: Adaptado de Cidade Satélite nº 3 de VVC 1948 + PDGML 2015 + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 22. Esquema (intepretativo) da relação entre os Planos de urbanização de 1942 e de 2015 para Luanda e a relevância do eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade Kaluanda. Pág. 152.
Fonte: Adaptado de Cidade Satélite nº 3 de VVC 1948 + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Parte 3

O eixo Mutamba - Marçal

Fig. 23. A área de Luanda.
23a. As condições climáticas. Pág. 160.
23b. A topografia do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 160.
Fonte: Adaptado de Mapa das Zonas Climáticas da cidade de Luanda + Arquivo

projeto Nguimbi. Ed. WF. 2020.

Fig. 24. O eixo Mutamba - Marçal esquema interpretativo. Pág. 164.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 25. A área de Luanda.

25a. Relação de desenvolvimento da Cidade. ág. 166.

25b. Análise, a partir do Planeamento urbano de Luanda até aos anos de 1940, da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 166.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) Adaptado do Mapa de Luanda s.d + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 26. A área de Luanda.

26ab. Esquema de Vasco Vieira da Costa (Cidade Satélite nº 3 - Viana - em 1948). Pág. 167

26c. Análise, a partir do Planeamento urbano de Luanda dos anos de 1940, da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 167

26d. Composição urbana (editada) sobre a mancha de desenvolvimento urbano moderno de Luanda. A imagem servirá de base para a interpretação das consequências modernas na contemporaneidade Kaluanda. Pág. 168

26e. Esquema de Ilídio do Amaral no final dos anos de 1950. Pág. 169.

26f. Planeamento da Cidade de Luanda de De Groer no início dos anos de 1940. Pág. 169.

26g. Imagem da Cidade durante o Planeamento moderno. Pág. 169.

26h. Composição urbana (editada) sobre a mancha de desenvolvimento urbano moderno de Luanda. A imagem servirá de base para a interpretação das consequências modernas na contemporaneidade Kaluanda (corte longitudinal do eixo Mutamba - Marçal). Pág. 169

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) Adaptado de Cidade Satélite nº 3 de VVC 1948 + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 27. Análise, a partir do Planeamento de Luanda (entre 1938 e 1958), da relevância do eixo Mutamba - Marçal. Consegue-se ler que tal como toda Baixa de Luanda o eixo Mutamba - Marçal é designado por: *Main busines area*. Pág. 170.

Fonte: Adaptado de Ilídio do Amaral (1962-78) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 28. A área de Luanda.

28ab. Análise, a partir das Novas Avenidas de Luanda, da relevância do eixo Mutamba - Marçal Pág. 171.

Fonte: Adaptado Imagem Google Earth - Arquivo *projeto Nguimbi* - Ed. WF. 2020.

Fig. 29. O eixo Mutamba - Marçal entre a modernidade e a contemporaneidade.

29abc. Imagens aéreas do eixo Mutamba - Marçal

(sentido ascendente). Pág. 173

29d. Imagem aérea do Marçal (com vista para a Mutamba). Pág. 173

O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade. Pág. 174

29efg. Imagens aéreas do eixo Mutamba - Kinaxixi. Pág. 174

(sentido ascendente)

29h. Imagem aérea do Kinaxixi - Marçal Pág 174.

O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade.

29i. Imagens aéreas Kinaxixi - Marçal. (sentido ascendente). Pág. 175

29j. Imagem aérea da Av. Cmdt. Valódia com vista para a Mutamba. Pág. 175

29k. A síntese editada do eixo Mutamba - Marçal entre a modernidade e a contemporaneidade) mostra várias fases do crescimento de Luanda, bem como o edificado relevante que o compõe. Pág. 176

Fonte: Adaptado Imagens Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 30. A rua moderna do eixo Mutamba - Marçal

30a. Análise da sua relevância no Planeamento urbano de Luanda. Pág 178.

30b. A rua da Missão (Metodista)

sentido ascendente Mutamba - Kinaxixi. Pág 178.

30c. Cortes transversais ao longo do eixo Mutamba - Marçal. Pág 178.

Fonte: Adaptado Imagens rua da Missão Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 31. As Unidades de Vizinhança de Luanda.

31a. Planeamento Urbano de Simões de Carvalho do início dos anos de 1960. Pág. 180.

31b. Maqueta e Imagem aérea do bairro Prenda (UV nº 2). Pág. 180.

Fonte: Adaptado Arquivo Simões de Carvalho + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 32. Imagem aérea do bairro Prenda UV nº2. Pág. 182.

Fonte: Imagem Bairro Prenda s.d. + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 33. O quarteirão moderno do eixo Mutamba - Marçal. Pág.184.

33a. Esquema de interpretação da sua relevância no Planeamento urbano de Luanda.

33b. O quarteirão moderno de Luanda. Desenho de Luís Taquelim Cruz - Prédio Cuca no Largo do Kinaxixi - anos de 1960, entretanto parcialmente demolido.

Fonte: Imagens Prédio Cuca Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 34. A praça (moderna) do eixo Mutamba - Marçal.

34a. A sua relevância no Planeamento urbano de Luanda.

34b. Esquema interpretativo das praças do eixo Mutamba - Marçal. Pág. 188.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Parte 4

Da leitura do território moderno ao projeto de *Ressignificação* urbana contemporânea

Fig. 35. Plano Teórico

35a. Estado “Livre” do Golfe. Pág. 206

35b. The Musseques of Luanda 1972 - 1981. Pág. 206.

Fonte: Adaptado de Arquivo Troufa Real + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 36. Plano Teórico - Modernidade Ignorada 2012. Pág. 208.

Fonte: Adaptado de Arquivo Projeto Modernidade Ignorada + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 37. Plano Teórico - Ilha de São Jorge

Visões Desassombradas 2014. Pág. 210.

Fonte: Adaptado de Projeto Ilha de São Jorge - “Visões Desassombradas” + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 38. Plano Teórico - Luanda - Construção e Desconstrução 2014. Pág. 212.

Fonte: Adaptado Arq. Lino Damião + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 39. Focos de análise

39a. Esboço da Planta da cidade de São Paulo Loanda (meados dos anos 1800). Pág. 238.

39b. Interpretação na Planta Ed. de Luanda de 1862
Mutamba - Marçal. Pág. 238.

39c. Esboço da Planta da cidade de Luanda
(meados dos anos 1900). Pág. 239.

39d. Imagem da cidade de Luanda (2020). Pág. 239.

Fonte: Adaptado da Planta da cidade de São Paulo de Loanda de 1862 + IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 40. A Mutamba - o centro de Luanda Pág. 242.

Fonte: Adaptado de Google Earth + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 41. A Mutamba - o centro de Luanda (Transformação Urbana moderna).

41a. A travessa da Mutamba (Roteiro da Cidade) antes da modernidade. Pág. 244.

41bd. A Mutamba antes da modernidade. Pág. 244.

41ef. A Mutamba durante a modernidade. Pág. 244.

41gh. O eixo Mutamba - Marçal na contemporaneidade (ponto inicial).Pág. 245.

41i. A Mutamba antes da modernidade (ponto inicial) do eixo Mutamba - Marçal.Pág. 245.

Fonte: Imagens da Praça da Mutamba Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 42. A Mutamba - o centro de Luanda.

42a. Mutamba - Kinaxixi (1935). Pág. 246

42b. Mutamba - Kinaxixi (1955). Pág. 246

42c. Mutamba - Kinaxixi (2020). Pág. 246

42d. O edificado da modernidade. Pág. 246

Fonte: Imagens da Praça da Mutamba Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 43. A Mutamba - o centro de Luanda,
o edificado da modernidade. Pág. 247.

Fonte: Imagens da Praça da Mutamba Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 44. A Mutamba - o centro de Luanda

44a. Implantação do edificado da modernidade e definição da Mutamba. Pág. 248

44bh. A Mutamba e o seu edificado na contemporaneidade Pág. 248 a 251

Fonte: IGCA + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 45. A rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda Pág. 252.

Fonte: Adaptado de Google Earth e de Planta da cidade de Luanda s.d. + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 46. A rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda.

46a. O Largo Luis de Camões (na rua da Missão). Pág. 254.

46bceg. O edificado moderno do Largo Luis de Camões (na rua da Missão).

46d. Arranjo moderno para a rua da Missão entre o Largo Luis de Camões e Kinaxixi, de Simões de Carvalho (sobreposição de Planos, 1.4.1963). Pág. 255.

46f. Comparação entre duas realidades do Largo Luis de Camões (1970 - 2020). Pág. 256

46h. A implantação do edificado moderno da rua da Missão e a sua definição urbana. Pág. 257.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + IGCA + Imagens da Praça do Kinaxixi s.d. Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 47. A problemática da rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda.

47ab. A relação entre o edificado (a falsa noção de continuidade do conjunto). Pág. 248.

47c. A galeria urbana (*Disciplina de Arquitetura*) da rua da Missão. Pág. 248.

47def. O desuso, o abandono e a desvalorização social da sua função origin Pág. 259

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 48. A proposta da rua da Missão (Metodista) no centro de Luanda. Pág. 260

Fonte: Adaptado de Google Earth + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 49. O Largo do Kinaxixi. Pág. 266.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 50. O Largo do Kinaxixi.

50a. O Largo do kinaxixi antes da modernidade. Pág. 268.

50b. O Largo do Kinaxixi durante a modernidade. Pág. 268.

O Mercado do Kinaxixi (desenho de Vasco Vieira da Costa) e o seu enquadramento na Praça Maria da Fonte. Pág. 268.

Fonte: Imagens da Praça do Kinaxixi s.d. Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 51. O Largo do Kinaxixi.

51a. Proposta de Zonas Históricas de Luanda. O Largo do kinaxixi antes da modernidade. Pág. 270.

51b. O Largo do Kinaxixi. Arranjo da envolvente (durante a modernidade) da Praça Maria da Fonte por Simões de Cravalho 1963. Pág. 270.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 52. O Largo do Kinaxixi.

52a. Proposta da 4ª Secção: *Disciplina de Arquitetura*. Pág. 271

O Largo do kinaxixi antes da modernidade.

52b. Desenvolvimento (1970 - 2020). Pág. 271

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Imagens da Praça do Kinaxixi s.d. Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 53. O Largo do Kinaxixi.

53ab. Durante a modernidade. Pág. 272

53cde. Desenvolvimento depois da modernidade. Pág. 272

53fg. Na contemporaneidade. Pág. 272 e 273

Fonte: Imagens da Praça do Kinaxixi s.d. Pág Facebook Luanda - Imagens dos velhos tempos + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 54. A problemática do Largo do Kinaxixi.

54a. As inexplicáveis demolições do património moderno Kaluanda e a arbitrariedade das obras que já lá estão há mais de 15 anos. Pág, 274.

54bcd. O Lugar: inseguro e insalubre manifestamente põe em causa a forma de vida do centro da cidade. Pág, 274.

54ef. O desuso, abandono e desvalorização social da função moderna. Pág, 275.

Fonte: Jornal Valor Económico - Economia/Política de 18.5.2021 + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 55. Do Kinaxixi ao Marçal. Pág. 276.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 56. A Av. Cmdt Valódia.

(entre a Alm. M. Vandunem e o Marçal). Pág, 280

56a. Implantação do edificado moderno.

56b-g. O pormenor da tipologia de implantação da edificação em galeria urbana (segundo a *Disciplina de Arquitetura*). Pág, 281 a 182

56h. A Alm. Manuel Vandunem transversal ao eixo Mutamba - Marçal. Pág. 282

56i-k. O edificado moderno da Av. Cmdt. Valódia

(mais próximo do Marçal) . Pág. 283.

Fonte: IGCA + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 57. A Marginal de Luanda e o seu edificado

(desenho similar ao do eixo Mutamba - Marçal). Pág. 284 a 285.

57a-n. Aspectos de comparação. Imagens do seu desenvolvimento entre 1950 e 2020.

Fonte: Arquivo Simões de Carvalho + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 58. O Largo do Kinaxixi e a implantação moderna do seu edificado. Pág. 286.

Fonte: IGCA + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 59. O Bairro do Marçal. Pág. 290.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 60. O Bairro do Marçal - UV nº 7 (moderno). Pág. 292.

60a. Planeamento.

60b. Maqueta.

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo Simões de Carvalho.

Fig. 61. O Bairro do Marçal - UV nº 7 (na modernidade).

61abc. Planeamento. Pág. 294.

61d. Planeamento do Bairro Indígena do início dos anos de 1950. Pág. 294.

61ef. Imagens do Bairro Indígena nos anos 60 e na atualidade. Pág. 294.

Fonte: Planeamento Marçal IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Planeamento de 1954 AHUL + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 62. O Musseque e as UV (na modernidade).

62a. Levantamento fotográfico aéreo. Pág. 295

62b. Planeamento das UV no início dos anos de 1960. Pág. 295

Fonte: Arquivo Simões de Carvalho + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 63. O Bairro do Marçal - UV nº 7 (a modernidade).

63a. Relação do Planeamento dos anos de 1960 e na atualidade. Pág. 296

63bcd. O que restou do Planeamento na atualidade. Pág. 296 e 297

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) + Arquivo Simões de Carvalho + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 64. O Bairro do Marçal.

Levantamento aerofotogramétrico de 1986. Folha nº 4-B-12-c. Pág. 298.

Fonte: IGCA

Fig. 65. O Bairro do Marçal na atualidade.. Pág. 299.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 66. A Problemática do Bairro do Marçal na atualidade.

66a. imagem aérea do “Prédio Sujo” do Marçal. Pág. 300

66bcd. Evolução da imagem do “Prédio Sujo” entre 2018 e 2020. Pág. 300.

Fonte: Imagem aérea s.d. + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 67. A problemática do edificado moderno do Bairro do Marçal na atualidade. O desuso, o abandono e desvalorização social do Lugar representam a informalidade Kaluanda Pág. 301.

Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 68. A Proposta para o Bairro do Marçal.

Implantação do edificado moderno. Pág. 302

Fonte: IPGUL (acesso através de Alice Correia) CML (do final dos anos de 1950) s.d.+ IGCA Adaptado Folha nº 4-B-12-c + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 69. A Proposta para o Bairro do Marçal. Pág. 312.
Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 70. A Proposta para o Bairro do Marçal.. Pág. 314.
Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 71. A Proposta para o Bairro do Marçal.. Pág. 315.
Fonte: Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Fig. 72. Imagem da Página Instagram Arquitetura Moderna AO. Pág. 320.
Fonte: Adaptado @arquitetura_moderna.ao (sobre o MM angolano) + Arquivo *projeto Nguimbi*. Ed. WF. 2020.

Apêndices

Discursos e práticas na distopia.

Com esta mostra de possíveis abordagens para Luanda não se pretende esgotar o debate. Pelo contrário, pretende-se que sejam entendidas as críticas registadas sobre a forma atual de gestão e a preocupação sobre a Luanda do século XXI que se antevê. Infelizmente para Luanda, a sustentabilidade (patenteada pela boa qualidade da sua arquitetura moderna) ainda não é vista como uma estratégia a seguir pela indústria da construção, pelo menos até aos dias de hoje.

Com o aumento vertiginoso da população Luanda e as constantes alterações climáticas, torna-se imperativo adequar os espaços de vivência a uma forma de vida mais atual e conseqüentemente com padrões mais altos de sustentabilidade. A sustentabilidade do espaço urbano como tema de desenvolvimento da cidade pode ser equacionado na decisão da qualidade urbana de Luanda, mas também significar o uso das metodologias de edificação modernas como proposta para as construções de raiz que se tem feito e privilegiar novas abordagens aos edifícios existentes, ou seja, promover a *Ressignificação* do arquétipo moderno Luanda.

A reflexão sobre a conservação do património arquitetónico do MMA angolano promove a oportunidade de reutilizar edifícios cuja função original tenha perdido sentido com o tempo de uso, que possam apresentar materiais tecnicamente obsoletos e que já não cumpram as condições de segurança mínima exigidas em permanente atualização.

A reutilização do património moderno corrente parte assim da hipótese de adaptação a usos necessários atuais, procurando proporcionar maior e melhor desempenho energético, mas também conforto ambiental. As ações de reuso a par dos requisitos necessários à construção de obra nova, põem em causa muitas vezes uma recuperação qualificada. Assim, um dos objetivos da recuperação terá de passar pelo encontro de um léxico específico, que considere o caráter do edificado, a par com as mutações necessárias à vivência do espaço.

É plausível que, com as várias formas, demonstradas, de abordar o arquétipo moderno se comece a fazer para além de uma crítica cronológica da história da arquitetura angolana e deste património que se transforma, portanto, além dos monumentos reconhecidos, os edifícios correntes podem ser *Ressignificados*

também em termos da qualidade de construção que apresentam, economia e sustentabilidade, embora nesta altura já não represente a maior parte do edifício construído.

Neste contexto a *Ressignificação*, no caso de Luanda, nomeadamente do seu MMA, talvez consiga reafirmar a longo prazo, um conceito hoje sintetizado na tão falada sustentabilidade, cujo uso indevido pode ser, por vezes, levado a uma banalização da palavra. Mais, apesar de os meios de aproximação ao projeto sustentável serem parte integrante do processo moderno, a opinião generalizada é de que há um conflito fundamental entre arquitetura moderna e sustentabilidade.

As questões da sustentabilidade são fundamentais no desenvolvimento das próximas gerações e devem ser também encaradas como projeto educativo. Para esta discussão contribuem os temas da modernidade e património moderno, economia, poupança energética e a responsabilidade social dos arquitetos em relação ao futuro.

O MMA internacional forneceu-nos, deste modo, as ferramentas ou processos de projeto para resolver os problemas na procura da sustentabilidade, fornecendo um quadro muito claro para a aplicação adequada destas ferramentas. De muitas maneiras, os arquitetos modernos cedo anteciparam e procuraram abordar cientificamente os problemas de desempenho do edifício, que são as mesmas questões discutidas de forma tão destacada ainda hoje (Tomlow & Weidebrunn, 2006).

Por outras palavras, é um projeto inovador a nível social, espacial e tecnológico comprometido com a comunidade e com o desafio de criar um lugar melhor para se viver. Sabe-se que esta arquitetura obriga a uma grande responsabilidade por parte de quem a projeta, mas também por parte de quem a usa e conserva dentro de um entendimento de património. Uma tarefa complexa apenas possível, de acordo com o grau de compreensão e apreciação do seu valor. Os edifícios, conjuntos edificados, e até mesmo o conceito urbano do MMA angolano, estão em risco de desaparecimento mais do que os de qualquer outro período da sua história.

É vantajoso e indispensável trazer o significado real do MMA angolano para os debates públicos envolvendo as autoridades administrativas, profissionais e os académicos mas, principalmente, os seus utilizadores diários (os Kaluandas),

encarando-os com preocupação, sobre o estado atual do ambiente construído; procurando identificar e registrar com significado o que se edificou dentro do espírito do MMA (incluindo os seus critérios conceituais, desenhos, arquivos e outros documentos) e fomentar o desenvolvimento de técnicas e métodos não apenas de conservação mas também de reusos atuais apropriados, confrontando assim as intenções de destruição ou mesmo de desfiguração das suas obras mais significativas, uma exploração e desenvolvimento que proporcione interesse e conhecimento pelo legado do MMA de uma forma mais abrangente.

Falar de reinterpretação do MMA angolano como metodologia futura de trabalho também pressupõe analisar os métodos e as decisões estratégicas de desenvolvimento de Luanda, assim como, de alguma forma, enquadrá-los nas novas agendas mundiais sobre desenvolvimento urbano e arquitetónico – como é o caso da Agenda 2030 e 2063 para as cidades inteligentes – que, no nosso entendimento, deve ser um manifesto de interesse, principalmente de quem as dirige e planeia.

As intervenções no espaço público urbano Kaluanda, já no período pós-colonial, de uma maneira geral e no que diz respeito à linguagem do espaço público na dinâmica de transformação da cidade, não foram capazes de interpretar a realidade urbana angolana atual, no sentido de restituir alguma estrutura e legibilidade aos setores urbanos em questão.

De acordo com Issa Diabaté (durante o ciclo de conferências FAUP em 2018), o efeito da ausência de atuação do Estado tem feito com que, em muitas zonas periféricas dos grandes centros urbanos, se construa uma estrutura social pelos próprios habitantes.

“É muito interessante constatar que, no nosso contexto, o papel do arquiteto não é — nem sei se alguma vez foi — o de construir um belo edifício, mas ser um agente de mudança. O nosso papel é estruturante e vai muito para lá da construção de um edifício. Quando percorremos África, há especificidades culturais e climáticas, que fazem com que as arquiteturas tradicionais sejam diferentes, fundamentalmente na sua expressão física, como resposta aos constrangimentos climáticos do lugar. As similitudes ocorrem nos desafios com que todos estes países se confrontam face à evolução urbana e face à modernidade. O chamado modernismo africano foi muito interessante. Descreve as arquiteturas das independências. Podemos ver

uma tendência que vai de Dacar a Moçambique, baseada na tendência da adaptação da arquitetura moderna dos anos 60 ao clima local. Os princípios da arquitetura tradicional eram integrados na arquitetura moderna. Num aspeto que não tem tanto glamour, vemos a presença de tudo o que é desenvolvimento informal da cidade. Isso inclui, não apenas o desenvolvimento espontâneo, mas também o desenvolvimento urbano feito sem um verdadeiro plano de urbanização. Há uma tal pressão demográfica que, por vezes, a cidade se inventa a si própria, encontramos isso desde a África do Sul até Marrocos. É o que chamo a ditadura do betão e do alumínio, que se tornaram os meios mais económicos para construir nestas zonas.” (Entrevista ao jornal Expresso em 2018).

Do “*Semeada ao vento.*”, modernista e moderno, entendida apenas como Ato Colonial colonizador e a sua “não aceitação” como coexistência possível e pacífica nos diversos sentidos de abordagens, a cidade de Luanda mostra hoje o resultado de um desenvolvimento urbano pouco rigoroso, no sentido do cumprimento do seu planeamento formal, cujas linhas orientadoras, os diversos Planos de Desenvolvimento Urbano sobrepostos nunca procuraram resolver a vida tripla de Luanda – a formal, a informal e uma outra que sustenta a relação entre as duas.

Para Domingos Tavares, (aula aberta no Darq FCT UC, em 2020) o modelo de cidade portuguesa e como o modelo de cidade fenícia se expandiu pelas costas do Atlântico na idade do Bronze, de esquema de implantação urbana em feitorias, que os portugueses da colonização marítima adotaram para o novo mundo – demonstra a sabedoria de como instalar uma comunidade em geografias adversas ou inseguras com os poucos meios de defesa e pouca gente. Terá sido um programa difundido do Brasil até Macau, numa enseada ou rio de desembarque, numa posição alta de vigilância com ou sem castelo (fortaleza) de abrigo, com intensa atividade mercantil (cargas e descargas de mercadorias) junto às praias.

“As cidades de fundação portuguesa são estruturas urbanas onde a sua formação privilegiou apenas as fachadas (...).”

Domingos Tavares, 2020.

Esta dualidade de vivências com base na ruralidade – forma informal e espontânea de uso – e urbanidade – forma formal e planificada de uso mostra uma Luanda com falta de escolhas com constante tentativa de reafirmação de poder, quer político quer de domínio social.

Fazendo uma analogia com o espelho reflexo de Foucault, trata-se de uma condição de híper modernismo tropical que vai retirando as outras possibilidades de escolhas e, dentro dessa falta de escolhas, vai-se evoluindo sem sentido crítico para uma vida cada vez mais de património singular (sempre com a imagem redutora da procura de distanciamento, a herança colonial) onde a parte representa a lógica do todo e o todo reflete a parte.

Comportamento este que se reflete na maneira de atuação técnica da sua administração, onde o poder centralizado e a iniciativa isolada (fruto da necessidade de demonstração de poder) se contrapõe à intenção de evolução ao abrigo, institucional como centro de debate da dimensão lúdica do trabalho do arquiteto e, portanto, uma espécie de “fuite en avant” dos reais problemas da cidade.

Expansão Urbana; Gestão de Crescimento Urbano; Requalificação Urbana pelo Gabinete de Obras Especiais, Grupo de Estudo Técnico sobre o Planeamento; Planeamento da Nova Cidade (Plano Regulador da Nova Cidade); Estratégias de Reabilitação Urbana de Luanda e até mesmo Luanda 2030 – Cidade Inovadora foram sempre designações sumptuosas que classificavam novos momentos de mudança do ponto de vista de metas a alcançar, cujos tempos de execução nunca souberam tirar o melhor proveito das suas oportunidades. Noutra perspectiva, talvez mais imparcial, Luanda tem vindo a travar uma grande batalha no que diz respeito à sua gestão administrativa.

Gestão esta que tem mostrado falta de método e disciplina urbanística, pouco desenvolvimento técnico, onde as instituições de administração, uma vez mais, passaram a importar conceitos desadequados como resposta mais prática aos interesses financeiros, quase que exclusivamente, promovendo assim o crescimento desequilibrado, disperso e desordenado representado oficialmente pelas Novas Centralidades numa periferia, também social, cada vez mais periférica.

No casco urbano, novos edifícios amontoam-se, sem redes técnicas adequadas (saneamento, água, energia) ou até mesmo estacionamento para os seus utilizadores; onde a rede viária herdada, com maior ou menor requalificação, vai

resistindo; sem áreas verdes ou sem praças públicas (muitas delas ocupadas e/ou cedidas para fins privados). Uma fase, mais distópica, portanto, que deixou irromper uma nova urbanidade, desequilibrada que, com bastante dificuldade se vai conseguir remediar, pois não se afiguram boas perspectivas de solução.

Ainda assim, uma vez mais, lá está Luanda, *“a cidade multifacetada e culturalmente diversificada, o símbolo da nação angolana, a capital no pós-colonização a escrever a sua história recente; a cidade de estrutura crioula apaixonada pela globalização, cidade vibrante e complexa retratando as vicissitudes da vida africana, dos seus habitantes e as suas técnicas de sobrevivência”*¹.

Luanda independente, um mosaico de culturas, uma amostra da pluralidade cultural do país, uma cidade onde, durante a longa guerra civil, a grande maioria dos deslocados se reuniu em busca de paz e de uma vida longe do caos militar.

Uma cidade que experimentou vários marcos importantes na transição da guerra civil para uma promissora recuperação definitiva. Foram descobertas ainda maiores reservas de petróleo e gás natural, em mar e em terra, houve também uma expansão de impacto desigual (no restante território angolano) fruto também desse incremento de apostas (produções energéticas), a atividade económica concentrou-se, quase na sua totalidade, na região de Luanda.

Consequentemente, o espaço contaminado de Luanda poderá ser entendido como o resultado de pressupostos e conceitos que vão além do encontro de uma resposta para um problema, mas que acrescentem questionamento a quem experiencia o edificado, potencializando-o e entendendo-o como inserido num espaço urbano mais alargado, comum. Espaço este que testemunha uma produção arquitetónica de um impulso significativo da nossa história contemporânea. Importa, pois, aferir como foram cruzados os princípios modernos resultantes de uma cultura eurocêntrica com a ancestral africana uma visão com maior abrangência deste universo periférico e as intervenções locais que, de alguma forma, formaram o contexto cultural e arquitetónico da Luanda moderna. Uma vez mais, a cidade moderna africana de funções ocidentais era assim sacrificada e distribuída em Formal e Informal (centro histórico e o periférico histórico).

1. Ver: Oxalá cresçam pitangas (2006). O documentário produzido e dirigido pelo escritor angolano Ondjaki e pelo realizador Kiluanje Liberdade, junta as preocupações sociais com uma visão estética muito particular, mostrando diferentes formas de viver em/e interpretar a cidade de Luanda, numa Angola que se adapta às necessidades criativas de gentes e línguas de todo o país. A ação do documentário é enriquecida pelos participantes criativos, operando por vezes à margem da sociedade e da intervenção pública, concentrando-se em trajetórias individuais e coletivas, explorando produções singulares e alternativas numa cidade tão cheia de possibilidades, mas também recheada de discrepâncias.

Demarcação esta que deixou, até hoje, sinais violentos quer no desenho urbano das novas metrópoles africanas quer no seu modo de uso. Uma espécie de Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre (1933)², onde os temas como miscibilidade, mobilidade e aclimatabilidade parecem ser experimentados à grande escala de intervenção. Uma busca de identidade nacional aplicando a contraposição entre trabalho e aventura, o racional e o cordial, o privado e o público, defendendo a tese do homem cordial, decorrente da mestiçagem, reconhecendo a adaptabilidade do colono português e a sua vocação para desenvolver uma sociedade eminentemente rural e patriarcal.

Entretanto os paradigmas da cidade mudaram, mas sem nunca mostrar compreender e aceitar a nova lógica social. As novas formas de vida que exigem uma reprogramação mental e também filosófica para assim garantir futuro (gerir a crise ecológica e o progresso tecnológico e o tal indivíduo que vive a modernidade esquecida). É de facto uma realidade que tem de ser encarada de frente, sem tabus, e privilegiar o bem-estar desta sociedade muito jovem, que exige também que se pense cidade para jovens.

Uma cidade no seu conceito essencial como espaço comum de relação, aprendizagem, convivência mas, acima de tudo, de respeito pela vida pública e partilha coletiva do espaço urbano (restituir à cidade a sua verdadeira dimensão, hoje marcada por profundas divergências sociais, uma clivagem do residual espaço público e comum e o domínio dos muros do privado que tudo tenta absorver, deixando a vida urbana reduzida a vias de acesso e insignificantes espaços verdes de lazer e de uso da cidade), como são os casos dos *Condomínios* e das *Novas Centralidades* de Luanda.

O grande desafio que se nos coloca a todos (habitantes de Luanda) é sobretudo aceitar que esta cidade agora entendida como de génese autoconstruída e em autogestão (assumi-las como identidade própria de um tempo de cidade), com défices assustadores de infraestrutura técnica, precisa de dignidade humana e qualidade de vida para os que hoje a habitam, mas que também sabem que esse não é o futuro que desejam.

2. É considerado o maior clássico da sociologia brasileira. Longe de romantizar o colonizador português, o sociólogo exalta a importância da miscigenação e da mistura das três raças que formaram o povo brasileiro. Casa Grande & Senzala é considerado um dos livros fundamentais para se compreender a história e a composição do Brasil. O autor também diferencia na sua obra o estilo de colonização portuguesa tendo em vista a colonização espanhola e a inglesa. Casa-grande & Senzala aborda especialmente aspetos relacionados com a miscigenação, ocorrida com tanta intensidade, potencialmente porque havia poucas mulheres brancas na colónia. A igreja Católica, diante desse cenário de escassez, incentivou o casamento de portugueses com indígenas (jamais com negras). Em Casa-grande & Senzala comenta-se a influência da igreja católica nas decisões da colónia, frisando o facto de ser proibido o acesso ao sacerdócio para negros ou mestiços.

É de facto um desafio que, se agora aceite e encarado de frente, poderá fazer com que os lugares da cidade se transformem em conhecimento e experiência dos novos futuros habitantes das novas comunidades descodificadas.

Em resumo, o período pós-moderno Kaluanda, ou seja, de Luanda independente, onde os discursos oficiais são diferentes do que realmente se tem praticado, favoreceu um crescimento urbano associado ao fluxo migratório, pendular, de populações em busca de melhores condições de vida. Um sistema de planeamento e gestão territorial com pouca influência sobre o território que, naturalmente, pouco ou nada de novo tem traduzido as atuais e reais necessidades dos seus habitantes.

De igual modo, esta proposta de trabalho, que agora se complementa, pretende realçar os aspetos mais relevantes que o conceito edificado do MMA angolano soube oferecer. Trata-se, pois, de uma proposta que, salvaguardando o distanciamento temporal e as várias condicionantes sociopolíticas, se pretende que seja tomada como geradora de sentido renovador, talvez também revolucionário dentro da utopia desejável. As entrevistas/conversas que se seguem procuram enfatizar a necessidade de uma discussão mais alargada e séria sobre a arquitetura contemporânea de Luanda dentro da abordagem da relação direta entre habitante e o desenvolvimento urbano Kaluanda.

Consequentemente tenta-se explorar ao máximo, também absorvidos como casos de estudo, a contaminação urbana (de uma forma mais abrangente), o Bairro e sua envolvente no desenvolvimento urbano contaminado dentro dos vários outros temas abordados.

A reflexão que agora se propõe diz respeito, portanto, a uma sequência aleatória de observações (partes editadas das entrevistas/conversas), de acordo com a relevância do seu conteúdo, cuja publicação e partilha está devidamente autorizada pelos seus protagonistas e que, agora transcritas (tentando respeitar ao máximo a expressão oral do seu autor, o mais próximo possível do original), poderão ser consultadas na totalidade (caso seja solicitado ao projeto Nguimbi), procura também promover a importância do lastro histórico da cidade moderna ainda hoje pode ter na reorganização da relação dos vários elementos que comportam o seu espaço central, periférico e também satélite.

Adriano Mixinge.

Luanda, 12 de maio de 2016.

Angolano (1968) - Historiador, crítico de arte (Associação Internacional de Críticos de Arte) e membro do Conselho Científico do Ministério da Cultura. Doutorando em História de Arte na Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Actualmente, é um dos Administradores Executivos do Memorial Dr. António Agostinho Neto, foi professor no Instituto Nacional de Formação Artística e Cultural (INFAC), editor da página cultural do Jornal de Angola, comissário de diversas exposições individuais e colectivas de Artistas Plásticos, conselheiro cultural na Embaixada de Angola em França e colaborador da Delegação de Angola junto da UNESCO.

A Escola de Arte sempre dispersa... com os anos foi se modificando, a cooperação cubana foi chegando também, depois nós os professores angolanos sentimos a necessidade de inserir no currículo dois anos da arte ocidental europeia e dois anos de arte africana e angolana; porque acho que a abordagem da arte africana, e da arte angolana em particular, que esteve em vigor durante toda a primeira metade do século XX, com elementos de etnográfico e de exótico, com este olhar do exterior feito por etnógrafos e antropólogos angolanos e não só, já requereu, depois da independência, abordagens mais endógenas, como as produções de Ruy Duarte de Carvalho, as coisas do... Fernando Alvim e o trabalho da antropóloga Ana Maria de Oliveira. Há uma série de especialistas angolanos que foram trabalhando no terreno e foram produzindo conhecimento, digamos, endógeno, diferente daquele olhar do exterior. Portanto, temos aqui um fenómeno muito interessante, na medida em que, com independência e com a paz, fomos produzindo e sistematizando muito desse conhecimento sobre nós mesmos, e, portanto, acho interessante ver isso. Então estamos a ver um fenómeno particular: a geração que fez os muros do Hospital Militar não é certamente a geração que agora está a fazer grafitis pela cidade. São fases diferentes do mesmo processo, que demonstra um dinamismo na cidade, uma maneira diferente de tanto o cidadão como os habitantes lidarem com a sua própria cidade. É interessante a abordagem da arte nesse sentido. Eu recordo-me que, com onze anos, ainda vivia na periferia, sempre que descesse à cidade, a andar a pé ou de transportes públicos, sentia-me a descobrir esses espaços, esses edifícios, com as construções das pessoas que aí habitavam, da mobilidade, dos carros... hoje a cidade tornou-se caótica, é verdade, mas também há alguns oásis de bom gosto, mesmo que fosse só considerar como oásis só o atelier do artista e, portanto, acho que é interessante acompanhar esse processo. Portanto, estamos a falar que o nosso país não se limita só às fronteiras territoriais, há aqui um elemento anímico, um elemento de autoconsciência coletiva que trespassa as próprias fronteiras e, portanto, isso tem de influenciar muito o que está a acontecer na literatura, o que está a acontecer nas artes plásticas, o que está a acontecer no teatro, na música. Hoje, se pensarmos só nos artistas que produzem cá dentro, seríamos injustos com aqueles que produzem lá fora, e o angolano da diáspora

não é menos angolano que o angolano que está aqui. Porque ser angolano é sobretudo uma questão de espírito e uma questão do solo emocional e coletivo, da história coletiva que nos une e, portanto, acho que isso é interessante também e se reflete na maneira de os angolanos criarem, na maneira de os angolanos produzirem e se refazerem a si próprios como indivíduos. A nossa cidade eu acho que nós estamos a perder o centro histórico e essa perda do centro histórico talvez no futuro nos arrependemos como a pior tragédia daquilo que está a acontecer agora. O facto de não termos preservado bem o centro histórico, a rua dos mercadores, até o skyline da cidade histórica, vamos nos arrepende disso. Porque nós podíamos perfeitamente construir uma cidade parecida à do Dubai noutro sítio qualquer ou mais distante, mas foram feitas outras opções. Às vezes, a lógica política é diferente da lógica da arte e vamos deixar ao juízo de porvir. O porvir acho que vai ser muito severo connosco, porque não fomos capazes de manter o cordão da cidade histórica, que em última instância forma parte da nossa história política e social e da nossa memória no sentido de que, para muitos de nós, a imagem que temos da marginal, por exemplo, é a de infância, então podíamos concordar que se atualizasse a própria imagem, mas acho que há elementos que podem soar de algum modo agressivos, face àquilo que é a história. Eu acho que que devia haver um cordão para preservarmos a nossa história... há países que se modernizaram, mas preservaram sempre o centro histórico da cidade como algo quase intocável. Eu acho que há algumas coisas que se combinam. O que está a acontecer é que há novos hábitos que temos agora que não tínhamos há vinte anos, e, portanto, a maneira de nos apropriarmos das coisas é diferente. É muito triste que, muitas vezes, a cidade, ao fim de semana está vazia, o centro histórico da cidade está vazio...a Mutamba, por exemplo, perde até o seu charme, enquanto que no dia-a-dia a agitação que há é uma agitação quase de sobrevivência, com as pessoas apressadas para ir trabalhar, os espaços não estão suficientemente bem divididos, não há suficientes lugares de estacionamento, a arquitetura pedonal não respeita muito o cidadão, há uma série de inconvenientes que agridem o cidadão, por isso eu acho que podíamos cuidar mais desse aspeto. Há cidades como Londres, como Paris, que têm estratégias para proteger as zonas históricas, não porque sejam intocáveis, mas sim para preservar o lado que interessa, porque só haverá uma verdadeira arquitetura angolana, quando nós pudermos conjugar vários elementos da nossa história passada e projetá-las para o futuro. Eu acho que provavelmente estejamos no bom caminho e só temos de cuidar que as urgências de carácter político não nos obriguem a sacrifício de ordem histórico e estético que, no futuro, provoque arrependimentos. Acho importante reter esse aspeto.

Allan Cain.

Luanda, 13 de março de 2016.

Canadiano (1973) – Arquiteto e urbanista especialista em planeamento, microfinança e desenvolvimento urbano. Tornou-se oficial da Ordem do Canadá em 2004, tendo ganho vários prémios pelo seu trabalho em desenvolvimento internacional, entre eles o Drivers of Change Award, em 2009, o UNHabitat Dubai International Best Practices Award, em 2011, ou, mais recentemente, o Rockefeller Foundation Bellagio Fellowship, em 2106. Tem mais de 35 anos de experiência profissional nos chamados países em desenvolvimento, muitos dos quais em conflito ou pós-conflito, como é o caso de Angola. Trabalhou como consultor, tendo liderado vários projetos de pesquisa para o Banco Mundial, a UNHabitat, a União Europeia e outras organizações internacionais. Lecionou em várias universidades, nomeadamente na China, Angola, Noruega, Estados Unidos da América, África do Sul, Reino Unido e Canadá, onde é professor visitante na Universidade de Ottawa. É diretor da Development Workshop e membro dos conselhos de várias instituições de desenvolvimento. Tem vários artigos publicados em revistas científicas internacionais. É co-fundador e presidente da KixiCrédito, a primeira instituição de microfinanciamento não bancária em Angola, pioneira no microfinanciamento habitacional. Desenvolvimento urbano participativo e inclusivo, planeamento e construção; qualificação de assentamentos informais; mercado de financiamento habitacional; reforma urbana e mercados de terra para habitação; água e saneamento; riscos e vulnerabilidade sob mudanças climáticas; redução da pobreza urbana.

Montamos um programa principalmente focado na zona dos musseques. Olhando para as primeiras leis que foram publicadas na altura para regular o sistema de autoconstrução. Foi uma altura realmente de aumento do conflito no país e durante aqueles anos houve um fluxo de população das zonas de maior conflito. Quando chegamos, houve aquela invasão dos sul-africanos no sul do país e houve um fluxo das populações do Sul para Luanda. Uns anos depois, o conflito mudou-se mais para Norte e houve um fluxo de população para os Bairros do Palanca e Golfe, para toda aquela zona. Acompanhamos ao longo destes, agora 35 anos, a evolução da cidade de Luanda e a evolução dos musseques e das zonas informais da cidade. Durante aqueles primeiros anos, o crescimento foi mais ou menos 100% nas zonas informais, porque a preocupação do governo com a guerra deixou pouco espaço para o investimento, ou até mesmo para a manutenção de sistemas de águas, dos sistemas de serviços básicos. O crescimento naqueles anos foi principalmente nas zonas informais e os musseques cresceram muito durante aquele período. O projeto do Sambizanga foi lançado em 1986/7 com o objetivo de olhar para maneiras de engajar com as populações através do conceito de autoconstrução. O Sambizanga sempre foi uma zona de alta densidade e o projeto foi mais para melhoramento in situ daquela zona. Eu acho que, hoje em dia, nós temos novos desafios, e são desafios grandes, há uma grande expectativa da população, mesmo as camadas mais pobres, mais vulneráveis, que viu que, quem beneficiou até agora do investimento em habitação não foi a camada mais baixa, mas os funcionários do estado, que também precisam de habitação e serviços, sem dúvida, mas agora a tendência é que a população tem sentido que o governo vai resolver os seus problemas de habitação. Nós temos dúvidas se o governo tem fundos suficientes para atingir aquela camada da população que não beneficiou dos investimentos dos últimos 15 anos desde o fim da guerra. A nossa visão é que uma das coisas que o governo tem

que fazer é continuar e implementar, aplicar as reformas que já estão aceites politicamente, com a descentralização fiscal até ao nível do município, para mobilizar fundos através de pagamentos de serviços. Uma das potenciais fontes de rendimento é a regularização das terras. A maior parte da população em Luanda, e em outras zonas urbanas e rurais também, não tem um título de propriedade dos terrenos. No meu ponto de vista profissional, sou arquiteto e urbanista, o PDGML é um projeto bem feito, está a incorporar uma visão, os princípios do crescimento... Um dos problemas atuais é que o desenvolvimento das novas zonas da cidade não está muito bem articulado com o antigo centro da cidade e o problema grave do transporte e os tempos de deslocação. Em termos técnicos, o plano tem os componentes certos, mas é muito ambicioso. Não sei se foi elaborado com base nos lucros do petróleo, mas parece-me que o governo não vai ter capacidade de os implementar, a não ser que peça emprestado a fundos de investimento internacionais. Se o país vai sustentar o crescimento da cidade, com base nos recursos locais, acho que aquelas reformas que mencionei, em termos de descentralização fiscal, têm que ser implementados.

Filomeno Fialho.

Luanda, 10 de março de 2016.

Angolano (1960) – Arquiteto, Docente universitário, coordenador do Gabinete de Projetos do BNA e Consultor do Governador do BNA.

Falar de Luanda é, de facto, desafiante, é um tema que, para além de ser muito amplo é muito interessante. Luanda, como sabemos, é uma cidade cosmopolita, das maiores que África tem, e eu recorro-me de ter crescido a ouvir os mais velhos dizerem (isto para falar um pouco das referências), que “Angola é Luanda, e a capital é a Mutamba e o resto é...”. A nossa Mutamba hoje praticamente não existe, deixamos de ter esta grande referência. Eu recorro-me, quando garoto, nos anos 70, de sair de casa muitas vezes para apanhar o autocarro, porque a partir da Mutamba nós íamos para todos os lados de Luanda. Era uma referência bonita, histórica e era o ponto de encontro, por excelência, de Luanda. Seria muito bom que, com o andar dessa nossa carruagem, pudéssemos um dia retomar este tema Mutamba do ponto de vista da arquitetura, para lhe darmos o destaque que ela merece. Quem fala da Mutamba fala naturalmente de outros pontos de referência. É triste, não posso deixar de dizer isto, olhar para o nosso Largo do Pelourinho, a Rua dos Mercadores, referências históricas que não precisam de muito mais do que uma pintura, de uma limpeza para aquilo ficar com um aspeto mais agradável..., e naturalmente das vias, das ruas principais, que os nossos musseques tinham, as vias estruturantes, hoje um bocado desabilitadas, completamente debilitadas, estragadas, mas que serviram para muita coisa na altura. Serviam, por exemplo, como ponto de encontro, serviam para delimitar, serviam sobretudo para enaltecer aquele carácter de bairro, o bairrismo que também morreu. Porque hoje trabalha-se muito as escalas municipais, e muitas vezes nem isso, ao nível dos planos de pormenor, ao nível dos planos diretores que não são ainda devidamente divulgados, mas nós precisamos de enaltecer esses aspetos. Desenvolver bairro, comuna, município e integrar todos esses aspetos nos nossos Planos Diretores, nos Planos de Pormenor. Já naquela altura nós dizíamos “é preciso respeitar as vivências, é preciso respeitar as pessoas que aqui estão, a população em si”. Todos eles têm uma história, é gente que está enraizada no bairro e não podemos, de um dia para o outro, transferi-los para uma outra área. É preciso que os nossos Planos Diretores sejam divulgados, sabemos que eles foram discutidos, amplamente discutidos, mas não há ainda divulgação que nos permita dizer que este é o Plano que está aprovado, isto é permitido, aquilo não é permitido. No seguimento da nossa conversa, se calhar vamos voltar a uma questão importante, que é aquela questão do bairrismo. Há bocado comentávamos a questão da Mutamba, que depois passa da Mutamba

“centro da cidade” para a Mutamba “do bairro”, que no fundo era caracterizada pelo local onde os jovens do bairro se encontravam, conversavam sobre todos os temas, saindo da sala para o quintal, e do quintal para a rua. São aspetos interessantes que eu gostaria que fossem reativados, que os arquitetos tomassem em atenção esses aspetos, quando tivéssemos que projetar as nossas casas, os nossos bairros, os nossos aglomerados populacionais, ou reabilitá-los, porque são aspetos que no fundo vão prender as pessoas, vão fazer com que elas criem raízes nesses sítios, voltando àquela questão das vivências, que no fundo são determinantes para tudo o resto.

Rezende de Oliveira.

Luanda, 19 de maio de 2016.

Angolano (1936) – Engenheiro Civil, Ministro do Urbanismo, Obras Públicas e Habitação, no primeiro Governo de Angola independente.

A partir de 1969, fixei-me em Luanda e aí vivi com muito mais intensidade todo o seu desenvolvimento. Foi um desenvolvimento que eu entendo como, tecnicamente, muito bom; politicamente, naturalmente, que não correspondia àquilo que eram os nossos desígnios, mas era aquilo que correspondia ao então desígnio colonial. Mas em termos técnicos era um desenvolvimento realmente, com regras, com estudos e com gente envolvida com enorme capacidade, com arquitetos estudiosos e muito bem formados, que criaram aliás uma escola de arquitetura que era própria de Angola. Angola foi pioneira e desenvolveu projetos de muita qualidade e com bastante rigor, infelizmente não foram todos aproveitados, alguns foram destruídos. Mas efetivamente um Vasco Vieira da Costa, um Simões de Carvalho, um António Campino, um Carlos Moutinho, para citar só alguns, mas de facto esse conjunto de homens pensou Angola, pensou uma arquitetura angolana. Por volta de 73/74, em Luanda, aparecia um edifício por dia, o ritmo de crescimento e construção era de tal ordem que em cada dia vinha um edifício novo, edifícios de 10/12 andares, por exemplo, nas avenidas que, a partir do Kinaxixi e da antiga Brito Godins, se desenvolviam para cima. Todas elas tinham esses edifícios e o ritmo de construção era de facto assinalável. Com a independência, fizemos alguns esforços e algumas tentativas de resolver vários problemas, nomeadamente o problema dos musseques. Fizemos, no Gabinete de Habitação de Angola, um trabalho muito sério para realizar a reconversão dos musseques, usando exatamente a mesma metodologia que mais tarde e recentemente se utilizou, por exemplo, na reconversão do Sambizanga e Cazenga, porque era de facto a maneira mais racional, nós tentámos isso. Tentámos também introduzir algumas tecnologias para resolver o problema da habitação, com o uso de pré-fabricação, com os edifícios que foram chamados os E15, que é um projeto cubano, e introduzimos também de Cuba, um projeto de habitação rural, que era o sistema Sandino, que podia ser feito por pessoas, à mão, sem equipamentos e a nível de urbanização também se fizeram várias tentativas e algumas estão até identificadas e edificadas em Luanda e noutras cidades. Felizmente a guerra acabou, durante esse tempo foi mais um tempo de resistência e de formação de quadros do que propriamente de novas produções e, quando pudemos começar a trabalhar mais fortemente em Luanda, assistimos a um fenómeno, para mim triste, que foi o facto de deixar de haver método, deixar de haver disciplina urbanística, deixar de haver instituições e passamos a ser comandados por

interesses financeiros, quase que exclusivamente, o que fez com que nascesse, de uma forma totalmente desordenada, aquilo que a gente vê: edifícios enormes, sem estacionamento, sem acessos, porque ninguém pensou nos arruamentos, pensou-se só nos edifícios, sem redes técnicas, sem infraestruturas (saneamento, água, energia), a rede viária desapareceu e passamos a sofrer, como sofremos com o chamado 'trânsito', que é algo que nós provocámos, ou deixámos que acontecesse. Deixámos de ter regras e nasceu uma cidade extremamente descontrolada, que hoje estamos a ver que, com muita dificuldade, vamos poder resolver ou remediar alguns dos problemas que foram criados nessa construção desordenada e sem regras, que nós tivemos durante vários anos. Hoje há de facto uma tentativa de ordenar isto tudo, apareceu finalmente um Plano Director para toda a região Metropolitana de Luanda, com problemas enormes, porque a guerra concentrou em Luanda milhões de pessoas que não tinham hipótese nenhuma de ter serviços, porque Luanda não estava preparada para isso, nem era possível prepará-la no tempo em que as pessoas tiveram que se concentrar, por motivos completamente distintos da sua vontade, mas foi o que aconteceu. Porque a cidade não foi planeada, não foi organizada, nem existiram as instituições, melhor, elas existiram, mas não exerceram a sua autoridade, subordinaram-se a outros poderes, e o resultado é aquele a que temos que assistir e a única coisa que podemos fazer é de facto aprender as lições e ver se conseguimos ainda resolver alguma coisa. Só há uma maneira! É criar esses espaços. Como? Criando fora desse casco urbanos áreas para onde se têm que deslocar as pessoas em melhores condições de vida que têm aqui e voltar a ter áreas verdes e voltar a ter praças. As praças públicas que havia foram cedidas para construir edifícios privados... as rotundas desapareceram...

António Gameiro.

Luanda, 26 de setembro de 2016.

Angolano (1958) – Arquiteto, Doutor em Tecnologia de Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Università “La Sapienza”, em Roma. Primeiro presidente da Ordem dos Arquitetos de Angola. Atualmente, é professor associado no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, para além de consultor do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação de Angola, das Nações Unidas-PNUD, na área de infraestruturas sociais e técnicas, e da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP). Foi membro do Grupo Técnico de Reflexão para a Província de Luanda, enquanto especialista na área de desenvolvimento territorial e urbano. Tem desenvolvido vários projetos de arquitetura, sendo da sua co-autoria o Pavilhão de Angola construído a propósito da Expo-Milano 2015. Participou em vários seminários e congressos internacionais, desenvolvendo trabalhos científicos dedicados ao tema do ordenamento e requalificação urbana, bem como à habitação económica e popular, com enfoque nos contextos das cidades de Angola - Ordenamento e planeamento urbano; requalificação urbana; infraestruturas sociais e técnicas; habitação económica e popular.

Luanda tem três características distintas. Tem a parte consolidada da cidade, aquela onde existe uma estrutura perfeitamente identificada, com as vias de acesso, com infraestruturas técnicas, energia, água canalizada, com manchas edificadas perfeitamente identificadas, também, e que vai desde a ilha de Luanda até à Avenida Senado da Câmara, mais ou menos. Tem uma estrutura perfeitamente sólida onde se consegue vislumbrar a estrutura daquela malha da cidade que vem desde a sua fundação até aos nossos dias. Da [Avenida] Senado da Câmara para a frente, conseguimos identificar uma estrutura diferente: começou a ser construída no período colonial e com a independência não foi concluída; estamos a falar das B, das C, do Bairro Popular, da PRECOL, Terra Nova, um bocado no Cazenga, que são malhas urbanas que não estão ligadas entre si do ponto de vista da infraestrutura. Tanto é que nós notamos que as infraestruturas ligadas ao saneamento (sobretudo na recolha de águas pluviais) não estão concluídas. É uma malha que precisa de ser “recosturada” no sentido de se tornar uma malha homogénea. Mas esta [malha] tem características sobretudo de Bairros Sociais de Habitação Económica que foram construídos naquela época e que têm também este pendor de uma falta de algum equipamento social. Esta é uma mancha da cidade que está logo a seguir à cidade consolidada e que tem nela mesma uma estrutura de Musseques também muito bem identificada. Depois, temos a grande área que é a expansão da cidade, onde normalmente digo que habita entre 70 a 80% da população da cidade, que são todos os bairros em expansão, toda aquela área em expansão onde temos um grande défice de infraestrutura técnica (vias, água, energia, saneamento) e também uma falta de equipamentos sociais substancial (escolas, centros de comunicação, centros de saúde). Também temos (aí) uma grande carência do ponto de vista de estruturas culturais, etc., etc. Portanto, a área em expansão é aquela onde a construção habitualmente conhecida como “construção anárquica” se nota com grande relevância, pelo facto de serem as áreas que estavam livres e que as populações, com o êxodo do campo para as cidades, e fugindo das condições

de guerra que vivemos durante esses últimos anos, foram construindo. Depois de caracterizar estas grandes manchas, vou dizer que a nível da cidade consolidada, a nível da Baixa, o que nós poderemos ver é que os problemas atuais estão na descaracterização da cidade. Está-se a mexer num tecido urbano que tem uma certa característica, estamos a introduzir nele determinada morfologia que não tem nada a ver com aquilo que era a cidade. Os Musseques... sim. Este é um grande problema e eu acho que ali nós temos de pensar seriamente naquilo que normalmente identificamos como “requalificação”, que passa por dois aspetos fundamentais. Um deles tem a ver com a própria recuperação de alguma intervenção que tenha sido feita, mas que é de qualidade. Mas há a necessidade de nós fazermos, digamos assim... de partir determinadas áreas – e algumas delas são vastas -, no sentido de [lhes] podermos dar condições de habitabilidade. Não só na construção de habitações e na modificação, inclusive, da tipologia habitacional, mas sobretudo na introdução de áreas verdes, áreas pedonais, áreas comerciais, tornando esses bairros de génese ilegal em alguma estrutura habitável, porque são de uma carência e de uma pobreza do ponto de vista urbano e habitacional muito, muito, muito grande. Há esse aspeto dentro da requalificação que é a renovação, que é partir e construir novo; mas há também, em determinadas situações, o caso de nós encontrarmos estrutura física com alguma qualidade que pode ser integrada num eventual plano de requalificação que venha a existir. Porque, por exemplo, é fácil partir o Musseque e construir novo, mas é necessário que o que vamos construir tenha uma certa qualidade vivencial que existe na zona dos bairros de génese ilegal, que é muito forte do ponto de vista da estrutura e da cultura, e que é necessário manter. Portanto, a criação de espaços de convivência e de vivência, os pátios... Porque uma das coisas que existe no angolano, e isso eu penso que é a nível nacional, é que o angolano vive em casa, mas fora dela. Acho que temos que começar a contemplar as áreas desses espaços, porque as tipologias construtivas, as tipologias habitacionais deverão estar todas elas interligadas. A casa isolada, a geminada, em banda, o multi-apartamento devem constituir uma harmonia dentro daquilo que é a urbanização. E então é preciso pensar de facto como é que vamos integrar, numa mesma área habitacional, também as distintas classes sociais. Porque a habitação económica, a habitação social vai conviver com algumas áreas de habitação de alto padrão e, portanto, há a necessidade de sermos inteligentes na conceção desses espaços urbanísticos. Existem alguns exemplos interessantes sobretudo nesse aspeto e do ponto de vista, vamos assim dizer, de micro-urbanização: aquilo que está feito no Laboratório de Engenharia (desenhado por Vasco Vieira da Costa) que é um local e uma área de serviços

onde, de facto, os pequenos edifícios constituem em si uma grande harmonia do ponto de vista organizativo e também da sua característica arquitetónica. Os exemplos não são muitos... Houve uma grande intervenção neste período em que foram construídas as “Avenidas-Galerias” onde se destaca a Avenida dos Combatentes com os seus prédios a constituírem uma galeria, a Avenida Marginal onde os seus prédios têm sobretudo grandes galerias mas, do ponto de vista arquitetónico em si, são poucos esses exemplos. Na Baixa da cidade, conseguimos também encontrar edifícios sumptuosos que depois sofreram uma grande intervenção, mas que [se] descaracterizaram na sua plenitude, que é o caso do Ministério da Finanças. Digamos que temos alguns bons exemplos e que precisamos de continuar a cultivar, tanto do ponto de vista da formação que vamos dar às novas gerações, como enaltecendo aquilo que temos como património nesse campo. Porque alguns dos que existiam, algumas áreas que existiam para este efeito foram praticamente ocupadas com edificações. Do ponto de vista urbano, a praça tem um simbolismo muito grande, que já vem dos primórdios e nós aqui temos de fazer da praça um elemento central, simbólico, procurando fazer com que a praça tenha um significado também de lazer. Em muitos casos ela pode ser um elemento de transformação: hoje ser uma feira, amanhã ser uma outra coisa qualquer e improvisar o espaço no sentido de construir uma tenda periódica que possa ser um elemento de cultura. Portanto, temos de projetar a praça; a praça não é um elemento que fica vazio, deixado no sentido de não ser ocupado. Não, a praça também deve ser projetada, com a finalidade de ser um elemento multifuncional.

Isabel Martins.

Luanda, 16 de setembro de 2016.

Angolana (1946) – Arquiteta, Doutora em História da Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, com pós-graduação em Agregação Pedagógica, pela Universidade Agostinho Neto, e especialização em Pianificazione Urbana e Territoriale nei paesi in via di sviluppo – Requalificazione Urbana, pela Universidade Tolentini, em Veneza. Coordenou e colaborou em vários projetos de investigação centrados na proteção do património histórico, cultural e arquitetónico, entre eles o Observatório da Chicala, fruto de uma parceria entre o Departamento de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto e a Faculty of Architecture and Spatial Design da London Metropolitan University. Tem organizado e participado em vários congressos e seminários, bem como publicado trabalhos e artigos científicos. Foi membro da Comissão para a Requalificação dos Bairros Operário e Sambizanga, em Luanda. Desempenhou vários cargos académicos ao longo dos últimos 30 anos, sendo atualmente Professora Associada e Chefe do Departamento de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto.

O arquiteto tem duas posições perante a arquitetura. Ou entra em rutura e não lhe interessa o que está anteriormente implantado, o edifício vizinho, ou entra num compromisso de a sua nova arquitetura ter ou representar os valores que a arquitectura antiga apresenta. Portanto, ou estamos contra [o pré-existente], ou estamos num compromisso de não comprometer acintosamente a estrutura que está ao lado. O património dos Coqueiros é um património que nós devíamos realmente pensar em como preservá-lo para a cidade de Luanda. Porque são os exemplos mais significativos das formas arquitetónicas primevas, como dizia o arquiteto Fernando Batalha. Estão ali. E muito já desapareceu; nós temos aquilo que é hoje o Museu de Antropologia, que é um edifício do séc. XVIII – era uma casa de um comerciante – e ali está bem conservado. E, além de ser do ponto de vista estético, um edifício muito bonito, acho que faz muito bem a sua função, que está adequado à sua função. Então, esse património continuar-se-á se nós lhe dermos uma função. Porque se você recupera o edifício e não lhe dá função e o mantém fechado, está a declarar a morte desse edifício. A utilização faz realmente parte dessa recuperação. A Rua dos Mercadores que eu conheci não tem nada a ver com a Rua dos Mercadores que existe atualmente. Era uma rua que tinha uma tipologia arquitetónica sui generis e onde, por exemplo, por detrás dos portões – porque [da rua] nós só vemos os portões – lá estava o pátio, a casa-pátio como elemento fundamental de conforto ambiental. Isso desapareceu. O que me magoa mais, no fundo, é que ninguém questiona e não se sabe se essas intervenções têm a autorização da entidade de que devem ter – o Governo Provincial ou do Ministério da Cultura, que zela pelo património. Digo-lhe que aqui na Escola (Departamento de Arquitetura da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto) nós temos a preocupação de falar aos futuros arquitetos daquilo que deve ser o património, de respeitar o património, temos inclusivamente estudos sistemáticos. Então, acho que o aluno que sai daqui vai com a noção do que é o património. Nós, como instituição, tentamos associar-nos a atividades, fazendo palestras, participamos sempre que possível na

divulgação daquilo que é o património. Mas cada um olha para a cidade ou sente a cidade de forma diferente. Uns acham que destruindo o património estamos a contribuir para as gerações vindouras dos angolanos que não sabem o que foi o tempo colonial. O tempo colonial é a nossa história. Nós vivemos todos no tempo colonial. Continuamos a utilizar estruturas do tempo colonial. Continuamos a viver em habitações do tempo colonial. A nossa situação de angolanos tem de ter esse conceito muito claro do que é “ser angolano”. E “ser angolano” é olhar para tudo isso com dignidade, foi um processo... Hoje somos independentes, temos a nossa dignidade a defender e, portanto, eu acho que essa fase não se pode apagar. Acho que muito dificilmente iremos apagar essa memória. Porque escritores, pintores, escultores que viveram no tempo colonial tiveram o seu papel como angolanos, contribuíram para a independência deste país falando também do tempo colonial, desenhando o tempo colonial, ironizando ou não – não estamos aqui a ver a forma como o fizeram.

M^a João Teles Grilo.

Luanda, 8 de junho de 2013.

Angolana (1960) – Arquiteta, Doutoranda em urbanismo Universidade de Lisboa “O léxico do espaço público da cidade informal em Luanda”. Entre os anos de 1994 e 2010, foi professora da disciplina de Projecto de Arquitectura em universidades de Luanda e Lisboa. Ela é membro da União Internacional de Arquitectos (UIA), União Africana de Arquitectos (AUA), Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), Ordem dos Arquitectos Portugueses (OA) e do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP).

A arquitetura colonial é uma coisa muito específica, que tem uma identidade, do ponto de vista técnico, forte, e que tem muito a ver com a evolução técnica do séc. XIX, que é enorme, e está muito ligada a outra questão também essencial, que é a saúde pública. A cidade colonial está muito ligada à saúde pública. O facto de nunca se construir os pisos térreos ao nível térreo, o facto de as ventilações cruzadas, as venezianas, as duplas janelas (umas com rede outras com vidro), tudo isso nasce no séc. XIX, mas é uma questão que, como sempre, é global. E também o foi aqui. Essa é que é, sob o ponto de vista técnico, uma designação de arquitetura colonial. Teve muito a ver com saneamento público, teve a ver muito com saúde pública, teve a ver com todas as descobertas mundiais associadas a esta questão do saneamento, da ideia do público, da ideia da cidade no sentido coletivo e do equipamento público, do equipamento sanitário, etc. E aí começa Luanda realmente, e as peças mais significativas que nós temos são dessa altura, porque as outras têm uma história curta, que também existe, e estaríamos aqui bastante tempo a falar dela, mas há momentos fundamentais da história: há o nascimento, com as fortalezas, mas depois há os dois grandes períodos de ouro de Luanda: são o fim do séc. XVIII e o séc. XIX. E depois vamos passar por época que, sob o ponto de vista arquitetónico é extraordinariamente fraca, que é a do Estado Novo, que tem uma influência portuguesa fortíssima sobre aquilo que foi a cidade, que vai desenvolver Luanda, realmente do princípio do séc. XX até aos fins dos anos 40, onde há pastiches perfeitos daquilo que é a ‘arquitetura fascista’ do Estado Novo, importada diretamente, reproduzida, adaptada sempre um pouco do ponto de vista climático, mas muito direta. Temos vários edifícios desses a nível de equipamento escolar, de habitação, de instituições... há uma série de instituições que estão muito marcadas por uma arquitetura que é claramente fascista, e que hoje têm muito a ver com o património construído, os edifícios da Fazenda Pública, hoje Ministério das Finanças, e do Ministério das Relações Exteriores, por exemplo. Neste sentido, nota-se a influência portuguesa do Estado Novo na cidade. Mas sob o ponto de vista da inovação, que é algo que me interessa mais abordar como exemplo, há este período muitíssimo bom, que tem a ver com o fim do séc. XVII e todo o séc. XIX, há excelentes exemplos de arquitetura, até sob o ponto de vista tipológico.

Temos toda esta zona da Baixa que está agora a ser destruída (a zona do Teatro Elinga), do largo do IGCA, hoje Ministério das Telecomunicações, o Palácio Presidencial, toda a zona alta da cidade, o Governo Provincial de Luanda na Mutamba, tudo isso é uma herança do séc. XIX, alguns já com algumas reformas, em tempos diferentes. O séc. XX é o grande século, foram cem anos em que se fez aquilo que em muitos séculos não se fez. Ainda apanhámos esta herança terrível, porque tenho do ponto de vista ideológico uma postura muito crítica sobre o fascismo, é de facto importação direta.

Ângela Mingas.

Luanda, 13 de junho de 2013.

Angolana (1971) – Formada em Pedagogia, Arquitetura e Antropologia, Licenciada pela Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), desde 1998, estudou em instituições como a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e a Royal Academy of London. Mestre em Arquitetura pela Universidade Lusíada do Porto (Portugal). É fundadora e coordenadora desde 2003 da Escola de Arquitetura e do Núcleo de Estudos de Artes, Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Lusíada de Angola (CEIC-AAUD). Curadora do Fórum de Arquitetura de Angola desde 2006 e consultora e especialista em Patrimônio Arquitetônico. Ocasional escreve e publica livros de contos e poesia. Foi Secretária de Estado para o Ordenamento do Território em Luanda em 2017.

Partindo da noção de cidade, Luanda pode ser lida em quatro ou cinco períodos diferentes. O primeiro, claramente tardo-medieval com a constituição da cidade; o segundo, iluminista, com a regularização da cidade; o terceiro com a fase colonial, onde se definem infelizmente algumas componentes que sobrevivem até hoje na cidade, com a criação dos musseques; o quarto, com o período modernista que define a caracterização da expansão da cidade; e, por último, este momento mais contemporâneo de pós-independência, que ainda está numa fase de construção a todos os níveis, em termos linguísticos, formais e até mesmo estruturantes. A cidade que passa por estes momentos de transformação acaba por deixar um conjunto de leituras, todas elas com o mesmo fio de prumo, e que vão acabar por chegar à vocação mercantilista que ela sempre teve. A cidade nasce como uma cidade de comércio, desenvolve-se como uma cidade de comércio e mantém-se até hoje como uma cidade de comércio. Estamos a falar de Luanda como uma cidade que está em permanente processo autofágico: ela compra, vende, gasta-se, utiliza várias moedas de troca que vão desde o escravo até sabe-se lá o quê... Falar da cidade tardo-medieval é falar da cidade alta e da cidade baixa, mas mais da cidade alta. Na relação dialética entre cidade alta e cidade baixa, podemos perceber nestes dois momentos em que se constitui aquilo que ainda hoje é chamada a cidade baixa e o que é o Bairro dos Coqueiros. Enquanto que a cidade alta tem a característica que todo o mundo sabe, e que preserva até hoje, que é uma questão política, administrativa e por aí em diante, a cidade baixa tem, para mim, um caráter histórico muito mais abrangente e, talvez, mais válido para se contar, com algum sustento, a história moderna (moderna no sentido de 1500 para a frente) que nós temos em Angola, por causa da rota dos escravos. Esta rota que nós temos, que é uma rota fundamental no próprio entendimento da história, pode ser lida de forma urbanística nesta linguagem ainda tardo-medieval que é a leitura do Decumanus Maximus, que é esta via que vem - para os conhecedores de arquitetura, desde o urbanismo clássico romano - que é o eixo Este-Oeste e é ele que faz a ligação entre o Largo do Baleizão, que era o porto da cidade de Luanda, até ao Largo do Pelourinho, portanto largo-eixo-largo-eixo-largo e por aí em diante. Foi assim que cresceu o

Bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda. Compreender este largo do Pelourinho como um Rossio, um Rossio no sentido rural que era onde terminava a cidade, era o lugar de onde chegavam os produtos - e o produto infelizmente eram os escravos - chegavam até ao Largo do Pelourinho, eram vendidos, registados na Rua dos Mercadores e depois iam praticamente em peregrinação de venda até ao Largo do Baleizão para embarcarem nos portos. Isto confere ao Bairro dos Coqueiros uma característica absolutamente fundamental na perceção desta tal historiografia da nossa cidade e do país, porque Luanda é um perfeito laboratório, é onde acontece tudo, é de onde parte tudo e é, sem dúvida, matricial no entendimento do urbanismo em Angola. Portanto, a cidade constrói-se entre alta e baixa, com esta coisa estranha da escravidão e entramos num período em que a cidade adquire a ordem como princípio. Tudo isto vem com o Marquês de Pombal, de Portugal. Depois daquela catástrofe que acontece em Lisboa é preciso construir de novo, é preciso impor a ordem; então o governador na época, Inocêncio de Sousa, quando vem para Luanda empossado pelo Marquês de Pombal, traz a ordem, o racionalismo, o zonamento, o saneamento, que eram princípios de organização de cidade que surgem com o período iluminista, portanto séc. XVIII. Nessa altura, a cidade baixa, o Bairro dos Coqueiros, começa a ganhar ordem. Já não é aquela coisa do eixo fundamental que liga de um ponto ao outro. Já estamos a falar das primeiras tendências da quebra da escravatura, porque a questão da escravatura infelizmente sobrevive até 1839 por Decreto, mas depois arrasta-se quase até ao fim do séc. XIX, mas o facto é que o séc. XVIII é, sem dúvida, o momento da liberdade. A partir daí, a cidade passa por um processo de requalificação, portanto o primeiro grande processo de requalificação da cidade de Luanda acontece no séc. XVIII, com este governador. É feito o primeiro aterro da cidade de Luanda, porque até lá aquilo que nós conhecemos como a Avenida Rainha Nzinga era a Rua da Praia. Portanto há um primeiro aterro, há o ordenamento da cidade, a definição dos arruamentos - a definição, eles já existiam como caminhos, como percursos, naturalmente - mas há o desenho e a definição do traçado das ruas principais, das complementares, as primeiras propostas de saneamento e mais ainda outros conceitos, como o conceito da área verde, a arborização, o passeio público como tal, como espaço público, aparece também no séc. XVIII. Portanto, o período iluminista na cidade de Luanda foi, de facto, o grande renovador de toda a sua estrutura de cidade e aquele que vai acabar por defini-la nesse período. Ora bem, aí começa a acontecer a quebra do período da escravatura, porque como sabemos a escravatura por decreto deveria terminar em 1839, mas continua até 1869, aproximadamente, mas é nesta altura, nos finais do séc. XVIII, que ela começa a quebrar um pouco.

Embora mantendo a sua vocação comercial como sempre, a estrutura mercantilista começa a mudar um pouco, começa a surgir outro tipo de negócio, surge outro tipo de figura na cidade, surge o comerciante e com isso surge também outra arquitetura - surgem os sobrados. Já existiam como conceito, mas afirmam-se nessa altura e aí há um terceiro bairro, que é, sem sombra de dúvidas, o grande definidor desse momento iluminista da cidade, que é o Bairro do Carmo. É onde estão os grandes edifícios públicos, a alfândega, toda a estrutura da Mutamba - não o governo provincial, que o governo provincial é bem posterior a isso - mas toda aquela estrutura como uma centralidade de carácter administrativo e público é, sem sombra de dúvidas, o momento do séc. XVIII. A partir daí, a cidade começa-se a expandir para o séc. XIX, e o séc. XIX é o momento de turbulência, mas também de expansão da cidade, e aí entramos no Bairro da Nazaré. Começamos a constituir a segunda Rua Direita, porque a Rua Direita que as pessoas conhecem hoje não é a original, a original é a Rua Frederik Engels, portanto a que sai do Largo do Pelourinho até ao Largo do Baleizão, grosso modo. Esta nova estrutura da cidade já começa a ter um carácter mais habitacional. Já estávamos a falar da periferia da cidade, para utilizar uma análise comparativa, era o Mussulo de hoje, era para onde a gente rica ia passar férias, era a região dos Kipacas, já próximo de onde é hoje o Bairro do Bungo e ele tem, sem dúvidas, um carácter habitacional. O Bairro do Bungo, como espaço de afirmação, tem a ver com a expansão da cidade. A estruturação do sistema ferroviário, que surge no séc. XIX na Europa, vem até Angola e estabelece-se ali a primeira estação de Luanda, que é a estação do Bungo e é ela que acaba por definir o grande eixo de desenvolvimento da cidade. Ainda dentro do séc. XIX, há um momento fundamental na história da cidade que tem a ver com a criação do primeiro musseque. Estamos a falar de meados do séc. XIX, quando se cria o espaço que hoje é o espaço da Ingombota, que nós conhecemos e onde está o Largo da Ingombota, o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana da cidade, portanto todo aquele eixo que vai até à via central que liga a região da cidade alta com a cidade da Mutamba. Todo este espaço acaba por ser, não só por análise cartográfica, mas como momento histórico, o grande momento de gentrificação que a cidade sofre na altura da imposição do urbanismo colonial. O urbanismo colonial é um momento decisivo na forma como se pensa a cidade de Luanda e que infelizmente prevalece até hoje, que é a diferença entre aquilo que é a cidade consolidada e a cidade periférica. A partir do momento em que se cria o urbanismo colonial há, de facto, uma cisão entre aquilo que é a cidade consolidada, a cidade utilizada fundamentalmente por europeus, e depois a cidade periférica, portanto o musseque, a cidade de areia, e daí vem a tal ideia do “mu seke”

[=areia]. E isto surge no séc. XIX. Esta estratificação da cidade, que independentemente de ter razões culturais e de cada uma se ter desenvolvido com as suas expressões culturais, por exemplo, a organização dos espaços no musseque é claramente voltada para uma forma de pensar o espaço mais tradicional, mais africana, do que propriamente a cidade consolidada, cuja ordem é estabelecida por parâmetros e por regras que vêm da arquitetura europeia e do urbanismo europeu. É um momento de cisão que é fatal para a cidade de Luanda e que infelizmente determinou a sua estrutura até ao momento presente. Passam-se mais de cem anos e a cidade de Luanda continua a manter este princípio estratificador da cidade consolidada e da periferia. A partir daí, a cidade, mantendo sempre estas duas grandes bolsas, passa por um outro momento que me parece muito interessante de considerar, embora seja uma teoria discutível entre os pares, que é o momento da chegada do movimento moderno em arquitetura à cidade de Luanda. Mas a chegada do modernismo a Luanda, a Angola, eu acredito que é um momento também que parte águas na postura, não na diferença entre africanos e europeus, brancos e negros, como se quiser identificar, mas entre a noção do angolano e do português, ou destas duas identidades que eu acho que se afirmam um pouco pelo modernismo e passo a explicar o porquê. Da forma mais triste que se possa imaginar, o Ato Colonial que nos anos 30 proclama o Estado Novo em Portugal, um estado absolutamente centralizador, afirma também na mesma altura a grande e absoluta diferença entre aquilo que era ser-se português. Surpreendentemente, nessa altura surgem as classes, dos “brancos de primeira” e “brancos de segunda”, uma realidade social que eu não vi, mas que historicamente conheço, como qualquer outro cidadão nacional. É interessante como é que durante o período do Estado Novo, entre os anos 40 e os anos 60, até aos anos 70, naturalmente, há um momento em que a arquitetura se estabelece com uma diferença clara entre aquilo que é a arquitetura do Estado Novo, neoclássica, afirmativa daquilo que era o poder absolutista português e a arquitetura libertadora, renovadora, de espírito mais aberto, com uma leitura de tropicalidade associada a esta nova linguagem, que é o modernismo. Eu interpreto-o como um momento de cisão entre aquilo que é a identidade portuguesa e aquilo que é a identidade angolana, independentemente dos pontos de vista que se possam discutir à volta disso. Então o que é que nós temos como a arquitetura do Estado Novo, a arquitetura do Império Português? Temos o Banco Nacional de Angola, que é um monumento do qual todos nós nos orgulhamos, mas que é um monumento neoclássico, que afirma este princípio absolutista do poder português, temos tantos outros edifícios, que são edifícios de que nós gostamos, eu particularmente tenho respeito e acho que tudo o que seja boa

arquitetura, independentemente do momento em que tenha sido construída, deve ser respeitada e deve ser congratulada. Da mesma forma que nós tínhamos essa postura neoclássica - o Governo Provincial de Luanda, tudo isto neoclássico, as linhas direitas, a simetria, a regra, a proporção áurea - nós depois temos a liberdade que o betão armado traz ao mundo da arquitetura, da construção que é a arquitetura modernista. Temos edifícios como o Banco de Poupança e Crédito, temos, já demolido infelizmente, o mercado do Kinaxixi, que eu acho que todos temos que falar sempre sobre este mártir da arquitectura, e tantos outros objetos de arquitetura. Eu acho que nós podemos colocar aí toda a obra de Vasco Vieira da Costa como uma afirmação de uma arquitetura feita não para mostrar aquilo que é o poder português, mas para mostrar aquilo que é a importância de Angola. Eu acho que o modernismo tem este momento extraordinário que é a afirmação de um “branco de segunda”, de um angolano, de uma identidade nova que, como arquitetura, como manifesto, como ferramenta, mostra e quer mostrar claramente esta afirmação de diferença em relação ao império centralizador português. Parece-me que a constituição da cidade de Luanda passa por estes grandes marcos. A forma como ela é fundada com a sua vocação esclavagista, esta dialética da cidade alta/cidade baixa, o momento ordenador do iluminismo, onde se começa a trazer à tona o Homem e toda a sua relação pública com a cidade e com o outro, o momento do colonialismo, da arquitectura colonial, a criação do musseque, o momento da cisão, da rutura, há uma cidade A e há uma cidade B e qualquer coisa ali no meio que nunca ninguém sabe muito bem como é que se mistura, e depois este momento de luta entre dois gigantes que é a arquitetura do Estado Novo, neoclássica e impositiva, e a arquitetura literalmente libertadora, que é a arquitetura do modernismo, onde até o próprio princípio construtivo é libertador per si. Eu vejo Luanda assim. O que é que ela tem de comum em todas estas fases? A sua vocação mercantilista, comercial. É uma cidade violenta desde o início. Isto aqui, enquanto espaço, era a terra de ninguém, onde havia gente era na ilha, mas aqui? Não havia água, não havia ponta por onde se lhe pegasse, portanto Luanda é um espaço de ninguém e todos estes processos de transformação da cidade de Luanda acontecem sempre no mesmo lugar, no mesmo espaço. São sempre lugares que se renovam, alguns vão mantendo a sua identidade e outros não. Hoje nós estamos num momento de interpretação ou de percepção da cidade, onde interessa do ponto de vista académico e sociológico perceber estas bolsas, o que é isto desta cidade laboratório de Luanda. É a cidade mais antiga que nós temos, sob o ponto de vista urbano, consolidado com os parâmetros que nós conhecemos. É, sem sombra de dúvida, a cidade mais antiga do nosso território nacional. É uma cida-

de pluriétnica e multicultural. A multiculturalidade da cidade, se nós formos atrás do conceito multicultural como a equivalência de tudo aquilo que culturalmente a compõe, eu acho que nós estamos muito longe ainda de o ser. Nós não conhecemos, na verdadeira acepção, a nossa cidade em todas as suas componentes. Somos maioritariamente ignorantes ou parcialmente conhecedores da nossa cidade. Conhecemos o nosso bairro, mas não conhecemos o nosso município. Conhecemos o nosso município, mas não conhecemos o outro. “O quê? Luanda quantos municípios tem? Nove? Oito? Oh pá, mas a rua onde eu moro é a rua que fica ao pé de não-sei-quê...” Quer dizer, nós não conhecemos a cidade sob o ponto de vista físico, temos todos a mesma referência: sabemos onde é que é a Mutamba, sabemos onde é que ela começou, mais ou menos, por aí em diante, mas a história real da cidade nós não conhecemos e eu tive - infelizmente e felizmente, porque também nós temos que conhecer as nossas dificuldades - oportunidade de conhecer isso em contacto com a população da cidade através de uma campanha de sensibilização cívica à volta da preservação do património. É brutal a forma como as pessoas, desde crianças até adultos, pessoas para lá dos cinquenta e sessenta anos, a ignorância que têm em relação à cidade. Não a conhecem. Mesmo. Ponto final parágrafo. Naturalmente existirá uma percentagem de conhecedores profundos da cidade, daquilo que ela é, outros, quer dizer, ao nível da cidade, não a conhecem. Então, se o cidadão não conhece o seu espaço de vivência ele naturalmente não reconhece às vezes até, sequer, a rua que está do outro lado. A ele não lhe interessa. Aquilo que acaba por ser a sua cidade é o espaço que ele habita. Mas temos que ter um espaço qualquer para estar. A partir daí, começamos a pensar: que espaço? E esse espaço é aquele com o qual nós temos relações de afeto, de carinho, de história, de cultura. E por isso é que eu acho que Luanda tem dimensão suficiente, temporal e física, óbvio, para poder dar espaço e ser uma cidade de cultura. Não acredito em Luanda como uma cidade política, como Brasília, por exemplo. Não acredito. Eu acho que ela tem espaço para ser sim uma cidade comercial, vai manter essa vocação, mas ela tem, exatamente como tal, uma história para contar. A partir daí, eu acho que só mesmo quando o nosso cidadão, quando o nosso colega do lado for sensível à cidade, ele vai ser sensível ao que compõe a cidade, aos espaços, aos físicos e aos não-físicos. Há pouco eu falei da rota dos escravos e ela existe na cidade de Luanda, mas essa rota tem que ser sentida, uma pessoa tem que passar por um lugar e estar por onde passou Jesus. E nós em Luanda, somos capazes de passar todos os dias por onde os escravos foram martirizados ou massacrados e estacionamos o nosso carro e continuamos. É esta ignorância de que eu falo e é de uma forma generosa que temos que dar também, ao invés

de receber somente. Acredito, sem sombra de dúvidas, que o melhor caminho seja a educação, a formação do Homem, a sensibilização do outro. Trabalhos como este, de mostrar, de difundir, de recolher, de pôr à disposição, eu acho que são absolutamente fundamentais, porque este processo tem que ser um pingom de tinta num copo de água. Tem que alastrar. Tem que turvar tudo. Tem que ser uma coisa da qual nós não possamos fugir. Eu acredito que a melhor forma de fazer com que a cidade se mantenha, ou pelo menos que transforme o cidadão num defensor da cidade, é dar-lhe conhecimento.

Dionísio Rocha.

Luanda, 27 de novembro de 2012.

Angolano (1945) – Músico e Compositor, com mais de 60 anos de carreira, é também promotor e agente cultural.

Em Luanda a atração era a Rebita, a presença dos mais velhos da Rebita, porque o corpo completo da festa era organizado pelos conjuntos musicais já com figuras. Figuras essas que foram desfilando ao longo do tempo, com nomes destacados. E esses nomes destacados passam por salões como o “Marçal”; o “Luar das Rosas” – um termo aliciante à boémia...; “Salão Graná”, também no Marçal; “Os Perdidos”, que creio que era no Bairro Popular; o “Sporting do Rangel” no Rangel; primeiro o “Botafogo”, também no final do Marçal e por detrás do “Maxinde”; depois o “Maxinde”, quando a Polícia resolveu dismantelar o “Botafogo”. Antes disso tudo havia desenvolvimentos também de peças de teatro, de canto coral... Quer dizer, desenvolvemos de facto uma ação cultural com todos os requintes e com todas as disciplinas: teatro, canto, dança, poesia e depois a farra em si, porque todas essas festas culminavam com uma farra. Então nós tivemos, mais tarde, grupos de peso como o Anangola (a Associação dos Naturais e Amigos de Angola) que já era, de uma certa forma, protegido pelo Governo – mas o Governo fazia isso para ter controlo das figuras mais emblemáticas, para estarem sob o controlo deles. Estou a lembrar-me de nacionalistas como António Cardoso e outros, que dirigiam, de uma certa forma, a cultura no Anangola. Na Liga Nacional Africana surgiu “O Gesto” ainda na Ingombota, que era um grupo de teatro que talvez pudéssemos considerar “de revista” (humoristas, representações para rir, para animar, nunca dramáticas) e que também tinha conjuntos musicais. É nele que surge pela primeira vez um conjunto denominado “Os Brasileiros”, ou “Os Sambistas”. “Os Sambistas” foram desenvolvendo a sua batucada lá no meio até que, com o tempo, “Os Sambistas” quiseram ganhar fôlego de independência do teatro “O Gesto” para considerarem criar, a partir de determinada altura – a partir da ajuda do Domingos Van Dúnem – o “Ngola Ritmos”, com Liceu Vieira Dias, Antonino Van Dúnem, Nino Ndongo na dikanza (inicialmente um dos comandantes do “Ngola Ritmos” foi o pai do Nino Ndongo), o Zé Maria (um dos violas do grupo)... Esse “Ngola Ritmos” foi o primeiro a tirar o som da marimba e do Tchinguvu para o violão. O dedilhar do “Ngola Ritmos” é aquele som que nós ouvimos no kissange, etc. O conjunto começou a interpretar alguns temas brasileiros ou abrasileirados, depois passou a interpretar as músicas com mensagens fidedignas de quem estivesse na revolução. Essas mensagens foram cada vez mais da responsabilidade do Liceu Vieira Dias, do Amadeu Amorim e do Zé Maria, que iam buscar os seus familiares mais velhos – ou mais anciãos, se quiserem – para transmitirem histórias ou músicas da sua época.

Então eles pegavam naquilo e transformavam para o violão. Hoje, toda a música angolana que ouvimos é derivada destes pioneiros que são os “Ngola Ritmos”, ou seja, foram eles que retiraram a Rebita, a Semba para o violão... e ouve-se hoje Semba! Semba tem origem no que estive a dizer, nesta evolução e por aí adiante... Já nos nossos dias – quero dizer, fim do século passado, antes da independência – havia um empresário natural de Matete (era filho de portugueses, mas nasceu em Matete) chamado Luís Montês. Os seus pais vieram para aqui como aquilo a que se chama mesmo “o colono”. Tratavam da terra – “colono” quer dizer “homem que lavra a terra, que recupera o terreno. Tinham umas terras em Malanje e vinham vender a Luanda, regra geral. Foi aí que nasceu o Luís Montês, esse famoso Luís Montês. Creio que foi o maior empresário de espetáculos desde os anos 60 até à nossa independência; não conheço quem tenha feito mais espetáculos do que ele. Em Luanda, e isso é importante recordar quando referimos os anos 60, nós tínhamos um espetáculo denominado “Kutonoka”. Era um espetáculo de diversão de todo o género, cómicos, cantores, bailarinos, concursos e oferecia-se cerveja nos concursos, fogões, tecidos, rebuçados para as crianças... E havia uma marca que até hoje nunca mais esqueci – o vinho SoVin. Faziam-se concursos do mais rápido bebedor de gasosa, de cerveja, ou de SoVin... Havia uma série de empresas que patrocinavam isso e o espetáculo realizava-se todos os Sábados a partir das 15 horas num bairro. Quer isso dizer que, nos novos Municípios de Luanda, de nove em nove semanas, havia repetição de espetáculos. E isso durou uns quatro ou cinco anos, ou mais. Foi uma boa temporada e que deu oportunidade de lançamento de vários nomes que estão hoje na música angolana. E, quando digo isto, esta música angolana está bem enraizada nas iniciativas do Luís Montês. Para além desse espetáculo, que se realizava a cada semana num bairro só (ou largo, ou praça pública onde montavam um palco - que na altura era constituído por dois trailers, duas camionetas que se juntavam -, com colunas inicialmente rústicas, mas aliantes, com aquelas cornetas muito compridas que faziam uma barulheira danada, mas nós nunca tínhamos visto melhor som e aquilo é que era o bom...) Como dizia, para além desses “Kutonokas”, onde o Luís Montês distribuía brindes e punha os artistas a cantar, éramos pagos inicialmente pela NOCAL e ultimamente pelo Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA). Devo dizer que, em paralelo, ele tinha à quinta-feira no “Ngola Cine” o “Dia do Trabalhador”. Nós até dizíamos que o “Ngola Cine” era o “Olympia” de Luanda, porque quando os artistas fossem para o “Ngola Cine” era quase para serem testados e os melhores artistas de cada mês do “Kutonoka” e do “Dia do Trabalhador” do “Ngola Cine” iam desfilarem num espetáculo denominado “Aquarela Angolana”, que era na

primeira segunda-feira de cada mês. Se não existisse o Luís Montês, dificilmente eles chegariam aos êxitos tão cedo. Pode ser que surgissem outros “Monteses”, mas foi aquele que segurou muita gente e era muito amigo de toda a gente. O que eu sei também é que, para além do “Aquarela Angolana” à segunda-feira, do “Dia do Trabalhador” à quinta-feira e do “Kutonoka” todos os Sábados ele tinha uma matinée chamada “Matinée Pop”, ao Domingo, no “Cine Tropical”. Todas as tardes de Domingo, a partir das quatro horas, nós íamos para a “Matinée Pop” onde havia outro género de músicos, outro género de cantores. Era música pop, porque durante muito tempo nós tínhamos os músicos da canção popular, da música popular angolana, e tínhamos os músicos modernos que cantavam os Beatles e imitavam os Rolling Stones, imitavam o Elvis, etc, etc. Desses conjuntos constam “Os Jovens” (conjunto de jovens de música moderna), “Os Rocks” de Eduardo Nascimento, o “The Five Kings” do Melo Xavier, e muitos mais. Estou a falar só de alguns famosos em Luanda. O Jerónimo Belo também tinha um conjunto com o Vum-Vum.... Era uma gama muito grande, havia música para todo o lado. Não é como hoje, em que temos algumas dificuldades. E, para além dessas dificuldades que nós temos, há meia dúzia [de artistas] que aparece sempre; e, às vezes, troca-se o nome de um e os outros são sempre os mesmos. Mas isso talvez seja um defeito de fábrica, ou dos empresários... Mas o certo é que não se está a fazer aquilo que eu penso que devia ser a massificação cultural desse aspeto de cultura de palco. Mas eu devo dizer que, para além disso, havia outros empresários que realizavam espetáculos na Liga Nacional Africana, havia desenvolvimentos de teatro e música também na Liga Nacional Africana, pelo Ngongo etc. Depois tínhamos, todos esses clubes que eu citei e muitos mais, que todos os fins de semana (Sexta, Sábado e Domingo) realizavam uma farra, era assim que nós chamávamos, as farras! No Sambizanga, no “Salão dos Anjos”, toda a malta da Baixa ia para dançar, no “Maxinde” todas as sextas-feiras e Sábados toda a Baixa ia dançar. Vinha gente do estrangeiro.... iam dançar, não iam preocupados com o que se dizia lá. A Polícia é que aproveitava para cangar algumas pessoas no meio daquilo tudo [risos]. A Polícia Política portuguesa é que via um bicho de sete cabeças em cada atitude, cada gesto, cada frase, estavam sempre a apertar-nos. Mas nós tínhamos sempre um álibi, porque quando amadurecemos começamos a ter resposta para tudo. Isso aconteceu no caso dos “Os Kieza”, quando cantaram. Quer dizer, isso nas entrelinhas quer dizer tudo, mas havia temas do “Ngola Ritmos” em que eles [a Polícia] não conseguiam caçar o que se queria dizer nas entrelinhas. O mesmo com outros conjuntos e outros músicos da época. Para mudarmos deste assunto, eu só gostaria de recordar as figuras mais distintas que nós tivemos. Já citei alguns nomes

de conjuntos musicais, e só citei os destacados. Mas também tem o “África Show” que era, dentro dos destacados, um conjunto que conseguiu trazer, pela primeira vez, para a música angolana um teclado. Até então não havia teclas nos conjuntos. Depois surgiram, nessa mesma época “Os Cinco de Luanda”, que tinham vindo do “Os Três de Angola”, o “Trio Silva” Gostaria de não me esquecer de conjuntos como “Os Ases do Prenda”, que gravaram o celeberrimo “Brinca na areia”, que não tinha letra nenhuma, mas fez um sucesso enorme. Depois, como essa música era muito famosa, na altura surge o Dinis, que era o craque (no futebol), que passou a ser cognominado “o brinca na areia”. E ele tinha uma finta especial que nós dizíamos que era o tema “Adió, Adió”, um sucesso da mesma época. Independentemente desses conjuntos, não me gostaria de esquecer dos “Jovens do Prenda”, do “África Ritmos”, falando apenas de Luanda. Em Cabinda tem o “Cabinda Ritmos”. Fui eu que os batizei assim. Eles tinham vindo de Cabinda com o nome de “Los Antónios”, mas quando me arrepiei com o som que eles transmitiram no palco, eu disse-lhes: “Porque é que vocês se chamam “Los Antónios” se [a vossa música] não tem nada a ver com Portugal? É “Cabinda Ritmos!” E daí em diante, o nome ficou.... Os “Super Coba”, também em Cabinda.... Aqui em Luanda ia-me esquecendo do “Ngoma Jazz”, que é uma figura incontornável de quando tivermos de contar a história da música angolana. Os cantores: há o Mário Gama, o Sabú Guimarães – que também tinha um conjunto chamado “Os Cunhas”, que nem era de música moderna nem de música popular angolana, era uma mistura de tudo, o David Zé, o Urbano de Castro, o Artur Nunes, um cantor que dentro da música angolana consegue transmitir um espírito de jazz (filho de um tripulante norte-americano que desembarcou aqui em Luanda, conheceu uma preta bonita aqui no Sambizanga e nunca mais voltou para os Estados Unidos). Outros nomes importantes antes e depois da independência: Carlos Lamartine, Bonga, Carlos Burity, Carlos Baptista. E há casos em que temos de fazer uma vénia ao recordar os seus nomes: é o caso de Alberto Teta Lando, é o caso de André Mingas, é o caso de Rui Mingas, que vêm desde o tempo anterior à independência e passaram para cá sempre a fazer sucesso. Eu já falei dos “Ngoleiros do Ritmo”, onde eu era o vocalista, não já? [risos]. Houve um hiato muito grande, houve um hiato muito grande. Eu não falei ainda da Belita Palma, da Lourdes Van Dunem e de outros nomes antes, mas essas duas figuras, a Belita Palma, a Lourdes Van Dunem e, quiçá, Lilly Tchiumba – qualquer delas já morreu, foram nomes que marcaram, e de que maneira, a música angolana. Havia uma quarta moça... a Maria da Conceição Legot, que está em Paris ainda, que formou com a Lourdes Van Dunem e a Belita Palma o primeiro trio feminino que eu conheci. Depois o que é que acontece, logo a se-

guir à independência? Nós vínhamos com uma pedalada extraordinária de atividades; havia muita gente que vivia só da música; felizmente nós, os Ngoleiros do Ritmo, nunca vivemos apenas das músicas. Um ou outro indivíduo que trabalhava menos... mas sempre tivemos os nossos trabalhos, eu sempre estudei, e a maior parte deles eram despachantes oficiais bem dignificados na sociedade trabalhadora. Mas tínhamos atividades quase todos os dias, ou pelo menos todas as semanas, porque esses Centros Recreativos de que eu falei não se exibiam só ao fim de semana; havia muitos deles que até selecionavam: à quinta-feira era o “Giro-Giro” também era o “Bragueis” no Sambizanga, à sexta-feira era o “Salão dos Anjos”.... e eles distribuía-se assim. Ao fim de semana é que eram todos, então havia sempre trabalho para todos os músicos da época. De repente, há a Revolução, há o 25 de Abril, há aqui os ditos “políticos de passagem”.... Não me estou a referir aos políticos que vinham mesmo do interior do país, que vinham do Maquis, não.... Assim de repente muitos já eram políticos, não é?... Então esses passaram a fazer espetáculos só do tipo trova, tipo “mensagens”. Ficou na moda cantar contra o colono é que estava bem! Atacar é que estava bem! Chamar nomes é que estava bem! Então toda a vida lúdica que nós tínhamos nas festas desapareceu; então começámos a cantar com o punho fechado e a levantar o braço no ar. Ora isto tudo, este espírito, envolveu os comerciantes que faziam os Centros Recreativos, que faziam os Salões. Essa movimentação toda deixou de existir, os conjuntos deixaram de aparecer, muitos deles pararam radicalmente. Hoje ainda sobrevivem os “Kiezos” e os “Jovens do Prenda”, mas uma gama grande, os “Águias Reais”, “Merengues”, os próprios “Ngoleiros” ainda fizeram mais algum tempo e depois retornaram as atividades, mas depois a malta começou a envelhecer e já não dava para perdermos muito tempo... Quando ocorre a independência, já aqui em Angola, naquele período entre o 25 de Abril e 11 de Novembro de 75, foi um período em que todos fizeram um break. Só alguns de nós é que pegaram em canções, foi cantando “Desculpa eu vou duvidar / Acaso se esqueceu de nós...” para nós nos enquadrarmos naquele movimento de trova, de mensagens, de canções de intervenção. E isso ocorre com uma décima parte dos artistas existentes até então. Aí surgiram nomes que não eram nada antes e que marcaram muito aquele tempo. Temos o Santocas, que até então era um artista mais ou menos fusco e quando ocorre o 25 de Abril e as makas internas que nós tivemos aqui, as guerras internas, ele surge como uma estrela brilhante a cantar “O Massacre de Kifangondo”. E outros: o Pioneiro Zeca, etc. Como o Santocas, surge esse trio: o David Zé, o Urbano de Castro e o tal Artur Nunes. Quando eles surgem, surgem já enquadrados nas FAPLA, a maior parte deles, e a cantarem pelas FAPLA músicas que

nem todas hoje dariam para a gente difundir porque atacavam tudo e todos. Por uma questão de decência e de não levantar mais o fundo de pó que está no tanque, é melhor.... Essas músicas, que são muito bonitas, mas são dirigidas, naquela época, todo o mundo saltava de contente e aplaudia com o braço no ar! Essa época resulta em que, depois da independência, se começa a fazer só espetáculos de revolução, só com palavras de ordem. Havia artistas que ouviam um discurso do Presidente Neto, pegavam no discurso e cantavam. Quase que não tem, não tinha nem poesia, nem rimas, era só agradável de se ouvir porque, estava a repetir a mensagem que o Neto tinha passado. Não tinha harmonia. O próprio Neto gravou um disco com a sua poesia, [e] ninguém pegou na poesia dele para fazer... [música], salvo raras exceções, que é o caso do Rui Mingas, do Mito Gaspar que cantou muitas músicas bonitas na base dos poemas de Neto e, ultimamente, o cantor Dom Caetano. O Calabete também pegou, mas o Calabete foi mais discurso do que poesia, de facto. Mas há um conjunto enorme de artistas que se foram distinguindo até que, paulatinamente, fomos reencontrando formas de estar para voltarmos às atividades lúdicas. Hoje marca, e muito bem, é pena que seja só um salão a fazer aquilo, o “Caldo do Poeira” no Kilamba que, embora para algumas análises seja um bocado forte, um bocado pesado, é uma forma de a gente com saudade recordar temas anteriores à independência. A gente sente que é uma gama de artistas que passa por lá e que, de facto, nos faz recordar uma época áurea da música angolana. A música angolana, por sua vez, hoje está a ser interpretada [de modo] um pouco precipitado. E digo precipitado porquê? Há um ritmo muito famoso que a juventude gosta [Kuduro], e já identifica Angola também lá fora, que começou muito mal, porque as primeiras intervenções tinham nas entrelinhas muitos disparates, frases que não eram decentes de serem ouvidas. Mantém o erro, ainda, que a gesticulação das danças deles não está muito de acordo, pelo menos com a minha forma de ser. Eu não detesto os Homens [os kuduristas], mas não apoio.... E erradamente, contra o que eu estou a dizer, eu fui dos indivíduos que pegou no primeiro kudurista e pus na televisão com o Beto Gourgel. Mas nunca, jamais, me passou pela cabeça que, logo a seguir, surgissem escândalos nas suas formas de estar e de interpretar. O Kuduro, para quem queira saber, é consequência da Kazukuta ou da Kabetula; tem aquele andamento, aquela batida que é a mesma das nossas danças. Por isso, o Kuduro é um ritmo angolano! Se mais estilizado, menos estilizado. Agora, os kuduristas não cantam; falam. E isso não é o crime total; desde que agrade, está lá. Eu agora também já estou como dizia o falecido Beto Gourgel: um indivíduo daqueles não pode ser meu colega! Como é que pode ser meu colega? Se eu me preocupo em cantar, em aprender. Aprendi música,

aprendi o que foi possível dentro da literatura musical, dentro dos instrumentos musicais. Como é que eu hoje vou dizer que o fulano de tal que chega lá, grita, salta, mexe as ancas... Eu também mexo as ancas, mas, penso eu, com uma certa decência e explico com o meu dançar o que é que eu pretendo. Mas tem casos raros de kuduristas, tem casos que são fenómenos de público, de simpatia, popularidade e quase todos os anos aparece sempre um que marca. Por isso é de se aplaudir este ritmo que é nosso, mas deviam ser um pouco mais educados. Deveria haver alguém que procurasse educá-los, mais conselhos do próprio Ministério da Cultura, mais orientação para as meninas que, às vezes, não estão ali a dançar, estão a exercitar um ensaio para quando quiserem se multiplicar. E eu acho que se pode evitar isso. Eu estou a recordar-me que Sua Excelência, a Ministra da Cultura, há bem pouco tempo aconselhou as meninas a vestirem-se melhor, estão muito despidas, a evitar certos gestos. Há aqui um pormenor que é importante, e eu digo isso pela minha idade, os meus cabelos brancos. Todos os kotas contestam o trabalho dos jovens, quando estes não estão a fazer de acordo com o que o kota quer. E quando nós éramos miúdos, também, e dançávamos, saltávamos, também éramos contestados. Mas com o tempo fomos tentando corrigir; e é isso que eu peço que façam os jovens do Kuduro. Não quero dizer que eles são *sui generis* nos erros; nós também cometemos muitos erros e estamos com vontade de acompanhar e melhorar o trabalho desses nossos jovens. Quando eu vejo o Nagrelha que, até se casou há bem pouco tempo com uma sobrinha minha, quando eu vejo aquela população toda a gritar, eu digo para mim mesmo: “Aquele meu sobrinho, podia pelo menos cantar!” E depois há uns termos que eles usam, os “bifes”, mandam uns “bifes” uns contra os outros, e parece que aquilo é que dá o delírio nos fãs de uns e de outros... Bom, façam os “bifes”, sim senhor, mas façam com cortesia, não pode ser com tanta asneira... O Nagrelha é o caso mais raro neste momento, mas no próximo ano pode ser outro. Nós tivemos o Dog Murras durante muito tempo, que era um sucesso absoluto. Muitas vezes, quando programei vários espetáculos com ele, punha sempre o Dog Murras sempre a encerrar o espetáculo. Hoje, tem de se fazer isso com o Nagrelha porque, se se fizer ao contrário, ele já provou nos espetáculos que fez – como na Marginal da Praia do Bispo –, que quando ele sair, diz “Meus senhores, eu vou embora, venham comigo” e, passados cinco minutos, o espetáculo ainda não tinha acabado, e o Paulo Flores, quando foi cantar, e outros moços que foram cantar depois dele, não tinham lá ninguém. Agora, o Paulo Flores tem outro nível, tem outra bagagem musical e canta! Temos de fazer as coisas de forma a colocá-las nos seus devidos lugares e na hora certa. Eu gostaria também de lembrar uma coisa: hoje, com esta sujidade de algumas inter-

pretações que vemos, de determinados géneros musicais... a sujidade da cidade está uma vergonha. Não, eu não me posso rever nos hábitos e costumes que se criaram na nossa cidade. E não me posso rever porquê? Quando eu era miúdo, garoto ainda, gostava sempre de comprar doces na rua. Pedia sempre um escudo, cinco tostões ao meu velho para ir à Tia Chica Kayoyo nas Ingombotas comprar um doce, uma queijada... Já na minha puberdade, quando fosse à Igreja de São Paulo à missa – saía do Marçal e ia à Igreja de São Paulo – chegava à minha mãe e pedia-lhe dois e quinhentos para comprar as queijadas que os cabo-verdianos faziam ali no Marçal, ou côco ralado. E, de facto, esses doces eram o que via a ser vendido e a ser consumido na rua. Porque quem passava a vender na rua era o pregão do peixe, era o pregão da fruta, era o pregão da cola e gengibre e mais nada. Até a kissangwa da Dona Rosa do Marçal... Nós íamos ao Campo do Marçal assistir aos jogos e depois íamos todos beber a kissangwa dentro do balcão da Dona Rosa - como se faz em Lisboa; vai-se tomar a ginginha dentro do balcão da ginginha, ali no Rossio ou no “Eduardinho”, ali no beco das Portas de Santo Antão. O que é que aconteceu? De repente, nós começámos a herdar hábitos e costumes que eu vi no Congo. Vi em Kinshasa, no Matongué, pessoas numa barraca com um muro baixinho em que punham as panelas com todas as comidas – não interessa agora a qualidade da comida, são os hábitos e costumes, cada um come o que gosta. É a forma como eles estavam a vender ali. Um banco ou uma mesa ao lado da rua e comíamos ali os petiscos. Isto foi trazido para aqui. A primeira vez que fui a Kinshasa encontrei à venda aquilo que eles chamavam kamundele, uns rojões de porco, que nós hoje aqui chamamos “pinchos” ou torresmos, e aquilo era vendido lá em qualquer esquina. E havia ruas em Kinshasa – vou exagerar para terem a noção – do tamanho da Avenida Brasil, mas mais estreitas, que dos dois lados tinham gente a vender quase a mesma coisa. E aquelas pessoas vão para lá todos os dias. Esse hábito e costume é que foi trazido para aqui. Nós andamos aflitos a correr com as zungueiras, mas uma boa parte das zungueiras trouxe esse hábito lá de cima do Congo. E não só lá em cima; encontrei também aqui na Zâmbia, hábitos e costumes semelhantes aos do Congo, encontrei na Etiópia a venderem comida na porta. São hábitos e costumes. Não, eu não me posso rever nos hábitos e costumes que se criaram na nossa cidade.

Troufa Real.

Luanda, 10 de junho de 2010.

Lisboa, 15 de janeiro de 2020.

Angolano (1941) – Arquiteto. Especializado em Arquitectura e Urbanismo com obras edificadas em Portugal, Angola, Macau e México. Diplomado na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em Arquitectura e na Architectural Association, Londres. PhD na Faculdade de Arquitectura / Universidade Técnica de Lisboa e Professor Catedrático na Faculdade de Arquitectura / Universidade Técnica de Lisboa. É Membro: Architectural Association de Londres (AA) N° 19939, Ordem dos Arquitetos de Portugal N° 464, Ordem dos Arquitetos de Angola N°429. Presidente da Fundação Troufa Real—UKU-MA, com sede em Angola e várias delegações em Países Tropicais. Professor na Faculdade de Arquitectura de Lisboa e na Universidade Moderna.

Quando se pensa futuro a partir do passado este futuro já é passado também ... vou fazer setenta anos, estou naquela idade bonita, que é um número muito interessante, sessenta e nove anos... Mas o problema é saber onde se constrói os edifícios altos, que é a única dúvida que está por esclarecer em Luanda. Para já, não se fez um único edifício alto. Estão-se a fazer prédios altos, e os prédios altos que se estão a fazer fazem-se como antigamente, como quando eu estava no Gabinete de Urbanização. É uma questão de compromissos, permutas, investidores, empresários, invenção do arquiteto, com várias condicionantes que têm que ser respeitadas: não perturbar a vizinhança, respeitar a servidão histórica, garantir estacionamento (graças a Deus que os automóveis vão desaparecer!). Eu próprio já tenho um que é metade dos outros, é um carro elétrico, barato, para duas a três pessoas e é bestial! Vocês vão ver que andamos a gastar os últimos carros que poluem a cidade e que andam por aqui maiores que elefantes. A frase é de Vasco Vieira da Costa: vocês estão a meter elefantes na baixa! Qual é a parte da cidade de Luanda interdita aos automóveis? Pedonal, como há no Rio de Janeiro, em Shangai, em Nova Iorque, em Lisboa? O Rossio liga à Praça do Comércio por uma rua onde se andou a cavalo, de elétrico, andou-se de automóvel, hoje é dos peões. Eu pergunto qual é a rua pedonal em Luanda? Onde está a decisão escrita ‘a partir de hoje, as pessoas só vão à Ilha a pé’, ‘a partir de hoje, a Rua dos Mercadores passou a ser pedonal’; a partir de hoje, a Baixa, ou certos largos são pedonais’? Todos temos culpa! Não vale a pena atirar a culpa para os outros, porque nós sabemos que quando houve a proposta de fazer as ilhas na Baía, Luanda levantou-se. E por esse, eu diria movimento espontâneo, foi ponderado encontrar uma solução o mais equilibrada possível para alargar a marginal, transformar a marginal num centro mais cívico para as pessoas e abrir o canal entre, que é uma coisa que parece que não vai acontecer, mas que vai acontecer, a laguna da Chicala à Baía sob pena de se estragar a fauna marítima de uma e de outra, desde o Mussulo e acabar com a Ilha de Luanda e com o Porto de Luanda e com tudo. Todos nós sabemos que isto está garantido, através de serviços competentes, designadamente o MINOP e o MI-

NUC. Já se está a ver o viaduto a nascer, e vai haver a ligação. Quero dizer-vos que foi a preocupação, já disse, Luanda serviu a Colónia, Luanda serviu a rainha Njinga, Luanda serviu os colonos e os indígenas, Luanda serviu a libertação, Luanda serviu a resistência na guerra, nunca parou. Nunca parou! Não há estagnação nenhuma... Luanda nunca parou, nunca estagnou. Isto custa muito ouvir às pessoas, mas estou preparado para me defender e provar: Luanda evoluiu sempre, porque as pessoas evoluíram sempre. As pessoas sobreviveram, o coração não deixou de bater, das gentes. Uns destruíram árvores outros plantavam árvores, uns vinham para negociar bananas, julgavam que isto era uma república de chouriços, foram-se embora e outros produziram. Uma pessoa vai ao Pango Aluquem e vê aquelas mulheres nas lavras. Anda-se por toda a parte. A guerra também nem foi uma razão de nada, porque a guerra também não parou as pessoas. Formaram-se muitos jovens, mesmo durante a guerra nacionalista. Houve gente boa aluna, meus colegas aqui no liceu, que foram tirar cursos, e eu só falo do MPLA, porque é único que me interessa e que sei, não falo do que não sei, com o país em guerra, que foram tirar cursos superiores para toda a parte do mundo, tantos que se formaram. E não parou. Chegaram com mais força, com mais cultura e continuaram. Nem nunca foi pretexto para os militares, isso é conversa fiada de professor universitário e de oportunista de Gabinete Técnico, que quer ganhar concursos de fazer prédios a dizer que 'isto esteve estagnado e agora estamos aqui nós para pôr a andar'. Não! Eles querem é ganhar dinheiro e isso é outra história. Também é uma legitimidade, que só aceita quem quer, porque eu tenho o direito de escolher. Como dizia, porque é um património mundial, onde há torres altas com mais de mil anos feitas pelos chineses, com mais de trinta andares, há templos, onde houve o Colosso de Rodes etc. e, se eles andam a construir em altura, será que são atrasados mentais? Será que não estão a respeitar o património ao lado? Será que não? É que, de facto, porque vive-se melhor, estraga-se menos terra. Uma das coisas da "sustentabilidade" é não destruir terra e é reciclar a cidade, aproveitar as zonas industriais que foram abandonadas para fazer novas coisas e aproveitar os bairros antigos, esta coisa de pegar em pessoas e atirar para longe, os realojamentos, as pessoas não vivem mal porque têm más casas. A imprensa esteve lá uma vez e respondi a isso: em 42, o Plano do De Groer e Moreira da Silva do Ministério das Colónias faz o desenho da circunvalação, a chamada via rápida, depois temos em 52 o Plano de Vasco Vieira da Costa, depois temos em 62 e 63 o Plano do Carvalhinho já não colonial mas o Plano da Província Ultramarina, que já não promovia a diferença entre brancos e pretos como mostram as estatísticas e que se diziam os indígenas e os colonos e passou-se a tratar de uma forma económica, o Plano

de Fernão Lopes Simões de Carvalho, eram as classes mais abastadas a classe média burguesia, classe dois e a classe três economicamente débeis, e quem é que estava na esfera económica menos favorecida, obviamente os negros. Houve depois o Plano Diretor de 73 publicado em Diário da República onde o meu nome está lá, feito por gente dos quais alguns ligados ao MPLA, eu era um deles, o Rodrigo, o Sebastião Soares da Silva, o senhor Luís Soares da Silva, o Campino católico amigo do Cardeal Nascimento, o Vasco Vieira da Costa com quem fundámos o primeiro Sindicato dos Arquitetos. Quem ganhou as eleições fui eu, mas eu dei o lugar o Vasco Vieira da Costa, eu fiz o movimento aqui com Vasco Vieira da Costa e outros, para a criação da Faculdade de Arquitetura que até hoje ainda não foi criada chama-se Departamento de Arquitetura da Faculdade de Engenharia, ainda está para ser criada a primeira Faculdade de Arquitetura, porque pensam que Arquitetura não é cultura que é um problema de Engenharia, não quero criticar os grandes professores que a Escola tem e que andam a dizer isto há muitos anos como o Chico Zé, gente que debate isso há muitos anos e parece que a cidade só tem problemas de trânsito, não compreendem que o povo ainda hoje vai a pé para o trabalho. Antigamente, também nós, descíamos dos Combatentes para a Marginal íamos ver as montras, passear, naquele tempo. Não quer dizer que naquele tempo era melhor que hoje, que fique aqui bem claro porque eu só falo de futuro, gosto de livros de história comecei agora a ler um livro uma publicação da Chá de Caxinde sobre o Mário de Andrade, meu companheiro, meu amigo, curiosamente no livro vem lá uma lição que aprendeu na Escola de Belas Artes onde eu era Diretor do Departamento de Arquitetura e no primeiro curso de Arquitetura Tropical foi dar uma Aula, como foi o António Monteiro, o Ilídio do Amaral, sobre o modelo de crescimento urbano, e convidei-o para dar porque: a cidade são as pessoas! Em Luanda existem as paralelas, a da Samba, a do Aeroporto, a Avenida dos Combatentes até ao Kinaxixi e a paralela, que é a chamada da Cuca. As cinco saídas para as cidades satélites: a estrada de Catete, estrada da Samba, estrada do Cacuaco (da Boavista), a dos Mulemvos, foram cortadas, da Cuca etc., etc., o que é impressionante é que todas vão dar à Mutamba, a ex Brito Godins, tudo vai lá parar. E até há uma coisa estúpida, por exemplo, ao lado da Igreja do Carmo tem duas ruas que vão dar a uma rua só, portanto juntam-se! É a partir da zona do Cazenga que começam a fazer a reticula. A cintura verde, antes, do Moreira da Silva e do De Gröer são os eucaliptos ali no Marçal. A cidade acabava no Kinaxixi, ir à maternidade (hoje Lucrecia Paim) era no Km 5. O Alvalade era um jardim, quem faz o Plano para o Alvalade é o Vasco Vieira da Costa, o Katambor era longe, o Kinaxixi é uma novidade, a Missão Metodista era num edifício em ferro lindíssimo,

americano, estava dentro de uma floresta (com Mafureiras e outras árvores), a Brito Godins era o fim da cidade. O Adalberto Gonçalves Dias decreta a continuação da arcada, ele pertence a um grupo que se chama ODAM, do Porto, quando ele chega vai para aquela direção e manda em tudo. Tem o Sebastião Soares da Silva ao lado dele e uma equipa muito boa. Ele (Adalberto) decreta a arcada, que tem a ver com as arcadas dos anos 30, junto aos Armazéns do Miho (na Mutamba) e outros, que já há poucos e as da Marginal do Vasco Vieira da Costa, tempos depois. Todos os edifícios altos de Luanda são de autor, tinham térceira, com galeria atrás, logradouro para estacionamento, uma coluna com acessos e casas de banho para os trabalhadores domésticos, com os apartamentos com varanda para a frente de rua. Uma coisa curiosa que tinha o Pinto da Cunha, o Adalberto punha a entrada no mesmo plano da galeria, a galeria dava sempre para as traseiras e havia colunas com os depósitos de água, o único que levantava o edifício, com três degraus para as pessoas que andassem na galeria não olharem para dentro (de nível), eram os do Pinto da Cunha (o Prédio do Livro, na Maianga, é um exemplo disso). O defeito das galerias é que as cozinhas associadas à sala davam para as galerias, os quartos davam para a frente. Culturalmente era um contexto pequeno, éramos 18 arquitetos apenas, os de Cabinda, os de Luanda, os de Benguela (três ou quatro) o Castro Rodrigues (fez a Igreja no Sumbe), o Mendes (fez a Igreja em Benguela), no Lobito também, o Taveira casado com uma rapariga filha do diretor dos Caminhos de Ferro, tem uma obra notável, tem uma Tese (no Porto) sobre a Dimba (uma espécie de barco) e depois foi trabalhar no Brasil com o Sérgio Bernardes sócio do Conceição Silva. O Adalberto e a sua equipa do Gabinete é que fizeram os novos edifícios, definem os edifícios na Maianga (na ex Avenida António Barroso), na Avenida dos Combatentes e inclusive os que estão em frente a Clínica Girassol (na Avenida Comandante Gika). Lembro-me dum rapaz, o Faria das forças (como lhe chamavam), alto e malhado, tinha na ficha comunista inofensivo e vai trabalhar lá para a Câmara. Foi todo nervoso pedir para lhe mudarem a ficha, queria apenas ser comunista. Os desterrados em Luanda andavam soltos. A cidade era muito pequena (havia muito poucos habitantes), há uma ordem do Salazar que manda mudar de critérios raciais para critérios económicos, a cidade, do asfalto e o musseque, passa a ser composta por (classe rica, classe média e os economicamente débeis), mas os economicamente débeis, maioria negros, eram famílias muito ricas. Não confundir com a cidade do asfalto onde havia mais pobreza, com soldados, as prostitutas, a malta branca pobre, malta mobilizada (viviam naqueles apartamentos), pagavam pouco. As grandes elites negras viviam já no Bairro Operário, os assimilados, funcionários públicos, (os Mingas, os Vandu-

nens, já funcionários da Fazenda, os Almeidas eram grandes senhores) eram secretários provinciais, o Pinheiro da Silva foi Secretário de Estado da Educação de Salazar não é do Marcelo Caetano. O avô do Toni Burity, que eu conheci muito bem, era Comendador do Vaticano com assento na Assembleia Nacional em Portugal, foi ele que foi com o Franco Nogueira defender as Províncias Ultramarinas às Nações Unidas. Para a malta, isso do racismo não existia. O Sebastião Soares da Silva é meu irmão mesmo, de brincarmos miúdos, o maior enterro que eu assisti foi de um tipo que namorava a Maria (da família dos Morais, ali no terreiro das Ingombotas), em Luanda era tudo terra vermelha batida. A ASFAL foi a empresa que asfaltou a Marginal (primeira rua de Luanda a ser asfaltada, ficava ali num Hotel em contentores que agora é da Sonangol), junto ao Teatro Avenida, que era o Comando dos Bombeiros. Os únicos Teatros à sério que havia era o Tropical e era o Nacional onde é hoje o Chá de Caxinde (eu vi lá o Vilaré e a Mirita Casimiro, a Laura Alves). Eu fui Presidente do Clube Teatro de Angola durante três anos e o meu secretário era o Domingos Vandunem, que depois foi para embaixador na UNESCO. Agora vê a relação que havia de racismo e dessas coisas. Zero! O melhor enfermeiro que havia em Luanda era o Mendes de Carvalho, depois era o pai do Pedro Morais, depois era a mãe do Assunção dos Anjos que era parteira na Maianga (quem é que não conhecia?). Havia respeito.

Eleutério Freire.

Luanda, 19 de setembro de 2013.

Angolano (1940) – Historiador, dirigiu o Gabinete angolano do Conselho Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos (ICOMOS), ligado à Unesco, até ao início dos anos 90.

Em Luanda, se vocês lerem os documentos, há problemas, porque havia buracos, porque havia porcos e galinhas, portanto, a própria geografia, a cidade foi construída muito à balda, não é? Nunca houve um desenho, como Maputo, é uma cidade já muito mais moderna e geométrica, Luanda, era aquela bandalheira do vê-se-te-avias da história inicial, aliás em Angola, os automóveis, a circulação de automóveis começou em 1912 e de comboios pouco antes. Quanto à questão, eu acho que sim, que há algumas áreas da cidade que podem tender, porque ainda não têm nenhuma organização para isso, por exemplo, a baixa de Luanda não tem um número, atualmente, número de restaurantes, cafés etc., correspondentes à massa que aí trabalha. Antes tinha, depois deixou de ter e ainda não recuperou, aliás, eu acho que isso em toda a cidade é um defeito, não há uma correspondência normal entre o número de habitantes ou utilizadores de uma certa área com o número de serviços desse tipo. Acho que a cidade de Luanda ainda não se normalizou, entre o que ela era e o que é agora há um grande desequilíbrio e, em termos de cidade (como um todo), não há um equilíbrio ainda. Então, ruas pedonais e etc., na minha opinião, é sim senhor uma solução, mas aqui ainda não vejo isso, porque não há equilíbrio no centro urbano que hoje temos. Enquanto não estiver reequilibrado, essas outras soluções que estão dentro dos equilíbrios, não encaixam ainda. Na organização da cidade, as pessoas são obrigadas a ir pelas picadas piores, atravessarem, por exemplo entre essas grandes avenidas e ruas, as pessoas abrem picadas, passam por dentro de valas, rios e não sei o quê, para fugir ao trânsito, para ir daqui para acolá, porque realmente há uma pressão do próprio público que tenta abrir caminhos mesmo quando eles não estão. O Arquiteto, o Urbanizador tem que ter essas noções e saber ele próprio pô-las no terreno, o que não tem acontecido. As pessoas vão forçando. Quando se lembrarem, não se esqueçam de me mandar as fontes sobre o primeiro aterro, ok? Eu estou muito curioso de saber qual foi a importância disso, não acho que tenha existido um aterro [sinalizando no seu arquivo], este mapa por exemplo é de 1862, ora aqui já se vê a Igreja dos Remédios, já se vê a distância ao mar. Não há hipótese nenhuma, todo esse território aqui, tem o terreiro, todo esse território aqui estava perfeitamente dentro de terra há muito tempo. E é por essa data que se constitui essa tal rua Salvador Correia, este mapa é pouco depois disso, vê-se pela data. E, quando essa rua foi estabelecida, já havia construções por aí a diante. Portanto, nessa zona, não há nenhuma

necessidade de nenhum aterro há muito tempo. O aterro está mais a frente, o aterro sucessivo, o que se vê aqui é que é aterro, algum que não foi aterro, isto aqui, do azul para o tracejado, é simplesmente erosão, e aí sim houve um aterro para tapar a praia, inclusivamente, que não era usada como tal porque, pelo menos desde o séc. XIX, era lixo, era lixeira, e por isso é que as pessoas, quando quisessem ir à praia, iam à praia do Bispo ou à Ilha. Está aqui, desenhado pelos gajos da época, não fui eu! Eu apenas fiz uma cópia e acrescentei a mudança do perfil da praia (Marginal de Luanda) até ao muro, isso fui eu que fiz.

Jacques dos Santos.

Luanda, 16 de setembro de 2010.

Angolano (1943) – Editor, cronista e escritor. Foi Diretor Administrativo e Diretor Técnico da ENSA - Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola. Foi deputado à Assembleia Nacional, pelo círculo Nacional do MPLA, entre 1994 e 1995. Sócio fundador da Associação Cultural Recreativa “Chá de Caxinde”, criada em 1989, dirigindo o boletim de Letras, Artes e Cultura, intitulado “O CHÁ”. Presidente do Conselho Diretivo, é responsável por muitas das iniciativas culturais, políticas e sociais que se realizam em Luanda. Em 1994 e 1995, colaborou no Jornal de Angola e posteriormente passou a assinar a coluna semanal “Jacques Tou Aqui!”, no Semanário Agora. Membro e Secretário para as atividades culturais da União de Escritores Angolanos, empenhado na divulgação literária e cultural, fundou, em Luanda, a editora Edições CC -Chá de Caxinde.

O sentimento do angolano em relação aos seus concidadãos e sobre aquilo que se projeta para o seu futuro. Em Luanda, essas diferenças eram evidentes nos mais diversos aspetos, na cultura, no desporto, enfim na vida social, nós sentíamos todos os dias essa diferença. Via-se claramente a medida em que a cidade crescia e ia se desenvolvendo, quando dizem que Portugal fez, mas quem é que construiu esta cidade? Quem é que fez erguer estes prédios todos? Eram pedreiros negros, pedreiros angolanos, carpinteiros, mestres de ofício. E hoje o que é que se verifica, para esta nova cidade que se está a construir, esse crescimento e não sei quanto, têm que vir pedreiros de fora, temos que pagar valores exorbitantes a esses operários que nós tínhamos aqui em grande quantidade. Este é um fenómeno que os sociólogos e as pessoas que estudam estes fenómenos das transformações das sociedades têm que ver, porque nós tínhamos, efetivamente, e bons. Pergunto: eles não poderiam continuar a ser formados, acho que há até tentativas, serem pagos tão bem como são pagos os estrangeiros, porque de facto esta cidade não foi feita por mais ninguém, foi feita por angolanos. Agora estão os chineses, esses todos que andam por aí, mas pronto! A vida é outra, o mundo transformou-se então temos que nos enquadrar. A apropriação da cidade do asfalto, isso foi uma época trágica, digamos assim, mas que tem que ser compreendida perfeitamente. Luanda era uma cidade bonita, linda, onde cresci, era o orgulho dos portugueses, porque de facto tinha um ritmo de crescimento enorme e estava apoiada e amparada por estudos de crescimento e desenvolvimento, bem feitos, viu-se de um momento para o outro de forma, posso chamar, abrupta, de repente, os portugueses bazam nas condições que nós sabemos e os angolanos começam a ocupar efetivamente as casas que estavam abandonadas. Ora, aconteceu aquilo que temos que entender como natural, pessoas que nunca tiveram uma vivência de habitação, nunca viveram em casas em condições como aquelas que eles foram receber, começaram a utilizá-las mal, efetivamente, e em pouco tempo assistiu-se à degradação de todo o património imobiliário, ou quase todo, da cidade. O que foi muito triste e deveras preocupante. Hoje, ainda temos muitos resquícios dessa época de ocupação anárquica, é evidente que hoje vamos dizer, e apontamos,

é natural, todos estávamos a aprender. Os governantes, os governados estávamos a viver uma época nova, um período novo das nossas vidas que se pagou caro é evidente um preço extremamente elevado que ainda hoje é triste nós observarmos que a grande maioria dos prédios dessa altura não têm elevador. Os elevadores estão todos estragados! É triste, trinta e tal anos depois ainda termos que assumir isso e constatar que de facto foi feito. Mas meus amigos, o que é que nós vamos dizer? Era o que tinha que ser. Pela independência, os sacrifícios valem todos. Mas de facto eu, hoje, aos meus sessenta e seis anos, gostaria de poder subir os quatro andares que tenho que subir num elevador e não, tenho que galgar aquilo todos os dias e começo a sentir-me cansado. Esperamos é que estes grandes prédios que estão agora a crescer aí como cogumelos, nalguns casos ainda bem, noutros casos nem tão bem assim, tenham pelo menos elevadores e que nos permitam sonhar que a gente possa deixar os prédios sem elevador para ir viver nesses prédios, se os preços, se as condições permitirem que a gente possa, quando a gente é a grande maioria do povo angolano, possa usufruir efetivamente do conforto desses imóveis que a gente vê aí a crescer. Eu acho que o Manuel Rui Monteiro, que eu considero um dos grandes nomes da nossa literatura, foi muito feliz naquela criação, não é por acaso que o Quem me dera ser onda é hoje um livro conhecido internacionalmente, que é estudado em várias universidades, de facto ele com propriedade e de uma forma muito inteligente, soube retratar aquela época de destruição, digamos assim, de ambientação da população a novos métodos de vida, a novas vivências. Também ele retrata o Carnaval daquela altura e como o Carnaval é um movimento de massas extraordinário e é, portanto, um ato cultural de grande importância para o nosso povo, acho que podemos falar um bocadinho efetivamente das diferenças entre o Carnaval da Vitória retratado pelo Manuel Rui e aquilo que é o Carnaval de hoje. O Carnaval é uma festa, vocês sabem, eu estou intimamente ligado, porque represento esta Associação Chá de Caxinde e há dez anos que a associação se envolveu conscientemente neste movimento do Carnaval e sem vaidade eu digo isso, acho que demos um contributo muito valioso para que o Carnaval de hoje possa começar a sonhar, efetivamente, um Carnaval de grandeza, de espetacularidade, pronto teve que partir de um principio, teve que se abanar as estruturas e as mentes de algumas pessoas e não estamos arrependidos de o ter feito. Acho que demos um contributo à nação, à cultura e hoje estamos a ir em frente. Começamos timidamente como apoiantes do União Mundo da Ilha que era já um grupo tradicional, de respeito e, às tantas, os nossos sócios: porquê que não fazemos o nosso próprio grupo? Em 2001, nós criamos o nosso próprio grupo, os Unidos de Caxinde. Vamos no próximo ano fazer dez anos

que andamos nisso já ganhamos duas vezes o Carnaval, já ficamos três vezes em segundo lugar, acho que é muito bom. Em relação ao Carnaval nós estamos a tentar já há uns anos e acho que vamos conseguir, nós queremos que estes jovens que todos os anos estão aqui, estão connosco e dão o seu melhor e que se habituaram também já a gostar da Chá de Caxinde. Vamos criar uma estrutura, queremos construir a Casa do Carnaval dos Unidos de Caxinde. Onde estes miúdos vão ter a sua sala de estar, de informática (para entrarem na internet), para aprenderem inglês, para terem bons professores de português, para haver corte e costura, para haver umas senhoras que ensinem as estas meninas boas maneiras. Para mostrarmos que o carnaval não pode ser só irmos dançar em janeiro ou fevereiro e fazermos os assaltos e não sei quê mais. O Carnaval pode ter um impacto social muito forte, elevado e até fortalecer a condição, a cidadania das pessoas, porque nos obriga a ser inteligentes, nos temas que a gente faz temos que abordar aspetos históricos, a música, há todo um conjunto de ações que nos vai ajudar, efetivamente, a sermos melhores, se quisermos. É preciso que haja dirigentes atrás que possam, efetivamente, conduzir estas crianças, muitas delas desamparadas, têm um ambiente familiar que não é o mais ajustado e nós tentamos, na medida do possível, desenvolver esta organização, de tal modo que possamos ter proventos, um dia, termos capacidade financeira para sustentarmos essa ideia. A partir daí fazer com que os outros grupos comecem a pensar como nós também, porque é assim, nós não podemos ser uma ilha aqui é preciso que isto se galvanize e que a gente não tenha vergonha de ombrear com outros países em realizações gigantes destas. Temos que ser nós, tem que haver os coreógrafos angolanos, os artistas angolanos, os compositores angolanos que não tenhamos que ir transportar nada lá de fora, como infelizmente se utiliza muito, estamos a ser envenenados pelas culturas estrangeiras e estamos a deixar que isto aconteça à frente dos nossos olhos, não há medidas, eu sei que há a globalização, mas temos que ter defesas. Eu também sou adepto, sou partidário de que é preciso conhecer o mundo, que é preciso conhecer as outras realidades, as outras culturas, fazer intercâmbios, mas temos que ter sempre em primeiro lugar pôr o nosso em relevo, não é fácil, mas não deixo de alertar contra os perigos que outras culturas possam, efetivamente, trazer, se não nos soubermos defender, não estivermos equilibrados. Isto é apenas um desabafo, sabemos que partimos numa condição de inferioridade, somos um país jovem, recente, que se quer destacar.

Jorge António.

Luanda, 14 de setembro de 2013.

Português (1966) – Cineasta e diretor de cinema. Foi membro do júri ICAM no Concurso Selectivo às Co-Produções em 2004; membro do júri ICAM no Concurso Selectivo a Co-Produções com países dos Palop's em 2004; membro do júri oficial do Festival Caminhos do Cinema Português 2006; membro do júri ICAM no Concurso Festivais de Cinema 2006; membro do júri oficial dos Encontros de Viana – Cinema e Vídeo 2008; membro do júri oficial FESTJovem 2009. Foi também entre 2007/2009 consultor para os assuntos internacionais do Instituto Angolano de Cinema, Audiovisual e Multimédia e Membro da Comissão Organizadora do 1º Festival Internacional de Cinema de Luanda (2008). Coordena e programa em Lisboa desde 2012 a Mostra de Cinema “Olhares sobre Angola”. É, também desde 1995, o Produtor Executivo da Companhia de Dança Contemporânea de Angola, da coreógrafa e investigadora Ana Clara Guerra Marques, organizando e produzindo Workshops, Espectáculos e Tournées em países como Angola, Portugal, Polónia, Índia, Gabão, Camarões, Congo, Senegal, China, Coreia do Sul, Cuba, Israel, Espanha, Itália, Brasil, Holanda. Moçambique, Burkina Fasso.

Apesar de eu não ser angolano, Luanda acaba por ser a minha segunda cidade, porque na realidade há mais de vinte anos que eu ando por aqui e ando a filmar Luanda. O cinema Miramar [local da conversa] é um dos meus sítios preferidos em Luanda. A primeira vez que eu cá vim, a primeira vez que eu andei a escolher locais de Luanda para o filme, para o Miradouro da Lua, um dos sítios que eu escolhi foi o Cinema Miramar. Na altura ainda tinha a projeção de filmes, era um sítio muito agradável, que eu acho que é um sítio que corta, como toda a gente sabe, corta a paisagem, é um ecrã enorme que fica no meio da paisagem onde se vê a Ilha, o mar etc., que é uma coisa pouco vista noutros locais do mundo, noutras cidades do mundo. Eu fiquei fascinado com isso na primeira vez que vim a Luanda e conheci o Ciné Miramar, disse isto é fantástico, ou seja, a arquitetura (modernista) deste cinema é fantástica. É brilhante! É um dos sítios que eu gosto mais, há também outro edifício que eu gosto muito que é o Banco Nacional de Angola, na Marginal, acho que é dos locais que eu gosto bastante em Luanda, aliás, é curioso que uma das coisas que me lembro, as diferenças da cidade nestes últimos vinte anos. Na altura para o Miradouro da Lua, nós filmamos em 1991, um bocadinho antes das primeiras eleições livres, há um plano em que os personagens vêm num jipe e dão a curva, ao pé do BNA. E no outro dia estava a falar com alguém sobre isso, não havia trânsito, era só o jipe de cena mais um carro, nem era preciso a polícia parar o trânsito, era só deixar ir. O jipe vinha, passava mais um carro, e estávamos a falar disso, alguém da Trienal, os filmes vão passar na Trienal, alguém dizia ninguém vai acreditar nisso! Não achar que tu paraste o trânsito para filmar. É verdade, ou seja, em vinte anos esta cidade deu um salto, mesmo em termos populacionais, muito grande e na altura era incrível. Eu lembro-me de morar na zona do Maculusso, ir à praia e vir a casa almoçar, por exemplo, ou entre o trabalho ir dar um mergulho e vir pra cidade. Hoje em dia é impossível, hoje ninguém consegue fazer isso! Demoras uma hora para descer a Mutamba e mais uma hora pra subir, é incrível. Então eu acho que, ao longo destes últimos anos, culminando no último documentário que eu fiz

sobre o Tio Liceu dos Ngola Ritmos, sobre esses bairros míticos do pós-colonial e de antes da independência, o bairro Operário etc., todos esses bairros que faziam a ligação entre a cidade e o musseque, até ao meu documentário sobre o Kuduro, Fogo no Musseque, em que eu tive também outra percepção e outra experiência que foi andar com os músicos do Kuduro nos musseques, foi aí que eu percebi que é, apesar desses bairros terem sido construídos nesse período da guerra civil, nesse período em que as pessoas vinham das províncias, vinham de fora e se estabeleciam aqui nas zonas periféricas da cidade, há uma coisa que eu percebi que é, há uma criatividade muito grande na população angolana, na população que se estabeleceu aqui à volta de Luanda. Essa criatividade, eu percebi logo desde o início, as pessoas são realmente criativas talvez pela necessidade que tiveram em superar algumas dificuldades durante esse período da guerra etc., então eu acho que isso é visível nos musseques. É visível nas cores das casas, é visível na forma como as janelas estão dispostas para a rua ou para as outras casas, é visível em tudo isso! Isso revela, à partida, quase um instinto de sobrevivência urbana. Isso eu acho que é muito interessante. Ao contrário, por exemplo, uma das obras que menos gosto na cidade é o edifício da Fazenda (hoje Ministério das Finanças) na Mutamba. Foi um edifício planeado para um clima tropical, por isso é que tinha aquelas aberturas para a circulação de vento e eu acho de muito mau gosto, pessoalmente nunca tive de dizer isso as pessoas que trabalharam nesse projeto, que até são pessoas que eu conheço, mas não faz sentido estarem a fechar um edifício que foi preparado de um ponto de vista não só estético, mas também funcional, fecharem com vidros e colocarem ar condicionado. Especialmente numa época em que um dos problemas mundiais, uma discussão a nível mundial é exatamente os recursos energéticos do planeta terra, onde se fala do aproveitamento da luz solar, dos ventos, das marés etc., em Luanda, fazerem isso no edifício da Mutamba e, consequentemente nos novos arranha-céus que estão a construir na cidade é a mesma coisa. São edifícios fechados em que o terraço é um amontoado de ar condicionados e aparelhos e isto e aquilo. Para um clima tropical, acho que isso não faz sentido. Eu percebo que acima de tudo são interesses económicos que movem estas transformações, mas eu acho que fazia mais sentido as pessoas das diferentes áreas de responsabilidades, as pessoas sentarem-se e pensarem que cidade é que nós queremos! Luanda é uma cidade que está em reconstrução, aliás, o espaço está a estender-se para fora das áreas limítrofes de Luanda, mas realmente o centro da cidade acho que não está a ser bem pensado! Acho que está a ser descaracterizado de alguma forma, não tenho nada contra a inovação, as novas construções, acho que há edifícios até muito interessantes, eu sou é

contra essa descaracterização quase selvagem de cada um constrói como quer e onde quer e o diabo a quatro. Acho que uma cidade é de todos, é de uma população e há pessoas responsáveis. Por isso é que há Ministro do Urbanismo, por isso é que há Governador da Cidade, por isso é que há Ministério da Cultura. Há uma série de pessoas que têm uma palavra a dizer sobre a forma como se vai dispor uma cidade para a sua população. Eu não vejo na cidade de Luanda espaços verdes, por exemplo. Não vejo nada disso, não vejo jardins, não vejo árvores, não vejo um pulmão da cidade. O único que havia em Alvalade penso que foi privatizado, ou seja, eu acho que estas coisas ao mesmo tempo não fazem sentido para quem quer reconstruir uma grande urbe, neste caso uma grande cidade de um grande país em África. Especialmente porque a cidade está, tem uma baía lindíssima, que está junto ao mar e tudo isso lhe dá uma força diferente que a maior parte das cidades do mundo não têm. Isso são vantagens para o turismo, são vantagens para população local, são vantagens para o país, para toda gente. Por isso estas coisas são de grande responsabilidade, eu acho que não é só transformar por transformar, nem apagar a história do passado. Por exemplo, um dos aspetos turísticos que Luanda devia aproveitar é a baixa de Luanda. Se calhar devia ser recuperada e não totalmente alterada. Recuperada nem que fosse um marco histórico da própria história de Luanda que é preciso não apagar, que é preciso recordar. Foi uma vitória e uma conquista de Angola, a independência é uma conquista, não é? Por isso há alguns pontos que deviam ser preservados, quase como se fossem museus vivos na própria cidade. Isso eu acho que é o mais importante para a cidade. Há um filme angolano que eu gosto muito, de um artista plástico angolano que eu gosto muito, António Ole, que é uma pessoa que eu gosto imenso, sou amigo dele. A primeira vez que eu vi o filme fiquei a pensar na teoria do caos, no que isso poderia implicar e no que isso era transportável para a cidade de Luanda. Estou a falar do filme *O ritmo do Ngola Ritmos*, de 1978, sobre a figura do Tio Liceu e dos outros elementos, ele circulava muito pelo bairro Operário e já nessa altura, poucos anos de independência, ele fez uma coisa muito curiosa, na montagem, durante os depoimentos ou algumas músicas, ele tinha planos de fachadas das casas dos musseques. Fachadas com janelas, portas e o que me fascinou, e ainda hoje fascina, uma das mais valias do filme do Ole é a sensibilidade com que ele captou as cores, enfim, dos pormenores. A última exposição dele, no ano passado, penso eu, em Luanda, o catálogo dele traz imensas páginas com imensas fotos do filme e fotos mais recentes que eu acho que ele continuou, entretanto, a trabalhar sobre essas fotos. Isto para dizer que, na altura, eu, quando vi esse filme, quando vi esse trabalho do Ole, pensei e, quando depois o *Fogo no Musseque*, pensei o que é

o caos? O que é que pode ser considerado a estética do caos a partir desses elementos, hoje em Luanda? Podia ser um bom ponto de discussão: será caótica a forma como Luanda está a ser reorganizada no seu lado urbano clássico? Ou serão caóticos os musseques que estão organizados de uma forma criativa e funcional para a população? Eu não sei o que é que pode ser mais caótico neste momento, obviamente achamos à partida que o musseque não tem condições, não tem água, não tem luz, há problemas de saneamento, etc., etc., mas do ponto de vista de vivência, de partilhar uma casa e ter um sítio para viver eu não sei se é realmente esse caos!

Simões de Carvalho.

Lisboa, 14 de abril de 2008.

Lisboa, 22 de janeiro de 2020.

Angolano (1929) – Arquitecto e urbanista. Entre 1955 e 1956, tirocina no Gabinete de Urbanização do Ultramar, com os arquitectos João Aguiar e Lucínio Cruz. Em 1961, cria o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, que passa a chefiar. De regresso a Lisboa, ingressa no Gabinete de Habitação entre 1967 e 1975, com a condição de retornar a Angola a cada seis meses.

Eu acho que faço arquitetura atual. E o atual é estudar o meio, o clima, os solos e as pessoas. Eu produzo arquitetura de acordo com os meus sentimentos estéticos. Com o programa que me dão eu faço arquitetura. Sai uma arquitetura. Já copiei, no início da minha carreira fazia coisas que eram Corbusianas puras. Mas, é como digo aos meus alunos, não inventem até porque a maioria das coisas já estão inventadas. Se tiverem de fazer o projeto de um hospital vão ver todos os projetos de hospitais que conhecem no mundo. Vejam-nos, visitem-nos, copiem-nos. E vejam se têm alguma coisa a acrescentar a isso. Já muitos pensaram, já muitos criaram, já muitos inventaram. É como dizia catalogar as coisas! Se fiz arquitetura moderna, se não faço! Eu não gostava de fazer telhados, agora faço, eu não faço nada que não seja funcional, a forma que venha depois. É como eu sempre digo, eu nunca me fiquei pelos programas que me eram encomendados, pois para mim não há urbanismo sem arquitetura e vice-versa e sem arte urbana... o resto são teorias que não têm razão de ser. Fui para Paris, à espera de conseguir ir para a Cidade Universitária, mas não consegui. Alojsei-me então lá num quarto que extraordinariamente tinha um pé-direito de 2,26m, que é o pé-direito do “Modulor”, do braço estendido do Corbusier, comecei por resolver isso. Em seguida, procurei o Corbusier, no seu escritório na Rue de Sèvres, que na altura era perto da Escola de Belas Artes, mas não o encontrei. Pus-me logo na Escola de Belas Artes à procura de mais informações, foi então que falei com uma rapariguinha “Vim de Angola, vim para aqui a sonhar que ia trabalhar com o Corbusier e afinal está em Chandigarh” – estava a fazer a célebre capital do Punjabi – e ela diz-me “Porque é que não vai falar com o Wogensky? Talvez tenha sorte... vai agora iniciar-se o projeto do bloco de Berlim...” – o André Wogensky era colaborador do Corbusier e fazia-lhe os projetos de execução. E era isso que me interessava, eu queria trabalhar em projetos de execução, estava cansado de coisas velhas. Já tinha rejeitado propostas de arquitetos que queriam que eu fizesse reconstruções de edifícios, mas eu fui pondo as pessoas de parte “Eu quero é coisas modernas”. Comprei logo várias revistas da “Architecture d’aujourd’hui”, as que tinham a publicação do bloco de Marselha, e comecei a estudar aquela brincadeira do duplex, como é que aquilo se compunha e funcionava. Quando o Wogensky me recebe, eu digo-lhe logo

“Olhe, eu não quero ganhar nada, quero é trabalhar e aprender”. Mostram-me um programa que dizia: tantos A1, A2, T3... O A1 era só um estúdio, o outro era outra coisa qualquer, uma composição dos diabos, só com letras, para eu fazer o raio do projeto... Claro que eu lá fui procurar aquilo e era assim: começava-se pela fachada, tem piada, fazia-se uma quadrícula de 3,66 x 2,96 que é 2,26 + 70, tudo coisas do “Modulor” e uma fachada de 50m de comprimento e 50m de altura – o Corbusier não queria que os edifícios tivessem mais de 50m de altura – e depois arrumavam-se os A1, os B2... depois do outro lado, vendo como é que tudo aquilo “joga”; fazia-se um corte, um esquema... Uma trabalhadeira, com as percentagens de A, de B, de C... Um autêntico puzzle! E eu comecei a fazer o projeto do bloco de Berlim daí. Aquilo é que é sistematização, tem 3,66 de altura, 7,32 que é o comprimento, uma galeria e depois repete-se. Era eficiente e rápido, eles gostaram e fiquei. E foi assim que entrei no gabinete do Corbusier e comecei a minha vida com este projeto do bloco de Berlim. Foi assim que entrei no urbanismo, estudando os livros do Gaston Bardet, que são realmente de urbanismo. Porque, para mim, urbanismo não é apenas fazer bonecos, não é fazer ruas, não é fazer estradas. Tem por trás todo um conhecimento muito grande do sítio, da população, da economia que se propõe para o desenvolvimento de um determinado local. Entretanto, em Luanda, já em 61 era preciso fazer qualquer coisa que permitisse rapidamente construir, desenvolver aquilo. E eu, à medida que fazia as coisas e tinha o plano diretor esquiçado à escala 1:2500, que era a escala que existia lá em Luanda, marcava as Unidades a desenvolver, e começavam logo os 8 arquitetos que tinha lá a trabalhar comigo a desenvolver os planos para se poder construir. E construiu-se muita coisa dessa forma pois passava-se logo do esquema diretor para o de pormenor. Eu propunha, de facto, um certo número de habitações coletivas, isso é que é verdade, mas nas minhas Unidades de Vizinhança tanto se propunha habitação coletiva como se propunha habitação individual de várias categorias. Quer dizer, havia ali uma junção de várias tipologias de habitação. Isso é que estava implícito no conceito que eu tive, para aquele local, de Unidade de Vizinhança. Eu quis misturar em todas as Unidades de Vizinhança todas as categorias sociais existentes na altura e todas as categorias até, digamos, rácicas; quer dizer, eu não quis fazer segregação nenhuma porque não sei se sabe, Luanda, que agora deve estar pior, era rodeada por um anel de musseques e isso criava uma segregação social que criava problemas e, quanto mais isso fosse adiantado, maiores seriam os problemas, portanto a ideia era acabar com os musseques, acabar com a segregação social que se fazia ali, porque nos musseques também viviam europeus, não era só uma segregação rácica, era uma segregação social e económica que existia. Para acabar com

isso, eu propus que cada unidade de vizinhança, de acordo com os conceitos internacionais que existiam, sobretudo do professor Dozél, devia ter entre 5 a 15 mil habitantes e eu queria em cada unidade misturar as várias classes sociais, económicas e rácicas. Portanto, a Unidade de Vizinhança não tinha só habitação coletiva. Tinha habitação individual de classe mais elevada, tinha habitação individual de classe média e tinha habitação de economicamente débeis, como foram chamados (que no fim de contas, eram os indígenas, era aquela população mais pobre que existia) e havia habitação coletiva também aberta a todas as etnias e a todas as classes sociais. Claro, a habitação coletiva era uma habitação de certo modo classe média, mas também já havia indígenas a viver nesses edifícios. Havia aí uma tentativa de integração, que foi aceite pelo Governo da Província. Simplesmente, sabia-se na altura que havia 2/3 de população preta e a restante branca. E o Governo disse logo, se puser aqui só 1/3 de brancos, eles não vão querer ir para lá, não se misturam. Então criou-se um processo de integração que se ia mudando gradualmente, no tempo, até ficar equilibrada a proporção, porém seria sempre de mais indígenas, mais pretos do que brancos. Quer dizer a tipologia do fogo, que é um semi-duplex (eu já ouvi chamar muita coisa, mas aquilo é um semi-duplex) ... eu explico o que é isso. Vocês têm, e conhecem na habitação do Corbusier, o duplex, que é o que se encontra, por exemplo, na unidade de habitação de Berlim, que é um edifício em que eu colaborei de 57 a 58. Tem um piso e outro piso e aquilo tudo se encaixa uns nos outros, etc. Mas foi o de Candilis, que foi um dos colaboradores de Le Corbusier no Norte de África, o semi-duplex que eu adaptei em Luanda. Porque tanto o semi-duplex como o duplex têm a vantagem de ter duas fachadas abertas e, como tal, de permitir a ventilação transversal completa do fogo. Eu, com a colaboração do arquiteto Pinto da Cunha e do arquiteto Alfredo Pereira, explorei essa tipologia, num projeto que me deu muitíssimo trabalho, não foi fácil – aparecem espaços livres em todo o lado, que nós aproveitámos como arrecadações. Mas não houve uma intenção, foi a solução que nos pareceu mais adaptada ao clima. E é claro que os prédios são diferentes uns dos outros, mas não totalmente, porque o fogo é sempre o mesmo. Mas isso é função precisamente da distribuição dos apartamentos, do número de fogos que nós queríamos, que são uns T1 ou uns T0 que só têm um piso. Agora, o que se está lá a fazer e que no outro dia disse ali (no Colóquio na Universidade Técnica de Lisboa sobre Urbanismo Colonial Português) é de tal maneira errado, de tal maneira mau, porque quem estudou e quem estudou Urbanismo como deve ser chega à conclusão de que não pode haver segregação de qualquer espécie nos aglomerados urbanos. Olhe, cá está... a unidade de Vizinhança número 2. Cá está, Zona de habitação

de classe média, que é uma Zona de habitação individual, de mais luxo etc. Era assim, como vê está aqui um eixo viário elevado que ligava a um parque de estacionamento. Estes parques tinham cerca de 5 a 10 mil automóveis e nós permitíamos que o Interland de Luanda (Catete e por aí fora) fosse ligado diretamente ao Pólo turístico – a Ilha de Luanda – sem vir atrapalhar o tráfego viário da Baixa. Este eixo viário saltava também para ali, aqui era enterrado, é o que vem das barrocas, que aquelas barrocas têm um recuo gradual todos os anos e já estava quase sobre o cemitério, e a solução foi pôr este eixo viário. Vieram os técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, chamados pelo Pimentel dos Santos, ajudarem-me na consolidação daquilo e depois aquilo ficou consolidado. Isto era a maneira de ter um tráfego local na Baixa. Do conjunto também faziam parte o mercado, uma Zona comercial, com ruas locais tortuosas, para reduzir a velocidade dos veículos no interior das unidades, e vias rápidas a envolvê-las. Não se faz um plano de urbanização sem um estudo preliminar, um inquérito, e isto tudo foi visto fizeram-se fichas, inquéritos à população indígena e à população branca, às indústrias, ao comércio, etc. E tudo deu nisso, por exemplo, este eixo viário vai ligar ao primeiro Pólo ou ao grande Pólo turístico que é a ilha de Luanda, hoje partido, pois essa passagem transformou isto num istmo. No porto de Luanda trabalhei com o Eng. Jorge Mestre, mas só se fez um pontão, ao que me parece. Ou seja, são consequências de estudos preliminares dos inquéritos, onde os eixos viários estão em função das ligações da cidade com o Interland e tudo mais. Havia zonas industriais que estavam sobre argilas expansivas, o que não permitia fazer indústria barata, por exigirem fundações profundas. Acabei com elas propondo-as mais para sul, conciliando o binómio habitar – trabalho com Zona verde de proteção crescente para sul. Uma cidade não é como um cacho de uvas, nada disso, na verdade temos que organizar a vida das cidades e das populações, mas não de qualquer forma. Urbanismo é uma ciência política, económica e social... isso é que é verdade... o urbanismo propõe desenvolvimento, qualquer coisa que vá melhorar o nível económico e social das populações desenvolvendo o sítio, caso contrário não é urbanismo. Isso não existe ainda em Portugal, à altura do que precisamos... de facto não temos! Sistematização da habitação não foi essa a minha preocupação, foi uma consequência de uma experiência que eu tive. Foi aquela a solução de habitação encontrada em colaboração com os meus colegas Pinto da Cunha e Pereira. Não quer dizer que os fôssemos fazer todos iguais, porque por exemplo na Unidade de Vizinhança 3 não desenvolvemos edifícios apenas os propomos. Já na Unidade 2, e como era a primeira vez que se fazia em Angola, a câmara de Luanda abriu concurso para se fazerem os projetos de arquitetura. Eu tinha pos-

to no meu contracto de urbanista que não podia concorrer (era uma condição minha... a Zona a que proponho urbanização não faço projeto de arquitetura!). A câmara insistiu que concorresse, uma vez que não tinham lá ninguém capaz de desenvolver aquilo. E, portanto, praticamente, entregaram-me o projeto, convidei o Arq. Pinto da Cunha, dos mais conceituados lá, para fazer equipa comigo. E foi assim que começou... cada UV tem grupos de habitação, porque tal como na habitação nós temos uma sala de estar, também lá, há locais de encontro (grupos de habitação com as suas vias comerciais e tudo mais). Foi o primeiro local em Angola onde se cumpriu a lei do direito de superfície, em que os terrenos eram alugados por cem anos e a pessoa pagava só renda pelo terreno. Eram edifícios com semi-duplex diferentes do duplex do Corbusier com dois pisos... quer dizer, entra-se e tem a parte de cozinha e tudo mais, depois uma escada que leva para cima, para os quartos. Nos meus não, desce-se para os quartos nuns e noutros sobe-se... são diferentes, têm meios pisos. Com galerias de acesso desfasadas... Sim o Prenda, a UV nº 2, foi de facto a referência, sim isso é! Nesse sentido não está de facto ultrapassado, infelizmente quase mais nada foi executado, mas faz todo o sentido, o conceito continua válido, com adaptações, se estivessem vazias não seria necessária muita adaptação, mas com os musseques fica difícil! Esses conceitos que havia não se conseguem fazer mais, como é que se vai fazer isso sem tirar de lá o musseque? Se já está ocupado e mal ocupado como é que se vai poder fazer mais disso? Não se consegue. Se os terrenos estivessem libertos, ainda hoje se conseguia, claro, os conceitos são atuais. No caso que me pergunta, a arquitetura tropical que lá se fez, Luanda era uma cidade europeia num ambiente africano, era assim mesmo! Os europeus saíram e ficaram os africanos, com os seus hábitos (não se usa, por exemplo, a habitação como se usa na Europa). Não faço a mínima ideia de quem esteja lá a governar, eu nasci em Luanda, até nem gosto que se lhe chame modernismo, eu não gosto da palavra, era o que se fazia de mais atual, na altura. A própria administração da Câmara não queria realizar as UVs, nem o Governo nem ninguém ligou muito a isso. O Prenda surge de iniciativa, quase por vontade exclusivamente nossa, mas Luanda nunca teve um Governo que impusesse de facto uma administração conveniente de ocupação do espaço, era o povo que fazia o que queria, não havia diretrizes ou poder político que conseguisse obrigar as pessoas a determinados projetos ou Planos.

Fernando Batalha.

Lisboa, 24 de abril de 2007 (vídeo cedido pela Fundação Ukuma).

Português (1908 – 2012) – Arquiteto. Entre 1940 e 1947, foi responsável pelo Gabinete de Urbanização de Benguela. Nos anos 50, concebeu o pavilhão da Exposição Internacional de Bulawaio (Zimbabwe) e diversos planos de urbanização para Angola. Exerceu vários cargos, como o de delegado do Gabinete de Urbanização do Ultramar (em Angola), o de vogal na Comissão Provincial dos Monumentos Nacionais de Angola e o de funcionário do Instituto de Investigação Científica do Ultramar (no setor da Arqueologia). Dedicou-se ao estudo e divulgação do património urbanístico de Angola. De regresso a Portugal continuou a lutar pela preservação da memória do património construído em Angola.

Nasci em Redondo aos 5 de maio de 1908, o que quer dizer que daqui a dez dias faço noventa e nove anos. Fiz a minha instrução primária em Redondo, com o Mestre José Espada, depois fiz o liceu em Évora, em primeiro lugar tirei um curso comercial porque o meu pai queria (quase por imposição) que eu tirasse o Curso Superior de Comércio, áreas económicas, mas enquanto tirava o curso comercial de noite, tirei também, de dia, o curso no liceu. Depois, com o quinto ano, fui para Belas Artes em Lisboa, 1926 ou 1928, depois do 28 de maio, portanto, fazer o curso de pintura, que era o que eu fazia com muito gosto e tinha aptidão. E já fazia para Exposições, Festas e coisas desse género. Na Escola de Belas Artes, fui aluno do Professor Pardal Monteiro, do Cunha Brutos (pai do Pinto da Cunha) e aí comecei a notar um valor artístico e social no curso de arquitetura diferente do curso de pintura, já em decadência. Acabo o curso de arquitetura em 1935, no auge das obras de Duarte Pacheco e, logo a seguir, surge a oportunidade para ir chefiar a Secção dos Monumentos Nacionais em Évora. O Pardal Monteiro perguntou-me, alentejano também, eu era aluno dele, se estaria interessado nisso e eu disse que sim! E assim foi. Eu tinha concluído nesse ano a Escola, mas tinha que fazer ainda os dois anos de estágio. Então, como ainda não tinha o curso, o Duarte Pacheco achou conveniente que se suspendesse a nomeação do arquiteto até que eu acabasse o estágio. Fui fazer o estágio com o Pardal Monteiro em Lisboa. Olhe, por exemplo, no Instituto Superior Técnico, no Instituto de Estatística, nas Gares Marítimas. Quando acabo o estágio, já lá não estava o Duarte Pacheco (já tinha falecido) e já era outro, portanto, foi pedido nessa altura, um arquiteto para os Monumentos na Índia. Também não fui para a Índia. O Governador da Índia, o Craveiro Lopes, decide que se devia esperar pela nomeação do novo Governador e então não se sucedeu. Entretanto, enquanto esperava, mais uma vez, surge o convite para a Exposição de Luanda, em 1938. E eu fui para lá, era para ser por seis meses, para a Exposição Feira e depois regressar ou continuar, se me interessasse continuar. Continuei, pois, surge a oportunidade de acompanhar a obra do Palácio do Comércio do arquiteto Sá Meneses, e que regressou em 1935, no mesmo barco em que eu fui. Fico então depois da Exposição Feira de 38 e continuo por lá, com o Governador Cabo Mateus. Em Luanda, senti-me ainda como se estivesse em Portugal,

na província, não é? A cidade era uma imagem das vilas aqui da província, não é? Sobretudo lá do Alentejo, com construções muito simples, baixas, de rés do chão, por vezes com um primeiro andar, tudo muito asseado e gostei daquilo. Do ambiente, uma comunicação muito fácil com a população nativa, de lá, e com as pessoas que viviam, os europeus, havia por assim dizer uma comunidade geral, não é? Eu vivi e vi ainda a Luanda do século XVII, XVIII, XIX e princípio do XX, estava tudo lá, conservou-se sempre, porque não evoluía muito. Salvo os períodos de mudança de Governo ou qualquer coisa desse género, havia um progressozinho que se aproveitava, com obras novas, a acompanhar o que se fazia na Europa ou noutras partes do mundo. Portanto, faziam-se edifícios novos e havia ali coisas muito interessantes, r/c e primeiro andar, casas já com alguma distinção, caso daquela casa importante do séc. XVIII, o Palácio da Dona Ana Joaquina (com o Sobradinho lá em cima) ou ainda a casa do Banco Nacional Ultramarino, o antecedente do Banco de Angola (que eu estava para remodelar). Vivi essa época e vi essas transformações todas. Eu, quando cheguei, aquilo estava, como disse, num período de suspensão. Tinha havido a Guerra, havia uma certa autoridade do período da Guerra, mas eu fiquei com a ideia de concluir o Palácio do Comércio e ir para o Brasil ou para a África do Sul (porque não havia grande atividade, não se via construção). Eu cheguei a fazer uma estatística das construções e verifiquei que haveria uma média de três ou quatro edifícios por ano (edifícios pequenos, moradias, nos arredores principalmente). Não houve grande desenvolvimento, portanto, nos primeiros anos. O desenvolvimento, importante e efetivo deu-se no período da Segunda Guerra Mundial e no período dos cinco anos posteriores, pois havia necessidade de suprir as atividades que foram limitadas durante a Guerra. É aí que começa a haver dinheiro, com a venda de café e de outros produtos que até ali tinham pouco valor, mas que se evidenciaram (ou subiram de preço) no período da Guerra. Foram criadas as plantações, atividades, foi para lá um Banco também na altura, enfim começou uma vida nova e mais ativa em Luanda. E eu assisti, como lhe disse, a tudo isso gradualmente, praticamente em dez anos, aquela dinâmica de atividades de instalação, de atividades de progresso e da ida para lá de pessoas com iniciativa e de poder económico. Com os Monumentos Nacionais foi um período em que se criou a noção do valor social, valor estético e também cultural da conservação dos edifícios antigos e das características das construções e das cidades, das vilas e do desenvolvimento do Urbanismo. Quando eu cheguei, lá não havia ainda uma única cidade de Angola que tivesse um Plano de Urbanização. Já no meu tempo se criou a necessidade, também talvez porque foi criado o Gabinete de Urbanização do Ultramar com essa finalidade, de facilitar o desenvolvimento

do ultramar, com a direção do Eng. Rogério Cavaca. Portanto, eu já tinha esse gosto pela arquitetura que começou a evidenciar-se mais nessa época, porque se fizeram novas construções, lá está, passou a haver aquele contraste, dilema, entre a arquitetura antiga e a moderna. De maneira que vi que, realmente, como era próprio da época e de alguns professores, entre eles o Pardal Monteiro, o Cristino da Silva, o Cottinelli Telmo, Cassiano Branco, arquitetura moderna da época eu também gostei disso, mas não entedia que se demolissem as coisas, até porque eram coisas bem feitas, não é? De valor estético, só pra fazer de novo, podiam fazer essas coisas novas, mas conservar as antigas. Comecei a ter também gosto por isso e a escrever. Depois dá-se o caso de criar também o Instituto de Conservação do Património do Ultramar e felizmente em Angola tivemos uma pessoa que se pode dizer que foi o criador, o chefe dessa coisa toda, o Manuel Alves da Cunha. Ele é que defendeu, estavam a queimar os arquivos e ele propôs a criação de uma atividade defensora desse Património (artigos, obras de arte e outras coisas clássicas). Foi isso que me induziu a... porque na altura também houve um período de estacionamento e de certa estagnação depois daquela euforia toda do pós-Segunda Guerra, veio o Estado Novo e as políticas da União Nacional... e eu comecei a ver a necessidade de ir para o Brasil. Uma vez mais, quando estava já a preparar as coisas para ir para a África do Sul (não havia comunicação direta com o Brasil, só via África do Sul), veio o Vieira da Costa convidar-me para ir para a Universidade, ficar lá. Inicialmente, como já disse, eu advogava o progresso da arquitetura da sua época, uma época em que se renovou, no primeiro quartel do séc. XX, não é? Um incremento que teve a arquitetura moderna, na América, e depois na Europa, essa coisa toda, a cultura dessa arquitetura, mas em face da vida de Angola, eu esfriei com essa ideia da arquitetura moderna, porque não se fazia arquitetura, faziam-se construções que achavam que eram modernas, porque se faziam grandes superfícies com janelas e coisas assim, e depois incrementou-se nesse período a construção com pessoas dedicadas à construção (não propriamente construtores). Eram os mestres de obra e outros, chegando mesmo a terem um poder formidável para executar as obras e chegavam a admitir arquitetos que levavam para lá (de Portugal), assinavam em Portugal e iam para a obra lá em Angola e quem manobrava tudo isso eram os mestres de obra. Chegam a isto, a admitir por meio de influências, por suborno, com avenças (pagar umas mensalidades) a arquitetos e engenheiros para assinarem. Eu próprio cheguei a ser convidado para ser avençado do mestre de obras, e fiquei indignado com aquela coisa toda, por um lado isso, mas também tinha, às vezes, dificuldade em ver as obras realizadas, muitas vezes por imposição ou gosto dos proprietários (donos

de obra) ou por uma questão de lucro dos construtores, as obras eram modificadas, sem dar satisfação nenhuma, algumas vezes mal reconhecia o meu projeto, era completamente diferente daquilo que eu tinha feito. Eu e o Pardal Monteiro fomos concorrentes ao Plano de Urbanização de Luanda, ganho pelo Ettiënne de Gröer e o Moreira da Silva. Mas exigiam que o Pardal Monteiro tivesse que estacionar em Luanda pelo menos seis meses, ele não concordou. Ele era professor do IST e tinha obras importantes em Lisboa, na altura também a Igreja de Fátima. Vi nascer todas as obras na Marginal, o Porto de Luanda, a Igreja da Nazaré estava degradada e a praia quase que chegava até lá. Eu pertenci ao Clube Náutico, fiz também vela com o proprietário da maior fábrica de conservas de África, o José Domingos Antunes, e um outro rapaz alemão o Percy Freudenthal (da casa Philips). A obra que mais gostei de fazer, em Angola, ainda está incompleta, porque só se fez o R/C e o primeiro andar, tinha cinco andares – o Centro de Investigação Científica de Angola. Vim-me embora, vim continuar nos serviços em que estava anteriormente, ninguém me mandou embora, antes pelo contrário. Nem era pela idade, pois eu pensava acabar os meus dias em Angola.

Vasco Vieira da Costa.

Lisboa, 19 de julho de 1980 (áudio cedido pela Fundação Ukuma).

Angolano (1911 – 1982) – Arquiteto e urbanista pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto e pela Universidade Paris-Sorbonne, foi o precursor do movimento moderno em Angola, influenciado por Le Corbusier (1887-1965), com quem trabalhou. Criou o Departamento de Arquitectura na FE UAN. Foi Presidente da Primeira Secção de Arquitetos de Angola.

Bom, eu quase fui forçado a ser arquiteto, é um aspeto que talvez vocês não conheçam, eu era desenhador e essas tendências começaram logo no início, no liceu, quando me pediam para eu fazer uns cartazes, não é?! E foi assim que eu comecei a pôr o dedo lá pelas coisas das artes. E depois tive com um colega, isso pormenores que vocês não conhecem, o Ribeirinho, em Lisboa, no Liceu Pedro Nunes, meu amigo, tínhamos uma orquestra de dança, ele tocava jazz-band, ele era o caixa e eu era o violino, e havia um pianista e um outro no trompete, já não me lembro de quem eram! Já com a mania dos teatros também começou logo com umas peças, eu por vezes também fazia de ator, mas éramos nós que fazíamos os cenários, porque ele também tinha um grande sentido artístico e foi assim que comecei. Depois cheguei a Angola e houve uma empresa que me veio pedir para eu fazer projetos de habitações, eu fiquei horrorizado! Um tipo que tenha jeito para o desenho sabe fazer arquitetura! Diziam eles, mas eu dou-vos a minha palavra de honra, eu sentia-me envergonhado e comprometido e tinha a impressão que estava a ser desonesto, era quase como se estivesse a fazer moeda falsa, palavra de honra! Eu não queria, mas eles insistiam e foi então que o Eng. Morais, em sociedade com o Eng. Fernando Mota, geólogo (Construções Técnicas de Engenharia), na altura, estavam a construir o Liceu (Salvador Correia) que me pediu pra fazer projetos, disse-me você agora vai pertencer ao nosso staff, fica nosso colaborador, mas com nessa condição até ao dia em que aparecer um arquiteto. O que nós queremos é um arquiteto, mas não há, é você que tem que fazer os projetos! Isso foi mais ou menos em 1935, tinha eu acabado o curso no Liceu, em 33, mais ou menos, fui acabar o 7º ano em Angola. Nasci em Aveiro, por isso a minha paixão pelo mar vem daí, suponho que o meu bisavô deve ter sido marinheiro ou qualquer coisa assim! E então foi assim, fazia um projeto numa noite. Sim, numa noite, sentava-me ao estirador, às vezes cheio de sono, mas olhe se não saísse numa noite eu tinha logo um desgosto profundo, dizia logo não dou nada nisto, não é?! Estava muito convencido que a arquitetura era assim, fazer tudo numa noite! Eu fazia e todos gostavam muito, mas eu dou-lhe a minha palavra de honra eu sentia-me muito comprometido com aquilo, mas isto é verdade! Eu sabia que não tinha preparação para aquela coisa, e nem sequer revistas tinha para consultar, o que é curioso eram tudo coisas que me saíam da cabeça, de coisas que eu via no jornal, supo-

nho eu! Ficavam cá no meu subconsciente, não é? E depois apareciam!! Continuei então com essas manifestações artísticas, mas a minha ideia era de tirar o curso de engenharia, isso é um pormenor curioso, queria ser engenheiro para então depois me dedicar à arquitetura. Estava convencido de que o curso de arquitetura não tinha o nível suficiente, a craveira cultural e técnica que os engenheiros tinham, então dizia vou ser engenheiro por uma questão de preparação técnica e então depois faço arquitetura. Entretanto, enquanto eu estava à espera disso, pus-me a fazer cartazes para os filmes de cinema e tive este orgulho, houve uns filmes que não prestavam para nada, que depois os amigos até me vinham insultar, os cartazes eram bestiais e os filmes eram uma m...! O raio do filme não valia nada! Os cartazes eram colocados ali na Portugália e pagavam uma miséria por aquilo, uma vergonha o que me pagavam, bom e assim vivi durante algum tempo! à espera que o meu pai conseguisse e tivesse posses para eu ir fazer o curso, o que nunca chegou a acontecer. Entretanto, o meu pai morre e um amigo do meu pai arranja-me um lugar na agrimensura. Para mim foi uma satisfação, mas tive que estudar, porque eu não tinha o alvará de topógrafo, tive uma sorte medonha, pois nessa altura conheci um dos homens mais inteligentes que eu tenho conhecido na minha vida, o Doutor Nazaré, Professor Lente da Faculdade de Coimbra, que também andou lá por Angola perdido, não é?! No tempo em que se ia para Angola por desgosto de família, condenado, a mulher enganou-o e ele, com desgosto, foi até lá. E tive muito prazer em ouvir as lições dele, espirituais e as explicações dele, adorei aquilo. E fiquei ligado entretanto também à CML, as pessoas tinham muita admiração por mim, gostavam muito de mim e pediam-me para ir lá fazer um projeto dumha campa para a CML e tal, assim coisas do género, a Carta de Angola, não sei que mais, com as geologias e tal, eu era considerado lá, não era o perito, era o tipo habilidoso, o tipo excecional. Depois fico então colocado na Alfândega, que era a melhor situação dentro do funcionalismo, só para quem tivesse o 7º ano e tínhamos, de facto, uma categoria que os outros não tinham e um vencimento correspondente a isso, não é?! E assim estive lá dois ou três anos, pois a seguir, sou requisitado pelo Governo Geral para ir dirigir, sob o ponto de vista artístico, uma revista de economia que o Governo começou a publicar. Perdia noites sem dormir ali ao lado daquelas máquinas de imprimir, fazia as ilustrações, os gráficos! Olhe e perdi essa coleção dessas revistas, tinha essa coleção e perdi, entretanto. E assim estive lá uma data de anos. Realiza-se uma Exposição Feira, inaugura-se a Central Elétrica de Luanda, quem é que vai dirigir a Exposição? O menino prodígio, Vieira da Costa. Pronto lá fui eu o Diretor da Exposição, mas lá está, tenho um certo orgulho nisso, não é vaidade é orgulho, disse logo, é preciso um arqui-

teto para isso, eu não sou arquiteto, não tenho competência. Manda-se vir o Fernando Batalha, e ele aparece em Luanda. Para isso era pouco, aproveitou-se a construção do Palácio do Comércio que estava em construção e as obras estavam praticamente paradas e contactou-se o Pardal Monteiro para ir acabar o projeto, porque nem sequer havia o projeto completo. O Fernando Batalha trabalhava para o Pardal Monteiro, nessa altura era o arquiteto oficial e de maior prestígio em Portugal, a esse nível, não é? E o Pardal Monteiro é que indica então o nome do Fernando Batalha. E ele mostrou-se interessado em ir. Sou condecorado (Diretor Artístico do pavilhão da Exposição), pelo Presidente da República, alcancei um certo prestígio, tive um certo orgulho nisso, quem me condecorou foi o velhote, o Óscar Carmona e chegam a falar com o Presidente da República que eu deveria tirar um curso de arquitetura. O Carmona prometeu, mas, entretanto, nunca mais se lembrou. A CML diz-me meses depois temos aqui uma Bolsa e o Vieira da Costa vai aproveitar e vai tirar o Curso de Belas Artes. Eu digo não, não vou, para mim já é tarde, eu tenho compromisso de família, olhe abram o concurso aqui mesmo na Exposição. Eu tinha reunido uns habilitados, para colaborar comigo na Exposição, entre eles o meu próprio irmão, o Rui, que já tinha de facto uma certa jeiteira para esta coisa, mas em face das provas e da preparação das outras pessoas acharam que não ofereciam confiança necessária e não lhes deram a Bolsa. Quem deve ser é você! Entretanto lá aceitei e até me arrependi de ter aceite a Bolsa. Nessa altura tinha trinta anos, é preciso um bocado de coragem, lá fui e tirei o curso, no Porto, com o Mestre Carlos Ramos. Que revelou logo um grande interesse e consideração por mim, foi isso que me entusiasmou e me encorajou. E lá acabei o curso, também tenho uma certa vaidade nisso, pois fiz o curso em cinco anos, quando a média eram seis e sete anos (e mais os concursos...), que eu concordo muito com esse sistema. Bom, consegui então tirar o curso, mas com um esforço enorme. Entretanto, quando acabei cria-se o Urbanismo (as cadeiras do urbanismo). Estes malandros apanham-me aqui com o urbanismo, eu estou desgraçado, tenho que ficar cá mais dois anos! Então tenho duas soluções, ou vou já ou então? Mas, pra ir já, os arquitetos que saírem para o futuro saem com conhecimentos de urbanismo, eu não tenho nada, eu não sei nada de urbanismo, então comuniquéi com Luanda a ver se ficava mais um tempo para saber mais alguma coisa, para proteger a nossa cidade. Foi o meu grande argumento, pois nessa altura tinha sido criado já o GUU do Ministério das Colónias, uns anos antes. E Luanda precisa! Aqui o nosso amigo Aguiar já estava a fazer projetos para Luanda. E já andava toda a gente indignada com aquilo, portanto, é preciso alguém com conhecimento para a defesa da nossa cidade. Eu proponho-me em ir para Paris e tirar lá o curso de

Urbanismo. E assim foi. Enquanto estive em Paris, logo no primeiro ano, bati à porta a pedir trabalho no atelier do Le Corbusier, juntamente com o Nadir Afonso. E eles disseram logo se é para ganhar não temos lugar! O Vogenski, que era o chefe do atelier dele. O Nadir ficou logo muito atrapalhado e eu disse não, não, de momento não, queremos é ver se o nosso trabalho pode ser útil, nós só queremos é aqui estar. Estive lá um ano e tal, entretanto, frequentava o Urbanismo. E colaborei lá em muita coisa. Sabe o quê que eu vi, noutra dia, numa revista? Não sei se lhe cheguei a dizer isso, alguma vez? Foi na AD, a certa altura fala-se no ATBA, um artigo sobre o ATBA, em que diz, arquitetos fundadores e lá estava o meu nome. Que eu nem sabia, o meu nome e o do Nadir. Pra mim, foi uma surpresa pois eu estava convencido que já estava a funcionar há muito tempo, mas não. Eu, quando fui para Paris, já estava altamente influenciado por Le Corbusier, de resto, todo o curso de arquitetura, toda a escola de Belas Artes, do Porto, com exagero claro, já estava altamente influenciada pela obra do Le Corbusier. Bom, em termos teóricos, em termos de filosofia e de pensar sempre fui um grande admirador da obra do Corbusier, aliás como ainda hoje sou. Repare, eu tive sempre o cuidado de não copiar, eu li toda a obra do Corbusier, que não é de fácil leitura, como vocês sabem, não é? Eu fiz um esforço enorme para ler toda a obra dele, e consegui, o que me influenciou grandemente! É como lhe digo, a minha experiência lá no atelier foi realmente preciosíssima. Quando eu lá cheguei, andava em efervescência, de facto, a aplicação do Modulor ao imóvel de Marselha, cuja equipa eu faço parte, nas publicações, mas que eu digo, sinceramente, a minha colaboração, foi muito pouca. Quando eu cheguei ao atelier, estava ele em anteprojecto e naquela fase de euforia e desânimo. Foi uma luta medonha que o Le Corbusier teve com aquilo. Os arquitetos franceses levantaram-se, quase todos, com abaixo-assinado e tudo, não deixem construir essa barbaridade, isso é um crime! Outro aspeto interessante é que o próprio atelier convidava arquitetos para irem lá fazer palestras. O Gröer que era professor, no Instituto de Urbanismo. Olhe, não sei se já lhe disse, Luanda foi a primeira cidade portuguesa, do ultramar e da metrópole, a ter um Plano de Urbanização, e ainda mais, a ter um levantamento aerofotogramétrico, como base para o estudo do Plano Diretor. Isso é uma honra que cabe a Angola e deve-se exatamente ao Eng. Fernando Mota, Presidente da Câmara, deve-se a ele isso! Entretanto, criou-se o GUU e começou, digamos, a alterar esse Plano Diretor e acabou por estoirar tudo, o Gabinete de Urbanização acabou e o Plano ficou completamente estoirado. E digo-vos mais, foi a primeira experiência na minha vida que pude ver como é fácil rebentar com um Plano! Fiquei impressionadíssimo com aquela coisa! Impressionadíssimo. Era o Zé Neves, o Gomes de Azevedo, aquela má-

quina camararia de desenhadores. Não sei se já lhe disse isso, quando eu cheguei a Luanda, havia um Plano Diretor espetado na parede e o Regulamento, ninguém sabia dele. E levei uns seis ou sete anos para conseguir que a Câmara publicasse um Regulamento do Plano de urbanização. Que, ainda assim, foi publicado às minhas escondidas, o Presidente da Câmara escondeu de mim, porque quis lá introduzir uns artigos que davam a possibilidade de construir uns anexos que ele queria construir. E o Regulamento, tal qual nós lhe tínhamos dado, ele não podia construir. De maneira que ele alterou o Regulamento, foi publicado, por isso ele ainda hoje está cheio de gralhas, porque não foi revisto por mim. E acho graça que ainda é o mesmo! O Mercado do Kinaxixi, uma das peças mais representativas da cidade, uma linguagem nova, um modelo moderno e tropical, com todas aquelas grelhas e a própria escala. Eu devo dizer com sinceridade, esse projeto foi feito há trinta anos (entre 50 e 51), eu apontava a esse projeto, com grande alegria verifiquei que funcionava bem, apesar de algumas falhas, algumas até que eu vou comentar. Como um dos projetos que mais me satisfaz. Foi dos primeiros projetos que eu tive, em que eu não tive intervenção nem pressões, as entidades oficiais que me encomendaram o projeto não quiseram influenciar em nada sobre mim. Disseram-me: faça o projeto! Aceitaram o projeto tal qual eu o concebi. E construíram o projeto, que foi acompanhado por mim, sem alterações. Foi a primeira vez, eu já estava a trabalhar há quatro ou cinco anos, em Luanda, que me sucedeu isso. Eu era considerado consultor técnico da Câmara e aí, pediram-me a elaboração daquele projeto, além do trabalho rotineiro, que era informar projetos e dar pareceres. Só tive este aborrecimento, durante o estudo do projeto, isto é anedótico quase, o Presidente da Câmara quando eu lhe fui pedir opinião sobre as plantas, eu queria que ele discutisse comigo as plantas, ele fugia da discussão e de dar opinião, era um engenheiro civil, a certa altura virou-se para mim e disse: está bem, Sr. Arquiteto, isso deve estar bem, agora quando chegar aos alçados depois eu posso lhe dar uma ajudazinha! Eu agradei, mas o que eu queria era a sua opinião sobre as plantas, que o problema mais grave que este mercado aqui tem que, de facto, está errado em todos os pontos de vista, como localização e como função. Ali, naquele local, nunca se justificava um Mercado distribuidor como aquele funciona. O Mercado funciona como retalhista e distribuidor. Quer dizer, toda a mercadoria vem das zonas rurais, vem do interior do país, para ali, para depois ser distribuído para outros mercados e outros retalhistas. Além disso, também é retalhista, uma duplicação de funções. Ali estavam os serviços de veterinária, mas repare, em parte, permitam-me de facto a sinceridade e a satisfação com que eu digo isso, resultou do grande cuidado que tive na elaboração do projeto. Repare,

ele está a funcionar como Mercado distribuidor e ninguém se apercebe. Você chegue ali ao Bulhão do Porto e veja! É uma coisa horrível. De facto, tive esse cuidado, concessionei um Mercado em que todas essas atividades se desenvolvem e a gente não dá por elas, sem grandes prejuízos mesmo para o próprio tráfego. É uma chatice, bom, houve umas pequenas falhas, como não podia deixar de ser, não é? Outro pormenor, que não interessa registar, o Januário Godinho apareceu-me lá em Luanda, quando foi lá do Banco, e então chateou-me, eu era incapaz de sugerir isso ao Januário Godinho, que era um arquiteto, de facto, admirável e de talento indiscutível, eu era incapaz de lhe dizer venha visitar o meu Mercado, ele é que me disse-me venha me mostrar, porque eu já projetei, vamos lá ver e combinamos um dia. Durante toda a visita, só me falou do Mercado que ele tinha projetado para Aveiro. Foi toda a visita e eu acabei por ficar encavacado com a coisa. Senti-me envergonhado mesmo! Foi, portanto, depois de arquiteto, a primeira obra com liberdade total, pois vocês não calculam como era dantes projetar-se em Luanda. O cliente quase que chegava já lá com o risco, não é? Por exemplo, um dos primeiros clientes que me apareceu chegou lá e não teve coragem de ir ter comigo e falou com o meu irmão e diz: vocês vejam lá, façam um projeto baratinho, eu dou o lápis, o papel e a borracha e ele faz um preço especial! Fui corrido da Câmara, porque a Câmara chegou à conclusão que eu não servia como funcionário e eu fiquei muito satisfeito! Uma das pessoas que contribuiu grandemente para isso foi o Faria da Costa. Estive lá, portanto, nove anos, me parece, entre 49 e 58. Na minha atividade profissional, há duas fases distintas, há uma enquanto eu fui funcionário da Câmara e outra que eu deixei de ser funcionário. Como funcionário da Câmara, senti-me sempre um pouco coibido, um pouco comprometido, porque era consultor técnico da Câmara simultaneamente tinha atividade profissional. Acusavam-me, atacavam-me por essa situação dupla e dúbia. Que eu tive grande dificuldade sempre em vencer, mas senti que não podia deixar de projetar, não é? Sim, o arquiteto que não projeta é a morte e ali na Câmara Municipal, não havia nada a projetar. Para além do Mercado, projetei um monumento ao Dr. Videira (jazigo) e a capela do Cemitério. E depois há o período em que eu saí da Câmara, em que eu cheguei a esta conclusão comigo mesmo. Enquanto até aí eu tinha transigido muito, confesso, teria que seguir um novo caminho e que, portanto, só devia ser intransigente. Eu tive realmente uma luta enorme, só um arquiteto mais intransigente do que eu foi o Pinto da Cunha. E eu tinha muita admiração por ele. Eu, ao fim e ao cabo, acabava por transigir e ele nunca transigia. O tal Cardoso que trabalhou comigo, porque eu não tinha coragem de chegar a uma obra e mandar corrigir as coisas. E ele falava a mesma linguagem que a dos operários e lá resolvia. Houve

muitas vezes colegas que me criticavam, que diziam havia muitas obras em que eu não punha lá os pés. Não sabiam o que se passava, o Cardoso, todos os dias, fazia o relatório das obras e, eu ia lá ao sábado ou ao domingo quando não estava ninguém nas obras e tomava nota. Custava-me magoá-los e ofendê-los. O meu método, eu confesso, todo o meu drama e toda a minha luta, eu gostaria que isso ficasse por aqui, esta resposta não é fácil de explicar, este ato de criar, este mecanismo que é realmente uma coisa muito difícil de se transmitir e de se definir, basta que vos diga isto, eu sempre que acabo um trabalho e que passados dias sei que não vai ser construído, eu tenho uma sensação de alívio que vocês não calculam. O desgosto e alívio é simultâneo, de pena, isto de facto é mais um, mas ainda bem! E isto traduz bem a minha insatisfação constante! Eu acabo uma obra e vejo em pé, terminada, e digo, agora é que eu devia ter projetado! Agora é que eu era capaz de fazer um bom projeto! Digo-vos sinceramente, a maioria das minhas obras, eu hoje passo por elas e não me sinto bem a olhar para elas, incomodam-me. Começo logo a ver defeitos, falhei aqui, falhei acolá. Cada obra minha, para mim, era mais um falhanço na minha vida profissional. Isto é sincero, não julguem que eu estou a exagerar, isto é sincero! Todos os defeitos se evidenciam numa maneira formidável e eu não vejo o que ele tem de bom, só vejo os defeitos! E isto traduz a ansiedade que eu sofri e que ainda sofro para fazer qualquer projeto. Uma coisa eu faço, suponho que nunca falhei nesta regra. Depois de ter um anteprojecto, eu meto-o numa gaveta e só passados quinze, vinte dias é que eu volto a olhar novamente para ele. Vou buscá-lo novamente e então olho para ele. Muitas vezes recomeço tudo. Sucede-me isso com frequência, mas também sucede-me chegar à conclusão de que, o que ali estava, enfim, não era muito mau e que, portanto, posso continuar. Quando ponho qualquer coisa no papel já de facto o resultado de uma maturação, não ponho nada que não represente nada no papel. Numa outra fase (a do meu atelier) me isolei e me senti muito feliz. Até que, logo que fui abordado pelo Carvalhinho (Simões de Carvalho), eu disse que não e que ia fazer férias e queria estar sozinho e estive ali uns meses sozinho a pensar na minha vida, mas sempre trabalhando. Então, chegam vocês mais novos, poucos mais trabalhos produzi, gostei imenso de vos ver trabalhar, aprendi imenso... o Quintão, o Miranda, o Manuel Fernandes, o próprio Madureira e passaram (também) por lá outras nulidades, não é? Tipos que saíram de Lisboa e não sabiam fazer nada! Tinha que ser eu a terminar as coisas. Presidente da Primeira Secção de Arquitetos de Angola, estou ligado à Escola de Arquitetura de Angola, as pessoas que vieram ter comigo agora eram as mesmas que me conheciam antes da independência. Nunca fui vaidoso na minha vida, por vezes até excessivamente orgulhoso e reconheço

esse meu grande defeito. Pela primeira vez na minha vida reconheço que isto é um bocadinho de vaidade, o meu sonho seria pôr a funcionar o curso de arquitetura antes da minha marginalização total, antes de ser posto de lado como inútil, como incapaz! Que eu um dia acabo por sentir isso e quero ver se não faço como os atores que passam o resto da vida a dar despedidas. A escola está no início e corre muitos perigos. Considero-me um arquiteto moderno africano, mas que não consegui concretizar a arquitetura africana especificamente angolana. Principalmente pelas influências que a arquitetura portuguesa deixou lá, indo buscar as raízes culturais de Angola, que é aquela diversidade, cada região tem as suas características. E temos que começar pela arquitetura africana, que ainda não existe, há umas tendências, umas tentativas, já apareceram umas coisas muito interessantes, bastante contestadas e discutidas, mas que já aparecem. Aparecem agora elementos, arquitetos que demonstram que será possível fazer de fato uma arquitetura angolana e a gente lá há de conseguir, mas para isso temos que preparar os novos professores. Existem lá as raízes culturais e são elas que devem alimentar as futuras concepções, todas!

Hélder José.

Luanda, 30 de janeiro de 2017.

Angolano (1950) – Arquiteto, Doutor em Tecnologia de Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Università “La Sapienza”, em Roma. Investigador sénior do Ministério Ambiente. Director Geral do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL). Professor na Universidade Agostinho Neto de Angola. Integra vários programas de pesquisa - apoiados inicialmente pela Embaixada de Itália em Angola - projectos de pesquisa integrada para populações de baixo rendimento, especificamente na elaboração de protótipos de projectos integrados de creches comunitárias. Projecto de pesquisa urbana sobre a dinâmica urbanística de desenvolvimento territorial de Luanda e Maputo por efeitos da guerra. Coordenador do processo de elaboração dos Termos de Referência para a elaboração do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda. Coordenador até à sua aprovação oficial do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) elaborado pelo consórcio URBINVEST SA e Broadway Malyan. Autor do livro sobre Luanda - Passageiros de Todos os Kandongueiros Uni-vos.

Agradeço primeiro ao Nguimbi pelo convite e por acharem que a minha palavra pode servir ainda para alguma coisa, não é, enquanto especialista da área da arquitetura e, principalmente, do ordenamento do território. No fundo, essa homenagem calha bem, porque estamos no fundo a comemorar 442 anos de Luanda e muito se fala, muito se diz, muito se comenta, todos nós queremos um território mais saudável, mais estável para se viver, no meu ponto de vista temos estado a pensar Luanda de forma muito isolada, de forma muito espartilhada. Quer dizer, cada um pensa que é o dono da verdade para resolver o problema de Luanda. Na verdade, cada um de nós devia pensar que, sendo parte de Luanda, devia juntar-se aos outros e com a sua ideia verificar os pontos comuns da sua ideia e tentar, neste entendimento, contruir alguma coisa de novo. Não vou dizer que não se tenha feito muita coisa nova em Luanda, porque, por exemplo, eu terminei o meu curso de doutoramento em 1999, voltei em 2000 e fui convidado para ir para o Governo de Luanda, na altura estava lá e trabalhava numa área que não tinha nada a ver com aquilo para o qual tinha estudado (no Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística do Governo Provincial de Luanda). Mas era engraçado que, mesmo estando nesse Gabinete, eu tinha um sonho que era tentar criar ferramentas que pudessem ajudar e acompanhar o processo de ordenamento territorial de Luanda (possibilidade de criar um Gabinete de Informação Territorial) que, com ajuda de planimetria especializada e tecnologia também adaptada a esse tipo de instrumento, se pudesse ter um mecanismo de monitoramento das próprias dinâmicas de alteração de Luanda. Na altura, eu trabalhava com uma colega economista (economista do território), portanto, ao meu aprendizado que trazia da Itália consegui juntar o que pude aprender com ela, foi uma componente a mais ao que eu pretendia dar a Luanda. Lá fiquei desde 2002 até ao final de 2004. Foi quando me convidaram para entrar na área que trata diretamente as questões de ordenamento do território. Era uma área muito polémica, era uma área que tinha muitos problemas, os fazedores do ordenamento do território que estavam nessa área tinham uma conotação muito

negativa, as coisas que eram solicitadas, em todas as áreas do domínio do ordenamento do território que normalmente caíam nesta área, eram sempre tratadas de uma maneira não muito correta. Quando digo não correta não digo que eram feitas totalmente mal, não nesse sentido, mas havia ali qualquer coisa que precisava de ser corrigida e quando sou convidado para dirigir então essa área, senti sobre os meus ombros um desafio muito grande, disse pra mim mesmo, eu assim todo baixinho o que é que eu vou fazer aqui no meio dessa... será que eu vou ter capacidade, será que eu vou conseguir, aguentar mesmo fazer alguma coisa? Estamos a falar ainda na perspectiva de dentro, ou seja, enquanto alguém que entrava para uma área cuja missão seria também de coordenar, de organizar esses mecanismos de tratamento dos processos administrativos que corriam dentro do GPL e que se ligavam muito às questões da transformação do ordenamento do território. Nessa altura, pouco se fazia, quer dizer, já havia trabalho feito que, de certa maneira, produziu as alterações que o território veio a sofrer depois de 2002, mas naquela altura não havia ainda uma conexão ao setor financeiro que não estava assim tão habilitado a colocar dinheiro nisso, não se acreditava muito no fenómeno imobiliário, então o setor financeiro estava retraído e não dava assim tanto dinheiro ao setor do imobiliário. É engraçado nessa altura (em que eu entro), estavam a ser feitos três (novos) edifícios em Luanda. Por exemplo a torre da Sonangol (Sede), que estava a ser feita no local de uma antiga Farmácia (Dantas Valadas) uma Farmácia muito conhecida, um edifício antigo de piso térreo, que foi demolido para ser construído ali o novo edifício. Do ponto de vista político, o Estado queria construir um marco da sua companhia de petróleo que pudesse ser representativo mesmo da capacidade do país em ter este recurso, por isso decidiu construir ali, naquele ponto. Não me perguntem porquê, eu não fazia parte do grupo político que decidiu exatamente aquele local como sendo o tal, selecionado para ser construído este edifício. Havia um outro que estava a ser construído também na Marginal, também com financiamento da Sonangol, o edifício Torres do Atlântico. O outro (o terceiro) estava a ser construído na rua do Jornal de Angola que depois lhe chamaram Torres Elysées, acho que é assim que se chama o tal edifício, ou seja, esses edifícios começaram antes de 2002, mas só depois de 2002 é que todo o mundo começou a olhar para aquilo (para aqueles três edifícios). Daí o setor financeiro passou de facto a... o país entrava numa dinâmica política nova, a guerra tinha terminado, começou a haver dinheiro a entrar para o setor imobiliário. E aí começou o grande problema, que muitos de nós arquitetos discutimos, ou seja, que acaba nos dividindo, foi a alteração dum panorama urbanístico que Luanda tinha no, logo depois de termos conquistado a independência, por força exatamente dessa injeção de financia-

mento ao setor imobiliário e porque havia uma certa fragilidade em termos de instrumentos de ordenamento territorial, mas instrumentos eficazes mesmo, que permitissem definir o que é que se podia fazer e o que é que não se podia fazer, isso acabou fazendo com que os fazedores do ordenamento do território tivessem alguma dificuldade em conseguir em determinadas alturas, dizer não, isto não pode ser feito assim! Todo o mundo olhava e dizia não, mas o edifício da Sonangol está ali, ali havia uma casinha de um piso, partiram para fazer lá uma coisa de vinte e dois pisos e agora porque que eu não posso também fazer uma coisa de vinte pisos? O ter surgido uma situação dessas tornou muito difícil aos fazedores do ordenamento do território poder dizer não! Porque as pessoas diziam: então justifique-me, do ponto de vista jurídico qual é o substrato da sua decisão técnica? E foi um bocado assim que acabamos vivendo. Acho que foi a parte mais difícil do meu exercício de administração, enquanto alguém que foi escolhido no momento mais complicado. Havia alturas em que eu tentava dizer não, mas era preciso dizer não, ou seja, enquanto técnico, uma pessoa tem que perceber que nós somos técnicos, sim senhor, mas a estrutura política do país exerce uma pressão muito forte! Tínhamos que ter a capacidade de conseguir não diria formar, mas pelo menos suficientemente capazes de ser comunicativos aos nossos políticos. Não utilizando uma linguagem muito complicada, porque depois os nossos políticos fogem de nós, porque nós utilizamos palavras que para eles seja um disparate e até chegam a ficar ofendidos connosco! Como é que estão a falar nesses termos? No fundo está mesmo a criar uma distância, está a mostrar que ele é técnico e eu sou político. Chega uma altura em que ele diz: Epá, quem manda no país é o político não é o técnico! Por isso, façam favor, eu quero assim ponto final! Espero que entendam o que estou a dizer, não estou a fazer esse meu desabafo, numa perspetiva de estar contra os políticos, nada disso! Eu próprio também sou político. Então o que se vivenciou, exatamente durante este período, foi isso. Em determinada altura começou-se a discutir muito a caracterização e descaracterização de Luanda. Quando na verdade todos nós acabamos descaracterizando-a, porque mesmo aquele que não partiu a sua residência e construiu uma torre, também a descartelizou, (porque) por força da pouca eficácia que havia nos programas de habitação e também porque a guerra influenciou muito a que esses programas de habitação (mesmo no período do partido único já ocorreram) não fossem suficientemente contínuos e que permitissem que as pessoas tivessem a possibilidade de ter a sua própria casa. A situação de cada um de nós enquanto descaracterizadores do próprio sistema resumiu-se exatamente nisso, quer dizer, nós vivíamos com os nossos pais em casa, depois constituíamos família e acabávamos por dentro do mesmo espaço

construir qualquer coisa a mais, acabou por descaracterizar o próprio espaço onde nós vivíamos. Noutras situações, a situação económica também influenciou muito essa descaracterização, porque as dificuldades económicas que cada um de nós foi vivenciando ao longo desses tempos todos obrigou-nos a que fizessemos, como o brasileiro diz, um caixa dois. Ter um caixa dois implicaria o quê? Implicaria eu construir em casa uma atividade, na parte frontal da residência onde existia um espaço vazio que, em princípio, do ponto de vista urbanístico, representava uma regra, que é o afastamento entre a rua e a entrada do imóvel (o quintal), eu acabava por fazer uma puxada e ali à frente construía o salão de cabeleireiro, enfim, tudo, a cantina, porque era uma forma de reaproveitar o espaço para este caixa dois que se precisava de ter, só com o salário ninguém conseguia viver! Não que a situação tenha mudado tanto. A história mais recente do fenómeno urbano de Luanda, ou seja, esse fenómeno da descaracterização que muitos de nós aborda muito, na perspetiva única e exclusivamente de se derrubar uma habitação e construir-se alguma coisa que, do ponto de vista da escala urbana altera de certa maneira toda a linguagem do planeamento definido para uma determinada parcela, mas a descaracterização não deve ser vista só nessa perspetiva. A descaracterização acontece principalmente fruto do aumento da população e falta de habitação nova, a forma mais fácil de resolver o problema da habitação (sem os novos espaços urbanizados para exercer essa resposta) era exatamente construir no mesmo espaço da habitação em que vivíamos. É um fenómeno que ocorreu exatamente logo após a independência, claro nos primeiros anos não ocorreu tanto, mas nos anos 80 começou a acontecer muito esse fenómeno (o espaço do quintal desaparece para, em alguns casos ser ocupado até em altura) e continua a acontecer até aos dias de hoje, esse fenómeno. Esse fenómeno deve ser visto nestes dois prismas. Há uma outra coisa que muitos de nós olha e diz assim: mas essa coisa dos programas de habitação, só agora? Não, é mentira! O Programa de Habitação, mesmo no período do partido único, já ocorreu e se massificou e se desenvolveu em todo o território nacional, foi quando se produziu os edifícios (sistema) E15 que nós chamamos os prédios dos Cubanos, que naquela altura até pejorativamente se dizia que a cama era de pedra, a mesa é de pedra e não sei mais o quê! Falávamos tão mal da habitação construída, ou seja, do imóvel construído pela cooperação cubana na altura, mas, entretanto, esses edifícios hoje custam caríssimo. Vender uma fração (um apartamento) afinal custa caro. Afinal a mesa e a cama não são de pedra, como se dizia. É a forma muito mwangolé de se querer, às vezes, de quando não gostamos das coisas tentamos colocar algo, queremos fazer acreditar alguma coisa para todos nós dizermos epá sim senhor, aquilo não

dá, não presta! É engraçado que esse programa ensinou muitos angolanos, obviamente com a ajuda da cooperação cubana, a arte de construir. Esses edifícios eram construídos num sistema de prefabricação (permitia uma construção à larga escala) e se andarmos pelo território de Angola vamos ver muitos edifícios construídos exatamente no período em que Angola vivenciava o sistema político do partido único. Por outro lado, esse programa não era só para a zona urbana, era também para a zona rural. Na zona rural eram habitações mais modestas, que era o (sistema) SANDINO, era uma coisa muito pequenina, devia ter uns três quartos, uma sala e era construído com estrutura também em betão, eram uns vigamentos colocados sob o solo que tinham uma ranhura e que permitia depois as placas que faziam o cintamento e o fechamento da habitação também serem construídas de forma muito rápida. Na zona de Catete, logo na entrada de Catete, junto ao Memorial do saudoso Presidente Agostinho Neto, vai encontrar logo ali exemplos desse tipo de construção, que era construção específica para a zona rural. Bom, como o ordenamento do território não pode ser feito assim, como uma manta de retalhos, eu uso muito esse termo, um bocado aqui e outro bocado acolá etc., o Governo de Angola, digamos assim, financiou um projeto que era inicialmente financiado pelo Banco Mundial, se a memória não me falha, um programa que visava criar mecanismos para se exercer o ordenamento do território mais eficazmente, que era o Plano de Gestão de Crescimento Urbano de Luanda. Portanto, o Banco Mundial sai de cena e o Governo de Angola, sentindo necessidade de que esse instrumento era necessário ser feito, coloca disponibilidade financeira para que o instrumento fosse aprovado. É aprovado em 1996, mas na verdade só se transforma em instrumento eficaz (em Diário da República) no ano 2000. No hiato que vai de 1996 até 2000 ocorreu muita coisa em Luanda. Foi exatamente nesse período que se começou o grande programa de Luanda-Sul, também nessa altura, a guerra estava muito forte, ou seja, não havia capacidade financeira para fazer programas sociais (habitação) e ao mesmo tempo fazer-se guerra. Quer dizer, era um bocado difícil fazer-se esse exercício, o país não tinha tanto dinheiro assim! O que é que ocorreu? Quando o projeto de Luanda-Sul começa a ser edificado, o GPL, preocupado com o fenómeno da ocupação dos terrenos de forma pouco orientada, decide organizar um programa de autoconstrução dirigida. Esse programa começa exatamente na zona de Benfica, que na altura, também pertencia ao perímetro do desenvolvimento do projeto de Luanda-Sul. Portanto, o projeto de Luanda-Sul não era só para aquela zona de Talatona, estender-se-ia até à zona de Benfica. Mas, como era muito difícil acompanhar a dinâmica do crescimento da população que vinha em massa para Luanda e que precisava de habitação, as autoridades (a guerra

estava muito forte, nessa altura), o Estado não estava muito atento a esse tipo de fenómenos, porque tinha que resolver um outro, que era o problema do conflito armado, mas alguém tinha que resolver. É aí que surge o início do processo de autoconstrução dirigida. Devia ser, de facto, um processo de autoconstrução dirigida, na verdade não ocorreu tanto assim! Quer dizer, demarcava-se os lotes e dava-se ao autoconstrutor o lote e ele construía, mas sem acompanhamento. Essa falta de acompanhamento, de certa maneira, também não ajudou a que, quem olhar para o Benfica, do ponto de vista crítico, vai verificar que do ponto de vista de construção tem muitos problemas. Porque essas pessoas construía cada uma à sua maneira. Lembro-me na altura, quando eu estava no Governo de Luanda, na gestão do Governador Simão Paulo, ele estava muito animado, porque aquilo para ele era a menina de olhos bonitos, ele gostava de todas as pessoas que viessem para Angola e visitassem a província de Luanda, ele gostava de leva-las a visitar aquele projeto, de autoconstrução dirigida. Então, ele leva um conjunto de especialistas brasileiros para este sitio, viaja com eles, passa praticamente uma manhã inteira com eles e, depois, ao fazerem o rescaldo do que viram, eles olharam para o Governador e disseram: sim, senhor, uma coisa muito bonita, mas está a construir um musseque com casas de luxo! Ele não percebeu bem, a formação dele não era uma formação voltada para o ordenamento do território nem construção civil, mas de facto era isso. O Benfica era um bocado isso ou é um bocado isso. As casas estão lá (algumas com qualidade, pelo menos visualmente parecem ter uma qualidade de arquitetura muito bonita), mas a infraestruturas ao redor não existe. Às vezes eu até posso ter uma casa muito bonita, mas para chegar a casa passo por uma poça de água muito grande, às vezes não consigo tirar a viatura quando chove, portanto, este é um bocado a dinâmica de muitos assentamentos que foram construídos no processo de autoconstrução dirigida. Estamos a falar no período (a partir) dos anos 80, mas aqui a gente pergunta: mas será que a eficácia de um instrumento Plano de Gestão e Crescimento Urbano não se colocou? Bom, quer dizer, tentou-se fazer alguma coisa principalmente para aquilo que são as grandes infraestruturas, a rede viária, a rede de abastecimento de água, a rede de fornecimento de energia, por causa desse alargamento do território começou a sofrer, foi se buscar exatamente o que dizia esse instrumento para se construir toda essa grande rede de grandes infraestruturas que o território precisava. Precisava-se alimentar de energia e de água a zona de Talatona, a zona do Nova Vida (também desse período), precisava-se construir vias que pudessem interligar essas grandes unidades territoriais, que estavam a ser construídas, e todas elas foram feitas já na perspectiva do que dizia este instrumento, mas do ponto de vista do que

eram as grandes linhas orientadoras de crescimento, o instrumento já estava obsoleto, porque de 1996 a 2000 tinham ocorrido fenómenos de transformação territorial muito grandes. Ainda assim, o Estado angolano, preocupado com o fenómeno urbano de Luanda, criou várias comissões, lembro-me da comissão de, acho que era Desenvolvimento Urbano, já não me vem à memória, mas era uma dessas comissões que era dirigida pelo arquiteto Sita José, na altura faziam parte dessa comissão o arquiteto Zangui, acho que o arquiteto Gameiro também fez parte desta comissão, por força dessa comissão é que surgiram os instrumentos recentes. A Lei do Ordenamento do Território e a Lei de Terras surgiram do trabalho técnico feito por essa equipa nomeada pelo Presidente da República para pensar o fenómeno urbano de Luanda. Vejam só, Luanda exerce uma pressão tão grande sobre o território de Angola que pensar Luanda acabou constituindo um conjunto de instrumentos, pelo menos esses dois, cuja eficácia não se estendia só a Luanda, mas ao território nacional todo. Bom, mas não se podia ficar só por aí! A última comissão que foi a comissão para a elaboração do Master Plan, foi coordenada pela então Governadora Francisca Espírito Santo, tinha nela o Ministro de Estado para a Casa Civil, Casa Militar e etc., foi exatamente este grupo que permitiu desenvolver estudos que levaram a que se produzisse o Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda. Que é já um plano que visa pensar o território de Luanda até 2030. Bom, a transformação dos fazedores do ordenamento do território de que eu falei no início desta abordagem, na altura existia uma Direção dos Serviços de Planeamento e Gestão no GPL, que discussões internas da estrutura e da orgânica do GPL, levaram a se pensar a constituição dessa direção de serviços e se elevasse a categoria de Instituto. É assim que, em 2007, surge o IPGUL, esse instituto entre 2008 e 2010 impulsionou e ajudou a preparar os instrumentos técnicos que levaram à preparação e à elaboração do PDGML. Foi o apoio desse Instituto que elaborou os Termos de Referência que foram usados como os instrumentos que se levaram ao Concurso, que foi um concurso limitado, discutia-se na altura se era possível fazer-se um concurso internacional, mas a logística implicava custos muito elevados, sugeriu-se na altura que era melhor fazer-se um concurso limitado, porque os custos estariam relativamente mais reduzidos, por isso é que se fez então um concurso limitado que, só em 2013, este Plano começou a ser exatamente trabalhado e terminou em 2015. Muitos podem perguntar: mas como é que um instrumento com a envergadura tão grande, com um território com os problemas que tem, pode ter sido feito em tão pouco tempo? A dinâmica do território de Luanda obriga à elaboração de instrumentos com muita rapidez. Porque, se a gente demora dez anos a fazer, quando pegar no instrumento para tentar colocar no território, para

o implementar, já o território é completamente outra coisa! O grande exercício que nós temos pela frente é: a mudança de consciências, porque se nós não mudarmos a consciência de que um instrumento... ou seja, a Lei não é para os outros, a Lei é para todos nós! Então esse instrumento, sendo um instrumento de Lei, fixa determinadas regras, determinados parâmetros, para serem, respeitados devem ser respeitados por todos. Não importa a pessoa, não importa se é político, não importa se é técnico, não importa se é quem! Tem que respeitar aquilo, porque se não o território vai continuara a ter as dificuldades e os problemas graves de ordenamento que tem estado a sofrer e que nos leva a todos nós, todos os dias, a reclamar que Luanda não está boa para se viver. Quando o objetivo desse instrumento é exatamente fazer uma cidade bonita, boa, onde todos possamos vivenciar e dizer que ela é bela. Enquanto não abordarmos os problemas que estamos a ter com o fenómeno urbano numa perspectiva de responsabilidade, a situação de Luanda vai continuar a ser ainda mais grave e vai ficar insustentável.